

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
DOUTORADO EM HISTÓRIA

DOUGLAS MOTA XAVIER DE LIMA

**A DIPLOMACIA PORTUGUESA NO REINADO DE D. AFONSO V
(1448-1481)**

NITERÓI

2016

DOUGLAS MOTA XAVIER DE LIMA

**A DIPLOMACIA PORTUGUESA NO REINADO DE D. AFONSO V
(1448-1481)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense, como requisito para a obtenção do grau de Doutor. Área de concentração: História Medieval. Eixo cronológico e temático: Baixa Idade Média – Poder e Sociedade.

Orientador: Prof.^a Dr.^a Vânia Leite Fróes

NITERÓI

2016

DOUGLAS MOTA XAVIER DE LIMA

**A DIPLOMACIA PORTUGUESA NO REINADO DE D. AFONSO V
(1448-1481)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense, como requisito para a obtenção do grau de Doutor. Área de concentração: História Medieval. Eixo cronológico e temático: Baixa Idade Média – Poder e Sociedade.

Aprovada em 29 de março de 2016.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Vânia Leite Fróes - Orientadora
Universidade Federal Fluminense

Prof.^a Dr.^a Fátima Regina Fernandes
Universidade Federal do Paraná

Prof. Dr. Paulo André Leira Parente
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Edmar Checon de Freitas
Universidade Federal Fluminense

Prof.^a Dr.^a Raquel Alvitos Pereira
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

NITERÓI

2016

*De viagens em viagens, temos
compartilhado a aventura da vida.*

*Obrigado por, como “Tatuagem”, dar-
me coragem para seguir viagem quando
a noite vem.*

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Luciano Xavier de Lima e Francisca Lúcia Bezerra Mota, por nunca terem me impedido de sonhar. Tento a cada dia ser digno do suor de vocês e dos sonhos deixados para trás em prol de mim. Alegra-me, ao menos, saber que a realização dos meus sonhos é motivo de orgulho e satisfação, saibam que cada conquista minha é antes de tudo uma vitória de vocês.

À João Soares Lima, Maria Thereza Gagno, Vinícius Gagno Lima, Ana Carolina de Oliveira e Eloiza Oliveira, pelo carinho e apoio constante, elementos tão importantes para o prosseguir da pesquisa.

Aos meus irmãos Douglas da Silva Batista, Gerson Stumbo Romain e Rafael Pinto Peres. Os acasos do destino não nos deram o mesmo sangue, mas os laços de amizade que nos unem superam os desencontros da vida.

À professora Vânia Leite Fróes, minha orientadora desde os anos da graduação e que nunca deixou de expressar a sua confiança em meu trabalho. Mesmo na distância essa segurança foi fundamental para o desenvolvimento da tese.

Aos meus amigos Carlile Lanzieri Júnior, Dandara Arsi Prenda, Franklin Maciel Tavares Filho, José Ricardo Rodrigues, Leonardo Augusto Silva Fontes, Letícia Sousa Campos da Silva, Mariana Bonat Trevisan, Paulo Pires Duprat, Renan Marques Birro, Tereza Renata Silva Rocha e Viviane Azevedo de Jesus. A força e a amizade de vocês me levam além. Num universo acadêmico marcado pelo presentismo e pelo individualismo, as duradoras relações que estabelecemos me fazem acreditar que é possível fazer diferente. Obrigado por tudo!

Aos amigos e professores do *Scriptorium – Laboratório de Estudos Medievais e Ibéricos*. Em 2005, ao participar de um colóquio do grupo, sonhei em fazer parte desse laboratório e conhecer mais da “latinidade medieval de Jacques Le Goff”. Obrigado por me apresentarem um universo ainda maior e ter feito valer a pena recomeçar a graduação.

Aos demais amigos e familiares que, com um simples “e a tese?”, diversas vezes demonstraram preocupação e carinho.

A toda a equipe do ISEM, da Escola Municipal República do Peru e do CEDERJ-Cantagalo, tanto as direções, os professores, como os demais funcionários. Vocês tornaram esses anos mais agradáveis e empolgantes, oferecendo, por vezes, o contato humano tão raro durante a escrita da tese.

Aos funcionários do PPGH-UFF e da graduação em História, que sempre me receberam com carinho e palavras de incentivo. Obrigado por sempre me fazer sentir acolhido, mesmo na entrega de um simples relatório.

Aos professores Fátima Regina Fernandes, Paulo André Leira Parente, Edmar Checon de Freitas e Raquel Alvitos Pereira, pelo aceite em participar da banca de avaliação desta tese e pelas contribuições oferecidas.

A todos os professores que tive o privilégio de ser aluno, desde a época escolar, aos anos de graduação e pós-graduação. Hoje carrego em mim um pouco de cada um e tento levar aos meus novos alunos o amor pela docência.

Aos professores Marcelo Santiago Berriel (UFRRJ), Rodrigo Dominguez (Universidade do Porto), Saul António Gomes (Universidade de Coimbra) e Tiago Viúla de Faria (Universidade Nova de Lisboa), que com pequenos gestos me disponibilizaram artigos, livros esgotados e teses que foram de grande contribuição para a pesquisa.

Aos professores do curso de Licenciatura em História da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA). Agradeço, em especial, aos colegas Gustavo Sousa, Eveline Almeida e André Dione Fonseca, pelo companheirismo cotidiano. Que as novas amizades persistam e que possamos, em breve, olhar para trás e saber que tudo valeu a pena.

Aos meus queridos alunos e ex-alunos. É com alegria que termino a tese completando dez anos como professor de história e acreditando cada vez mais na educação e na docência, crença que é possível pelas experiências maravilhosas vividas em sala de aula, lugar de desafios, de conflitos, de formação e de sonhos. Ao longo dos últimos quatro anos, vi crianças se tornando adultos, adolescentes se tornando professores. Também vi respeito, solidariedade, e recebi muito carinho. Os problemas da educação são inúmeros, mas obrigado por vocês me inspirarem a avançar e por serem gentis mesmo quando precisei dizer adeus. Pensando em cada um dos que tive contato nessa década, espero ser um professor cada vez melhor e mais humano.

À CAPES que financiou a pesquisa, permitindo a aquisição de materiais e o próprio desenvolvimento e conclusão do estudo.

*“Nada a temer
Senão o correr da luta
Nada a fazer
Senão esquecer o medo
Abrir o peito à força
Numa procura
Fugir às armadilhas da mata escura
Longe se vai sonhando demais
Mas onde se chega assim
Vou descobrir o que me faz sentir
Eu, caçador de mim”.*

Milton Nascimento

RESUMO

A pesquisa investiga diferentes aspectos da prática diplomática quatrocentista, estruturando-se em três eixos: as instituições que assessoravam o monarca nos assuntos diplomáticos; os homens escolhidos como embaixadores; e as práticas diplomáticas, entendidas como os mecanismos de negociação e as cerimônias da diplomacia. Buscou-se, desta maneira, compreender o funcionamento da diplomacia numa época considerada como passagem da diplomacia medieval para a diplomacia moderna, notando ainda o seu papel como campo de exercício e afirmação do poder régio português. O recorte temporal concentra-se no reinado de D. Afonso V, tendo como ponto de partida o fim da regência (1448) e, como limite, a morte do monarca (1481). Fez-se uso de diferentes documentações, como crônicas, narrativas de viagens, tratados, genealogias e fontes normativas. Esse variado corpus documental permitiu alcançar diferentes aspectos da diplomacia medieval quatrocentista, notando a importância institucional na condução dos assuntos externos, o crescente impacto da diplomacia para as finanças do reino, a definição de um perfil de embaixador letrado associado ao espaço cortesão, o uso de diferentes mecanismos de negociação, e a promoção da imagem externa do reino através das cerimônias diplomáticas.

Palavras-chave: Portugal – D. Afonso V – Diplomacia

ABSTRACT

The research investigates different aspects of the fifteenth diplomatic practice, and it is structured in three areas: the institutions that advise the monarch in diplomatic affairs; men chosen as ambassadors; and diplomatic practices, understood as the trading mechanisms and ceremonies of diplomacy. We sought in this way to understand the workings of diplomacy at a time considered as a passage from medieval to modern diplomacy, noting also its role as an exercise field and affirmation of the Portuguese royal power. The time frame focuses on the reign of King Afonso V, taking as its starting point the end of the regency (1448) and, as a limit, the death of the monarch (1481). There was use of different documentation, such as chronicles, travel narratives, treaties, genealogies and regulatory sources. This varied documentary corpus allowed us to achieve different aspects of the fifteenth medieval diplomacy, noting the institutional importance in the conduct of foreign affairs, the growing impact of diplomacy on the realm of finance, the definition of a literate ambassador profile associated with the courtly space, the use of different mechanisms of negotiation and the promotion of the external image of the kingdom through the diplomatic ceremonies.

Keywords: Portugal – D. Afonso V – Diplomacy

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	17
CAPÍTULO 1. NOVOS OLHARES SOBRE A DIPLOMACIA MEDIEVAL	23
1.1. UMA NOVA HISTÓRIA DA DIPLOMACIA MEDIEVAL.....	23
1.2. A DIPLOMACIA MEDIEVAL: PROBLEMAS INSTITUCIONAIS, HUMANOS E DA PRÁTICA POLÍTICA	36
1.3. A DIPLOMACIA PORTUGUESA E O REINADO DE D. AFONSO V: BASES HISTORIOGRÁFICAS E DOCUMENTAIS.....	53
1.3.1. As fontes da diplomacia afonsina: novos olhares.....	58
CAPÍTULO 2. A DIPLOMACIA QUATROCENTISTA PORTUGUESA: BASES INSTITUCIONAIS.	71
2.1. OS MECANISMOS INSTITUCIONAIS DA DIPLOMACIA.....	72
2.1.1. A diplomacia e a convocação das Cortes e do Conselho.	74
2.1.2. As Cortes durante o reinado de D. Afonso V.....	86
2.2. A DIPLOMACIA PORTUGUESA E AS FINANÇAS REAIS.....	92
2.3. A ADMINISTRAÇÃO CENTRAL E A DIPLOMACIA.....	100
2.3.1. A Chancelaria	101
2.3.2. A Câmara.....	102
2.3.3. A Fazenda.....	103
2.3.4. A Justiça	104
2.3.5. A Milícia.....	106
CAPÍTULO 3. OS EMBAIXADORES DE D. AFONSO V.	110
3.1. A HISTORIOGRAFIA E O PESSOAL DIPLOMÁTICO.	111
3.2. OS EMBAIXADORES AFONSINOS	114
3.2.1. A elite religiosa.....	116
3.2.2. A elite de sangue.....	122
3.2.3. A elite do trabalho	137
3.2.4. Estrangeiros	141
3.3. OS SABERES DOS EMBAIXADORES AFONSINOS	145
3.3.1. Os embaixadores afonsinos e a Universidade	147
3.3.2. Os embaixadores afonsinos e os “saberes práticos”	149
3.3.3. Os embaixadores afonsinos e o saber letrado.....	151
3.3.4. Os embaixadores afonsinos e o saber cortesão.....	153
CAPÍTULO 4. OS MÉTODOS DE NEGOCIAÇÃO: ENCONTROS RÉGIOS E EMBAIXADAS	162
4.1. OS ENCONTROS RÉGIOS.....	163
4.1.1. Vistas Reais	164
4.1.2. A viagem de D. Afonso V a França.	169
4.2. AS EMBAIXADAS	173

4.2.1. Negociações ibéricas.	177
4.2.2. A paz das Alcáçovas (1479)	179
4.2.3. França: o aliado necessário.....	182
4.2.4. A negociação com o papado.....	186
4.2.5. Oficiais de armas nas negociações diplomáticas.....	190
4.2.6. Alfarrobeira: versões de um acontecimento.....	192
CAPÍTULO 5. CERIMÔNIAS E FESTAS NA DIPLOMACIA AFONSINA	202
5.1. O CERIMONIAL MONÁRQUICO PORTUGUÊS	203
5.2. FESTAS E DIPLOMACIA NO REINADO DE D. AFONSO V	211
5.2.1. A recepção de embaixadas e viagens ilustres.....	213
5.2.2. Casamentos reais: a celebração das alianças diplomáticas.....	219
5.2.3. O reino: a exaltação externa e os espaços da diplomacia.....	229
5.3. A PAZ E A GUERRA: GESTUALIDADE E CELEBRAÇÃO NO PERÍODO AFONSINO.....	232
CONCLUSÃO.....	241
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	248
ANEXOS.....	267
ANEXO 1 – MATRIZ BASE PARA A ELABORAÇÃO DO CATÁLOGO PROSOPOGRÁFICO.....	267
APÊNDICES	269
APÊNDICE 1. MISSÕES DIPLOMÁTICAS DO REINADO DE D. AFONSO V (1448-1481)	269
APÊNDICE 2. GASTOS COM EMBAIXADAS NO REINADO DE D. AFONSO V (1448-1481)	272
APÊNDICE 3. GRADE DE ANÁLISE: ENCONTROS RÉGIOS.....	274
APÊNDICE 4. ENCONTROS RÉGIOS NO REINADO DE D. AFONSO V.	274
APÊNDICE 5. GRADE DE ANÁLISE: EMBAIXADORES	282
APÊNDICE 6. EMBAIXADORES DE D. AFONSO V	284
APÊNDICE 7. CATÁLOGO PROSOPOGRÁFICO DE EMBAIXADORES.....	287
APÊNDICE 8. QUEM FOI AFONSO PEREIRA?.....	428
APÊNDICE 9. BRÁS AFONSO E JOÃO TELES: EMBAIXADORES DO INFANTE D. PEDRO	436

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1. Itinerário da viagem de D. Afonso V a França	170
Figura 2. A Capela Afonsina	209
Figura 3. O casamento de D. João I e D. Filipa de Lancaster.	220
Figura 4. Afresco da <i>Libreria Piccolomini</i> , catedral de Siena.	227
Figura 5. <i>Collona del Portogallo</i>	228
Figura 6. Detalhes da <i>Collona del Portogallo</i>	228

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Gastos com embaixadas, 1448-1481 (valor em dobras).....	97
Gráfico 2. Distribuição dos embaixadores pelos ofícios da Administração Central.	101
Gráfico 3. Distribuição social dos Embaixadores afonsinos.	115
Gráfico 4. Número de embaixadas enviadas por D. AFONSO V (1448-1481)	176

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Cortes do Reinado de D. Afonso V (1448-1481)	86
Quadro 2. Organograma da Chancelaria Régia	102
Quadro 3. Organograma da Câmara	103
Quadro 4. Organograma da Fazenda	104
Quadro 5. Organograma da Casa do Cível	104
Quadro 6. Organograma da Casa da Suplicação	105
Quadro 7. Organograma da Milícia	107
Quadro 8. Famílias nobres relacionadas aos embaixadores de D. Afonso V	123
Quadro 9. Os conselheiros do rei nas Ordenações Afonsinas	157
Quadro 10. Fórmulas de cortesia presentes no documento 4 do Livro Vermelho	208
Quadro 11. Elementos rituais presentes nos Tratados de Paz portugueses (1411-1494).....	235

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Domínios abrangidos pelos atos com intervenção do conselho ou dos seus membros.....	75
Tabela 2. Despesas e Pedidos relacionados aos casamentos régios.	95
Tabela 3. Embaixadores clérigos.....	116
Tabela 4. Embaixadores nobres.....	126
Tabela 5. Asistencias diplomáticas entre los tres principales reinos peninsulares (1400-1455)	151
Tabela 6. Destino das embaixadas no reinado de D. Afonso V (1448-1481)	174

LISTA DE SIGLAS

CDAV	Crônica de D. Afonso V
CDD	Chronica de D. Duarte
CDJI	Chronica de D. João I
CTC	Crônica da Tomada de Ceuta
CUP	Chartularium Universitatis Portucalensis
HGCRP	História Genealógica da Casa Real Portuguesa
LA	Livro de Apontamentos
LL	Livro de Linhagens
LV	Livro Vermelho
MCA	Memorias Chronologicas Authenticas dos Alcaides-mores da Villa de Santarém
MH	Monumenta Henricina
PHGCRP	Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa

INTRODUÇÃO

A morte do infante D. Pedro na batalha de Alfarrobeira representou um abalo para as alianças externas de Portugal, visto que tais relações estavam estruturadas em torno de vínculos pessoais e laços de parentescos. Estes, envolviam a figura do Infante e foram construídos com a contribuição da viagem do duque de Coimbra pela Cristandade entre 1425 e 1428. Com essa conclusão terminamos a dissertação *O infante D. Pedro e as Alianças Externas de Portugal (1425-1449)* (2012), investigação que permitiu perceber as relações diplomáticas quatrocentistas como uma prática multifacetada, não apenas restrita a guerras, a assinaturas de tratados e ao envio protocolar de embaixadas. Pelo contrário, o estudo da viagem de D. Pedro abriu-nos, por exemplo, a perspectiva de observar que os Estados não eram os únicos atores no plano das relações externas, que os embaixadores não tinham um ofício definido, e que elementos como parentesco, amizade, oralidade, gestualidade, eram aspectos centrais de pesquisa.

Paralelamente, algumas leituras foram fundamentais para a construção da nova investigação. Em primeiro lugar, o livro de Stéphane Péquignot, *Au nom du Roi. Pratique diplomatique et pouvoir durant le règne de Jacques II d'Aragon (1291-1327)* (2009), obra que se tornou paradigmática da nova história da diplomacia medieval. O texto tem como uma das principais contribuições abordar a diplomacia como *prática*. Nessa via, o autor analisa os documentos da diplomacia real, a circulação de informações, a relação entre a diplomacia e as finanças reais, a escolha e a definição dos embaixadores de Jaime II de Aragão, entre outros aspectos ainda pouco explorados no âmbito geral dos estudos medievais. Outrossim, o contato com *Faire la Paix au Moyen Âge. Discours et gestes de paix pendant la guerre de Cente Ans* (2007), de Nicolas Offenstadt, foi igualmente instigador. Ao analisar o tradicional tema da Guerra dos Cem Anos, o autor trouxe para o primeiro plano discussões sobre os gestos, os sentimentos, os valores, os discursos e as cerimônias, elementos que, por vezes, passam despercebidos nos estudos sobre a diplomacia na Idade Média. Acrescenta-se que as obras de Péquignot e de Offenstadt resultaram de teses de doutorado, dado que também suscitou o interesse de conseguir desenvolver uma pesquisa levando em consideração o mesmo universo de interrogações. Por fim, citamos ainda a relação com as publicações ligadas aos projetos *Genèse de l'État moderne* (1984-1988) e *Origins of the modern State* (1989-1992), em especial as obras *État et Église dans la genèse de l'État moderne* (1986), *L'État moderne: genèse. Bilans et perspectives* (1990) e *Las élites del poder y la construcción del Estado* (1997). Esse conjunto de reflexões, além de promover uma releitura acerca das estruturas

políticas entre o medievo e o período moderno, empreendeu importantes discussões sobre a história social do Estado na Baixa Idade Média e sobre o papel das assembleias representativas e da fiscalidade para o processo de formação do Estado no Ocidente. Tendo o tema da diplomacia sido abordado apenas no volume *War and Competition between States* (2000), tais discussões levantaram o interesse em aprofundar a reflexão sobre a relação entre a diplomacia e a gênese do Estado moderno.

Do mesmo modo, as discussões da tese também estiveram relacionadas a um conjunto maior de investigações levadas a cabo na Universidade Federal Fluminense, especificamente no *Scriptorium – Laboratório de Estudos Medievais e Ibéricos*. Destaca-se que desde os anos 80 há nesta instituição uma linha de pesquisa no Programa de Pós-graduação dedicada ao medievo, sendo uma das marcas das dezenas de teses e dissertações produzidas, a concentração no caso português avisino. Tal característica explica-se pela atuação da Prof.^a Dr.^a Vânia Leite Fróes em promover os estudos medievais ibéricos e pela linha de pesquisa “Nação e Identidade” que orientou um ciclo de pesquisas interessadas em compreender elementos como o *projeto político de Avis* ou o *discurso do Paço*, presentes em diferentes faces da dinastia de Avis: a legislativa, a literária, a narrativa, a teatral, a cerimonial, etc. Nesse sentido, ressalta-se que desde os anos da graduação tenho contato direto com trabalhos sobre o caso português avisino e, frente aos temas já explorados, decidi investigar o papel da diplomacia nesse “projeto político”.

Em meio a essas múltiplas referências, a pesquisa *A diplomacia portuguesa no reinado de D. Afonso V (1448-1481)* se propõe a investigar diferentes aspectos da prática diplomática quatrocentista: as instituições que assessoravam o monarca nos assuntos diplomáticos; os homens escolhidos como embaixadores; as práticas de negociação; e as cerimônias da diplomacia. Busca-se, desta maneira, compreender o funcionamento da diplomacia numa época considerada como passagem da diplomacia medieval para a diplomacia moderna.

Em vista dessas preocupações, estabelecemos o longo reinado de D. Afonso V como temporalidade de análise. Considerado por parte da historiografia como “neosenhorial” ou como promotor do recuo do movimento centralizador que caracteriza a dinastia de Avis, o reinado afonsino também foi época de novas conquistas na África, de ilustres casamentos externos, do engajamento português na cruzada papal, e da guerra luso-castelhana, investida militar que pretendia colocar o *Africano* no trono de Castela. Destarte, que face do reinado escolher, aquela que afirma os traços “feudais” de um rei em contradição com os tempos modernos que se anunciavam ou a que enxerga um monarca com grandes projetos e que teria

promovido o reino de Portugal na Cristandade e no além-mar? A priori, não adotamos nenhuma das visões. O reinado de D. Afonso V foi mantido como recorte por compreendermos que através dele poderíamos garantir a viabilidade dos eixos da pesquisa, sem perder a complexidade presente na diplomacia quatrocentista. Assim, o período afonsino dispõe de um número considerável de documentações, como: as crônicas, que trazem diferentes dados acerca da ação do Conselho régio e das Cortes na diplomacia, assim como sobre o envio de embaixadas; a documentação publicada por Jorge Faro, que permite a identificação de um número significativo de embaixadores e dos gastos com missões diplomáticas; e o *Livro Vermelho*, obra que agrega documentos fundamentais para a sistematização dos usos do cerimonial diplomático e para a própria definição dos embaixadores e das embaixadas.

Nesse sentido, as relações externas do reinado de D. Afonso V são apenas o pano de fundo do eixo central de investigação que é o funcionamento da engrenagem diplomática quatrocentista em Portugal. Ainda que existam lacunas acerca das relações diplomáticas portuguesas, em linhas gerais, o leitor interessado poderá acessar o relevante capítulo “O Estado e as Relações diplomáticas”, de Oliveira Marques, em *Portugal na Crise dos séculos XIV e XV* (1987), a obra *História diplomática portuguesa* (1987), de Borges de Macedo, e *Os descobrimentos e a formação do Oceano Atlântico* (1999), de Luís Adão da Fonseca. Aspectos mais específicos das relações externas do reinado podem ser encontrados em: *A Batalha de Alfarrobeira* (1979), de Humberto Baquero Moreno, *Guerra Luso-Castelhana, século XV* (2006), de Manuela Mendonça; *Portugal e Castela na Idade Média* (2009), de Julieta Araújo; *Relações históricas entre Portugal e França (1431-1481)* (1975), de Joaquim Veríssimo Serrão; *Portugal et Bourgogne au XVe siècle (1384-1482)* (1995), de Jacques Paviot; e no clássico artigo de Virgínia Rau, “Relações diplomáticas de Portugal no reinado de D. Afonso V” (1964). Não menos importante, *D. Afonso V* (2009), recente biografia do monarca escrita por Saul António Gomes, também constitui uma significativa contribuição para a compreensão do período afonsino.

Não obstante, engana-se quem pensa que o reinado de D. Afonso V oferece uma temporalidade inerte que apenas serve de base temporal para a investigação dos eixos apontados. Consideramos que o período pode ser dividido em três grandes ciclos:

- O *ciclo de Alfarrobeira* (1448-1455): abarca o início do reinado direto do monarca, o processo de afastamento e morte do antigo regente, o restabelecimento das alianças externas abaladas com o acontecimento de 1449, e a pacificação interna, manifesta no traslado dos ossos de D. Pedro para o mosteiro da Batalha (1455);

- O ciclo “*cruzadístico*” (1456-1471): D. Afonso V engaja-se no projeto de cruzada papal, conquista Alcácer-Céguer (1458), Arzila e Tânger (1471);
- O ciclo *castelhano* (1472-1481): período marcado pelo encontro régio de 1472, que reafirmou os interesses afonsinos em Castela, pela retomada da guerra luso-castelhana (1475-1479), pelo fim das pretensões portuguesas ao trono vizinho e pela morte do monarca.

De diferentes maneiras, cada uma das etapas do reinado de D. Afonso V fez um uso intenso da diplomacia. Inicialmente, o monarca aliou-se à Aragão, enviou mensageiros para a Cristandade a fim de conter os rumores que o condenavam sobre Alfarrobeira, negociou o casamento de D. Leonor com o imperador Frederico III. No segundo momento, D. Afonso V aproximou-se do papado, transformou-se no rei *Africano* e sistematizou as cerimônias diplomáticas, numa clara compreensão da amplitude das relações externas que envolviam o reino nos anos 70. Finalmente, empenhou-se no sonho ibérico, levando o reino a mais uma longa guerra, esta que ainda motivaria o monarca a deslocar-se ao reino francês para solicitar apoio militar. Em linhas gerais, as características do longo reinado de D. Afonso V fazem sobressair a diplomacia quatrocentista.

Tendo em vista os elementos expostos, a pesquisa estruturou-se em torno de dois problemas norteadores: como funcionava a diplomacia quatrocentista em Portugal, levando em consideração os aspectos institucionais, humanos, as práticas de negociação e os cerimoniais? Qual o papel da diplomacia no reinado de D. Afonso V? Nesse sentido, a hipótese central é que no reinado afonsino, a diplomacia foi um instrumento de afirmação política interna e externa, sendo ainda um mecanismo da gênese do Estado moderno em Portugal.

O objetivo geral da pesquisa é analisar os diferentes aspectos da diplomacia quatrocentista em Portugal, compreendendo o seu papel durante o reinado de D. Afonso V (1448-1481). Deste modo, os objetivos específicos são: Apresentar o desenvolvimento do tema da diplomacia medieval na historiografia; Identificar como as instituições atuavam na condução da diplomacia e suas implicações para o poder régio português; Identificar o perfil dos embaixadores afonsinos; Analisar os métodos de negociação utilizados no reinado de D. Afonso V; e Compreender o papel das cerimônias da diplomacia para a imagem externa do monarca e do reino de Portugal.

A partir desses objetivos, o Capítulo 1 “**Novos olhares sobre a diplomacia medieval**” se orienta na discussão da historiografia acerca da diplomacia, tomando como ponto de partida o campo da história Diplomática e das Relações Internacionais. Diferenciando-se das

perspectivas destas áreas e retomando os aportes da renovação historiográfica, em especial da história política, caracteriza-se a diplomacia medieval como prática multifacetada que envolvia diferentes grupos políticos organizados. Expõem-se os referenciais que sustentam a pesquisa e problematizam-se os recortes adotados, explorando ainda a historiografia relativa às áreas correlatas à diplomacia, tais como a história das Instituições e da Administração. Finaliza-se com a discussão sobre o caso português, problematizando a historiografia dedicada ao tema e apresentando as fontes utilizadas na pesquisa.

No intuito de explorar os eixos da tese, o Capítulo 2 “**A diplomacia quatrocentista portuguesa: bases institucionais**” discute, principalmente, o papel do Conselho Régio e das Cortes na condução dos assuntos diplomáticos. Para tal, procurou-se apresentar as linhas gerais da formação dessas instâncias visando compreender o campo de atuação durante o reinado afonsino. Ao longo do capítulo, problematizam-se ainda o peso destas questões diplomáticas para as finanças do reino, assim como as relações entre as esferas da administração central e os embaixadores afonsinos.

A fim de identificar o perfil dos enviados diplomáticos de D. Afonso V, o Capítulo 3 “**Os embaixadores de D. Afonso V**” pautou-se no método prosopográfico, expresso no catálogo de embaixadores presente no apêndice da tese¹. Ao todo foram identificados oitenta e três (83) personagens, apresentando estatutos sociais e formação muito variáveis entre si. Nesse sentido, primeiramente, o capítulo concentra-se em estabelecer os vínculos sociais e a trajetória dos personagens para, num segundo momento, discutir um dos elementos recorrentes da produção historiográfica sobre o tema, o saber dos embaixadores.

O quarto capítulo, intitulado “**Os métodos de negociação: encontros régios e embaixadas**”, afasta-se do plano dos homens e procura discutir dois métodos de negociação presentes no reinado de D. Afonso V. Um deles, os encontros régios, constitui uma prática ímpar do período, tendo o monarca participado de “vistas” em Castela e viajado ao reino da França para negociar o apoio de Luís XI durante a guerra luso-castelhana. Paralelamente, ao longo do levantamento foi possível identificar o envio de cento e seis (106) missões diplomáticas, variando no destino, nos custos e na composição. Como demonstraremos, as informações sobre a atuação das embaixadas são limitadas, o que nos levou a destacar alguns casos em particular, como as ações que visaram reabilitar a imagem externa de Portugal após a batalha de Alfarrobeira e a negociação do Tratado das Alcáçovas.

¹ Esclarecemos que ao longo da tese, os embaixadores presentes no catálogo prosopográfico estarão indicados em caixa alta, por exemplo, LOPO DE ALMEIDA, ao passo que aqueles que não estão presentes no catálogo serão indicados apenas com a inicial maisúscula, por exemplo, Rodrigo Afonso.

Por fim, o Capítulo 5 “**Cerimônias e festas na diplomacia afonsina**” explora uma face da diplomacia ainda pouco investigada. Por mais que nas últimas décadas seja crescente o interesse dos historiadores pelos festejos, tanto os da realeza como os populares, tais problemas ainda ocupam espaço reduzido nos estudos sobre a diplomacia. Assim, entendendo que as festas e os rituais eram parte integrante da monarquia, buscou-se analisar as cerimônias da diplomacia, destacadamente as recepções de embaixadas, os casamentos e os juramentos de paz, como expressões da realeza e espaço de construção e projeção de uma imagem externa.

A tese comporta ainda diferentes materiais disponibilizados como anexos e apêndices, os quais visam favorecer o acompanhamento do leitor das discussões travadas nos capítulos. Apresentam-se, em especial, a sistematização dos dados acerca dos gastos com embaixadas, dos encontros régios, das missões diplomáticas e dos embaixadores afonsinos, trazendo ainda algumas reflexões sobre personagens que foram desconsiderados em nosso estudo, como Brás Afonso e João Teles.

A embaixada medieval tinha como objetivo cumprir uma determinada missão mantendo a honra e a nobreza daquele que estava sendo representado pelos embaixadores. Esperamos que o texto a seguir possa exercer esse papel e conduzir o leitor ao universo da diplomacia medieval, marcado pela atuação de instituições que ganhavam centralidade em finais da Idade Média, pela presença de homens diversos que se concentravam no espaço da corte, por diferentes mecanismos de negociação, e por festejos que, no reinado afonsino, já se caracterizavam como espetáculos da monarquia.

CAPÍTULO 1. NOVOS OLHARES SOBRE A DIPLOMACIA MEDIEVAL

Diplomacia, Relações Internacionais, Política Externa... termos que ao longo do século passado o medievalista acostumou-se a evitar como temas de pesquisa. Contudo, houve tempos em que estas questões orientavam a maior parte dos historiadores, fossem eles dedicados aos séculos ditos medievais ou não. Que caminhos levaram a essa mudança de quadro historiográfico? A fim de melhor compreender o movimento de renovação e retomada de tais temas pelos medievalistas, convém, primeiramente, tratar da relação entre História e Relações Internacionais (RI).

1.1. UMA NOVA HISTÓRIA DA DIPLOMACIA MEDIEVAL

A diplomacia, entendida como método de negociação de interesses divergentes, uma “arte da negociação”, é muito antiga e tem como um dos primeiros vestígios um documento diplomático que data de c.2500 a.C. Nele consta uma mensagem enviada do reino de Ebla para o reino de Hamazi, localizado ao norte do atual Irã². A atividade diplomática no Egito faraônico, a narrativa de Tucídides acerca da Guerra do Peloponeso, ou mesmo as relações externas desenvolvidas pelas *poleis* gregas e pelo Império Romano são ainda exemplos de que a antiguidade conheceu práticas ou mesmo um sistema diplomático. A própria palavra *diplomacia* é uma derivação do termo *diploma*, cujo significado é dobrar. No Império Romano, os documentos oficiais eram timbrados, dobrados e costurados, sendo nomeados *diplomas*, e o termo, ao longo do tempo, foi ampliado a outros documentos de Estado. Além disso, os ofícios ligados à conservação e organização dos diplomas ficaram conhecidos, de forma genérica, como *res diplomatica*. Esses elementos indicam as origens antigas e medievais da prática e da palavra que ganhariam seus contornos modernos através de Edmund Burke, em 1796³.

Como argumentam Guilherme Silva e Williams Gonçalves, ainda que haja variações acerca dos grandes períodos da diplomacia, é possível a distinção de quatro momentos pelos

² SILVA, Guilherme A. & GONÇALVES, Williams. Diplomacia. In: *Dicionário de relações internacionais*. São Paulo/Barueri: Manole, 2010, p.53, MOREIRA, Adriano. *Teoria das Relações Internacionais*. Lisboa: Almedina, 2008, p. 76-78; OSTELLINO, Piero. Diplomacia. In: BOBBIO, Norberto, MATTEUCCI, Nicola & PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. Brasília: Editora UnB, 13ª edição, 2009, Vol. 1, p.348.

³ NICOLSON, Harold. *Diplomacie*. Neuchatel: Éditions de la Baconnière, 1948, p.23-25 *apud* SILVA, Guilherme A. & GONÇALVES, Williams. Diplomacia. *Idem*, p.52; GUYOTJEANNIN, Olivier, PYCKE, Jacques & TOCK, Benoît-Michael. *Diplomatique médiévale*. Paris: Brepols, 2006, p.16; OSTELLINO, Piero. Diplomacia. *Idem*, p.348-349.

estudiosos: da Antiguidade ao século XV; do século XV ao Congresso de Viena (1815); do Congresso de Viena à Conferência de Versalhes (1919); e da Conferência de Versalhes aos dias atuais⁴. Destarte, a inserção cronológica da pesquisa se dá no primeiro período da história da diplomacia, o qual se distingue dos demais, pela inexistência das embaixadas permanentes e da dimensão jurídica das relações internacionais, expressa a partir de Westfália (1648), além de não ter a soberania como atributo exclusivo do Estado⁵.

Como ponto de partida, observa-se que a antiguidade e o mundo moderno, tal como o medievo, também constituem temporalidades pouco privilegiadas pelas pesquisas da área, ocupando apenas um lugar introdutório na composição da História da Diplomacia e da formação das Relações Internacionais. Lucien Bély, ao analisar o cenário acadêmico francês, discute a desconfiança lançada sobre aqueles que se inclinam a estudar as relações internacionais entre os séculos XV e XVII, assim como o lugar modesto ocupado pelos estudos⁶. Acredita-se que tal fato ocorre por duas vias, tanto pela orientação das RI para o cenário contemporâneo, como pelo afastamento dos historiadores da temática. Acrescenta-se que o meio acadêmico brasileiro, caracterizado pelo exponencial crescimento da oferta de cursos de graduação e pós-graduação em RI, tem contribuído para esse quadro que concentra a área nos desafios da contemporaneidade⁷. A fim de caracterizar os caminhos que levaram às vias indicadas, passa-se a algumas considerações acerca do desenvolvimento da produção na área, destacando, em primeiro lugar, a constituição das Relações Internacionais.

A formação do campo de estudos da História Diplomática, área preocupada com a exposição e a explicação das relações entre Estados mediante sua expressão política, tem suas raízes nos séculos XVIII e XIX, o que não exclui a importância de obras anteriores ligadas à

⁴ SILVA, Guilherme A. & GONÇALVES, Williams. Diplomacia. *Idem*.

⁵ SILVA, Guilherme A. & GONÇALVES, Williams. Diplomacia. *Idem*, p.53-54. Ver ainda: MANNONI, Stefano. Relaciones Internacionales. In: *El Estado Moderno en Europa. Instituciones y derecho*. Roma: Editorial Trotta, 2002, p.198. A definição apresentada caracteriza-se como o discurso hegemônico no campo das RI, que entende que a referida paz estabeleceu o sistema europeu de Estados após a quebra definitiva da unidade religiosa da Europa. Uma síntese pode ser lida em: SILVA, Guilherme A. & GONÇALVES, Williams. Paz de Westfália. *Idem*, p.207-209. Não obstante, Felipe Moreira lembra que a definição é passível de críticas, sendo possível pensar a formação do sistema europeu de Estados de forma mais processual e por leituras de diferentes áreas, como a antropologia e a sociologia (MOREIRA, Felipe Kern. Não fale da Paz de Vestifália! In: *Meridiano* 47, vol. 13, n.129, jan-fev. 2012, p.3-9).

⁶ BÉLY, Lucien. Les relations internationales. In: SIRINELLI, Jean-François, et al. *Les historiens français à l'oeuvre. 1995-2010*. Paris: PUF, 2010, p.261.

⁷ Cf.: MYIAMOTO, Shiguenoli. O Estudo das Relações Internacionais no Brasil: O Estado da Arte. In: *Revista de Sociologia e Política*. Nº12, junho 1999, p.83-98; VIZENTINI, Paulo Fagundes. A evolução da produção intelectual e dos estudos acadêmicos de relações internacionais no Brasil. In: SARAIVA, José Flávio Sombra & CERVO, Amado Luiz (org.). *O crescimento das Relações Internacionais no Brasil*. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais (IBRI), 2005, p.17-31; LESSA, Antônio Carlos. O ensino de Relações Internacionais no Brasil. In: SARAIVA, José Flávio Sombra & CERVO, Amado Luiz (org.). *O crescimento das Relações Internacionais no Brasil*. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais (IBRI), 2005, p.33-50.

delimitação dos grandes feitos externos e militares dos reinos. No entanto, foi na sociedade oitocentista que se observou a ampliação dos interesses de reconstituição das histórias nacionais. Esse processo também se observa na História com a história metódica, pois a produção historiográfica do período foi marcada pela construção do Estado-nação e pelo estabelecimento das tradições nacionais. Paralelas à constituição da própria disciplina, tais inclinações colocaram a área na busca de critérios de cientificidade, e nesse processo o foco dos historiadores direcionou-se ao estabelecimento de fatos, cronologias e no levantamento de documentos seguros que pudessem compor a história nacional, ou mesmo a recomposição de grandes batalhas, tratados e estadistas⁸.

Em meio a essas orientações e fundando-se no conhecimento amplo de textos e fontes oficiais, assim como na publicação de coleções documentais, o campo da História Diplomática consolidou-se com o pioneiro trabalho de Gaëtan Flassan, *Histoire générale et raisonnée de la diplomatie française depuis la fondation de la Monarchie jusqu' à la fin du règne de Louis XVI*, publicado em sete volumes no início do século XVIII. Do mesmo período destacam-se ainda as obras: *Foedera, conventiones, literae et cujuscumque generis acta publica inter reges Anglae et alios quosvis imperatores, reges, pontífices, principes, vel communitates*, de Thomas Rymer, publicada entre 1704 e 1717; e *Recueil des principaux traités d'alliance, de paix, de trêve, de neutralité, de commerce, de limites, l'Echange etc., conclus par les puissances de l'Europe tant entre eles qu'avec les puissances et États dans d'autres parties du monde depuis de 1761 jusqu'à présent*, do jurista Georg Friedrich von Martens, publicada entre 1791 e 1801.

Não obstante, como argumenta Jean Thobie, foi com a *Revue d'Histoire diplomatique*, fundada em 1887 e ligada à Sociedade de História Diplomática, que se formou a História Diplomática científica⁹. No bojo desse movimento se inserem as obras *Quadro Elementar das Relações Políticas e Diplomáticas de Portugal com as diversas potencias do mundo desde o principio da Monarchia portugueza até os nossos dias*, de Visconde de Santarém, redigida em Paris em meados do século XIX; *Collecção dos tratados, convenções, contratos e actos públicos celebrados entre a coroa de Portugal e as mais potencias desde 1640 até o presente*, coordenada por José Ferreira Borges de Castro; e *Corpo diplomático português contendo os*

⁸ MENDONÇA, Sônia Regina de & FONTES, Virgínia. História e teoria política. In: CARDOSO, Ciro Flamarion & VAINFAS, Ronaldo (Org.). *Novos domínios da História*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012, p.55-56. Para o caso português, ver ainda: FALCON, Francisco. História e Poder. In: CARDOSO, Ciro Flamarion & VAINFAS, Ronaldo (Org.). *Domínios da História. Ensaios de Teoria e Metodologia*. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997, p.61-89; TORRALBA, Luís Reis, MENDES, José Amado & CATROGA, Fernando. *História da História em Portugal, séculos XIX – XX*. Lisboa: Temas e Debates, vol.2, 1998, p.43-46.

⁹ THOBIE, Jean. Diplomática (História). In: BURGUIÈRE, André (org.). *Dicionário das Ciências Históricas*. Rio de Janeiro: Imago, 1993, p.230.

actos e relações políticas e diplomáticas com as diversas potências do mundo, desde o século XVI até os nossos dias, de Luís Augusto Rebelo da Silva, publicada em 15 volumes entre 1862 e 1936. Elas expressam as preocupações historiográficas do período e permanecem um marco na academia portuguesa, constituindo um relevante fundo documental para os medievalistas e modernistas do século XXI. Porém, mesmo com a destacada importância essas obras monumentais não deixaram de ser alvo de críticas coetâneas e, como sublinha José Amado Mendes, historiadores portugueses como António Ferrão discutiam a falta de explicações teórico-interpretativas e de abordagens temáticas em tais obras¹⁰.

Stéphane Péquignot lembra que foi na sociedade oitocentista que as pesquisas, tomando como base os trabalhos de Otto Krause e Adolf Schaube, inclinaram-se ao problema das origens do direito internacional e, principalmente, das embaixadas permanentes. Formou-se, segundo o autor, o ponto de ruptura entre a diplomacia medieval, caracterizada pelas embaixadas *ad hoc*, e a diplomacia moderna, marcada pelas representações permanentes¹¹. A partir destas delimitações e pautada numa história *événementielle* a área afirmou-se e fundou as bases que seriam alvo de crítica após a Primeira Guerra Mundial.

Foi em meio às Grandes Guerras que as RI estruturaram-se como campo acadêmico e desprenderam-se da História Diplomática. Tal movimento direcionou a área aos problemas da contemporaneidade, em especial à compreensão da natureza da guerra a fim de promover a paz entre as nações¹². Esse período pode ser sintetizado na criação da cátedra Woodrow Wilson de Política Internacional, em 1919, na Universidade de Gales, com acadêmicos preocupados em livrar a humanidade de novas guerras e promover a paz através do estudo das relações internacionais, e nas publicações de Edward Carr, *The Twenty Year's Crisis – 1919-1939* (1939), e Hans Morgenthau, *Politics Among Nations* (1948), que sustentavam que a nova área deveria se concentrar no estudo das relações de poder entre os Estados, perspectiva que fundamentaria a teoria realista das RI¹³.

¹⁰ TORGAL, Luís Reis, MENDES, José Amado & CATROGA, Fernando. *História da História em Portugal, séculos XIX – XX. Idem*, p.44.

¹¹ Stéphane Péquignot identifica outras distinções estabelecidas entre a diplomacia medieval e moderna: falta de administração da política exterior contra ministros especializados, embaixadores amadores frente à profissionalização (PÉQUIGNOT, Stéphane. *Les diplomaties occidentales, XIIIe-XVe siècle*. In: *Relations diplomatiques au Moyen Âge. Formes e enjeux*. Paris: Publications de la Sorbonne, 2011, p.52).

¹² MARTINS, Estevão de Rezende. História das relações internacionais. In: CARDOSO, Ciro Flamarion & VAINFAS, Ronaldo (Org.). *Novos Domínios da História*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012, p.75; MOREIRA, Adriano. *Teoria das Relações Internacionais*. Lisboa: Almedina, 2008, p.37-39; NOGUEIRA, João Pontes & MESSARI, Nizar. *Teoria das Relações Internacionais: correntes e debates*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005, p.3-5.

¹³ BROWN, Chris & AINLEY, KIRSTEN. *Compreender as Relações Internacionais*. Lisboa: Gradiva, p. 45-58; SILVA, Guilherme A. & GONÇALVES, Williams. *Realismo. Idem*, p.236-238.

Ao analisar o período do pós-guerra, Jean Thobie assinalou que na França a área assumiu a influência do método marxista aplicado à história, as críticas do movimento dos *Annales*, e os debates sobre as origens da guerra¹⁴. Nesse contexto francês destacam-se dois aspectos que tiveram impacto na historiografia e implicações nos estudos medievais. Em primeiro lugar, a ascensão dos *Annales*. Lucien Febvre, em “Contra a história diplomática em si. História ou Política? Duas reflexões: 1930, 1945”¹⁵, favoreceu o recuo da temática entre os historiadores, formulando as bases da crítica a uma História Diplomática restrita aos documentos oficiais e aos usos protocolares, caracterizada por não avançar em problemas mais profundos, a mesma profundidade proposta pelos *Annales*. No bojo desse movimento lembra-se ainda da centralidade adquirida pela história econômico-social entre os anos 30 e 60, expressa na produção de Braudel e Labrousse, na qual as anteriores preocupações da diplomacia são deixadas de lado.

Em seguida, recupera-se a senda aberta por Pierre Renouvin, que se inclinou a refletir acerca das "forças profundas" – por exemplo, geografia, demografia, economia e mentalidades coletivas – envolvidas nas relações internacionais. O autor, ao organizar a coleção *Histoire des Relations Internationales*, nos anos 50, e, juntamente com Jean-Baptiste Duroselle, publicar a obra *Introduction à l'histoire des Relations Internationales* (1964), favoreceu a aproximação entre o movimento francês de mudanças historiográficas e o campo das RI. Acrescenta-se que Renouvin confiou a François Ganshof a redação do primeiro volume da *Histoire des Relations Internationales*, permitindo que o medievalista desenvolvesse um expressivo ensaio acerca da Idade Média, estudo esse que permanece um clássico na historiografia e será retomado mais à frente. Num balanço recente das correntes historiográficas francesas dos séculos XIX e XX, Pierre Renouvin aparece descrito como “o terceiro grande mestre da história do pós-guerra [ao lado de Braudel e Labrousse] (...). O verdadeiro fundador de uma história renovada das relações internacionais”, especialmente por sua noção de “forças profundas”¹⁶. No que pese os limites de tal afirmação fora do ambiente acadêmico francês, observa-se que a inclinação de Renouvin reorientou as preocupações de pesquisa na França, contribuindo para a passagem da História Diplomática para a história das

¹⁴ THOBIE, Jean. Relações Internacionais. In: BURGUIÈRE, André (org.). *Dicionário das Ciências Históricas*. Rio de Janeiro: Imago, 1993, p.652.

¹⁵ FEBVRE, Lucien. Contra a história diplomática em si. História ou Política? Duas reflexões: 1930, 1945. In: *Combates pela História*. Lisboa: Presença, 1989, p.67-74.

¹⁶ DELACROIX, Christian, DOSSE, François & GARCIA, Patrick. *Correntes historiográficas na França, séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: FGV, 2012, p.237-239.

Relações Internacionais, assim como constituiu o campo das RI através do diálogo com as demais ciências sociais, com ênfase especial nos problemas econômico-sociais¹⁷.

Como anteriormente foi pontuado, ao passo que ocorria a institucionalização das RI, paralela à separação da História Diplomática, a historiografia passava por um intenso movimento de renovação de paradigmas, processo que se concentrava, em grande parte, no grupo dos *Annales*. Esse movimento compreendia que o historiador deveria orientar-se para os problemas econômicos, sociais e, posteriormente, da mentalidade, questões manifestas em temporalidades ainda pouco exploradas pelo historiador, com a média e a longa duração. Buscavam-se nas Ciências Sociais, na Psicologia Social, na Geografia, entre outras áreas, os diálogos que afirmariam a História como ciência e vanguarda das humanidades. Afastava-se da narrativa, do sujeito e dos acontecimentos em busca de “profundidade”¹⁸. Em virtude de tal inclinação, o estudo do *político* – que, em inícios do século XX, poderia resumir-se ao estudo do Estado, das Instituições e das elites dirigentes, centrando-se nos grandes nomes e nos acontecimentos – ganhou duras críticas e, conseqüentemente, foi reorientado para abordagens que promoveram ao primeiro plano, aspectos de longa duração e do campo do simbólico, como se observa nas obras *Os Reis Taumaturgos*, de Marc Bloch, *Os Dois Corpos do Rei*, de Ernst Kantorowicz, e *O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrâneo à Época de Felipe II*, de Fernand Braudel.

Como se pode entrever, o conjunto de orientações historiográficas relacionadas ao movimento dos *Annales*, ainda que não generalizada, pouco espaço deu para a discussão da curta duração, dos acontecimentos, das negociações diplomáticas, da política externa, ou dos impasses que atravessavam as relações entre os Estados europeus e mesmo entre estes e os demais países no período. Nesse quadro, reafirmamos que ao longo da primeira metade do século XX, tanto as RI inclinavam-se aos problemas contemporâneos como a História construía perspectivas epistemológicas que a afastavam dos aspectos relacionados às relações diplomáticas.

Antes de avançar nas maneiras como o tema foi explorado pelos medievalistas, convém retomar que a institucionalização acadêmica das Relações Internacionais ocorreu num ambiente marcado pelo debate entre liberais e realistas, disputa teórica que se ampliou, nas décadas seguintes, em vertentes como: teoria crítica, construtivismo, neoliberalismo,

¹⁷ MARTINS, Estevão de Rezende. História das relações internacionais. In: CARDOSO, Ciro Flamarion & VAINFAS, Ronaldo (Org.). *Novos Domínios da História*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012, p.82.

¹⁸ DELACROIX, Christian, DOSSE, François & GARCIA, Patrick. *Correntes historiográficas na França, séculos XIX e XX*. *Idem*, p.163-196.

neorealismo, entre outras¹⁹. Não obstante, ainda que exista uma variedade de correntes teóricas, constata-se que as RI continuaram a fundamentar-se nos desafios do mundo contemporâneo. Sem vislumbrar um aprofundamento na área da teoria das relações internacionais (TRI)²⁰, acredita-se que a exposição de algumas correntes teóricas permitirá que sejam identificadas opções conceituais – por vezes, implícitas – adotadas pelos historiadores que trataram da temática.

O *realismo*, por exemplo, tem sido o paradigma mais influente da TRI desde a Segunda Guerra Mundial e centra suas análises nas causas da guerra e no Estado como principal ator internacional, privilegiando as investigações sobre as relações de poder entre os Estados. Seus defensores evocam a *História da Guerra do Peloponeso* como referência de que o desequilíbrio de poder é a causa fundamental e objetiva da guerra²¹. Por outro lado, a aceleração do processo de globalização nas últimas décadas do século XX fez emergir novas TRI, dentre as quais se destaca, primeiramente, o *construtivismo*. Essa teoria mantém o Estado como entidade essencial para a análise das relações internacionais, prevê a impossibilidade de diferenciação entre as relações internas e as externas, e se coloca a considerar mais atores políticos no sistema internacional, além de valorizar o papel das ideias e valores em tal universo de relações²². No bojo dessas discussões, em finais dos anos 70, Robert Keohane e Joseph Nye lançaram *Power and Interdependence* (1977), obra que defende a “interdependência complexa” como nova teoria das relações internacionais, considerando, por exemplo, que os Estados sempre foram interdependentes, ainda que acrescente que questões como segurança, comércio ou finanças apresentem diferentes modos de dependência²³.

Esse panorama dos estudos e caminhos das Relações Internacionais não tem qualquer objetivo de ser exaustivo e nem visa filiar o presente estudo a alguma das correntes. Não obstante, pontua-se que em meio a intensos debates e definições teóricas e frente aos desafios das duas guerras mundiais e da guerra fria, as RI constituíram-se como um campo de saber, e tal processo centrou as análises da disciplina nas relações entre os Estados soberanos, sendo a diplomacia por vezes pensada como “*arte de negociação*” (Adriano Moreira) num cenário

¹⁹ MARTINS, Estevão de Rezende. História das relações internacionais. *Idem*, p.75.

²⁰ Para tal, indicamos a bibliografia citada até o momento.

²¹ SILVA, Guilherme A. & GONÇALVES, Williams. Realismo. In: *Dicionário de relações internacionais*. São Paulo/Barueri: Manole, 2010, p.235-239; NOGUEIRA, João Pontes & MESSARI, Nizar. *Teoria das Relações Internacionais: correntes e debates*. *Idem*, p.20-55.

²² SILVA, Guilherme A. & GONÇALVES, Williams. Construtivismo. In: *Dicionário de relações internacionais*. São Paulo/Barueri: Manole, 2010, p.30-33; NOGUEIRA, João Pontes & MESSARI, Nizar. *Teoria das Relações Internacionais: correntes e debates*. *Idem*, p.162-185.

²³ BROWN, Chris & AINLEY, KIRSTEN. *Compreender as Relações Internacionais*. *Idem*, p.71-72.

marcado pela tensão entre guerra e paz. Como será discutido à frente, será no afastamento e na reconsideração desses elementos basilares das RI, isto é, Estado, Soberania e Guerra/Paz, que a *nova história da diplomacia medieval* irá se constituir.

Retoma-se que o desenvolvimento e a constituição das Relações Internacionais se deram paralelamente a significativas mudanças ocorridas na historiografia e mesmo no âmbito geral das Ciências Humanas e Sociais. Por esse motivo as discussões a seguir se concentrarão no caso específico da História Medieval, cotejando, pontualmente, as relações entre esse caso particular e os movimentos mais amplos da historiografia.

O clássico estudo de François Ganshof acerca das relações internacionais na Idade Média²⁴ compõe a coleção de Renouvin e aborda dois aspectos centrais: em primeiro lugar o quadro cronológico das relações internacionais no medievo, destacando o fim do Império Romano, o período carolíngio, as relações entre Ocidente e Oriente, a crise dos séculos XIV e XV, as relações comerciais, entre outros aspectos; em seguida, as técnicas empregadas nessas relações, capítulos que se concentram na discussão da documentação, das embaixadas e dos embaixadores em diferentes momentos do medievo. Observa-se, tal como se destacou anteriormente, o peso dos aspectos econômicos para a condução das relações externas, perspectiva que mantém a coerência do Tomo I com a orientação teórica do editor da coleção. Ao todo, Ganshof dedicou três capítulos para as “técnicas”, sendo o terceiro, direcionado aos séculos XIII e XV, o que mais nos interessa.

O autor explora temáticas centrais para a historiografia atual, como as formas de negociação, os atores envolvidos nas negociações, a documentação, os casamentos, entre outros eixos frequentemente esquecidos, como o papel das peregrinações, das colônias de mercadores, dos mercenários, etc. A obra de Ganshof, apesar de suas características introdutórias, permanece um marco na historiografia, porém consideramos que sua abordagem apresenta um grande elemento que a afasta dos estudos atuais: a concepção teórica relativa às relações internacionais e as consequentes implicações do termo para o medievo.

Como foi assinalado, a área das Relações Internacionais estrutura-se a partir de dois conceitos-chave, Estado moderno e Soberania²⁵, pensados a partir da experiência estatal presente em Westfália no século XVII, além de pautar-se nas embaixadas permanentes. Por mais que Ganshof, medievalista dedicado à Idade Média Central, não reafirme e não se

²⁴ GANSHOF, François. Le Moyen Age. In: RENOUVIN, Pierre (dir.). *Histoire des Relations Internationales*. Tome I. Paris: Librairie Hachette, 1953.

²⁵ MARTINS, Estevão de Rezende. História das relações internacionais. *Idem*, p.73-93; PISTONE, Sergio. Relações Internacionais. In: BOBBIO, Norberto, MATTEUCCI, Nicola & PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. Brasília: Editora da UnB, 2009, Vol. 2, p.1089-1099; PECEQUILO, Cristina Soreanu. *Introdução às Relações Internacionais. Temas, atores e visões*. Rio de Janeiro/ Petrópolis: Vozes, 2004.

concentre na discussão desses elementos, sua obra reforça, por exemplo, a ideia de uma sociedade medieval marcada pela violência e, conseqüentemente, por frequentes tentativas de ordem e pacificação; o papel das embaixadas permanentes quatrocentistas como elemento de ruptura entre o medievo e a modernidade; e o esfacelamento das relações estabelecidas em torno da Igreja e do Império na Baixa Idade Média, aspecto que levaria à constituição de um cenário internacional ausente de um polo hegemônico acima dos Estados. Em linhas gerais, a obra de Ganshof acaba por inserir o medievo numa história das Relações Internacionais na qual ele ocupa o lugar de momento preparatório, origens, raízes, além de condicionar a diplomacia ao problema da paz e da guerra. Isso não exclui a série de contribuições presentes no texto, em especial sobre a documentação ou sobre embaixadas e embaixadores, no entanto, como tentaremos demonstrar ao longo deste estudo, nosso ponto de partida caracteriza-se exatamente pelo afastamento de tal perspectiva. Compreendemos que a diplomacia medieval, em especial a quatrocentista, pode ser pensada fora do problema guerra/paz e de uma visão de um fim da Idade Média em crise ou em preparação da modernidade, oferecendo diferentes e ricas possibilidades de leituras.

Em síntese, acredita-se que as concepções da área das RI e o próprio termo “relações internacionais” remetem ao conjunto de relações que se desenvolveram em torno do Tratado de Westfália (1648), formando um universo no qual o Estado soberano aparece como principal ator do espaço internacional, sendo a diplomacia conduzida por um grupo de especialistas definidos, os embaixadores. Nesse sentido, o termo tende a encobrir demasiadamente a realidade da diplomacia medieval, pois reafirma implicitamente as relações entre Estados. No medievo, para além de não podermos falar em Estado-Nação ou num único modelo estatal, as relações diplomáticas têm como característica fundamental ser um conjunto de relações entre grupos políticos organizados (urbanos, ducais, régios, imperiais, eclesiásticos), mesmo que – processo marcante em finais do medievo – o poder régio (Estado) gradativamente se afirmasse com a exclusividade nesse âmbito.

Antes de avançar sobre os novos pressupostos dos estudos a respeito da diplomacia medieval, convém destacar que as temáticas levantadas por Ganshof e sua abordagem econômico-social não tiveram grande desdobramento na historiografia²⁶ e os anos 60 e 70 foram marcados por três importantes estudos ingleses dedicados aos aspectos administrativos e ao pessoal envolvido nas embaixadas: *The King's Messengers. 1199-1377. A contribution to*

²⁶ Elemento que também pode ter contribuído para essa limitação é o fato do mundo anglo-saxão ter centralidade nos debates teóricos das Relações Internacionais. Cf.: GONÇALVES, Williams. *Relações Internacionais*. Rio de Janeiro: JZH, 2008, p.50.

the History of the Household (1961), de Mary Hill; *The Office of Ambassador in the Middle Ages* (1967), de Donald Queller; e *English Diplomatic Administration (1259-1339)* (1971²⁷), de George Cuttino. Esse reduzido número de trabalhos se expressa no levantamento apresentado por Bernard Guenée em 1971²⁸, no qual cita apenas nove títulos dedicados a diplomacia, sendo três artigos, três livros já mencionados (Ganshof, Queller e Cuttino), e três outros: *Die Berichte der Generalprokuratoren des Deutschen Ordens an der Kurie* (1961), de K. Forstreuter; *The Congress of Arras, 1435* (1955), de J-G. Dickinson; e *Renaissance Diplomacy* (1955), de G. Mattingly.

Acerca do último trabalho, referência para os modernistas, John Watkins sublinha que Mattingly, tendo como base o célebre estudo de Jacob Burckhardt, centrou a mudança diplomática do Ocidente entre 1420 e 1530, o mesmo período destacado pelo autor de *A Cultura do Renascimento na Itália*. Segundo Watkins, a emergência das embaixadas permanentes na obra de Garrett Mattingly ocupa uma posição análoga da emergência do indivíduo em Burckhardt, aproximações que se manifestam ainda na caracterização da Idade Média e, conseqüentemente, da diplomacia medieval a partir do domínio da religião, sintetizada na noção de Cristandade. Tal ponto de partida teria, desta forma, contribuído para a construção de uma leitura dicotômica acerca do período, privilegiando os elementos seculares²⁹.

Em síntese, constata-se que os trabalhos mencionados ocupam lugar de destaque na historiografia relativa à diplomacia medieval, em especial sobre os últimos séculos do medievo, sendo célebre o estudo de Queller que identificou o desenvolvimento do ofício de embaixador ao longo da Idade Média e, noutras investigações, explorou aspectos da prática diplomática como a legislação e os poderes dos enviados externos³⁰. No entanto, percebe-se também que tais trabalhos dedicaram-se a fontes tradicionais da História Diplomática, como tratados, cartas de crença, procurações, além de analisar a experiência da diplomacia medieval orientando-se para a constituição da diplomacia moderna, como bem exemplifica o levantamento de Queller.

²⁷ A primeira edição da obra de George Cuttino é de 1940, porém a segunda edição de 1971 é a mais citada e está envolvida no conjunto de publicações inglesas dos anos 60 e 70 sobre a temática.

²⁸ Cf.: GUENÉE, Bernard. *O Ocidente nos séculos XIV e XV – Os Estados*. São Paulo: Pioneira, Editora da Universidade de São Paulo, 1981 [1971], p.30-31.

²⁹ WATKINS, John. Toward a New Diplomatic History of Medieval and Early Modern Europe. In: *Journal of Medieval and Early Modern Studies*, 38, Winter 2008, p.2-3.

³⁰ Ver, por exemplo: L'Evolution du rôle de l'Ambassadeur: Les Pleins Pouvoirs et le Traité de 1201 entre les croisés et les Vénétiens. In: *Le Moyen Âge*, vol. LXVII, 1961, p. 479-501; Early Venetian Legislation concerning Foreign Ambassadors. In: *Studies in the Renaissance*, vol.12, 1965, p.7-17. Para um detalhamento da obra de Donald Queller, ver: The Works of Donald E. Queller. In: *The International History Review*, vol.17, n.4, nov. 1995, p.753-758.

De acordo com Stéphane Péquignot, foi a partir dos anos 80 e 90 que a diplomacia medieval, especialmente a dos séculos XIII, XIV e XV, suscitou novas discussões e passou a ser objeto de congressos, colóquios e investigações monográficas³¹. Ressalta-se nesse movimento os estudos de Françoise Autrand³², Nicolas Offenstadt³³, Pierre Chaplais³⁴ e do próprio Péquignot³⁵, além da obra coletiva *Arras et la diplomatie européenne XVe-XVIe siècles* (1999).

Que caminhos teriam contribuído para esse crescimento e, conseqüente mudança de quadro entre os anos 60 e 80? Em linhas gerais, ele resulta da conjunção de diversos fatores, em especial, o revigoramento da História Política, com bases renovadas e pautadas no diálogo com diferentes ramos das Ciências Sociais, desde a Antropologia à Ciência Política. Destarte, a *nova história da diplomacia medieval*³⁶ avança sobre temas como rituais e gestualidade, mas não deixa de explorar o pessoal envolvido nas missões diplomáticas ou mesmo as instituições que assessoravam os monarcas. Nesse sentido, parafraseando a clássica obra de Jacques Le Goff e Pierre Nora, consideramos que essa *nova história da diplomacia medieval* constitui-se atualmente através de “novos problemas, novas abordagens e novos objetos”. Compreendendo a diplomacia medieval como relação entre poderes, tal perspectiva historiográfica encontra-se sintetizada na obra *Les Relations Diplomatiques au Moyen Âge. Formes et enjeux*, publicada pela *Société des historiens médiévistes de l'Enseignement supérieur public* (2011)³⁷. Expressão do acúmulo de investigações produzidas nas últimas décadas no cenário acadêmico europeu – em especial na historiografia francesa –, a obra traz um conjunto de reflexões metodológicas e temáticas, destacando questões envolvidas nas relações diplomáticas medievais como o papel da oralidade, da representação, do estrangeiro, da mediação, dos rituais, etc.

³¹ PÉQUIGNOT, Stéphane. Les diplomaties occidentales, XIIIe-XVe siècle. In: *Relations diplomatiques au Moyen Âge. Formes e enjeux*. Paris: Publications de la Sorbonne, 2011, p.55.

³² AUTRAND, Françoise. The Peacemakers and the State: Pontifical Diplomacy and the Anglo-French Conflict in the Fourteenth Century. In: CONTAMINE, Philippe (Ed.). *War and Competition between States*. New York: Oxford University Press, 2000, p.249-277; AUTRAND, Françoise & CONTAMINE, Philippe. Naissance de la France: naissance de sa diplomatie. Le Moyen Âge. In: *Histoire de la diplomatie française. I. Du Moyen Âge à l'Empire*. Paris: Perrin, 2005, p.41-177.

³³ OFFENSTADT, Nicolas. *Faire la paix au Moyen Âge*. Paris: Odile Jacob, 2007.

³⁴ CHAPLAIS, Pierre. *English Diplomatic Practice in Middle Ages*. London & New York: Hambledon and London, 2003.

³⁵ PÉQUIGNOT, Stéphane. *Au nom du Roi. Pratique diplomatique et pouvoir durant le règne de Jacques II d'Aragon (1291-1327)*. Madrid: Casa de Velázquez, 2009.

³⁶ A identificação de uma nova história da diplomacia medieval e moderna é a base, por exemplo, do artigo de WATKINS, John. Toward a New Diplomatic History of Medieval and Early Modern Europe. *Idem*.

³⁷ *Relations diplomatiques au Moyen Âge. Formes e enjeux*. Paris: Publications de la Sorbonne, 2011.

Da referida coletânea, sublinha-se a contribuição de Stéphane Péquignot³⁸, que propõe uma definição para o termo diplomacia: "*l'ensemble des activités de représentation, d'échanges et de négociations politiques, menées au nom d'un pouvoir auprès d'autres pouvoirs*"; e do texto de Jean-Marie Moeglin³⁹, que discute os contornos de um "sistema da diplomacia medieval" caracterizado: pela finalidade última das relações diplomáticas que é estabelecer um tratado que organiza uma relação pacífica com outros reis, príncipes e detentores de autoridade; pelo papel de comunicação das atividades diplomáticas; e pelo peso das relações pessoais, expressa pela importância dos casamentos para a diplomacia.

Em meio a tais discussões, a tese de Péquignot, *Au nom du Roi. Pratique diplomatique et pouvoir durant le regne de Jacques II D'Aragon (1291-1327)*, afirma-se como principal referência dos novos estudos acerca da diplomacia medieval. O autor avança na investigação de três grandes eixos: os instrumentos e meios da diplomacia real; o rei e seus embaixadores; e o poder através da diplomacia. Estes abarcam um conjunto de onze capítulos que, para além da análise específica sobre o reino de Aragão, oferecem uma significativa exposição das pesquisas produzidas em diferentes historiografias europeias acerca da diplomacia medieval, além de propor uma importante definição de "prática diplomática":

Une expression que met d'emblée l'accent de manière pragmatique sur la variété des opérations effectuées et des protagonistes qui s'y investissent. Le champ envisagé embrasse donc les activités de représentation et de négociation politiques menées au nom d'un pouvoir auprès de pouvoirs étrangers, il concerne à la fois des méthodes, des hommes, des institutions et des valeurs⁴⁰.

A opção interpretativa apresentada abre um amplo campo de perspectivas de pesquisa para os estudos medievais e mesmo para as investigações acerca do mundo antigo e moderno, colocando o pesquisador frente a diferentes problemas, os quais, por vezes não aparecem nos estudos tradicionais sobre as relações diplomáticas, como: os métodos de negociação; os papéis da diplomacia, em seus âmbitos social, cultural, econômico e político; os agentes envolvidos e seus vínculos com o poder régio e as instituições do reino; a estrutura administrativa e institucional por trás das ações diplomáticas; e mesmo as concepções, cerimônias e valores que envolvem a prática. Abrem-se ainda os problemas tradicionais,

³⁸ PÉQUIGNOT, Stéphane. Les diplomaties occidentales, XIIIe-XVe siècle. In: *Relations diplomatiques au Moyen Âge. Formes e enjeux*. Paris: Publications de la Sorbonne, 2011, p.47-66.

³⁹ MOEGLIN, Jean-Marie. Existe-t-il un ordre diplomatique médiéval? In: *Relations diplomatiques au Moyen Âge. Formes e enjeux*. Paris: Publications de la Sorbonne, 2011, p.304-317.

⁴⁰ PÉQUIGNOT, Stéphane. *Au nom du Roi. Pratique diplomatique et pouvoir durant le règne de Jacques II d'Aragon (1291-1327)*. Madrid: Casa de Velázquez, 2009, p.2.

sendo o principal a terminologia, visto que palavras como “diplomacia”, “política externa”, “relações externas”, “relações internacionais”, entre outras utilizadas atualmente, não são verificadas no medievo. Por lidar com essa terminologia flutuante, por vezes a diplomacia medieval aparece pensada a partir das ausências, estas que só tem sentido quando comparadas ao modelo diplomático moderno.

A partir dos elementos expostos, observa-se a proximidade entre a renovação dos estudos sobre a diplomacia medieval e o duplo movimento traçado páginas atrás, que se caracteriza pela ampliação e flexibilidade do campo das RI – expressa, por exemplo, nas críticas do paradigma realista – e no revigoração da História Política através da ruptura da inclinação socioeconômica e da utilização dos aportes das diferentes Ciências Sociais, processo marcante desde os anos 60 e, principalmente, no pós anos 70. Além disso, constata-se ainda que preocupações tradicionais como embaixadas permanentes, Estado moderno e Soberania, passam a ser colocadas em segundo plano ou, no limite, descartadas pelos medievalistas.

Ao orientar as atenções para a historiografia medieval e moderna nas últimas décadas, constata-se a lenta fragmentação do paradigma estadualista clássico, assim como a revisão do processo de gênese do Estado moderno, exemplificado pelos projetos internacionais *Genèse de l'État moderne (XIIIe-XVIIIe siècles)* e *Origins of the Modern State (XIII-XVIII Centuries)* e nas obras de Jean-Philippe Genet, António Manuel Hespanha, Bartolomé Clavero, entre outros. Este duplo movimento vem afirmando-se no progressivo afastamento dos medievalistas do eixo guerra-paz que em grande parte centrou a atenção dos estudiosos franceses e ingleses inclinados à Guerra dos Cem Anos⁴¹. Nesse sentido, tal afastamento tem dado espaço a problemas relativos às formas de negociação e ao papel da diplomacia na circulação de informações, como se observa nas obras *La circulation de nouvelles au Moyen Âge* (1994), *Information et société en Occident à la fin du Moyen Âge* (2002) e *Negociar en la Edad Media* (2004).

Destaca-se ainda a contribuição advinda das investigações sobre a História Moderna, as quais se incidem especialmente na questão da ruptura de finais da Idade Média e, conseqüentemente, auxiliam na releitura do quadro contextual no qual se fundamenta o paradigma estatal adotado pela história das Relações Internacionais. Manuel Rivero Rodruíguez é um dos autores a questionar as limitações impostas pelo paradigma estadualista

⁴¹ Ver, por exemplo, a abordagem de AUTRAND, Françoise. *The Peacemakers and the State: Pontifical Diplomacy and the Anglo-French Conflict in the Fourteenth Century*. *Idem*; GUENÉE, Bernard. *O Ocidente nos séculos XIV e XV – Os Estados*. *Idem*; ALLMAND, Christopher. *The Hundred Years War. England and France at war, c.1300-c.1450*. Cambridge: University Press, 1996.

aos estudos acerca da diplomacia entre o medievo e a modernidade, trazendo para o centro de sua análise temas como: as relações dinásticas, o papel das ordens e das hierarquias na dinâmica diplomática, as disputas confessionais na condução das relações externas, entre outros⁴². Alain Tallon também reforça essa perspectiva ao notar que o Estado no século XVI não tinha o monopólio das relações internacionais – antes, tais relações se apresentavam através de unidades políticas que não se reivindicavam como soberanas –, e ao defender a permanência da concepção patrimonial de poder no período⁴³. Outro autor a contribuir com esse debate é Lucien Bély, com significativa produção relativa à época. Seus estudos chamam atenção para a ambiguidade do termo “relações internacionais” pelo fato da inexistência do Estado-Nação, e indicam que seria mais adequado falar em relações interprincipescas ou relações interestatais⁴⁴. Os argumentos ressaltam ainda a importância das relações familiares e pessoais para a constituição das relações externas no período medieval e moderno, propostas que corroboram nossas investigações sobre o século XV português⁴⁵.

1.2. A DIPLOMACIA MEDIEVAL: PROBLEMAS INSTITUCIONAIS, HUMANOS E DA PRÁTICA POLÍTICA

Os problemas acerca da diplomacia medieval implicam atualmente em temáticas amplas, as quais serão aqui agrupadas em três eixos de problemas correspondentes aos capítulos da tese: os institucionais, que envolvem as estruturas administrativas da Baixa Idade Média (capítulo 2); os humanos, que se relacionam com o pessoal presente nas missões diplomáticas (capítulo 3); e os da prática política, que definimos como o universo de questões que tomam a diplomacia como forma de negociação (capítulo 4) e de promoção e propaganda do poder régio (capítulo 5).

*

Inicialmente, recuperam-se questões relativas à História das Instituições, pois a diplomacia envolve os pilares da administração, em especial, o Rei, o Conselho e as Cortes. Para a historiografia portuguesa, a obra de Henrique da Gama Barros, *História da*

⁴² RODRÍGUEZ, Manuel Rivero. *Diplomacia y relaciones exteriores en la Edad moderna – 1453-1794*. Madrid: Alianza Editorial, 2011.

⁴³ TALLON, Alain. *L'Europe au XVIe siècle. États et Relations Internationales*. Paris: PUF, 2010.

⁴⁴ BÉLY, Lucien. *Espions et ambassadeurs au temps de Louis XIV*. Paris: Fayard, 1990; *L'art de la paix en Europe. Naissance de la diplomatie moderne. XVIe-XVIIIe siècle*. Paris: PUF, 2007; Conclusion. In: CLAUZEL, Denis; GIRY-DELOISON, Charles & LEDUC, Christophe. *Arras et la diplomatie européenne XVe-XVIe siècles*. Arras: Artois Presses Université, 1999, p. 299-306.

⁴⁵ LIMA, Douglas Mota Xavier de. *O infante D. Pedro e as Alianças Externas de Portugal (1425-1449)*. Niterói: Universidade Federal Fluminense, Dissertação de Mestrado, 2012.

*Administração Pública em Portugal nos séculos XII a XV*⁴⁶, permanece como um marco que, somado aos estudos do Direito, com destaque para Paulo Merêa e Marcello Caetano, condicionou e orientou as pesquisas sobre a administração medieval. Sublinha-se que esse “quase monopólio das gentes do Direito no estudo das leis e das instituições políticas” não foi rompido pelo 25 de abril, por mais que os trabalhos de António Manuel Hespanha e Armando Luís de Carvalho Homem tenham raízes nessa época⁴⁷.

Nesse caminho de reavaliação lembra-se de investigações que reafirmaram o movimento de revisão da obra de Gama Barros e da própria área da História das Instituições. Carvalho Homem analisou a burocracia e o Conselho Régio criando bases sólidas para o estudo da administração central no Portugal quatrocentista⁴⁸; Hespanha, concentrando-se no campo jurídico, contribuiu com a problematização de diferentes aspectos que estruturavam o poder no Antigo Regime⁴⁹; e Armindo de Sousa explorou a temática das Cortes avisinias mostrando, especialmente, o papel dessas assembleias como espaço de negociação política e como estrutura parcial do sistema político⁵⁰. Esses estudos, entre muitos outros de autores como Maria Helena Coelho, Manuela Mendonça, Saul Gomes, Luís Miguel Duarte, etc., oferecem significativos apontamentos relativos ao funcionamento dos espaços administrativos do reino, além de avançar em problemas relativos à formação de carreiras e à composição social de tais espaços. A partir destes aportes, o protagonismo régio na condução das relações diplomáticas passa a ser balanceado através de termos como “negociação”, “resistência” e “estratégias de persuasão”, questões que se mostram na dinâmica do Conselho e das Cortes, instituições diretamente ligadas ao assessoramento dos monarcas nos assuntos externos.

⁴⁶ BARROS, Henrique da Gama. *História da Administração Pública em Portugal nos séculos XII a XV*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1885.

⁴⁷ MORENO, Humberto Carlos Baquero, DUARTE, Luís Miguel & AMARAL, Luís Carlos. História da Administração portuguesa na Idade Média. Um balanço. In: *Ler História*, 21, 1991, p.87-88. Armando Luís Carvalho Homem argumenta que os volumes da *História da Administração* variam no contato de Gama Barros com as fontes primárias (manuscritas, narrativas, jurídicas e diplomáticas) e defende que as conclusões do mesmo devem ser reavaliadas a partir dos acúmulos da historiografia e do conhecimento de novos documentos (HOMEM, Armando Luís de Carvalho. Gama Barros, historiador das instituições administrativas. In: *Portugal nos finais da Idade Média: Estado, Instituições, Sociedade Política*. Lisboa: Livros Horizonte, 1990 [1985], p.35-47.

⁴⁸ HOMEM, Armando Luís de Carvalho. *O desembargo régio (1320-1433)*. Porto: INIC, 1990. Cita-se ainda os estudos reunidos em *Portugal nos finais da Idade Média: Estado, Instituições, Sociedade Política*. Lisboa: Livros Horizonte, 1990.

⁴⁹ HESPANHA, António Manuel. *História das Instituições. Épocas medieval e moderna*. Coimbra: Almedina, 1982; *Poder e Instituições na Europa do Antigo Regime*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984; *As Vésperas do Leviathan. Instituições e poder político. Portugal – séc. XVII*. Coimbra: Almedina, 1994.

⁵⁰ SOUSA, Armindo de. *As Cortes Medievais portuguesas (1385-1490)*. Porto: INIC/Centro de História da Universidade do Porto, 1990, 2v; *O parlamento medieval português – perspectivas novas*. In: *Revista da Faculdade de Letras*, Porto: Universidade do Porto, 07, 1990, p.47-58.

Ainda nessas discussões há a questão do financiamento da diplomacia. O eixo permite a problematização dos custos da ação diplomática, das formas de pagamento e circulação do financiamento régio, e das próprias estruturas financeiras da coroa no período. Em Portugal, os estudos de Jorge Faro “Embaixadas enviadas pelos reis de Portugal de 1415 a 1473. Subsídios documentais” (1461)⁵¹ e, principalmente, *Receitas e Despesas da Fazenda Real de 1384 a 1481 (subsídios documentais)* (1465)⁵², permanecem ocupando lugar central para a investigação da temática, em especial pela documentação levantada. Ao lado do autor, destacam-se os trabalhos de Virgínia Rau acerca da Casa dos Contos⁵³ e de Iria Gonçalves sobre os pedidos e empréstimos públicos durante a Idade Média portuguesa⁵⁴, que oferecem significativos apontamentos sobre o desenvolvimento das finanças reais. Nos últimos anos, a temática ainda foi abordada nas teses *State Finance, War and Redistribution in Portugal (1249-1527)* (2008), de António Maria Henriques, e *O Financiamento da coroa portuguesa nos finais da Idade Média: entre o “Africano” e o “Venturoso”* (2013), de Rodrigo Dominguez.

Esse universo de questões permite constatar a ampliação e a cristalização dos setores da administração régia na sociedade quatrocentista, o que nos leva a uma reflexão ampla acerca do funcionamento das estruturas de poder tardo-medievais, caracterizadas, geralmente, pela noção de centralização régia ou de formação do Estado moderno. Primeiramente, pontua-se que os caminhos variados que marcaram a renovação da História Política da Idade Média desde meados do século passado deram destaque a diferentes aspectos desse movimento político de longa duração.

O caráter simbólico e ritual das monarquias teve grande expressão nas problemáticas que partiram dos estudos de Marc Bloch e de Ernst Kantorowicz, ganhando a atenção dos historiadores ligados às mentalidades e à história cultural que repensaram o papel da realeza e de seus instrumentos de poder no processo de fortalecimento monárquico que marcou o Ocidente a partir do século XII/XIII⁵⁵. Não obstante, o mesmo movimento de renovação historiográfica também se afirmou na rediscussão das instituições centrais do poder e no papel

⁵¹ JOSÉ, Maria & FARO, Jorge. Embaixadas enviadas pelos reis de Portugal de 1415 a 1473. Subsídios documentais. In: *Actas do Congresso Internacional de História dos Descobrimentos*. Lisboa, 1961, Vol. III, p.249-270.

⁵² FARO, Jorge. *Receitas e Despesas da Fazenda Real de 1384 a 1481 (subsídios documentais)*. Lisboa: Publicações do Centro de Estudos Económicos, 1965.

⁵³ RAU, Virgínia. *A Casa dos Contos*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1951.

⁵⁴ GONÇALVES, Iria. *Pedidos e empréstimos públicos em Portugal durante a Idade Média*. Lisboa: Ministério das finanças, 1964.

⁵⁵ Um exemplo dessa perspectiva são os estudos de Jacques Le Goff reunidos na obra *Héros du Moyen Âge, le Saint et le Roi*. Paris: Gallimard, 2004; e a coletânea *L'État ou le Roi. Les fondations de la modernité monarchique en France (XIVe-XVIIe siècles)*. Paris: Editions de la MSH, 1996.

dos agentes ligados a esse processo, e sobre essa perspectiva serão tecidos alguns apontamentos.

Ao dar ênfase aos problemas institucionais e ao diálogo com a Sociologia e a Ciência Política⁵⁶, essa via historiográfica apresenta como ponto em comum, o debate acerca do Estado na Idade Média, em especial na Baixa Idade Média. Exemplos desse questionamento são as obras de Joseph Strayer, *On the Medieval Origins of the Modern State* (1969), e de Bernard Guenée, *L'Occident aux XIVe-XVe siècles – Les États* (1971). Mesmo com as diferenças de abordagens, ambas as obras retomaram o tema do Estado, ou pontuando o movimento de formação estatal franco-inglês a partir do século XII (Strayer) ou problematizando a estruturação do poder em finais da Idade Média (Guenée). Nesse cenário, a segunda obra destaca, por exemplo, o papel exercido pela diplomacia como instrumento dos Estados quatrocentistas⁵⁷.

Sem o interesse de aprofundar as discussões sobre a historiografia medieval acerca do Estado ou sobre as visões teóricas acerca do tema⁵⁸, lembra-se que esse universo de questões teve um novo fôlego entre os anos 80 e 90 com os projetos *Genèse de l'État Moderne* (1984-1986)⁵⁹ e *Origins of the Modern State – Centuries XIII-XVIII* (1989-1992)⁶⁰. Jean-Philippe Genet argumenta que os programas de pesquisa tiveram como resultado: a percepção de que a gênese do Estado moderno jamais fez desaparecer outras estruturas de poder concorrentes, sendo o processo marcado por momentos de conflito e simbiose entre as diferentes esferas de poder; notar o papel das relações feudais na formação do Estado moderno, relações entendidas, em síntese, através da importância das relações pessoais para a estruturação política, em especial em torno do rei⁶¹.

⁵⁶ No plano mais amplo da historiografia, são ícones dessa vertente os trabalhos de Jacques Julliard (A política) e de René Rémond (*Por uma história política*).

⁵⁷ GUENÉE, Bernard. *O Ocidente nos séculos XIV e XV. Os Estados*. *Idem*, p.171-181.

⁵⁸ Em nossa dissertação demos destaque a esse debate (LIMA, Douglas Mota Xavier de. *O infante D. Pedro e as Alianças Externas de Portugal (1425-1449)*. *Idem*, Cap.1. A 'gênese do Estado moderno' e as relações diplomáticas no medievo. Uma visão ampla acerca da temática pode ser lida na obra: *Visions sur le développement des États européens. Théories et historiographies de l'État moderne*. Actes du colloquede Rome (18-31 mars 1990). Rome: École Française de Rome, 1993.

⁵⁹ Trata-se da *Activité Thématique Programmé "Genèse"* do CNRS, e que serviu de base para a composição do projeto *Origins*. A atividade programada deu origem ao livro *L'État moderne: genèse. Bilans et perspectives* (1990).

⁶⁰ O programa esteve ligado a Fundação Européia da Ciência e foi coordenado em conjunto com Wim Blockmans. Ver: GENET. La Genèse de l'État Moderne. Les enjeux d'un programme de recherche. In: *Actes de la recherche en sciences sociales*. Année 1997, Volume 118, Numéro 1, p.3,12-14.

⁶¹ GENET. La Genèse de l'État Moderne. Les enjeux d'un programme de recherche. *Idem*, p.7-8.

Sobre a formação do Estado moderno e as relações feudais Genet argumenta que: "L'État moderne naît exclusivement du terrain féodal, c'est-à-dire là où des monarchies féodales ont réussi á utiliser à leur profit le dynamisme économique et social du "féodalisme" (GENET, Jean-Philippe. *L'État moderne: Un modèle opératoire?* In: *L'État moderne: genèse. Bilans et perspectives*. Paris: CNRS, 1990, p.261). Ao longo desse texto o autor ainda retoma a discussão, oferecendo importantes apontamentos acerca do tema. Essa temática, isto é, o

Em linhas gerais, Genet e os projetos *Genèse* estabeleceram três elementos centrais de investigação: guerra, imposto e diálogo político. Esses elementos mostram-se claramente na definição de Estado moderno exposta pelo autor: “Um Estado Moderno é um Estado cuja base material repousa sobre uma fiscalidade pública aceita pela sociedade política (e isso dentro de uma dimensão territorial superior à da cidade), e no qual todos os súditos estão inseridos”⁶². De acordo com Genet, foi através das guerras constantes da Baixa Idade Média e da concorrência entre os Estados em formação que se ampliou a demanda por impostos, permitindo a formação de uma “fiscalidade de Estado”⁶³, a qual levou ao “diálogo” com a sociedade política. Destaca-se que as resistências a tal processo existiram⁶⁴, porém, as estruturas estatais em desenvolvimento foram capazes de gerar uma “redistribuição” que

peso das relações feudais para a construção do Estado é deveras importante, e os historiadores franceses costumam utilizar o termo “*féodalité bâtarde*” para designar o universo de alianças e vínculos contratuais que perpassam a sociedade aristocrática dos séculos XIV e XV. No entanto, Claude Gauvard argumenta que o termo francês traduz mal a fórmula inglesa (*bastard feudalism*), visto que o mote original trata de relações que não comportam algumas características do feudalismo – como o feudo, a hereditariedade, e a homenagem. As relações tratadas pela fórmula e evocadas para o fim do medievo, articulam as práticas que estruturam as novas redes de solidariedade, de hierarquia laica e religiosa, que permitem que as aristocracias se estabeleçam frente às novas realidades políticas (GAUWARD, Claude. *Féodalité Bâtarde*. In: GAUWARD, Claude, LIBERA, Alain de & ZINK, Michel. *Dictionnaire du Moyen Âge*. Paris: Quadrige/PUF, 3ª ed. 2009, p.523). Ainda nessa discussão, Jean-Philippe Genet, em outro texto, chega a utilizar o termo “*féodalisme d’État*”. Diz o autor: “féodalisme d’État, se caractérise, sur fond de reconcentration d’une autorité publique jusque-là répartie entre les membres de l’aristocratie des puissants, par l’apparition d’un prélèvement d’État, à cote du prélèvement seigneurial et domínial qui, s’il persiste, perd peu à peu de son importance. Le maintien du terme ‘féodalisme’ indique bien que la transition s’opère sur le long terme: il faut longtemps pour que, dans les faits sinon dans le théories des juristes et des théologiens, une nette différence s’opère entre la personne du souverain et l’État qu’il représente et incarne: état n’apparaît en anglais dans son sens moderne que vers 1535. Qui plus est, non seulement le prélèvement seigneurial subsiste, mais l’État opère lui-même selon des modes qui sont largement féodaux: poids des liens d’homme à homme, exaltation des valeurs chevaleresques, de l’éthique du service, de la fidélité et de la ‘bonne seigneurie’ chez les membres des classes dirigeantes. Ces éléments contribuent à l’établissement d’une relation personnelle entre le souverain et les membres de ces classes, d’autant plus caractéristique du féodalisme qu’elle est généralement médiatisée par d’autres relations de fidélité; d’où l’importance du phénomène des ‘partis’ nobiliaires dans le féodalisme d’État” (GENET, Jean-Philippe. *La genèse de l’État Moderne. Culture et société politique en Angleterre*. Paris: PUF, 2003, p.11-12).

⁶² GENET, Jean-Philippe. *La Genèse de l’État Moderne. Les enjeux d’un programme de recherche*. *Idem*, p.3 (tradução livre). “Un État moderne, c’est un État dont la base matérielle repouse sur une fiscalité publique acceptée par la société politique (et ce dans une dimension territoriale supérieure à celle de la cité), et dont tous les sujets sont concernés”.

⁶³ Sobre o tema da ‘fiscalidade do Estado’ diz Genet: “A fiscalidade de Estado implica um certo número de mudanças estruturais (...). A primeira mudança estrutural concerne a legitimidade do imposto. (...) O processo de legitimação deve em efeito englobar, no sentido mais amplo, a causa que fez demandar o imposto: o imposto não é um dever (...), ele vem dos súditos por resposta a uma necessidade, e, ao menos no início, essa necessidade é precisa. De outra parte, já que mesmo a pessoa real não basta, é necessário empreender a definição de um beneficiário transcendente que não é outro que o Estado. A segunda mudança estrutural está intimamente ligada à precedente, já que se trata da organização progressiva do diálogo com os súditos, diálogo indireto por intermédio das instituições representativas e dos mecanismos de assembleia e de consulta, diálogo direto para a propaganda ou o espetáculo, teatral ou litúrgico, do Estado em ação ou em representação. Ora, esse diálogo funda a comunidade política, ele a põe, frente ao rei e com o rei” (GENET, Jean-Philippe. Introduction. *Genèse de l’état moderne. Prélèvement et Redistribution*. Paris: CNRS, 1987, p.8). [tradução livre]

⁶⁴ Sobre as resistências ao desenvolvimento do Estado moderno, ver: GENET, Jean-Philippe. Estado. In: LE GOFF, Jacques & SCHMITT, Jean-Claude. *Dicionário Temático do Ocidente Medieval*. Bauru, SP: EDUSC, 2006, v.1, p.407.

possibilitou, gradativamente, a aceitação de tal dinâmica. Esta “redistribuição”, enfatiza Genet, abarca não apenas o elemento monetário, mas também alcança a legitimidade conferida pelo Estado, a capacidade de agir em suas esferas de atividade⁶⁵.

Em meio a tantas discussões, convém questionar qual o papel da diplomacia – que compreendemos como um instrumento político que contribuiu para a consolidação das estruturas de governo em suas bases institucionais e humanas, e para a própria transformação da imagem do poder – nesse processo de gênese do Estado moderno. Especificamente, o tema aparece nas discussões do projeto *Origins of the modern state* apenas no eixo “*War and competition between state systems*”⁶⁶. Neste, a diplomacia (relações internacionais) é analisada como resultante da competição interna e externa entre poderes, questão que se concentra no caso franco-inglês estudado por Françoise Autrand⁶⁷. Não obstante, os apontamentos feitos páginas atrás oferecem indícios da estreita ligação entre o desenvolvimento da diplomacia na Baixa Idade Média e a gênese do Estado moderno.

A fim de demonstrar as linhas gerais dessa intercessão, lembra-se: a existência de múltiplos atores não estatais nas relações diplomáticas medievais reforça a perspectiva de que o Estado/poder central não fez desaparecer outras formas de poder (eclesiástico, urbano, senhorial, etc.), sendo assim, reafirma-se a diplomacia medieval como uma relação entre poderes; a ampliação e a sistematização da documentação, acompanhada dos investimentos em conservação, evidencia o papel central que as chancelarias régias tiveram, tanto no âmbito da diplomacia, em questões protocolares e de memória do poder, como no desenvolvimento administrativo do Estado; a centralidade das relações dinásticas/pessoais e das redes de solidariedade, assim como das políticas matrimoniais e dos encontros régios para a estruturação das relações diplomáticas demonstram que em finais do medievo, mesmo com o acentuado papel das instituições centrais do poder ou ainda com o avanço da separação entre o público e o privado, o Estado era atravessado por laços pessoais e relações do universo do

⁶⁵ “Les causes de l’acceptation ne peuvent donc être liées à la seule redistribution directe par l’État. Mais l’État ne redistribue pas que de l’argent. L’État se veut légitime, et garant de la légitimité: cette légitimité, il la redistribue par les responsabilités et les délégations qu’il confie, par les postes et les emplois qu’il confère, par la capacité qu’il donne à certains de parler em son nom et d’agir dans des sphères d’activité dont il s’assure le monopole (le maintien de l’ordre public, la justice, etc...). Sans doute l’administration, la bureaucratie, l’“appareil d’État” sont-ils encore bien embryonnaires au début du XIVe siècle! Mais au nom du Prince se constitue un réseau de relations qui agit comme structure de redistribution dominante (ou plutôt englobante)”. (GENET, Jean-Philippe. *L’État moderne: Un modèle opératoire?* *Idem*, p.267).

⁶⁶ Cf.: CONTAMINE, Philippe (Ed.). *War and Competition between States*. New York: Oxford University Press, 2000. O detalhamento do grupo de trabalho pode ser visto em: BLOCKMANS, Wim, GENET, Jean-Philippe & MUHLBERG, Christoph. *The Origin of the Modern State. Additional activity of the European Science Foundation*. In: *L’État moderne: genèse. Bilans et perspectives*. Paris: CNRS, 1990, p.285-304.

⁶⁷ AUTRAND, Françoise. *The Peacemakers and the State: Pontifical Diplomacy and the Anglo-French Conflict in the Fourteenth Century*. In: CONTAMINE, Philippe (Ed.). *War and Competition between States*. *Idem*.

parentesco artificial; a consolidação de um núcleo de agentes não eclesiásticos ligados às instituições centrais do poder, que gradativamente ampliou sua participação nas missões diplomáticas, aumento que também se traduz na crescente importância da formação jurídica, indica que a delimitação do pessoal envolvido na diplomacia é uma expressão da ampliação da burocracia régia e das “elites do poder”; por fim, a exposição do poder régio nas cerimônias da diplomacia, assim como na condução das negociações de paz e na assinatura de tratados e alianças, indica que o processo de gênese do Estado moderno foi marcado por uma “sacralização”⁶⁸ do poder real ao invés de demarcar uma laicização das estruturas políticas temporais.

Destarte, consideramos pertinente integrar a compreensão do funcionamento da diplomacia quatrocentista portuguesa, em especial em seus elementos institucionais, humanos e cerimoniais, ao processo de gênese do Estado moderno, movimento amplo que se mostrava acentuado em finais do século XV em Portugal.

Com essa síntese passa-se a considerações sobre a questão humana, isto é, os agentes envolvidos na diplomacia. Embaixador, mensageiro, arauto, rei de armas, espião, núncio, são exemplos das diferentes formas pelas quais os agentes da diplomacia aparecem no período. Além das distintas caracterizações desses agentes oficiais e oficiosos, chama atenção os variados estatutos sociais – nobres, clérigos, oficiais do rei, mercadores, entre outros – e vínculos com o poder régio presentes nas atividades diplomáticas – membros da família real, confessores, membros da casa senhorial dos infantes, servidores do rei, etc. Uma vez que a diplomacia medieval é caracterizada como *ad hoc*, não havia um ofício de embaixador e nem mesmo um órgão da administração central responsável pela gestão dos assuntos externos, sendo a figura do embaixador uma criação circunstancial e temporalmente definida.

Esses apontamentos levam a um grande problema que é a definição do grupo de enviados diplomáticos. A historiografia tem apontado para o fato de um número significativo de embaixadores estarem ligados aos espaços administrativos dos reinos, com destaque para a chancelaria e para o conselho régio, além de a própria formação do ofício de embaixador ser resultante do processo de especialização de funções que marcou esses mesmos espaços centrais da administração⁶⁹. Nesse sentido, primeiramente, destacam-se duas temáticas historiográficas: os servidores do Estado e as Elites do poder.

⁶⁸ SCHMITT, Jean-Claude. Problèmes religieux de la gènes de l'État moderne. In: *État et Gènes de l'État moderne*. Madrid: Bibliothéque de la Casa de Velazquez, 1986, p.55-62.

⁶⁹ A principal referência na temática permanece a obra *The Office of Ambassador in the Middle Ages* (1967), de Donald Queller. Exemplificando as leituras recentes, ver o item “Le Roi et ses ambassadeurs” de Stéphane Péquignot (*Au nom du Roi*).

Bernard Guenée argumenta que “os progressos da administração caminharam paralelamente à aparição e ao crescimento de uma classe de profissionais que, com a competência necessária, consentiam em consagrar cada vez mais tempo ao Estado”, e dentro dessa classe o papel dos graduados em direito canônico ou civil recebe o destaque do autor. Em linhas gerais, Guenée aponta para a crescente importância e para a ampliação do quadro desses “servidores do Estado” que serviam a coisa pública e se serviam dela⁷⁰.

Tal universo de questões foi retomado nos anos 90 por ocasião do XXIX Congresso da *Société des Historiens Médiévistes de l'Enseignement Supérieur Public*, dando origem a obra *Les serviteurs de l'État au Moyen Âge* (1999). Ao longo dos textos publicados na coletânea as noções de “competência”, “fidelidade”, “ofício” e “serviço” são destacadas, mas a própria noção de “servidores do Estado” ganha ponderações. Philippe Contamine lembra que o termo não existe no medievo e que antes de 1500, “*le groupe des officiers et particulièrement des officiers royaux n'était pas clairement perçu comme formant un tout au sein du corps social tel qu'on se le représentait communément*”⁷¹. Não obstante, o autor demonstra como as noções de serviço pessoal e de serviço ao Estado são próximas e dificilmente dissociadas no período.

É interessante notar que as discussões em torno da noção de “servidores do Estado” na Idade Média estão ligadas ao movimento de ampliação do quadro de oficiais reais e de regulamentação e especialização do serviço. Carvalho Homem pontua que em Portugal o processo se mostra desde o século XIII, sendo o reinado quatrocentista de D. Afonso V o período de cristalização desse movimento, expresso nas *Ordenações Afonsinas*⁷². Na esteira dos estudos desse autor, as pesquisas realizadas por Judite Gonçalves de Freitas têm contribuído para aprofundar diferentes aspectos do processo assinalado. Em *O Estado em Portugal (séculos XII-XVI)*, a autora enfatiza “a cristalização, no século XV, de um núcleo de serviços e ofícios da burocracia régia procedentes do século XIV, no qual se destaca a participação de uma elite de servidores com formação em direito (legistas)”⁷³.

Os projetos acerca da gênese do Estado moderno também deram ênfase a esse conjunto de problemas, compreendendo que tal processo de gênese foi resultado da ação de

⁷⁰ GUENÉE, Bernard. *O Ocidente nos séculos XIV e XV – Os Estados. Idem*, p.231-238.

⁷¹ CONTAMINE, Philippe. Le moyen âge a-t-il connu des “serviteurs de l'État”. In: *Les serviteurs de l'État au Moyen Âge*. Paris: Publications de la Sorbonne, 1999, p.14.

⁷² HOMEM, Armando Luís de Carvalho. Prosopographie et Histoire de L'État. Le bureaucratie des rois portugais aux XIVe et XVe siècles: recherches faites, recherches a faire. In: *L'État moderne et les élites (XIIIe-XVIIIe siècles): apports et limites de la méthode prosopographique*. Paris: Publications de la Sorbonne, 1996, p.33.

⁷³ FREITAS, Judite A. Gonçalves de. *O Estado em Portugal. (séculos XII-XVI). Modernidades medievais*. Lisboa: Atêtheia, 2011, p.143.

homens⁷⁴. Entra-se, assim, no universo temático das “Elites do poder”⁷⁵, quarta linha de pesquisa do projeto *Origins*, intitulada “As Elites do Poder e a construção do Estado”, coordenada por Wolfgang Reinhard, que assim define a noção:

Las ‘élites del poder’, en este volumen, se definen como los promotores genuinamente importantes del poder del Estado, es decir, aquellos ‘agentes del Estado’ y miembros de las ‘clases dirigentes’ que tienen interés en el estado y capacidad para afectar a su naturaleza. No tienen que ser necesariamente funcionarios. Otras personas tienen una importancia potencialmente igual, individuos que ejercieron una influencia extraoficial en virtud de sus posiciones en las redes sociales centrales, regionales o locales; por ejemplo, grandes nobles, confesores y capellanes o favoritos de los príncipes, además de otros de niveles mucho más humildes⁷⁶.

A abertura e a flexibilidade da noção de “elites do poder” apresentada convidam a recuperar a trajetória do conceito de “elite”. Em linhas gerais, o conceito tem suas origens na sociologia política, particularmente nas obras de Gaetano Mosca, *Elementi di scienza politica* (1896), e Vilfredo Pareto, *Systèmes socialistes* (1902), ganhando ainda mais popularidade com *The Power Elite* (1956), de Wright Mills. Como elemento comum, observa-se que as obras defendem que toda sociedade é dirigida por uma minoria que concentra riqueza e prestígio, formando assim uma elite. Norberto Bobbio expõe que a teoria das elites conheceu um significativo sucesso nos Estados Unidos a partir dos anos 30, passando a receber críticas em meados do século passado, movimento que não impediu o sucesso da mesma no campo da Ciência Política⁷⁷. Guy Chaussinand-Nogaret argumenta que o conceito ganhou maior espaço

⁷⁴ Acerca desse tema, relacionado especialmente ao método prosopográfico, ver: *Prosopographie et Genèse de l'État Moderne*. Paris: CNRS, 1986.

⁷⁵ A noção de “elites do poder” elaborada por Wolfgang Reinhard – sendo, consequentemente, uma das orientações teóricas presentes na linha temática do projeto *Genèse* – não se resume à Teoria das Elites da sociologia política. O método do autor alemão é designado *Verflechtung* que, sem tradução para português, pode ser definido, conforme Brito, como “entrelaçamento” ou “enredamento”. Reinhard parte da noção de que os grupos dominantes não são constituídos, em primeiro lugar, através de características sociais semelhantes dos seus membros, e sim através do “entrelaçamento social” destes. Devido às limitações das fontes para o período medieval e o predomínio das informações acerca dos grupos dirigentes, a perspectiva de Reinhard destaca o estudo de alguns tipos de relações que permeiam tais grupos ao longo da Idade Média: o parentesco, formal ou espiritual, que frequentemente é ativado nas transações sociais; as comuns origens geográficas, que servem de elemento agregador; a amizade e o clientelismo, com aquela correspondendo às relações entre iguais, e estas, às assimétricas. Cf.: BRITO, Pedro de. “Verflechtung” – Um método para a pesquisa, exposição e análise de grupos dominantes. In: *Penélope*. N.º 9/10, 1993, p.231-241.

⁷⁶ REINHARD, Wolfgang. Introducción: Las Élités del Poder, Los funcionarios del Estado, Las Clases Gobernantes y el crecimiento del poder del Estado. In: REINHARD, Wolfgang (org.) *Las élites del poder y la construcción del Estado*. México: Fondo de Cultura Económica, 1997, p.11.

⁷⁷ BOBBIO, Norberto. Elites, Teoria das. In: BOBBIO, Norberto, MATTEUCCI, Nicola & PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. Brasília: Editora da UnB, 13ª edição, 2009, vol.1, p.385-391.

na historiografia a partir de meados do século passado, trazendo vigor à historiografia por se mostrar mais flexível e complexo do que categorias definidas por critérios jurídicos⁷⁸.

As inclinações que nos levam ao conceito se expressam nos apontamentos de Flávio Heinz, que defende que

um número crescente de pesquisadores encontra na noção de elite uma forma de se estudar os grupos de indivíduos que ocupam posições-chave em uma sociedade e que dispõem de poderes, de influência e de privilégios inacessíveis ao conjunto de seus membros, ao mesmo tempo que evitam a rigidez inerente às análises fundadas sobre as relações sociais de produção⁷⁹.

Acredita-se que esses grupos que serão aqui classificados como elites do poder foram os construtores do Estado e articulam uma variedade de estatutos sociais que não são abarcados pelas noções de nobreza, aristocracia ou classe dominante. Tal como Rafael Viscaíno⁸⁰, compreende-se que o estudo das elites do poder é relevante para a compreensão do processo de formação do Estado moderno, envolvendo desde os vínculos burocráticos que ligavam grupos letrados ao serviço do Estado, até as redes informais e familiares que criavam laços interpessoais que sustentaram o movimento de formação estatal e centralização monárquica.

Desta maneira, parte-se da noção de elites do poder para se chegar a esse grupo diverso que designaremos de *embaixadores*. Na documentação analisada para a presente pesquisa, o termo *embaxador/embaixador* aparece com frequência para caracterizar os enviados pelo rei para uma missão diplomática, especialmente, fora do reino. O termo, no entanto, não cria uma definição precisa e nem se restringe às missões solenes. Muitos “*embaixadores*” aparecem atuando apenas como “mensageiros”, isto é, não há informações de que portavam missivas com autorização para negociar em nome do rei. No que pese a influência da concepção moderna de “embaixador”, associado a um ofício definido e,

⁷⁸ CHAUSSINAND-NOGARET, Guy. Elites. In: BURGUIÈRE, André. *Dicionário das Ciências Históricas*. Rio de Janeiro: Imago, 1993, p.283.

⁷⁹ HEINZ, Flávio (Org.). *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2006, p.8.

⁸⁰ “El estudio de las élites del poder, del estado, resulta interesante porque se centra en la dinámica de estos pequeños grupos dominantes. La identificación de un colectivo aclarará los vínculos familiares, matrimoniales y económicos que lo cohesionaban en las sociedades de Antiguo Régimen o precapitalistas. Esta genealogía pondrá de manifiesto al mismo tiempo los intereses y proyectos comunes, la coordinación entre actividad política y económica del grupo, demostrando las estrategias de promoción y solidaridad a través de redes de parentesco, prejuicios comunes o idénticas inquietudes. De ahí que el estudio de las élites del poder en la construcción del estado más que por la biografía personal o por la institución de gobierno deba desentranar las estructuras que aunan al colectivo dominante” (VIZCAÍNO, Rafael Narbona. El método prosopográfico y el estudio de las élites de poder bajomedievales. In: *El Estado en la Baja Edad Media: nuevas perspectivas metodológicas*. Zaragoza: Universidad de Zaragoza, 1999, p.34).

comumente, marcado pela embaixada permanente, preferimos manter a terminologia presente nas fontes, reforçando que o sentido presente no período quatrocentista abarcava diferentes atividades da prática diplomática medieval.

Dito isso, segue-se para o terceiro eixo de problemas relativos à diplomacia medieval, que foi chamado de práticas políticas. Tratam-se aqui de dois aspectos, as formas de negociação e representação externa e o papel das cerimônias diplomáticas. No que tange ao primeiro item, as ações podem ser problematizadas a partir de duas tipologias: missões oficiais e missões oficiosas. Como afirmam Françoise Autrand e Philippe Contamine, “a embaixada é oficial”, diferente de outras atividades praticadas pelo poder e relacionadas à diplomacia. Desta forma, concluem que:

A la différence des missions officieuses, l'ambassade représente le roi. Pour un temps limité et un objet déterminé, elle agit au nom du roi, exerce l'une ou l'autre de ses prérogatives et engage sa personne. Pour cette raison elle a droit aux égards dus à la personne du roi⁸¹.

Adotando esta perspectiva, o universo das missões oficiais é composto pelas embaixadas. Os ocupantes da missão têm poderes, dados anteriormente pelo rei, para negociar. Fora desta tipologia encontra-se uma série de práticas agrupadas como missões oficiosas: espionagem, embaixadas secretas, etc. Servindo de eixo conciliador dessas atividades, oficiais e oficiosas, está o fato de ambas estarem relacionadas diretamente ao poder régio e aos desígnios estabelecidos por este poder, por mais que os agentes tivessem certas liberdades de ação. Dito isso, enfatiza-se que a diplomacia se estabelece a serviço do rei e, conseqüentemente, do reino, pois tanto a escolha dos métodos, quanto dos agentes, passam necessariamente pelo poder régio.

As vistas reais ou encontros régios constituem uma categoria de método de negociação que deve ser pensado à parte, pois se trata de uma expressão de diplomacia direta. Chama atenção que a prática de encontros entre reis era comum no espaço ibérico, mas quando observamos a dinastia de Avis, tal instrumento aparece apenas no reinado de D. Afonso V. Nesse quadro, os encontros régios colocam ao pesquisador problemas específicos, como o local de reunião, os envolvidos (reis e outros), o objeto de negociação, e a cerimônia realizada, sendo ainda um método que não articula a documentação que aparece nas embaixadas (salvo-condutos, procurações, cartas de crença, etc.).

⁸¹ AUTRAND, Françoise & CONTAMINE, Philippe. Naissance de la France: naissance de sa diplomatie. Le Moyen Âge. *Idem*, p.113-115.

Ainda no mote métodos da diplomacia encontram-se outras formas de garantir a estabilização das relações diplomáticas: a negociação de tratados e de casamentos, e o controle da circulação de informações. A confecção tanto de tratados como de enlaces matrimoniais foi uma constante diplomática ao longo do século XV em Portugal, engendrando uma série de negociações, agentes e recursos financeiros no intuito de fortalecer o reino. Esses momentos excepcionais que estão diretamente ligados à diplomacia são, de fato, grandes cerimônias da realeza, ultrapassando os protocolos das relações diplomáticas para dar espaço aos ritos que envolviam o poder régio, além de constituírem expressões das alianças medievais, capazes de criar um parentesco fictício entre os contratantes⁸². Paralelamente, uma das preocupações crescentes dos Estados no final da Idade Média era o controle das informações externas, tendo em vista, por exemplo, a ampliação dos casos de espionagem. O reinado de D. João I foi pródigo em criar rumores que permitiram esconder a direção da armada que conquistou Ceuta em 1415. Por outro lado, D. Afonso V enfrentou os resultados negativos dos rumores externos, os quais o condenavam pelos acontecimentos de Alfarrobeira. Nesse sentido, o *Africano* fez uso de diferentes mecanismos diplomáticos a fim de reestabelecer a sua imagem externa.

A hipótese central do capítulo 5 “Cerimônias e festas na diplomacia afonsina” é que D. Afonso V se utilizou das cerimônias da diplomacia como um instrumento de promoção exterior, isto é, como um mecanismo de propaganda política. No que pese a definição deveras contemporânea do conceito de propaganda ou mesmo o fato do termo ser posterior ao período de nossa análise, há décadas ele vem sendo empregado por medievalistas dedicados ao estudo do poder⁸³. Contudo, a recorrência do conceito na pena dos historiadores do mundo medieval e moderno não justifica por si só a sua utilização na tese. Destarte, cabe tecer algumas considerações sobre a delimitação da noção de propaganda.

O conceito moderno de propaganda remonta ao final do século XVIII, momento em que as técnicas de persuasão usadas na Revolução Francesa foram comparadas às técnicas cristãs de conversão. Entretanto, foi apenas no século passado que a temática ganhou

⁸² MATTÉONI, Olivier. Alliance. In: GAUVARD, Claude, LIBERA, Alain de & ZINK, Michel. *Dictionnaire du Moyen Âge*. Paris: Quadrige/PUF, 3ª ed. 2009, p.42-43. O verbete é interessante por discutir as alianças na Baixa Idade Média, contudo pouco avança acerca das alianças como instrumento diplomático.

⁸³ A título de exemplo, citamos a obra de Bernard Guenée, que em *L'Occident aux XVIe-XVe siècle – Les États* (1971), dedicava um capítulo ao tema “Information et Propagande”. Guenée citava dezenove títulos entre artigos e livros inseridos na temática. O próprio autor retornaria à questão em *L'Opinion publique à la fin du Moyen Âge* (1991). Outros exemplos do uso da noção de propaganda por medievalistas podem ser encontrados no clássico artigo de Peter Lewis “War-Propaganda and Historiography in Fifteenth-Century England” (1965), no trabalho de Nieto Soria, *Cerimonias de la realeza* (1993), ou na obra coletiva *Iconography, Propaganda and Legitimation* (1998).

centralidade como objeto de investigação, em especial pela utilização dos recursos midiáticos pelos Estados e empresas. Em linhas gerais, a propaganda pode ser definida como:

difusão deliberada e sistemática de mensagens destinadas a um determinado auditório e visando a criar uma imagem positiva ou negativa de determinados fenômenos (pessoas, movimentos, acontecimentos, instituições, etc.) e a estimular determinados comportamentos. A Propaganda é, pois, um esforço consciente e sistemático destinado a influenciar as opiniões e ações de um certo público ou de uma sociedade total⁸⁴.

Giacomo Sandi considera que ao longo do século XX o termo adquiriu uma conotação negativa, passando a estar associado à ideia de manipulação de grandes massas por pequenos grupos. Além disso, e talvez mais importante, o autor indica a existência de duas direções da propaganda, uma interna e outra externa. Esta, utilizada nas relações entre os Estados, é entendida como uma ação orientada para a opinião pública num ou em vários países⁸⁵. Esses pressupostos permitem aproximações entre a definição contemporânea de propaganda e as práticas observadas na Idade Média. Contudo, quais os limites dessa aplicação?

Em diferentes estudos Rita Gomes mostrou-se crítica ao uso do conceito para a análise das cerimônias da realeza medievais. Em síntese, a autora considera que:

Para que pudéssemos considerar cerimônias régias como elementos de propaganda – e do quê? Da realeza, de uma dinastia ou família, de um partido ou facção, do tal Estado Moderno? – seria preciso admitirmos que existem pelo contrário discursos articulados concretos, que possam influenciar os comportamentos das populações num dado sentido, persuadir os grupos a agir ou a tomar um curso concreto de ação, mobilizando um conjunto de valores e de crenças de percepção imediata e não ambígua que, em meu entender, exigem maior definição do que a cerimônia permite, por si só. A propaganda, como técnica consciente, instrumental e específica que exige um espaço público onde possa desenvolver-se, não é da mesma natureza da atividade ritual, eficaz sim, mas demasiado genérica e misteriosa, que pode agir separando ou unindo os homens nas várias dimensões coletivas do seu viver. Trata-se, no caso da atividade ritual, de uma espécie de jogo em que todos participam, enquanto a propaganda tem autores e destinatários, numa desigualdade estrutural que não desaparece⁸⁶.

⁸⁴ SANI, Giacomo. Propaganda. In: BOBBIO, Norberto et al. *Dicionário de Política. Idem*, Vol.2, p.1018.

⁸⁵ SANI, Giacomo. Propaganda. *Idem*, p.1019.

⁸⁶ GOMES, Rita Costa. A Realeza: símbolos e cerimônias. In: COELHO, Maria Helena da Cruz & HOMEM, Armando Luís de Carvalho (coord.). *A Gênese do Estado moderno no Portugal tardo-medieval (séculos XIII-XV)*. Lisboa: UAL, 1999, p.211. As críticas levantadas pela autora também podem ser lidas no artigo “Cerimônias da realeza nos fins da Idade Média. A propósito de um livro recente” (1994), e na obra *A Corte dos reis de Portugal no final da Idade Média* (1995), em especial no capítulo “Os tempos da Corte”.

Tal como Gomes, entendemos que os ritos e cerimônias medievais não se reduzem a “meras representações miméticas de qualidades atribuíveis aos soberanos ou de princípios políticos da época”, e que a realeza não apenas usava o rito para transmitir uma determinada mensagem, mas que tinha sua própria existência relacionada ao ritual⁸⁷. Todavia, não descartamos que a realeza fez um *uso* propagandístico de certas cerimônias e que estas, em finais da Idade Média, ganharam contornos de espetáculo e teatralização. Esta perspectiva reforça-se, pois, o caso específico da dinastia de Avis tem sido apontado pelas pesquisas como promotor de um “projeto político”⁸⁸, ou de um “esforço propagandístico”⁸⁹, caracterizado com um discurso articulado, com um lugar de enunciação (a corte régia, ou o *Paço*⁹⁰) e, por vezes, com destinatários definidos, como a nobreza cortesã.

Por outro lado, se os “fantasmas do Estado e da ideologia”⁹¹ contribuem para leituras modernizantes das práticas cerimoniais que acabam por encobrir a alteridade existente entre a sociedade medieval e o mundo contemporâneo, acreditamos que, guardados os devidos cuidados metodológicos, conceitos modernos, como o de propaganda, são úteis para a análise do poder em períodos recuados, como a Baixa Idade Média ou a Idade Moderna. Nesse sentido, o estudo de Peter Burke, *A Fabricação do Rei. A construção da imagem pública de Luís XIV* (1992), mostra-se exemplar. Tal como Burke, consideramos que propaganda pode ser pensada como uma tentativa de transmitir valores sociais e políticos⁹², sem que isso resulte na redução de poemas, pinturas, cerimônias, etc., a meras tentativas de persuasão.

⁸⁷ GOMES, Rita Costa. Cerimônias da realeza nos fins da Idade Média. A propósito de um livro recente. In: *Portugal e a Partilha do Mundo*, 1994, p.134-135.

⁸⁸ Desde os anos 80, por exemplo, a professora Vânia Leite Fróes (UFF) vem desenvolvendo pesquisas e orientando monografias, dissertações e teses relacionadas ao “projeto político de Avis”, investigações que aproximam um amplo corpus documental relacionado à monarquia de Avis, como a literatura moralística, a produção cronística, leis e posturas, narrativas de viagens, a produção de imagens, etc. Um balanço da produção do laboratório consta em: ALMEIDA, Ana Carolina Lima & AMARAL, Clínio de Oliveira. O Ocidente medieval segundo a historiografia brasileira. In: *Revista Medievalista online*, ano 4, n.4, 2008.

⁸⁹ Essa proposta aparece em diferentes trabalhos de Luís Adão da Fonseca, por exemplo, *Portugal entre dos mares* (1993), *Os descobrimentos e a formação do Oceano Atlântico* (1999), “A Morte como tema de propaganda política na historiografia e na poesia portuguesa do século XV” (1993) e “Política e cultura nas relações luso-castelhanas no século XV” (2003). Ver ainda: SOUSA, Armindo de. *A morte de D. João I: um tema de propaganda dinástica* (1984).

⁹⁰ Acerca do *Paço* como lugar de enunciação do projeto político de Avis, ver: FRÓES, Vânia Leite. *Espaço e sociabilidade em Gil Vicente: contribuição para um estudo do imaginário português (1502-1536)*. Tese de doutorado. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1986; Teatro como missão e espaço de encontro de culturas: estudo comparativo entre o teatro português e brasileiro do século XVI. In: *Separata do Congresso Internacional de História. Missão Portuguesa e Encontro de Culturas*. Vol. III, Igreja, Sociedade e Missão. Braga, 1993.

⁹¹ Os termos são usados por Rita Gomes ao discutir as cerimônias da realeza. Cf.: GOMES, Rita Costa. A Realeza: símbolos e cerimônias. *Idem*, p.210.

⁹² BURKE, Peter. *A Fabricação do Rei. A construção da imagem pública de Luís XIV*. Rio de Janeiro: Zahar, 2009, p.16. Convém ainda ter em vista as referências que Burke busca em Clifford Geertz, em especial em *Negara* (1980).

Retomando os apontamentos de Giacomo Sani, entendemos que as cerimônias da diplomacia eram momentos propícios para a propaganda monárquica em sua direção externa. A realeza aproveitava da estadia de embaixadores estrangeiros para colocar em ação diferentes atividades cerimoniais. Estas, ainda que inseridas num conjunto mais amplo de cerimônias reais e em códigos nobiliárquicos e cortesãos, afirmavam o poder da realeza – expresso, por exemplo, na amplitude do espetáculo e na benevolência régia – e projetavam a imagem da monarquia e do reino. Em alguns casos, como nas recepções de embaixadas, a própria dinâmica protocolar das relações diplomáticas já demandava certos procedimentos ritualizados, podendo ainda envolver a troca de presentes.

Frente ao que foi discutido até o momento, considera-se que a noção de propaganda que orienta a pesquisa foi devidamente esclarecida. No entanto, cabe tecer alguns comentários sobre outros elementos que também estruturam o capítulo em questão, como o entendimento acerca dos termos “cerimônia” e “ritual”.

Ao tratar desse aspecto, remete-se ao fato da temática resultar do diálogo com as Ciências Sociais, principalmente com a Antropologia, área em que os rituais configuram um objeto clássico, passando pelas abordagens de Frazer, Mauss, Durkheim, Lévi-Strauss, entre outros⁹³. Atualmente, neste campo não se duvida que toda sociedade comporta uma encenação do político, e as sociedades contemporâneas exemplificam bem esse dado como mostra Marc Abélès⁹⁴. Contudo, a história dos estudos antropológicos evidencia a dificuldade de análise dos ritos/rituais e estes entraves colocam-se tanto em definições excessivamente restritivas quanto em abordagens que generalizam o termo. Em resumo, a partir das investigações de Mariza Peirano, faz-se referência aos trabalhos de Stanley Tambiah, especialmente na proposta de que:

Ritual é um sistema culturalmente construído de comunicação simbólica. Ele é constituído de sequências padronizadas e ordenadas de palavras e atos, muitas vezes expressos em vários meios, cujo conteúdo e arranjo são caracterizadas em grau variável de formalidade (convencionalidade), estereotipia (rigidez), condensação (fusão) e redundância (repetição). A ação ritual nos seus traços constitutivos é performativa nestes três sentidos: no sentido austriano de performatividade, no qual dizer é também fazer algo como um ato convencional; no sentido, bem diferente, de uma performance encenada que utiliza vários meios de comunicação pelo qual os participantes experimentam intensamente o evento; e no sentido dos valores indexais – eu

⁹³ Para um balanço do desenvolvimento do tema na Antropologia, ver: PEIRANO, Mariza. *A análise antropológica de rituais*. Brasília: UNB, 2000, p.3-20.

⁹⁴ ABÉLÈS, Marc. *Anthropologie de l'État*. Paris: Armand Colin, 1980, p.117-169. Ver ainda do mesmo autor: *Le spectacle du pouvoir*. Paris: L'Herne, 2007.

derivo o conceito de Peirce – que são vinculados ou inferidos pelos atores durante a performance⁹⁵.

A fim de não enveredar pelos debates e variações entre as correntes das ciências sociais, não serão exploradas as possibilidades de discussão abertas por Tambiah, todavia delimitam-se três aspectos como base para o presente trabalho: 1. Ritual é um sistema de comunicação simbólica; 2. O ritual é constituído de sequências ordenadas e padronizadas de palavras e atos; 3. A ação ritual é performativa. Tais apontamentos, mesmo que por vias distintas, também aparecem na abordagem de medievalistas, no entanto para o medievo existem ainda outros problemas específicos da temporalidade.

Por mais que nas últimas décadas os estudos medievais tenham explorado o campo dos rituais do poder, pesa o fato de que no período não haja uma palavra ou conceito para o que hoje chamamos de ritual. Na Idade Média, o latim *ritus* tinha o sentido geral de “uso”, “costume”, sendo empregado para os serviços litúrgicos praticados pelos clérigos, utilização que se manteria praticamente exclusiva até o século XIX⁹⁶. Essas questões, mesmo não impossibilitando as investigações, influenciam, grosso modo, dois usos do termo “ritual”: uma referência restrita à liturgia, que reforça a noção de rito e denomina “cerimônia” os demais eventos; e outra leitura, que assumindo uma definição ampla de “ritual”, o associa ao termo “cerimônia”. Nossa concepção se insere nessa segunda perspectiva, por mais que assumam algumas delimitações diferentes.

Nicolas Offenstadt tem investigado a temática e suas propostas aparecem tanto na tese de doutorado⁹⁷ (2001) como em uma série de artigos dedicados aos rituais, gestos, discursos, entre outros temas de contato entre a História e a Antropologia. A fim de refletir sobre suas propostas de definição, cita-se o artigo “*Le rite et l'histoire. Remarques introductives*”, no qual o autor propõe que ritual seja “um comportamento simbólico socialmente estandardizado e repetitivo”⁹⁸. É interessante que no verbete “*Cérémonie*”, Offenstadt oferece uma definição similar: “A cerimônia pode ser definida como uma ação coletiva requisitada pela tradição e frequentemente executada em situações de significativas mudanças na vida social (...). Ela se compõe de sequências ordenadas e de atos rituais”⁹⁹. O autor lembra ainda que os limites do

⁹⁵ TAMBIAH, Stanley. *Culture, Thought, and social action. An Anthropological Perspective*. Cambridge: Harvard University Press, 1985, p.128 *apud* PEIRANO, Mariza. *A Análise antropológica de rituais*. Brasília: UNB, 2000, p.12.

⁹⁶ JACOB, Robert. Rituel. In: GAUVARD, Claude, LIBERA, Alain de & ZINK, Michel (dir.). *Dictionnaire du Moyen Âge*. Paris: PUF, 2009, p.1220.

⁹⁷ OFFENSTADT, Nicolas. *Faire la paix au Moyen Âge*. Paris: Odile Jacob, 2007.

⁹⁸ OFFENSTADT, Nicolas. Le rite et l'histoire. Remarques introductives. *Hypothèses*, 1997/1, p.11.

⁹⁹ OFFENSTADT, Nicolas. Cérémonie. In: GAUVARD, Claude, LIBERA, Alain de & ZINK, Michel (dir.).

cerimonial são por vezes incertos, sendo acompanhado em diferentes situações de festas e banquetes. A partir destas posições nota-se certa dificuldade no trato conceitual da temática, principalmente pela difícil dissociação dos termos.

Ao longo de diferentes estudos Jean-Claude Schmitt tratou do rito, especialmente no campo de uma história religiosa da Idade Média¹⁰⁰, definindo-o como "sequência ordenada de gestos, sons (palavras e música) e objetos, estabelecida por um grupo social com finalidades simbólicas". Mantém-se uma ampla margem de aplicação do termo, porém o autor lembra questões importantes como: os elementos espaciais e temporais envolvidos nos ritos; o seu caráter pluridimensional; e que "os conteúdos e as funções simbólicas dos ritos não podem ser separados do desempenho ritual em si"¹⁰¹.

A partir destas definições é possível avançar na análise e tomar a corte régia, e mesmo o conjunto da nobreza, como "comunidades gestuais", com seus próprios signos de reconhecimento (nome, brasão, língua, emblemas), rituais e gestos distintivos, tal como propõe Schmitt¹⁰². Por essa via interpretativa, recupera-se a importância dos gestos, atos com uma função de comunicação, uma comunicação não verbal, e conseqüentemente remete-se às características performativas destes eventos, com os diferentes usos do corpo, das palavras, etc. Sons, cores, gestos e discursos são abundantes nas cerimônias relativas à diplomacia e evidenciam a forte presença da cultura cortesã nas práticas diplomáticas. Nesse quadro de influências dos valores e práticas da corte há uma série de festas e celebrações como a conclusão de tréguas e de tratados de paz e a recepção de embaixadas. Festas políticas, como define Ladero Quesada, incorporavam aos seus conteúdos específicos elementos das festas e jogos criados para alegrar outras ocasiões sociais de ócio¹⁰³, variando em espaços, ritmos, duração e participantes.

No âmbito dessas preocupações encontra-se o trabalho de Sébastien Nadot, *Le Spectacle des joutes. Sport et courtoisie à la fin du Moyen Âge* (2012), no qual se analisa o

Dictionnaire du Moyen Âge. Paris: PUF, 2009, p.240.

¹⁰⁰ Ver, por exemplo: SCHMITT, Jean-Claude. *Le corps, les rites, les rêves, le temps. Essais d'anthropologie médiévale*. Paris: Gallimard, 2001. Schmitt ao tratar das cerimônias as percebe como: "manifestação imposta, dirigida, observada pelo senso do dever ou sob o efeito da coação. (...) A cerimônia, embora bem regrada e controlada pela autoridade secular ou clerical, pode sempre ser vítima de um excesso ou de uma contestação que a levaria à ruína, ou ainda de uma 'recuperação' inesperada que mudaria seu percurso e suas significações" (SCHMITT, Jean-Claude. Ritos. *Idem*, p.416-417). Contudo a proposta acaba por reduzir excessivamente a noção.

¹⁰¹ SCHMITT, Jean-Claude. Ritos. In: LE GOFF, Jacques & SCHMITT, Jean-Claude (coord.). *Dicionário Temático do Ocidente Medieval*. São Paulo/Bauru: EDUSC, 2006, Vol.2, p.415.

¹⁰² SCHMITT, Jean-Claude. *La raison des gestes dans l'occident médiéval*. Paris: Gallimard, 1990, p.19.

¹⁰³ LADERO QUESADA, Miguel Ángel. *Las fiestas en la cultura medieval*. Barcelona: Areté, 2004, p.79. A temática dos rituais da realeza também foi explorada nos estudos de Ana Isabel Boescu, alguns reunidos na obra *Na Corte dos Reis de Portugal. Saberes, Ritos e Memórias. Estudos sobre o século XVI* (2010).

papel diplomático das justas e demais atividades do universo da cavalaria, tanto para a negociação de alianças e o estabelecimento de amizades, como para o recolhimento de informações e a afirmação do perfil cavalheiresco dos embaixadores¹⁰⁴. Como será analisado ao longo da tese, o casamento de D. Leonor foi palco de uma série dessas manifestações, como se observa no trecho:

Aí, perante a senhora desposada, as irmãs, e a rainha de Portugal, foram feitos torneios tão esplêndidos e majestosos, que a ninguém parecia ter havido iguais, pois nestes estavam altos e grandes fidalgos de Inglaterra, Escócia, Irlanda, e Sevilha, e qualquer um deles quis apresentar-se magnificamente¹⁰⁵.

Através desses focos de investigação acredita-se poder avançar na compreensão da diplomacia medieval enquanto prática multifacetada, instrumento de propaganda régia, manifestação e exercício deste poder e, como tal, mecanismo de afirmação monárquica.

1.3. A DIPLOMACIA PORTUGUESA E O REINADO DE D. AFONSO V: BASES HISTORIOGRÁFICAS E DOCUMENTAIS

Até o momento optou-se por uma reflexão em termos gerais, pontuando problemáticas relativas ao medievo, com destaque para a Baixa Idade Média e para os eixos da tese. No entanto, a fim de limitar as discussões a elementos mais precisos, passa-se a observações acerca do caso português, especialmente durante o reinado de D. Afonso V, e, em seguida, a considerações sobre a documentação analisada na pesquisa.

Ao concentrar a reflexão no período do *Africano*, nos colocamos em diálogo direto com a historiografia portuguesa. Nesse meio acadêmico a diplomacia medieval não foi objeto de grandes sínteses e nem ponto de investigação das principais obras que marcaram a historiografia lusitana no último meio século. A construção do tratado de Tordesilhas (1494), o desenvolvimento dos Descobrimentos e as negociações diplomáticas em torno da restauração (1640) mostram-se como exemplos do recorte de pesquisa privilegiado¹⁰⁶. Não obstante, existe um conjunto de obras que merece destaque.

¹⁰⁴ NADOT, Sébastien. *Le Spectacle des joutes. Sport et courtoisie à la fin du Moyen Âge*. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2012.

¹⁰⁵ *Leonor de Portugal, Imperatriz da Alemanha. Diário de viagem do embaixador Nicolau Lanckman de Valckenstein*. Edição do texto latino e tradução de Aires A. Nascimento. Colaboração de Maria João Branco & Maria de Lurdes Rosa. Lisboa: Edições Cosmos, 1992, p.45.

¹⁰⁶ Cf.: TORRALBA, Luís Reis, MENDES, José Amado & CATROGA, Fernando. *História da História em*

Em primeiro lugar, é necessário mencionar a clássica obra de Visconde de Santarém, *Quadro Elementar*, que permanece como peça chave da literatura lusitana sobre o tema¹⁰⁷. Com início em Paris, em 1842, os volumes recolhem notícias referentes às relações de Portugal com França, Espanha, Inglaterra, Roma e outros Estados europeus, porém não avança em problemas temáticos que se mostram presentes em coletâneas mais atuais¹⁰⁸. O texto em questão, como lembra Maria João Branco, é marcado pela preocupação em traçar as origens da monarquia através da diplomacia, orientação que também caracterizou a produção do período do Estado Novo, inclinada aos temas da formação de Portugal e da exaltação nacional¹⁰⁹.

Tendo essa observação como referência, lembra-se que no período anterior à Revolução dos Cravos (1974) foram escritas algumas obras relevantes para a temática, como: *D. João I e a Aliança Inglesa: investigações históricas e sociaes* (1884), de Conde de Villa Franca; *Portugal e Veneza na Idade Média* (1933), de Conde de Tovar; *O Papado e Portugal no primeiro século da História Portuguesa* (1935), de Carl Erdmann; *A Aliança Inglesa* (1943), de Armando Marques Guedes; *Descobrimientos Portugueses. Documentos para a sua História* (1944), de João Martins da Silva Marques; *Études historiques sur la Galice et le Portugal du VIe au XII siècle* (1947), de Pierre David; *Portugal na Bélgica (de Filipe de Alsácia a Leopoldo I)*, de Eduardo Brazão; além das coletâneas de documentos *Monumenta Henricina* (1960-1974), dirigida por António Joaquim Dias Dinis, e *Monumenta Portugalia Vaticana* (1968-1970), organizada por António Domingues de Sousa Costa.

Identificam-se nesse conjunto duas tendências principais: o estabelecimento das relações entre Portugal e um determinado estado num longo período, e a publicação de documentos ligados a grandes comemorações nacionais¹¹⁰. Ambos os aspectos se relacionam com as perspectivas tradicionais acerca da abordagem histórica e, especificamente, sobre a

Portugal, séculos XIX – XX. Idem.

¹⁰⁷ SANTARÉM, Visconde de. *Quadro Elementar das Relações Políticas e Diplomáticas de Portugal com as diversas potências do mundo desde o principio da Monarchia portugueza até os nossos dias*. Paris: J. P. Aillaud, 1842-1853, vol. I-VIII, Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias, 1864-1876, vol. IX-XVIII (continuados por Luís Augusto Rebelo da Silva).

¹⁰⁸ Cito, por exemplo, o conjunto da obra de Miguel Ángel Ochoa Brun *Historia de la Diplomacia Española*. Madrid: Biblioteca Diplomática Española, 1993.

¹⁰⁹ BRANCO, Maria João & FARELO, Mario. Diplomatic Relations: Portugal and the Others. In: *The Historiography of medieval Portugal, c.1950-2010*. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais, 2011, p.232-233.

¹¹⁰ Entendemos que o estudo de Carl Erdmann é uma exceção por estar ligado aos interesses do autor alemão no tema da reconquista e das cruzadas, eixo central de sua grande obra *The Origin of idea of Crusade* (1977 [1935]).

diplomacia. Nota-se ainda o peso da referência nacional e da exaltação do período avisionista expansionista, características marcantes da produção do governo Salazar¹¹¹.

Maria João Branco e Mário Farelo demonstraram, em “*Diplomatic relations: Portugal and the others*”¹¹², como a historiografia portuguesa ampliou o seu universo de investigação a partir dos anos 80 e como essa ampliação envolveu a revisão da história nacional e a inserção de Portugal no cenário ibérico e europeu, abrangendo ainda temáticas relacionadas à “*new diplomatic history*”. Todavia, o levantamento dos autores também permite observar os caminhos da diplomacia como objeto de investigação. Nesse sentido, constata-se que foram temáticas específicas que ocuparam o primeiro plano de análise: as relações nobiliárquicas na Península Ibérica, as relações religiosas a partir de instituições eclesiásticas presentes em Portugal, as ordens militares, as relações comerciais no mar do Norte e no Mediterrâneo, entre outros temas que não excluem trabalhos dedicados a questões político-econômicas mais tradicionais¹¹³.

Nesse quadro, lembra-se dos trabalhos de Joaquim Veríssimo Serrão¹¹⁴, Luís Adão da Fonseca¹¹⁵, Jorge Borges de Macedo¹¹⁶ e Manuela Mendonça¹¹⁷. Esse conjunto de autores, ligados ao movimento de renovação da história em Portugal, publicaram obras que avançaram na exploração das relações entre Portugal e as demais regiões da Cristandade, mesmo que dando ênfase às relações peninsulares. Em seus estudos, as preocupações da nova história política, em especial a questão da sociedade política e das redes de sociabilidade internas e externas, mostram-se como problemáticas centrais na revisão sobre o século XV português.

¹¹¹ Cf.: TORGAL, Luís Reis, MENDES, José Amado & CATROGA, Fernando. *História da História em Portugal, séculos XIX – XX. Idem.*

¹¹² BRANCO, Maria João & FARELO, Mario. *Diplomatic Relations: Portugal and the Others. Idem*, p.231-259.

¹¹³ Nos limitamos a apresentar apenas alguns títulos como exemplo da produção portuguesa, nos concentrando em livros: KRUS, Luís. *A concepção nobiliárquica do espaço ibérico (1280-1380)*. Lisboa: FCG, 1994; MARQUES, A. H. de Oliveira. *Hansa e Portugal na Idade Média*. Lisboa: Estampa, 1993 (1959); MARQUES, Maria Alegria Fernandes. *O Papado e Portugal no tempo de D. Afonso III (1245-1279)*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1990; MATTOSO, José. *Fragments de uma composição medieval*. Lisboa: Estampa, 1987; *Le monachisme ibérique et Cluny: les monastères du diocèse de Oporto, de l’an mil à 1200*. Louvain: Université de Louvain, 1968; *Portugal Medieval: novas interpretações*. Lisboa: IN-CM, 1985; RUSSELL, Peter. *A intervenção inglesa na Península Ibérica durante a guerra dos cem anos*. Lisboa: IN-CM, 2000; VELOSO, Maria Teresa. *D. Afonso II: relações de Portugal com a Santa Sé durante o seu reinado*. Coimbra: Archivo da Universidade de Coimbra, 2000.

¹¹⁴ SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *Relações históricas entre Portugal e a França. (1431-1481)*. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian. Centro Cultural Português, 1975.

¹¹⁵ FONSECA, Luís Adão da. *O Condestável D. Pedro de Portugal: a Ordem Militar de Avis e a Península Ibérica do seu tempo (1429-1466)*. Porto: INIC, 1982; *O essencial sobre o Tratado de Windsor*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1986; *O tratado de Tordesillas e a diplomacia luso-castelhana no século XV*. Lisboa: Edições Inapa, 1991.

¹¹⁶ MACEDO, Jorge Borges de. *História Diplomática Portuguesa. Constantes e linhas de força*. Lisboa: 1987.

¹¹⁷ MENDONÇA, Manuela. *Relações externas de Portugal nos finais da Idade Média*. Lisboa: Colibri, 1994.

No bojo dessa produção, chama atenção a existência de obras pontuais dedicadas a personagens de destaque da sociedade portuguesa e que tiveram uma participação acentuada em missões diplomáticas. Esse é o caso dos estudos *Dom Frey Gomes: abade de Florença*, de Eduardo Nunes¹¹⁸, *D. Jorge da Costa. Cardeal de Alpedrinha*, de Manuela Mendonça¹¹⁹, e *Dois embaixadores de el-Rei D. Afonso V*, de Dias Dinis¹²⁰; dos artigos “Um grande diplomata português do século XV: o Doutor João Fernandes da Silveira”, de Baquero Moreno¹²¹, “Diplomacia e burocracia nos finais da Idade Média: a propósito de Lourenço Anes Fogaça, chanceler-mor (1374-1395) e negociador do Tratado de Windsor”, de Carvalho Homem¹²²; e da dissertação *A Burocracia Régia como veículo para a titulação nobiliárquica. O caso do doutor João Fernandes da Silveira*, de Pedro Caetano¹²³.

Retomando a problematização do papel da diplomacia nos estudos portugueses, temos como objetivo compreender, tal como Manuela Mendonça argumentou em 1994¹²⁴, que ainda existe um campo pouco explorado acerca da diplomacia medieval portuguesa, lacuna que entendemos se encontrar, especialmente, na investigação do universo multifacetado que marca os estudos contemporâneos sobre o tema e que tem na diplomacia o seu principal foco de pesquisa.

Nesse sentido, fora da historiografia lusitana, convém destacar estudos que ampliaram a análise acerca da diplomacia portuguesa, como a obra de Jacques Paviot, principalmente *Portugal et Bourgogne au XVe siècle (1384-1482)*¹²⁵, e artigos hispânicos como “El Cisma de Occidente en la Península Ibérica: religión y propaganda en la guerra castellano-portuguesa”¹²⁶, de Rafael Sesa, “La cultura del pacto en las relaciones diplomáticas luso-castellanas durante el período Trastámara (1369-1504)”¹²⁷, de David Rincón, “La importancia

¹¹⁸ NUNES, Eduardo. *Dom Frey Gomes: abade de Florença. 1420-1440*. Braga: 1963.

¹¹⁹ MENDONÇA, Manuela. *D. Jorge da Costa. “Cardeal de Alpedrinha”*. Lisboa: Colibri, 1991.

¹²⁰ DIAS DINIS, António Joaquim. *Dois embaixadores de el-Rei D. Afonso V*. Cadernos Históricos 1. Braga: Editora Franciscana, 1955.

¹²¹ MORENO, Humberto Baquero. Um grande diplomata português do século XV: o doutor João Fernandes da Silveira. In: *Actas do Colóquio. A diplomacia portuguesa na História de Portugal*. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1990, p.93-103

¹²² HOMEM, Armando Luís de Carvalho. Diplomacia e burocracia nos finais da Idade Média: a propósito de Lourenço Anes Fogaça, chanceler-mor (1374-1395) e negociador do Tratado de Windsor. In: *Estudos e Ensaios em Homenagem a Vitorino Magalhães Godinho*. Lisboa: Sá da Costa, 1988, p.217-228

¹²³ CAETANO, Pedro Nunes Pereira. *A Burocracia Régia como veículo para a titulação nobiliárquica. O caso do doutor João Fernandes da Silveira*. Porto: Universidade do Porto, Dissertação de Mestrado, 2011.

¹²⁴ MENDONÇA, Manuela. *Relações externas de Portugal nos finais da Idade Média*. Lisboa: Colibri, 1994.

¹²⁵ PAVIOT, Jacques. *Portugal et Bourgogne au XVe siècle (1384-1482). Recueil de documents extraits des archives bourguignonnes*. Lisbonne-Paris: Centre Culturel Calouste Gulbenkian, Commission Nationale pour les Commémorations des Découvertes Portugaises, 1995.

¹²⁶ SESA, Rafael Sánchez. El Cisma de Occidente en la Península Ibérica: religión y propaganda en la guerra castellano-portuguesa. In: *Estudos em homenagem ao Professor Doutor José Marques*. Vol. 4, 2006, pp. 307-320.

¹²⁷ RINCÓN, David Nogales. La cultura del pacto en las relaciones diplomáticas luso-castellanas durante el

de la cultura en las relaciones peninsulares (siglo XV)”¹²⁸, “La consolidación del personal diplomático entre Castilla y Portugal, 1392-1455”¹²⁹ e “La tendencia a la especialización de funciones en los agentes diplomáticos entre Portugal y Aragón (1412-1465)”¹³⁰, de Isabel Beceiro Pita. A partir desses textos, problemáticas como propaganda, cerimônias, fórmulas de tratamento ligadas à diplomacia, e especialização das embaixadas/embaixadores, foram tratadas tendo como base os diálogos interdisciplinares, e no caso da obra de Paviot, as relações luso-borguinhãs receberam um olhar ainda mais amplo, abarcando relações comerciais, políticas, culturais e mesmo o fluxo de pessoas.

Chama atenção o fato dessas problemáticas não terem destaque na produção portuguesa, sendo as principais exceções os artigos: “Diplomacia e gestos diplomáticos no reinado de D. Fernando (1367-1383)”¹³¹, de Armando Martins, no qual o autor analisa “o papel negociador dos embaixadores do rei e a importância dos gestos de diplomacia na afirmação da identidade política do reino”, apoiando-se em variadas fontes e no diálogo com a antropologia; “Comunicação visual e relações externas: abordagens a partir do caso anglo-português”¹³², artigo de Tiago Viúla de Faria que se propõe a analisar os “mecanismos visuais de que o governo régio tardo-medieval dispunha para gerir as suas ligações com o exterior”.

Os apontamentos anteriores se mantêm na consideração das obras de síntese sobre a História de Portugal, sendo a exceção o livro de Oliveira Marques, *Portugal na Crise dos séculos XIV e XV*, com um capítulo dedicado ao “Estado e as Relações Diplomáticas” no qual se apresenta uma ampla análise sobre a diplomacia medieval¹³³. Por fim, o principal trabalho

período Trastámara (1369-1504). In: *En la España medieval*. Vol.35, 2012, p.121-144.

¹²⁸ BECEIRO PITA, Isabel. La importancia de la cultura en las relaciones peninsulares (siglo XV). In: *Anuario de Estudios Medievales*, vol. 29, 1999, p.79-104.

¹²⁹ *Idem*. La consolidación del personal diplomático entre Castilla y Portugal, 1392-1455. In: *III Jornadas Hispano Portuguesas de História Medieval. La Peninsula Ibérica en la Era de los Descubrimientos (1391-1492)*. Sevilla: Universidad de Sevilla, 1997, vol.2, p.1735-1744.

¹³⁰ *Idem*. La tendencia a la especialización de funciones en los agentes diplomáticos entre Portugal y Aragón (1412-1465). In: *El poder real en la corona de Aragón*. Zaragoza: Gobierno de Aragón, 1994, vol.2, p.441-455.

¹³¹ MARTINS, Armando. Diplomacia e gestos diplomáticos no reinado de D. Fernando (1367-1383). In: *Raízes medievais do Brasil moderno*. Lisboa: Academia Portuguesa de História, 2008, p.137-154.

¹³² FARIA, Tiago Viúla de. Comunicação visual e relações externas: abordagens a partir do caso anglo-português. In: SEIXAS, Miguel Metelo de & Rosa, Maria de Lurdes (coord.). *Estudos de Heráldica medieval*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 2012, p.209-222. O mesmo autor defendeu recentemente tese intitulada *The Politics of Anglo-Portuguese Relations and their protagonists in the middle ages (1369-1449)*, acerca das relações anglo-portuguesas.

¹³³ MARQUES, A. H. de Oliveira. *Portugal na crise dos séculos XIV e XV*. Lisboa: Presença, 1987, p.279-334. Acrescenta-se que coube ao mesmo autor escrever sobre as ‘relações externas’ de Portugal no processo de gênese do Estado moderno, porém o texto acaba por se fixar em temáticas tradicionais, como as embaixadas permanentes (cf: Estado, fronteiras e relações exteriores. In: COELHO, Maria Helena da Cruz e HOMEM, Armando Luis de Carvalho (Coord). *A Gênese do Estado Moderno no Portugal do Tardo-Medievo* (século XIII-XV). Lisboa: UAL, 1999, p.189-197). Duas outras importantes obras de síntese, *História de Portugal – A Monarquia Feudal*, de José Mattoso e Armindo de Sousa, e *História de Portugal*, com a parte medieval de Bernardo Vasconcelos e Sousa, pouco deram espaço para a diplomacia.

sobre a diplomacia no reinado afonsino permanece o artigo de Virgínia Rau, “Relações diplomáticas de Portugal durante o reinado de D. Afonso V”¹³⁴, que trata o período dando ênfase ao papel do infante D. Pedro, morto em Alfarrobeira, ao envolvimento de D. Afonso na cruzada papal de meados do século XV, e ao documento 4 do *Livro Vermelho* como expressão das relações diplomáticas do reino.

1.3.1. As fontes da diplomacia afonsina: novos olhares.

Em 1975, Jacques Le Goff e Pierre Nora lançaram uma das obras mais emblemáticas acerca das mudanças historiográficas do século passado. *Faire l’histoire* (1974), que em português ficou conhecida como *História: Novos Problemas, Novas Abordagens e Novos objetos*, traduz um amplo movimento de revisão do ofício do historiador, o qual se manifestou, em especial, no alargamento da noção de documento e numa nova relação do pesquisador com a documentação. Ao longo deste capítulo, buscamos traçar um panorama dos caminhos que levaram a constituição de uma *nova história da diplomacia*, área de investigação igualmente marcada pela incorporação de novas fontes e novas abordagens. Dito isso, nesse último item teceremos algumas considerações sobre a documentação disponível sobre o reinado de D. Afonso V e o tratamento que a mesma recebeu nesta pesquisa.

Em primeiro lugar, lembra-se que a problematização acerca dos documentos da diplomacia medieval faz aflorar ainda mais os contrastes entre as práticas do período e da diplomacia moderna. Enquanto a modernidade – com o próprio surgimento dos setores da administração estatal dedicados ao serviço exterior e às embaixadas permanentes – criou demandas de arquivamento e produção documental em larga escala, o medievo é marcado pela diversidade de instrumentos de negociação, tanto orais quanto escritos. Nesse quadro a diplomacia dos séculos XIV e XV é marcada tanto pelos gestos, pelos cerimoniais e pela oralidade, como pelo material escrito advindo, principalmente, das chancelarias medievais, órgãos com crescente importância na administração régia do período. Tal origem, todavia, não se traduz em abundância de fontes, aspecto que acaba por favorecer o pouco espaço da documentação em obras de diplomática. Não obstante, há estudos que se dedicaram a identificar e analisar uma tipologia própria à diplomacia medieval¹³⁵, a qual é composta por

¹³⁴ RAU, Virgínia. Relações diplomáticas de Portugal durante o reinado de D. Afonso V. *Estudos de história medieval*. Lisboa: Presença, 1986, p.66-80. O artigo foi publicado originalmente em 1964 na Alemanha.

¹³⁵ Cf.: GANSHOF, François. Le Moyen Age. In: RENOUVIN, Pierre (dir.). *Histoire des Relations Internationales*. Tome I. Paris: Librairie Hachette, 1953; QUELLER, Donald E. *The Office of Ambassador in the Middle Ages*. Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 1967; CUTTINO, George Peddy. *English*

documentos como: as cartas de crença, os salvo-condutos, as instruções, as procurações, os tratados e as correspondências entre os poderes externos.

A fim de analisar essa documentação, contou-se, em primeiro lugar, com a *Monumenta Henricina*¹³⁶, da qual se destacam os volumes X-XV e o suplemento, relacionados ao reinado de D. Afonso V. Da mesma maneira, dispôs-se da coleção *As Gavetas da Torre do Tombo*¹³⁷ e da obra *Tratado de Tordesilhas e Outros documentos* (1989)¹³⁸. Os objetivos da investigação demandaram que o universo documental fosse ampliado, nesse intuito, procedemos à leitura dos tomos do *Quadro Elementar*, em especial os tomos I (Espanha), III (França), X (Santa Sé) e XIV (Inglaterra), nos quais o autor resume uma série de documentos seguidos das respectivas referências, permitindo ao leitor o mapeamento de textos e documentações estrangeiras de suma importância¹³⁹.

Não obstante, esse conjunto documental mostrou-se deveras reduzido para sustentar considerações que permitissem a comparação com outros reinados portugueses, a sistematização de usos, a definição dos poderes e dos limites da intervenção dos embaixadores, ou mesmo o levantamento exaustivo dos termos utilizados nas relações diplomáticas afonsinas, exemplos de problemáticas que foram exploradas tanto em trabalhos mais clássicos, como em obras mais recentes acerca da diplomacia medieval¹⁴⁰. Nesse

Diplomatic Administration (1259-1339). Oxford: Clarendon Press, 1971; OCHOA BRUN, Miguel Angel. *Historia de la Diplomacia Española*. Madrid: Biblioteca Diplomática Española, vol.3,1993.

¹³⁶ *Monumenta Henricina*. Organizada por António Joaquim Dias Dinis. Coimbra: Comissão Executiva do V Centenário da morte do Infante D. Henrique, 1960-1976, XV volumes. Trata-se de uma vasta coletânea, elaborada a partir da Comissão Nacional das Comemorações do V Centenário da morte do Infante D. Henrique (1954), que reuniu documentos diplomáticos e narrativos no intuito de permitir a construção da história henriquina. Ao todo foram publicados quinze volumes e um suplemento entre os anos de 1960 e 1976, agregando fontes de fundos portugueses e estrangeiros, entre os séculos XII e XVII.

¹³⁷ *As Gavetas da Torre do Tombo*. Lisboa: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1960-70, 8v. publicação da coleção Gulbenkiana que traz oito volumes abrangendo documentos do arquivo real, os quais recuam até o século XII. De nosso interesse constam as gavetas II, XIV, XVII e XVIII, na qual encontramos exemplares de cartas e instruções régias, tratados e salvo-condutos.

¹³⁸ *Tratado de Tordesilhas e Outros documentos*. Transcrição de Maria da Graça Pericão e Francisco Contento Domingues. Lisboa: Publicações Alfa, 1989. A edição traz os tratados das Alcáçovas (1479) e de Tordesilhas (1494).

¹³⁹ Por exemplo: LÉONARD, Frédéric. *Recueil des traités de paix, de treve, de neutralité, de confédération, d'alliance, et de commerce, faits par les Rois de France avec tous les princes, et potentans de l'Europe, et autres, depuis pres de trois siècles*. Paris: 1693, Tome I; *Colección de documentos inéditos del archivo general de la corona de Aragón*.

¹⁴⁰ A título de exemplo, a centralidade desse tipo de documentação aparece claramente no livro de Donald Queller, *The Office of Ambassador in the Middle Ages*, na obra de Pierre Chaplais, *English Diplomatic Practice*, em especial nos itens “Diplomatic correspondence” e “Simple and Solemn Missions”, e na coletânea de artigos de Bernard Barbiche, *Bulla, Latus, Nuntius. Études de diplomatie et de diplomatie pontificales (XIIIe-XVIIe siècles)*. Novas leituras a partir desta documentação também estão presentes em: NABERT, Nathalie. *Les réseaux d'alliance en diplomatie aux XIVe et XVe siècles. Étude de sémantique*. Paris: Honoré Champion, 1999; SÈRE, Bénédicte. *Ami et alié envers et contre tous. Étude lexicale et sémantique de l'amitié dans les contrats d'alliance*. In: FORONDA, François (dir.). *Avant le Contrat Social. Le contrat politique dans l'Occident medieval XIIIe-XVe siècle*. Paris: Publications de la Sorbonne, 2011, p.245-268; PÉQUIGNOT, Stéphane. *Enregistrer, ordonner et contrôler: les documents diplomatiques dans le Registra Secreta de Jacques II d'Aragon*.

sentido, procuramos estabelecer um uso pontual desses documentos, trazendo, por exemplo, questionamentos acerca do padrão gestual presente nos tratados quatrocentistas portugueses.

Estabelecendo proximidade com o conjunto documental citado, existem algumas fontes normativas específicas acerca da diplomacia no reinado afonsino, recolhidas no *Livro Vermelho do Senhor Rey D. Affonso V*¹⁴¹. O documento 4 tem sido fundamental para o mapeamento das relações diplomáticas de Portugal no reinado de D. Afonso V. Datado de 1471, sob o título "*Dytados em lynguoajem d'ElRey Dom Affonso o Quynnto nosso Senhor pera Rex e Principes e Senhores e todas as outras pessoas estrangeiras de fora de seus Reinnos...*", sistematiza as formas que deveriam ser usadas nos contatos diplomáticos com os monarcas e príncipes estrangeiros, além dos representantes destes e dos grandes senhores do próprio reino. O outro documento de relevante interesse para a pesquisa é o número 6, que organiza o assento dos embaixadores na Capela real e em outras cerimônias. Sob o título de "*Detriminação do Conselho d'ElRey acerca da maneira que se aja de ter com os Embaixadores dos Rex e Principes estramjeiros, que a Sua Corte vierem, asy acerca do asentamento em Sua Capela como das outras cerimonias*"¹⁴², o texto indica a solenidade do cotidiano das embaixadas dentro do espaço da corte, além de informar acerca das distinções de estatuto. Por fim, o documento 26, intitulado "*Determinaçam, e Regimento d'ElRey, da maneira que se daqy em diante aja de ter acerca dos mantimentos ordenados, e corregimentos que se ham de dar aos Embaixadores, e pesoas que ele por seu serviço mandar fora de seus Reinos, com embaixadas, ou recados a algua partes...*", datado de setembro de 1473, na cidade de Lisboa¹⁴³. Primeiramente, o documento estabelece a distinção entre espaços diplomáticos: a "Espanha", com Castela, Aragão e Navarra, etc; e "fora da Espanha". Em segundo lugar, a fonte destaca elementos como vestimentas, mantimento do embaixador e meios de transporte necessários para a viagem diplomática e a condução das negociações. Além disso, o documento 26 aponta para a cristalização de um estatuto de embaixador, ainda

In: *Anuario de Estudios Medievales*, 32/1, 2002, p.431-479; Les instructions aux ambassadeurs des rois d'Aragon (XIIIe-XVe siècles). Jalons pour l'histoire de la fabrique d'une parole royale efficace. In: *Cahiers d'études hispaniques médiévales*, 31, 2008, p.17-43.

¹⁴¹ Livro Vermelho do Senhor Rey D. Affonso V. In: *Collecção de Livros Ineditos de História Portuguesa dos reinados de D. João I, D. Duarte, D. Affonso V e D. João II*. Publicados por José Corrêa da Serra. Lisboa: Academia Real das Sciencias de Lisboa, Tomo III, 1793, p.391-540. No prólogo da edição é informado que o documento foi tirado da coleção de Manoel Severim de Faria, à época em poder do conde de Vimieiro. O códex não é original, posto que este foi molhado e danificado, mas uma cópia mandada fazer por D. João III. José Corrêa da Serra argumenta que o nome do livro foi tirado da cor da capa em que estava encadernado, visto que no período a cor vermelha estava frequentemente aplicada aos livros que os príncipes mandavam registrar os estilos e ordens, e que precisavam consultar nas cortes.

¹⁴² LV, doc.6, p.420-421.

¹⁴³ LV, doc.26, p.467-469.

que temporário, reforçando a identificação de doutores, cavaleiros e “*outro senhor mayor*”, através da designação “embaixador”.

Observa-se que os três documentos presentes no *Livro Vermelho* são de suma importância, permitindo a percepção de diferentes aspectos da estruturação diplomática durante o reinado de D. Afonso V. Neles encontramos a hierarquização e a distinção do quadro de relações externas, marcado por termos envoltos em categorias de parentesco e em relações de amizade; a normatização do procedimento de recepção de embaixadas, assim como o cerimonial diplomático presente no espaço da corte; e o estabelecimento de um estatuto provisório dos enviados diplomáticos.

Não obstante, ainda que as fontes normativas e as fontes tidas como tradicionais para o estudo da diplomacia tenham sido de extrema relevância, são as fontes narrativas que constituem a maior parcela da documentação disponível e, conseqüentemente, ganharam centralidade em nossa análise. Por vezes, próximas da Literatura, estas fontes abrem ao historiador interrogações específicas da tipologia¹⁴⁴, no entanto, mostraram-se ricas para a investigação das práticas diplomáticas quatrocentistas, tanto pela identificação de embaixadores e embaixadas, como pela descrição de festas e recepções diplomáticas.

Em primeiro lugar, trabalhamos com a documentação cronística. Material documental abundante para o século XV português e que vem sendo pesquisado sistematicamente pelos investigadores ligados ao *Scriptorium – Laboratório de Estudos medievais e ibéricos* (UFF). Contou-se com a *Crónica de El-Rei D. Affonso V*¹⁴⁵, escrita por Rui de Pina em inícios do século XVI, e dividida em três volumes, sendo os dois últimos os principais, visto que envolvem o fim da regência e o reinado direto de Afonso V. Na crônica encontram-se menções ao envio e recepção de embaixadas, negociações de tratados de paz, alianças, casamentos, e ainda das reuniões do Conselho e das Cortes, material textual que possibilita aprofundar a análise da diplomacia portuguesa no período, além de recuperar a ação de agentes que participaram da diplomacia.

Outras crônicas portuguesas têm importância acentuada para o estudo do reinado afonsino. A *Crónica e vida del Rey D. Affonso V*, de Duarte Nunes de Leão¹⁴⁶, a *Crónica do*

¹⁴⁴ Ver as discussões levantadas em: GUIMARÃES, Marcella Lopes. Crônica de um gênero histórico. In: *Revista Diálogos Mediterrânicos*. Número 2, maio 2012, pp.67-78; FERNANDES, Fátima Regina. As crônicas e as Chancelarias régias: a natureza e os problemas de aplicação das fontes medievais portuguesas. In: *Revista Ágora*, Vitória, n.º16, 2012, pp.77-94.

¹⁴⁵ PINA, Rui de. *Crónica de El-Rei D. Affonso V*. Escriptorio, Lisboa: Rutgers University Libraries, 3 Vols., 1901-1902. Essa é uma das edições indicadas por Oliveira Marques (*Guia do Estudante de História Medieval Portuguesa*. Lisboa: Estampa, 1988, p.153).

¹⁴⁶ LEÃO, Duarte Nunes de. *Crónica e vida del Rey D. Affonso V*. In: *Crónicas dos Reis de Portugal*. Lisboa: Officina de José de Aquino Bulhões, 1780, tomo II.

Príncipe D. João, escrita por Damião de Góis¹⁴⁷, a *Crónica do Príncipe D. João*, de Garcia de Resende¹⁴⁸, a *Chronica de El-Rey D. João II*, escrita por Rui de Pina¹⁴⁹, e a *Chronica do Conde D. Duarte de Meneses*, de Gomes Eanes de Zurara¹⁵⁰. Variando no trato do reinado de D. Afonso V, as crónicas citadas oferecem importantes capítulos sobre a atuação de embaixadores, sobre o envio e recepção de embaixadas, sobre a juventude de D. João II e, conseqüentemente, sobre os anos da guerra luso-castelhana e da viagem afonsina a França.

Acrescenta-se a existência de narrativas estrangeiras que tratam de Portugal, também tendo destaque os textos cronísticos. Entre esses textos, citamos: a *Crónica del Halconero de Juan II*¹⁵¹, a *Crónica anónima de Enrique IV de Castilla*¹⁵², a *Crónica de los Señores Reyes Católicos Don Fernando y Doña Isabel de Castilla y de Aragón*¹⁵³, e os *Anales de Aragón*, de Jerónimo Zurita¹⁵⁴, para o quadro ibérico; e para as demais relações externas de Portugal, *Mémoires de Olivier de la Marche*¹⁵⁵ e *Mémoires de Philippe de Commines*¹⁵⁶.

Ao longo do levantamento documental, as narrativas de viagem ampliaram a sua importância para a pesquisa. Tratando de acontecimentos pontuais do reinado, como casamentos, percebemos que diferentes viajantes estrangeiros estiveram em Portugal durante o reinado de D. Afonso V, alguns deixando importantes narrativas acerca de seus deslocamentos. Em primeiro lugar, destaca-se a edição bilíngue do diário de viagem do embaixador Nicolau Lanckman de Valckenstein que narra a viagem dos embaixadores do Império para o enlace da infanta portuguesa com Frederico III¹⁵⁷. A fonte, além de detalhar os

¹⁴⁷ GÓIS, Damião de. *Crónica do Príncipe D. João*. Edição crítica e comentada de Graça Almeida Rodrigues. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 1977.

¹⁴⁸ RESENDE, Garcia de. *Crónica de D. João II e Miscelânea*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1973.

¹⁴⁹ PINA, Rui de. *Chronica de El-Rey D. João II*. In: *Collecção de Livros Ineditos de Historia Portugueza dos reinados de D. João I, D. Duarte, D. Affonso V e D. João II*. Publicados por José Corrêa da Serra. Lisboa: Academia Real das Sciencias de Lisboa, Tomo II, 1792.

¹⁵⁰ ZURARA, Gomes Eanes de. *Chronica do Conde D. Duarte de Meneses*. In: *Collecção de Livros Ineditos de Historia Portugueza dos reinados de D. João I, D. Duarte, D. Affonso V e D. João II*. Publicados por José Corrêa da Serra. Lisboa: Academia Real das Sciencias de Lisboa, Tomo III, 1793.

¹⁵¹ CARRILLO DE HUETE, Pedro. *Crónica del Halconero de Juan II*. Edición y Estudio por Juan de Mata Carriazo. Estudio preliminar por Rafael Beltrán. Presentación por Manuel González Jiménez. Granada: Universidad de Sevilla, 2006.

¹⁵² *Crónica anónima de Enrique IV de Castilla. 1454-1474. (Crónica castellana)*. Edición crítica y comentada de María Pilar Sánchez-Parra. Madrid: Ediciones de la Torre, 1991.

¹⁵³ PULGAR, Fernando del. *Crónica de los Señores Reyes Católicos Don Fernando y Doña Isabel de Castilla y de Aragón*. Cotexada con antiguos manuscritos y aumentada de varias ilustraciones y enmiendas. Publicação original: Valencia, Imp. de Benito Monfort, 1790. Alicante: Biblioteca Virtual Miguel de Cervantes, 2003.

¹⁵⁴ ZURITA, Jerónimo. *Anales de Aragón*. Edición de Ángel Canellas López. Edición electrónica de José Javier Iso (coord.), María Isabel Yagüe y Pilar Rivero. IFC, 2003.

¹⁵⁵ LA MARCHE, Olivier de. *Mémoires d'Olivier de la Marche*. Paris: Librairie Renouard, 1884.

¹⁵⁶ *Mémoires de Philippe de Commines*. Revue et publiée avec annotations et éclaircissements par M. elle Dupont. Paris: Libraires de la Société de l'Histoire de France, 1843.

¹⁵⁷ *Leonor de Portugal, Imperatriz da Alemanha. Diário de viagem do embaixador Nicolau Lanckman de Valckenstein*. Edição do texto latino e tradução de Aires A. Nascimento. Colaboração de Maria João Branco &

procedimentos da celebração do casamento tanto em Portugal, quanto na península itálica, informa sobre os ritmos da comitiva diplomática desde a sua saída das terras imperiais. A narrativa demarca as festas, as recepções, os lugares de exercício da diplomacia, entre outros elementos que através desse instrumento diplomático, a política matrimonial, permite observar os métodos e agentes da diplomacia quatrocentista. Paralelamente, constam ainda outras narrativas de viagem que ampliam os dados sobre o reinado, como: *Le Livre des Faits de messire Jacques de Lalaing*¹⁵⁸; e *Viagem em Portugal*, que trata do deslocamento do Barão de Rosmital¹⁵⁹.

Por fim, também como documento narrativo, há para o reinado de D. Afonso V o *Livro de Apontamentos*, de Álvaro Lopes Chaves¹⁶⁰. O texto reúne as memórias do secretário régio dos reis D. Afonso V e D. João II, favorecendo a percepção da vida de um dos “especialistas” da diplomacia afonsina, e trazendo relatos de guerra, viagens, tratados e cerimônias diplomáticas.

O interesse pela investigação da trajetória dos embaixadores afonsinos orientou a pesquisa para a documentação da chancelaria régia, material que poderia responder questionamentos acerca dos ofícios exercidos pelos embaixadores, assim como sobre as doações e mercês recebidas e sobre demais aspectos da vida dos personagens. Relativo ao reinado de D. Afonso V constam trinta e oito livros disponibilizados *on-line* pelo Arquivo Nacional da Torre do Tombo¹⁶¹. Não obstante, o material encontra-se manuscrito e são poucos os trabalhos de edição dos exemplares, o que dificultou a sua utilização. A fim de suprir as barreiras da transcrição documental, buscou-se o levantamento de informações na bibliografia concernente ao tema. Nesse aspecto, o pesquisador dedicado ao reinado de D. Afonso V encontra-se favorecido por diferentes dissertações e teses sobre os homens da burocracia régia, produção relacionada às investigações orientadas por Armando Luís de Carvalho Homem, todas contando com catálogos prosopográficos¹⁶².

Maria de Lurdes Rosa. Lisboa: Edições Cosmos, 1992.

¹⁵⁸ *Le livre des faits du bon Chevalier messire Jacques de Lalaing*. In: *Œuvres de Georges Chastelain*. Publiés par M. Le Baron Kervin de Lettenhove. Bruxelles, tome 8. Publicada pela primeira vez por Jules Chifflet, em 1634, tem autoria creditada a Georges Chastellain.

¹⁵⁹ BARÃO DE ROSMITAL. *Viagem em Portugal*. Tradução do latim e edição por Manuel Bernardes Branco. In: CASTRO, João Baptista de. *Supplemento ao Mappa de Portugal Antigo e Moderno*. Lisboa, 1870, tomo IV, p.36-55.

¹⁶⁰ CHAVES, Álvaro Lopes de. *Livro de Apontamentos (1438-1489)*. Códice 443 da Coleção Pombalina da BNL. Introdução e transcrição de Anastásia Mestrinho salgado e Abílio José Salgado. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1983. Utilizou-se a transcrição feita por Anastásia Mestrinho Salgado e Abílio José Salgado a partir do códice 443 da Coleção Pombalina da Biblioteca Nacional de Lisboa.

¹⁶¹ Os livros podem ser acessados pelo site: <http://digitarq.dgarq.gov.pt/details?id=3815943>

¹⁶² Cf.: BORLIDO, Armando Carvalho. *A Chancelaria Régia e os seus oficiais em 1463*. Dissertação de mestrado. Porto: Universidade do Porto, 1996; BRITO, Isabel Carla Moreira de. *A burocracia régia tardo-*

Além disso, o pesquisador conta ainda com os volumes do *Chartularium Universitaris Portugalensis (1288-1537)*, publicação iniciada em 1966 pelo Instituto de Alta Cultura¹⁶³. A documentação exposta por Artur Moreira de Sá concentra-se em apresentar os primórdios da instituição universitária em Portugal, abarcando, sobretudo, dois tipos de documentos: petições, súplicas, bulas e letras apostólicas; cartas régias e particulares, pareceres e documentos notariais. Em virtude destas características, o *Chartularium* mostrou-se um importante instrumento para a observação dos diferentes grupos sociais em torno da universidade e do exercício funcional dos homens da administração central.

Ainda no que tange a discussão dos embaixadores, o uso de genealogias e nobiliários constituiu elemento fundamental para a identificação dos personagens. Ciente do caráter propagandístico acerca das linhagens e mesmo da oscilação da autenticidade das informações veiculadas¹⁶⁴, optou-se pelo trato de diferentes obras a fim de confrontar informações sobre os embaixadores. A principal fonte acerca do período é o *Livro de Linhagens do século XVI*, publicado por António Machado de Faria a partir de um manuscrito da época¹⁶⁵. Duas outras obras também serviram de fundamento para a composição da genealogia dos enviados diplomáticos: *Nobiliário das famílias de Portugal*, de Manuel José da Costa Felgueiras Gayo¹⁶⁶; e *Brasões da Sala de Sintra*, de Anselmo Brammcamp Freire¹⁶⁷. Além destas, figura com destaque a *História Genealógica da Casa Real Portuguesa* e as *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, de António Caetano de Sousa¹⁶⁸.

Por fim, há ainda outros documentos que pontualmente tratam de aspectos da diplomacia afonsina. Esse material pode ser classificado de “documentos diversos” e é composto, basicamente, por fontes publicadas em obras e artigos específicos acerca de

afonsina. *A Administração central e os seus oficiais em 1476*. Dissertação de mestrado. Porto: Universidade do Porto, 2001; CAPAS, Hugo Alexandre. *A Chancelaria Régia e os seus oficiais no ano de 1469*. Dissertação de mestrado. Porto: Universidade do Porto, 2001; CARVALHO, António Eduardo Teixeira de. *A Chancelaria Régia e os seus oficiais em 1468*. Porto, 2002; DURÃO, Maria Manuela. *1471 – Um ano africano no desembarco de D. Afonso V*. Dissertação de mestrado. Porto: Universidade do Porto, 2002; MONTEIRO, Helena Maria. *A Chancelaria régia e os seus oficiais. (1464-1465)*. Dissertação de mestrado. Porto: Universidade do Porto, 1997.

¹⁶³ *Chartularium Universitatis Portugalensis (1288-1537)*. Documentos coligidos e publicados por Artur Moreira de Sá. Lisboa: Instituto de Alta Cultura, Vol. III-VI, 1969-1974.

¹⁶⁴ Cf.: MARQUES, A. H. de Oliveira. *Guia do Estudante de História Medieval Portuguesa*. Lisboa: Estampa, 1988, p.147.

¹⁶⁵ *Livro de Linhagens do século XVI*. Introdução de António Machado de Faria. Lisboa: Academia Portuguesa de História, 1956.

¹⁶⁶ GAYO, Manuel José da Costa Felgueiras. *Nobiliário de Famílias de Portugal*. Edição de Agostinho de Azevedo Meirelles e Domingos de Araújo Affonso. Braga: Officina gráfica da Pax, 1939.

¹⁶⁷ FREIRE, Anselmo Brammcamp. *Brasões da Sala de Sintra*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 3v., 1921.

¹⁶⁸ SOUSA, António Caetano de. *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*. Lisboa: Officina de Joseph António da Silva, 1735-1749; *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*. Lisboa: Officina Sylviana da Academia Real, 1742.

alguma temática relativa à diplomacia portuguesa. Citam-se: *Portugal et Bourgogne au XVe siècle*¹⁶⁹, de Jacques Paviot, na qual se encontra uma série de documentos sobre os enviados portugueses ao ducado da Borgonha; *Relações Históricas entre Portugal e a França (1430-1481)*¹⁷⁰, de Joaquim Veríssimo Serrão, que traz documentos sobre as relações franco-portuguesas, em especial, sobre o contexto da viagem de D. Afonso V; e *Receitas e despesas da fazenda real de 1384 a 1481 (subsídios documentais)*¹⁷¹, com documentos sobre os embaixadores e sobre os gastos com embaixadas e casamentos do reinado de D. Afonso V.

Com o objetivo de sistematizar a documentação citada a partir dos eixos da pesquisa, a coleta de dados teve início pelo documento 8 de Jorge Faro, intitulado “*Despezas que el Rey fez depois da tomada de Seita em espaço de cinquenta e oito annos*”¹⁷². Como expõe o autor, a análise do documento permite a identificação de três tipos diferentes de verbas, sendo o primeiro conjunto aquele que se insere em nossos interesses. Esse conjunto dispõe sobre duas realidades: despesas com casamentos, guerras e expedições africanas, e despesas com embaixadas, mencionando-se os nomes de vários embaixadores e os locais de destino das missões.

Através do documento chega-se ao total de setenta e sete missões realizadas durante os anos do reinado de D. Afonso V, aproximando de uma centena de homens. Não obstante, a adoção da totalidade das informações presentes no documento leva em consideração o reinado afonsino e os anos da regência (1438-1448). Desta maneira, tendo em vista o recorte cronológico da pesquisa (1448-1481), preferimos manter o ano de 1448 como critério de exclusão para a identificação das missões e dos enviados. Em virtude da opção foram desconsiderados para a composição das embaixadas/embaixadores os seguintes casos: Álvaro

¹⁶⁹ PAVIOT, Jacques. *Portugal et Bourgogne au XVe siècle (1384-1482). Recueil de documents extraits des archives bourguignonnes*. Lisbonne-Paris: Centre Culturel Calouste Gulbenkian, Commission Nationale pour les Commémorations des Découvertes Portugaises, 1995.

¹⁷⁰ SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *Relações históricas entre Portugal e a França. (1431-1481)*. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian. Centro Cultural Português, 1975.

¹⁷¹ FARO, Jorge. *Receitas e despesas da fazenda real de 1384 a 1481 (subsídios documentais)*. Lisboa: Publicações do Centro de Estudos Económicos, 1965. Durante alguns anos buscamos a obra nas bibliotecas públicas e particulares do Brasil, porém o exemplar não foi encontrado. Não obstante, em inícios de 2013, contamos com a gentileza do Prof. Dr. Saul António Gomes (Universidade de Coimbra) enviando uma cópia da obra, assim como com o auxílio do Prof. Dr. Marcelo Santiago Berriel (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro) buscando junto ao português a obra.

¹⁷² O documento também aparece intitulado como “*Despezas que el Rey fez desde a tomada de Seita para cá que são sincoenta e oito annos*”. Cf.: FARO, Jorge. *Receitas e despesas da Fazenda Real de 1384 a 1481 (subsídios documentais)*. Lisboa: Publicações do Centro de Estudos Económicos, 1965, p.55-82. O mesmo documento foi publicado pelo autor em: JOSÉ, Maria & FARO, Jorge. *Embaixadas enviadas pelos reis de Portugal de 1415 a 1473. Subsídios documentais*. In: *Actas do Congresso Internacional de História dos Descobrimentos*. Lisboa, 1961, Vol. III, p.249-270. Comparando o texto de 1961 com o de 1965 é possível perceber variações na indicação de embaixadores e valores. Sendo assim, manteremos como base o texto de 1965 e quando ocorrerem informações conflitantes o texto de 1961 será retomado.

da Cunha, Brás Afonso¹⁷³, Diogo Soarez, Fernão Lopes de Azevedo, Dr. Gomes Annes, D. João de Ataíde, D. João Manuel, provincial do Carmo, João Teles, João Vaz de Almada¹⁷⁴, Leonel de Lima, Luís de Azevedo, Luís Pires, Roham Vaz, Ruy da Cunha, Dr. Ruy Fernandes e Vasco da Fonseca.

A escolha também permitiu encontrar alguns problemas temporais no documento apresentado por Jorge Faro. O autor expõe os dados de acordo com os reinados – “el rey Dom João, rey Duarte e rey D. Affonso” – e, em alguns casos, chega a indicar através de notas outros documentos que identificam as embaixadas citadas. No entanto, para o reinado afonsino essa estruturação do texto é problemática em vista de nosso critério de exclusão em 1448. As primeiras missões sustentam-se como tendo ocorrido durante a regência, sendo o limite temporal que adotamos, a comitiva de obediência ao papa Nicolau V, eleito em março de 1447. Esta foi enviada no mesmo ano ou em inícios do ano seguinte, ou seja, antes de D. Afonso assumir o trono (mês de junho). Seguindo o documento, a continuidade temporal parece ser mantida, e consideramos esse fato para identificar temporalmente algumas missões. Todavia, após a embaixada de JOÃO DE ELVAS à Inglaterra (1473), os problemas aparecem.

¹⁷³ Os casos de Brás Afonso e João Teles envolvem problemas particulares e serão considerados à parte. Ver: Apêndice – Brás Afonso e João Teles: embaixadores do infante D. Pedro.

¹⁷⁴ O personagem faz aflorar uma polêmica interpretativa. Esta baseia-se na sua possível atuação de Almada como encarregado de levar a corte da Borgonha as notícias afonsinas sobre o acontecido em Alfarrobeira. Joaquim Veríssimo Serrão afirma que: “Não se conhece o nome do embaixador português, não sendo impossível que fosse João Vaz de Almada o incumbido de tão árdua missão”. Justifica que sua interpretação fundamenta-se no fato de “João de Almada, que esteve em Alfarrobeira junto ao monarca, ser irmão bastardo do conde de Abranches e ter conseguido, para este, enterramento no campo e, depois, sepultura honrada”. O autor conclui que o personagem seria “a melhor testemunha de defesa da posição legalista de D. Afonso V”. Não obstante, chama atenção que a única referência documental apresentada por Serrão seja o rol publicado por Jorge Faro. Recentemente, Manuel Ramos reafirmou a participação de Almada como embaixador em 1449, contudo fundamentou a sua posição no texto de Serrão e novamente no documento de Faro. Todavia, ao verificarmos o referido rol notamos que não há nenhuma referência ao ano de 1449, sendo apenas mencionado “510 dobras João Vaz de Almada ao Duque da Borgonha”. Esta menção encontra-se anterior a citação da embaixada ao papa Nicolau V, realizada entre 1447 e inícios de 1448, e próxima das missões de Fernão Lopes de Azevedo (1442), Lionel de Lima (1442) e do provincial do Carmo (1443). Acrescenta-se que, conforme documento publicado por Jacques Paviot, um “João de Almada” é mencionado residindo na Borgonha em 1462 por longo tempo. Não vemos relação entre esse documento e o rol de Jorge Faro, e caberia ainda perguntar: tratar-se-ia do mesmo personagem? Acreditamos que não, pois o suposto embaixador de 1449 esteve presente na conquista de Ceuta (1415) e aparece no livro das moradias de D. Afonso V como cavaleiro do conselho em 1462, não voltando mais a ser mencionado, possivelmente em virtude de falecimento pela idade avançada. Por fim, de acordo com Baquero Moreno, João Vaz de Almada tinha ligações com o infante D. Pedro, tendo participado da regência ao menos até 1445, ainda que em 1449 se encontrasse entre as tropas régias em Alfarrobeira. Tendo em vista esses elementos e os critérios de exclusão que utilizamos até então, a suposta embaixada de João Vaz de Almada a Borgonha em 1449 será descartada por falta de indícios documentais. Cf.: SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *Relações históricas entre Portugal e a França*. *Idem*, p.30, nota 66; RAMOS, Manuel. O impacto de Alfarrobeira nas relações com o ducado da Borgonha. In: *História, Revista da FLUP*, IV série, Volume 5, 2015, p.28; FARO, Jorge. *Receitas e despesas da fazenda real de 1384 a 1481 (subsídios documentais)*. *Idem*, doc. 4, p.78, doc. 22, p.199-201; MORENO, Humberto Carlos Baquero. *A Batalha de Alfarrobeira*. *Idem*, Vol. II, p.694-695.

Brás Afonso e João Teles são mencionados como enviados ao Imperador, porém dispomos de dados que indicam que os mesmos embaixadores foram enviados ao Império em 1443 por D. Pedro. Teriam esses homens voltado às terras germânicas ou estaríamos diante de uma oscilação temporal do documento? Sem adotar repostas preliminares, observamos que o mesmo caso ocorria com GABRIEL LOURENÇO, indicado como enviado ao rei de Aragão. A intensa atividade desse clérigo aragonês como embaixador afonsino encontra-se mapeada na *Monumenta Henricina* para os anos de 1459 e 1460, porém não dispomos de documentos que confirmem uma missão ocorrida por volta de 1473. A situação se repete com o frei JOÃO DE SÃO MAMEDE, citado como enviado ao papa, mas que os demais documentos sobre o personagem indicam que esteve na Santa Sé nos anos 60.

Frente a essas circunstâncias, preferimos excluir a embaixada do “chancellor-mor a Galiza aos embaixadores de el Rey de Inglaterra”. A exclusão ocorreu tanto por ela aparecer como primeira indicação após a missão de JOÃO DE ELVAS e antes da comitiva de Brás Afonso e João Teles ao Império, como pela existência de diferentes chanceleres entre a regência e 1473: Diogo Afonso Manganha (1440-1441), D. Fernando da Guerra (1441-1463), e RUI GOMES DE ALVARENGA (1463-1475). As demais embaixadas posteriores às de GABRIEL LOURENÇO e JOÃO DE SÃO MAMEDE foram adotadas com datação em aberto.

A partir do documento de Jorge Faro e das demais documentações, com destaque para as fontes narrativas, elaboramos o Apêndice 1 – Missões diplomáticas do reinado de D. Afonso V (1448-1481), constando cento e seis (106) missões identificadas, e o Apêndice 6 – Embaixadores de D. Afonso V (1448-1481), citando oitenta e três (83) embaixadores, sendo sete (7) oficiais de armas. A maior parte desse grupo foi objeto de estudo prosopográfico (Apêndice 7 – Catálogo Prosopográfico dos embaixadores de D. Afonso V) e será a base do capítulo 3, constando também em apêndice, as grades de análise e as fichas individuais.

Não obstante, as poucas informações acerca de vinte e seis (26) desses personagens, impossibilitou a definição de suas trajetórias. Esse grupo é composto pelos oficiais de armas (7) e dos seguintes homens (19): Afonso Lopez, enviado ao Império ao lado de LOURENÇO ABRIL¹⁷⁵; Afonso Nogueira, que esteve em Castela acompanhando D. JORGE DA COSTA em 1469¹⁷⁶; o doutor Álvaro Gonçalves, que aparece recebendo 160 dobras para uma missão a

¹⁷⁵ FARO, Jorge. *Receitas e despesas da Fazenda Real de 1384 a 1481 (subsídios documentais)*. *Idem*, p.81. Recebe 380 dobras pela missão.

¹⁷⁶ A *Crónica Anónima de Enrique IV de Castilla* (Livro II, Cap. VII) indica apenas o nome do personagem. Inicialmente, consideramos que poderia se tratar de Afonso Nogueira bispo de Coimbra e arcebispo de Lisboa, no entanto este morreu em 1464, o que nos deixou sem novas pistas.

Castela¹⁷⁷; Diogo Gil Nunes enviado ao rei de Castela¹⁷⁸; Fernando Álvares citado na Borgonha por Jacques Paviot em 1464¹⁷⁹; Fernando de Figueiredo, citado como enviado a Castela em 1480¹⁸⁰; Gil Eanes, que aparece em duas missões a Inglaterra, na qual recebe 220 dobras e 277 dobras para os gastos com a embaixada¹⁸¹; Gil Moniz, cavaleiro responsável por enviar uma missiva afonsina ao duque de Milão em 1456¹⁸²; João de Lisboa, mensageiro de D. Afonso V ao rei de Aragão em 1449¹⁸³; João Gomes, protonotário pontifício e enviado a Aragão (1461) e Roma¹⁸⁴; o caso obscuro de Manuel/Mestre Diogo¹⁸⁵; Manuel Fernando Álvaro, citado recebendo 900 dobras para uma missão sem a indicação do destino da mesma¹⁸⁶; Nuno de Almeida, que aparece em duas missões, uma a Borgonha e outra a Aragão¹⁸⁷; o doutor Pero Fernandez, embaixador ao Império e presente nas vistas entre os reis da França e de Castela¹⁸⁸; Rodrigo Afonso, membro da comitiva responsável pela assinatura do Tratado das Alcáçovas e que aparece enviado a Castela em 1480¹⁸⁹; Rodrigo Leonardes,

¹⁷⁷ FARO, Jorge. *Receitas e despesas da Fazenda Real de 1384 a 1481 (subsídios documentais)*. *Idem*, p.81. Será ele o mestre sala que foi testemunha do contrato de casamento entre Pedro de Albuquerque e Catarina da Costa? (CUP, VI, doc.2199).

¹⁷⁸ FARO, Jorge. *Receitas e despesas da Fazenda Real de 1384 a 1481 (subsídios documentais)*. *Idem*, p.79. Recebe 150 dobras pela missão.

¹⁷⁹ PAVIOT, Jacques. *Portugal et Bourgogne au XVe siècle*. *Idem*, p.51.

¹⁸⁰ MENDONÇA, Manuela. *As Relações Externas de Portugal nos finais da Idade Média*. *Idem*, p.30.

¹⁸¹ FARO, Jorge. *Receitas e despesas da Fazenda Real de 1384 a 1481 (subsídios documentais)*. *Idem*, p.80-81. Seria ele o navegador que ultrapassou o cabo Bojador?

¹⁸² MH, vol. XII, doc.175, XIII, doc.24.

¹⁸³ Em carta de D. Afonso V, rei de Aragão, João de Lisboa é mencionado como escudeiro do rei português de quem levou cartas ao reino vizinho (MH, Vol. X, doc. 52). Seria esse mensageiro o escrivão de D. Afonso V presente em outros documentos do mesmo período (MH, vol. X, doc. 98, 167, 209, 239) ou ainda um dos mestres da Capela do Africano nos anos 70? (GOMES, *A Corte dos Reis de Portugal no final da Idade Média*. *Idem*, p.113, 169, nota 186).

¹⁸⁴ De acordo com uma carta do rei de Aragão, D. João II, João Gomes, “protonotario de nuestro ssenyor el papa e ambaxador vuestro”, levou uma missiva de D. Afonso V ao aragonês (MH, Vol. XIV, doc.51).

¹⁸⁵ Acerca de Manuel/Mestre Diogo a única referência da presença do embaixador é a publicação de Faro, que varia nos textos de 1961 e 1965. Em 1961, cita o personagem como mestre, não mencionando o nome Manuel. Já em 1965, indica o mesmo como Manuel Diogo. Este participa da comitiva ao papa, por volta de 1452, acompanhando LUÍS GONÇALVES MALAFAIA, o doutor RUI GOMES DE ALVARENGA e o secretário ANTÃO GONÇALVES (FARO, Jorge. *Receitas e despesas da Fazenda Real de 1384 a 1481 (subsídios documentais)*. *Idem*, p.79).

¹⁸⁶ FARO, Jorge. *Receitas e despesas da Fazenda Real de 1384 a 1481 (subsídios documentais)*. *Idem*, p.81. Acrescenta-se que esta missão não aparece no artigo do mesmo autor publicado em 1961.

¹⁸⁷ FARO, Jorge. *Receitas e despesas da Fazenda Real de 1384 a 1481 (subsídios documentais)*. *Idem*, p.80-81. Recebe 38 e 138 dobras para as missões, respectivamente.

¹⁸⁸ FARO, Jorge. *Receitas e despesas da Fazenda Real de 1384 a 1481 (subsídios documentais)*. *Idem*, p.81. Recebe 280 e 2.223 dobras para as missões, sendo a segunda em companhia de LOPO DE ALMEIDA, AFONSO GARCEZ e do arauto Alcácer, ocorrida em 1463.

¹⁸⁹ Rodrigo Afonso aparece na assinatura do Tratado das Alcáçovas e das Terçaras de Moura, citado como cavaleiro e conselheiro do rei. Porém, não dispomos de maiores informações para precisar a identificação do personagem. Seria esse embaixador o tenor Rodrigo Afonso, músico da Capela de D. Afonso V? (Cf.: GOMES, Rita Costa. *A Corte dos Reis de Portugal no final da Idade Média*. *Idem*, p.114). O dominicano citado na súplica do frei Lourenço de Elvas em 1452? (CUP, V, doc.1665). Ou ainda o conselheiro real de D. João II? (GOMES, Rita Costa. *Le conseil royal au Portugal (1400-1520)*. In: MICHON, Cédric (dir.). *Conseils et Conseillers dans l'Europe de la Renaissance v.1450-v.1550*. Rennes: Publications Universitaires de Rennes, 2012, p.168).

que teria levado a versão afonsina do acontecido em Alfarrobeira à corte borguinhã¹⁹⁰; Martim de Sallinas e Vasco Gomes, estrangeiros; e Vasco Nunes de Abreu citado em duas embaixadas ao conde de Benavente¹⁹¹.

Para além do limite cronológico de 1448 e 1481, foram somadas apenas as missões e os homens enviados pela realeza. Essa opção visou manter a coerência dos dados apresentados tendo a escolha da realeza como critério central, ainda que no cenário do final do reinado, D. João II passasse a exercer com cada vez mais intensidade a condução da política portuguesa e, conseqüentemente, seja perceptível a sua intervenção na escolha dos embaixadores. Nesse quadro, tendo os personagens participado de outras missões que não fossem designadas pelo rei, estas foram indicadas nas fichas biográficas, porém não foram somadas aos totais referenciados. Esse foi o caso, por exemplo, das missões de D. JORGE DA COSTA como legado papal e de DIOGO DE SALDANHA como embaixador do rei de Castela.

Acrescentamos ainda que um caso em particular mostrou-se desafiador, o do embaixador AFONSO PEREIRA. Em virtude da existência de um homônimo no mesmo período e pela falta de elementos acerca das duas missões diplomáticas do personagem, decidimos expor os caminhos escolhidos para identificá-lo como o reposteiro-mor afonsino. Esse material constitui o Apêndice 8 – Quem foi Afonso Pereira?

Chega-se ao fim do primeiro capítulo da tese, que teve como objetivo primeiro expor as principais linhas historiográficas que sustentam e orientam a presente pesquisa. Inicialmente, foram apresentados os caminhos que levaram à retomada da diplomacia medieval como objeto de investigação, dando espaço para a caracterização da temática pelos estudos atuais. Em seguida, ampliaram-se as discussões levantadas até o momento, buscando problematizar os temas centrais dos próximos capítulos, estabelecendo, desta maneira, referências aos trabalhos sobre a gênese do Estado moderno, as Elites do Poder, os mecanismos de negociação diplomática e sobre os rituais e cerimônias da realeza. Por fim, observou-se o caso específico de Portugal no século XV, notando tanto a abertura de

¹⁹⁰ PAVIOT, Jacques. *Portugal et Bourgogne au XVe siècle. Idem*, p.44, 377, doc.302.

¹⁹¹ FARO, Jorge. *Receitas e despesas da Fazenda Real de 1384 a 1481 (subsídios documentais). Idem*, p.79. Acrescenta-se que no texto de 1965, Faro cita apenas uma missão de Vasco Nunes de Abreu, estando a indicação de duas missões no texto de 1961 (p.264). A datação de uma ou das duas embaixadas deve ser o ano de 1451, de acordo com Adão da Fonseca.

possibilidades de pesquisa, como a ligação entre o tema da diplomacia e outros temas correlatos, como a história das Instituições, a história Política, a história Social, entre outros, assim como se apresentou as principais documentações que foram trabalhadas na tese.

No âmbito dessas discussões reafirma-se que o ponto de partida foi uma noção ampla de diplomacia, visão alargada que permitiu deslocar a diplomacia medieval dos conceitos e pressupostos da área das Relações Internacionais, conduzindo o estudo pelos caminhos da renovação da história Política, em especial entre os medievalistas. Considerando a pluralidade política que marca a Baixa Idade Média, elemento presente no conceito de gênese do Estado moderno, a diplomacia medieval passa a ser considerada como um instrumento de grupos políticos organizados, mesmo que o poder régio/Estado gradativamente se impusesse como principal promotor de embaixadas.

Tendo como base essa característica fundamental da diplomacia medieval, pôde-se avançar por eixos presentes na definição de “prática diplomática” de Stéphane Péquignot: as instituições, os homens, e os métodos de negociação. Estes serão os fios condutores do decorrer da tese que se concentrará nos problemas institucionais da diplomacia segundo a perspectiva da gênese do Estado moderno e da história institucional de António Manuel Hespanha e Armando Luís de Carvalho Homem (Capítulo 2); na identificação dos homens envolvidos nas missões diplomáticas do reinado afonsino através da aplicação do método prosopográfico (Capítulo 3); na problematização dos métodos de negociação (Capítulo 4); e na análise das cerimônias da diplomacia durante o reinado de D. Afonso V (Capítulo 5).

A partir dos elementos analisados nesse capítulo, acredita-se termos avançado na construção de um novo olhar sobre a diplomacia medieval que está diretamente ligado à renovação da história política e aos diálogos entre medievalistas e os demais cientistas sociais. Nos capítulos a seguir poderemos desenvolver algumas reflexões mais concentradas, tratando diretamente com a documentação para demonstrar que a diplomacia foi um instrumento político que contribuiu para a consolidação das estruturas de governo em suas bases institucionais e humanas, e para a própria transformação da imagem do poder durante o reinado de D. Afonso V.

CAPÍTULO 2. A DIPLOMACIA QUATROCENTISTA PORTUGUESA: BASES INSTITUCIONAIS.

Portanto nos, com acordo e conselho do dicto jffante Eduarte, meu muyto preçado e amado filho primogênito e herdeiro, e de todollos outros jfantes, meus muyto amados filhos, duques e condes e dos prelados, mestres, ricos homens e outros do nosso conselho e procuradores das cidades e villas dos dictos nossos reynos e senhorios, especialmente pera ello chamados, louvamos e aprovamos e ratificamos e auemos por grata e firme e rata e praziuel e louvavel, des o dicto dia que assi foy outorgada por os dictos nossos embaixadores e procuradores...¹⁹²

O trecho da ratificação do tratado de Paz de Medina del Campo oferece diferentes elementos acerca do processo de negociação e assinatura da paz na sociedade quatrocentista. Em meio aos termos do acordo, observa-se que D. João I assinou o tratado “com acordo e conselho” de variados grupos da sociedade política. Contudo, mais do que envolver a elite política, o trecho ressalta a presença de uma importante instância administrativa, o Conselho. Seguindo tais evidências, o presente capítulo investigará a relação entre as esferas do governo e o exercício da diplomacia no reinado de D. Afonso V.

Como ponto de partida, tal associação pode ser pensada através da emblemática afirmação de Oliveira Marques sobre as relações externas medievais: “Não existia, no entanto, uma repartição própria, ou seja, não existia ainda um Ministério dos Negócios Estrangeiros. Quem tratava dos assuntos diplomáticos era o rei, com os seus próprios assessores. Era a Chancelaria Régia que se ocupava diretamente desses casos”¹⁹³. Como o rei tratava desses assuntos? Recebia algum assessoramento? Quem eram esses assessores? Qual o papel da Chancelaria Régia nos assuntos externos? As indagações possibilitadas pelo trecho direcionam-se a um problema anterior, expresso na inexistência de “uma repartição própria” para os assuntos externos. Esta “questão institucional”¹⁹⁴ será o primeiro fio condutor de

¹⁹² MH, vol.IV, doc.15, p.21.

¹⁹³ MARQUES, A. H. de Oliveira. Estado, fronteira e relações exteriores. In: COELHO, Maria Helena da Cruz e HOMEM, Armando Luis de Carvalho (Coord). *A Gênese do Estado Moderno no Portugal do Tardo-Medieval* (século XIII-XV). Lisboa: UAL, 1999, p.197.

¹⁹⁴ Ao analisar o caso francês, Françoise Autrand e Philippe Contamine retomaram a importância da questão institucional: “Plus importante est la question des institutions. Si la vigueur d’une action diplomatique est evidente dès le XIIIe siècle (...), si l’on peut observer les idées qui la guident et les concepts qu’elle met en oeuvre, ses mécanismes et son personnel, force est de constater qu’elle n’a pas donné naissance à un véritable appareil administratif” (AUTRAND, Françoise & CONTAMINE, Phillipe. *Naissance de la France: naissance de sa diplomatie. Le Moyen Âge*. In: *Histoire de la diplomatie française. I. Du Moyen Âge à l’Empire*. Paris: Perrin, 2005, p.41-42).

nossa discussão, analisando os “*mechanics of diplomacy*”¹⁹⁵, isto é, o papel desempenhado pelo Conselho e as Cortes no plano diplomático.

2.1. OS MECANISMOS INSTITUCIONAIS DA DIPLOMACIA.

...a diplomacia, embora com um certo atraso, não ficou à margem do grande movimento de especialização e de burocratização que envolveu todos os Estados do Ocidente no fim da Idade Média¹⁹⁶.

Neste item a proposição de Bernard Guenée será explorada com dois objetivos: afastar a diplomacia medieval das margens das discussões acerca das instâncias da administração central¹⁹⁷ e problematizar o papel que estas instâncias, em especial o Conselho e as Cortes,

¹⁹⁵ Essa é uma das ideias desenvolvidas por George Cuttino no capítulo “Agents and Mechanics of Diplomacy”. O ponto de partida da análise do autor pode ser notado no seguinte trecho: “The medieval English foreign office consisted roughly of two main branches or divisions. The first was a quasi-permanent organization, an office extraordinary which, although intimately connected with the great departments of state, actually existed as a separate organ of administration. (...) There remains, then, the second division, which has to do with the envoy and the mechanics of ordinary diplomatic representation. It also concerns the roles played by the council, the chancery, the exchequer, and the wardrobe in foreign affairs, particularly in relations to the activities of the English diplomat” (CUTTINO, George. *English Diplomatic Administration (1259-1339)*. Oxford: Clarendon Press, 1971, p.84).

¹⁹⁶ GUENÉE, Bernard. *O Ocidente nos séculos XIV e XV – Os Estados*. São Paulo: Pioneira, Editora da Universidade de São Paulo, 1981, p.181. A mesma proposição é apresentada por Autrand e Contamine: “En retard sur les autres domaines du service public, la diplomatie entre à la peine dans la voie de la bureaucratisation au cours des derniers siècles du Moyen Âge” (AUTRAND, Françoise & CONTAMINE, Philippe. *Naissance de la France: naissance de sa diplomatie. Le Moyen Âge*. *Idem*, p.42).

¹⁹⁷ No balanço apresentado por Baquero Moreno, Luís Miguel Duarte e Luís Carlos Amaral, observa-se que a história da administração e das instituições teve seu revigoramento entre os estudiosos portugueses a partir dos anos 80, num movimento que se seguiu à publicação dos trabalhos de António Manuel Hespanha e Armando Luís de Carvalho Homem. As principais áreas das pesquisas nesse contexto foram o Desembargo, os Concelhos, as Cortes e a História do Direito e da Justiça (MORENO, Humberto Carlos Baquero *et al.* História da Administração portuguesa na Idade Média. Um balanço. In: *Ler História*, 21, 1991, p.87-98). Ao analisar a mesma temática, Carvalho Homem recupera a importância de autores como Virgínia Rau, Vitorino Godinho e Borges de Macedo para as pesquisas realizadas em décadas anteriores aos anos 70, no entanto, ao apresentar os novos caminhos de investigação, mais uma vez, nenhuma menção é feita ao tema da diplomacia medieval (HESAPANHA, António Manuel & HOMEM, Armando Luís de Carvalho. O Estado moderno na recente historiografia portuguesa: historiadores do Direito e historiadores “tout court”. In: COELHO, Maria Helena da Cruz & HOMEM, Armando Luís de Carvalho (coord.). *A Génese do Estado moderno no Portugal tardo-medieval (séculos XIII-XV)*. *Idem*, p.63-76). Esse mesmo silêncio é notado no texto de Judite Freitas que trata da historiografia portuguesa entre os anos 70 e 2000 (Les chemins de l’histoire du pouvoir dans le médiévisme portugais (ca 1970- ca 2000). In: *Bulletin du centre d’études médiévales d’Auxerre*, 8, 2004), e ainda mais notável na obra da mesma autora *O Estado em Portugal (séculos XII-XVI)* (2012), com forte viés institucional. O panorama historiográfico expresso por esses balanços ganha pequenas variações quando comparado ao quadro mais amplo da historiografia ibérica até a década de 90. Ladero Quesada indica que a diplomacia medieval permanecia como “pariente pobre”, condição que dava sinais de mudanças com a publicação de Miguel Ángel Ochoa Brun, *Historia de la diplomacia española* (LADERO QUESADA, Miguel Ángel. Historia institucional y política de la Península Ibérica en la Edad Media (La investigación en la década de los 90. In: *En la España Medieval*, 2000, 23, pp.441-481). Ademais, observa-se que mesmo a síntese “Diplomatic Relations: Portugal and the Others” (2011), de Maria João Branco e Mário Farelo, pouco avança nos elementos institucionais relacionados à diplomacia medieval portuguesa.

exerceram nas relações externas de Portugal. Com base nesses objetivos, convém apresentar um panorama do desenvolvimento dos órgãos do governo.

Na sociedade feudal, as obrigações do vassalo, o seu *facere*, resumiam-se na expressão “*Consilium et auxilium*” (“conselho e ajuda”), os quais eram oferecidos ao senhor sempre que nesse sentido fosse solicitado. Em linhas gerais, os historiadores afirmam que nestas obrigações radica a formação da corte régia, órgão fluido que tratava de diferentes matérias do reino, como: elaboração de leis, concessão de forais, campanhas militares, estabelecimento de tréguas e paz, moeda; etc. Estas reuniões eram chamadas de *colloquia*, *concilia*, *conventus*, *curiae*, *placita* e *tractatus*, ao passo que a própria corte dos reis era designada por um vasto conjunto de palavras, *Curia*, *Aula*, *Palatium*, *Schola*, *Cors/Curtis*¹⁹⁸.

Na historiografia ibérica permanece ocupando lugar de destaque as teses de Claudio Sánchez-Albornoz, que defende que das reuniões da cúria primitiva, fundadas nos princípios de “*consilium et auxilium*”, resultaram a posterior criação do Conselho Régio e das Cortes¹⁹⁹. Em meio a essa perspectiva ressaltam-se dois elementos: o constante crescimento dos integrantes da cúria, com a significativa ampliação dos cargos técnicos – temática que abordaremos noutro tópico ao tratar das relações entre os ofícios e a diplomacia; e o movimento de especialização dos órgãos da cúria²⁰⁰. Deste segundo item chama atenção tanto o emergir da Câmara, da Capela e da Aula, e seus desmembramentos posteriores, como a constituição do Conselho e das Cortes.

Desde o século XII, com o revigoramento do direito romano, recuperou-se no Ocidente medieval a fórmula “*quod omnes tangit, ab omnibus debet approbari debet*” (“o que interessa a todos deve ser por todos decidido”), inicialmente aplicada pelos canonistas à vida

¹⁹⁸ Cf.: GANSHOF, François. *Que é o feudalismo?* Lisboa: Publicações Europa-América, 4ª edição, 1976, p.117-126; GOMES, Rita Costa. *A Corte dos Reis de Portugal no final da Idade Média*. Lisboa: Difel, 1995, p.7-8; GUENÉE, Bernard. *O Ocidente nos séculos XIV e XV*. *Idem*, p.206-207; HESPANHA, António Manuel. *História das Instituições. Épocas medieval e moderna*. Coimbra: Almedina, 1982, p.148-149; HOMEM, Armando Luís de Carvalho. Conselho Real ou Conselheiros do Rei? A propósito dos “privados” de D. João I. In: *Portugal nos finais da Idade Média: Estado, Instituições, Sociedade Política*. Lisboa: Livros Horizonte, 1990, p.223.

¹⁹⁹ A perspectiva defendida por Sanchez-Albornoz é considerada como paradigma genético e permanece como principal chave interpretativa utilizada pela historiografia portuguesa. Cf.: GOMES, Rita Costa. *A Corte dos Reis de Portugal no final da Idade Média*. *Idem*, p.24; Le Conseil Royal au Portugal (1400-1520). In: MICHON, Cédric (dir.). *Conseils et Conseillers dans l'Europe de la Renaissance v.1450-v.1550*. Rennes: Publications Universitaires de Rennes, 2012, p.150; SOARES, Torquato de Sousa. Cúria Régia. In: SERRÃO, Joel (dir.). *Dicionário de História de Portugal*, p.774-775. Ver ainda: FREITAS, Judite A. Gonçalves de. *O Estado em Portugal (séculos XII-XVI)*. Lisboa: Alêtheia, 2012, p.22-32; ALBUQUERQUE, Ruy de & ALBUQUERQUE, Martim de. *História do Direito Português. 1140-1415*. Lisboa: Pedro Ferreira, 2004, volume 1, p.535-540.

²⁰⁰ Cf.: FREITAS, Judite A. Gonçalves de. *O Estado em Portugal (séculos XII-XVI)*. Lisboa: Alêtheia, 2012, p.22-27; HESPANHA, António Manuel. *História das Instituições*. *Idem*, p.149; MATTOSO, José. *A Identificação de um país. Ensaio sobre as origens de Portugal. 1096-1325. Volume II – composição*. Lisboa: Estampa, 1986, p.99-100; RUCQUOI, Adeline. *História Medieval da Península Ibérica*. Lisboa: Estampa, 1995, p.250.

eclesiástica e, num segundo momento, pelos leigos às questões temporais²⁰¹. Mesmo que o peso dessas referências possa ser relativizado no espaço ibérico²⁰², é interessante notar a existência de um “dever de conselho” que reporta aos séculos do alto medievo e relaciona-se à necessidade de convocação das Cortes e do Conselho para resolver assuntos do reino²⁰³.

Conforme Armando Luís de Carvalho Homem, foi “dessa amálgama de constituição fluída e atribuições indefinidas” em que consistiam as cortes régias que irão se destacar os diversos órgãos do poder central. O autor avança em propor a diferenciação de várias matrizes institucionais: a doméstica, a guerreira e a burocrática, que se desmembraria em judicial e financeira. Não obstante, Homem argumenta a inexistência de uma “matriz política” concretizada no Conselho, visto que a atividade dos conselheiros não tinha a regularidade que caracterizava outras instâncias da administração, antes, ligava-se às “singularidades” de grandes acontecimentos²⁰⁴.

Isto posto, que acontecimentos, “matérias graves” nas palavras de Gama Barros²⁰⁵, justificavam a convocação das Cortes e dos conselheiros? Qual o papel dessas instâncias para os assuntos da diplomacia?

2.1.1. A diplomacia e a convocação das Cortes e do Conselho.

No intuito de responder à primeira indagação, cabe caracterizar ambas as instâncias citadas. Oliveira Marques ao apresentar as linhas gerais do Estado português nos séculos XIV e XV considera que, ao lado dos funcionários da administração, o rei dispunha de dois corpos consultivos, as Cortes e os Conselhos²⁰⁶. Não obstante, se as palavras do autor reforçam a compreensão já exposta por António Caetano do Amaral e Marcello Caetano quanto ao papel consultivo dos conselheiros, pouco avança em identificar a participação destes na governança.

Datam da época de D. Afonso III os primeiros indícios de um conselho destacado da cúria ordinária, um grupo de privados escolhidos na corte. A partir do século XIV, durante o reinado de D. Afonso IV, assiste-se a um nítido progresso da organização do Conselho,

²⁰¹ Cf.: GUENÉE, Bernard. *O Ocidente nos séculos XIV e XV. Idem*, p.207-208.

²⁰² Adeline Rucquoi argumenta, sem questionamentos, que a fórmula inspirou a convocação das cortes ibéricas (*História Medieval da Península Ibérica. Idem*, p.251). António Manuel Hespanha, tendo como base os argumentos de José Manuel Pérez-Prendes, aceita que tenha existido alguma ressonância doutrinal, porém destaca que essa teria sido muito reduzida (*História das Instituições. Idem*, p.372).

²⁰³ HESPANHA, António Manuel. *História das Instituições. Idem*, p.370-371.

²⁰⁴ HOMEM, Armando Luís de Carvalho. Conselho Real ou Conselheiros do Rei? A propósito dos “privados” de D. João I. *Idem*, p.228-230.

²⁰⁵ BARROS, Henrique da Gama. *História da Administração Pública em Portugal nos séculos XII a XV*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1885, Tomo I, Livro II, Secção V, p.540.

²⁰⁶ MARQUES, A. H. de Oliveira. *Portugal na Crise dos séculos XIV e XV. Idem*, p.291.

observável na melhor identificação dos seus membros, na diversificação das competências e na diminuição da colegialidade. Nesse contexto, o principal domínio da intervenção dos conselheiros foi a diplomacia, matéria que seria mantida no reinado de D. Fernando²⁰⁷. Em finais do século, no entanto, seria a função de consulta em assuntos legislativos e judiciais que marcaria as atividades da instituição²⁰⁸.

Os desafios impostos pelos conturbados anos em torno da ascensão dinástica marcaram um recuo da atuação do Conselho nestas temáticas, passando este a intervir de forma mais acentuada nos “assuntos correntes” da governança. Conforme o levantamento de Carvalho Homem, os domínios de ação dos conselheiros durante o reinado de D. João I foram: Capítulos de Cortes; Defesa; Diplomacia; Doações (ou escambos) de bens e serviços; Fiscalidade; Jurisdições (doação ou regulamentação); Justiça; Legislação; Privilégios em geral; Subscrição de cartas; Outros (a redação de um testamento e uma carta que estabelece as moedas correntes)²⁰⁹.

Tabela 1. Domínios abrangidos pelos atos com intervenção do conselho ou dos seus membros.

Domínios	1383-90	1391-1400	1401-10	1411-20	1421-33	Total
Capítulos de Corte	3	1	-	-	-	4
Defesa	-	1	-	1	-	2
Diplomacia	2	-	1	-	15	18
Doações (ou escambos) de bens e direitos	-	1	-	1	2	4
Fiscalidade	2	1	-	-	-	3
Jurisdições (doação ou regulamentação)	3	1	4	2	1	11
Justiça	2	-	-	1	1	4
Legislação	1	-	-	-	1	2
Privilégios em geral	2	1	-	-	-	3
Subscrições de cartas	455	223	-	2	22	702
Outros assuntos	-	-	1	-	1	2
TOTAL	470	229	6	7	43	755

Fonte: HOMEM, 1990: 270.

Nota-se pelos apontamentos de Carvalho Homem que o Conselho Régio quatrocentista permanecia uma designação genérica e fluida, oscilando entre a representação da comunidade e o assessoramento dos monarcas. A inclinação ao plano diplomático, identificada no século

²⁰⁷ HOMEM, Armando Luís de Carvalho. Conselho Real ou Conselheiros do Rei? A propósito dos “privados” de D. João I. *Idem*, p.233-236. Ver ainda: SOUSA, Armindo de Sousa. Realizações. In: MATTOSO, José (dir.). *História de Portugal. A Monarquia Feudal*. Lisboa: Estampa, 1993, p.515.

²⁰⁸ GOMES, Rita Costa. Le Conseil Royal au Portugal (1400-1520). *Idem*, p.151.

²⁰⁹ HOMEM, Armando Luís de Carvalho. Conselho Real ou Conselheiros do Rei? A propósito dos “privados” de D. João I. *Idem*, p.238-243.

XIV e que aparece, em especial, nos anos 20 do século seguinte, não nos permite afirmar que o Conselho fosse marcado por uma predileção para esta temática específica. A questão permanece em aberto e um dos motivos para tal situação é a falta de estudos acerca do papel e do funcionamento da instituição durante os reinados de D. Duarte e D. Afonso V. Na historiografia, ao menos desde Gama Barros, a interpretação comum é que o século XV manteve a indefinição institucional, ao passo que avançou em definir o perfil dos conselheiros²¹⁰. Desta forma, caracterizada as linhas gerais da instância, a interrogação inicial persiste e amplia-se com um trecho das *Ordenações Afonsinas*: “E muito mais cabe nos nossos Conselheiros, que nos ham de conselhar em nos grandes feitos, e cousas, de que poderia vir grande dampno aa nossa terra”²¹¹.

Antes de explorar os “grandes feitos” e “cousas” que motivariam a convocação do Conselho, cabe ainda caracterizar as Cortes para, num segundo momento, buscar mapear seu campo de intervenção nos assuntos do reino.

*

Os critérios de definição institucional das Cortes mantem-se como tema de debates²¹². Sem o intuito de aprofundar as discussões muito particulares da história jurídica, toma-se como ponto de partida que em meados do século XIII a antiga cúria extraordinária passou a ser integrada por representantes dos concelhos e adquiriu novas características, em especial a faculdade de indicar temas de discussão, permitindo que se identifique um novo órgão político-constitucional²¹³.

António Manuel Hespanha defende a fundamentação teórica das Cortes no “dever de conselho”. Para o autor essa orientação explica diferentes elementos: que em Portugal tais assembleias tivessem sua convocatória como exclusividade do rei; que os monarcas tenham conservado a liberdade de decidir pelo momento de convocação das reuniões, ainda que algumas Cortes tenham buscado garantir a periodicidade dos encontros; que a composição das

²¹⁰ BARROS, Henrique da Gama. *História da Administração Pública em Portugal nos séculos XII a XV*. *Idem*, Tomo I, p.606-608. Ver ainda: FREITAS, Judite A. Gonçalves de. *O Estado em Portugal (séculos XII-XVI)*. *Idem*, p.157-166.

²¹¹ *Ordenações Afonsinas*. Livro I, tít. 59, § 4.

²¹² A discussão passa, especialmente, por nomes como Sanchez-Albornoz, Marcello Caetano, Paulo Merêa, tendo expressões mais recentes na síntese de Hespanha (*História das Instituições*) e nos diferentes trabalhos de Armindo de Sousa. Como ressalta Luís Miguel Duarte, a abordagem “jurídica” tem levado a interpretações legalistas da instituição, as quais tendem a cair em analogias biológicas pautadas em termos como “origens”, “apogeu”, “decadência” e “morte”. Cf.: DUARTE, Luís Miguel. The Portuguese Medieval Parliament: Are We Asking the Right Questions? In: *e-JPH*, vol.1, n° 2, winter 2003, p.1-12.

²¹³ HESPANHA, António Manuel. *História das Instituições*. *Idem*, p.367-368. Ver ainda: MATTOSO, José. *A Identificação de um país*. *Idem*, p.115-118; FREITAS, Judite A. Gonçalves de. *O Estado em Portugal (séculos XII-XVI)*. *Idem*, p.30-32; ALBUQUERQUE, Ruy de & ALBUQUERQUE, Martim de. *História do Direito Português*. *Idem*, p.540-543.

cortes fosse uma concessão régia; que a ordem dos trabalhos fosse da escolha do rei, mesmo existindo matérias da competência exclusiva das cortes; e que o monarca tenha mantido, no plano jurídico, a liberdade de decisão, qualquer que fosse o parecer das cortes, embora, no plano político, por vezes fosse difícil contrariar os pedidos das cortes²¹⁴. No que pese a importância dada ao aconselhamento, Hespanha distingue a antiga cúria régia, com papel passivo – limitando-se a discutir os assuntos que lhe eram propostos pelo rei, não podendo tomar a iniciativa de propor outros –, das Cortes, assembleias de caráter “participativo”²¹⁵.

A exposição do jus-historiador português contribui para a melhor compreensão do funcionamento das Cortes, porém não resolve o relevante impasse sobre a esfera de ação de tal instituição. A grosso modo, a historiografia sobre o tema divide-se em três grandes linhas: os defensores do caráter consultivo; aqueles que advogam a natureza deliberativa; e uma leitura intermediária que varia o caráter de acordo com a época e a matéria em discussão²¹⁶. Em meio a esse debate, a tese de José Manuel Pérez-Prendes (1974) promoveu uma revisão da temática argumentando que as cortes castelhanas tinham como missão dar conselho, tendo assim uma natureza jurídica que derivaria do “dever de conselho”, um “dever generalizado de conselho” relacionado à natureza do poder na Idade Média²¹⁷. Contudo, como problematizaram Ruy de Albuquerque e Martim de Albuquerque, a análise de Pérez-Prendes não pode servir como instrumento omnicompreensivo, visto que as Cortes portuguesas se reuniam não apenas para prestar conselho ao rei, mas também para enunciar queixas, discutir questões tributárias, etc²¹⁸.

“Dever (generalizado) de conselho” e “caráter participativo”, duas proposições que fundamentam a caracterização da esfera de atuação das Cortes, mas não as esgotam. Desta forma, por mais que a leitura jurídico-institucional seja fundamental, é importante ampliar a discussão sobre a atividade de tal instituição. Nesse quadro, pontua-se a perspectiva de Armindo de Sousa.

²¹⁴ HESPANHA, António Manuel. *História das Instituições*. *Idem*, p.373.

²¹⁵ HESPANHA, António Manuel. *História das Instituições*. *Idem*, p.149, 375. O autor, ao tratar do caráter “participativo”, recupera os apontamentos de Otto Brunner ao reforçar que no Antigo Regime o poder estaria repartido pelos corpos, assim, quando se tratasse de tomar decisões que afetassem a esfera da autonomia política ou os direitos dos súditos, seria necessário o concerto de todos.

²¹⁶ A síntese dessas linhas pode ser vista em: ALBUQUERQUE, Ruy de & ALBUQUERQUE, Martim de. *História do Direito Português*. *Idem*, p.546.

²¹⁷ ALBUQUERQUE, Ruy de & ALBUQUERQUE, Martim de. *História do Direito Português*. *Idem*, p.546-547.

²¹⁸ ALBUQUERQUE, Ruy de & ALBUQUERQUE, Martim de. *História do Direito Português*. *Idem*, p.548-552.

As assembleias gerais da monarquia portuguesa medieval podem ser consideradas como uma instituição, um subsistema da estrutura política global. Como tais, melhor que descobrir-lhes uma natureza ou essência, importa, para compreender o seu valor e alcance, determinar-lhes as funções que exerceram, não só a respeito da estrutura política, como das outras grandes estruturas da sociedade; importa também, para o mesmo efeito, encontrar e registrar as expectativas nelas depositadas pelos agentes sociais, especialmente os concelhos. (...) Lugar de discurso. Nelas se representaram interesses, antagonismos, projetos de sociedade; e também concórdias, entendimentos inter-estamentais, diálogo²¹⁹.

Uma instituição sem regimento, uma estrutura parcial do sistema político global envolvida com diferentes temáticas²²⁰. A partir das considerações de Armindo de Sousa, qual teria sido o alcance e as funções das Cortes no plano diplomático? Que expectativas os procuradores reunidos nas assembleias tiveram no trato com tais assuntos? Com as duas instâncias caracterizadas, é possível retomar o problema norteador.

*

As crônicas quatrocentistas oferecem indícios para responder as questões levantadas. Fernão Lopes em sua narrativa das Cortes de Coimbra (1385) apresenta que os reunidos na assembleia prometeram ao mestre de Avis “*de o ajudar com os corpos e averes, e mamteer em estado e hommrra de rei, e pera levar sua guerra adeamte; e mais de emviarem a corte de Roma seus homrrados embaxadores ao papa, pera averem dele quaes quer despemssações e graças*”²²¹. Para além de colocar-se na posição de emissores de embaixada, os reunidos em Coimbra ainda pediram

que não fizesse paz nem guerra sem seu acordo, nem tomasse casamento. A guerra e a paãz, dise ell Rey, que afora aquella que começada tinha por homrra e defemsaõ do Reino, naõ emtemdia começar outra sem acordo e conselho delles. E quoamto hera feyto de seu casamento, que poes que os casamentos aviaõ de ser livres e os Reix que amte elle fforaõ em casar eram isemtos, que ele nõ se obryguava a prometer tall cousa, pero o seu talamte hera o ffazer saber quando Deus prouguesse de lhe prover dello²²².

²¹⁹ SOUSA, Armindo de. *As Cortes Medievais portuguesas (1385-1490)*. Porto: INIC/Centro de História da Universidade do Porto, 1990, p.108.

²²⁰ SOUSA, Armindo de. *As Cortes Medievais portuguesas (1385-1490)*. *Idem*, p.90-92. Assim expõe o autor a sua proposta: “uma sub-estrutura ou estrutura parcial do sistema político global, tal como o rei, o conselho régio, os senhorios jurisdicionais, as câmaras concelhias e as cúrias episcopais”, todas elas “estruturas inacabadas, em vias de constituição ou formação” (p.90).

²²¹ CDJI, Vol. I, Cap. CXCII.

²²² CDJI, Vol. II, Cap. I.

Guerra, paz, casamentos. Três elementos que os presentes em Coimbra vão solicitar ao monarca que fosse acordado em Cortes. Como lembra Gama Barros, o pedido de 1385 recupera o que tinha sido estabelecido ainda em 1372 durante o reinado de D. Fernando, nas Cortes do Porto e Leiria. Nestas o rei da dinastia de Borgonha tinha se comprometido a “*se acontecer que algum Rey nos queira fazer guerra, nós averemos conselho com hões do nosso Reino para acordar com elles o que for nossa honra, e goarda e defensão de nossos Reinos*”²²³.

A construção da empresa de Ceuta, pautada no segredo, não envolveu a convocação das Cortes. Todavia, o Conselho aparece mencionado em diferentes pontos da narrativa de Zurara. Diz o cronista que D. João I visava saber se a campanha era serviço de Deus e para isso decidiu que:

mandarei chamar meu confessor e assim outros alguns letrados e falarei com eles toda a ordenança deste feito e encomendar-lhes-ei que provejam em seus livros e consciências, se por ventura terei algumas dúvidas em contra do que eu devo de fazer, segundo fiel e católico cristão. (...) E el-Rei mandou logo chamar o mestre Fr. João Xira e o Dr. Fr. Vasco Pereira que eram os seus confessores e o Infante D. Duarte, e assim outros alguns principais letrados, que se naquela cidade puderam achar. E também fez chamar alguns principais do conselho, ainda que poucos fossem, e sob grande segredo lhes disse por esta guisa²²⁴.

No trecho de Zurara os conselheiros aparecem convocados para uma reunião ampliada, na qual a sua pretensa função de destaque, o aconselhamento sobre as ações militares – também relacionadas às relações diplomáticas –, mostra-se compartilhada com confessores e letrados. Além disso, a *Crónica da Tomada de Ceuta* ainda apresenta a importância do Conselho para a decisão sobre a guarda da cidade após a conquista²²⁵.

Ao tratar do contexto da abertura do testamento de D. Duarte, Rui de Pina diz que “*se teve Conselho, em que foy acordado que os Embaixadores de Castella, que hy eram por despachar, fosse por entam respondydo, que esperassem a vynda dos Grandes do Reyno,*

²²³ BARROS, Henrique da Gama. *História da Administração Pública em Portugal nos séculos XII a XV*. *Idem*, p.560.

²²⁴ ZURARA, Gomes Eanes de. *Crônica da Tomada de Ceuta*. Introdução e notas de Reis Brasil. Publicações Europa-América, 1992, cap. X.

²²⁵ ZURARA, Gomes Eanes de. CTC, cap. XCVII-XCVIII. Outro exemplo interessante presente na crônica se dá na recepção da embaixada de Granada ainda nos anos de preparativo da campanha. Após estar com o rei, os embaixadores procuraram D. Filipa. Esta, ao despachar os enviados muçulmanos, diz que: “Eu não sei, respondeu ela, a maneira que os vossos rex têm com suas mulheres, mas, entre os cristãos, não é bem contado a nenhuma rainha, nem a outra nenhuma grande princesa, de se tremeter nos feitos de seu marido, quanto em semelhantes casos, para os quais eles têm seus conselhos, onde determinam seus feitos, segundo entendem” (Capítulo XXXIV).

*comque El Rey ordenava de fazer Cortes, e ter Conselho*²²⁶. Posteriormente, a embaixada foi ouvida, o debate sobre o que foi apresentado gerou “*grandes divysoes*” e

fynalmente foy avydo entam por melhor acordo envyallos, como envyáram, sem alguma certa resposta, escurandosse com os movymentos, torvações, e pouco assesego, que pella morte d’El Rey aynda no Reyno avya; e que ElREy, despois d’aver em todo seu conselho, envyaria logo a El Rey de Castella a reposta com sua Embaxada²²⁷.

Entre os casos levantados poderíamos acrescentar os debates ocorridos sobre a paz entre Portugal e Castela e que motivaram as Cortes de Montemor-o-Novo (1402)²²⁸ e Santarém (1402, 1418)²²⁹; as de Leiria (1437) acerca dos destinos de Ceuta após o desastre de Tânger²³⁰; ou ainda o apoio dos procuradores reunidos em Évora (1442) à retomada da guerra luso-castelhana durante a regência²³¹.

Os exemplos brevemente apresentados, mesmo que concentrados nas narrativas cronísticas, oferecem indícios significativos acerca do campo de atuação das Cortes e do Conselho no plano dos assuntos externos. O mapeamento preliminar nos permite afirmar que as questões militares sobressaem como grande expressão das “*cousas de que poderia vir grande dampno aa nossa terra*”, justificando que o monarca fosse aconselhado pelos seus privados e pelo reino representado em Cortes²³². No entanto, desde já, no caso das assembleias, também é possível perceber as expectativas de que o rei buscasse o aconselhamento nos assuntos de guerra/paz e casamentos, tal como foi colocado pelos procuradores reunidos em 1385 (Coimbra) e 1438 (Torres Novas).

Fundados nos indícios acerca dos reinados de D. João I e D. Duarte e da regência, cabe explorar os dados do período afonsino (1448-1481). Nesse sentido, primeiramente será tratado o Conselho e, num segundo momento, as Cortes deste reinado.

²²⁶ PINA, Rui de. CDAV, Capítulo IV.

²²⁷ PINA, Rui de. CDAV, Capítulo XVIII.

²²⁸ SOUSA, Armindo de. *As Cortes Medievais portuguesas (1385-1490)*. *Idem*, p.322-323.

²²⁹ SOUSA, Armindo de. *As Cortes Medievais portuguesas (1385-1490)*. *Idem*, p.324-325, 339-340.

²³⁰ PINA, Rui de. CDD, Capítulo XXXIX-XL. As discussões realizadas em Leiria, assim como o papel das Cortes e do Conselho na reunião, foram ainda a base das notícias enviadas por Afonso Eanes de Sá, contador régio da cidade do Porto, ao abade Gomes (Cf.: MH, Vol.VI, doc.72).

²³¹ PINA, Rui de. CDAV, Capítulo LXXIX. De acordo com Armindo de Sousa, as Cortes de Lisboa-1371, Porto-1372, Leiria-1372, Coimbra-1385, Coimbra-1398 e Leiria/Santarém-1433 reivindicaram o direito de aprovar declarações de guerra (SOUSA, Armindo de. *As Cortes Medievais portuguesas (1385-1490)*. *Idem*, p.261).

²³² Sobre a questão da representatividade, ver: ALBUQUERQUE, Ruy de & ALBUQUERQUE, Martim de. *História do Direito Português*. *Idem*, p.550-551.

2.1.1.1. O Conselho Régio durante o reinado de D. Afonso V.

Como foi assinalado anteriormente, o Conselho afonsino permanece obscurecido pela falta de investigações²³³. Nessas circunstâncias, contrastando com as Cortes – sistematizadas por autores como Armindo de Sousa –, as matérias e o papel do Conselho serão explorados observando diferentes vestígios que permitem estruturar um panorama da instância no reinado de D. Afonso V.

Tendo como ponto de partida a entrega definitiva do regimento do reino pelo infante D. Pedro, as primeiras informações referentes ao nosso interesse destacam o aconselhamento do monarca por parte do duque de Bragança, do conde de Ourém, do Arcebispo de Lisboa, entre outros, conselhos que fomentaram o afastamento do antigo regente²³⁴. Nesse contexto, ainda em 1448, o conde de Abranches, D. Álvaro Vaz de Almada, veio encontrar D. Afonso V na corte. O cronista cita elementos como “a hora do conselho se chegava” e “na casa do conselho”, sugerindo que a dinâmica das reuniões gozasse de certa ordenação e definição espacial. No entanto, o trecho pouco avança quanto à atuação do Conselho, indicando apenas que o conde se pronunciou perante a instância em defesa de D. Pedro²³⁵.

Nesse mesmo ano (1446) chegou a Portugal a embaixada dos duques da Borgonha chefiada por Jacques Lalaing. De acordo com a narrativa desta viagem, o embaixador foi recebido por um escudeiro do rei português que lhe disse: “*Monseigneur, vous soyez le très-bien venu, car ainsy plaist au roy et à ceux de son royaume, comme il appert pas les lettres à moy envoyées de par le roy et son conseil*”²³⁶. A recepção ao ilustre viajante decorreu conforme os códigos cortesãos e, dias depois, os membros do Conselho aparecem buscando *messire* Lalaing em suas acomodações para, em seguida, junto de D. Afonso V “*un des plus notables de son conseil*” fazer uma fala em honra do embaixador²³⁷.

Ao tratar das movimentações que antecederam e se seguiram à Alfarrobeira (1449), Rui de Pina menciona em diferentes momentos o aconselhamento recebido pelo monarca, tanto por parte dos inimigos do Infante como dos partidários deste. O Conselho é citado em

²³³ Uma exceção é o estudo de Rita Costa Gomes “Le Conseil Royal au Portugal (1400-1520)”.

²³⁴ CDAV, Capítulo LXXXIX.

²³⁵ CDAV, Capítulo XCI. Acrescenta-se que Rui de Pina indica que o conde, pressionado pelos inimigos de D. Pedro sob pena de prisão, responde aos conselheiros que não iria “fugir do conselho e serviço d’El-Rei nosso Senhor”. Tal elemento pode configurar mais um indicativo de que o ‘ser’ conselheiro permanecia como algo fluido, residindo nas relações hierárquicas o “dever de conselho”.

²³⁶ Le livre des faits du bon Chevalier messire Jacques de Lalaing. In: *Œuvres de Georges Chastelain*. Publiés par M. Le Baron Kervin de Lettenhove. Bruxelles, tome 8, Capítulo XXVIII, p.118.

²³⁷ Le livre des faits du bon Chevalier messire Jacques de Lalaing. *Idem*, Capítulo XXX, p.124-125.

Santarém junto de D. Afonso V ao decidir declarar a deslealdade de D. Pedro²³⁸ e numa carta da rainha D. Isabel informando ao pai “*que em um conselho que sobre seus feitos então se tivera, fora contra elle determinado que El-Rei o fosse cercar...*”²³⁹.

No contexto da convocação de cruzada pelo papa Nicolau VI, novamente o Conselho aparece atuando nas discussões relativas ao que fazer com a frotas e gentes arregimentadas pelo monarca, sendo decidido que seria melhor “passar em África”²⁴⁰. A determinação estabelecida em 1453 não pôde ser cumprida e a mesma temática prolonga-se até o ano de 1457, quando chega a Portugal o bispo de Silves, legado da Santa Sé para cobrar de D. Afonso a participação na guerra santa papal. Nesse novo cenário, o Conselho reaparece para tratar do assunto junto ao rei:

Pelo qual tudo bem visto e examinado em seu conselho que teve, ajuntando tambem outras muitas contrariedades e inconvenientes que no reino e fora d’elle em muitas cousas e de grande perigo podiam recrescer, foi El-Rei finalmente e sem contradição aconselhado que na empresa da Cruzada se não entremettese, (...) ou se quizesse por exercicio de sua devoção, (...) podia passar em Africa, e tomar aos infieis algum lugar em que Deus fosse servido (...). E este aceitou El-Rei por meio mais de sua inclinação e contentamento, e no conselho que logo sobr’isso teve foi acordado que fosse a cidade de Tangere, sobre que acordou de levar vinte cinco mil homens de combate...”²⁴¹.

Tal como o trecho acima, a crônica de Rui de Pina destaca a constante presença do Conselho nas discussões acerca das movimentações militares do período. A participação é mencionada no processo que levou à conquista de Alcácer-Ceguer (1458) e ainda, anos depois, nas discussões e intervenções para novas empresas no norte da África²⁴². Ademais, a mesma orientação militar é constatada ao tratar da guerra luso-castelhana dos anos 70²⁴³.

Desse amplo contexto de campanhas militares são conhecidos os pormenores dos conselhos dados por D. Fernando, marquês de Vila Viçosa, D. Fernando, irmão do rei, e D. Pedro, regedor da Ordem de Avis. Posta a questão pelo monarca, os conselheiros redigiram detalhadas exortações sobre a situação de Portugal, a política ibérica, as inclinações de D. Afonso V para novas guerras, entre outros temas²⁴⁴.

²³⁸ CDAV, Capítulo CVI.

²³⁹ CDAV, Capítulo CIX.

²⁴⁰ CDAV, Capítulo CXXXV.

²⁴¹ CDAV, Capítulo CXXXVIII.

²⁴² CDAV, Capítulo CXXXIX, CXLIII, CLIII, CLV, CLXII-CLXIV.

²⁴³ CDAV, Capítulo CLXXXI, CLXXXVI, CXCI-CXCII.

²⁴⁴ MH, Vol. XIII, doc.181-183.

Em meio às movimentações da guerra luso-castelhana teve lugar em Estremoz (1474) o “*grande e geral conselho, para que foram ali juntos com El-Rei e com o Príncipe todos os grandes e principaes do reino*”. Descreve a *Chronica de El-Rei D. Affonso V* que a partir dos divergentes conselhos foi decidido enviar LOPO DE ALBUQUERQUE a Castela a fim de saber quantos e quem eram os apoiantes de D. Joana²⁴⁵. É possível ainda sugerir que as cartas enviadas à França solicitando o apoio de Luís XI a causa portuguesa tenham passado pela audição dos conselheiros nesse mesmo encontro de Estremoz²⁴⁶. O *Livro de Apontamentos* traz uma versão complementar e ainda mais rica da reunião. Nas palavras do secretário régio o Conselho debateu sobre o necessário “*reparo*” dos castelos e fortalezas, sobre a compra de armas, entre outros temas, sugerindo a convocação das Cortes de Évora para sustentar tamanhas despesas²⁴⁷.

Seguindo o itinerário régio²⁴⁸, observa-se que D. Afonso V esteve em Estremoz entre outubro de 1474 e fevereiro do ano seguinte²⁴⁹. Foi nesse intervalo que, motivado pelo testamento de Enrique IV, falecido no dia 11 de dezembro, D. Afonso V reuniu-se com o Conselho, despachou o embaixador à Castela e convocou as Cortes. Em fevereiro e março esteve em Évora, onde se encontrou com LOPO DE ALBUQUERQUE que regressava da missão. As informações trazidas reafirmaram no monarca a decisão de prosseguir para Castela, o que justificou uma nova audiência do Conselho. Desta, decidiu-se por enviar RUI DE SOUSA aos Reis Católicos notificando que o trono castelhano pertencia a D. Afonso V²⁵⁰. Rui de Pina não oferece outros elementos sobre o encontro, indicando apenas que na entrada do mês de maio o rei “*se foi a Arronches*”, deixando a inteira governança e regimento do reino ao filho, o príncipe D. João II²⁵¹. Será Damião de Góis a sustentar que “*com parecer de todas as pessoas principaes de seu conselho, ordenou que ho príncipe dom Ioam ficasse por governador*”²⁵².

²⁴⁵ PINA, Rui de. CDAV, Capítulo CLXXIII. Damião de Góis enfatiza os conselhos contrários à guerra, sugerindo que o desconcerto entre os reinos teve como causa única o testamento de Enrique IV (GÓIS, Damião de. *Crónica do Príncipe D. João*. Edição crítica e comentada de Graça Almeida Rodrigues. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 1977, Capítulo XLI).

²⁴⁶ SANTARÉM, Visconde de. *Quadro Elementar das Relações Políticas e Diplomáticas de Portugal com as diversas potências do mundo desde o principio da Monarchia portugueza até os nossos dias*. Paris: J. P. Aillaud, Tomo III, p.112-115.

²⁴⁷ LA, p.52-61.

²⁴⁸ As linhas gerais do itinerário régio encontram-se em: GOMES, Saul António. *D. Afonso V. Idem*, p.387

²⁴⁹ Rui de Pina (CLXXIV) e Damião de Góis (XLII) indicam que em janeiro o rei estava em Évora. Todavia, seguiremos a sistematização proposta por Saul António Gomes.

²⁵⁰ PINA, Rui de. CDAV, Capítulo CLXXIV; GÓIS, Damião de. *Crónica do Príncipe D. João. Idem*, Capítulo XLIII.

²⁵¹ PINA, Rui de. CDAV, Capítulo CLXXV.

²⁵² GÓIS, Damião de. *Crónica do Príncipe D. João*, Capítulo XLVII. Mesmo sem fazer referência ao cronista, a mesma afirmação aparece em (MALTEZ, José Adelino. O Estado e as Instituições. In: DIAS, João José Alves

Não obstante, a carta régia que estabelece a regência indica que a mesma foi redigida na vila de Portalegre em abril, sem que haja qualquer menção ao Conselho²⁵³. Frente ao exposto abrem-se algumas dúvidas acerca das ações da reunião eborense. Contudo, a falta de documentos que sustentem ter ocorrido no Conselho a decisão da passagem do regimento para D. João, não impede que se constate a permanente presença dos conselheiros junto ao rei, aspecto que se manifesta em todo o processo que atravessa a guerra luso-castelhana. Destarte, é muito provável que o problema do regimento do reino também tenha sido debatido entre os conselheiros afonsinos – tal como o príncipe regente viria a fazer em 1476 quando decidiu auxiliar o pai na campanha do Toro²⁵⁴ –, visto que a intervenção desta instituição nos “grandes feitos” do reino foi uma constante na governação quatrocentista.

Para além do assessoramento nos assuntos militares, o Conselho também foi acionado nas negociações matrimoniais que envolveram a coroa portuguesa e castelhana nesse mesmo contexto. O rei foi acompanhado pelos membros do Conselho nas vistas de Gibraltar entre D. Afonso V e Enrique IV (1464) e, como o tema não foi resolvido, permaneceu sendo aconselhado nas vistas ocorridas em 1472²⁵⁵. Em 1477, na famosa carta a Luís XI quando partiu da França, o monarca lusitano justifica que suas ações tiveram como base o aconselhamento dos grandes do reino:

Eu consyderando en quanto a mim pertencia trabalhar e defender o que pertendia a dita Senhora [D. Joana], asi por ella ser minha sobrinha como per outras muitas rezões, avendo sempre todo por muito consselho com os grandes de meu Rejno, me pareço que naõ embargante o que Deos a si tinha premetido eu lhe naõ poderia fazer mais serviço que de acceptar o dito casamento...²⁵⁶

As crônicas analisadas não permitem identificar uma estruturação mais cristalizada do Conselho em meados do século XV, nem delimitar com clareza um campo de atuação específico da instância, por mais que os assuntos externos sejam frequentes. Não obstante, ao longo das narrativas cronísticas observa-se um maior destaque ao aconselhamento, estando em segundo plano a instituição Conselho, com suas possíveis reuniões periódicas. Outros

(Coord.). *Portugal do Renascimento à Crise Dinástica*. Lisboa: Estampa, 1998, p.393), porém este autor sustenta sua proposta sobre o Conselho de Évora em documento das *Provas da História Genealógica* citado na nota a seguir.

²⁵³ PHGCRP, Tomo II, parte I, p.93-94.

²⁵⁴ PINA, Rui de. CDAV, Capítulo CLXXXVII.

²⁵⁵ PINA, Rui de. CDAV, Capítulo CLIV, CLXXI.

²⁵⁶ Carta de D. Afonso V de Portugal a Luís XI, rei da França, quando deixou este reino. In: SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *Relações históricas entre Portugal e a França. (1431-1481)*. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian. Centro Cultural Português, 1975, doc. XVIII, Honfleur, 23 de Setembro de 1477, p.178.

documentos, no entanto, ainda acrescentam novas faces da instância. Esse é o caso do Tratado das Alcáçovas (1479), no qual a capitulação de paz apresenta-se como “vista e entendida” pelos membros do Conselho, mantendo a prática realizada no acordo de Medina del Campo²⁵⁷. Da mesma maneira, o documento 4 do *Livro Vermelho*, que estabelece os ditados a serem usados na recepção e no envio de missões ao estrangeiro, aparece como “feitos e apurados com os do seu Conselho em Santarem no mês de janeiro de quatrocentos e setenta e huu”²⁵⁸.

A narrativa sobre as Terçarias de Moura (1481) ainda oferece outros nuances da atividade do Conselho. Com o latente protagonismo do príncipe, Rui de Pina descreve as resistências castelhanas para a realização da troca dos infantes, o que levou D. João a redigir cartas de paz e guerra. Nesse quadro,

mandou que no Conselho onde os de um reino e do outro cada dia se juntavam fossem os ditos escriptos apresentados aos ditos embaixadores, e que logo em nome dos Reis seus Senhores escolhessem um d’elles (...). Os quaes dois escriptos do Principe, com a sua determinação tão perantoria tiveram no Conselho tanta força, que os embaixadores todos sem mais altercações se conformaram e acordaram a entrega da dita Infante, que foi a onze dias do mez de Janeiro de mil e quatrocentos e oitenta e um...²⁵⁹

A leitura da narrativa cronística sugere, explicitamente, que os Conselhos e os embaixadores de Portugal e Castela estavam reunidos negociando o impasse em relação as cláusulas das Terçarias de Moura. Eis a referência mais acentuada do protagonismo da instância nos assuntos diplomáticos do reinado de D. Afonso V.

Pelo que foi exposto, buscando notar o campo de intervenção do Conselho afonsino, é possível entrever que a instituição permaneceu genérica e fluida²⁶⁰, tornando-se importante instrumento da governança do reino. Porém, ela acentuou sua presença nos assuntos da guerra, atuando ainda em questões como casamentos, recepção e designação de embaixadas, e mesmo em negociações externas, como o exemplo de 1481. Guerra, paz, casamentos e embaixadas, faces da relação entre o Conselho e a diplomacia afonsina.

Delimitadas as matérias do plano diplomático que passaram pelos conselheiros, também é possível afirmar o papel consultivo exercido pela instituição. É interessante ainda

²⁵⁷ Tratado das Alcáçovas. In: *Tratado de Tordesilhas e Outros documentos*. *Idem*, p.54.

²⁵⁸ LV, p.402.

²⁵⁹ PINA, Rui de. CDAV, Capítulo CCIX.

²⁶⁰ Apenas em meados do século XVI, com o Cardeal D. Henrique, o Conselho obteve regimento. Cf.: MALTEZ, José Adelino. O Estado e as Instituições. In: DIAS, João José Alves (coord). *Portugal do Renascimento à crise dinástica*. Lisboa: Presença, 1998, p.396.

observar que o Conselho não se restringia a ser um espaço de audição sobre os assuntos externos, antes se constituía igualmente num importante local de recrutamento dos embaixadores, posto que trinta e cinco (35) dos enviados diplomáticos foram identificados como conselheiros²⁶¹. Desta maneira, conclui-se que o Conselho Régio no reinado de D. Afonso V consolidou-se como um órgão de governo fundamental para os assuntos da diplomacia.

2.1.2. As Cortes durante o reinado de D. Afonso V.

Ao longo do reinado do *Africano* foram realizadas catorze (14) Cortes, com média de convocação de 2,5 anos, tal como se expõe no Quadro 1.

Quadro 1. Cortes do Reinado de D. Afonso V (1448-1481)

Ano	Local	Ano	Local
1451	Santarém	1471	Santarém
1455	Lisboa	1472-1473	Coimbra/Évora
1456	Lisboa	1473	Lisboa
1459	Lisboa	1475	Évora
1460	Évora	1477	Montemor-o-novo
1465	Guarda	1477	Santarém/Lisboa
1468	Santarém	1478	Lisboa

Fonte: SOUSA, 1990: 372-420.

A primeira assembleia convocada ocorreu na cidade de Santarém (1451) e teve como principal motivo a discussão do casamento de D. Leonor. Rui de Pina assim descreveu estas Cortes:

Tornou-se El-Rei a Évora, e na entrada do anno de mil e quatrocentos e cinquenta, houve cartas do Imperador d'Allemanha Frederico, que então se chamava Rei dos romãos, porque lhe prazia casar com a Infante D. Lianor sua irmã, segundo que fôra já apontado e requerido por El-Rei D. Affonso Rei de Napoles e d'Aragão seu tio d'ella, sobre a qual cousa El-Rei veiu ter côrtes geraes em Santarém, em que foi acordado que o dito casamento se fizesse, para cujo dote o reino com pedidos satisfaria o que fosse razão e se concordassem²⁶².

²⁶¹ Cf.: Catálogo prosopográfico.

²⁶² PINA, Rui de. CDAV, Capítulo CXXXI.

A descrição do cronista faz sobressair a noção de acordo realizado entre o rei e os representantes presentes na assembleia, assim como o dote oferecido pelo reino a partir do “pedido” e da “concordância” das Cortes. Por ora, limitamo-nos a identificar esses dois aspectos da relação entre o rei e a assembleia: a negociação do casamento e o auxílio financeiro.

Poucos anos depois, em 1455, Cortes foram reunidas na cidade de Lisboa e novamente a questão de um matrimônio aparece. Nessa reunião, o enlace tratado foi o de D. Joana, para o qual foram concedidos um pedido e meio pela assembleia²⁶³. Nota-se que não há menção de que o casamento foi discutido em Cortes, indicando-se apenas que o rei “fazia saber” do acordo entre D. Joana e o rei de Castela²⁶⁴. Mesmo com os pesados pedidos que se mantinham desde os anos da regência, em 1456 novas cortes foram reunidas em Lisboa. O encontro foi motivado pela pressão papal que cobrava do monarca português a prometida participação na cruzada²⁶⁵. Votados novos pedidos e malograda a empresa da Santa Sé, o dinheiro foi usado na conquista africana²⁶⁶.

As três reuniões destacadas demonstram o costume da discussão do casamento dos membros da família real, assim como das guerras, nas assembleias representativas. No entanto, se o encontro de 1451 sugere o importante papel consultivo das Cortes, podendo expressar que a solicitação dos procuradores em 1385 tornou-se prática em meados do século, a reunião de 1455 direciona a ação dos representantes dos estados para a questão das finanças necessárias a suportar tais despesas, problema que se manteve no ano seguinte. De qualquer maneira, observa-se que matrimônios e guerras estavam diretamente relacionados a receitas e despesas extraordinárias, as quais envolviam gastos que não podiam ser satisfeitos com as receitas normais da coroa.

²⁶³ GONÇALVES, Iria. *Pedidos e empréstimos públicos em Portugal durante a Idade Média*. Lisboa: Ministério das finanças, 1964, p.164.

²⁶⁴ Cf.: SOUSA, Armindo de. *As Cortes Medievais portuguesas (1385-1490)*. *Idem*, Vol. II, p.131, doc.27.

²⁶⁵ Inicialmente, em 1453, após a conquista de Constantinopla pelos Turcos-Otomanos, Nicolau VI convocou os reis da Cristandade para um projeto de cruzada. Rui de Pina descreve que “El-Rei D. Affonso, que como era Principe mui catholico e de grande coração, (...) aceitou a empreza com promessa de servir a Deus n’aquella guerra com doze mil homens por um anno á sua custa, para a execução do qual, (...) fez grandissimas despesas...”. O mesmo cronista indica que em 1456, “o delegado do Papa Calisto” trouxe a convocação de cruzada ao rei, o que levou D. Afonso V a empenhar-se no projeto: “E El-Rei porque de sua real condição era para honrosos feitos mui inclinado, consirando a obrigação em que estava pela offerta e aparelho que para isso já fizera que não cumprira, vendo-se em melhor disposição e com menos pejos, por razão d’estar sem mulher, e que para segurança de sua direita sobcessão tinha filhos legitimos, elle com grande alegria e muita devoção, e **com todas as pessoas principaes do reino aceitou a dita Cruzada**. Na qual se offereceu servir com os ditos doze mil homens por um anno á sua custa, como d’antes prometera, para que tinha d’ajuda muitas armas que comprara, e navios que mandara fazer, e assi outras muitas cousas para tal perseguinto mui necessarias e proveitosas” (PINA, Rui de. CDAV, Capítulo CXXXV, CXXXVIII.) [Grifos meus].

²⁶⁶ GONÇALVES, Iria. *Pedidos e empréstimos públicos em Portugal durante a Idade Média*. *Idem*, p.165.

Iniciada a prática de pedidos com D. Afonso III, foi com o sucessor, D. Dinis, que pela primeira vez em Portugal, nas Cortes de Guimarães (1308), foi votado subsídio para casamento régio, no caso de D. Afonso, herdeiro do trono²⁶⁷. A novidade tornou-se costume na sociedade quatrocentista e os monarcas de Avis utilizaram-se frequentemente dos pedidos para arcar com os custos dos casamentos régios. O levantamento de Armindo de Sousa identificou que nas cinquenta e cinco (55) Cortes convocadas entre 1385 e 1490, apenas dezesseis (16) não envolveram pedidos e empréstimos. Seguindo o mesmo levantamento, das catorze (14) reuniões do reinado de D. Afonso V, somente duas (2) não estiveram relacionadas à questão²⁶⁸.

Os dados permitem ainda considerar a prática do que foi expresso no texto das *Ordenações Afonsinas*: “Direito real he lançar o Rey pedido ao tempo do seu casamento, ou de sua filha; e servillo o povoo no tempo da guerra pessoalmente”. Mais à frente, ainda no mesmo título, indica-se que “Lançar pedidos, e poer imposiçooes no tempo de guerra, ou de qualquer outra necessidade, que he tanto licita, que o Rey o deve fazer com acordo dos de seus Conselho por serviço de DEOS, e bem do seu Regno, ou confervaçom do seu Estado”²⁶⁹.

Com os elementos expostos é possível identificar as ditas “matérias graves” que justificaram a convocação das Cortes no reinado de D. Afonso V. Guerra/paz e casamentos régios, eis os temas que orientavam o “dever de conselho” dos procuradores. Como se observa, estes temas estavam diretamente relacionados às relações externas de Portugal, demonstrando que tais questões não eram resolvidas apenas pelo rei. No entanto, a partir dessa primeira constatação, podemos esboçar que o aconselhamento era o aspecto central do papel das assembleias nos assuntos da diplomacia. No entanto, como compreender essa função das Cortes?

Ao destacar a noção de “função”, fazemos novas referências aos estudos de Armindo de Sousa. Para este autor, as funções das assembleias dividem-se em *funções primárias (atribuídas e invocadas)* e *funções secundárias (manifestas e latentes)*²⁷⁰. Em vista das discussões realizadas até o momento, é no universo das “funções primárias” que recai nosso interesse, tanto nas que eram atribuídas à assembleia pelo rei, como nas “funções invocadas” pelos procuradores reunidos em Cortes. A fim de explorar essa perspectiva, convém retomar a exposição das reuniões do período afonsino.

²⁶⁷ GONÇALVES, Iria. *Pedidos e empréstimos públicos em Portugal durante a Idade Média*. *Idem*, p.39.

²⁶⁸ SOUSA, Armindo de. *As Cortes Medievais portuguesas (1385-1490)*. *Idem*, Quadro 2, p.112-113.

²⁶⁹ *Ordenações Afonsinas*. Livro II, tít.24, § 20, § 24.

²⁷⁰ SOUSA, Armindo de *As Cortes Medievais portuguesas (1385-1490)*. *Idem*, p.243-267.

Após quase três anos sem encontros, Cortes foram convocadas para Lisboa em 1459 a fim de sustentar as finanças reais desequilibradas após a conquista de Alcácer-Ceguer (1458). A assembleia teve fim sem chegar a resoluções concretas e, em 1460, os representantes dos três estados foram novamente convocados. Como analisou Armindo de Sousa a partir das atas das vereações portuenses, as Cortes foram chamadas para ocorrer em Santarém, porém os representantes de Lisboa e do Porto opunham-se aos interesses do rei de passar a Marrocos. Em 09 de agosto de 1460 a cidade do Porto aprovou que Nuno de Resende, “*em nome de todo o povo desta cidade, não dê outorga à sua ida [do rei] nem dê consentimento a ele partir fora de seus regnos*”²⁷¹.

O que dizer acerca da decisão do Porto? Teriam os representantes das duas principais cidades portuguesas, imposto sua vontade ao monarca? Não em definitivo, uma nova assembleia foi convocada para Évora e nela foram votadas 150.000 dobras²⁷². Contudo, o registro do Porto permite algumas considerações relevantes. Por um lado, constata-se o conflito de interesses, a expectativa dos cidadãos e as possibilidades de intervenção destes nas Cortes. Em meados do século XV os procuradores ainda evocavam o direito de decidir sobre a guerra. Por outro, observa-se as limitações impostas ao poder régio, impedimentos relativos, posto que a realeza direcionava as atividades das assembleias. Não obstante, em meio a esses aspectos sobressai um elemento central: as Cortes caracterizam-se como espaço de negociação e de diálogo político.

O pacto estabelecido em Évora não foi mantido por D. Afonso V e, em 1465, um motivo “razoável” apresentou-se: o pedido de ajuda de D. Joana. É interessante notar que a crônica de Rui de Pina oferece diferentes aspectos do problema discutido na assembleia da Guarda. Primeiramente, indica que D. Afonso V convocou as cortes a fim de tratar do pedido da sobrinha e rainha de Castela, dizendo que o monarca foi aconselhado a negar o apoio solicitado e a desistir da empresa. Em seguida, evidencia que os desejos do rei contrariavam o estabelecido nas Cortes, tendo D. Afonso V feito “alguns percebimentos” no intuito de garantir o prosseguimento do auxílio à D. Joana e Enrique IV. Por essa via, o objetivo da reunião, mais do que discutir a intervenção portuguesa no reino vizinho – questão evocada e exercida pelas Cortes –, visava apenas obter os dinheiros necessários para tal

²⁷¹ Cf.: SOUSA, Armindo de. *As Cortes Medievais portuguesas (1385-1490)*. *Idem*, vol. II, p.138, doc.66.

²⁷² Cf.: SOUSA, Armindo de. *As Cortes Medievais portuguesas (1385-1490)*. *Idem*, vol. II, p.136-138, doc.1, 15, 30, 32, 59, 62. Armindo de Sousa argumenta ser crível que uma das “cousas” discutidas nas Cortes de Évora tenha sido a questão da passagem do rei a Marrocos. SOUSA, Armindo de *As Cortes Medievais portuguesas (1385-1490)*. *Idem*, vol. I, p.386.

empreendimento. Enfim, Rui de Pina termina pontuando que o monarca se dobrou às “prudentes vozes” e “acordos de seu conselho”²⁷³.

Oito Cortes foram ainda convocadas ao longo do reinado de D. Afonso V. Algumas se detiveram em questões internas – 1471, em Santarém; 1472-1473, em Coimbra-Évora; e 1473, em Lisboa –, e as demais, mesmo variando em temas, foram atravessadas pelos problemas financeiros motivados por questões externas, como a guerra luso-castelhana e o pagamento de dotes de casamento²⁷⁴. Nesse quadro, destacamos as reuniões ocorridas em Évora (1475) e Lisboa (1478) no intuito de concluir os apontamentos acerca das funções primárias das Cortes relativas à diplomacia.

Como foi pontuado anteriormente, em dezembro de 1474, em Estremoz, D. Afonso V “teve grande e geral conselho”²⁷⁵. O secretário régio ÁLVARO LOPES CHAVES deixou registros do discutido nessa reunião:

Emfim comcrusam de tudo pareço que uisto como nom pode leixar de ser de duas cousas hua – a saber – ou el Rej ir a Castela pera entrar em ella ou não hauendo de hir laa hauer de reparar muj bem seu Rejno de todas as cousas atras apontadas assi como pertença a sua segurança e segundo os feitos de Castella estam carrados por anno indo elle laa nunca dela bem duees de segurar, e aqui assj por hua como por outra há d auer mister muyto dinheiro o qual não tem nem pode hauer senão serviço de seu pouo que deue de chamar cortes pera ta os quince dias de Janeiro no qual tempo razoadamente os feitos della de Castella mostrarão e elle deuerá e poderá ter sabido ou presumido qual destes duas há de ser...²⁷⁶

Algo seria feito para preparar o reino militarmente. Esta foi a decisão do conselho régio. Qual seria a escolha, ir a Castela ou reparar o reino? As Cortes foram convocadas para Évora no ano seguinte. Deveriam os representantes dos estados discutir a decisão a ser tomada? Não. A escolha pertencia ao rei, a assembleia deveria apenas votar o pedido para

²⁷³ “...a Rainha em nome d’El-Rei e seu requereu a dita ajuda, com fundamentos e causas que pareciam de honra, razão e proveito, mas em fim conhecida a condição variável do dito Rei D. Anrique, e outras cousas mui perjudiciaes a taes lianças, **foi El-Rei aconselhado que em tal discordia e empreza nem lianças se não atremettesse**, da qual cousa com a mais honestidade que pôde se escusou. Como quer que nos primeiros movimentos sua tenção foi dar-lhe ajuda, para que **antes d’estas côrtes fez alguns percebimentos**. E segundo o muito desejo que para isso tinha, **não fora maravilha forçar as prudentes vozes e acordos de seu conselho...**” (PINA, Rui de. CDAV, capítulo CLVIII) [grifos meus].

²⁷⁴ Uma análise dessas assembleias pode ser encontrada em: SOUSA, Armindo de. *As Cortes Medievais portuguesas (1385-1490)*. *Idem*, p.391 ss.

²⁷⁵ PINA, Rui de. CDAV, capítulo CLXXIII.

²⁷⁶ LA, p.60.

suster as altas despesas da guerra. A quantia votada parece ter sido de três pedidos, para a qual mesmo os privilegiados contribuíram²⁷⁷.

Três anos e duas outras cortes separam a reunião de Évora da realizada em Lisboa em 1478, a última assembleia do reinado de D. Afonso V. Nesse intervalo os cofres do reino permaneceram com recursos insuficientes e a realeza não resolveu os problemas com os pedidos e empréstimos aprovados nos anos anteriores. Soma-se ainda que, em finais de 1477, durante as Cortes de Santarém-Lisboa, D. Afonso V retornava da viagem à França sem conseguir o apoio pretendido e vendo suas pretensões ao trono de Castela serem desfeitas tanto no plano militar como no diplomático. As Cortes de Lisboa são, assim, mais uma reunião relacionada à guerra luso-castelhana. Todavia, desta vez os estados não foram convocados para decidir ou apenas apoiar financeiramente um ataque ao reino vizinho, o novo cenário obrigava o reino a financiar a defesa contra uma possível invasão castelhana²⁷⁸. O pedido aprovado: 80.000 milhões de reais, a maior soma outorgada a um rei em todo o período medieval²⁷⁹.

*

Voltamos a dois pontos destacados anteriormente: negociação e pedidos. Como pontuou Bernard Guenée: “Uma das características principais dos Estados do Ocidente nos séculos XIV e XV é a do estabelecimento de um diálogo ativo entre o príncipe e o país, por meio de assembleias que representam todo o país”²⁸⁰. Das palavras de Guenée destaca-se a ideia de “diálogo ativo”, temática que teve importantes desdobramentos na historiografia. De acordo com Jean-Philippe Genet, esse diálogo foi imposto progressivamente pela “fiscalidade de Estado”, uma forma de tributação (“*prélèvement d’État*”) decorrente da guerra, “*un phénomène structurel*”²⁸¹.

²⁷⁷ GONÇALVES, Iria. *Pedidos e Empréstimos públicos*. *Idem*, p.170; SOUSA, Armindo de. *As Cortes Medievais portuguesas (1385-1490)*. *Idem*, p.403-407. O secretário régio indica que pelo o que era posto seriam necessários dois contos “que são quatro pedidos per a taxa uelha ou dous e meio per acrescentamento das liuras” (LA, p.61).

²⁷⁸ GONÇALVES, Iria. *Pedidos e Empréstimos públicos*. *Idem*, p.172.

²⁷⁹ Cf.: SOUSA, Armindo de. *As Cortes Medievais portuguesas (1385-1490)*. *Idem*, Vol. I, p.418, Vol. II, p.154-155; MH, vol. XV, doc. 58.

²⁸⁰ GUENÉE, Bernard. *O Ocidente nos séculos XIV e XV – Os Estados*. São Paulo: EDUSP, 1981, p.218. Sobre a questão do diálogo e da comunicação política característica das Cortes, ver ainda: GENET, Jean-Philippe. Estado. In: LE GOFF, Jacques & SCHMITT, Jean-Claude. *Dicionário Temático do Ocidente Medieval*. Bauru, SP: EDUSC, 2006, v.1, p.406-407. Se as palavras do historiador francês permitem ampliar para o cenário da Cristandade os elementos observados no caso português, reservas devem ser tomadas quanto a “representação de todo o país”. Nas Cortes participavam os estamentos superiores de cada estado, as diferentes aristocracias urbana, eclesiástica e nobiliárquica (Cf.: MARQUES, A. H. de Oliveira. *Portugal na Crise dos séculos XIV e XV*. *Idem*, p.294; COELHO, Maria Helena da Cruz. O Final da Idade Média. In: TENGARRINHA, José (org.). *História de Portugal*. São Paulo: Edusc, 2000, p.45).

²⁸¹ GENET, Jean-Philippe. *La genèse de l’État moderne. Culture et société politique en Angleterre*. Paris: PUF, 2003, p.11-12, 17.

No caso português, Maria Helena da Cruz Coelho argumenta que, entre 1385 e 1490, reuniram-se cinquenta e cinco Cortes, sendo que 60% destas foram convocadas por causa da guerra ou para decidir acordos e tratados diplomáticos de tréguas e paz. Nas palavras da autora, “O Portugal quatrocentista, governado pela realeza de Avis, firmou-se, então, como um Estado de Guerra que exigia um Estado de Finanças e pressupunha um Estado Parlamentar”²⁸². Guerra-Finanças-Parlamento. Três faces da política quatrocentista diretamente associadas e relacionadas à diplomacia.

Como foi exposto ao longo dos itens anteriores, casamentos, dotes, participação na cruzada papal, conquistas africanas, guerra luso-castelhana, tratados e finanças, são exemplos de temas discutidos tanto nas reuniões do Conselho como nas assembleias afonsinas. Em alguns casos, tais instâncias chegaram a escolher os enviados diplomáticos e a negociar com os representantes de outros reinos. Não obstante, Genet, partindo de uma crítica aos historiadores das instituições, reforça a ideia de que Parlamento e Conselho eram instituições complementares, faces de um mesmo fenômeno²⁸³. Tal perspectiva parece se mostrar no caso português avisino, com o plano diplomático sendo uma expressão dessa dinâmica de “comunicação política” que atravessou o século XV.

Frente ao exposto, outra questão se apresenta. As finanças mostram-se como um elemento central da atividade das Cortes e mesmo dos conselheiros em vista do cenário de fragilidade do erário régio quatrocentista. Nesse quadro, cabe investigar o peso da diplomacia portuguesa, com custos elevados de casamentos, guerras e embaixadas, para as finanças reais.

2.2. A DIPLOMACIA PORTUGUESA E AS FINANÇAS REAIS.

During that period in the evolution of diplomacy when the financial resources of states were much more meager than they are at present, the expense of sending embassies was an important factor in public finance and much of the burden was placed upon private shoulders²⁸⁴.

²⁸² COELHO, Maria Helena da Cruz. O Final da Idade Média. *Idem*, p.44-45. Bernard Guenée também avança nesse sentido, considerando que “tanto em tempo de paz como em tempo de guerra, realizam-se assembleias principalmente porque se apresentam graves questões de dinheiro para o príncipe e para os súditos” (GUENÉE. Bernard. *O Ocidente nos séculos XIV e XV – Os Estados*. *Idem*, p.214).

²⁸³ GENET, Jean-Philippe. *La genèse de l'État moderne. Culture et société politique en Angleterre*. *Idem*, p.92.

²⁸⁴ QUELLER, Donald E. *The Office of Ambassador in the Middle Ages*. Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 1967, p.163.

Donald Queller, no clássico *The Office of Ambassador in the Middle Ages* (1967), chamava atenção para esse aspecto pouco lembrado da diplomacia, considerando que os altos custos envolvidos nas embaixadas impactavam de forma significativa as finanças públicas. Recentemente, Stéphane Péquignot explorou essa via buscando compreender a coexistência de uma diplomacia aragonesa cada vez mais dispendiosa com finanças régias morosas²⁸⁵. No entanto, a temática permanece pontuada por lacunas e, desta maneira, propomos alguns apontamentos relativos à estruturação administrativa do erário régio para, em seguida, fazer considerações sobre os gastos com a diplomacia.

Assim como o ocorrido com as Cortes e o Conselho, as contas públicas radicavam nas funções da cúria régia e foi em meio ao lento processo de desdobramento destas funções que a contabilidade se desenhou com maior nitidez desde o reinado de D. Dinis, momento que é possível delinear-se uma repartição que concentrava as contas da fazenda real. Durante o reinado de D. Fernando, a organização da Casa dos Contos encontrava-se completa, reunindo todos os documentos e contas que diziam respeito aos proveitos e fontes de receita da coroa assim como os relacionados às despesas públicas²⁸⁶.

Pontua-se que até finais do século XIII as receitas da realeza portuguesa assentavam principalmente sobre os chamados direitos feudais, baseando-se no poder senhorial do rei e nas receitas provenientes do patrimônio régio. Nesse mesmo período, novos elementos entraram em cena dificultando o equilíbrio entre as receitas e as despesas²⁸⁷, e no intuito de equacionar este problema, os monarcas portugueses lançaram mão de impostos gerais²⁸⁸. Paralelamente, chama atenção a prática de votação de pedidos e empréstimos – outro rendimento que, pela frequência, convertia-se em “imposto habitual” – que se aprofundou no reinado de D. Fernando, permanecendo com os reis de Avis. Como lembra Iria Gonçalves, “o pedido era um imposto extraordinário lançado pelo monarca aos súditos, de acordo com os procuradores dos concelhos reunidos em cortes”, sendo esse imposto considerado legítimo

²⁸⁵ PÉQUIGNOT, Stéphane. *Au nom du Roi. Pratique diplomatique et pouvoir durant le règne de Jacques II d'Aragon (1291-1327)*. Madrid: Casa de Velázquez, 2009, p.141-166.

²⁸⁶ RAU, Virgínia. *A Casa dos Contos*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1951, p.5-14.

²⁸⁷ Entre os elementos citados por Iria Gonçalves, observa-se que, por um lado, a ampliação territorial – uma maneira tradicional de acréscimo nas rendas reais – cessou com a conquista do Algarve; e por outro, as necessidades do tesouro real viram-se aumentadas com as exigências da guerra, o desenvolvimento da burocracia, os costumes da corte, entre outros elementos que faziam escoar as receitas da coroa. Cf.: GONÇALVES, Iria. *Pedidos e empréstimos públicos em Portugal durante a Idade Média*. *Idem*, p.13-14; MARQUES, A. H. de Oliveira. *Portugal na Crise dos séculos XIV e XV*. *Idem*, p.305.

²⁸⁸ Em meio aos tributos próprios, às dízimas e aos direitos reais, as sisas afirmaram-se com centralidade na composição dos rendimentos reais. Cf.: MARQUES, A. H. de Oliveira. *Portugal na Crise dos séculos XIV e XV*. *Idem*, p.305-306; FARO, Jorge. *Receitas e despesas da Fazenda Real de 1384 a 1481 (subsídios documentais)*. *Idem*, p. XXIII-XXIV.

quando as “circunstâncias imperiosamente o exigiam, e não sendo essas circunstâncias provocadas pelo próprio monarca”²⁸⁹.

Sob o reinado de D. Duarte mudanças foram empreendidas garantindo uma maior eficiência da contabilidade e uma maior precisão das contas. Destas medidas, destaca-se um regimento e uma série de providências para regular as contas da coroa. Foi nesse contexto que as ações de D. Afonso V atuaram no sentido de organizar metodicamente a contabilidade, tornando possível a elaboração de contas em que se comparavam as receitas e as despesas do erário régio²⁹⁰.

Em virtude do desenvolvimento da organização dos *contos* é possível identificar o aumento substancial nas receitas entre os reinados de D. João I e D. Afonso V²⁹¹. Ademais, essa estruturação do arquivamento dos orçamentos anuais possibilitou que alguns desses exemplares fossem conhecidos, ainda que de forma resumida e incompletos. Publicado por Jorge Faro, o “sumário das rendas do Rey do anno de 1473” indica que no referido ano as receitas do reino chegaram a 47.757.500 reais, com despesas ordinárias na casa de 37.620.000 reais²⁹². A situação financeira agravou-se devido a guerra luso-castelhana e as receitas e despesas de 1477, juntamente com o plano orçamentário de 1478, informam que as rendas chegavam a cifra de 43.074.000 reais, com gastos ordinários de 46.908.870 reais²⁹³.

²⁸⁹ GONÇALVES, Iria. *Pedidos e empréstimos públicos em Portugal durante a Idade Média*. *Idem*, p.15-18, 22-23. Ver ainda: BARROS, Henrique da Gama. *História da Administração Pública em Portugal nos séculos XII a XV*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1885, p. 557; MARQUES, A. H. de Oliveira. *Portugal na Crise dos séculos XIV e XV*. *Idem*, p.306. Esses apontamentos sobre o caso português se aproximam das discussões levadas a cabo acerca da Crisandade e sintetizadas na obra *Economic systems and State finance*, editada por Richard Bonney e inserida no programa *The Origins of the Modern State in Europe*. Em linhas gerais essa aproximação encontra-se na associação entre guerra e fiscalidade, temática que constituiu um dos principais eixos de investigação explorados por Bonney, isto é, a passagem da “*fiscalité féodale*” (*Domain state*) para a “*fiscalité d’État*” (*Tax state*), processo que Jean-Philippe Genet, por exemplo, defende ser uma das características basilares da gênese do Estado moderno na Baixa Idade Média. Tendo como base esse núcleo de discussões, duas relevantes teses foram defendidas sobre Portugal nos últimos anos: *State Finance, War and Redistribution in Portugal (1249-1527)* (2008), de António Maria Henriques, e *O Financiamento da coroa portuguesa nos finais da Idade Média: entre o “Africano” e o “Venturoso”* (2013), de Rodrigo Dominguez. Nestas, os autores colocaram-se a problematizar a fiscalidade portuguesa da Baixa Idade Média, resgatando antigos temas – como a questão das sisas – e contribuindo para a compreensão do caso particular dentro do modelo proposto para o Ocidente medieval. Nesse quadro específico, em termos de estrutura fiscal, o reino de Portugal quatrocentista ainda não seria plenamente um “*Tax state*” e a “*defense of the realm*”, isto é, a guerra defensiva, coloca-se como a sustentação constitucional dos impostos permanentes.

²⁹⁰ RAU, Virgínia. *A Casa dos Contos*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1951, p.47-57.

²⁹¹ AZEVEDO, João Lúcio de. *Épocas de Portugal Económico. Esboço de História*. Lisboa: Clássica editora, 4ª edição, 1988, p.53; MARQUES, A. H. de Oliveira. *Portugal na crise dos séculos XIV e XV*. Lisboa: Presença, 1986, p.309; GOMES, Saul António. *D. Afonso V*. *Idem*, p.155-161.

²⁹² FARO, Jorge. *Receitas e despesas da fazenda real de 1384 a 1481 (subsídios documentais)*. *Idem*, p.82-117. O resultado das receitas e despesas encontra-se em MARQUES, A. H. de Oliveira. *Portugal na crise dos séculos XIV e XV*. Lisboa: Presença, 1986, p.310; GOMES, Saul António. *D. Afonso V*. *Idem*, p.160.

²⁹³ FARO, Jorge. *Receitas e despesas da fazenda real de 1384 a 1481 (subsídios documentais)*. *Idem*, p.225-229.

Os dados imprecisos dos anos 70 do século XV chamam a atenção dos historiadores que afirmam existir um processo de crescimento das rendas da coroa. Esse aspecto fica ainda mais claro com os levantamentos acerca do período que compreende do último quartel quatrocentista a meados do século XVI, quando as receitas públicas chegam a 155.200.000 (1534) e 303.520.000 reais (1557). Tal incremento do erário régio deriva da regularidade do tráfico ultramarino, elemento crescente desde o reinado afonsino²⁹⁴, mas foi acompanhado do custo ascendente com o armamento, matrimónios, tenças e a administração²⁹⁵.

Tabela 2. Despesas e Pedidos relacionados aos casamentos régios.

CASAMENTO	ANO	DESPESA (em dobras)	PEDIDOS (Cortes)	REFERÊNCIA
D. Beatriz e conde de Arundel	1404	35.000	1404 (Lisboa) – um pedido e um quarto	FARO, 1965: 67; GONÇALVES, 1964: 156; SOUSA, 1990: 326.
D. João (infante) e D. Isabel.	1424	25.000	?	FARO, 1965:67
D. Duarte e D. Leonor	1428	90.000	1427 (Lisboa) – dízimas e pedido.	FARO, 1965:67; SOUSA, 1990: 342.
D. Isabel e Filipe, o Bom	1430	250.000	1430 (Santarém) ²⁹⁶ – pedido e meio	FARO, 1965:66; GONÇALVES, 1964: 157, 188, 208; SOUSA, 1990: 344-345.
D. Afonso V e D. Isabel	1447	?	1447 (Évora) – dízimas e dois pedidos e meio.	GONÇALVES, 1964:162; SOUSA, 1990:370-371.
D. Leonor e Frederico III	1451	117.000/ 150.000	1451 (Santarém) – dois pedidos e meio e uma dízima e meia.	FARO, 1965:69; GONÇALVES, 1964:162-163; SOUSA, 1990:372; PHGCRP, 1947: tomo II, 17.
D. Joana e Enrique IV	1455	30.000/ 32.000	1455 (Lisboa) – um pedido e meio.	FARO, 1965:69; SOUSA, 1990: 374-375.
D. João e D. Isabel	1473	50.000	1473 (Lisboa) – um pedido ²⁹⁷ .	GONÇALVES, 1964: 169; SOUSA, 1990:401-402.

Fonte: Elaboração própria.

²⁹⁴ MAGALHÃES, Joaquim Romero. A Fazenda. In: *História de Portugal. No Alvorecer da modernidade (1480-1620)*. Lisboa: Estampa, 1997, p.90.

²⁹⁵ MARQUES, A. H. de Oliveira. As finanças. In: DIAS, João José Alves (coord.). *Portugal, do Renascimento à crise dinástica*. Lisboa: Presença, 1998, p.250-251.

²⁹⁶ Armindo de Sousa e Iria Gonçalves pontuam que o pedido e meio teria sido lançado ainda no ano de 1429, fora das Cortes. Nesse quadro, os representantes reunidos em Santarém teriam apenas acordado o lançamento já ordenado.

²⁹⁷ Iria Gonçalves indica o ano de 1471 para a realização das Cortes, no entanto, seguiremos a argumentação de Armindo de Sousa, que afirma que o subsídio para o casamento do príncipe D. João ocorreu em 1473.

Os dados acerca das despesas com os casamentos dos reis e dos membros da família real apresentados na tabela 2 oferecem diferentes possibilidades de análise. Primeiro, observa-se que os três matrimônios do período afonsino somam 197.000/232.000 dobras (23.640.000/27.840.000 reais)²⁹⁸. Mesmo com a variação presente no montante gasto com o enlace de D. Leonor, o valor total ainda é inferior às despesas com o casamento de D. Isabel e Filipe, o Bom, 250.000 dobras (c.30.000.000 reais), realizado em 1430. Não obstante, esse primeiro contraste não pode ofuscar que do total dos gastos do reinado de D. Afonso V, mais do que a metade foi gasto com o matrimônio de 1451, e, num cenário de ampliação das despesas da coroa, os casamentos representaram mais de metade das receitas levantadas em 1473 e 1477. Por fim, outro elemento que chama atenção é a significativa distância entre as despesas realizadas com os casamentos internos (D. João e D. Isabel; D. Afonso V e D. Isabel; D. João e D. Isabel) frente às decorrentes dos enlaces externos.

Como sublinhamos anteriormente, os casamentos régios constituíam um dos principais elementos justificadores dos pedidos lançados às assembleias e, conseqüentemente, uma base para a constituição das receitas extraordinárias. Através do caso afonsino é possível constatar que tais assuntos agravavam a pressão sobre as finanças régias obrigando a realeza a lançar mão de diferentes mecanismos de tributação. Os matrimônios mostram-se, assim, diretamente associados às despesas extraordinárias, estas que se tornavam cada vez mais “ordinárias” no cenário de crescimento e maior projeção externa do estado português.

Contudo, fora do âmbito das receitas e despesas extraordinárias, questão frequentemente pontuada pela historiografia, convém notar a importância dos gastos com embaixadas. Sobre esse assunto Donald Queller ressaltou que:

As the intensity of diplomatic activity increased, however, the state represented by an envoy increasingly assumed responsibility for his expenses. (...) The amount provided varied according to the rank of the envoy, the size of his entourage, the duration and nature of the mission, the state of the treasury, and the generosity of the monarch or ruling body²⁹⁹.

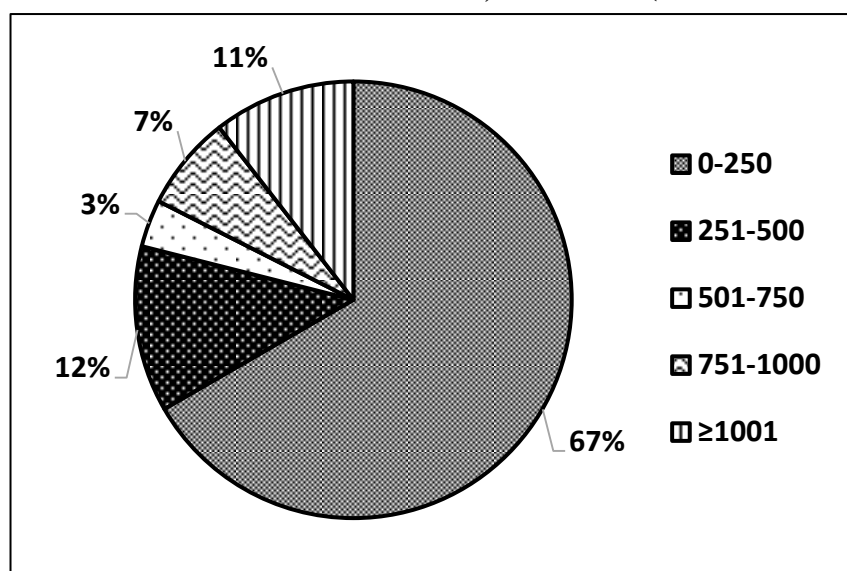
As variantes levantadas por Queller constituem uma importante via de problematização para os gastos com as missões diplomáticas. Entretanto, em vista da documentação disponível, contamos apenas com as versões do documento acerca das receitas e despesas publicado por Jorge Faro e sistematizado no Apêndice 2. As informações que

²⁹⁸ De acordo com Jorge Faro, a dobra, depois de 1436 e até fins do século XV, representava o valor de 120 reais (cf.: FARO, Jorge. *Receitas e despesas da fazenda real de 1384 a 1481 (subsídios documentais)*. *Idem*, p.65).

²⁹⁹ QUELLER, Donald E. *The Office of Ambassador in the Middle Ages*. *Idem*, p.166.

constam na fonte indicam os principais componentes da missão, o valor em dobras recebido pela comitiva e, na maior parte dos casos, o destino. Todavia, com o intuito de sistematizar os dados do documento, percebemos que a categorização por destinos não se mostrou muito frutífera, posto que há uma variação muito acentuada entre o custo das embaixadas. Elucidam essa situação os casos das embaixadas de LOURENÇO ABRIL, com o custo de 40 dobras, e de D. MARTINHO DE ATAÍDE, DIOGO DA FONSECA e AFONSO GARCEZ, com 1355 dobras, ambas a Castela; ou ainda o contraste entre as missões ao papado de Frei DIOGO DE ABRANTES, com 60 dobras, e de LUÍS GONÇALVES MALAFAIA, RUI GOMES DE ALVARENGA e outros, com 2385 dobras. Desta maneira, como o destino em si não constitui o principal elemento definidor dos gastos, preferimos explorar as informações a partir da categorização dos custos por diferentes escalas.

Gráfico 1. Gastos com embaixadas, 1448-1481 (valor em dobras)



Fonte: baseado em FARO, 1965: 79-82; JOSÉ & FARO, 1961: 249-270.
N=57 embaixadas.

A partir do gráfico nota-se uma concentração das embaixadas tendo recebido até 250 dobras (67%), montante que contrasta com os 11% de missões que ganharam mais de 1001 dobras. O desmembramento da primeira categoria nos releva ainda que das trinta e oito (38) missões envolvidas, 81,6% receberam até 150 dobras e apenas 18,4% receberam entre 151 e 250 dobras. Os destinos presentes nessa categoria são variados, constando desde missões ibéricas e, a priori, de menor custo de deslocamento, a viagens mais distantes, como ao ducado da Borgonha e ao Império. No entanto, chama atenção que deste conjunto somente uma missão foi composta por mais de um enviado. Trata-se da comitiva de D. JOÃO DE

MENESES, AFONSO VELHO e NUNO FERNANDES TINOCO a Roma, com 146 dobras. Essa constatação se amplia, pois entre as embaixadas que receberam entre 251 e 500 dobras, mais uma vez apenas a missão ao Império de LOURENÇO ABRIL e Afonso Lopez envolveu mais de um componente. Desta maneira, percebe-se a existência de uma tendência para que as missões com menos enviados demandassem menores valores, salvo as exceções mencionadas. Essa última observação é realçada quando comparada ao caso das seis (6) embaixadas que receberam mais de 1001 dobras, posto que todas tiveram entre dois e quatro membros. O detalhamento de algumas dessas missões oferece novos elementos de análise.

Composta por D. MARTINHO DE ATAÍDE, DIOGO DA FONSECA e AFONSO GARCEZ, uma embaixada recebeu 1355 dobras e foi enviada a Castela, sem que tenhamos maiores informações sobre a missão. É possível que tenha ocorrido entre finais dos anos 50 e início da década seguinte, momento em que D. Afonso V e Enrique IV negociavam a ampliação dos laços entre as casas reais, estes que já tinham sido reforçados com o casamento de D. Joana (1455). Destaca-se ainda a dignidade dos membros da comitiva, com o conde de Atouguia à frente, seguido do bacharel (1450) e licenciado (1453) em Leis e membro da Casa do Cível, e do escrivão e cavaleiro da casa real AFONSO GARCEZ.

Tal como a embaixada que acompanhou as vistas de Fuenterrabía (1463) entre o rei castelhano e o rei da França, que recebeu 2223 dobras, novamente um oficial de armas esteve presente numa embaixada de alto custo. Trata-se da comitiva de D. FERNANDO DE CASTRO, PERO FALLEIRO, PERO GONÇALVES e do Rei de Armas Portugal, que recebeu 2300 dobras quando foi enviada a Inglaterra em 1455. A embaixada teve como objetivo expor as infrações aos tratados de liga e aliança luso-ingleses, para isso envolvendo a presença de importantes oficiais da corte e da casa real. A carta do rei Henrique VI da Inglaterra respondendo a embaixada portuguesa informa que os motivos da missão foram expostos de forma clara e elegante pelos enviados, homens distintos e dignos de elogio³⁰⁰.

Entre as embaixadas que envolveram gastos mais elevados, duas foram prestar obediência ao Sumo Pontífice. Esse foi o caso da comitiva de DIOGO DA SILVEIRA, NUNO FERNANDES TINOCO e do Rei de Armas Portugal, com 1987 dobras, ao papa Pio II em 1458, e de LOPO DE ALMEIDA e JOÃO TEIXEIRA, com 1585 dobras, ao papa Xisto IV (1471). A distância, o objetivo e os cerimoniais próprios do destino ajudam a explicar o montante gasto com as embaixadas. No entanto, há um nítido contraste entre essas missões e a

³⁰⁰ SANTARÉM, Visconde de. *Quadro Elementar das Relações Políticas e Diplomáticas de Portugal com as diversas potências do mundo desde o principio da Monarchia portugueza até os nossos dias*. *Idem*, vol. XIV, p.197-198.

de JOÃO DE MENESES, AFONSO VELHO e NUNO FERNANDES TINOCO, com 146 dobras, que prestou obediência ao papa Calisto III. Como explicar uma variação entre 1987/1585 e 146 dobras? Pela falta de uma documentação que preencha as lacunas e ofereça novas informações, não podemos projetar nenhuma via satisfatória para resolver essa dúvida³⁰¹.

Por fim, citamos a comitiva de LUÍS GONÇALVES MALAFAIA, RUI GOMES DE ALVARENGA, Manuel Diogo e ANTÃO GONÇALVES, que recebeu 2385 dobras quando foi enviada a Roma, em 1452. Direcionada ao papado de Nicolau V (1447-1455), a missão não se caracteriza por prestar obediência, antes se insere nas movimentações da celebração do casamento de D. Leonor com o Imperador. Sendo a embaixada que apresenta o maior montante de dobras no reinado de D. Afonso V, é possível que envolvesse a negociação de algum benefício ou pedido do monarca português³⁰² ou buscasse a concessão de alguma bula³⁰³, como a *Dum diversas*, concedida em 18 de junho de 1452, autorizando o *Africano* a guerrear os sarracenos e a conquistar-lhes os territórios³⁰⁴.

É necessário reafirmar que a projeção de gastos das embaixadas não é conclusiva, tanto pela falta de um maior número de documentações complementares ao rol, como de mais detalhamentos sobre as missões, como duração, objetivos e composição. De qualquer maneira, como lembra Queller, existe ainda uma série de outros valores que também atravessavam as comitivas, desde gastos dos próprios enviados a despesas realizadas pelos destinatários das missões. Tais observações vão de encontro ao documento 26 do *Livro Vermelho*, de setembro de 1473, um regimento do reinado afonsino que versa sobre os mantimentos e “corregimentos” aos enviados externos e suas “encavalgadas”, estabelecendo os valores em coroas. Eis um fragmento do documento tratando das embaixadas ibéricas:

A pessoa do Embaixador averá pera seu mantimento se levar hua, ou ata duas encavalgadas, allem de sua pessoa averá ele hum quarto de coroa pera sua pessoa por dia, e outro quarto iso mesmo pera cada hua das ditas duas

³⁰¹ Também é possível que tenha ocorrido algum erro do copista, ou ainda de digitação do autor, posto que existe uma diferença de lançamento dos valores para outra missão de obediência ao papado ocorrida em 1447. Em FARO & JOSÉ (1961) aparece 4832 dobras e em FARO (1465) a mesma missão aparece com 483 dobras. Quiçá, o confronto com as informações presentes no manuscrito auxilie na resolução do impasse.

³⁰² Sabe-se que no mesmo ano Luís Gonçalves Malafaia apresentou súplicas em abril e junho solicitando a nomeação de D. Jaime, arcebispo de Lisboa, como cardeal.

³⁰³ Bulas papais foram concedidas ao longo de todo o ano de 1452, como se encontra publicado na MH, vol. XI, doc. 104, 133, 140, 144-148, 153. Súplicas de D. Henrique (doc.129-132, 139) e D. Fernando (doc. 143) também movimentaram o ano.

³⁰⁴ MH, Vol. XI, doc.146.

cavalguaduras, e posto que nam leve senaõ sua pesoa soo, como for homem de conta, pera hir de besta, averá o dito quarto de coroa por dia.

E se pasar de duas encavalguaduras afora a sua, averá pera cada hua das ditas encavalguaduras o dito quarto de coroa, e ele pera sua pesoa averá huu sertimo de coroa sobre cada huua das encavalguaduras que levar, em maneira que aja tantos sertimos de coroa quantas encavalguaduras levar, e de sua pesoa nom será contado, nem averá mais quarto de coroa, nem cousa algua outra.

E averá mais o dito Embaixador pera vestidos, e corregimentos de sua pesoa quinze coroas sobre cada hua encavalguaduras que levar, em tal maneira que quantas encavalguaduras levar tantas quinze coroas aja, sem sua pesoa no dito numero ser contada.

Item. Averá pera corregimento de cada hua das suas encavalguaduras dous mil reis (...).

Item. Pera compra de bestas do dito Embaixador, nem das ditas suas encavalguaduras nom averá cousa alguua, porque atee Espanha he determinado que nom aja ElRey de dar bestas, nem dinheiro pera elas³⁰⁵.

No regimento, as embaixadas e as demais missões externas são divididas em dois grupos: “Espanha” e “fora da Espanha”. Em linhas gerais, a principal diferença das missões fora do espaço ibérico encontra-se na questão da compra das bestas, para a qual o texto estabelece “*quinze coroas, posto que os d’Espanha nam ajam dinheiro pera besta*”³⁰⁶. Desta maneira, acreditamos que o regimento de 1473 corrobora os apontamentos anteriores, nos quais indicamos uma diferenciação significativa nos gastos entre as embaixadas ibéricas e as embaixadas enviadas para outras partes da Cristandade. Além disso, o documento também sustenta a constatação de que os valores das embaixadas variavam conforme o tamanho da comitiva e, conseqüentemente, o número de “*encavalguaduras*”.

2.3. A ADMINISTRAÇÃO CENTRAL E A DIPLOMACIA.

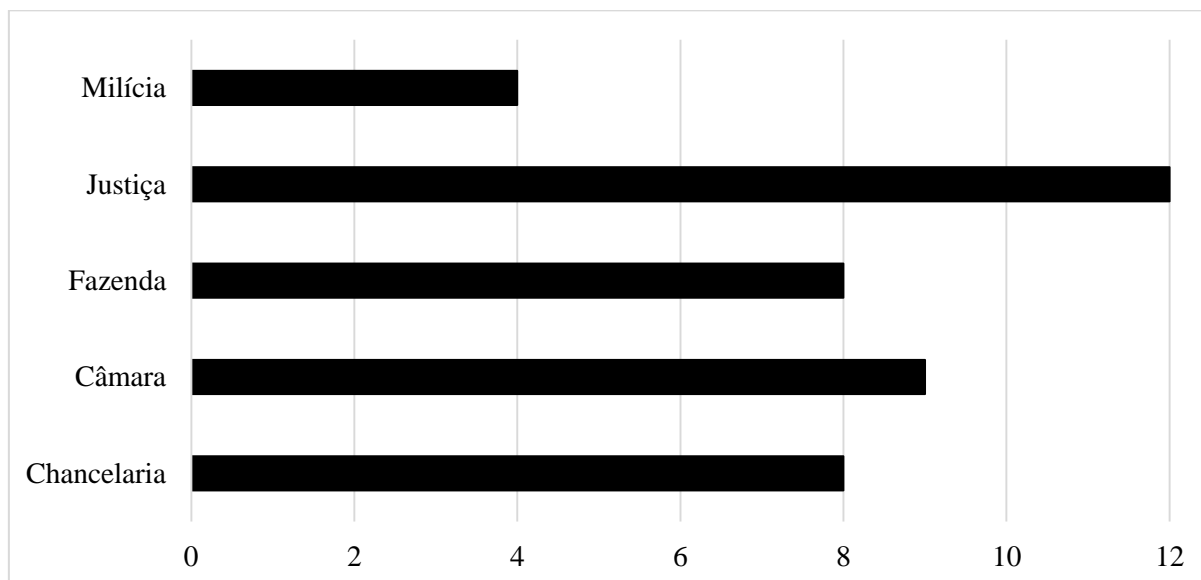
Como último eixo desse capítulo, destaca-se que o conjunto dos homens que atuaram como embaixadores de D. Afonso V revela uma importante expressão da questão institucional presente na diplomacia. A análise de suas trajetórias indica que um dos principais elementos em comum foi o exercício de cargos na administração central. Ao todo foram encontrados trinta (30) oficiais, sendo que alguns atuaram em mais de uma instância da administração. Em vista dessa concentração, passaremos a apresentar um panorama das estruturas administrativas com o objetivo de compreender o que cada setor implicava para a inserção desses

³⁰⁵ LV, doc. 26, p.467-468.

³⁰⁶ LV, doc. 26, p.469.

personagens. Para isso compartimentamos os setores da administração central em cinco áreas: Justiça, Fazenda, Câmara, Chancelaria e Milícia.

Gráfico 2. Distribuição dos embaixadores pelos órgãos da Administração Central.



Fonte: Elaboração própria a partir do Catálogo prosopográfico.

2.3.1. A Chancelaria

A atividade da Chancelaria régia portuguesa recua aos séculos anteriores à fundação de Portugal, passando a constituir no século XIII, sob D. Afonso III, um importante órgão administrativo e central. Desde o século XIV, tinha como oficial principal o chanceler-mor, que conservando um lugar cimeiro entre os funcionários, era responsável por superintender o serviço de redação e expedição dos diplomas régios, registrando ainda os negócios mais importantes do reino, como a recepção de correspondências de fora do reino. Como salienta Carvalho Homem, tratava-se de um cargo fundamentalmente burocrático, o que não exclui a sua presença como testemunha em acordos diplomáticos e matrimoniais e que, por ter assento no Conselho Régio, tivesse influência nos demais assuntos públicos³⁰⁷.

Frente ao predomínio eclesiástico que marca os ocupantes da Chancelaria até o reinado de D. Afonso IV, desde o período de D. Pedro I, Portugal conheceu o movimento já

³⁰⁷ HOMEM, Armando Luís de Carvalho. *O Desembargo Régio*. *Idem*, p.129-130, 136-137. Ver ainda: BARROS, Henrique da Gama. *História da Administração Pública em Portugal nos séculos XII a XV*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1885, tomo I, p.594-595; FREITAS, Judite A. Gonçalves de. *O Estado em Portugal*. *Idem*, p.145-146. O panorama da Chancelaria portuguesa pode ser encontrado em: COELHO, Maria Helena da Cruz & HOMEM, Armando Luís de Carvalho. Origines et évolution du registre de la chancellerie royale portugaise (XIIIe-XVe siècle). In: *Revista da Faculdade de Letras*, 12, Porto, 1995, p.47-74.

perceptível na França e em Aragão, por exemplo, de ampliação do número de letrados entre os chanceleres. Com a mesma tendência, sob a autoridade do chanceler e do vice-chanceler trabalhavam um grupo alargado de notários e escrivães³⁰⁸.

Quadro 2. Organograma da Chancelaria Régia

Chanceler-mor
Vice-chanceler
Notários
Escrivães

Fonte: Adaptado de DURÃO, 2002 e GOMES, 2009.

Atuaram nessa esfera nomes como AFONSO GARCEZ e ÁLVARO LOPES CHAVES e JOÃO GARCEZ (notários), ÁLVARO PIRES VIEIRA, JOÃO FERNANDES DA SILVEIRA, JOÃO TEIXEIRA e RUI GOMES DE ALVARENGA (vice-chanceler), chegando ao posto de chanceler-mor os últimos três personagens, cargo também exercido por ÁLVARO DE BRAGANÇA. Como lembra Ochoa Brun, a presença de titulares das diversas chancelarias ibéricas em missões diplomáticas foi algo frequente nos séculos XIV e XV³⁰⁹, situação que também pode ser verificada noutras partes da Cristandade³¹⁰.

2.3.2. A Câmara

Nos últimos séculos da Idade Média a Câmara afirmou-se como uma das instâncias fundamentais do governo, disputando influência diretamente com a Chancelaria e constituindo-se no “cerne da articulação da corte régia com vários sistemas institucionais”³¹¹. Durante o século XV, o escrivão da puridade teve sua função regimentada, sendo um agente que “‘ameaça’ o tradicional primado do Chanceler entre os oficiais régios”³¹². Lembra Judite Freitas que “à semelhança do chanceler-mor, os titulares da escrivania da puridade

³⁰⁸ HOMEM, Armando Luís de Carvalho. *O Desembargo Régio*. *Idem*, p.138; FREITAS, Judite A. Gonçalves de. *O Estado em Portugal*. *Idem*, p.145-147.

³⁰⁹ OCHOA BRUN, Miguel Ángel. *Historia de la diplomacia española. Edad Media III*. *Idem*, p.304.

³¹⁰ AUTRAND, Françoise & CONTAMINE, Philippe. Naissance de la France: naissance de sa diplomatie. Le Moyen Âge. *Idem*, p.120; QUELLER, Donald. *The Office of Ambassador in the Middle Ages*. *Idem*, p.149-160.

³¹¹ GOMES, Rita Costa. *A Corte dos reis de Portugal no final da Idade Média*. *Idem*, p.29.

³¹² HOMEM, Armando Luís de Carvalho. *O Desembargo Régio*. *Idem*, p.140-141. Sobre a questão da puridade, ver ainda: BARROS, Henrique da Gama. *História da Administração Pública em Portugal nos séculos XII a XV*. *Idem*, tomo I, p.597-598; GOMES, Rita Costa. *A Corte dos reis de Portugal no final da Idade Média*. *Idem*, p.29-30.

detinham assento no Conselho régio”, tendo ainda a competência de guardar os diplomas e as correspondências celebradas com outros reinos³¹³. A Câmara, por suas características, constituía-se em cargos “domésticos”, gozando de maior proximidade com o monarca e acompanhando-o de modo permanente. Formavam ainda o conjunto de oficiais deste setor secretários régios e escrivães.

Quadro 3. Organograma da Câmara

Escrivão da Puridade
Secretários
Escrivães

Fonte: Adaptado de DURÃO, 2002 e GOMES, 2009.

Como foi anteriormente citado, a Câmara reuniu um significativo grupo de embaixadores, sendo ANTÃO GONÇALVES escrivão, AFONSO GARCEZ, ÁLVARO LOPES CHAVES, LOURENÇO ABRIL, PERO GONÇALVES e RUI GALVÃO escrivães e, posteriormente, secretários, exercendo também este segundo ofício NUNO FERNANDES TINOCO. Constam na posição de escrivão da Puridade DIOGO DA SILVEIRA e JOÃO FERNANDES DA SILVEIRA.

2.3.3. A Fazenda

Nesse mesmo processo de especialização dos órgãos da administração, um setor que ganhou autonomia e maior expressão na passagem dos séculos XIV e XV foi a Fazenda, responsável pela administração do patrimônio do monarca. Carvalho Homem defende que o aparecimento dos vedores da Fazenda constituiu “um progresso de certa monta na administração das finanças e dos direitos régios, indissociável da criação e estabilização dos contadores ao longo do século XIV”³¹⁴. Tendo à frente o vedor da Fazenda, com a competência relacionada ao arrendamento e cobrança dos direitos régios e às rendas do reino, a esfera também era composta pelo vedor das obras e pelos escrivães.

³¹³ FREITAS, Judite A. Gonçalves de. *O Estado em Portugal. Idem*, p.148-149.

³¹⁴ HOMEM, Armando Luís de Carvalho. *O Desembargo Régio. Idem*, p.150.

Quadro 4. Organograma da Fazenda

Vedor da Fazenda
Vedor das Obras
Escrivães

Fonte: Adaptado de DURÃO, 2002 e GOMES, 2009.

Entre os embaixadores afonsinos, atuaram na Fazenda: FERNÃO LOURENÇO DE GUIMARÃES, HENRIQUE DE FIGUEIREDO e JOÃO GARCEZ (escrivães), DIOGO DA SILVEIRA (vedor das obras) e FERNANDO DE CASTRO, LOPO DE ALMEIDA e LUÍS GONÇALVES MALAFAIA (vedor da Fazenda).

Há ainda nesta área o ofício de almotacé-mor, exercido por RUI DE SOUSA durante o reinado de D. João II. Entre as competências desse ofício, Ruy Torres destaca o abastecimento da corte e o provimento do conserto dos caminhos por onde o monarca iria circular³¹⁵.

2.3.4. A Justiça

O âmbito da justiça na sociedade quatrocentista dividia-se em dois grandes tribunais superiores: a Casa do Cível e a Casa da Justiça da Corte. O primeiro, com existência autônoma desde o século XIV, tinha a competência de julgar as apelações de feitos cíveis de todo o reino, com exceção dos lugares onde o rei se encontrasse. Era constituído por diversos magistrados: o regedor, o chanceler, quatro desembargadores, seis sobrejuízes, dois ouvidores, um promotor de justiça e um solicitador.

Quadro 5. Organograma da Casa do Cível

Regedor
Chanceler
Desembargadores
Sobrejuízes
Ouvidores
Promotor de Justiça
Solicitador dos feitos da Justiça

Fonte: Adaptado de DURÃO, 2002 e GOMES, 2009.

³¹⁵ TORRES, Ruy d' Abreu. Almotacé. In: SERRÃO, Joel (dir.). *Dicionário de História de Portugal*. Idem, p.121.

Neste setor atuaram: DIOGO DA FONSECA (ouvidor), PERO FALEIRO, LOPO GONÇALVES, JOÃO DE ELVAS, JOÃO FERNANDES DA SILVEIRA e VASCO FERNANDES DE LUCENA (desembargadores), chegando ao cargo de chanceler os mesmos JOÃO FERNANDES DA SILVEIRA, PERO FALEIRO e VASCO FERNANDES DE LUCENA, assim como ÁLVARO PIRES VIEIRA. Ao todo, sete embaixadores passaram pela Casa do Cível em alguma etapa de sua vida funcional.

Paralelamente, a Casa da Justiça da Corte – instância designada em finais do mesmo século como Casa da Suplicação –, gozava de um prestígio superior à do Cível, constituindo o principal tribunal do reino com competência sobre apelações e agravos de natureza civil ou criminal. Acompanhava o monarca em suas deambulações e tinha à sua frente um regedor ou presidente. Dividia-se em duas mesas: a principal, que reunia o regedor, os desembargadores e o juiz dos feitos do rei; e a segunda, que congregava o corregedor da Corte e os ouvidores. Existia ainda um nível intermediário, composto pelo solicitador da justiça e procuradores, um destes sendo o procurador dos feitos do rei. Como sublinha Luís Miguel Duarte, a Casa da Suplicação ocuparia um total de duas dezenas de pessoas³¹⁶.

Quadro 6. Organograma da Casa da Suplicação

Regedor	
Desembargadores	Corregedor da Corte
Terceiros dos Agravos	Procurador dos feitos de el Rei
Juiz dos feitos de el Rei	Ouvidores da Corte

Fonte: Adaptado de DURÃO, 2002 e GOMES, 2009.

Na Casa atuaram dezesseis (16) embaixadores, merecendo destaque os casos de ÁLVARO PIRES VIEIRA, JOÃO DE ELVAS, JOÃO FERNANDES DA SILVEIRA, e VASCO FERNANDES DE LUCENA, que exerceram o ofício de corregedores da Corte³¹⁷, e de ÁLVARO DE BRAGANÇA, RUI GOMES DE ALVARENGA, FERNÃO DA SILVEIRA e do mesmo JOÃO FERNANDES DA SILVEIRA, que chegaram ao cargo de regedores, principal ofício da hierarquia da justiça quatrocentista.

³¹⁶ DUARTE, Luís Miguel. *Justiça e Criminalidade no Portugal medievo (1459-1481)*. *Idem*, p.259-265. Ver ainda: COSTA, Avelino de Jesus da. A Chancelaria Real portuguesa e os seus registos, de 1217 a 1438. In: *Revista da Faculdade de Letras – História*, Porto, II série, V.13, 1996, p.75; FREITAS, Judite A. Gonçalves de. *O Estado em Portugal*. *Idem*, p.155. Para o quadro geral dos ofícios ligados à justiça, ver ainda: HOMEM, Armando Luís de Carvalho. *O Desembargo Régio*. *Idem*, p.165-178.

³¹⁷ Carvalho Homem reforça a perspectiva de que era comum encontrar corregedores nas negociações diplomáticas, destacando a preparação jurídica relacionada ao ofício. HOMEM, Armando Luís de Carvalho. *O Desembargo Régio*. *Idem*, p.146-147.

Há ainda outro ofício de origem anterior à fundação do reino e que sofreu importantes mudanças ao longo do século XV, o de meirinho-mor. As *Ordenações Afonsinas* assim descrevem o ofício:

Meirinho Moor he antigo nome, que quer dizer tanto, como homem, que há maioria pera fazer justiça. (...) Especialmente pertence a seu officio prender alguns fidalgos, e homees de grande estado, ou alevantar forças, e desaguizados feitos per homees de semelhante maneira, quando lhe pelo dito Senhor, ou seu Conselho especialmente he mandado, ou for requerido per alguu official de justiça nos casos, onde el rey sy non for poderoso pera o fazer...³¹⁸

Com presença ocasional no desembargo³¹⁹, o ofício de meirinho-mor apresenta-se com difícil inserção no âmbito da justiça, existindo referências que indicam que sua alçada excedia a dos tribunais superiores. Outras, aproximam o meirinho-mor da hierarquia jurídica, assim como o ofício de meirinho da corte, incluindo ambos como cargos abaixo do corregedor³²⁰. Em meio a tais visões, seguiremos com o texto das *Ordenações Afonsinas* que estabelece o regedor como “o maior, e mais principal officio da justiça”³²¹, inserindo o meirinho-mor como um cargo à parte dos tribunais superiores e que também gozava de grande prestígio. Dito isso, constata-se a presença de três meirinhos-mor durante o reinado de D. Afonso V, sendo MARTIM DE TÁVORA aquele que atou como embaixador.

2.3.5. A Milícia

O rei tinha o comando superior das formas militares, mas desde o reinado de D. Fernando foi criado o cargo de condestável, que tinha como competência a superintendência militar, em especial no aspecto estratégico e logístico. Em tempos de guerra, estabeleciam-se nas regiões fronteiriças os fronteiros-mores, “espécie de governadores militares com latos poderes na zona para onde eram nomeados”. Somam-se ainda os cargos de marechal, almirante, capitães, coudéis, monteiros e anadéis³²².

³¹⁸ Ordenações Afonsinas, Livro I, Tit. LX, p.346.

³¹⁹ HOMEM, Armando Luís de Carvalho. *O Desembargo Régio*. *Idem*, p.182.

³²⁰ Sobre as diferentes visões sobre o caso do meirinho, meirinho-mor e meirinho da corte, indicamos: BARROS, Henrique da Gama. *História da Administração Pública em Portugal nos séculos XII a XV*. *Idem*, tomo I, p.598-609; FREITAS, Judite A. Gonçalves de. *O Estado em Portugal*. *Idem*, p.151-152; GOMES, Saul António. *D. Afonso V*. *Idem*, p.154-155; LIMA, D. Luiz Caetano de. *Geografia Histórica de todos os Estados Soberanos de Europa*. Lisboa: Officina de Joseph António da Silva, 1734, Tomo I, p.459-469.

³²¹ Ordenações Afonsinas, Livro I, Tit.I.

³²² MARQUES, A. H. de Oliveira. *Portugal na Crise dos séculos XIV e XV*. *Idem*, p.344-345. Para o reinado de

Quadro 7. Organograma da Milícia

Condestável
Fronteiro-mor
Marechal
Alferes-mor
Almirantes
Capitão-mor do reino
Capitão do rei
Coudel-mor
Monteiro-mor
Adail-mor
Anadel-mor
Anadel-mor dos besteiros do conto
Anadel-mor dos besteiros de cavalo

Fonte: Adaptado de DURÃO, 2002 e GOMES, 2009.

No que pese a significativa presença de personagens que foram embaixadores atuando nas guerras do período, desde a campanha de Ceuta às intensas atividades militares da guerra luso-castelhana dos anos 70, quatro foram os que exerceram ofícios na hierarquia militar. FERNÃO DA SILVEIRA é mencionado como Coudel-mor e Anadel-mor; DIOGO DE BARROS aparece como Adail-mor; D. MARTINHO DE ATAÍDE consta como capitão do rei; e CIDE DE SOUSA aparece como capitão dos navios mandados por D. Afonso V a Guiné.

*

Em linhas gerais, o panorama apresentado constata a presença dos embaixadores nas diferentes áreas da administração central. A partir da exposição reafirma-se a perspectiva defendida pela historiografia de que a burocracia constituía um dos principais espaços de recrutamento dos enviados diplomáticos na sociedade quatrocentista. Sendo a própria investidura nos ofícios da administração central resultante de uma proximidade com as redes de poder em torno do monarca e, por vezes, também relacionadas a vínculos familiares, no limite é possível afirmar que todo esse conjunto de oficiais/embaixadores gozavam da proximidade do rei e, conseqüentemente, ocupavam um lugar de destaque que ampliava as

suas potencialidades para a escolha como enviados diplomáticos. Assim, tanto os principais ofícios de cada esfera, como os ofícios “domésticos” da Câmara, com assento no Conselho Régio, reforçam a importância da proximidade com o monarca para a escolha dos embaixadores, posto que é nesses ofícios que se encontram especialistas da diplomacia, como ÁLVARO LOPES CHAVES, JOÃO TEIXEIRA, JOÃO FERNANDES DA SILVEIRA e RUI GOMES DE ALVARENGA, por exemplo.

Ainda sobre tal aspecto, chama atenção que a casa régia tenha agregado sete (7) embaixadores, variando entre o ofício de mordomo-mor (DIOGO DE SALDANHA e PERO DE SOUSA), camareiro-mor (LOPO DE ALBUQUERQUE), reposteiro-mor (AFONSO PEREIRA e MARTIM DE TÁVORA), tesoureiro-mor (DIOGO DA SILVA e FERNÃO LOURENÇO DE GUIMARÃES), vedor-mor (PERO DE SOUSA) e guarda-mor (LOPO DE ALBUQUERQUE). Da mesma maneira, a casa dos infantes e das rainhas também envolveu a presença dos embaixadores, constando como o mais emblemático RUI DE SOUSA, que ascendeu ao lado do príncipe D. João.

Por fim, a observação da importância da administração central como *locus* de recrutamento dos embaixadores afonsinos abre uma série de interrogações que merecem um tratamento mais elaborado, como a trajetória dos personagens ou mesmo as características da formação e da inserção social dos embaixadores, temas que serão explorados no próximo capítulo “Os embaixadores de D. Afonso V”.

Ao longo do capítulo chamamos atenção para o fato de dois setores complementares, as Cortes e o Conselho, terem conhecido uma acentuada importância no século XV, destaque esse que resultava numa participação incisiva nos assuntos externos. Essa presença evidenciava-se no aconselhamento ao monarca em temas como guerras, casamentos e negociação de tratados, mas também se mostrava significativa para a escolha dos embaixadores, para a recepção de comitivas externas, ou ainda para o próprio exercício da negociação.

Observando a questão das finanças, viu-se que a estruturação dos órgãos de fiscalização das receitas e despesas permite o levantamento de dados que possibilitam enxergar, ainda que de forma parcial, o volume de gastos envolvidos com a diplomacia, como nos casamentos e embaixadas. Desta maneira, mesmo com as inúmeras lacunas, é possível afirmar que a diplomacia constituiu mais um importante fator de pressão sobre as finanças

reais, sendo elemento de destaque que motivava a convocação das Cortes e do Conselho e a procura de receitas extraordinárias. Além disso, a realeza afonsina, ao passo que ampliava os gastos externos com uma maior abrangência de suas relações diplomáticas e com grandes festas da diplomacia, também estabeleceu um primeiro regimento que visava organizar os valores a serem pagos aos enviados externos, embaixadores ou simples mensageiros.

Finalmente, através da discussão da administração central reafirma-se que a burocracia constituía um dos principais espaços de recrutamento dos embaixadores afonsinos. Acreditamos que esta circunstância somada à importância da proximidade com o monarca, aspecto válido para os órgãos da administração central e para a casa real, constitui duas faces de um mesmo fenômeno, isto é, são expressões da centralidade exercida pela proximidade com o rei como critério para a escolha dos embaixadores. Em outras palavras, a proximidade régia configurava elemento deveras relevante para a ascensão e para o alcance de doações, benefícios e privilégios, sendo ainda aspecto fundamental para o exercício do ofício de embaixador.

Portanto, em conclusão, constata-se que a realeza tinha nos elementos institucionais e mesmo nos recursos humanos ligados aos diferentes setores da estrutura administrativa, uma base fundamental para o exercício da diplomacia, seja na definição dos recursos, no estabelecimento de acordos externos, na condução das negociações com comitivas estrangeiras, seja na escolha dos embaixadores. Nesse sentido, podemos afirmar que o reinado de D. Afonso V conheceu um protagonismo monárquico no plano institucional da diplomacia, com o rei mantendo as instâncias do Conselho e das Cortes em seu papel consultivo e, principalmente, fazendo valer os interesses da coroa na promoção de gastos extraordinários, no estabelecimento de um primeiro regimento acerca dos valores empenhados em embaixadas e, por fim, no recrutamento privilegiado dos embaixadores em meio aos homens da corte e da administração central.

CAPÍTULO 3. OS EMBAIXADORES DE D. AFONSO V.

Los mandaderos no son todos de una guisa, que mandados deben ser a unos logares los mayores homes et de mayor entendimiento que los sennores han; et a otros, caballeros et escudeiros, et a otros oficiales o homes honrados; et a otros freires, clérigos o homes de orden; e a otros judíos o moros; et a otros mensajeros de pie, así como porteiros o monteros. Et a todos estos mensajeros deben ser segund aquello a que son enviados, et segund fuere la mandaduría que han de recabdar; pero en todo se debe guardar lo más que pudiese ser que sean lo mandaderos de buen entendimiento, et de buena razón, et que vayan allá de grado.

Libro de los Castigos³²³.

A escolha dos embaixadores, o papel destes como representantes de um poder, entre outros aspectos relacionados à prática diplomática ampliaram-se nos textos da Baixa Idade Média. *Ambaxiatorum Breviologus* (1436), de Bernard du Rosier, consta como o primeiro tratado acerca dos embaixadores escrito no Ocidente, contemporâneo do surgimento das embaixadas permanentes na península itálica e expressão do processo de definição do ofício dos agentes participantes nas missões diplomáticas. Não obstante, o texto também reflete a consolidação do termo latino *ambassiator* e suas variantes *ambassador* e *ambaxiator*, que aparece nas cidades italianas do século XIII, frente aos demais termos usados no Ocidente: *nuncius*, *procurator*, *orator*, *legatus*.

Esse campo lexical plural em torno do mensageiro, como pontua Stéphane Péquignot, teve diferentes leituras na historiografia. George Cuttino, François Ganshof, Donald Queller e Pierre Chaplais são exemplos de autores que se dedicaram a investigar as distinções entre os termos³²⁴. Em linhas gerais, defendem que houve uma lenta evolução jurídica no uso de *nuncius* e *procurator* a partir do século XII, movimento que se consolida na generalização do termo *ambassiator* entre os séculos XIV e XV, além de notarem que a aplicação deste último se dava em casos de embaixadas solenes.

Na documentação analisada para a presente pesquisa o termo *embaxador/embaixador* aparece com frequência para caracterizar os enviados pelo rei para uma missão diplomática,

³²³ *Libro de los Castigos*, I, 13. Apud: OCHOA BRUN, Miguel Ángel. *Historia de la Diplomacia Española. III. Idem*, p.329.

³²⁴ CUTTINO, George P. *English Diplomatic Administration (1259-1339)*. London: Oxford University Press, 1940; GANSHOF, François. Le Moyen Age. In: RENOUVIN, Pierre (dir.). *Histoire des Relations Internationales*. Tome I. Paris: Librairie Hachette, 1953; QUELLER, Donald. E. *The Office of Ambassador in the Middle Ages*. Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 1967; CHAPLAIS, Pierre. *English Diplomatic Practice in Middle Ages*. London & New York: Hambledon and London, 2003; PÉQUIGNOT, Stéphane. *Au nom du Roi. Pratique diplomatique et pouvoir durant le règne de Jacques II d'Aragon (1291-1327)*. Madrid: Casa de Velázquez, 2009.

especialmente, fora do reino. O termo, no entanto, não cria uma definição precisa e nem se restringe às missões solenes. Muitos *embaixadores* aparecem atuando apenas como mensageiros, isto é, não há informações de que portavam procurações ou instruções para negociar em nome do monarca. Existe ainda o caso de *embaixadores* enviados para tratar com algum poder do próprio reino, como FERNÃO LOURENÇO DE GUIMARÃES, que aparece no rol publicado por Jorge Faro indo ao duque de Bragança.

O principal exemplo dessa amplitude do termo *embaixador* no medievo quatrocentista português é o próprio regimento que versa sobre o envio de embaixadas, redigido em 1473. Trata-se do documento 26 do *Livro Vermelho*, no qual são estabelecidos os “mantimentos” e “corregimentos” aos “embaixadores, e pessoas que ele por seu serviço mandar fora de seus Reinos com embaixadas”. Nota-se que há uma distinção primária entre *embaixadores* e *outras pessoas* que atuavam em missões diplomáticas, contudo o final do regimento é explícito em determinar a equivalência desses agentes como *embaixadores*:

E esta maneira detrimina o dito Senhor, e manda que se daquy em diante tenha com todolos Embaixadores, e pessoas que elle mandar com embaixadas, e recados seus fora de seus Reinnos; e posto que vaa Doutor, e Cavaleiro, ou outro Senhor mayor, que elle dito Doutor ambos juntamente, como ele dito Doutor tambem levar nome de Embaixador...³²⁵

Desta maneira, no que pese a referência contemporânea de “embaixador”, utilizaremos ao longo da análise o termo que aparece em nossa documentação e que foi escolhido no reinado de D. Afonso V para designar os enviados externos: *embaixadores*.

3.1. A HISTORIOGRAFIA E O PESSOAL DIPLOMÁTICO.

François Ganshof, em texto clássico sobre as relações diplomáticas na Idade Média, afirma: “Observa-se uma tendência crescente à especialização do pessoal do serviço exterior; mas não se trata mais que uma tendência e nada anuncia ainda a constituição de um quadro de uma carreira”. Essa tendência é uma característica da Baixa Idade Média e a diferença do período frente ao restante do medievo analisado pelo autor. Na mesma obra, Ganshof sublinha a existência de uma especialização quanto ao objeto e destino das negociações e destaca a presença constante de “*techniciens*”, preferencialmente juristas, na composição das

³²⁵ Livro Vermelho do Senhor Rey D. Affonso V. In: *Collecção de Livros Ineditos de História Portugueza dos reinados de D. João I, D. Duarte, D. Affonso V e D. João II*. Publicados por José Corrêa da Serra. Lisboa: Academia Real das Sciencias de Lisboa, Tomo III, 1793, doc. 26, p.467-469.

embaixadas³²⁶. Tais discussões também foram travadas por Bernard Guenée ao analisar as estruturas políticas dos séculos XIV e XV. Para este, a diplomacia se insere no “grande movimento de especialização e burocratização que envolveu todos os Estados do Ocidente no final da Idade Média”, sendo uma das faces da burocratização quatrocentista, a imposição dos especialistas, estes representados, sobretudo, pelos juristas³²⁷.

A temática da especialização que articula diplomacia, estruturas estatais e história social do estado, foi ainda ampliada por Françoise Autrand e Philippe Contamine ao analisarem o caso francês. Os autores discutem o problema da “*professionnalisation*” presente na condução das relações diplomáticas, indicando a existência de uma “*spécialisation des tâches, spécialisation des carrières*” que envolveu as instituições do reino (o Conselho, a casa do rei, a chancelaria e o parlamento) como local de concentração desse “*petit milieu*” de especialistas. Observam ainda, a constituição de carreiras diplomáticas e uma gradativa ampliação do serviço técnico nas embaixadas. Notam, no entanto, que este agrupamento em torno da administração real não criou uma instituição particular, permanecendo esses especialistas ligados à chancelaria real³²⁸.

O serviço, a proximidade do rei e da família real, e a coexistência entre relações de fidelidade pessoal e pertencimento institucional, elementos sublinhados pela historiografia, foram ainda explorados na tese de Stéphane Péquignot ao tratar dos embaixadores do rei de Aragão. Péquignot produziu um dicionário biográfico de 349 homens que atuaram como embaixadores do rei entre 1291 e 1327, concluindo que:

Officiers des institutions de la Couronne, membres de la famille royale, *familiars* ou bien encore conseillers du roi, ils étaient choisis parmi divers cercles non exclusifs d’individus bénéficiant de la faveur royale. Une trentaine d’hommes, pour la plupart conseillers ou *familiars* du monarque, solvante liés à plusieurs cours, se distinguèrent nettement au sein de cet ensemble hétérogène. Sans être des professionnels, ils étaient en effet de véritables spécialistes de la pratique diplomatique. Sans qu’ils aient jamais accaparé complètement l’ensemble des missions, leur présence conférait à la diplomatie de Jacques II une continuité réelle³²⁹.

³²⁶ GANSHOF, François. Le Moyen Age. *Idem*, p.267-268. [Tradução própria].

³²⁷ GUENÉE, Bernard. *O Ocidente nos séculos XIV e XV – Os Estados*. *Idem*, p.179-181.

³²⁸ AUTRAND, Françoise & CONTAMINE, Philippe. Naissance de la France: naissance de sa diplomatie. Le Moyen Âge. *Idem*, p.120-125. Acrescenta-se que Autrand desenvolveu estudos detalhados acerca de Gontier Col (Gontier Col, um ‘conseiller diplomatique’ de Charles VI. In: *Arras et la diplomatie européenne. Xve-XVIe siècles*. Arras: Artois Presses Université, 1999, p.27-45) e Jean de Berry (*Jean de Berry: l’art et le pouvoir*. Paris: Fayard, 2000) como exemplos de carreiras diplomáticas e da especialização característica do período.

³²⁹ PÉQUIGNOT, Stéphane. *Au nom du Roi*. *Idem*, p.523. Ver ainda a segunda parte do livro com a análise detalhada do autor (Le roi et ses ambassadeur p.171-355) e os anexos em cd-rom.

O mapeamento dos personagens e a quantificação da participação dos mesmos nas missões diplomáticas permitiu que Péquignot falasse em “especialização” ao invés de “profissionalização”. Não havia, a partir da pesquisa, um local institucional definido para a escolha régia dos embaixadores e mesmo a composição das embaixadas era variante de acordo com o destino e objetivo, mas essas constatações não impediram que Péquignot notasse a maior concentração da origem geográfica dos embaixadores na Catalunha, a importância acentuada da escrita na definição dos membros das comitivas e a especialização de certos embaixadores em determinados destinos.

Para o caso português, Armando Carvalho Homem reafirma a perspectiva de que:

Quando os nossos monarcas querem designar um ou mais agentes para além-fronteiras algo negociarem com outro soberano – ou eventualmente para receberem alguma delegação exterior – recorrem para o efeito portas adentro a individualidades disponíveis nas diferentes instâncias da Corte ou noutros meios da sociedade política³³⁰.

Os apontamentos de Carvalho Homem estão relacionados com a história social do Estado e com as discussões de Raymond Cazelles e Bernard Guenée, remetendo ainda à noção de sociedade política desenvolvida na historiografia francesa³³¹. A partir dessa perspectiva, a Corte, os ofícios da burocracia régia e as famílias ligadas a estas instâncias afloram como elementos centrais de investigação.

Tendo em vista os elementos expostos até o momento, é possível tecer algumas considerações sobre o pessoal diplomático na historiografia. Em linhas gerais, entende-se que a Baixa Idade Média conheceu a lenta afirmação do ofício de embaixador, processo manifesto na ampliação dos documentos para a negociação, no próprio número de embaixadas e, no limite, pelo aparecimento dos primeiros embaixadores permanentes. Compreende-se ainda que o perfil do embaixador quatrocentista estava deveras associado ao saber jurídico e ao

³³⁰ HOMEM, Armando Luís de Carvalho. Diplomacia e Diplomatas nos finais da Idade Média. A propósito de Lourenço Anes Fogaça, chanceler-mor (1374-99) e negociador do Tratado de Windsor. In: *Estudos e Ensaios em Homenagem a Vitorino Magalhães Godinho*. Lisboa: Sá da Costa, 1988, p.223.

³³¹ A coletânea de artigos intitulada *Portugal nos finais da Idade Média: Estado, Instituições, Sociedade Política* (1990), dedicada à memória de Raymond Cazelles e à Bernard Guenée, expressa o uso de Carvalho Homem da noção de ‘sociedade política’. No entanto, o artigo “A sociedade política joanina (1383-1433): para uma visão de conjunto” exemplifica bem a referência de ‘sociedade política’ de Cazelles: “La société politique est ici surtout représentée par les hommes qui ont accès aux conseils royaux, à la familiarité et à la confiance royales, par ceux que le souverain peut consulter et aux quels il délègue des attributions d’une certaine importance”. (CAZELLES, Raymond. *La société politique et la crise de la Royauté sous Philippe de Valois*. Paris, 1958, p.9 apud HOMEM, Armando Luís de Carvalho. A sociedade política joanina (1383-1433): para uma visão de conjunto. In: *En la España Medieval*, Nº 12, 1989, p.231).

espaço da Corte, em especial, através do exercício de ofícios na burocracia régia. Nesse sentido, cabe interrogar: quem foram os embaixadores de D. Afonso V? Os elementos afirmados para os demais reinos da Cristandade se aplicam ao caso português? A fim de responder tais indagações, passamos a considerações acerca da origem social dos embaixadores.

3.2. OS EMBAIXADORES AFONSINOS

Os embaixadores quatrocentistas não possuíam um ofício específico e nem eram escolhidos num meio social ou profissional único. Tais aspectos dificultam o estudo desse grupo a partir da divisão trinitária e trifuncional da sociedade medieval – clero, nobreza e povo –, convidando à procura de outras categorias. A historiografia tem mostrado que a permanência do modelo trifuncional não permite que se pense a sociedade quatrocentista como fechada e estanque³³². Desta forma, remete-se aos apontamentos de Maria Helena da Cruz Coelho ao analisar as hierarquias sociais do período:

A sociedade quatrocentista – dado que se encontrava plenamente estruturada hierarquicamente – não era, ameaçada por esta abertura, a qual evitava até, em parte, os conflitos interestamentais. Tal hierarquia, existente entre as ordens – descendendo, na mentalidade da época, do clero para a nobreza e desta para o povo – mas, sobremaneira, dentro das ordens, acentua-se ainda mais no século XV. A riqueza, o poder e o prestígio em cada um dos níveis estavam nas mãos de uma pequena elite; sob o seu poder aristocrático, quando não oligárquico, os demais escalões sucediam-se hierarquicamente. (...) Aristocracias que se ancoravam no **religioso**, suportadas pelos cargos e dignidades, no **sangue**, cristalizadas pelas linhagens e títulos, no **trabalho**, consubstanciadas no dinheiro e na terra, no **saber**, alicerçadas pelo magistério universitário e pelo desempenho de altos cargos³³³.

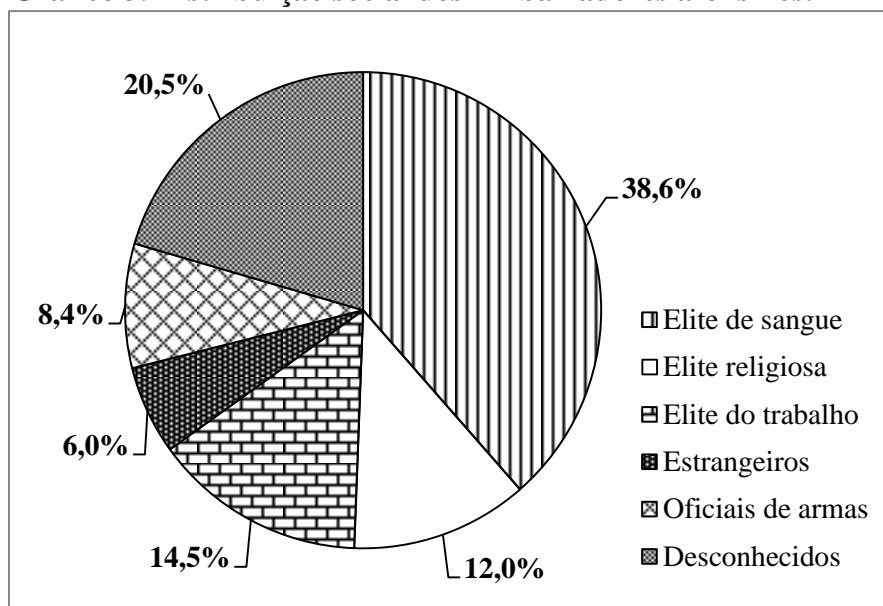
O trecho faz referência à hierarquização existente nas relações sociais, movimento que se acentua na época do presente estudo, e às diferentes aristocracias do período, ressaltando a pluralidade existente na sociedade quatrocentista ao se tratar do(s) grupo(s) dirigente(s). A proposição da autora aproxima-se das discussões acerca das *elites do poder* apresentadas

³³² Cf.: MARQUES, A. H. de Oliveira. *Portugal na Crise dos séculos XIV e XV. Idem*, p.220-278; SOUSA, Armindo de. Sociabilidade (Estruturas, grupos e motivações). In: MATTOSO, José & SOUSA, Armindo de. *História de Portugal. A Monarquia Feudal (1096-1480)*. Lisboa: Estampa, 1993, p.391-481.

³³³ COELHO, Maria Helena da Cruz. Clivagens e Equilíbrios da Sociedade Portuguesa Quatrocentista. In: *Tempo*, Rio de Janeiro, Vol. 3, nº5, 1998, p.124. [Grifos meus].

anteriormente³³⁴, criando uma via para a identificação dos grupamentos sociais envolvidos na diplomacia. Acredita-se que essa noção mostra-se pertinente por relacionar diferentes elites da sociedade quatrocentista portuguesa ao espaço cortesão e à proximidade com o rei, elementos centrais para a definição dos embaixadores medievais. Nessa perspectiva, elaborou-se o gráfico 3 em vista das categorias de Coelho e da noção de *elites do poder*.

Gráfico 3. Distribuição social dos Embaixadores afonsinos.



Fonte: Elaboração própria.

O gráfico tem como objetivo oferecer as linhas gerais que definem a população analisada (83 embaixadores). Cabe, no entanto, esclarecer os critérios que levaram à distribuição nessas categorias. 1) A nobreza quatrocentista conheceu importantes mutações, sendo de se destacar a nobilitação de funcionários da burocracia régia. Nesse quadro, uma parte significativa de membros que se enquadram na categoria “aristocracia do saber” de Coelho passa a fazer parte da nobreza, seja da alta nobreza – como LOPO DE ALMEIDA, conde de Abrantes, ou JOÃO FERNANDES DA SILVEIRA, barão de Alvito –, seja dos estratos medianos e inferiores, formando uma nobreza cortesã composta de famílias relacionadas aos diferentes ofícios palatinos e à administração central. Tendo em vista essa variação de estratos da nobreza quatrocentista, identificamos como *elite de sangue* todos os embaixadores que pertenciam às principais famílias da nobreza portuguesa e àquelas que se caracterizam por uma ascensão clara no período de nossa análise. 2) Paralelamente, agrupamos os embaixadores designados como “cavaleiros”, “cavaleiros do rei”, “fidalgos do

³³⁴ Ver: Capítulo 1.

rei”, etc., e que tinham como principal característica o exercício de ofícios na burocracia régia sem apresentar uma inserção familiar sólida na nobreza cortesã, como *elite do trabalho*. Ainda nessa categoria, somamos os dois casos de embaixadores que foram mercadores. Como subgrupos com delimitações melhor definidas, citamos os casos: 3) dos *estrangeiros*; 4) dos pertencentes ao clero, classificados como *elite religiosa*; 5) e dos *oficiais de armas* que estiveram ao serviço de D. Afonso V³³⁵. 6) Por fim, os casos de embaixadores identificados apenas nominalmente foram agrupados na categoria *desconhecidos*³³⁶. Dito isso, passamos a exposição dos casos presentes nas referidas categorias, via que poderá nos auxiliar no intuito de identificar as origens sociais dos embaixadores e, num segundo momento, perceber o perfil dos enviados diplomáticos do reinado de D. Afonso V.

3.2.1. A elite religiosa

O primeiro conjunto a ser analisado é a *elite religiosa*, composta por dez (10) clérigos, correspondendo a 12% do total de embaixadores de D. Afonso V.

Tabela 3. Embaixadores clérigos

Nome	Frei		Abade	Cónego	Bispo	Arcebispo	Cardeal	Capelão	Confessor		Formação			Missões
	Franciscano	Dominicano							Infantes	Monarca	Licenciado	Bacharel	Mestre	
1. Afonso Velho		1							1					2
2. Álvaro da Mota		1											1	1
3. Diogo de Abrantes	1													1
4. Gabriel Lourenço				1				1		1	1			5
5. Gil de Távira	1		1					1		1	1			3

³³⁵ Em virtude das características dos ofícios de armas, não é possível traçar o desenvolvimento da trajetória social dos personagens.

³³⁶ O grupo definido como *desconhecidos* não oferece dados suficientes para que sejam traçados aspectos acerca da trajetória dos personagens.

6. João de São Mamede	1									1					2
7. Jorge da Costa			1		1	1	1	1	1	1	1				6
8. Lourenço Abril				1											3
9. Lourenço Vasques de Elvas		1	1										1		3
10. Pero Lourenço			1	1				1				1	1		2
TOTAL	3	3	4	3	1	1	1	4	2	4	4	2	3	1	28

Fonte: Elaboração própria.

Os estudos acerca da sociedade quatrocentista portuguesa e, especificamente, das relações entre a dinastia de Avis e a Igreja têm mostrado a importância do clero regular no período, com destaque para as estreitas relações entre as ordens mendicantes e os monarcas avisinos. Essa proximidade se expressa na presença dos freires na Capela real e na sistemática escolha dos confessores régios entre franciscanos, dominicanos e agostinhos, prática que conheceu mudanças apenas no século XVI após a morte de D. Manuel, quando os jesuítas aparecem na corte. Acrescenta-se a participação desses freires nas casas dos infantes e das rainhas, o que amplia as relações entre mendicantes e a família real³³⁷. Esses apontamentos confirmam-se na observação do quadro de clérigos embaixadores. Seis entre os dez presentes no levantamento foram dominicanos ou franciscanos, sendo que três foram ainda capelães e/ou confessores. Ultrapassando a escala dos freires, constata-se a centralidade dos cargos de capelão, exercido por quatro embaixadores, e de confessor, ocupado por seis enviados afonsinos.

Desta maneira, convém notar as particularidades nas trajetórias de alguns desses personagens. Frei AFONSO VELHO³³⁸, dominicano e mestre em Teologia, foi confessor, esmoler e pregador de D. Henrique. Sua proximidade com o *Navegador* contribuiu para que recebesse diferentes mercês papais e atuasse em Ceuta, sendo mencionado como embaixador

³³⁷ Cf.: ARAÚJO, Julieta. *Os Dominicanos na Expansão Portuguesa. Séculos XV e XVI*. Lisboa: Colibri, 2009, p.15-21; BERRIEL, Marcelo Santiago. *Cristão e Súdito. Representação Social Franciscana e Poder Régio em Portugal (1383-1450)*. Niterói: Universidade Federal Fluminense, Tese de Doutorado, 2007, p. 26-36, 93-105; GOMES, Rita Costa. *A Corte dos Reis de Portugal no final da Idade Média*. *Idem*, p.110-120; GOMES, Saul António. Os dominicanos e a cultura em tempos medievais: o caso português. In: *Biblos. Revista da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra*. VII, 2009, p.261-294; MARQUES, João Francisco. Franciscanos e Dominicanos Confessores dos Reis Portugueses das duas primeiras dinásticas. *Espiritualidade e Política. Revista da Faculdade de Letras – Línguas e Literatura*, Anexo V, *Espiritualidade e Corte em Portugal*, séc. XVI-XVIII, Porto, 1993, p.53-60.

³³⁸ Ver: Apêndice – Catálogo prosopográfico.

do infante em 1450³³⁹. Entre 1454 e 1455 participou de duas missões como enviado de D. Afonso V, uma ao reino de Aragão e outra ao papa Calisto III, compondo a comitiva que rumou para prestar obediência ao novo pontífice.

Outro dominicano presente entre os embaixadores afonsinos foi frei ÁLVARO DA MOTA, mestre em Teologia que chegou a reitor da Universidade de Coimbra (1450-c.1455). Não dispomos de muitos dados acerca do personagem, porém, como mostrou Saul Gomes, foi leitor de sentenças em Valladolid (1434) e responsável pela tradução do latim da *Vida de D. Telo* e da *Notícia da Fundação do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra* (1455)³⁴⁰. É possível que já ocupasse a referida posição em Coimbra quando foi enviado ao Império ao lado de DIOGO DA SILVA, missão para a qual recebeu 900 dobras³⁴¹. Acredita-se que a escolha de frei ÁLVARO DA MOTA tenha se dado, principalmente, pelo domínio do latim, expresso nas traduções e ainda mais relevante para as negociações no Império.

Entre os franciscanos embaixadores de D. Afonso V, destaca-se o frei JOÃO DE SÃO MAMEDE³⁴², citado na *História Seráfica* como “homem doutíssimo” e um dos veneráveis freires da história do convento de Alenquer, duas ou três vezes embaixador a Santa Sé. Em 1461, aparece como embaixador em Roma tratando de questões relativas à participação portuguesa no projeto de cruzada papal, sendo ainda reenviado ao pontífice. Frei JOÃO DE SÃO MAMEDE foi também confessor de D. Afonso V e responsável pela redação do testamento do monarca em 1475, o que revela a proximidade entre o religioso e o *Africano*.

A trajetória deste último frei permite destacar um elemento comum no percurso dos embaixadores eclesiásticos: a atuação como confessores. Esse é o caso do ilustre franciscano GIL DE TÁVIRA³⁴³, confessor régio durante os reinados de D. Duarte e D. Afonso V e nomeado capelão em 1438. Originário do convento de São Francisco de Távira, tornou-se o primeiro ministro provincial de Portugal após a separação da província de Santiago (1418/1421), permanecendo como provincial até 1442. No ano seguinte é mencionado como abade do mosteiro de São João de Alpendorada, o qual foi tomado sob a guarda de D. Afonso V em 1449. Sua presença na corte avisina remonta ao reinado de D. João I, quando aparece exercendo o cargo de pregador e responsável pela oração fúnebre das exéquias do monarca (1433). Todavia, foi com D. Duarte que teve maior destaque. A pedido do rei escreveu a parábola das *duas barcas*, que consta no *Leal Conselheiro*, e dois textos presentes no *Livro da*

³³⁹ MH, Vol. X, doc. 213.

³⁴⁰ GOMES, Saul António. Os dominicanos e a cultura em tempos medievais: o caso português. *Idem*, p.282.

³⁴¹ FARO, Jorge. *Receitas e despesas da fazenda real de 1384 a 1481 (subsídios documentais)*. *Idem*, p.79.

³⁴² Ver: Apêndice – Catálogo prosopográfico.

³⁴³ Ver: Apêndice – Catálogo prosopográfico.

Cartuxa – “*Auyvsamento de frei gil lobo*” e “*Detriminaçom de frey gil lobo*” –, ambos escritos, provavelmente, antes de ser escolhido como embaixador ao Concílio de Basileia³⁴⁴. Frei GIL DE TÁVIRA foi enviado outras duas vezes como embaixador, a primeira durante a regência³⁴⁵, e a segunda em 1449, quando consta na França para negociar o casamento da infanta D. Leonor com o delfim Luís.

Outro confessor com expressiva atuação como embaixador foi GABRIEL LOURENÇO³⁴⁶. A presença deste na diplomacia portuguesa e mesmo sua trajetória eclesiástica parecem resultar da proximidade com D. Leonor e, conseqüentemente, seus irmãos. Com possível origem aragonesa, o que justificaria o prenome *mossem*³⁴⁷ pelo qual é frequentemente mencionado, é provável que tenha passado a Portugal por volta do casamento de D. Duarte com a princesa de Aragão. A maior parte de suas embaixadas se deu a esse reino, sendo escolhido pela primeira vez em 1433³⁴⁸. Nesse período, acredita-se que manteve a proximidade com a rainha, quiçá na associação à capela de D. Leonor – espaço do qual consta como capelão-mor em 1439 – ou na posição de reitor da Igreja paroquial de Sintra, vila que pertencia à esposa de D. Duarte³⁴⁹. A proximidade entre GABRIEL LOURENÇO e a rainha, revelada pela posição ocupada pelo clérigo, favoreceu que ele fosse escolhido para ir secretamente a Castela levando “*todalas joias d’ouro, prata e pedraria que tinha, que eram assaz muitas e boas*”³⁵⁰ (1440). É provável que o personagem tenha acompanhado D. Leonor durante o exílio no reino vizinho e passado a atuar junto aos Infantes de Aragão, retornando a Portugal após Alfarrobeira. Sabe-se que, em junho de 1441, foi retirado do posto de reitor da Igreja de Sintra e anos depois aparece como conselheiro de D. João II, rei de Aragão (1459), quando novamente foi escolhido como embaixador português³⁵¹. Atuou em missões diplomáticas entre 1459 e 1460, período que já ocupava nova posição no reino e na corte

³⁴⁴ DUARTE, Dom. *Leal conselheiro*. Edição crítica, introdução e notas de Maria Helena Lopes de Castro. Prefácio de Afonso Botelho. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1999, capítulo 95; *Livro dos Conselhos Del-Rey D. Duarte*. (*Livro da Cartuxa*). *Idem*, doc. 25-26.

³⁴⁵ FARO, Jorge. *Receitas e Despesas da Fazenda Real de 1384 a 1481 (subsídios documentais)*. *Idem*, p.78.

³⁴⁶ Ver: Apêndice – Catálogo prosopográfico.

³⁴⁷ Consta que o prenome era usado por aragoneses que não eram cavaleiros. Cf.: *Diccionario da Língua Portuguesa recopilado de todos os impressos ate o presente por António de Moraes e Silva*. Lisboa: Typographia de M. P. de Lacerda, 3ª edição, 1823, Tomo II, G-Z, p. 274.

³⁴⁸ MH, Vol. IV, doc.105.

³⁴⁹ Sobre as posses da rainha, ver: SOUSA, João Silva de. D. Leonor, “a triste rainha”. In: *Estudos em Homenagem ao professor Doutor José Marques*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2006, vol. II, p. 359-374.

³⁵⁰ PINA, Rui de. *Chronica de el-Rey D. Affonso V*. *Idem*, capítulo LX. A datação dessa missão secreta é imprecisa, mas seguindo a análise de Baquero Moreno (*A Batalha de Alfarrobeira. Antecedentes e Significado histórico*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1979, Vol.1, p.69-86), acreditamos que ela se deu entre o mês de Março (período que a rainha já se encontrava em Almerim) e o mês de Novembro (chegada de D. Leonor ao Crato).

³⁵¹ MH, vol. VII, doc. 40, nota1, vol. XIII, doc. 125-127, vol. XIII, doc. 124.

portuguesa, sendo cônego de Lisboa e confessor de D. Afonso V. Acrescenta-se que também aparece como protonotário pontifício na mesma época, o que pode representar uma possível atuação junto a Santa Sé nos anos anteriores³⁵².

Por fim, citamos o principal representante clerical na diplomacia afonsina, D. JORGE DA COSTA³⁵³. Tendo ingressado na Corte através da função de professor e confessor de D. Catarina (1445), foi um dos membros de maior destaque do clero português quatrocentista. Sua trajetória ascensional se deu, principalmente, entre 1463, ano que assumiu o bispado de Évora, e 1476, quando chegou a Cardeal, e nesse intervalo participou de três das seis embaixadas em que esteve presente durante o reinado afonsino. Confessor de D. Afonso V, bispo, arcebispo, cardeal, capelão-mor de D. Catarina, filha de D. Duarte, D. JORGE DA COSTA foi o clérigo que mais vezes atuou em missões diplomáticas do período, sendo ainda um ilustre representante português na Cúria entre 1480 e 1508. Manuela Mendonça indica que D. JORGE DA COSTA aparece citado nos documentos como Jorge Martins no período anterior à posse no bispado de Évora (1463)³⁵⁴. Essa perspectiva esclarece os vínculos familiares do Cardeal e, para os interesses da presente discussão, reafirmam a proximidade entre o clérigo e D. Afonso V ainda nos anos 50 e 60, vínculo que se expressou nas inúmeras doações e nomeações recebidas pelo personagem, e na escolha do mesmo como embaixador, especialmente nas negociações para o casamento entre o monarca português e D. Isabel de Castela.

*

Além das funções de chancelaria e de várias outras, como conselheiro, a diplomacia era um campo de atividade muito favorecido pelos clérigos. Sua educação internacionalmente padronizada e o conhecimento do latim foram razões óbvias para que eles desempenhassem funções diplomáticas, aliada à inviolabilidade da sua situação jurídica e da confiança irradiada de seu *status* clerical. A maioria das delegações diplomáticas era formada de clérigos cujo número e categoria eram determinados pela importância que um governo atribuía à missão³⁵⁵.

³⁵² MH, vol. XIII, 124-127, 154-155, 167, vol. XIV, doc. 32.

³⁵³ Ver: Apêndice – Catálogo prosopográfico.

³⁵⁴ De acordo com a nota 98, as informações oferecidas por Sousa Costa foram verbais. Ao longo do texto Manuela Mendonça discute a filiação do Cardeal e, reafirmando o nome de Martim Vaz como o pai, indica que: “Por outro lado, este pai explica o apelido Martins para Jorge; era de fato usual que o filho de Martim o fosse também e assim teremos Jorge, filho de Martim, isto é, Jorge Martins.” Cf.: MENDONÇA, Manuela. *D. Jorge da Costa. “Cardeal de Alpedrinha”*. Lisboa: Colibri, 1991, p.19, 22, 86.

³⁵⁵ BLOCKMANS, Wim & HOPPENBROUWERS, Peter. *Introdução à Europa Medieval. 300-1550*. Rio de Janeiro: Forense, 2012, p.500-501.

A exposição de alguns dados da trajetória dessa *elite religiosa* e o trecho de Wim Blockmans e Peter Hoppenbrouwers permitem levantar problemas comumente abordados ao se tratar da presença clerical na diplomacia. Em primeiro lugar, observa-se a questão do saber, expressa tanto no domínio do latim, como do direito Canônico e da Teologia. Essa parcela dos agentes da diplomacia afonsina tinha como diferencial a potencialidade de serem embaixadores adequados para diferentes partes da Cristandade, acrescentando ao quadro pessoal da diplomacia características necessárias para as negociações do período, principalmente fora do espaço ibérico. Outro aspecto relevante mostra-se no poder temporal e espiritual da Igreja que resultava na universalidade e no respeito que inspirava a seus membros³⁵⁶. Gozando de imunidades inerentes ao próprio serviço eclesiástico, as quais se sobrepunham às nem sempre garantidas imunidades diplomáticas, esse grupo circulava por diferentes redes de sociabilidade, desde as relativas ao universo da realeza até as relacionadas ao meio clerical, regular e secular. Acrescenta-se ainda o revestimento simbólico e sacralizado incorporado ao exercício diplomático por esses clérigos embaixadores³⁵⁷.

Comumente destacado pela historiografia é a importância da hierarquia eclesiástica na condução das negociações e mesmo na chefia de missões³⁵⁸. No grupo analisado, esse aspecto mostra-se apenas no caso de D. JORGE DA COSTA³⁵⁹, o que direciona a atenção para a presença marcante de outros setores da clerezia. Dessa forma, para além da significativa relação entre os mendicantes e os monarcas avisinos já assinalada, é na proximidade entre os membros do clero e a realeza/família real que reside o central da explicação sobre a escolha de individualidades eclesiásticas como embaixadores, o que se manifesta no destaque dos confessores na diplomacia.

Por fim, convém levar em consideração a distribuição das embaixadas no tempo e no espaço. Infelizmente, uma avaliação mais segura e ampla dependeria de diferentes fatores, desde o alcance da datação precisa de todas as missões levadas a cabo pelos embaixadores analisados, até a confrontação dos resultados desse levantamento com estudos acerca dos reinados anteriores e posteriores. Na impossibilidade dessas informações, os apontamentos mostram-se mais como esboços. Ao todo foram vinte e oito (28) missões a cinco destinos diferentes – Roma/Concílio, Aragão, Castela, Império e França. Uma parcela destas ocorreu

³⁵⁶ Cf.: OCHOA BRUN, Miguel Ángel. *Historia de la diplomacia española*. *Idem*, p.330.

³⁵⁷ Com apontamentos próximos dos apresentados, tendo em vista o caso de Castela, ver: VILLARROEL GONZÁLEZ, Óscar. *Eclesiásticos en la diplomacia castellana en el siglo XV*. In: *Anuario de Estudios Medievales (AEM)*, 40/2, julio-diciembre de 2010, p.791-819.

³⁵⁸ Ver, por exemplo, os apontamentos de Pierre Chaplais (*English Diplomatic Relations in the Middle Ages*. *Idem*, p.152-175).

³⁵⁹ Frei Gil de Távira, nas duas missões que participou durante o reinado de D. Afonso V, não era mais provincial dos franciscanos e por esse motivo não será acrescentado.

entre o reinado de D. Duarte e a regência, o que mostra a continuidade desse grupo frente à crise de Alfarrobeira. Não obstante, constata-se que as missões inseridas no período afonsino se concentram nas décadas de 50 e 60. Essa distribuição reforça a irregularidade da presença clerical no âmbito geral da diplomacia de D. Afonso V. Entre os destinos das missões, o principal foi a Santa Sé. Com as reservas já pontuadas, é possível estabelecer aproximações com os argumentos de José Manuel Nieto Soria acerca do clero castelhano. De acordo com o autor, após o Concílio de Basiléia começou uma fase de certa redução da presença eclesiástica na diplomacia de Castela, sem que se produzisse uma ruptura nessa participação. Nota ainda que os clérigos foram utilizados nas negociações matrimoniais luso-castelhanas e em algumas missões a Inglaterra e a França, porém conclui que:

Sin embargo, lo que resulta cada vez más evidente por estas fechas es la tendencia a la especialización de los eclesiásticos en las negociaciones con Roma, (...) convirtiéndose así su presencia, en aquellas misiones diplomáticas que no se referían específicamente al Papado, de habitual en excepcional³⁶⁰.

De forma similar os clérigos embaixadores portugueses também se concentraram nas negociações com Roma, com LOURENÇO VASQUES DE ELVAS atuando como legado de D. Afonso V, PERO GONÇALVES e D. JORGE DA COSTA chegando a residir na Cúria e serem acólito e capelão de honra (1452) e carmelengo (1486), respectivamente. Não obstante, Roma não foi um destino reservado aos enviados eclesiásticos. Os motivos para a reorientação da presença clerical de habitual entre os anos 40 e 60, para excepcional nas décadas seguintes, ainda são dúvidas que aguardam novas investigações.

3.2.2. A elite de sangue.

A nobreza, um dos principais grupos da sociedade medieval, não constituía uma homogeneidade e nem era pautada por divisões internas rígidas. De acordo com Oliveira Marques, as estimativas apontam para a existência de umas 5000 ou 6000 pessoas nos séculos XIV e XV, equivalendo a 1% da população do reino. A sua estratificação ficou mais complexa ao longo do período, em especial pelas medidas restritivas da realeza, pela dependência acentuada das mercês régias – expressa nas “tenças” pagas pela coroa aos

³⁶⁰ NIETO SORIA, José Manuel. *Iglesia y Génesis del Estado Moderno en Castilla (1369-1480)*. Madrid: Editorial Complutense, 1993, p.306.

vassalos do rei, em geral ricos-homens, cavaleiros e escudeiros – e pelo exercício de cargos na administração. Soma-se ainda a nobilitação conseguida por estratos inferiores da nobreza e mesmo não nobres durante tais séculos. Em linhas gerais, considera-se que a divisão interna do grupo se dava, basicamente, em três subgrupos: grande, média e pequena nobreza³⁶¹.

Ao elaborar a distribuição dos embaixadores observa-se que o maior contingente de enviados relaciona-se com essa *elite de sangue*, somando 38,6% do total. Não obstante, o levantamento das famílias nobres que tiveram representantes na diplomacia suscita algumas indagações.

Quadro 8. Famílias nobres relacionadas aos embaixadores de D. Afonso V

Albuquerque	Almeida	Alvarenga	Atáide	Barros
Bragança	Castro	Figueiredo	Fogaça	Fonseca
Galvão	Gomide	Leitão	Lucena	Malafaia
Meneses	Moura	Silva	Silveira	Sousa I e II
Távora	Teixeira	Tinoco		

Fonte: Elaboração própria a partir do Catálogo prosopográfico.

Nota-se que por mais que o conjunto seja representativo do quadro geral da nobreza portuguesa, não há homogeneidade nas famílias encontradas. Linhagens da alta nobreza, como os Braganças, os Castros e os Sosas, aparecem ligadas aos embaixadores do período assim como famílias mais modestas e, por vezes, de recente nobilitação, como os Silveiras, os Távoras e os Teixeiras. Ao sair do âmbito familiar e tomar como fio condutor o perfil dos personagens, a variação se amplia, por exemplo, com os embaixadores JOÃO FOGAÇA e JOÃO DE SOUSA, que carregando o patronímico de famílias da nobreza cortesã quatrocentista, não apresentam trajetórias ligadas à corte, relacionando-se, por outro lado, com as ordens militares.

José Augusto Pizarro pontuou a dificuldade de se estabelecerem critérios para a distinção entre as linhagens da nobreza. Ressalta que o cerne do problema se concentra no patamar intermediário do grupo, que por vezes agrega famílias com disparidades acentuadas.

³⁶¹ MARQUES, A. H. de Oliveira. *Portugal na Crise dos séculos XIV e XV. Idem*, p.242-251. Ver ainda: MORENO, Humberto Carlos Baquero. Estado, Nobreza e Senhorios. In: COELHO, Maria Helena da Cruz & HOMEM, Armando Luís de Carvalho. *A Gênese do Estado Moderno no Portugal Tardo-medieval*. Lisboa: Universidade Autónoma de Lisboa, 1999, p.257-267.

Discordando da distribuição entre alta, média e baixa nobreza comumente utilizada na historiografia, Pizarro tomou como base algumas características das linhagens por ele estudadas – estatuto, patrimônio, alianças, mobilidade, cargos e contato com o meio cortesão – e estabeleceu a divisão das famílias em dois grandes grupos: nobreza de corte e nobreza regional³⁶². Acredita-se que os apontamentos do autor oferecem um instrumento para a análise e distribuição das famílias relacionadas à diplomacia, que serão aqui também divididas em *Nobreza cortesã* e *Nobreza Regional*³⁶³.

No limite dessas categorias encontram-se os membros e parentes diretos da família real, que pela relação de sangue com a realeza quase ultrapassam a definição de nobreza cortesã e compõem o grupo cimeiro da nobreza. É interessante notar que desde finais do século XIV, período da ascensão da dinastia de Avis, os familiares do rei aparecem utilizados nos assuntos diplomáticos. Alguns exemplos são emblemáticos dessa prática. Na primeira década do século XV, após o casamento de D. Beatriz na Inglaterra, o conde de Barcelos, filho bastardo de D. João I, fez uma viagem percorrendo importantes cidades do norte e do sul da Cristandade. Posteriormente, entre 1425 e 1428, o infante D. Pedro refez uma parte do trajeto do irmão, deixando marcas da contribuição da viagem para as relações externas de Portugal, tanto na Borgonha, como no Império, no papado e nos reinos ibéricos³⁶⁴. Essa foi a última participação de um membro direto da família real na diplomacia, no entanto, na célebre embaixada portuguesa ao concílio de Basileia, observa-se a comitiva encabeçada pelo conde de Ourém, filho de D. Afonso, conde de Barcelos, e sobrinho do rei D. Duarte. No restante do período constata-se o afastamento dos familiares régios nas missões e mesmo em viagens com características diplomáticas, sendo a exceção, a comitiva que acompanhou o casamento de D. Leonor, composta por D. Fernando, irmão do rei, e pelo próprio conde de Ourém, mesmo que as negociações e os tratos tenham sido feitos por JOÃO FERNANDES DA SILVEIRA.

³⁶² PIZARRO, José Augusto de Sotto Mayor. *Linhagens Medievais Portuguesas. Genealogias e Estratégias (1279-1325)*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, dissertação de doutoramento, 1997, Vol. II, p.1139-1141.

³⁶³ Como o central dos problemas da tese e do presente capítulo não se concentram no estudo aprofundado do comportamento e da mobilidade nobiliárquica quatrocentista – sendo essas questões apenas o horizonte que nos permitirá compreender melhor as relações entre nobreza e diplomacia nesse item –, as características estabelecidas por Pizarro não serão tomadas plenamente, mantendo-se das proposições do autor, dois critérios: a relação com o meio cortesão e os cargos desempenhados.

³⁶⁴ Cf.: CUNHA, Mafalda Soares da. *Linhagem, parentesco e poder. A casa de Bragança (1384-1483)*. Lisboa: Fundação da Casa de Bragança, 1990; LIMA, Douglas Mota Xavier de. *O infante D. Pedro e as Alianças Externas de Portugal (1425-1449)*. *Idem*, p.120-194; ROGERS, Francis. *The Travel of the Infante Dom Pedro of Portugal*. Cambridge Massachusetts: Harvard University Press, 1961.

Desse reduzido estrato da nobreza, apenas ÁLVARO DE BRAGANÇA³⁶⁵ atuou como embaixador de D. Afonso V. Um dos nove descendentes de D. Fernando, conde de Arraiolos, Marquês de Vila Viçosa e 2º duque de Bragança, e D. Joana de Castro, foi um membro menos ilustre da prole do conde de Arraiolos, o que se esclarece na comparação aos irmãos, por exemplo: D. Fernando, 3º duque de Bragança, e D. João, marquês de Montemor-o-Novo. ÁLVARO DE BRAGANÇA manteve-se na posição de senhor e ocupou importantes ofícios na corte: regedor da Casa da Suplicação (1473), Chanceler-mor (1474-1483) e presidente do conselho real. Sua atuação na diplomacia afonsina se restringe ao contexto da guerra luso-castelhana, quando acompanha o monarca e RUI DE SOUSA nas negociações ocorridas em Zamora (1476).

O exemplo de ÁLVARO DE BRAGANÇA direciona a atenção para um elemento específico que marca a maior parte dos embaixadores nobres: a presença dessas linhagens na Corte e no serviço régio. O personagem, um Bragança, exerceu funções de destaque, tanto na Casa da Suplicação, como na Chancelaria e no próprio Conselho, prática comum aos membros das grandes famílias³⁶⁶. Não obstante, se a posição social do indivíduo/família responde à presença do mesmo nos ofícios, não resolve a sua presença na diplomacia. ÁLVARO DE BRAGANÇA foi escolhido em meio à guerra, acompanhou um encontro entre monarcas beligerantes, exercendo, desta forma, o papel reservado para a grande nobreza nesses contextos.

Na obra *A Corte dos Reis de Portugal no final da Idade Média*, Rita Costa Gomes sublinha acerca do comportamento da nobreza que:

Para a época mais recuada, observamos uma preferência por alguns cargos palatinos e posições de prestígio, em especial os de mordomo e aio mas, também, o de meirinho ou de alferes e, de um modo geral, pelos cargos da hoste régia, que vão ser partilhados pela constelação familiar descrita, cujas raízes mergulham, nalguns casos, na sociedade de corte do século XIII. Mas a centúria de Quatrocentos vai alargar espantosamente as modalidades da participação nobiliárquica em todos os âmbitos da organização curial, sendo de sublinhar que muitas das velhas famílias da nobreza de corte não desdenham as novas posições ligadas ao desenvolvimento das Finanças régias e do Desembargo, como sucede exemplarmente no caso dos Castros, dos Cunhas ou ainda dos Silvas³⁶⁷.

³⁶⁵ Ver: Apêndice – Catálogo prosopográfico.

³⁶⁶ Esse também foi o caso de D. Fernando da Guerra, D. Rodrigo de Noronha e de Afonso de Vasconcelos de Meneses, igualmente chanceleres e regedores.

³⁶⁷ GOMES, Rita Costa. *A Corte dos reis de Portugal no final da Idade Média*. *Idem*, p.87.

Esse processo pode ser observado ao acompanhar as inserções familiares e mesmo as trajetórias individuais dos embaixadores afonsinos. Uma parcela desse grupo liga-se à **alta nobreza**, mas também se divide pela chamada **nobreza de serviço**, e pela **nobreza nova**, caracterizada por famílias com origem nos estratos inferiores da própria nobreza ou no funcionalismo régio.

Tabela 4. Embaixadores nobres

	CATEGORIA	FAMÍLIAS	EMBAIXADORES
Nobreza cortesã	Alta nobreza	Bragança	1
		Sousa I	3
		Meneses	1
		Albuquerque	1
		Castro	1
		Pereira	2
		Silva	1
	<i>Total</i>	<i>7</i>	<i>10</i>
	Nobreza de serviço	Moura	1
		Ataíde	2
		Fonseca	1
		Távora	1
		Teixeira	1
<i>Total</i>	<i>5</i>	<i>6</i>	
Nobreza nova	Almeida	2	
	Alvarenga	1	
	Figueiredo	1	
	Barros	1	
	Galvão	1	
	Gomide	1	
	Lucena	1	
	Malafaia	1	
	Silveira	3	
<i>Total</i>	<i>9</i>	<i>12</i>	
Nobreza regional		Fogaça	1
		Leitão	1
		Sousa II	1
		Tinoco	1
	<i>Total</i>	<i>4</i>	<i>4</i>
	Total	25	32

Fonte: Elaboração própria.

Rita Costa Gomes identificou “cerca de uma trintena de famílias que se encontra presente, de modo praticamente ininterrupto, na corte”. Nesse estrato da nobreza a autora destacou oito das principais famílias da nobreza medieval portuguesa: os Sousas, os Meneses, os Albuquerques, os Pachecos, os Castros, os Pereiras, os Cunhas e os Silvas. Nessa **alta**

nobreza encontra-se a seguinte distribuição de embaixadores: Sousa³⁶⁸ (3), Meneses (1), Albuquerque (1), Castro (1), Pereira (2), Silva (1). A mesma autora tratou de outras famílias consideradas “em posição hierarquicamente inferior ao restante do conjunto de famílias nobres”, mas que também apresentaram continuidade na corte³⁶⁹. Dentre elas, identificadas aqui como o subgrupo **nobreza de serviço**, tiveram embaixadores as famílias: Moura (1), Ataíde (2), Fonseca (1), Távora (1) e Teixeira (1). Rita Gomes lembra ainda o fenômeno característico da época: o surgimento de uma **nobreza nova**³⁷⁰. Articulando famílias com origens em estratos modestos da nobreza – especialmente nos escudeiros –, nos meios clericais, nas elites citadinas, ou mesmo no funcionalismo – a nobreza de toga –, esse grupo de famílias também aparece representada entre os embaixadores afonsinos. Esse é o caso dos Almeida (2), Alvarenga (1), Barros (1), Figueiredo (1), Galvão (1), Gomide (1), Lucena (1), Malafaia (1) e Silveira (3). Por fim, existem alguns embaixadores nobres que não se enquadram na *nobreza cortesã*. É o caso de JOÃO FOGAÇA, JOÃO DE SOUSA, MARTIM LEITÃO e NUNO FERNADES TINOCO, que serão classificados como *nobreza regional*, seguindo a perspectiva de José Augusto Pizarro.

*

A família dos Sousas I encontra-se presente na corte portuguesa desde meados do século XIV e concentra o maior número de embaixadores entre as principais famílias da nobreza cortesã. Na corte do período, os Sousas estiveram representados por diferentes segmentos da linhagem, o ramo que descende de Martim Afonso de Sousa Chichorro (SOUSA I) e o ramo descendente de Afonso Dinis (SOUSA II). Rita Gomes pontua que será a descendência de Álvaro Dias “a parte da família votada a maior destaque após o relativo declínio de finais de Trezentos”³⁷¹. Não obstante, considerando os embaixadores, o interesse recai sobre o primeiro ramo dos Sousas, linhagem na qual se inserem três dos enviados de D. Afonso V.

Martim Afonso de Sousa II foi senhor de Mortágua e casou-se com Violante de Távora, irmã de MARTIM DE TÁVORA, também embaixador de D. Afonso V. Dessa união nasceram Fernão de Sousa, RUI DE SOUSA, PERO DE SOUSA, o Seabra, Vasco Martins

³⁶⁸ Existe ainda um quarto embaixador de sobrenome Sousa, João de Sousa, porém durante o levantamento da filiação deste não foi possível estabelecer relações com os demais membros da família presentes na corte régia. Por esse motivo, será tratado a parte.

³⁶⁹ GOMES, Rita Costa. *A Corte dos reis de Portugal no final da Idade Média*. *Idem*, p.65. Os Abreus são uma das famílias citadas. Encontramos um embaixador com esse sobrenome, Vasco Nunes de Abreu, no entanto não conseguimos informações sobre a filiação do personagem e nem mesmo dados acerca da trajetória profissional do mesmo.

³⁷⁰ GOMES, Rita Costa. *A Corte dos reis de Portugal no final da Idade Média*. *Idem*, p.104-108, 129-151.

³⁷¹ GOMES, Rita Costa. *A Corte dos reis de Portugal no final da Idade Média*. *Idem*, p.65-66.

Chichorro e Brites de Sousa. RUI DE SOUSA³⁷² foi Vedor da rainha D. Isabel, mas o central de sua atuação se deu na proximidade e no exercício de funções junto ao príncipe D. João – sendo meirinho-mor e almotacé-mor (1481-1490) – e na presença e destaque nos conflitos marroquinos e castelhanos. Foi um dos especialistas da diplomacia afonsina, somando cinco (5) embaixadas entre o reinado de D. Afonso V e D. João II, sendo a mais ilustre a missão que assinou o Tratado de Tordesilhas (1494). Seu irmão, PERO DE SOUSA³⁷³, exerceu funções na casa real, sendo membro do conselho, vedor e mordomo-mor de D. Afonso V. Suas três missões se deram em 1476, no contexto da guerra luso-castelhana e da viagem do monarca a França.

O terceiro embaixador dos Sousas, CIDE DE SOUSA³⁷⁴, é primo bastardo dos citados até então, sendo filho ilegítimo de Gonçalo Anes de Sousa. O personagem expressa um grupo periférico da linhagem, o que não exclui o fato de permanecer ligado à Corte. De acordo com Baquero Moreno, CIDE DE SOUSA era próximo da rainha D. Leonor, para quem prestou serviços em Castela nos anos 40. Após a morte da rainha passou a trabalhar para o rei de Aragão e parece ter voltado a Portugal após Alfarrobeira. Em 1453, é mencionado como fidalgo da casa real e capitão dos navios enviados a Guiné e, em 1457, foi designado como vedor e contador da casa da infanta D. Joana, a Beltraneja³⁷⁵.

A família Pereira caracteriza-se como uma das mais extensas e importantes linhagens da nobreza cortesã, e dela provieram dois embaixadores: MARTIM MENDES BERREDO e AFONSO PEREIRA. O primeiro é um dos bastardos de Gonçalo Pereira das Armas, e sabemos apenas que foi fidalgo de D. Afonso V e fronteiro do castelo de Leiria (1448). Após servir em Roma durante a regência³⁷⁶, sua atuação na diplomacia concentra-se nos anos 50, quando foi enviado ao rei de Aragão (1455 e 1457). Ao concluir a segunda missão, direcionou-se ao reino da França e, ao desembarcar em Aigues-Mortes, a duas léguas de Montpellier, MARTIM MENDES BERREDO³⁷⁷ foi aprisionado e acabou falecendo na prisão. O segundo representante da família Pereira consta como um dos membros de difícil precisão nas linhas de descendência da linhagem³⁷⁸. AFONSO PEREIRA³⁷⁹ aparece

³⁷² Ver: Apêndice – Catálogo prosopográfico.

³⁷³ Ver: Apêndice – Catálogo prosopográfico.

³⁷⁴ Ver: Apêndice – Catálogo prosopográfico.

³⁷⁵ MORENO, Humberto Carlos Baquero. *A Batalha de Alfarrobeira. Idem*, Vol. I, p.177-178.

³⁷⁶ Antes disso, durante a regência, aparece desempenhando funções de protonotário pontifício em Roma, onde presta serviços ao infante D. Pedro. Cf.: MORENO, Humberto Carlos Baquero. *A Batalha de Alfarrobeira. Idem*, vol.2, p.735; PINA, Rui de. *Chronica de El-Rey D. Affonso V. Idem*, capítulo LXXXIX; LEÃO, Duarte Nunes. *Crónica e vida del Rey D. Affonso V. Idem*, capítulo XVI.

³⁷⁷ Ver: Apêndice – Catálogo prosopográfico.

³⁷⁸ GOMES, Rita Costa. *A Corte dos reis de Portugal no final da Idade Média. Idem*, p.80.

³⁷⁹ Ver: Apêndice – Catálogo prosopográfico. Sobre a proposta de identificação de Afonso Pereira, ver:

mencionado em duas embaixadas a Castela, sendo a primeira datada de 1449, na sequência de Alfarrobeira e com o intuito de expor a posição de D. Afonso V para a corte vizinha. Foi reposteiro-mor de D. Afonso V, casou-se com D. Maria Lobato e acreditamos que seja filho de João Mendes da Guarda (Aguado) e D. Isabel Pereira.

As demais grandes famílias da **alta nobreza** apresentam cada uma um representante como embaixador de D. Afonso V. Destacam-se os casos da família Silva e Albuquerque. DIOGO DA SILVA³⁸⁰, filho bastardo de João Gomes da Silva, alferes-mor de D. João I e membro do seu conselho³⁸¹, foi cavaleiro da casa do monarca e tesoureiro de D. Afonso V (1456-1466). Participou de duas missões diplomáticas entre meados dos anos 50 e a década seguinte, sendo a primeira ao Império. LOPO DE ALBUQUERQUE³⁸², filho de João de Albuquerque e D. Catarina Pereira, foi camareiro e guarda roupa de D. Afonso V (1463), recebendo o ofício de camareiro-mor em 1471, cargo ocupado até então pelo tio, D. Álvaro de Castro, que foi conde de Monsanto. Participou de três missões diplomáticas no contexto da guerra luso-castelhana. Nesse período, a proximidade com o *Africano* justifica tanto a escolha de LOPO DE ALBUQUERQUE como embaixador em missões de suma importância em meio à guerra, como a elevação do mesmo a primeiro conde de Penamacor, em 1475.

Do segundo grupo de famílias cortesãs indicadas por Rita Gomes, a **nobreza de serviço**, a que mais teve embaixadores foram os Ataídes, com dois representantes. De acordo com a autora:

No exemplo dos Ataídes, vemos a sua influência crescer à sombra dos Teles no período fernandino, de modo tal que vêm a integrar o grupo dos “grandes” na corte joanina e, ocupando uma multiplicidade de posições junto dos infantes, acabam por constituir um importante elemento da nobreza cortesã de Quatrocentos³⁸³.

Ambos os embaixadores ligados a essa família, MARTINHO DE ATAÍDE³⁸⁴ e ÁLVARO DE ATAÍDE³⁸⁵, são filhos de D. Álvaro Gonçalves de Ataíde, 1º conde de Atouguia, e D. Guiomar de Castro. O pai esteve ligado à corte de D. João I como membro do conselho, sendo ainda governador da casa do infante D. Pedro e aio de D. Afonso V. Soma-se o fato da mãe ter sido aia da infanta D. Leonor, o que reforça a presença e a importância da

Apêndice – Quem foi Afonso Pereira?

³⁸⁰ Ver: Apêndice – Catálogo prosopográfico.

³⁸¹ GOMES, Rita Costa. *A Corte dos reis de Portugal no final da Idade Média*. *Idem*, p. 85.

³⁸² Ver: Apêndice – Catálogo prosopográfico.

³⁸³ GOMES, Rita Costa. *A Corte dos reis de Portugal no final da Idade Média*. *Idem*, p. 92.

³⁸⁴ Ver: Apêndice – Catálogo prosopográfico.

³⁸⁵ Ver: Apêndice – Catálogo prosopográfico.

família na corte de meados do século XV e em torno dos filhos de D. Duarte. Rui de Pina descreve que D. Álvaro Gonçalves de Ataíde e seus filhos permaneceram ao lado do monarca no contexto de Alfarrobeira, posicionamento e fidelidade que explicam a afirmação familiar ao longo do reinado de D. Afonso V expressa no recebimento de diversas doações régias pelos descendentes do conde de Atouguia e nas alianças matrimoniais estabelecidas.

D. MARTINHO DE ATAÍDE tornou-se o 2º conde de Atouguia e alcaide-mor de Coimbra em 1452, D. João de Ataíde e D. Vasco de Ataíde foram priores do Crato, e ÁLVARO DE ATAÍDE, mesmo sem uma trajetória de destaque, constava como cavaleiro da casa real desde 1462. A observação das escolhas matrimoniais reforça o movimento de afirmação familiar na segunda metade do século XV. Entre os homens, D. MARTINHO DE ATAÍDE casou pela primeira vez com D. Catarina de Castro (c.1452), filha de D. Fernando de Castro, governador da casa do infante D. Henrique, tendo como segunda esposa, ainda nos anos 50, D. Filipa de Azevedo, filha de LUÍS GONÇALVES MALAFAIA; ÁLVARO DE ATAÍDE casou-se com D. Leonor, filha de Pero Vaz de Melo, conde de Atalaia, e teve como segunda esposa D. Violante de Távora, filha de PERO DE SOUSA. As quatro filhas também tiveram bons casamentos, com D. Joana casando-se com o marechal D. Fernando Coutinho, alcaide-mor de Pinhel; D. Filipa casando-se com D. João de Noronha, alcaide-mor de Óbidos; D. Leonor casando-se com Gonçalo de Albuquerque, senhor de Vila Verde; e D. Mécia casando-se com Fernão de Sousa, irmão de RUI DE SOUSA e PERO DE SOUSA. Constatase a maior aproximação dos Ataídes com os Sousas, movimento que se deu através de dois casamentos, e a ligação com esse núcleo principal da nobreza cortesã ampliada nos enlances com os Albuquerques e Castros. As quatro outras famílias presentes nesse feixe matrimonial caracterizam-se por apresentar uma trajetória ascensional parecida com os Ataídes, os Coutinhos, Malafaias, Melos e Noronhas³⁸⁶.

Os Mouras e os Teixeiras são caracterizados por Rita Gomes como famílias de condição modesta que viviam na órbita da corte, sendo raramente localizadas em outros campos da sociedade do período³⁸⁷. A presença dos Mouras na corte régia remonta ao reinado de D. Dinis e D. Afonso IV na figura de Gonçalo Vasques de Moura. É interessante que tanto Gonçalo de Moura, como o seu filho, Álvaro Gonçalves de Moura, participaram em missões diplomáticas no século XIV, presença que volta a ser exercida por ÁLVARO DE MOURA³⁸⁸, que foi escudeiro de D. João I, fidalgo da casa do Infante Santo e, posteriormente, passou à

³⁸⁶ GOMES, Rita Costa. *A Corte dos reis de Portugal no final da Idade Média*. *Idem*, p.91, 93, 106.

³⁸⁷ GOMES, Rita Costa. *A Corte dos reis de Portugal no final da Idade Média*. *Idem*, p.96.

³⁸⁸ Ver: Apêndice – Catálogo prosopográfico.

casa do duque de Coimbra. Tal como o pai, Lopo Gonçalves de Moura, na época do Mestre de Avis, ÁLVARO DE MOURA fez parte do conselho régio desde, pelo menos, 1467, década que, possivelmente, foi designado para uma missão em Castela.

Os Teixeiras tiveram significativa inserção no serviço da Câmara, destacando-se como escrivães e letrados. O embaixador ligado à família, JOÃO TEIXEIRA³⁸⁹, consta como um dos especialistas da diplomacia afonsina, atuando em cinco (5) embaixadas ao longo da carreira, sendo três (3) no reinado de D. Afonso V e outras três (2) no de D. João II, quando já ocupava a posição de chanceler-mor (1484). Antes de chegar a tal posto cimeiro, foi desembargador (1466-1475) e vice-chanceler (1475-1484).

Os Almeidas são um dos principais exemplos da nova nobreza que marca o período avisino. Fernão Álvares de Almeida serviu D. João I como vedor da casa real e participou do conselho régio, sendo ainda aio dos infantes, proximidade com o monarca que lhe rendeu a alcaidaria e outros direitos em Abrantes. Um de seus filhos ilegítimos, Diogo Fernandes de Almeida, manteve a trajetória funcional da família sendo vedor da Fazenda e reposteiro-mor durante o reinado de D. Duarte. Entre os seus descendentes, aquele que teve mais destaque foi LOPO DE ALMEIDA, quatro vezes embaixador de D. Afonso V.

Cavaleiro da casa real e alcaide-mor de Abrantes, Punhete e Torres Novas, LOPO DE ALMEIDA³⁹⁰ substituiu o pai na vedoria da Fazenda em 1439, permanecendo no exercício da função até 1475, ano que renuncia em favor do filho, João Lopes de Almeida. Membro do conselho régio desde, pelo menos, 1450, foi nomeado mordomo-mor, contador-mor, chanceler-mor e escrivão-mor da puridade da senhora D. Joana, segunda mulher de D. Afonso V. Foi ainda senhor de Abrantes, Sardoal, Mação e Amêndoa, tornando-se o 1º conde de Abrantes em 1476. A destacada atuação na diplomacia afonsina é paralela da intensa atividade militar, pois participou nos conflitos ibéricos da regência (1440, 1441, 1445), esteve ao lado do monarca em Alfarrobeira (1449), e ainda se fez presente nas campanhas africanas do rei (1458, 1464, 1471). Acompanhou também o cortejo do casamento da infanta D. Leonor, enviando ao monarca as famosas “*cartas de Itália*”, nas quais menciona uma negociação diplomática no Império.

O primogênito, João Lopes de Almeida, herdou a casa do pai e casou-se com a filha do arcebispo de Lisboa, D. Pedro de Noronha. Diogo Fernandes de Almeida foi prior do Crato e monteiro-mor de D. João II. D. Pedro da Silva foi comendador da Ordem de Avis. D. Jorge de Almeida foi bispo de Coimbra e 2º conde de Arganil. D. Fernando de Almeida foi bispo de

³⁸⁹ Ver: Apêndice – Catálogo prosopográfico.

³⁹⁰ Ver: Apêndice – Catálogo prosopográfico.

Ceuta e núncio papal ao reino da França. D. Isabel de Almeida foi a 1ª condessa de Penela e D. Catarina da Silva manteve-se como professora no mosteiro de Jesus de Aveiro. A rápida exposição dos cargos, laicos e religiosos, e dos casamentos dos filhos oferece a percepção de que a família estruturada no serviço aos reis de Avis (D. João I, D. Duarte, D. Afonso V) conseguiu ampliar a sua presença na corte e afirmar-se no seio da nobreza quatrocentista e mesmo na hierarquia eclesiástica. Entre os filhos, o que mais nos interessa é D. FRANCISCO DE ALMEIDA³⁹¹, fidalgo do *Africano* e primeiro vice-rei da Índia. Sua atuação na diplomacia não se compara à do pai, sendo mencionado apenas no contexto da viagem de D. Afonso V a França.

Um segundo exemplo emblemático dessa nobreza togada é o caso dos Silveiras. Ligados a esse patronímico encontram-se três embaixadores: os irmãos DIOGO DA SILVEIRA e FERNÃO DA SILVEIRA, e JOÃO FERNANDES DA SILVEIRA. É possível que o barão de Alvito e os demais Silveiras sejam primos, no entanto a ligação familiar que une esses personagens através dos Pestanas não é plenamente aceita pela historiografia³⁹², o que não exclui o fato de ambos os ramos dos Silveiras terem ascendido na corte a partir do reinado de D. João I.

Filho de Nuno Martins da Silveira, escrivão da Puridade de D. Duarte e D. Afonso V, DIOGO DA SILVEIRA³⁹³ sucedeu ao pai como escrivão da Puridade (1453) e na vedoria das obras do reino (1454). Presente ao lado do monarca em Alfarrobeira, foi nesse contexto enviado a Castela e, posteriormente, a Roma na embaixada de obediência ao papa Pio II (1458). A primeira missão é obscura, sabendo-se apenas que recebeu 160 dobras para o custeio da embaixada. A segunda embaixada ocorreu em 1458, época em que o personagem apresentava um crescente recebimento de doações régias³⁹⁴ e já ocupava o ofício de escrivão da Puridade, chegando a senhor de Segadães e Recadães em outubro desse ano, quando acompanhava as tropas na conquista de Alcácer Ceguer.

³⁹¹ Ver: Apêndice – Catálogo prosopográfico.

³⁹² Rita Gomes apresenta a genealogia dos Silveiras tendo como elemento comum Martim Gil Pestana e Maria Gonçalves da Silveira, pais de Fernando Afonso da Silveira e Nuno Martins da Silveira, respectivamente ascendentes de João Fernandes da Silveira e Diogo da Silveira (GOMES, Rita Costa. *A Corte dos reis de Portugal no final da Idade Média. Idem*, p.149). Essa interpretação que relaciona Fernando da Silveira aos Pestanas de Évora também se apresenta no nobiliário de Filgueiras Gayo (NFP, XXVI, p.183), no qual Fernando aparece como sobrinho de Martim Pestana. Não obstante, tal como Baquero Moreno e, principalmente, Pedro Caetano analisaram, a proposição do *Livro de Linhagens do século XVI* que coloca Fernando da Silveira com ascendência desconhecida e de baixa condição parece ser a mais sustentada até o momento (LL, p.307, MORENO, Humberto Carlos Baquero. Um grande diplomata português do século XV: o doutor João Fernandes da Silveira. *Idem*, p.93-103; CAETANO, Pedro Nunes Pereira. *A Burocracia Régia como veículo para a titulação nobiliárquica. O caso do doutor João Fernandes da Silveira*. Porto: Universidade do Porto, Dissertação de Mestrado, 2011, p.75-85).

³⁹³ Ver: Apêndice – Catálogo prosopográfico.

³⁹⁴ Ao falar das doações régias, incluímos os bens patrimoniais e móveis, os direitos e o dote pelo casamento.

FERNÃO DA SILVEIRA³⁹⁵, senhor de Sovereira, Formosa e Cerzadas, teve uma projeção na administração central próxima a do irmão. Em 1459, exerceu interinamente o ofício de escrivão da Puridade, chegando ao posto de regedor da Casa da Suplicação em, pelo menos, 1486. Foi em torno desses anos, já no reinado de D. João II, que teve maior projeção como embaixador, sendo designado para duas novas missões. Durante o período afonsino, FERNÃO DA SILVEIRA participou de Alfarrobeira, acompanhou a infanta D. Leonor a Itália para o casamento com o Imperador, foi nomeado Coudel-mor e Anadel-mor do reino, além de compor a comitiva que assinou o Tratado das Alcáçovas (1479).

JOÃO FERNANDES DA SILVEIRA³⁹⁶ é o grande embaixador português do século XV. Participou de dez missões diplomáticas, sendo oito no reinado de D. Afonso V, mesmo período que ascendeu de clérigo letrado a barão de Alvito. Em vista dos objetivos do item, cabe notar a sua trajetória junto à corte. Em 1430 surge a primeira menção ao personagem, momento em que o pai, Fernando Afonso da Silveira, torna-se cavaleiro e o filho aparece como escolar em Leis no Estudo Geral de Lisboa. Como sublinha Pedro Caetano, ao longo da regência o papel de JOÃO FERNANDES DA SILVEIRA permaneceu eminentemente burocrático, sendo desembargador das petições desde 1443, e provido chanceler da Casa do Cível em 1445. No contexto da saída de D. Pedro e do início do governo direto de D. Afonso V a participação do personagem muda, sendo enviado como embaixador ao papado já em 1448, período que constava como clérigo³⁹⁷.

Juiz do convento de Santa Clara de Lisboa (1451), foi investido cavaleiro pelo Imperador em 1452 e, no ano seguinte, provido regedor da Casa da Suplicação, cargo que exerceu até 1473, ano que assumiu o posto de escrivão da Puridade, a chancelaria e a vedoria do príncipe D. João. Com a subida do *Príncipe Perfeito* ao trono permaneceu como escrivão da Puridade até 1484. Nesses anos recebeu inúmeras doações e privilégios, sendo a principal o título de 1º barão de Alvito, em 27 de abril de 1475. Com essa trajetória singular JOÃO FERNANDES DA SILVEIRA constitui o melhor exemplo das possibilidades de ascensão/nobilitação por meio da burocracia régia na sociedade quatrocentista, mobilidade que se articulou a uma intensa atuação na diplomacia afonsina.

A trajetória dos Alvarengas e Lucenas é parecida, mesmo que sem o mesmo destaque, e reflete bem a centralidade do funcionalismo na nobilitação de algumas famílias. O doutor Gomes Martins, leigo, foi juiz na corte de D. João I desde finais do século XIV, e seu filho,

³⁹⁵ Ver: Apêndice – Catálogo prosopográfico.

³⁹⁶ Ver: Apêndice – Catálogo prosopográfico.

³⁹⁷ CAETANO, Pedro Nunes Pereira. *A Burocracia Régia como veículo para a titulação nobiliárquica. O caso do doutor João Fernandes da Silveira. Idem*, p.86-87. Ver ainda: CUP, V, doc.1437-1438, 1440-1441.

RUI GOMES DE ALVARENGA³⁹⁸, consta como cavaleiro da casa real. Este, estudou em Bolonha (1436), sendo doutor em Leis (1441). Sua carreira burocrática merece destaque, pois serviu como desembargador das petições e vice-chanceler durante a regência, chegando a regedor da Casa da Suplicação (1452-1463) e chanceler-mor (1463). Seus descendentes permaneceram na nobreza conseguindo casamentos com duas importantes linhagens, os Castro (2) e os Cunhas (1). RUI GOMES DE ALVARENGA participou de três embaixadas, sendo o destino da primeira desconhecido³⁹⁹. Em 1442, foi enviado a Castela ao lado de Lionel de Lima, mesmo não sendo um dos partidários do regente. Dez anos depois aparece na embaixada ao papa, e foi no contexto dessa missão que possivelmente alcançou o título de conde palatino, atribuição ainda pouco esclarecida historicamente, assim como a própria definição do título⁴⁰⁰.

Outro a receber a titulação de conde palatino foi VASCO FERNANDES DE LUCENA⁴⁰¹, um dos especialistas da diplomacia afonsina e com vigorosa carreira na burocracia régia. Natural da cidade de Lucena, em Castela, chegou a Portugal durante o reinado de D. Duarte (c.1433-1434) e sua trajetória varia entre o funcionalismo – desembargador, regedor, chanceler da Casa do Cível – e uma atividade cultural pontuada por traduções, escritos e pelo exercício da função de guarda-mor da Torre do Tombo (1486-1496) e cronista-mor do reino (1487-1497). As seis missões diplomáticas nas quais participou se dispersam entre 1436 e 1490, atravessando, desta maneira, os reinados de D. Duarte, D. Afonso V e D. João II, e a regência (1438-1448). Sua trajetória como embaixador teve início nos anos 30, na embaixada ao Concílio de Basiléia, momento que aparecia apenas como doutor e bem latinizado. É provável que a titulação também esteja relacionada à missão diplomática ao papado ocorrida em 1485, pois a designação de conde palatino aparece em 1487⁴⁰².

Uma ascensão similar ocorreu com a família Galvão, centrada em RUI GALVÃO⁴⁰³. Filho de um clérigo de Évora, foi criado na Câmara de D. Duarte e nesse espaço estruturou sua ascensão⁴⁰⁴. Escrivão da Câmara do infante D. Duarte, permaneceu exercendo essas

³⁹⁸ Ver: Apêndice – Catálogo prosopográfico.

³⁹⁹ Consta apenas do registro publicado por Jorge Faro: *Receitas e Despesas da Fazenda Real entre 1384 e 1481 (subsídios documentais)*. *Idem*, p.77.

⁴⁰⁰ Cf.: FREIRE, Anselmo Braamcamp. *Brasões da Sala de Sintra*. *Idem*, Vol. III, p. 233; GOMES, Saul António. *D. Afonso V*. *Idem*, p.168.

⁴⁰¹ Ver: Apêndice – Catálogo prosopográfico.

⁴⁰² Essa é a argumentação desenvolvida por Leitão Ferreira e seguida por Anselmo Braamcamp Freire (*Brasões da Sala de Sintra*. *Idem*, p.233-234).

⁴⁰³ Ver: Apêndice – Catálogo prosopográfico.

⁴⁰⁴ Cf.: GOMES, Rita Costa. *A Corte dos reis de Portugal no final da Idade Média*. *Idem*, p. 145.

funções no reinado do *Eloquente*. Foi ainda escrivão da Câmara do antecessor, D. João I, e de D. Afonso V, ficando no cargo até 1460. RUI GALVÃO foi também secretário régio durante os três reinados, e pelas cinco missões diplomáticas que participou, pode ser considerado um dos especialistas da diplomacia afonsina. Sua família de origem modesta conseguiu se estabelecer através de sua atuação na Câmara, e entre os seus filhos diretos encontram-se um bispo, João Rodrigues Galvão, um clérigo, secretário e cronista, Duarte Galvão, entre outros que frequentaram a corte régia.

*

O segundo conjunto de nobres que foram embaixadores de D. Afonso V apresenta como principal diferença do grupo anterior, o fato de não estarem ligados ao meio cortesão ou terem a sua trajetória marcada, principalmente, fora de tal meio. Nesse conjunto se encontram quatro embaixadores: JOÃO FOGAÇA, JOÃO DE SOUSA, NUNO FERNANDES TINOCO e MARTIM LEITÃO.

Os Fogaças constam como uma das famílias que ascenderam ao longo do século XIV estabelecendo relações com a corte régia, tendo suas origens no mundo eclesiástico⁴⁰⁵. Presentes nas cortes de D. Fernando e do Mestre de Avis, um dos membros da família destacou-se nas negociações de Windsor, Lourenço Anes Fogaça⁴⁰⁶, avô de JOÃO FOGAÇA, embaixador português no reinado de D. Afonso V. Contudo, a proximidade entre o chanceler-mor do reinado de D. João I e o diplomata afonsino não constitui uma trajetória similar. Enquanto o avô e o pai, Fernão Fogaça⁴⁰⁷, exerceram importantes cargos junto aos primeiros reis de Avis, JOÃO FOGAÇA⁴⁰⁸ foi comendador da Canha, Cabrela e Sesimbra, comendas da Ordem de Santiago. Os dados que dispomos sobre os irmãos indicam que gravitaram em torno de Lisboa e da corte, sendo Luís Fogaça vedor lisboeta e Diogo Fogaça almoxarife da cidade e despenseiro de D. Afonso V. Essa observação torna a trajetória de JOÃO FOGAÇA ainda mais singular no seio da família, pois para chegar a comendador era necessário ser um cavaleiro antigo da Ordem⁴⁰⁹. A missão diplomática de JOÃO FOGAÇA não deixou muitos registros, constando apenas que recebeu 420 dobras ao ser enviado ao rei da Inglaterra.

⁴⁰⁵ GOMES, Rita Costa. *A Corte dos reis de Portugal no final da Idade Média*. *Idem*, p. 138-140.

⁴⁰⁶ Acerca desse embaixador, ver: HOMEM, Armando Luís de Carvalho. *Diplomacia e Diplomatas nos finais da Idade Média*. A propósito de Lourenço Anes de Fogaça, chanceler-mor (1374-99) e negociador do tratado de Windsor. *Idem*.

⁴⁰⁷ Fernão Fogaça foi senhor de Odemira, escudeiro de D. João I, chanceler e conselheiro de D. Duarte.

⁴⁰⁸ Ver: Apêndice – Catálogo prosopográfico.

⁴⁰⁹ António Vasconcelos sintetiza os procedimentos internos da Ordem: “Para a Ordem de Santiago, a atribuição de qualquer benefício estava vedada às pessoas de fora do hábito, sendo a sua concessão da responsabilidade do mestre ou governador. A antiguidade da profissão e mérito pessoal dos freires eram fatores a ter em conta para a sua atribuição. A exemplo do que sucedia nas Ordens de Avis e Cristo, também a entrega da comenda deveria ser precedida de um inventário a todo o seu património, dando-se particular atenção ao seu estado de

A trajetória e os sucessos diplomáticos de JOÃO DE SOUSA se relacionam com a igreja e a comenda de Soza. De acordo com a exposição de Anselmo Braamcamp Freire⁴¹⁰, João de Sousa (pai), cônego da Sé de Lisboa, foi o primeiro prior secular de Soza, sendo confirmado à frente da igreja em 1439. Anos depois, seu filho, JOÃO DE SOUSA, foi enviado a Roma por D. Afonso V, tendo conseguido junto ao papa Xisto IV a bula *Rationi congruit*, de 14 de março de 1477, na qual se dá o padroado da igreja de São Miguel de Soza a D. Afonso V e se determina que ficasse constituindo uma comenda da Ordem de Santiago. No ano seguinte, JOÃO DE SOUSA recebeu do monarca a doação da comenda de Soza pelo êxito da missão diplomática e pelos serviços prestados.

Outro embaixador ligado à Ordem de Santiago foi NUNO FERNANDES TINOCO⁴¹¹. Sua inserção familiar não é clara, assim como sua trajetória na ordem militar. Filho de um sacerdote do Porto, esteve próximo do funcionalismo régio antes de chegar a preceptor da Ordem (c.1468), sendo mencionado como bacharel em direito (1454) e secretário da câmara em 1455. Paralelamente a esses anos no oficialato foi enviado duas vezes a Roma como embaixador. Na primeira missão, datada de 1453, conseguiu a concessão da *Bula Romanus Pontifex*, de 08 de janeiro de 1454, que concedia ao rei direitos ultramarinos. Anos depois, entre 1458 e 1459, compôs uma nova comitiva ao papado que visava prestar obediência a Pio II. Nota-se que no contexto dessa missão já constava como cavaleiro de Santiago. Foi ainda uma terceira vez a Roma, possivelmente na década de 60, sem que os objetivos da missão sejam conhecidos. De acordo com Dias Dinis, NUNO FERNANDES TINOCO atuou como núncio pontifício a várias partes⁴¹², elemento que pode ter contribuído para que chegasse ao posto de preceptor da Ordem de Santiago ainda na década de 60.

Como último representante desse conjunto de nobres encontra-se MARTIM LEITÃO⁴¹³. Filho de Álvaro Leitão, alcaide-mor de Idanha e cavaleiro de D. João I, MARTIM LEITÃO serviu na África entre o período joanino e os reinados de D. Duarte e D. Afonso V, não deixando outros rastros de sua atuação. É possível que a longa experiência africana tenha contribuído para a sua escolha como embaixador a Granada.

*

conservação” (VASCONCELOS, António Maria Falcão Pestana de. *Nobreza e Ordens Militares. Relações Sociais e de Poder (Séculos XIV a XVI)*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Dissertação de Doutoramento, 2008, p.141).

⁴¹⁰ *Brasões da Sala de Sintra. Idem*, I, 294-296.

⁴¹¹ Ver: Apêndice – Catálogo prosopográfico

⁴¹² DINIS, António Joaquim Dias. MH, Vol. XII, doc. 87, nota 1.

⁴¹³ Ver: Apêndice – Catálogo prosopográfico.

Observa-se, como já foi assinalado, que o maior percentual de embaixadores se concentra na nobreza. A divisão desse grupo em subcategorias indica ainda que vinte e oito (28) personagens faziam parte das linhagens da *nobreza cortesã*, sendo o maior contingente encontrado na **nobreza nova** (12). Ao considerar a trajetória dos personagens, nota-se que poucos, cerca de sete (7), tiveram uma atuação durante o reinado de D. João I ou de D. Duarte, sendo o caso mais emblemático o de LUÍS GONÇALVES MALAFAIA, que esteve presente na conquista de Ceuta (1415) e participou das negociações de Medina del Campo (1431). Para além desse caso, destaca-se que apenas outros cinco (5) personagens atuaram antes e depois de Alfarrobeira como embaixadores. RUI GALVÃO e VASCO FERNANDES DE LUCENA foram quem mais vezes atuaram, sendo designados para três missões cada. Contudo, a situação do futuro cronista é singular. Foi embaixador afonsino em somente uma oportunidade (1450), voltando a ser escolhido no reinado de D. João II. Essas observações permitem afirmar que a maior parte dos enviados por D. Afonso V parece ter suas trajetórias concentradas nos anos 50 e 60, para, em seguida, participarem dos anos intensos da diplomacia afonsina, a década da guerra luso-castelhana, que contou com vinte e três (23) missões e também assistiu à ampliação da presença do príncipe D. João na governança do reino.

Não obstante, consideramos que o principal fator que se apresenta a partir dos casos da *elite de sangue* é a importância da Corte e da burocracia régia como espaço de ascensão, nobilitação e, não menos, de escolha de embaixadores. Diferentes trajetórias citadas reforçam a perspectiva de que a proximidade com os reis e os membros da família real, assim como o exercício de ofícios na administração central, constituíam elementos deveras significativos para o recebimento de mercês e doações, sendo a definição dos enviados diplomáticos dada no meio cortesão. Nesse sentido, proximidade com a família real, funcionalismo e diplomacia, mostram-se como faces profundamente associadas da política quatrocentista, as quais confirmam a centralidade da nobreza cortesã nos assuntos internos e externos do reino.

3.2.3. A elite do trabalho

FERNÃO ÁLVARES BALDAIA⁴¹⁴ é um dos embaixadores que não se enquadra na nobreza e nem no quadro do oficialato régio, sendo um bom exemplo da articulação entre as

⁴¹⁴ Ver: Apêndice – Catálogo prosopográfico.

elites cidadinas e a diplomacia. O romance histórico *A última dona de S. Nicolau* (1899), apoiado no livro de Vereações do Porto entre 1475 e 1484, diz que:

Fernando Álvares Baldaia, vereador muitas vezes e ainda agora n'este anno, do senado do Porto, era um dos mais abastados negociantes da cidade, onde era bemquisto e estimado pelas suas excellentes qualidades e decidido amor pela sua terra natal; e respeitado não só pelos seus muito capitaes, virtudes e sisudez, mais tambem pela sua intima amizade com el-rei D. Affonso V, com quem tanto privava, que foi, em 1476, o escolhido por elle, para ir a França, como seu agente particular, levar a Luiz XI o tratado feito por D. Alvaro de Ataide acerca da guerra com Castella, tratado de que foi mais tarde resultado a desgraçada ida d'aquelle nosso bravo mas ingenuo monarcha a corte do mais torpe e refalsado tyranno, que o seculo XV produziu⁴¹⁵.

A narrativa de Arnaldo Gama mostra o rico mercador como uma figura de destaque na elite do Porto e próximo de D. Afonso V. Neto do contador do almoxarifado do Porto e filho do mercador e escrivão da Casa da Moeda da cidade, FERNÃO ÁLVARES BALDAIA aparece como escudeiro (1463) e cavaleiro do rei a partir de 1470, período que exercia o cargo de Vedor dos vassallos da cidade do Porto e seu termo. Como investigou Ivo Carneiro de Sousa, os Baldaias, com destaque para o mercador e embaixador afonsino, tiveram negócios e residência na rua Nova, o que expressa os privilégios em torno da família⁴¹⁶. FERNÃO ÁLVARES BALDAIA recebeu novas nomeações em 1476, ano que foi designado como embaixador a França, missão na qual teve como objetivo informar a Luís XI da viagem de D. Afonso V⁴¹⁷. Essa participação, mesmo que não tenha se dado numa ilustre comitiva, marcou a trajetória do mercador-cavaleiro, como fica evidente na narrativa de Arnaldo Gama, e pode ter contribuído para a aproximação da família com o meio cortesão, expressa no filho do embaixador que foi pajem de D. João II.

Outro mercador presente na diplomacia afonsina é FERNÃO LUÍS. Tal como Baldaia, era uma figura portuense de prestígio e também habitava e tinha negócios na Rua Nova. Filho de um ourives, FERNÃO LUÍS esteve presente na tomada de Arzila, sendo nomeado coudel da cidade do Porto em 1475, ano em que foi enviado a Inglaterra levando uma mensagem de D. Afonso V e aparece como cavaleiro régio. De acordo com Dias Dinis, é possível que sua

⁴¹⁵ GAMA, Arnaldo. *A última dona de S. Nicolau. Episódio da história do Porto no século XV*. Lisboa: Livraria Editora, 2ª edição, 1899, p.72-73.

⁴¹⁶ SOUSA, Ivo Carneiro de. A fortuna de Fernão Álvares Baldaia: mercador, embaixador e cavaleiro do Porto. In: *Humanidades: revista trimestral da Associação de Estudantes da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, nº 3, Abril de 1983, p.47-72.

⁴¹⁷ DIAS DINIS, António Joaquim. Dois embaixadores de el-rei D. Afonso V. Separata da *Revista Itinerarium*. Braga: Editorial franciscana, Cadernos Históricos, 1955, p.21-32.

missão envolvesse as tréguas entre os reinos da França e da Inglaterra e uma possível ajuda militar inglesa na guerra luso-castelhana⁴¹⁸.

Fora esses dois casos de mercadores, existe um conjunto de dez (10) embaixadores que não se enquadram no meio clerical e, mesmo apresentando relações com os estratos inferiores da nobreza, não se insere na *elite de sangue*. Contudo, estes personagens têm no funcionalismo um elemento agregador, e será esse o fio de análise do referido subgrupo. Como lembra Rita Gomes, mostra-se difícil a reconstituição da biografia de indivíduos e famílias de servidores não nobres ou de estratos inferiores da nobreza⁴¹⁹. Nessas circunstâncias, os estudos acerca da burocracia régia quatrocentista, em especial sobre o reinado de D. Afonso V, contribuíram para sanar ao menos a trajetória desses personagens como oficiais régios.

Sem ascendência clara, ÁLVARO PIRES VIEIRA⁴²⁰ foi um dos que se destacou através do funcionalismo, porém não há indícios de que sua descendência tenha se afirmado na nobreza. Atuou como corregedor da Corte entre 1453 e 1463, ano que aparece como desembargador das petições, cargo que ocupou até 1466. Nesses anos é ainda mencionado como corregedor de Lisboa em 1460. Em 1471, alcançou a posição de chanceler da Casa do Cível, ofício que exerceu até 1480. A intensa atuação na burocracia e a formação acadêmico-profissional podem ter contribuído diretamente para a sua escolha como embaixador em três oportunidades, porém as missões que participou são obscuras e deixam a relação estabelecida dificultosa.

Por outro lado, é possível afirmar de forma mais segura que a ocupação e a formação estiveram relacionadas à escolha de PERO FALEIRO⁴²¹ como embaixador. Presente em duas embaixadas ocorridas na primeira metade da década de 50, foi enviado a Castela e a Inglaterra, sendo que na missão ao reino inglês teve o importante objetivo de expor as infrações dos súditos ingleses aos tratados entre os reinos (1455). Nesse período, PERO FALEIRO já tinha exercido o ofício de corregedor da cidade de Lisboa (1448-1451) e era desembargador da Casa do Cível (1451-1460). Nos anos seguintes, aparece ainda como desembargador do paço e das petições (1460), chanceler da Casa do Cível (1463) e desembargador do rei (1468).

⁴¹⁸ DIAS DINIS, António Joaquim. Dois embaixadores de el-rei D. Afonso V. Separata da *Revista Itinerarium*. Braga: Editorial franciscana, Cadernos Históricos, 1955, p.33-47.

⁴¹⁹ GOMES, Rita Costa. *A Corte dos reis de Portugal no final da Idade Média*. *Idem*, p. 130.

⁴²⁰ Ver: Apêndice – Catálogo prosopográfico.

⁴²¹ Ver: Apêndice – Catálogo prosopográfico.

Entre esse grupo de embaixadores, FERNÃO LOURENÇO DE GUIMARÃES⁴²² consta como um dos que conseguiu se projetar na nobreza, mesmo que sua trajetória seja de mapeamento dificultoso. Seu caso também é singular por ter sido enviado ao duque de Bragança, missão anotada como embaixada na Fazenda Real⁴²³. De acordo com Felgueiras Gayo, foi escrivão da Fazenda e tesoureiro-mor, e consta como feitor da Casa da Índia e Mina no reinado de D. Manuel, mesmo período que se tornou senhor de Gatasso e Penajoya.

Atuando como procurador desde os anos 60, a trajetória de JOÃO DE ELVAS⁴²⁴ merece maior destaque nas décadas de 70 e 80. Nesses anos esteve presente em três embaixadas, duas a Inglaterra (1472 e 1482) e uma a França (1475), e todas as missões tiveram uma importância acentuada. Em 1472, teve como objetivo reclamar a restituição dos roubos feitos pelos ingleses contra naus portuguesas, situação que não excluía a via armada para a resolução do impasse. Em 1475, recebeu plenos poderes para tratar, fazer e assentar paz, amizade e aliança com o rei da França, conseguindo que o tratado de liga ofensiva com Luís XI fosse assinado em 08 de setembro, assim como a confirmação dos tratados anteriores. Em 1482, teve como missão confirmar os pactos de aliança entre Portugal e Inglaterra e fazer reconhecer a soberania portuguesa na Guiné. O destaque dado a essas décadas na vida do personagem é acrescentado ainda pelas menções de JOÃO DE ELVAS como Licenciado (1471) e doutor em Leis (1476), e como corregedor da Corte e desembargador da Casa do Cível.

Escrivão desde os anos 40, ANTÃO GONÇALVES⁴²⁵ participou de uma missão diplomática a Roma na qual consta como “secretário”⁴²⁶. O exercício dessa função não aparece em levantamentos biográficos sobre os oficiais da corte⁴²⁷, porém se sabe que o personagem ocupou a escrivania da Câmara entre 1462 e 1475 e foi provido feitor das “almaduas” do Cabo Espichel em 1473. Ainda que a atuação de ANTÃO GONÇALVES como secretário não seja plenamente definida, chama atenção que outros três embaixadores tenham ocupado tal função de tamanha confiança e proximidade régia. AFONSO GARCEZ foi escrivão entre 1453 e 1490, e nomeado escrivão da Câmara em 1471, aparecendo como

⁴²² Ver: Apêndice – Catálogo prosopográfico

⁴²³ FARO, Jorge. *Receitas e Despesas da Fazenda Real entre 1384 e 1481 (subsídios documentais)*. *Idem*, p.81.

⁴²⁴ Ver: Apêndice – Catálogo prosopográfico.

⁴²⁵ Ver: Apêndice – Catálogo prosopográfico

⁴²⁶ FARO, Jorge. *Receitas e Despesas da Fazenda Real entre 1384 e 1481 (subsídios documentais)*. *Idem*, p.79.

⁴²⁷ BRITO, Isabel Carla Moreira de. *A burocracia régia tardo-afonsina. A Administração central e os seus oficiais em 1476*. Dissertação de mestrado. Porto: Universidade do Porto, 2001, Vol. II, p.126-127; DURÃO, Maria Manuela. *1471 – Um ano africano no desembargo de D. Afonso V*. Dissertação de mestrado. Porto: Universidade do Porto, 2002, Catálogo, p.117-119; MONTEIRO, Helena Maria. *A Chancelaria régia e os seus oficiais. (1464-1465)*. Dissertação de mestrado. Porto: Universidade do Porto, 1997, vol.2, p.163-164.

notário em 1481. Foi enviado duas vezes a Castela, sendo uma das missões o acompanhamento das vistas de Fonte Rabia (1463). Outro secretário foi PERO GONÇALVES, que exerceu o cargo entre 1449 e 1464, juntamente com a escrivãinha da Câmara. Participou de duas missões nesse período, uma a Roma (1450) e outra a Inglaterra (1455). Por fim, o terceiro foi o cavaleiro e comendador ÁLVARO LOPES CHAVES, um dos servidores que se destacaram na diplomacia. Com cinco missões diplomáticas, o personagem foi escrivão da Câmara (1462-1508) e secretário régio (1475-1481), chegando a notário geral em 1481.

Outros dois casos compõem esse conjunto de embaixadores que tiveram no exercício de ofícios a principal característica comum. Destaca-se que ambos eram membros da casa do príncipe D. João e estiveram presentes na comitiva que assinou o Tratado das Alcáçovas (1479). Falamos de JOÃO GARCEZ, escrivão da Fazenda e notário geral, e PERO BOTELHO, com atividades relacionadas à justiça, especialmente na cidade de Lisboa, sendo desembargador, recebedor das “tábulas do aver do peso” da cidade e juiz da alfândega lisboeta.

*

Em linhas gerais, percebe-se que a própria definição da categoria já aponta para a importância que o exercício de ofícios na administração central exercia para a escolha dos embaixadores afonsinos. Não obstante, os dois casos de mercadores presentes em missões diplomáticas do reinado, assim como a trajetória de PERO BOTELHO, conduzem mais uma vez nossa observação para a questão da proximidade dos embaixadores com a casa régia e a casa dos demais membros da família real.

3.2.4. Estrangeiros

Ao tratar da diversidade de homens que atuavam como embaixadores nos séculos XIV e XV, Stéphane Péquignot pontuou que: “*Connaisseurs des langues, des terres et des usages, les étrangers disposant d’une double fidélité accomplissent un nombre de missions non négligeable...*”⁴²⁸. Ao longo da pesquisa encontraram-se poucos estrangeiros a serviço de D. Afonso V, mas esse reduzido grupo representa diferentes estratégias do monarca na escolha de seus embaixadores. São eles: ANTÓNIO NÚÑEZ, Martim de Sellinas (Salinas), Vasco Gomes, VASCO DE GOUVÊA e DIOGO DE SALDANHA.

⁴²⁸ PÉQUIGNOT, Stéphane. Les diplomaties occidentales. *Idem*, p.60.

Cidadão de Salamanca e contador de Enrique IV, ANTÓNIO NÚÑEZ é citado por Damião de Góis como um dos negociadores portugueses no encontro de Zamora (1476)⁴²⁹. Licenciado e doutor, o personagem é mencionado em maio desse ano pelo desserviço prestado aos Reis Católicos, o que teria motivado a confiscação de seus bens em Salamanca e Ciudad Rodrigo⁴³⁰. Em vista dessa referência, é possível que estivesse associado aos apoiadores de D. Afonso V durante a guerra luso-castelhana.

A referência acerca da atuação de Martim de Sellinas (Salinas) como enviado português é o documento 27 publicado no volume XI da *Monumenta Henricina*⁴³¹. Nele, o personagem aparece levando um memorando de D. Afonso V ao conde de Benavente, D. Afonso Pimentel, em resposta da carta de crença enviada pelo mesmo conde. A leitura do documento indica que Martim estava na corte de Portugal como mensageiro do conde de Benavente, como se observa no seguinte trecho: “*Martim de Sellinas. Direes, da nossa parte, ao conde de Benavente o que se segue, em rreposta do que nos, per uos, enuyou dizer, per sua carta de creença*”. Vasco Gomes, também enviado do conde, aparece no mesmo período como possível mensageiro do monarca. Em 01 de março de 1451 é mencionado na corte portuguesa levando cartas do conde de Benavente⁴³². Pelo intervalo entre os documentos que informam sobre sua atuação, é provável que tenha permanecido pouco mais de um mês no reino, pois, em 16 de abril de 1451, D. Afonso V diz que em breve o enviaria, ou a alguma outra pessoa de confiança, ao dito conde⁴³³.

Um quarto caso do uso de estrangeiros deu-se com VASCO DE GOUVEA. Consta como embaixador português nas negociações que ocorreram em Nápoles para o casamento de D. Leonor e o imperador Frederico III:

...y con Vasco de Govea, que fue enviado por el rey de Portugal a Nápoles por lo del desponsorio de la infanta doña Leonor, se dio orden que el rey de Portugal lo desviase y diese una de las infantas sus hermanas al duque de

⁴²⁹ GÓIS, Damião de. *Crónica do Príncipe D. João. Idem*, Capítulo LXXV.

⁴³⁰ *Documentos referentes a las relaciones con Portugal durante el reinado de los Reyes Catolicos*. Edición preparada y anotada por António de la Torre y Luís Suárez Fernández. Valladolid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1958, vol.1, doc.109.

⁴³¹ MH, Vol. XI, doc. 27. O documento original encontra-se publicado em *Memorias de Don Enrique IV de Castilla*, Madrid: Real Academia de Historia, 1835-1913, Tomo II, p.38-39.

⁴³² MH, Vol. XI, doc. 20.

⁴³³ MH, Vol. XI, doc.41. Manter essa leitura da participação de Martim de Sellinas e Vasco Gomes permite considerar, tal como pontua Luís Adão da Fonseca, que o mensageiro da casa de D. Afonso V enviado em resposta da carta do mesmo D. Afonso Pimentel, em março de 1451, foi Vasco Nunes de Abreu, e sua missão deve ter ocorrido ainda no primeiro semestre de 1451. No entanto, o autor não oferece outras referências acerca do embaixador, mantendo a citação ao texto de Jorge Faro (cf: FONSECA, Luís Adão da. Alguns aspectos das relações diplomáticas entre Portugal e Castela em meados do século XV (1449-1456). In: *Revista da Faculdade de Letras, História*. I Série, vol. 3, 1972, p.69-71).

Clèves, y esto se hiciese tan secretamente que la reina doña Isabel, nujer del rey de Portugal – que era hija del infante D. Pedro –, no avisase dello a la duquesa de Borgoña su tía⁴³⁴.

O autor narra as ações do rei de Aragão no intuito de impedir que o delfim da França ou o duque de Clèves casasse com uma das filhas do falecido duque de Coimbra, e para tal objetivo o monarca ordena que VASCO DE GOUVEA agisse secretamente. Observa-se que o embaixador passa a atuar segundo os interesses do aragonês, sem que Jerónimo Zurita esclareça as relações do enviado com a corte portuguesa. Sumariando esse trecho dos *Anales de Aragón*, Visconde de Santarém datou a missão no ano de 1450⁴³⁵, momento da conclusão do contrato de casamento. Não dispomos de outros indícios que expliquem o papel de VASCO DE GOUVEA como embaixador português, porém a documentação da chancelaria régia de Aragão esclarece quem foi o personagem. Conselheiro régio, cavaleiro e mordomom de D. Alfonso V, o *Magnânimo*, Gouvêa foi enviado a Portugal em inícios de fevereiro de 1451, como se observa nas cartas ao rei português e aos infantes D. Leonor, D. Fernando, D. Joana e D. Catarina⁴³⁶. A instrução ao embaixador deixa claro os objetivos da missão, os quais se aproximam do exposto por Zurita. Cabia a VASCO DE GOUVEA apresentar ao rei de Portugal os detalhes do contrato de casamento de D. Leonor com o imperador Frederico III e tratar da proposta de matrimônio entre o delfim da França e o duque de Clèves, com uma das irmãs de D. Afonso V, evitando, desta maneira, que o referido duque casasse com uma das filhas do falecido infante D. Pedro, como negociava a duquesa de Borgonha⁴³⁷. É possível que o cronista tenha se equivocado ao mencionar VASCO DE GOUVEA como enviado português, porém, em virtude dos vínculos do personagem com a corte avisina⁴³⁸, também é provável que o embaixador atuasse como um agente comum luso-aragonês, o que se justificaria pelo fato de toda a negociação para o casamento de D. Leonor ser tratada na corte de Nápoles.

Nesse quadro, observa-se que a escolha de Martim Sellinas, Vasco Gomes e VASCO DE GOUVEA como embaixadores de Portugal ocorreu em circunstâncias bem específicas, caracterizadas pela manutenção do elo de confiança entre o enviado e o receptor (Conde de Benavente e o rei de Aragão) e sem que fosse necessário negociar interesses especificamente portugueses.

⁴³⁴ ZURITA, Jerónimo. *Anales de Aragón*. Livro 15, Capítulo LX.

⁴³⁵ SANTARÉM, Visconde de. *Quadro Elementar*. *Idem*, Vol. I, p.352.

⁴³⁶ MH, vol. XI, doc.5-6, 8, 14.

⁴³⁷ MH, vol. XI, doc.7.

⁴³⁸ Cf.: GOMES, Saul António. *D. Afonso V*. *Idem*, p.75.

O último estrangeiro que atuou na diplomacia afonsina foi DIOGO DE SALDANHA⁴³⁹. Senhor de Miranda e Castanhar em Castela, passou a Portugal junto com D. Joana, no contexto da guerra luso-castelhana. Acompanhando D. Afonso V durante o conflito, compôs a comitiva enviada ao papado com o objetivo de conseguir as dispensas para o enlace do monarca português (1476). Sua escolha como embaixador parece ter ocorrido por dois aspectos: o fato de DIOGO DE SALDANHA ter participado de outra embaixada a Roma durante o reinado de Enrique IV, experiência que se acrescentava a de JOÃO TEIXEIRA, que também já tinha sido enviado a Cúria; e, quiçá o elemento principal, a relação do embaixador com a nobreza castelhana, o que ampliava a legitimidade do pedido de D. Afonso V acerca do casamento e, conseqüentemente, dos direitos ao trono vizinho.

**

Ao chegar ao fim da primeira parte do capítulo é possível responder à indagação acerca de quem foram os embaixadores de D. Afonso V. Primeiramente, vê-se o predomínio da *elite de sangue* nas missões diplomáticas. Outros embaixadores presentes nas demais categorias também apresentaram relações, mesmo que frágeis, com a nobreza, sendo comum a referência dos personagens como “fidalgos” e “cavaleiros”. Em vista desses elementos, seria o perfil social do embaixador afonsino centrado na nobreza? Consideramos que essa conclusão seria precipitada, tanto pelo percentual ocupado pela categoria (38,6%, correspondendo a 32 personagens), como pela centralidade da *nobreza cortesã*, em especial dos estratos classificados como “nobreza de serviço” (6 embaixadores) e “nobreza nova” (12 embaixadores). No entanto, o detalhamento da origem social dos embaixadores e a relevante presença de estratos da nobreza associados ao serviço nos permite visualizar elementos ainda mais importantes para a definição do perfil dos enviados diplomáticos de D. Afonso V.

Um desses elementos é o exercício de ofícios nos diferentes setores da administração central. Temos chamado atenção desde o capítulo anterior para o fato de trinta (30) embaixadores terem atuado nas áreas da Fazenda, da Justiça, da Câmara, da Chancelaria e da Milícia. Ao expor a trajetória dos personagens, reafirma-se a perspectiva de que a burocracia constituía um dos principais espaços de ascensão e recrutamento dos enviados diplomáticos na sociedade quatrocentista. Todavia, a própria investidura nos ofícios da administração central era resultante e resultava na ampliação da proximidade entre os personagens e as redes de poder em torno do monarca e, assim, é a corte e os vínculos em torno do rei que se mostram como fator potencializador para a escolha de diferentes homens como embaixadores.

⁴³⁹ Ver: Apêndice – Catálogo prosopográfico.

Outro elemento que também aflora na exposição das trajetórias é a formação de alguns embaixadores. Licenciados, bacharéis, mestres e doutores participaram com frequência das missões diplomáticas portuguesas, sendo possível encontrar ainda casos de cronistas, poetas e personagens de reconhecido saber, como o “doutíssimo” JOÃO DE SÃO MAMEDE. Como destacamos nas primeiras páginas desse capítulo, a questão da formação constitui um dos aspectos comumente pontuados pela historiografia sobre a Baixa Idade Média, a qual indica o crescente papel da formação acadêmica, especialmente dos estudos jurídicos, na composição do quadro de oficiais e, conseqüentemente, entre os embaixadores. Em vista dessa orientação de estudos e das relações entre burocracia, formação acadêmica e diplomacia, cabe investigar de forma mais detalhada o problema dos saberes dos embaixadores afonsinos.

3.3. OS SABERES DOS EMBAIXADORES AFONSINOS

Em linhas gerais, ao longo da Alta Idade Média a Igreja estabeleceu o seu quase monopólio sobre o ensino, manifesto pelo recuo das escolas romanas e pela constituição de uma rede de escolas eclesiásticas. Tal rede sofreu mudanças significativas no século XII, com destaque para o surgimento das escolas catedralícias, constituindo um movimento marcado pela multiplicação de escolas, pelo aprofundamento e a diversificação dos ensinamentos, e pelo atendimento a uma demanda social em plena expansão⁴⁴⁰. Esse panorama possibilita considerar, tal como pontua Jean-Philippe Genet, que o problema do ensino e do saber na Idade Média está imerso no que o autor classifica como “*champ du religieux*”, dominante na Idade Média⁴⁴¹. Ainda de acordo com Genet, o “campo religioso” apresenta-se na Baixa Idade Média como “*multipolaire*”, sendo a Igreja “*repésentée par plusieurs instances, solvante antagonistes, les Universités, et particulièrement leurs Facultés de théologie, les ordres réguliers et notamment les Mendians...*”⁴⁴². O antagonismo representado pelas Universidades e considerado pelo autor como promotor de uma lenta “*autonomisation*” levanta o questionamento acerca da relação entre Igreja, Universidade e Estado.

⁴⁴⁰ VERGER, Jacques. Universidade. In: LE GOFF, Jacques & SCHMITT, Jean-Claude (coord). *Dicionário Temático do Ocidente Medieval*. Bauru: EdUSC, 2006, v.2, p.573-575.

⁴⁴¹ Fazendo uma adaptação da teoria dos campos de Pierre Bourdieu, Genet considera que “Le champ religieux englobe alors pratiquement tout la production textuelle en langue latine, et celui de la grammaire (latine uniquement) qui lui est subordonné, n’existe que parce qu’il conditionne l’accès au champ du religieux. Or, progressivement, ce monopole est battu en brèche. Au XIIIe siècle, apparaissent les Universités qui, moins directement soumises au contrôle ecclésiastique, vont favoriser par leur évolution la constitution autour d’elles de champs tendant à s’autonomiser. Dès la seconde moitié du XIIe siècle, le développement de l’administration ecclésiastique puis monarchique et de la justice permet l’apparition des deux pôles du champ ju juridique”. GENET, Jean-Philippe. *La genèse de l’État moderne. Culture et société politique en Angleterre*. *Idem*, p.268.

⁴⁴² GENET, Jean-Philippe. *La genèse de l’État moderne. Culture et société politique en Angleterre*. *Idem*, p.270.

Jacques Verger pontua que até meados do século XIII existia no Ocidente uma dezena de universidades ativas, gozando de liberdades, com vocação universalista e ligadas diretamente ao poder papal. Conforme o mesmo autor, esse quadro se modificou a partir de 1250 com a criação de novas universidades. Verger considera que:

Quase sempre de importância modesta, essas novas universidades, principalmente jurídicas, foram criadas não mais pela ação voluntária de mestres e de estudantes apoiados pelo papado, mas por iniciativa de príncipes ou cidades desejosos de se prover de um centro de formação de juristas, necessário à sua administração⁴⁴³.

A afirmação de Verger estabelece a associação entre Universidade e Monarquia a partir do século XIII, relação que teria resultado na ampliação dos juristas nas estruturas burocráticas estatais. Não obstante, se nesses séculos a Universidade afastou-se da gerência papal, a historiografia também pontua a importância da Igreja e, em especial, dos clérigos para o desenvolvimento das instâncias da administração central e para o funcionalismo régio⁴⁴⁴, servindo de exemplo as considerações de Mariano Peset sobre o caso ibérico:

La iglesia no constituye una entidad separada del monarca, como a veces deja entender la historiografía (...). Los clérigos a lo largo de la edad media cumplen una función de estamento sabio, letrado... (...). La actuación de los clérigos se produce en dos niveles muy conectados entre sí: aprendiendo y enseñando en las universidades, y con su actividad al servicio del monarca. Unos conocimientos, en especial los jurídicos, les permiten ejercer tareas en la cancillería y en la curia real, en el consejo y en la audiencia⁴⁴⁵.

Em síntese, a partir dessas considerações é possível afirmar que ao longo da Baixa Idade Média houve um crescimento das Universidades e estas tiveram o seu desenvolvimento

⁴⁴³ VERGER, Jacques. Universidade. In: LE GOFF, Jacques & SCHMITT, Jean-Claude (coord). *Dicionário Temático do Ocidente Medieval*. Bauru: EdUSC, 2006, v.2, p.579-581. Uma perspectiva similar é apresentada por Jean-Philippe Genet: “L’État se contente de légitimer leur création [des Universités], et il n’est pas indifférent à telle ou telle de leurs vicissitudes; mais, jusqu’au XIVe siècle, il ne joue pas un rôle moteur, alors que depuis la seconde moitié du XIIIe siècle le service de l’État est devenu l’une des orientations predominantes pour le choix d’une carrière par les diplômes des universités; le cursus lui-même s’en est trouvé, dans son contenu et dans son esprit, modifié”. (GENET, Jean-Philippe. Introduction. In: *Culture et Idéologie dans la Genèse de l’État moderne*. Paris: École Française de Rome, 1985, p.4).

⁴⁴⁴ Tais discussões atravessam a obra *État et Église dans la Genèse de l’État moderne* (1986), e dentre as contribuições que ressaltam a relação dos clérigos com a administração régia, citamos os trabalhos de Barrie Dobson (“The bishops of late medieval England as intermediaries between church and state”) e de Hélène Millet (“La place des clercs dans l’appareil d’État en France à la fin du Moyen Âge”). Esta autora retoma ainda essa discussão em: Les chanoines au service de l’État: bilan d’une étude comparative. In: *Genèse de l’État moderne. Bilans et perspectives*. *Idem*, p.137-145.

⁴⁴⁵ PESET, Mariano. Clérigos y universidades en la Baja Edad Media castellanoleonesa. In: *État et Église dans la Genèse de l’État moderne*. Madrid: Casa de Velazquez, 1986, p.63-64.

orientado pelas demandas do poder régio. Nesse quadro, paralelamente aos clérigos, que há séculos detinham o conhecimento do latim e das leis e tinham uma presença significativa em torno dos monarcas, o período assistiu ao surgimento e à multiplicação de graduados, com destaque para os formados em Leis, panorama que também se apresenta no caso português⁴⁴⁶.

A ampliação do número de formados em direito canônico ou civil, conhecidos como legistas e juristas, teve impactos na escolha dos embaixadores. Bernard Guenée sustenta que “em 1300, não se concebia uma embaixada importante sem um nobre de alta linhagem e, em 1500, sem um jurista”⁴⁴⁷. Em vista dessas questões, cabe analisar, primeiramente, até que ponto essa centralidade da formação universitária inclinada às leis mostra-se nos embaixadores afonsinos.

3.3.1. Os embaixadores afonsinos e a Universidade

Conforme expõe Oliveira Marques, a Universidade conferia os graus de bacharel, licenciado, mestre e doutor, com a passagem de grau dependendo do número de anos frequentado com aproveitamento, da prestação de provas públicas e do pagamento de pesadas espórtulas. A regência das cátedras pertencia a doutores e mestres, existindo também os licenciados e bacharéis, podendo ainda ocorrer casos de lentes regentes e lentes extraordinários, presença que se ampliou no século XV. Além disso, Marques acrescenta que “a diferença entre mestre e doutor não é hoje clara, parecendo, por vezes confundir-se”⁴⁴⁸.

Tendo em vista o universo de pesquisa, poucos foram os casos identificados com formação acadêmica, sendo cinco (5) bacharéis, cinco (5) licenciados, três (3) mestres e doze (12) doutores. Chama atenção que os três (3) mestres foram clérigos com formação em Teologia. Pelo levantamento, chegou-se a: AFONSO VELHO, também bacharel em Teologia e que assumiu a cátedra da disciplina no Estudo Geral de Lisboa; ÁLVARO DA MOTA, leitor de sentenças em Valladolid e que chegou a ser reitor da Universidade de Coimbra; e LOURENÇO VASQUES DE ELVAS, que lecionou Teologia em lugar incerto. Com a exceção de AFONSO VELHO, que aparece como uma trajetória de titulações acadêmicas em Teologia, os demais casos reafirmam a perspectiva de difícil identificação desses “mestres”

⁴⁴⁶ NORTE, Armando. Lentes, escolares e letrados: das origens do Estudo Geral ao final do século XV. In: FERNANDES, Hermenegildo (coord). *A Universidade medieval em Lisboa. Séculos XIII-XVI*. Lisboa: Tinta da China, 2013, p.89-148.

⁴⁴⁷ GUENÉE, Bernard. *O Ocidente nos séculos XIV e XV – Os Estados*. *Idem*, p.180.

⁴⁴⁸ MARQUES, A. H. de Oliveira. *Portugal na Crise dos séculos XIV e XV*. *Idem*, p.414. Ver ainda as considerações de António Saraiva (*O Crepúsculo da Idade Média Portuguesa*. Lisboa: Gradiva, 1995, p.121-126).

medievais. Acrescenta-se que dois outros clérigos também estiveram ligados à Teologia, GIL DE TÁVIRA e D. JORGE DA COSTA, ambos mencionados como licenciados.

JOÃO DE ELVAS, DIOGO DA FONSECA e PERO LOURENÇO representam os embaixadores que aparecem com diferentes titulações, sendo bacharéis, licenciados e doutores. Destaca-se que o terceiro personagem, um clérigo, teve uma atuação intensa no Estudo de Lisboa, regendo a cátedra de Cânone no mesmo ano em que foi nomeado reitor (1452), permanecendo associado ao Estudo ainda nos anos 70, quando aparece como regente da cátedra de Direito Canônico. O estrangeiro ANTÓNIO NÚÑEZ também apresenta diferentes títulos, sendo licenciado e doutor.

O grupo mais amplo entre os titulados é representado pelos doutores. Esse é o caso de Álvaro Gonçalves, ÁLVARO PIRES VIEIRA, JOÃO FERNANDES DA SILVEIRA, JOÃO TEIXEIRA, LOPO GONÇALVES, PERO FALEIRO, Pero Fernandez, RUI GOMES DE ALVARENGA e VASCO DE LUCENA. A formação em Leis sobressai nesse grupo, sendo JOÃO TEIXEIRA mencionado como professor de jurisprudência. Outro que aparece como jurista é NUNO FERNANDEZ TINOCO, mas este foi apenas bacharel em Leis.

Poucos são os dados sobre os lugares de formação dos embaixadores. Mapeou-se que AFONSO VELHO, ÁLVARO PIRES VIEIRA, JOÃO FERNANDES DA SILVEIRA e PERO LOURENÇO foram escolares no Estudo de Lisboa. Três outros personagens tiveram sua formação acadêmica relacionada às universidades estrangeiras: GIL DE TÁVIRA em Toulouse; RUI GOMES DE ALVARENGA em Bolonha; e VASCO FERNANDEZ DE LUCENA em Paris/Florença/Bolonha. D. JORGE DA COSTA representa um caso à parte dos demais, pois teve seus estudos realizados no Hospital de Santo Elói, em Lisboa.

As lacunas existentes na composição da trajetória dos embaixadores, assim como a ausência de levantamentos similares para outros reinados dos séculos XIV e XV, nos impedem de comparar e ampliar as conclusões possibilitadas pelos dados expostos. No entanto, nota-se que apenas uma parcela muito reduzida dos embaixadores afonsinos (19) teve uma formação universitária, sendo ainda menor o número de enviados bacharéis, licenciados ou doutores em Leis. Esta constatação afasta-se da historiografia que vê o funcionalismo régio deveras associado aos egressos universitários portadores de diplomas em Leis. Teriam esses homens, em sua maioria, alcançado uma formação acadêmica ainda não respondida pela documentação? Talvez. Contudo, a distância entre o montante de embaixadores diplomados (19), o número de embaixadores presentes na administração central (30), e o universo da pesquisa (83), convida à procura de novos caminhos de investigação que não se limitem às Universidades.

3.3.2. Os embaixadores afonsinos e os “saberes práticos”

Conforme Hilde de Rydder-Symoens:

...uma das precondições para o desenvolvimento de um Estado moderno foi a disponibilidade de funcionários profissionais com capacidades específicas em direito, contabilidade e administração. Estas capacidades podiam ser aprendidas mediante uma educação prática ou formal⁴⁴⁹.

A perspectiva de uma “educação formal”, universitária, paralela a uma “educação prática”, abre uma importante via interpretativa sobre os embaixadores afonsinos. Através dela, podemos considerar que os trinta (30) embaixadores que atuaram na administração central, ainda que não fossem diplomados, compartilhavam uma “educação prática” adquirida por anos no exercício de ofícios da burocracia. Dois casos de embaixadores com acentuada presença em missões diplomáticas permitirão elucidar a relevância dessa educação.

Escrivão da Câmara (1462-1508) e secretário régio (1475-1481), ÁLVARO LOPES CHAVES foi enviado a Castela entre o encontro régio de Gibraltar (1464) e a tomada de Arzila (1471), voltando ao reino vizinho no contexto das vistas de Elvas (1472). Nessas missões parece ter exercido a função de mensageiro, sem que se tenha maiores detalhes das negociações conduzidas. A situação modifica-se a partir de 1475, e a nova posição na Corte pode ter contribuído para que, em abril de 1476, fosse enviado a Bretanha e a França tendo como objetivo negociar a entrada do ducado nas tréguas franco-inglesas, acordo que Portugal ocupava a posição de medianeiro.

RUI GALVÃO foi pela primeira vez enviado a Castela em 1431, atuando como secretário na conclusão das pazes de Medina del Campo. Aparece em duas missões ao mesmo reino durante o reinado de D. Duarte e a regência, voltando a ser escolhido como embaixador em 1453 e por volta de 1455, novamente a Castela. A sua trajetória foi marcada pelo serviço na Câmara, sendo escrivão e secretário régio entre os reinados de D. João I, D. Duarte e D. Afonso, somando mais de trinta anos de serviço aos monarcas de Avis.

Ambos constituem casos de embaixadores com uma longa trajetória no funcionalismo, em especial na Câmara, que os permitia gozar da proximidade do monarca e os favorecia para que fossem escolhidos como enviados diplomáticos. Cabia ao secretário régio, por exemplo, o assentamento das petições que chegavam à Corte e a guarda dos diplomas e das

⁴⁴⁹ RYDDER-SYMOENS, Hilde de. Capacitación y Profesionalización. In: REINHARD, Wolfgang (org). *Las Élités del Poder y la Construcción del Estado*. Madrid: Fondo de Cultura Económica de España, 1997, p.192.

correspondências vindas de outros reinos. A parte destes elementos, percebe-se que o exercício do ofício também “educava”, uma “educação prática” fundamental para o Estado e para a diplomacia.

Outros casos também reforçam a importância do funcionalismo como promotor de saber. AFONSO GARCEZ, com duas embaixadas, foi escrivão entre 1453 e 1490, sendo ainda escrivão da Câmara (1471), notário (1481) e secretário régio de D. Afonso V e D. João II. DIOGO DA SILVEIRA participou de duas missões e foi escrivão da Puridade (1453-1464) e Vedor-mor (1454-1464). LOURENÇO ABRIL, clérigo com três embaixadas, exerceu o ofício de escrivão da Câmara entre 1443 e 1477, sendo ainda secretário régio. PERO GONÇALVES participou de duas embaixadas e foi escrivão da Câmara entre 1448 e 1464, também chegando a secretário régio (1449-1464). Os exemplos citados mostram embaixadores que foram escolhidos para mais de uma missão e que tiveram, no mínimo, dez anos de presença no funcionalismo, reforçando a relação entre saberes “práticos” e diplomacia.

Em linhas gerais, observa-se que a administração central envolvia personagens com diferentes formações, tanto graduados numa “educação formal”, como homens longevos no funcionalismo com uma “educação prática”. Ambos os grupos eram fundamentais para as práticas diplomáticas quatrocentistas. Não obstante, essa constatação ainda está distante no quadro geral de embaixadores identificados (83), favorecendo que a pergunta seja colocada em outros termos: que saber ou saberes estavam presentes nas embaixadas? Nota-se que esse questionamento reorienta a problematização elaborada até o momento, retirando o debate acerca da burocracia régia e da Universidade do primeiro plano, passando a enxergar a questão do saber a partir da diplomacia e dos embaixadores.

Jacques Le Goff, num dos seus artigos clássicos sobre a Universidade, discute o papel desta instituição como centro de “formação profissional”, indicando que a especialização reclamada pelos ofícios públicos era limitada, constituindo no “saber ler e escrever, conhecer o latim, os princípios da ciência jurídica ou ter habilidade para argumentar a partir de certos textos, ter conhecimentos de contabilidade e rudimentos de ciência econômica”⁴⁵⁰. As considerações de Le Goff evidenciam que as demandas do poder régio eram reduzidas, gravitando em saberes práticos exemplificados no “saber ler e escrever” e “conhecer o latim”. Nesses termos, a centralidade dos doutores capazes de defender o rei em profundas disputas

⁴⁵⁰ LE GOFF, Jacques. A Universidade e os poderes públicos durante a Idade Média e o Renascimento. In: *Para um novo conceito de Idade Média. Tempo, Trabalho e cultura no Ocidente*. Lisboa: Estampa, 1990 [1977], p.191.

legais e teológicas é esvaziado, tornando-se exceção ao invés de regra. Além disso, a proposição do autor francês direciona a atenção para um saber anterior ao exercício dos ofícios na administração central ou para o ingresso nas Universidades: o saber letrado.

3.3.3. Os embaixadores afonsinos e o saber letrado

Isabel Beceiro Pita reforça a perspectiva dos saberes especializados presentes na diplomacia tardo-medieval, com destaque para os estudos jurídicos, todavia lança uma crítica às restrições técnicas da cultura. Em síntese, defende que:

El sector mayoritario de los embajadores está constituido por los que, en sentido amplio, se pueden calificar como letrados: escribanos, secretarios, notarios, juristas y clérigos con estudios universitarios en derecho. En efecto, aún cuando al término letrado se aplique estrictamente a los hombres de leyes puede extenderse perfectamente a los oficios de pluma, dado que para ejercerlos se requiere una capacitación en lectura, escritura, buena caligrafía, nociones de gramática, unos ciertos rudimentos jurídicos relacionados con las fórmulas cancillerescas y los elementos básicos del derecho de su país tanto el general como el local⁴⁵¹

Tais observações ganham maior amplitude com os números expostos pela autora para a primeira metade do século XV.

Tabela 5. Asistencias diplomáticas entre los tres principales reinos peninsulares (1400-1455)

País de origen	País de destino	Cantidad total	Letrados	Porcentaje
Castilla	Portugal	30	18	60%
Portugal	Castilla	32	21	65,6%
Castilla	Aragón	32	21	65,6%
Aragón	Castilla	26	12	46%
Aragón	Portugal	7	4	57,1%
Portugal	Aragón	6	5	83%

Fonte: Extraído de BECEIRO PITA, 1999: 88

Percebe-se que, com exceção das relações entre Castela e Aragão, o número de letrados na diplomacia ibérica representa metade dos homens empregados nas missões diplomáticas. No entanto, Beceiro Pita orienta o termo *letrado* para os “ofícios de pluma”. Nesses termos, todos os homens que atuaram no funcionalismo podem ser entendidos como

⁴⁵¹ BECEIRO PITA, Isabel. La importancia de la cultura en las relaciones peninsulares (siglo XV). In: *Anuario de estudios medievales*, nº29, 1999, p.86.

letrados, independente do fato de portarem ou não diploma. Esse é o caso de PERO BOTELHO, juiz da alfândega de Lisboa, e de FERNÃO ÁLVARES DE BALDAIA, vedor e tesoureiro do Porto, ambos com trajetória na administração citadina. Todavia, pensamos que a categoria *letrado* pode ser ampliada e tornar-se elemento agregador para uma variedade de saberes desses homens que marcaram presença na diplomacia afonsina, saberes que não se restringiam à burocracia.

Primeiramente, lembra-se dos clérigos embaixadores de D. Afonso V, discutidos no início do capítulo. Entre os dez (10) personagens, nove não atuaram no funcionalismo, porém apresentavam conhecimento do latim – ainda a principal língua das negociações diplomáticas – do direito Canônico e da Teologia. Entre esses homens alguns ocuparam a posição de abade, deão, cônego, chantre, chegando frei GIL DE TÁVIRA a ministro provincial e D. JORGE DA COSTA a cardeal. Mestres, licenciados ou ainda portadores de outros saberes como o “doutíssimo” JOÃO DE SÃO MAMEDE, essa parcela dos embaixadores tinha como diferencial a potencialidade de serem enviados adequados para diferentes partes da Cristandade.

Outros embaixadores, mais do que no funcionalismo, também tiveram destaque no plano cultural. VASCO FERNANDES DE LUCENA participou ativamente da administração central durante o reinado de D. João II, mas se sobressaiu no domínio das letras. Foi responsável pelas orações de obediência aos papas Eugênio IV e Inocêncio VIII, e sabe-se que em 1450 recebeu um acréscimo de 210.000 libras anuais às tenças que recebia até o momento, quantia justificada pelos serviços que prestava redigindo cartas em latim para fora de Portugal. Guarda-mor da Torre do Tombo durante o reinado de D. João II, tornou-se cronista-mor do reino, além de atuar como tradutor e escritor. O caso aproxima-se da trajetória de Rui de Pina e Damião de Góis, igualmente cronistas e embaixadores de D. João II e D. Manuel.

O clérigo ÁLVARO DA MOTA foi responsável pela tradução da vida de D. Telo, e o frei GIL DE TÁVIRA deixou textos no *Livro da Cartuxa* e no *Leal Conselheiro*. LOPO DE ALMEIDA também deixou marcas de sua capacidade escrita ao descrever os pormenores cerimoniais, produção representada nas quatro cartas redigidas durante a sua estadia na Itália na comitiva de D. Leonor, texto publicado como *Cartas de Itália*. Por fim, cita-se RUI DE SOUSA e FERNÃO DA SILVEIRA, homens com atuação díspar na burocracia, mas que se aproximam como poetas presentes no *Cancioneiro Geral* de Garcia de Resende.

Tendo em vistas os termos indicados por Le Goff, pensamos que, no limite, alguns outros embaixadores também podem ser compreendidos como *letrados*. D. FRANCISCO DE ALMEIDA, foi o primeiro Vice-Rei da Índia, título que representava a mais alta posição da

hierarquia portuguesa no Oriente e era responsável por garantir a defesa e a administração local. ÁLVARO DE MOURA foi guarda-mor da comarca de Entre-Tejo e Odiana, senhor dos judeus de Évora e alcaide-mor da referida comarca, sendo essa função marcada pelo exercício da justiça, da defesa e da administração local. Por fim, consideramos pertinente agregar o nome de FERNÃO LUÍS, coudel e mercador do Porto. Ele e FERNÃO ÁLVARES DE BALDAIA, habitavam a Rua Nova da urbe portuense e tiveram no exercício da função de mercador o elemento central de sua trajetória. Negociantes de “grosso trato”, poderiam não ser bem latinizados e nem dominar os rudimentos das leis, mas estavam habituados a navegar pelos principais portos do norte da Cristandade e tinham conhecimentos de contabilidade, elementos que no contexto da guerra luso-castelhana os indicaram como importantes embaixadores de D. Afonso V.

Nesses termos, podemos classificar quarenta e sete (47) embaixadores como *letrados*⁴⁵², o que ultrapassa a metade do universo da pesquisa (83). Porém, esse montante ainda deixa uma margem de personagens ausentes da categoria. Destes, dezessete (17) são casos que não foram possíveis mapear. Restam, assim, dezenove (19) embaixadores: sete (7) oficiais de armas, três (3) homens da nobreza regional⁴⁵³, nove (9) membros da nobreza cortesã⁴⁵⁴. Nobres ligados à Corte e oficiais responsáveis pelos rituais palatinos e pela heráldica. Esse grupo novamente direciona nossa atenção ao espaço da Corte régia. Seria ela um espaço de “formação”, de “saber”?

3.3.4. Os embaixadores afonsinos e o saber cortesão

Os casos apresentados até o momento corroboram a importância da cultura letrada, entendida de forma ampla, presente nas missões diplomáticas quatrocentistas. Num período marcado pela oralidade, constata-se o peso crescente do saber letrado para o funcionamento do poder régio. Não obstante, é fundamental manter a ideia de coexistência, evitando a falsa noção de que o universo do saber seria reduzido ao conhecimento das letras. Nesse sentido, remetemos aos apontamentos de Eloísa Ramírez Vaquero:

⁴⁵² Somamos os 30 membros da administração central, 9 clérigos (1 clérigo também esteve no funcionalismo régio), 1 estrangeiro (António Núñez), 2 mercadores, 2 doutores com trajetória desconhecida, Pero Fernandez e Álvaro Gonçalves, e Francisco de Almeida, Álvaro de Moura e Rodrigo Afonso.

⁴⁵³ Excluiu-se Nuno Fernandes Tinoco que foi bacharel em Leis e aparece somado aos graduados e, consequentemente, aos letrados.

⁴⁵⁴ Os casos são: Álvaro de Ataíde, João de Meneses, Martim Berredo, Diogo de Saldanha, Pero de Sousa, Lopo de Albuquerque, Afonso Pereira, Diogo da Silva e o estrangeiro Vasco de Gouvêa, mordomo-mor do rei de Aragão.

O diplomata moderno é, sem dúvida, paradigma do cortesão; suas pautas de comportamento nascem de modelos elaborados na corte do príncipe, cujo espaço domina, ou deve dominar. Tão pouco este atributo é estranho ao mundo medieval, e em particular a Baixa Idade Média: o desenvolvimento das relações “exteriores” tem que enquadrar-se nesta forma de organização política e social tão concreta – e quiçá peculiar –, regida por códigos de conduta e representação inevitáveis, que é a corte regia, pontifícia, principesca, ducal, etc⁴⁵⁵.

A corte avisina foi profícua na promoção de um modelo de cortesão e na definição de um “príncipe letrado”. D. João I escreveu o *Livro de Montaria*, obra com o objetivo didático de melhorar a arte dos monteiros, classificada pelo rei como melhor e mais proveitoso dos jogos⁴⁵⁶. O filho e sucessor, D. Duarte, escreveu o *Leal Conselheiro*, tratado moral feito para “senhores e gentes de sua casa”, e o *Livro da Ensinança de Bem Cavalgar toda sela*, primeiro tratado de equitação da literatura europeia⁴⁵⁷. Paralelamente, o infante D. Pedro traduziu o *De Officiis* de Cícero e redigiu o *Livro da Virtuosa Benfeitoria*, tratado moral e político inspirado no *De Beneficiis* de Sêneca, que discute a importância da “benfeitoria” para a relação entre os homens⁴⁵⁸. O mesmo infante escreveu a célebre *Carta de Bruges*, epístola que versa sobre a governança e a educação dos clérigos e dos jovens cavaleiros da Corte. No mesmo espaço cortesão circulava ainda o *Livro de Arautos*, um guia aos oficiais de armas responsáveis por acompanhar as embaixadas⁴⁵⁹, assim como uma série de outros textos, como romances de cavalaria e obras ascéticas⁴⁶⁰.

Saul António Gomes, ao discutir a criação de D. Afonso V, considera que os anos da regência foram um período de crescimento intelectual do jovem rei, que contou com

o preceptorado de mestres de caligrafia, de latinidade, de português e certamente da língua franca corrente nas cortes borgonhesa e francesa, aos quais se deverá, em parte, a sua propalada eloquência, o seu amor pelas

⁴⁵⁵ VAQUERO, Eloísa Ramírez. Estrategias diplomáticas del rey de Navarra en el transito al siglo XV. In: *XXI Semana de Estudios Medievales. Guerra y Diplomacia en la Europa Occidental 1280-1480*. Navarra: Gobierno de Navarra, 2005, p.380 (tradução livre).

⁴⁵⁶ SIMÕES, Manuel. Livro de Montaria feito por João I. In: *Dicionário da literatura medieval galega e portuguesa*. *Idem*, p.412.

⁴⁵⁷ SIMÕES, Manuel. Duarte, Dom. In: *Dicionário da literatura medieval galega e portuguesa*. *Idem*, p.222; LORENZO, Ramon. Leal Conselheiro. In: *Dicionário da literatura medieval galega e portuguesa*. *Idem*, p.383-384; Livro da Ensinança de Bem cavalgar toda sela. In: *Dicionário da literatura medieval galega e portuguesa*. *Idem*, p.400-402.

⁴⁵⁸ SIMÕES, Manuel. Pedro, Dom (Infante e duque de Coimbra). In: *Dicionário da literatura medieval galega e portuguesa*. *Idem*, p.529-530; GOMES, Rita Costa. Virtuosa Benfeitoria. In: *Dicionário da literatura medieval galega e portuguesa*. *Idem*, p.681-683.

⁴⁵⁹ NASCIMENTO, Aires A. Livro de Arautos. In: *Dicionário da literatura medieval galega e portuguesa*. *Idem*, p.406-408.

⁴⁶⁰ Cf.: COELHO, Maria Helena da Cruz. *D. João I*. *Idem*, p.339-353.

humaniores litterae, o gosto pelos livros, a estima pela *ars militaris* e a curiosidade pelo conhecimento astrológico e astronômico, áreas que motivaram o rei, como se sabe, para a redação dos perdidos textos sobre esses mesmos assuntos, o *Tratado da Milícia conforme o Costume de Batalhar dos Antigos Portugueses* e o *Discurso em Que se Mostra Que a Constelação Chamada Leão celeste consta de Vinte e Nove Estrelas e a Menor de Duas*⁴⁶¹.

Gomes destaca a presença na Corte de Afonso Rodrigues, “mestre de gramática”, do mestre Estevão de Nápoles e do humanista Mateus Pisano, assim como o papel exercido pelo embaixador VASCO FERNANDES DE LUCENA, que a pedido do infante D. Pedro, traduziu para a educação de D. Afonso V o *De Regimine Principum*, de Egídio Romano⁴⁶². Além disso, o autor afirma que “na Corte avisina de Quatrocentos, a educação dos mais jovens processava-se *inter principes*”. Não podemos delimitar de forma precisa a generalização das referências da “tradição literária avisina”⁴⁶³, no entanto, a partir da proposição de Gomes, consideramos que o conjunto de embaixadores presente na Corte também compartilhava dessa cultura cortesã.

Ao traçar as linhas gerais do desenvolvimento da Corte no Ocidente, Bernard Guenée destaca que entre os séculos XI e XII ocorreu o nascimento da cortesia, um gênero de vida ideal fornecido pelos clérigos, ainda que complexo, que implicava num certo modo de viver. Esta “maneira de ser” relacionada ao termo latino *curialitas* estava relacionada às virtudes guerreiras, mas também envolvia aspectos como “elegância nos modos”, “piedade” e “conhecimento da leitura e da escrita”, os quais faziam da corte o centro de formação pedagógica da nobreza. Guenée considera que a partir do século XIII, mesmo com a permanência da “atmosfera cavaleiresca”, a corte tornou-se, em primeiro lugar, “a engrenagem essencial do Estado moderno”, marcada pela imposição do príncipe⁴⁶⁴.

Oliveira Marques pontua que a corte régia constituía um dos meios mais importantes de cultura, permitindo o “afinamento do idioma e dos meios de comunicação através das regras de etiqueta e da conversação polida, como também numerosas formas de expressão cultural”, dentre as quais o autor elenca: a produção de livros, saraus, trovas e jograis, sermões, danças, cantos, desportos, convívio com estrangeiros, mecenato, planejamento da guerra, e a estrutura administrativa e burocrática. Marques considera ainda que na corte régia

⁴⁶¹ GOMES, Saul António. *D. Afonso V. idem*, p. 73.

⁴⁶² GOMES, Saul António. *D. Afonso V. idem*, p. 74-76. Ver ainda: NASCIMENTO, Aires A. Vasco Fernandes de Lucena. In: *Dicionário da literatura medieval galega e portuguesa. Idem*, p.647-648.

⁴⁶³ SARAIVA, António José. *O Crepúsculo da Idade Média Portuguesa*. Lisboa: Gradiva, 1995, p.216-221.

⁴⁶⁴ GUENÉE, Bernard. Corte. In: *Dicionário Temático do Ocidente Medieval*. São Paulo: EDUSC, 2006, vol.1, p.272-276.

florescia uma “cultura senhorial”, palaciana, estruturada nos ideais e valores da nobreza da época⁴⁶⁵.

Pelos apontamentos de Gomes, Guenée e Marques, os embaixadores que estavam às margens de nossa discussão também passam a ser caracterizados pelo saber, um saber cortesão formatado dentro das referências da nobreza, da moral religiosa, e dos interesses da monarquia. Esse é o caso dos sete (7) oficiais de armas, que lembram que uma parcela dos enviados diplomáticos (8,4%) era especialista na ciência heráldica e nos rituais cortesãos; de DIOGO DE SALDANHA, PERO DE SOUSA, LOPO DE ALBUQUERQUE, AFONSO PEREIRA, DIOGO DA SILVA e VASCO DE GOUVÊA, oficiais da casa real; de ÁLVARO DE ATAÍDE, MARTIM BERREDO, cavaleiros fidalgos de D. Afonso V; ou ainda dos conselheiros JOÃO DE MENESES e JOÃO DE SOUSA. Nesses termos, apenas dois casos continuam à parte: MARTIM LEITÃO, que serviu na África durante os reinados de D. João I, D. Duarte e D. Afonso V, e JOÃO FOGAÇA, comendador da Canha.

Direcionar o problema dos saberes dos embaixadores ao espaço cortesão nos permite ainda considerar que os clérigos que atuaram como confessores, capelães e pregadores também compartilhavam da cultura cortesã. Da mesma maneira, os oficiais da administração central, pelo próprio exercício de suas funções, estavam inseridos na Corte e, conseqüentemente, participavam do “ciclo cotidiano” do cerimonial cortesão⁴⁶⁶. Na medida em que os embaixadores faziam parte da *elite do poder* do Portugal quatrocentista, atuando nas cidades e na Corte, a presença desses homens nas cerimônias da monarquia, como entradas régias, casamentos, recepções de embaixadas, cortejos fúnebres, etc., constituía um mecanismo de ensinamento acerca das regras, dos gestos e dos comportamentos cortesãos.

Outro aspecto não menos importante da relação entre diplomacia e Corte é o fato de trinta e cinco (35) embaixadores aparecerem como conselheiros régios⁴⁶⁷. A presença e a atuação do Conselho na governança e nos assuntos externos foram temas discutidos no capítulo anterior, por esse motivo, concentraremos os apontamentos na definição do perfil de conselheiro, entendendo que esse perfil também constituía contornos acerca do ser embaixador.

⁴⁶⁵ MARQUES, A. H. de. *Portugal na Crise dos séculos XIV e XV. Idem*, p.425-426.

⁴⁶⁶ Rita Costa Gomes, ao tratar dos “Tempos da Corte” destaca uma série de cerimoniais praticados pela realeza e que estavam relacionados ao espaço cortesão. Em relação aos problemas que pontuamos sobre a relação entre os oficiais e a Corte, a autora destaca a existência de um “ciclo cotidiano”, que envolvia desde a chegada e o consumo de alimentos, à recepção de embaixadores. Ver: *A Corte dos reis de Portugal no final da Idade Média. Idem*, p.306-317.

⁴⁶⁷ Além das referências presentes no catálogo prosopográfico, acrescenta-se que Rodrigo Afonso aparece como membro do “conselho” no texto do Tratado das Alcáçovas.

Diferente de outras cortes, onde é possível encontrar obras classificadas como “espelhos de conselheiros”⁴⁶⁸, não dispomos de uma produção textual portuguesa direcionada ao tema, sendo a atuação e a expectativa sobre os conselheiros inferida de outros documentos. Ao lado de indícios presentes nas crônicas e narrativas de viagens, a legislação goza de centralidade nessa questão, e as *Ordenações Afonsinas*, no Título LIX, “*Dos Conselheiros de ElRey*”, oferecem elementos suficientes para a constituição de um perfil do conselheiro afonsino. O título inicia com referências de Sêneca, do rei Salomão, e dos conselhos de Aristóteles ao jovem Alexandre. Em seguida, reforça as relações entre conselho, amizade e lealdade, estabelecendo que “*os Conselheiros do Rey ham de haver muitas virtudes, e boos costumes*”. O quadro 9 sistematiza tais virtudes e costumes presentes na legislação afonsina.

Quadro 9. Os conselheiros do rei nas Ordenações Afonsinas

Item	Virtudes e costumes do conselheiro
§5	“que tenham membros autos, e perfeitos”
§6	“boa capacidade, e ligeiro entendimento pera entender todo o que se no conselho disser”; “que sejam de boa memoria, e bem lembrados daquello que assy filharem, e ouvirem”; “sejam bem callados quando estiverem na presença do Rey”
§7	“Que confirem, e entendão o mal, e a graveza, que do conselho se pode seguir”; “ham de ser cortezes, e bem falantes, e doces de suas palavras per tal maneira, que a língua conresponda ao coração, e ao pensamento”; “que sua falla seja graciosa, e clara sem outro alguu empedimento”
§8	“Que sejam fortis, e penetrativos em toda a moralidade, e sciencia assy Civel, como Canonica, e em Aresmetica”; “ham de seer verdadeiros em suas palavras, e amar a verdade, e arredar-se da falsidade”
§9	“Ham de seer bem acostumados, e de boa compreixom, a saber, mansos, e de boa conversaçom”; “que possam os homees com elles bem trautar sem outra aspereza assy de palavra, como de obra”; “que sejam sem magoa de muito comer, e de muito beber, e sem reprensom de fornizio, e arredados dos jogos, e deleitaçoes, que nom trazem proveito, nem honra”
§10	“Ham de seer de grande coração em seu proposito, e amadores da honra do Rey” “que o ouro, a prata, e todalas outras cousas semelhantes deste mundo sejam desprezavees acerca delles” “que os seus propositos, e entençaes nom sejam senom em aquellas cousas, que conveem aa sua dignidade, e regimento, pera que som eleitos, e deputados”
§11	“Que amem os que nom tem conhecimento como os seus chegados” “que amem os justos, e a justiça enteando ho ódio, e a culpa, dando a cada huu o que seu he”
§12	“Ham de seer fortes, e perseverantes em seu proposito boo, e em aquellas cousas, que lhes parecerem boas, e honestas pera fazer”; “que sejam ousados sem temor, e sem fraqueza de coração, pera no nosso conselho dizerem todas aquellas cousas, que sentirem por serviço de Deos, nossa honra, e bem, e proveito do Regno”;

⁴⁶⁸ Cf.: MUNIZ, Márcio Ricardo Coelho. Espelho de Conselheiros: um possível gênero da literatura política ibérica. In: *Floema. Caderno de Teoria e História Literária*, n.2, 2005, p.101-134.

Item	Virtudes e costumes do conselheiro
	“ham de saber todas as rendas, e despesas, e nom se lhes esconda o proveito, que pertence a seu regimento, e da Repruvica”
§13	“Nom hom de ser verbosos, nem de muita palavra, nem muito ruidosos, ca a temperança he virtude, e muito aplaz em todas as cousas”; “trautarem beninamente todo o que de fazer houverem com reguardo do serviço do Rey com honesto asseseço, e temperamento, que pareça a todos os que os virem, que teem cuidado, e sentimento de bem obrarem”
§14	“E porque ao Conselheiro de ElRey pertence principalmente haver boo siso, necessariamente convem que haja idade comprida”

Fonte: Ordenações Afonsinas, Livro I, Título LIX.

Em linhas gerais, o perfil de conselheiro estabelecido pelo título das *Ordenações* envolve elementos da prática de aconselhar, como a memória, o bom entendimento e a boa fala; do comportamento, por exemplo, ser cortês e doce em palavras; e aspectos outros, que versam sobre moralidade. O padrão moral presente no texto aproxima-se do conteúdo presente na prosa moralística de Avis, indicando que os conselheiros deveriam ser mansos, fazedores da justiça, amantes da honra e do bem, evitando os deleites carniais, as falas ruidosas e ásperas. Desta maneira, a constituição de um perfil de conselheiro na Corte de Avis mostra-se diretamente ligado ao processo de redefinição da nobreza promovido pelos monarcas avisinos.

Outrossim, observa-se que tais virtudes e costumes imputados aos conselheiros também podem ser aplicadas aos embaixadores, em especial, os cuidados com a fala e com a honra do rei e do reino. Nesse sentido, consideramos que o saber esperado do embaixador quatrocentista está profundamente associado ao ideal de conselheiro, padrão que se desenvolveu a partir da cultura cortesã, palaciana, e dos modelos morais religiosos, estando no caso português direcionado pelos monarcas de Avis.

Tal questão pode ainda ser observada em textos dos demais reinos ibéricos. Exemplo da associação encontra-se na obra *Rimado de Palacio*, de Pero López de Ayala. Ao tratar das “*cosas para conoscer el poder del Rey*”, Ayala destaca o papel dos embaixadores e das embaixadas:

Si sus enbaxadores enbia bien ordenados,
Cavalleros muy buenos, doctores bien letrados,
Con buen apostamiento e bien aconpañados,
De los que a ellos veen luego serán notados.

Algunt príncipe muy grande dizen, çierto será
El que tal enbaxada onrada enbiará;

El que nunca le vio luego le notará,
E su fama muy grande non la olvidará⁴⁶⁹.

Outra expressão dessa proximidade entre o perfil de conselheiro e de embaixador é o *Livro das Bestas*, de Raimundo Lúlio. Nesta fábula, o pensador catalão discorre sobre o Conselho:

Quando o Leão foi eleito rei, fez um belo sermão diante de seu povo, e disse estas palavras:

– Senhores, é vossa vontade que eu seja rei. Todos sabem que o ofício de rei é muito perigoso e é um grande trabalho. (...) Peço-vos que aqueles conselheiros que me deres sejam homens sábios, leais, e que sejam dignos de serem conselheiros e pares do rei.(...)

Mas Dona Raposa sentiu um grande desprazer por não ter sido eleita para ser conselheiro do rei e, na presença da corte, disse estas palavras:

– De acordo com o que se encontra escrito no Evangelho, Jesus Cristo que é rei do céu e da terra, desejou ter a amizade e a companhia de homens simples e humildes. Por isso, elegeu os apóstolos, que eram homens simples e pobres, para significar que sua virtude os exaltaria para que eles fossem ainda mais humildes. Para vossa instrução, digo que a mim parece que o rei deve ter em seu Conselho bestas simples e humildes, para que não se orgulhem de seu poder e de sua linhagem, não desejem se igualar ao rei e que assim sejam exemplo de esperança e humildade para as bestas simples e que vivem de erva.

Ao Elefante, ao Javali, ao Bode, ao Carneiro, e a todas as outras bestas que vivem de ervas pareceu bom o que disse Dona Raposa, e todos estes aconselharam ao rei que Dona Raposa, que era bem falante e tinha grande sabedoria, fosse do Conselho do rei.

A seguir, no capítulo 5, Lúlio trata do envio de mensageiros:

O Leão doutrinou o Leopardo e a Onça sobre como deveriam ser mensageiros, e disse estas palavras:

– A sabedoria de um senhor é significada em mensageiros sábios, bem falantes, bons conselheiros e bons conciliadores. A nobreza de um senhor é significada em mensageiros que cumprem honradamente a sua missão, bem vestidos, que possuam uma companhia bem nutrida e bem ornamentada, e que eles e sua companhia não tenham avareza, gula, luxúria, soberba, ira, nem qualquer outro vício. Todas essas coisas e muitas outras são necessárias aos mensageiros de um nobre príncipe de tal maneira que a ação de enviar uma mensagem seja agradável ao príncipe e à corte a quem são enviados os mensageiros⁴⁷⁰.

⁴⁶⁹ AYALA, Pero López de. *Libro Rimado de Palacio*. Edición de Kenneth Adams. Madrid: Ediciones Cátedra, 1993, p.242, versos 617-618.

⁴⁷⁰ LÚLIO, Raimundo. *O Livro das Bestas*. Capítulo 2 e 5, p.41-42, 63.

A fábula estabelece o perfil do conselheiro marcado por elementos como: sabedoria, lealdade, humildade, exemplaridade e boa fala; aspectos que também se apresentam na caracterização do mensageiro, indicado como devendo ser: sábio, bom falante, bom conselheiro, conciliador, honrado, com boas vestimentas e ornamentos, bem nutrido e apartado dos pecados capitais. António Saraiva considera inegável a influência de Raimundo Lúlio em Portugal, destacando as relações próximas existentes entre a família de Avis e a Corte de Aragão, a presença de obras de Lúlio na biblioteca alcobacense e as referências ao autor inseridas no *Leal Conselheiro*⁴⁷¹.

Não podemos estabelecer referências diretas do autor catalão ou do *Rimado de Palacio* na corte afonsina, porém é interessante ter em vista a circulação desses autores e de outros textos nas cortes ibéricas⁴⁷², e notar as proximidades entre os textos citados e a ordenação afonsina. Nos documentos percebe-se a proximidade entre o ser conselheiro e o ser embaixador, os quais deveriam se caracterizar pela lealdade, amizade, por possuírem uma conduta exemplar e por serem *sábios*. Tal sabedoria passava pelo conhecimento das leis e da ciência, mas também estava relacionada ao comportamento, à retidão moral, aos cuidados com o corpo e com a fala. Destarte, consideramos que o perfil de conselheiro/embaixador estruturou-se em torno das referências cortesãs, as quais estavam imersas nas categorias cavaleirescas e nos preceitos da moral religiosa.

Ao longo deste último item, partimos das referências afirmadas pela historiografia a fim de discutir a questão do saber dos embaixadores e, conseqüentemente, traçar o perfil do enviado diplomático no reinado de D. Afonso V. Como demonstramos, é comum encontrar propostas que enfatizam a centralidade exercida pelos egressos universitários no desenvolvimento do funcionalismo régio, merecendo maior destaque o papel dos juristas na composição da burocracia e das embaixadas quatrocentistas. Contudo, o protagonismo

⁴⁷¹ SARAIVA, António José. *O Crepúsculo da Idade Média Portuguesa*. *Idem*, p.140-141.

⁴⁷² Marcella Lopes Guimarães tem investigado as crônicas ibéricas e em seus trabalhos chama atenção para a circularidade de informações e para o contato de Fernão Lopes, por exemplo, com a produção de Ayala. A título de exemplo, citamos os artigos: O subtexto do Chanceler Pero Lopez de Ayala na Crônica de D. João I de Fernão Lopes referente ao biênio de 1383-1384: autoridade e desafio. In: *Scripta Mediaevalia. Revista de Pensamiento Medieval*, vol.2, n.2, 2009; Notícias ibéricas no Livro III de Jean Froissart (1337-1405): notas sobre a circulação da informação na Baixa Idade Média. In: *Revista de História Comparada*, Rio de Janeiro, v.9, n.2, 2015, p.66-81. Além do trabalho da historiadora brasileira, destacamos o artigo de Adeline Rucquoi como expressão do contato cultural entre as cortes ibéricas: Rois et princes portugais chez les auteurs castillans du XVe siècle. In: *Península, Revista de Estudos Ibéricos*, n.0, 2003, p.39-51.

universitário e dos diplomados em leis não foi evidenciado em nosso levantamento. Temos consciência que a documentação diminuta, dispersa, e lacunar sobre diferentes personagens não possibilita que se afirme categoricamente que o peso exercido pelos diplomados nos ofícios da corte foi restrito. Contudo, a distância entre o número de diplomados (19) e o total de embaixadores encontrados (83), nos suscitou o interesse em ampliar a questão do saber dos enviados diplomáticos. Nesta nova via, foi possível pensar o funcionalismo como promotor de uma “educação prática”, fundamental para a administração régia que tinha demandas objetivas para o cotidiano da governança, tais como saber ler e escrever, conhecer o latim e rudimentos contábeis e jurídicos. Este olhar sobre o funcionalismo nos direcionou ao saber letrado, aspecto que agregava o mundo eclesiástico, universitário e o oficialato. Não obstante, ainda que ser *letrado* tenha constituído elemento definidor da maior parcela de embaixadores (47), consideramos relevante ir além.

No intuito de ampliar a questão do saber e estabelecer o perfil dos embaixadores de D. Afonso V, partimos da constatação de que as duas maiores categorias identificadas foram a *elite de sangue*, com trinta e dois (32) embaixadores, e a *elite do trabalho*, com doze (12). Através da pesquisa sobre a trajetória desses personagens, expressa na primeira parte do capítulo, percebeu-se a importância acentuada da nobreza cortesã e do oficialato, notando ainda as relações íntimas entre tais categorias. Outro elemento que também chamou atenção foi a proximidade dos clérigos com a Corte, assim como a presença de sete (7) oficiais de armas em embaixadas. Nesse sentido, por mais que um perfil de oficial nobre e letrado se apresentasse como central para a definição do enviado diplomático afonsino, foi possível perceber que esses três elementos (nobreza, ofício e letramento) atravessam o *locus* central da sociedade política da época, a Corte régia. Nesses termos, em meio aos muitos dados a serem esclarecidos acerca dos embaixadores afonsinos, o papel da corte régia como espaço definidor do saber e do ser embaixador mostra-se como fundamental nesse alvorecer do mundo moderno.

CAPÍTULO 4. OS MÉTODOS DE NEGOCIAÇÃO: ENCONTROS RÉGIOS E EMBAIXADAS

A diplomacia é a habilidade para negociar com pessoas⁴⁷³. O sentido dicionarizado do termo também aparece na definição proposta por Adriano Moreira, que em seu tratado sobre as Relações Internacionais afirma ser a diplomacia “uma arte da negociação”⁴⁷⁴. Esses exemplos apontam para o fato da própria noção de diplomacia agregar a ideia de negociação, termo polissêmico que tem recebido destaque nas Ciências Humanas e Sociais. Como demonstrou Stéphane Péquignot, diferente dos sociólogos, os historiadores não constituíram um campo de *negotiation studies*, por mais que a utilização venha suscitando um interesse crescente, movimento exemplificado pelas publicações de Barbara Rosenwein, *Negotiating Space* (1998), de Diane Wolthal, *Peace and Negotiation* (2000), e de Warren Brown e Piotr Górecki, *Conflict in Medieval Europe* (2003). Em linhas gerais, Péquignot assinala que o recurso ao campo semântico do termo *negociação* coloca em evidência as capacidades de iniciativa dos indivíduos em determinadas situações sociais, além de ser usado para demonstrar a importância de procedimentos extrajudiciais⁴⁷⁵.

No que tange as relações diplomáticas medievais, a obra *Negociar en la Edad Media* (2005) constitui uma das principais contribuições sobre o tema. Resultante do colóquio realizado em Barcelona, em 2004, a obra traz, por exemplo, discussões sobre o papel da oralidade e do escrito na diplomacia (F. Autrand) e sobre as emoções presentes na negociação diplomática (N. Offenstadt). Não obstante, são os apontamentos introdutórios de Jean-Marie Moeglin que merecem maior destaque. O autor investe em explorar as palavras que durante a Idade Média estariam ligadas às noções de *negociação* e *negociar*, para, em seguida, concluir que a prática de negociação medieval estava ligada à resolução de conflitos, um direito que se estendia dos reis aos simples indivíduos. Em resumo, Moeglin defende que a forma medieval de negociação abrange a honra e o direito das partes envolvidas, sendo o negociador um representante da honra e do direito de seu mandatário⁴⁷⁶.

As considerações de Moeglin e Péquignot oferecem importantes aportes de investigação e, a partir delas, retoma-se que o presente capítulo visa analisar os métodos de

⁴⁷³ Cf.: Houaiss. *Dicionário da Língua portuguesa*. São Paulo: Objetiva, 2001.

⁴⁷⁴ MOREIRA, Adriano. *Teoria das Relações Internacionais*. Coimbra: Almedina, 4ª edição, 2008, p.75.

⁴⁷⁵ PÉQUIGNOT, Stéphane. *Au nom du Roi*. *Idem*, p.295-296; Enantar a tractar: l’entrée en négociation comme objet d’histoire. L’exemple de la diplomatie de Jacques II d’Aragon (1291-1327). In: MALLOL, María Teresa Ferrer et al. (eds.). *Negociar en la Edad Media*. *Idem*, p.265-267.

⁴⁷⁶ MOEGLIN, Jean-Marie. Heurs et malheurs de la négociation du Moyen Âge à l’époque moderne. In: MALLOL, María Teresa Ferrer et al. (eds.). *Negociar en la Edad Media*. *Idem*, p.5-26.

negociação usados durante o reinado de D. Afonso V. Lembra-se que missões oficiosas e a espionagem ficaram celebrizadas como práticas do período de D. João I que permitiram encobrir a conquista de Ceuta, e que a grande comitiva diplomática ao Concílio de Basileia caracteriza as negociações portuguesas no curto reinado de D. Duarte. Em meio a esses variados recursos da arte de negociar, o governo do *Africano* fez uso de inúmeras embaixadas e, de forma singular, dos encontros régios. Nesse sentido, ao longo do capítulo analisaremos o papel dos encontros régios como instrumento de negociação e as embaixadas como principal mecanismo da diplomacia afonsina.

4.1. OS ENCONTROS RÉGIOS

Os encontros régios constituem uma modalidade de negociação presente ao longo do medievo. Não obstante, como assinala Stéphane Péquignot, a prática fez-se mais comum nos séculos da Alta Idade Média e da Idade Média Central, conhecendo um recuo nos séculos seguintes, que foram marcados pela ampliação do uso de representantes para conduzir as negociações. Contudo, ainda que esse recuo tenha sido significativo, a Baixa Idade Média permaneceu pontuada por encontros entre príncipes e reis, sendo a prática presente, em especial, nas relações ibéricas⁴⁷⁷.

Os encontros envolviam dois ou mais soberanos e tratavam, geralmente, da realização de alianças, da assinatura de tratados, do término de um conflito, ou do concerto de matrimônios entre famílias reais⁴⁷⁸. Atualmente, esse tipo de encontro é nomeado “*summit meeting*”, “*conférence au sommet*”, ou “*reuniones en la cumbre*”, porém no medievo ibérico tais reuniões eram chamadas de “Vistas Reais”. Diferente dos reinados anteriores da dinastia de Avis, o período de D. Afonso V deu destaque para o uso desse mecanismo de negociação, tendo o rei viajado para a França a fim de negociar o apoio de Luís IX às pretensões portuguesas em Castela, além de encontrar-se com Enrique IV, principalmente, para negociações matrimoniais e alianças militares. A fim de analisar a utilização desse instrumento pelo monarca português, dividiremos a exposição em dois momentos: as vistas reais e a viagem de D. Afonso V.

⁴⁷⁷ PÉQUIGNOT, Stéphane. *Au nom du Roi. Idem*, p.397-398.

⁴⁷⁸ OCHOA BRUN, Miguel Ángel. *Historia de la Diplomacia Española*. Madrid: Biblioteca Diplomática Española, 1993, v.3, p.289.

4.1.1. Vistas Reais

De acordo com Diogo Ortiz de Zuñiga, em abril de 1456, na cidade de Badajoz, ocorreu o primeiro encontro régio entre Enrique IV e D. Afonso V⁴⁷⁹. Duarte Nunes de Leão, cronista português, acrescenta que a motivação para as vistas foi o traslado da ossada da rainha D. Leonor, que estava em Toledo e foi trazida pelos reis de Castela, Enrique e D. Joana, irmã de D. Afonso V. Além disso, Leão indica que o encontro ocorreu em Elvas e não em Badajoz⁴⁸⁰. Curiosamente, Rui de Pina não menciona as vistas, limitando-se a referenciar que “com muita e nobre gente [a ossada] foi trazida a Elvas”⁴⁸¹. Por outro lado, a *Crónica anónima de Enrique IV de Castilla*, silencia sobre os ossos de D. Leonor, mas acrescenta novos elementos ao encontro, constituindo-se no principal relato da reunião. A narrativa indica Badajoz como o local do colóquio, destaca os membros da nobreza castelhana presentes, e detalha os procedimentos realizados:

E sabido por el rey de Castilla como el rey de Portugal vènia, saliolo a resçebir quanto media légua, con el todos los grandes que ally estavan, aconpañados de muy noble cavalleria; e los reyes se fablaron con grande amor e asy se vinieron a la çibdad de Badajoz, donde el rey tenia aparejada muy grant fiesta al rey de Portugal e para todos los que con el venian; e comieron con el rey aquel dia el rey de Portugal e la reyna su hermana e los ynfantes don Fernando e don Enrique.

Y el rey de Portugal estovo alli tres dias, en el qual tienpo el rey mando fazer la despensa al rey de Portugal e a todas sus gentes muy abondosamente; e passados asy aquellos tres dias, el rey de Castilla y el de Portugal se fueron a Yelves e con ellos la reyna, donde les fueron fechas muy grandes fiestas, en otros tres dias que ende estovieron⁴⁸².

Por mais que o encontro de 1456 seja obscuro, sem que a documentação indique os elementos tratados, ele se insere na sequência do restabelecimento das alianças matrimoniais – o casamento de D. Joana e Enrique IV ocorreu em 1455⁴⁸³ – e, conseqüentemente, num contexto de reaproximação entre Portugal e Castela, circunstância que permitiu o traslado dos restos mortais da falecida rainha. A *Crónica anónima* ressalta a preocupação de Enrique IV

⁴⁷⁹ ZUÑIGA, Diogo Ortiz de. *Annales eclesiásticos y seculares de la muy noble y muy leal ciudad de Sevilla*. Madrid: Imprensa Real, 1795, Tomo 11, p.344.

⁴⁸⁰ LEÃO, Duarte Nunes de. *Crónica e Vida del Rey D. Affonso o V. Idem*, Cap. XXVII.

⁴⁸¹ CDAV, Cap.CXXXVII.

⁴⁸² *Crónica anónima de Enrique IV de Castilla. 1454-1474 (Crónica castellana)*. Edición crítica y comentada de Maria Pilar Sánchez-Parra. Madrid: Ediciones de La Torre, 1991, Cap. XXVII.

⁴⁸³ De acordo com a documentação presente no volume XI da *Monumenta Henricina*, as negociações avançaram ao longo da segunda metade do ano de 1453, concluindo-se em 1455 (doc.212,214, 215, 216). Ver ainda: CDAV, Cap. CXXXVI.

com a recepção de D. Afonso V e com o cerimonial, fazendo sobressair os laços entre a rainha D. Joana e o rei português.

Antes de avançar, chama-se atenção para o impasse sobre o local da reunião. Enquanto as narrativas hispânicas afirmam que o encontro ocorreu em Badajoz, os cronistas portugueses sustentam que o colóquio deu-se em Elvas. Esta indefinição também aparece nas vistas de 1472, o que reforça que a escolha do lugar de encontro era algo espinhoso e envolvia a honra dos presentes, o que favorecia que lugares fronteiriços fossem comumente escolhidos⁴⁸⁴. Destarte, Badajoz e Elvas, cidades localizadas na fronteira entre os reinos, possibilitavam as vistas sem que o encontro resultasse em prejuízo para a honra de uma das partes, no entanto, o mais importante é que a reunião dava-se no *entre*, um lugar intermediário que garantia a negociação.

No ano de 1464, mais uma vez os monarcas voltaram a se encontrar. A conjuntura política ibérica tinha sofrido mudanças significativas. Após a morte de D. Afonso V, o *Magnânimo* (1458), as disputas entre Aragão e Castela foram novamente acesas. Paralelamente, em 1460 formou-se uma liga entre os grandes de Castela, que liderada pelo arcebispo Afonso Carillo, ampliou os poderes da nobreza em detrimento do poder régio⁴⁸⁵. De acordo com os *Anales de Aragón*, as vistas ocorreram na cidade de Gibraltar, tendo o encontro durado oito dias. Em meio ao contexto turbulento das relações ibéricas, Jerónimo Zurita afirma que a reunião foi orquestrada pela ação da rainha e do conde de Ledesma e tratou de “*muy estrecha confederación y amistad*” entre os reis⁴⁸⁶. As vistas de Gibraltar não passaram despercebidas por Rui de Pina e este também deu destaque ao encontro em sua crônica:

...El-Rei passou a Gibraltar, onde El-Rei de Portugal e El-Rei de Castella tiveram suas praticas e concordias, cuja sustancia foi requerer El-Rei D. Anrique liança a El-Rei D. Affonso, para contra os grandes de Castella, que com desleal alevantamento d’El-Rei D. Affonso o moço seu meio irmão lhe queriam desobedecer, e que para ter mais razão de o ajudar, queria que a Infante D. Isabel sua irmã casasse com El-Rei Affonso; e D. Joanna que então era havida por sua filha, e jurada por Princeza de Castella, casasse com D. João Principe de Portugal. E sobr’isto fizeram acordos prometidos e jurados nas mãos de D. Jorge, Bispo de Évora, que depois foi Arcebispo e Cardeal. Os quaes principalmente pela grande inconstancia do dito Rei D.

⁴⁸⁴ OCHOA BRUN, Miguel Angel. *Historia de la Diplomacia Española. Idem*, p.291.

⁴⁸⁵ Cf.: ARAÚJO, Julieta. *Portugal e Castela na Idade Média*. Lisboa: Edições Colibri, 2009, p.231-232; SUÁREZ FERNÁNDEZ, Luís. *Los Trastamaras de Castilla y Aragón en el siglo XV*. Tomo XV de la Historia de España dirigida por Menéndez Pidal. Madrid: Espasa-Caspe, 1964; *Nobleza y Monarquía. Entendimiento y Rivalidad. El proceso de la construcción de la corona española*. Madrid: La esfera de los libros, 2005, p.290-300.

⁴⁸⁶ ZURITA, Jerónimo. *Anales de Aragón*. Edición de Ángel Canellas López. Edición electrónica de José Javier Isso (coord.), María Isabel Yague y Pilar Rivero. Tomo VII, livro XVII, cap. LI, p.251.

Anrique, e por impedimentos e contradições outras que se seguiram não houveram effeito⁴⁸⁷.

Rui de Pina e Zurita reforçam que o ponto central das negociações de Gibraltar foi a proposta do duplo casamento entre as famílias reais portuguesa e castelhana, enlaces que visavam garantir o apoio de D. Afonso V aos interesses de Enrique IV em Castela⁴⁸⁸. Após o encontro, o rei de Portugal seguiu em romaria a Nossa Senhora de Guadalupe e, ao retornar, reuniu-se novamente com os reis castelhanos que o receberam na Ponte do Arcebispo, estando a princesa D. Isabel com os monarcas. O teor da discussão retomou o acordo estabelecido em Gibraltar, no entanto, os casamentos não se realizaram. As crônicas apontam diferentes motivos para esse desfecho. Rui de Pina indica que D. Isabel casou logo com D. Fernando de Aragão⁴⁸⁹. Por outro lado, Jerónimo Zurita sustenta que tal desenrolar deu-se pela falta de consentimento dos grandes e pela ausência do marquês de Villena nas vistas⁴⁹⁰, perspectiva que se aproxima da *Crónica anónima de Enrique IV de Castilla*, que afirma que D. Isabel respondeu ao pedido de casamento dizendo que tal feito dependeria do conselho dos grandes do reino⁴⁹¹.

A manifestação da resistência de parte da nobreza castelhana à proposta de enlace entre D. Isabel e D. Afonso V é um sinal do avanço das disputas internas em Castela. Em junho de 1465, a nobreza contrária a Enrique IV proclamou o infante Alfonso como rei, iniciando uma guerra civil que durou até 1468, ano em que D. Isabel foi jurada com legítima herdeira do rei pelo acordo de Guisando⁴⁹². É interessante que nesse contexto a rainha D. Joana permaneceu capitaneando a aproximação com Portugal, assim como o projeto matrimonial citado. Nesse sentido, dirigiu-se a Portugal para encontrar com D. Afonso V,

⁴⁸⁷ CDAV, Cap. CLIV.

⁴⁸⁸ Acrescenta-se que a *Crónica anónima de Enrique IV de Castilla* não menciona a negociação do casamento em Gibraltar, mas indica que “se fizieron grandes alegrías e juegos” (Cap. LVII).

⁴⁸⁹ “E de hi [Elvas] para o concerto já praticado se foi ao lugar da ponte do Arcebispo, onde se viu com El-Rei D. Anrique, e com a Rainha D. Joana sua irmã. E alli tiveram as mesmas praticas e acordos de Gibraltar sobre casamentos e lianças, que em fim não houveram effeito, porque a Infante D. Isabel de Castella, contra vontade d’El-Rei D. Anrique, e por meio do Arcebispo de Tolledo, casou logo com D. Fernando, Principe d’Aragão e de Sicilia, (...) e o Principe de Portugal casou com a Senhora D. Lianor sua prima com irmã, filha maior do Infante D. Fernando, que depois foi Rainha de Portugal” (CDAV, Cap. CLVII).

⁴⁹⁰ “No se contentando con aquellas vistas, habiendo venido el rey de Portugal al monesterio de Guadalupe salió el rey de Castilla con la reina a la Puente del Arzobispo a recibirle, y llevó la reina a la infante doña Isabel; y el matrimonio se dejó de solemnizar hasta tener el consentimiento de los grandes y porque no se halló en aquellas vistas el marqués de Villena” (ZURITA, Jerónimo. *Anales de Aragón. Idem.*).

⁴⁹¹ *Crónica anónima de Enrique IV de Castilla. Idem*, Cap. LVIII.

⁴⁹² Sobre a guerra civil em Castela, ver: LADERO QUESADA, Miguel Ángel. *La España de los Reyes Católicos. Idem*, p.53-55; SUÁREZ FERNÁNDEZ, Luís. *Nobleza y Monarquía. Entendimiento y Rivalidad. Idem*, p.301-327.

tendo poderes para concertar o casamento do irmão com a infanta Isabel⁴⁹³. O lugar do encontro foi a cidade da Guarda, durante a realização de Cortes na cidade. Estas tiveram como um dos principais temas o pedido de auxílio ao rei castelhano. Consoante a *Chronica d'El-Rei D. Affonso V*, a rainha solicitou ajuda na assembleia, porém “foi El-Rei aconselhado que em tal discordia e empreza nem lianças se não atremettesse, da qual cousa com a mais honestidade que pôde se escusou”⁴⁹⁴. Acerca da questão matrimonial, sabemos apenas que D. Afonso V assinou capitulações que não surtiram efeito, porém a reunião da Guarda reforça os indícios do protagonismo da rainha de Castela nas negociações ibéricas do período.

A leitura da narrativa de Rui de Pina sugere que os impasses de 1464 e 1465 inviabilizaram a proposta de casamento luso-castelhano, tendo decorrido novos enlaces após a dissolução do acordo⁴⁹⁵. Não obstante, de acordo com a *Crónica anónima de Enrique IV de Castilla*, ainda em 1469, D. Afonso V enviou embaixada para negociar o seu casamento com D. Isabel, missão que não foi coroada de sucesso⁴⁹⁶, e no mesmo período o papa chegou a conceder a dispensa para o dito enlace⁴⁹⁷. A ação afonsina indica que o projeto matrimonial acalentado por Enrique IV continuava em pauta na corte portuguesa, sendo, talvez, o principal elemento garantidor do apoio militar demandado pelo rei castelhano.

Poucos anos depois, em 1472, os monarcas voltaram a se encontrar. Segundo o cronista português, as vistas ocorreram entre Badajoz e Elvas, sendo o objetivo central do encontro a negociação matrimonial. A mudança trazida pela reunião foi a noiva, que deixava de ser D. Isabel, à época casada com D. Fernando de Aragão, e passava a ser D. Joana, filha de Enrique IV e sobrinha de D. Afonso V⁴⁹⁸. Damião de Góis, na *Crónica do Príncipe D. João*, amplia o contexto das vistas informando que o rei de Castela retomou o projeto de casamento em virtude do fracasso da tentativa de casar D. Joana com o duque D. Carlos.

⁴⁹³ *Documentos referentes a las relaciones con Portugal durante el reinado de los Reyes Catolicos*. Edición preparada y anotada por António de la Torre y Luís Suárez Fernández. Valladolid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1958, vol.1, doc.10.

⁴⁹⁴ CDAV, Cap. CLVIII.

⁴⁹⁵ CDAV, Cap. CLVII.

⁴⁹⁶ *Crónica anónima de Enrique IV de Castilla*. *Idem*, Parte II, Cap. VII.

⁴⁹⁷ *Documentos referentes a las relaciones con Portugal durante el reinado de los Reyes Catolicos*. *Idem*, doc.15.

⁴⁹⁸ “E procurou [Henrique IV] de casar a dita Princesa D. Joana sua filha com El-Rei D. Affonso, sobre o qual como disse, se passaram mui continuas embaixadas, e por meio de D. João Pacheco, Mestre de Santiago, se concertaram vistas (...). E finalmente no caso e negocio intervieram tantas duvidas, e com esperança de tantos males e divisões de reino a reino, que El-Rei de Portugal tendo sobr'isso muitas vezes conselho, nunca em vida d'El-Rei D. Anrique se acharam taes meios, com que parecesse razão elle aceitar e concordar o dito casamento” (CDAV, Cap. CLXXI). Acrescenta-se que a *Crónica anónima de Enrique IV de Castilla* e a *Crónica de los Señores Reys Católicos* indicam apenas que o encontro ocorreu nas proximidades de Badajoz (Cap. XLIX e Cap. IV, respectivamente).

Ainda segundo esse cronista, as vistas não geraram resultados em virtude da não aceitação do monarca português⁴⁹⁹.

Após a morte de Enrique IV, o casamento em questão foi rediscutido e em inícios de 1475, D. Afonso V e D. Joana uniam-se em matrimônio. A partir do enlace teve início a guerra entre Portugal e Castela (1475-1479), e é nesse contexto que surge um possível encontro entre o monarca português e D. Fernando, na cidade de Zamora, em 1476. De acordo com Fernando del Pulgar, houve uma tentativa de encontro noturno, secreto, em barcas que se encontrariam no meio do rio Douro⁵⁰⁰. Damião de Góis também indica o interesse em se organizar as vistas, mas não menciona que as mesmas ocorreram à noite⁵⁰¹. Por outro lado, as crônicas de Rui de Pina e Garcia de Resende nada informam sobre o encontro, indicando apenas que representantes dos monarcas negociavam a paz numa ilha do rio Douro⁵⁰².

Como demonstramos, poucos são os dados disponíveis sobre as vistas reais do reinado de D. Afonso V, contudo o próprio recurso do rei a esse mecanismo de negociação diplomática já merece atenção. Em primeiro lugar, sublinha-se que os encontros estruturaram-se após a reaproximação luso-castelhana, manifesta no casamento entre Enrique IV e D. Leonor (1455), envolvendo diretamente o crescente enfraquecimento interno do rei de Castela. Foi em torno da necessidade de apoio ao reino vizinho que o projeto matrimonial entre as cortes começou a ser estruturado e, mesmo com reveses ao longo dos anos 60 e 70, conseguiu efetivar-se, ainda que sob um novo formato. Foi exatamente o enlace entre D. Afonso V e D. Joana, negociado desde o colóquio de 1472, que sustentou as pretensões portuguesas ao trono de Castela e, assim, consideramos que o entendimento dos caminhos que levaram à guerra luso-castelhana passa pela compreensão da importância das vistas realizadas nos anos anteriores. Esses encontros engajaram os reis e os principais de cada corte, com destaque para a rainha de Castela, irmã do *Africano* e protagonista no trato entre os reinos, e foi nessas negociações sem intermediários que o cerne da política ibérica portuguesa foi discutido.

Outro elemento de destaque é o lugar da reunião. A escolha do *entre* Badajoz e Elvas para as vistas reafirma a perspectiva historiográfica de que a negociação criava perigos para a

⁴⁹⁹ GÓIS, Damião de. *Crónica do Príncipe D. João*. Edição crítica e comentada por Graça Almeida Rodrigues. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 1977, Cap. XL, p.99.

⁵⁰⁰ PULGAR, Fernando del. *Crónica de los Señores Reyes Católicos Don Fernando y Doña Isabel de Castilla y de Aragón*. Cotexada con antiguos manuscritos y aumentada de varias ilustraciones y enmiendas. Publicação original: Valencia, Imp. de Benito Monfort, 1790. Alicante: Biblioteca Virtual Miguel de Cervantes, 2003, Cap. XLII, p.82.

⁵⁰¹ GÓIS, Damião de. *Crónica do Príncipe D. João*. *Idem*, Cap. LXXV.

⁵⁰² PINA, Ruy de. *Idem*, Cap. CLXXXIX; RESENDE, Garcia de. *Crónica de D. João II e Miscelânea*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1973, Cap. XIII.

honra dos envolvidos e, conseqüentemente, de que o local do encontro era de difícil definição. Nesse sentido, o caso de Zamora é singular. Se os colóquios anteriores deram-se num ambiente de aliança entre as cortes, a reunião de 1476 ocorreu durante a guerra, com os pactos entre os reinos suspensos. No entanto, mais uma vez é possível notar o cuidado com o espaço da negociação, o que levou os monarcas a encontrarem-se num barco ou numa ilha do rio Douro, num claro exemplo da busca da neutralidade e da igualdade nas negociações.

Dito isso, convém observar outra face do protagonismo afonsino nas negociações, a viagem do monarca a França.

4.1.2. A viagem de D. Afonso V a França.

Após os insucessos em Castela, D. Afonso V retornou a Portugal com o projeto de encontrar-se com Luís XI na França. O rei deixou o porto de Lisboa em finais de agosto de 1476, acompanhado de dezesseis naus e cinco caravelas, num total de 2200 pessoas. A frota desembarcou em Collioure e rumou a Perpignan, onde foram feitas celebrações em 17 de setembro. A viagem prosseguiu por Narbonne, Béziers, Montpellier e Nîmes, sem que tenha gerado solenes festejos pelo caminho. D. Afonso V seguiu até as proximidades de Lyon, de onde passou às cidades de Bourges e Tours. Entrou o monarca português nesta cidade no dia 10 de novembro, tendo encontrado com Luís XI apenas cinco dias depois, no Palácio Real de Tours⁵⁰³.

Nesse primeiro encontro ficaram decididas duas ações: o envio de uma embaixada a Roma, sendo os embaixadores DIOGO SALDANHA e JOÃO TEIXEIRA, da parte de Portugal, e o senhor de Saint-Vallier e o governador do parlamento de Grenoble, da parte da França; a mediação de D. Afonso V no conflito entre Luís XI e Carlos, o Temerário, duque da Borgonha. Além disso, foi na reunião de Tours que o rei francês concedeu a D. Fernando de Almada o título de conde de Avranches⁵⁰⁴.

⁵⁰³ SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *Relações históricas entre Portugal e a França. (1431-1481)*. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian. Centro Cultural Português, 1975, p.108-117. Especificamente sobre a recepção em Tours, ver: Relação do recebimento que elRey de França fez a elRey Dom Afonso V de Portugal quando lhe foi pedir socorro contra Castella. Biblioteca Pública de Évora, códice CV/1-2, fols. 142-144. Novembro de 1476. In: SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *Relações históricas entre Portugal e a França. Idem*, Apêndice documental, doc. XII, p.164-165.

⁵⁰⁴ SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *Relações históricas entre Portugal e a França. Idem*, p.118-119.

Figura 1. Itinerário da viagem de D. Afonso V a França



Fonte: GOMES, 2009: 282.

A comitiva deixou a cidade no dia 17 de novembro, passando por Orléans (dia 19) e Paris (dia 23) antes de encontrar o duque em Ammanche, nas proximidades de Nancy, em 29 de dezembro. Uma nova reunião entre os primos foi marcada para o dia 01 de janeiro, momento em que se tratou da pacificação entre a França e a Borgonha. A estadia ao lado de Carlos, o *Temerário*, não foi longa, retornando o monarca a Paris no dia 04 de janeiro, aonde chegou no dia 10⁵⁰⁵.

Havia pouco mais de quatro meses que D. Afonso V iniciara a sua viagem a França, tendo passado por uma vintena de cidades, participado de inúmeros festejos, e encontrado com Luís XI em Tours, o objetivo do audacioso deslocamento. Enquanto uma embaixada negociava a dispensa papal para o casamento com D. Joana, o rei tratava da pacificação entre a França e a Borgonha. Através de uma carta escrita por D. Afonso V no dia de sua chegada a Paris, observa-se que o rei estava confiante do sucesso que pairava sobre sua missão ou, no mínimo, tinha a preocupação de que essa versão dos acontecimentos chegasse a Portugal.

⁵⁰⁵ CDAV, Cap. CXC VIII. Ver ainda: GOMES, Saul António. *D. Afonso V. Idem*, p.288.

Somente vos escrevo que do Senhor Rey de França eu tenho dele avida muita boa palavra para me aver de ajudar a cobrar Castella cõ todo seu poder, e que agora avera poucos dias que fui ver ao duque de Borgonha, meu primo, e falar cõ elle, o qual me recebeo taõ bem que outra pessoa elle no recebera cõ melhor vontade ne cõ tanta cerimonia. Das couzas que lhe falei, achei tal resposta que eu fui bem cõtente. Honte segunda feira, seis dias deste mes de Janeiro, me chegaraõ novas como no dia dantes elle foi desbaratado pelo Duque de Loreinna, e dos Alemães que eraõ em sua cõpanhia iunto do lugar de Nansi, (...) os que dos seus foraõ prezos e mortos eu volo não saberei escrever, porque ainda não são certo de quantos e de quaes eraõ, ne do Duque meu primo ainda não sei onde he. São couzas de Deos ou da fortuna. Agora eu me torno aonde o Senhor Rey da França está para lhe falar alguas couzas e lhe requerer o que entendo que a meus feitos compre e espero nelle achar o que ia acima vos escrevi⁵⁰⁶.

Esse documento tem singular importância para a percepção do desenvolvimento das negociações sob a ótica afonsina. O rei deixa entender que o trato firmado em Tours estava cumprido de sua parte, ainda que a sorte de Carlos nas armas ainda não fosse conhecida. D. Afonso V chega a Paris acreditando que se encontraria novamente com Luís XI e finalizaria a negociação do apoio francês à sua causa em Castela. Porém, como registrou Philippe de Commynes em suas *Mémoires*:

Ce povre roy de Portingal, qui estoit tres bon et juste, mit en son ymagination qu'il iroit devers le duc de Bourgogne, qui estoit son cousin germain, et qu'il pacifieroit tout ce different du Roy et de luy, affin que le Roy luy peust ayder: car il avoit honte de retourner en Castille ny en Portingal avec ceste deffaulte, et de n'avoir riens faict par deca: car legierement il avoit esté meu d'y venir, et oultre l'opinion de plusieurs de son conseil⁵⁰⁷.

A narrativa francesa pode ser corroborada por uma nova carta do rei português, datada de 26 de janeiro de 1477. Ainda em Paris, D. Afonso V expressa o desalento com o decorrer dos fatos, manifestando o revés vivido em sua viagem.

Enquanto em Portugal estive em couzas de guerra sempre mais fiz o que me a mim pareceu bem que seguir cõcelhos nem a prazer doutrem, mas quando entrej em Castella tomej por fundamento estar em quanto bem pudesse, pello que ha maior parte parecesse, em especial dos castelhanos, por eu entender que tinhaõ melhor em formação daquella terra e me eu delles muito fiar,

⁵⁰⁶ Carta de D. Afonso V, rei de Portugal, a D. Pedro de Meneses, conde de Vila Real, sobre a oferta de dinheiro que este lhe mandou fazer e com notícias de França. Biblioteca pública de Évora, códice CIII/2-20, fols.133v-134. In: SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *Relações históricas entre Portugal e a França*. *Idem*, Apêndice documental, doc. XIV, p.171.

⁵⁰⁷ *Mémoires de Philippe de Commynes*. Revue et publiée avec annotations et éclaircissements par M. elle Dupont. Paris: Libraires de la Société de l'Histoire de France, 1843, Tome II, Livre V, Chapitre VII.

avendo que nosso Senhor menos carrego mudaria do que soçedesse tendo receo de se poder dizer por mim o que ora por o duque de Borgonha se diz que era homem de sua cabeça e que por isso se perdeo. E uma destas partes não fiz por al senaõ por ver cõ meu perigo ou trabalho podia salvar Portugal e ganhar Castella, e quando todo não podesse eu seria contente do que a Portugal pertencia. Neste termo estou e pello que envio dizer ao Principe, meu filho, podereis saber as couzas da qua como ora estaõ e escuzarej mais dezejo de vingança e cobiça de honrra do mundo senaõ fazer o que for mais serviço de Deos e bem da minha consciencia, praza a nosso Senhor que me leixe em breve conhecer. Não ha em mim paixãõ, louvores a Deos, nem em Portugal nõ ha pessoa a que mais doaõ os trabalhos delle que a mim, mas não sey outro melhor remedio nem mais saõ caminho para minha alma. Dagara ao diante não sey o que sera, pesso a sua Misericordia que me não leixe ser emganado⁵⁰⁸.

Escrita dezesseis dias após a entusiasmada chegada a Paris, a nova epístola traz o desfalecimento do monarca com a viagem, os pesares pelos acontecimentos com o *Temerário*, e uma forte sensação de acuamento de D. Afonso V, que passa a conformar-se na fé e a buscar não ser novamente enganado. Se a primeira correspondência pode ser lida como uma versão favorável da negociação, a segunda manifesta um tom mais íntimo, com o rei expressando os sentimentos que o atravessavam no estrangeiro. Um elemento de suma importância que não pode ser descartado para a compreensão da carta é que D. Afonso V chegou a Paris decidido a encontrar-se com Luís XI, todavia, o monarca francês não estava na cidade e não retornou a ela, ocorrendo a nova reunião apenas no dia 01 de julho de 1477, isto é, quase seis meses depois do retorno afonsino à urbe parisiense. Além disso, como acrescenta Serrão, quase tudo se ignora da nova estadia do rei em Paris⁵⁰⁹. Deste modo, consideramos que a ciência dos acontecimentos franceses e o isolamento de D. Afonso V em Paris consumaram-se no tom da nova carta.

O encontro régio ocorreu em Arras, permanecendo o rei português na cidade por duas semanas. Ainda que existissem sinais da inclinação pontifícia para a dispensa do casamento⁵¹⁰, D. Afonso V saiu da cidade sem ter alcançado seus objetivos. Entre julho e finais de setembro, o rei continuou na França, com itinerário não muito conhecido, preparando o seu retorno a Portugal, o que ocorreu no dia 15 de novembro. Nesse intervalo, o *Africano* escreveu duas cartas marcantes sobre a etapa da viagem, a primeira, endereçada a Luís XI, expressa os motivos que o levaram à guerra e ao deslocamento, além de destacar a

⁵⁰⁸ Carta de D. Afonso V, rei de Portugal, a Gonçalo Vaz de Castelo Branco com notícias de França. Biblioteca Pública de Évora, códice CIII/2-20, fols.58v.-59v. In: SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *Relações históricas entre Portugal e a França*. *Idem*, Apêndice documental, doc. XV, p.173-174.

⁵⁰⁹ SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *Relações históricas entre Portugal e a França*. *Idem*, p.128.

⁵¹⁰ SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *Relações históricas entre Portugal e a França*. *Idem*, p.132.

intenção da partida⁵¹¹; a segunda, encaminhada ao príncipe D. João, indica o desejo de “*entrar em religiam*”⁵¹².

Em linhas gerais, sabemos que a viagem estendeu-se entre finais de agosto de 1476 e novembro de 1477, custando 38.000 dobras ao tesouro português⁵¹³. Tal esforço foi insuficiente para garantir o apoio francês, e o regresso do rei representou o desvanecer do sonho ibérico, ainda que a crença no auxílio de Luís XI não tenha desaparecido completamente das perspectivas de D. Afonso V. Especificamente sobre a negociação, parece que o *Africano* deixou-se enredar pelas estratégias políticas no rei da França, tornando-se mais um instrumento das negociações diplomáticas daquele que ficou conhecido como o *Prudente*. Não obstante, que elementos conduziram o monarca português a tal equívoco? Em primeiro lugar, lembra-se da responsabilidade de D. ÁLVARO DE ATAÍDE e do Dr. JOÃO DE ELVAS, embaixadores que assinaram a renovação das pazes entre a França e Castela, a qual compreendia uma aliança com D. Afonso V contra o rei de Aragão⁵¹⁴, pacto este que alimentou as futuras expectativas afonsinas. Do mesmo modo, os festejos vivenciados na França também podem ter contribuído para que o monarca visse como exitosa sua viagem, ainda que Serrão assinale que as celebrações não foram tão suntuosas quando comparadas a outras festas da realeza francesa no período⁵¹⁵. Por fim, chamamos atenção para o empenho de D. Afonso V na obtenção do trono de Castela. Viajar na Idade Média compreendia riscos variados e acreditamos que o rei tinha ciência desses perigos. No entanto, o *Africano* partiu. Assumiu o ônus que tal negociação implicaria para a sua honra e buscou até o fim o apoio de Luís XI, auxílio que colocaria os Reis Católicos sob duas frentes de batalha e possivelmente garantiria o trono de Castela sob a dinastia de Avis.

4.2. AS EMBAIXADAS

As embaixadas constituíam o principal mecanismo das relações diplomáticas medievais, ainda que não tivessem o formato permanente que marca a atividade internacional na atualidade. Lembra-se, conforme definiu Guenée, que as embaixadas da Idade Média eram

⁵¹¹ Carta de D. Afonso V de Portugal a Luís XI, rei da França, quando deixou este reino. Biblioteca pública de Évora, códice CIII/2-26, fols. 31-33. Honfleur, 23 de setembro de 1477. In: SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *Relações históricas entre Portugal e a França*. *Idem*, Apêndice documental, doc. XVIII, p.177-179.

⁵¹² Carta de D. Afonso V, rei de Portugal, ao príncipe D. João, quando resolveu fazer-se religioso. Biblioteca Pública de Évora, códice CIII/2-26, fol.31. Honfleur, 23 de setembro de 1477. In: SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *Relações históricas entre Portugal e a França*. *Idem*, Apêndice documental, doc. XIX, p.180.

⁵¹³ SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *Relações históricas entre Portugal e a França*. (1431-1481). *Idem*, p.138.

⁵¹⁴ Ver as discussões mais à frente nesse capítulo.

⁵¹⁵ SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *Relações históricas entre Portugal e a França*. (1431-1481). *Idem*, p.110-113.

“embaixadas *ad hoc*”, sendo os enviados escolhidos para cumprir uma determinada missão durante um tempo limitado, variando a comitiva no número de membros e nos gastos de acordo com o objetivo em questão⁵¹⁶. Paralelamente, cabe ainda ressaltar que em nossa documentação, é o termo “*embaixada/embaixadas*” que aparece com frequência para designar as missões solenes e as missões simples⁵¹⁷.

Como pontuado anteriormente, não dispomos de detalhamentos homogêneos acerca do universo de embaixadas ocorridas no reinado de D. Afonso V, sendo comum encontrar casos que indicam apenas o nome do enviado e o destino, e outros que nem mesmo essas informações foram encontradas. Nesse sentido, selecionamos alguns dos casos que oferecem mais dados para tecer considerações, como a composição da comitiva, o destino e o objetivo da missão. Contudo, antes de analisar as referidas embaixadas, convém ter em vista a distribuição das missões diplomáticas afonsinas, em especial em relação ao destino, elemento que ajudará na compreensão da discussão a seguir.

Tabela 6. Destino das embaixadas no reinado de D. Afonso V (1448-1481)

	Castela	Aragão	Império	Inglaterra	França	Borgonha	Reinos Muçulmanos	Papado/ Concílios	Cidades italianas	Outros	Desconhecido	Total
Nº de missões	29	13	5	6	11	9	3	18	2	8	2	106

Fonte: Elaboração própria. Ver: Apêndice – Missões diplomáticas do reinado de D. Afonso V (1448-1481).

A partir da tabela 6 constata-se que a maior concentração de missões está no espaço ibérico, sendo o reino de Castela o ponto principal da diplomacia do reinado, com vinte e nove (29) missões. Ainda que nem todos os anos ofereçam registro de embaixadas, é possível notar uma continuidade nas relações entre os reinos, dinâmica classificada por Julieta Araújo de “paz vigilante”⁵¹⁸. Além disso, observa-se que o segundo destino com mais visitas dos embaixadores afonsinos foi a Santa Sé, reafirmando as relações entre Portugal e o papado como centrais no período avisino, seja através de missões de obediência ou de negociações de bulas. Percebe-se também a afirmação da França, ao lado da Inglaterra e da Borgonha, como

⁵¹⁶ GUENÉE, Bernard. *O Ocidente nos séculos XIV e XV – Os Estados*. *Idem*, p.179.

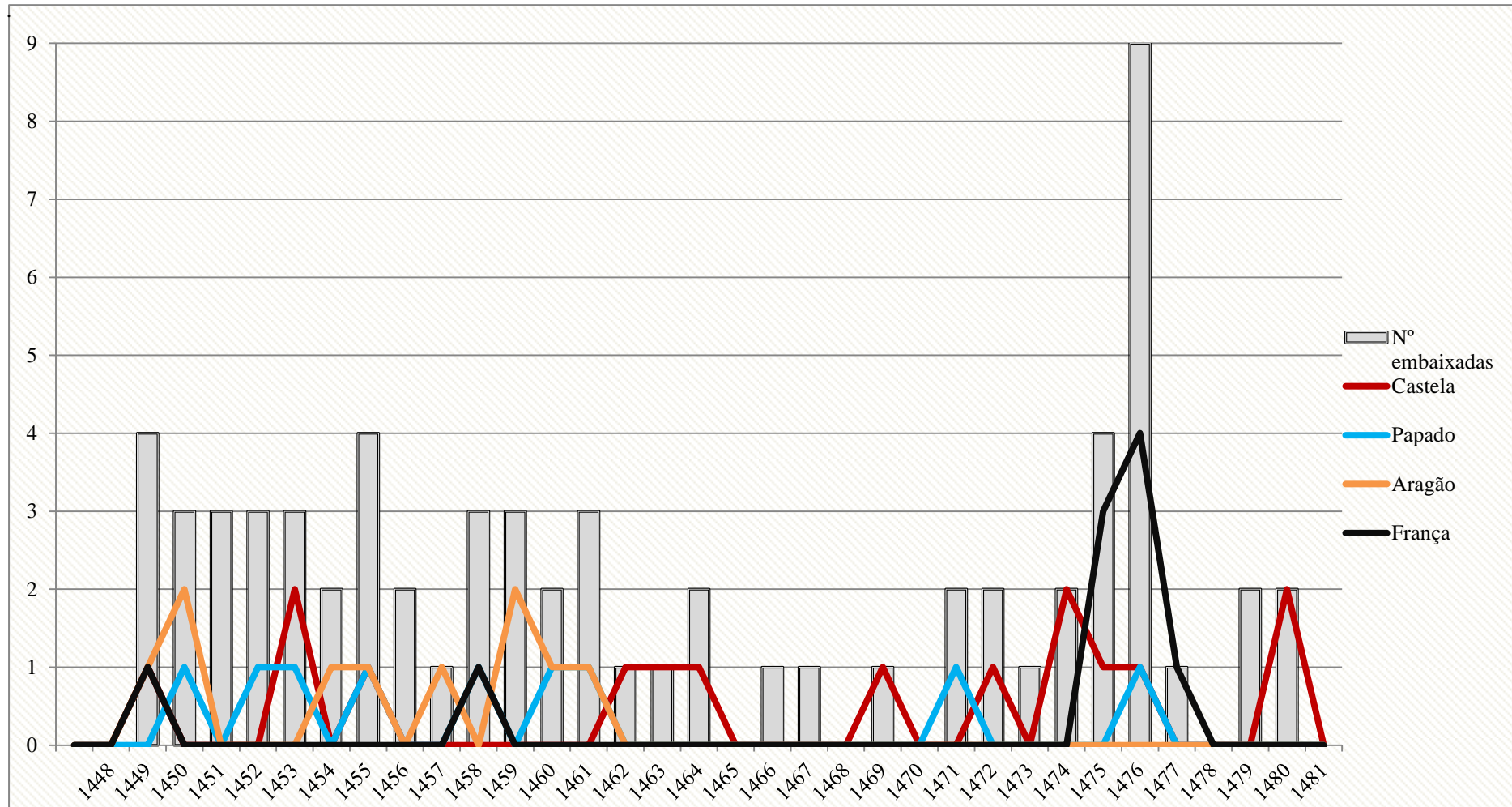
⁵¹⁷ Pierre Chaplais, ao tratar do caso inglês, destaca que ao longo dos séculos XIII e XIV, paralelamente ao termo *ambassador/ambaxator*, assistiu-se à afirmação do termo *ambassiata* frente a *nuncium* para designar as embaixadas (*English Diplomatic Practice in the Middle Ages*. *Idem*, p.152-158).

⁵¹⁸ ARAÚJO, Julieta. *Portugal e Castela na Idade Média*. *Idem*.

destinos que apresentavam um fluxo relevante de missões diplomáticas, sendo o reino francês uma mudança do reinado de D. Afonso V.

Convém ainda notar, conforme o gráfico 4, que a distribuição das embaixadas variou ao longo do reinado de D. Afonso V. Nesse sentido, os principais momentos de atividades diplomáticas foram: o *ciclo de Alfarrobeira (1448-1455)*, marcado pela tentativa de recomposição das alianças externas e pelo casamento de D. Leonor; e o *ciclo castelhano (1472-1481)*, caracterizado pela guerra entre Portugal e Castela, principal motivador das missões diplomáticas do reino, que ultrapassaram uma dezena entre 1475 e 1476.

Gráfico 4. Número de embaixadas enviadas por D. AFONSO V (1448-1481)



Fonte: Elaboração própria a partir do Apêndice 1

4.2.1. Negociações ibéricas.

D. Afonso V não foi apenas o *Africano* e seu reinado também foi marcado pela política ibérica⁵¹⁹. A afirmação de Manuela Mendonça é reforçada pelos dados apresentados na tabela 7 e no gráfico 4, os quais reafirmam a centralidade das relações ibéricas no reinado afonsino. No que tange estas relações observa-se que o maior contingente de missões diplomáticas é composto por apenas um enviado e não demandou um custo elevado⁵²⁰. Por essas características, chama atenção a embaixada enviada a Castela em 1463, que teve entre outros objetivos acompanhar as vistas de Fuenterrabía, ocorrida em 28 de abril às margens do Rio Bidasoa.

A comitiva foi composta por AFONSO GARCEZ, JOÃO FERNANDES DA SILVEIRA, LOPO DE ALMEIDA, Pero Fernandez e o arauto Alcácer, tendo recebido 2223 dobras para a missão. Pelos dados que dispomos, sabemos que Pero Fernandez era doutor e AFONSO GARCEZ era escrivão desde 1453, tendo este já participado de uma missão diplomática anteriormente. JOÃO FERNANDES DA SILVEIRA, doutor em Leis e chanceler da Casa do Cível, que à época somava seis participações em missões externas, é um dos que esteve à frente da embaixada. Esses personagens reforçam a importância do saber jurídico para a composição da comitiva. Outrossim, destacam-se as presenças de LOPO DE ALMEIDA, vedor da Fazenda e conselheiro régio, com experiência diplomática e militar, e do arauto Alcácer, oficial de armas que ampliava o destaque da comitiva, em especial em relação ao cerimonial da diplomacia.

A composição, os gastos, a formação e o estatuto dos personagens constituem significativos indícios do relevo da embaixada, no entanto, é no contexto de intervenção dos embaixadores que reside o cerne da importância da missão, justificando a escolha dos personagens e os custos da comitiva. Como temos discutido, os casamentos de D. Juan II e D. Isabel (1447) e, principalmente, de Enrique IV e D. Joana (1455) sinalizam para a retomada da aproximação entre Portugal e Castela, movimento que passa pelo traslado dos ossos de D. Leonor através do encontro régio de 1456. Não obstante, há um hiato de missões portuguesas à Castela entre 1455 e 1462, ano que inicia uma nova etapa de aquecimento das relações entre os reinos.

⁵¹⁹ MENDONÇA, Manuela. *Guerra luso-castelhana. Século XV*. Lisboa: Quidnovi, 2006, p.4.

⁵²⁰ Ver: Apêndice 1 – Missões diplomáticas do reinado de D. Afonso V (1448-1481) e Apêndice 2 – Gastos com embaixadas no reinado de D. Afonso V.

Em 1462, D. JORGE DA COSTA aparece em Castela para acompanhar o nascimento daquela que ficaria conhecida como a *Beltraneja*⁵²¹. Acreditamos que a missão do confessor régio não se limitou a presenciar o parto real, sendo possível que tenha avançado em negociar mecanismos para aproximar as casas reais e fortalecer a posição interna de Enrique IV. Tal crença sustenta-se no fato de que a partir dessa embaixada a proposta de casamento entre D. Afonso V e D. Isabel de Castela começou a ganhar centralidade nas relações luso-castelhanas, sendo o confessor um dos principais negociadores do enlace. Além disso, conforme resumiu Visconde de Santarém, a questão matrimonial foi o mote da intervenção de JOÃO FERNANDES DA SILVEIRA em 1463⁵²², tema que seria acordado nos encontros régios de 1464 e permaneceu em discussão em 1469, ano em que D. Fernando de Aragão desposou D. Isabel.

Por outro lado, destaca-se que Rui de Pina nada menciona sobre a negociação matrimonial. Na narrativa do cronista português, o futuro barão de Alvito e LOPO DE ALMEIDA estiveram presentes nas “*famosas vistas de Fonte Rabia, (...) em favor d’ElRey Dom Anrique, enviados per ElRey Dom Afonso*”⁵²³. No que teria consistido esse empenho afonsino em “favor” do rei de Castela? Luís Adão da Fonseca considera que D. Afonso V tratou da candidatura do condestável D. Pedro ao trono de Aragão, visto que a situação aragonesa, em especial de Barcelona, foi uma das principais motivações do encontro régio de Fuenterrabía. Nesse sentido, o autor vê na missão de abril de 1463 os primeiros movimentos que desembocariam na ascensão de D. Pedro como conde de Barcelona e rei de Aragão entre 1463 e 1466⁵²⁴.

Em vista dos elementos expostos, a ilustre comitiva ganha novos contornos. A documentação indica que JOÃO FERNANDES DA SILVEIRA e LOPO DE ALMEIDA, experientes nos assuntos diplomáticos, estiveram à frente da missão. Pero Fernandez e AFONSO GARCEZ fortaleciam a comitiva auxiliando na redação dos documentos e na sustentação legal dos acordos. Por fim, o arauto Alcácer, sendo especialista nos códigos cortesãos, representava a recente conquista de Alcácer-Céguer (1458), vitória militar que o monarca português carregava em sua titulação e também dava destaque à comitiva⁵²⁵. Destarte, D. Afonso V apresenta-se frente aos reis de

⁵²¹ FARO, Jorge. *Receitas e despesas da fazenda real de 1384 a 1481. Idem*, p.80.

⁵²² *Quadro Elementar. Idem*, tomo I, p.362.

⁵²³ CDAV, Cap. CLI.

⁵²⁴ FONSECA, Luís Adão da. *O Condestável D. Pedro de Portugal. Idem*, p.128-131.

⁵²⁵ “Rei de Portugal e do Algarve, senhor de Cepta e d’Alcácer em África”.

Castela e da França como rei poderoso, representado por homens honrados, sendo possível que tratasse da questão de Barcelona, item da política ibérica que desde o casamento do duque de Coimbra (1429) atravessava os interesses avisinos. Não obstante, ainda que a situação do condestável não tenha estado em pauta, a embaixada negociou o enlace de D. Afonso V com D. Isabel. Nesse sentido, ela reafirmou a missão de D. JORGE DA COSTA em 1462 e apresentou-se como um preparativo para o acordo que seria assinado em Gibraltar, em 1464, o clímax da negociação matrimonial envolvendo o rei de Portugal e a futura Rainha Católica.

4.2.2. A paz das Alcáçovas (1479)

A guerra luso-castelhana ocupa lugar de destaque nos acontecimentos do reinado de D. Afonso V, sendo expressão do sonho ibérico nutrido na corte lusitana. Frente aos insucessos militares e à falta de apoio militar francês, em 04 de setembro de 1479 foi assinado o tratado das Alcáçovas, acordo que pôs fim ao conflito encerrando ainda significativos projetos políticos, tanto de Castela como de Portugal. Manuela Mendonça assinala que o tratado comporta quatro acordos diferentes: 1º “estabelece as condições para a paz e consigna o fim da guerra”; 2º decide sobre o destino a dar a D. Joana; 3º estabelece as Terçarias de Moura; 4º estabelece as condições em que seriam perdoados os nobres ao serviço de Portugal durante a guerra⁵²⁶. Acrescenta-se que o Tratado das Alcáçovas pôs fim às hostilidades e garantiu aos portugueses o acesso único à costa africana, para o qual o reino abriu mão, definitivamente, das Canárias, reconhecidas como posse exclusiva da coroa castelhana⁵²⁷.

Acerca da negociação do tratado destaca-se que desde 1477 há indícios da pacificação das relações luso-castelhanas⁵²⁸, processo que se consumou no encontro entre a rainha de Castela e D. Beatriz de Portugal, ocorrido em Alcântara em 23 de março de 1479. Nesse colóquio foram estabelecidas quatro coisas:

la primera, el casamiento del príncipe con la hija de la reyna, y porque ella quedase con título de reyes de alguno de los reynos, dando a esto

⁵²⁶ MENDONÇA, Manuela. *Relações externas de Portugal nos finais da Idade Média*. Lisboa: Colibri, 1994, p.21-28.

⁵²⁷ Ainda sobre o tratado, ver: FONSECA, Luís Adão da. *D. João II. Idem*, p.66-78; ARAÚJO, Julieta. *Portugal e Castela na Idade Média. Idem*, p.

⁵²⁸ GOMES, Saul António. *D. Afonso V. Idem*, p.296.

algunas razones, en especial que, quanto el rey e la reyna se desaposaron, aunque eran príncipes, tomaron titulo de reyes de Seçilia; la segunda, el casamiento de la infante de Castilla con el infante hijo del príncipe de Portugal; la terçeram las costas; la quarta, el perdon e la restituçion de los bienes y ofiços de los castellanos. Y para seguridad de los casamentos y de la paz, que se pudiesse la hija de la reyna y de la infante en poder desta infante doña Beatriz, en una çibdad o villa de Castilla que tenga fortaleza en la frontera, la qual le fuese entregada, y fuese asy mismo rehenada a lo suso dicho⁵²⁹.

Rui de Pina sublinha que a infanta foi até a vila “*por prazer d’ El-Rei D. Affonso e do Principe D. João*”, tendo ali sido assentadas as pazes entre os reinos⁵³⁰. Pelos documentos castelhanos, sabemos que o processo foi um pouco mais demorado, tendo a negociação entre D. Beatriz e os Reis Católicos transcorrido pelos meses seguintes⁵³¹. No mês de junho observam-se ações mais concretas na corte castelhana, como a carta de perdão aos delitos cometidos ao serviço do rei de Portugal e com a definição de Rodrigo Maldonado como representante dos reis para a negociação das pazes⁵³².

Conforme Saul Gomes,

O encontro de Alcântara desenhara os futuros dois acordos a estabelecer entre as duas coroas. Nos dias seguintes, enquanto as propostas negociais amadureciam, D. Isabel, de Castela, retirou-se para Cáceres, sendo a infanta D. Beatriz chamada a Avis pelo príncipe D. João. O essencial estava conseguido, podendo passar-se à definição de um acordo diplomático internacional que necessitava da intervenção de juristas e já não de intervenientes meramente políticos⁵³³.

De fato, o passo seguinte da negociação foi a assinatura da procuração para que JOÃO FERNANDES DA SILVEIRA tratasse das pazes com o representante de Castela⁵³⁴. No entanto, consideramos que não foi a embaixada do barão de Alvito que decidiu os elementos centrais do acordo de 1479, tendo sido esses estabelecidos em março, no colóquio ocorrido em Alcântara e capitaneado por D. Beatriz. Nesse sentido, compreendemos que assim como D. Joana tinha exercido um papel central nas

⁵²⁹ *Documentos referentes a las relaciones con Portugal durante el reinado de los Reyes Catolicos. Idem, doc.127.*

⁵³⁰ CDAV, Cap. CCVI.

⁵³¹ *Documentos referentes a las relaciones con Portugal durante el reinado de los Reyes Catolicos. Idem, doc.128-130.*

⁵³² *Documentos referentes a las relaciones con Portugal durante el reinado de los Reyes Catolicos. Idem, doc. 131-134.*

⁵³³ GOMES, Saul António. *D. Afonso V. Idem*, p.297.

⁵³⁴ Quadro Elementar, Tomo I, p.380. A procuração foi lavrada em Évora, em 19 de agosto de 1479.

negociações luso-castelhanas entre os anos 60 e 70, no ano de 1479, foi D. Beatriz de Bragança, tia de D. Isabel de Castela e do príncipe D. João, e prima do rei de Portugal, que travou o mais importante da negociação que levaria a paz das Alcáçovas.

Esta perspectiva não esvazia a relevância da comitiva dirigida pelo barão de Alvito. Nela estiveram presentes o Dr. JOÃO TEIXEIRA, vice-chanceler e com vasta experiência no desembargo régio, FERNÃO DA SILVEIRA, coudel-mor do reino, os cavaleiros PERO BOTELHO e Rodrigo Afonso, todos conselheiros do rei D. Afonso V, e JOÃO GARCEZ, cavaleiro e escrivão da fazenda do príncipe, notário geral do reino. A trajetória dos personagens envolvidos na embaixada revela outros aspectos da negociação da paz das Alcáçovas.

À frente da comitiva, JOÃO FERNANDES DA SILVEIRA, barão de Alvito desde 27 de abril de 1475, apresentava uma trajetória diplomática invejável. Entre os anos 40 e a estadia em Alcáçovas, o embaixador tinha participado de uma dezena de missões externas, entre as quais figuram as negociações do casamento de D. Leonor, a representação portuguesa nas cidades italianas no bojo da cruzada papal, e o encontro de Fuenterrabía em 1463. A experiência burocrática também não deixava a desejar. Desembargador (1443-1445), chanceler da Casa do Cível (1445-1463), regedor da Casa da Suplicação (1463-1473), corregedor da Corte (1468). Doutor em leis desde os anos 40 e conselheiro régio desde os anos 50, JOÃO FERNANDES DA SILVEIRA é considerado o “grande diplomata português do século XV” (Baquero Moreno), exemplo da ascensão nobiliárquica advinda de anos na burocracia régia e nas atividades diplomáticas. Não obstante, ao considerar a trajetória do personagem observa-se que nos anos 70 houve um afastamento seu da burocracia régia e uma vinculação ao serviço do príncipe D. João. Em 21 de outubro de 1473, JOÃO FERNANDES DA SILVEIRA tomou posse como escrivão da Puridade, chanceler-mor e vedor da Fazenda do príncipe, mantendo os privilégios dos ofícios anteriores. Após a ascensão definitiva do *Príncipe Perfeito* ao trono, exerceu o ofício de escrivão da Puridade (1481-1484), sendo nomeado à missão que tratou de alterações ao tratado das Alcáçovas, em 1482. Destaca-se ainda o acúmulo de tenças recebidas nos anos iniciais do novo reinado: 12.000 reais brancos, a confirmação da tença anual de 30.000 reais brancos e 11.000 reais brancos em 1482; e 71.864 reais brancos, a serem pagos a partir de 1484⁵³⁵.

⁵³⁵ Cf.: Catálogo prosopográfico: João Fernandes da Silveira.

Não há indícios de desentendimentos entre JOÃO FERNANDES DA SILVEIRA e D. Afonso V. O sexagenário embaixador esteve na batalha do Toro, recebeu o título de barão em 1475 e, possivelmente, não acompanhou o monarca a França em virtude da avançada idade. Porém, chama atenção que no *ciclo castelhano* (1472-1481) o personagem esteve ligado a D. João II, figura que ganha centralidade na política portuguesa exatamente nesse contexto. Em 1474, JOÃO FERNANDES DA SILVEIRA foi designado como embaixador para tratar do casamento entre D. Afonso V e D. Joana, voltando ao palco das relações luso-castelhanas em 1479. Consideramos que a sua escolha como representante português estava atrelada a sua experiência no trato diplomático, mas também envolvia os vínculos do personagem com o rei e, principalmente, com o *Príncipe Perfeito*.

A trajetória de JOÃO TEIXEIRA, apesar de oferecer menos detalhamentos, reforça a perspectiva de uma gerência joanina na definição da comitiva de 1479. O personagem, doutor desde os anos 60, ascendeu a chanceler-mor em 1484, sendo novamente designado como embaixador no desfazimento das Terçarias de Moura (1483) e na negociação para o casamento entre o infante D. Afonso e a primogênita dos Reis Católicos, elementos que também apontam para a maior proximidade entre o personagem e D. João II. Situação similar pode ser observada nos casos de PERO BOTELHO e JOÃO GARCEZ, membros da casa do *Príncipe Perfeito*, e FERNÃO DA SILVEIRA, que se tornou regedor da Casa da Suplicação em 1486 e, em 1490, foi novamente designado como embaixador por D. João II.

Em vista dos elementos expostos, consideramos que a paz das Alcáçovas e as Terçarias de Moura foram resultados de uma dupla negociação, o encontro de Alcântara e a embaixada de 1479, esta responsável pela assinatura do acordo entre os reinos. Além disso, tanto no encontro capitaneado por D. Beatriz como na missão chefiada por JOÃO FERNANDES DA SILVEIRA, com destaque para a embaixada, sobressai a figura de D. João II à frente da governança do reino e na escolha dos atores intervenientes na promoção da paz luso-castelhana. Desta maneira, a negociação do tratado das Alcáçovas é um indício claro dos novos tempos do *Príncipe Perfeito*.

4.2.3. França: o aliado necessário.

Durante o desenrolar da guerra luso-castelhana o reino francês mostrou-se como principal apoio externo às pretensões lusitanas. A aliança reafirmada em 1475

fundamentou a viagem de D. Afonso V ao reino de Luís XI, périplo já analisado nesse capítulo. Nesse sentido, passaremos a discutir a trajetória da aliança entre a França e Portugal destacando o papel exercido pelas missões diplomáticas no contexto anterior à viagem do monarca.

Primeiramente, sublinha-se que ao observar o quadro diplomático avisino, a França constitui a maior variação do período de D. Afonso V em relação aos reinados anteriores. Inimiga durante a Guerra dos Cem Anos, em especial no reinado de D. João I, a França tornou-se aliada e, quiçá, o aliado externo mais importante no cenário dos anos 70. A construção dessa nova rede de relações no reinado afonsino tem raízes ainda nos anos 60, momento em que Portugal esteve representado nas vistas franco-castelhanas de Fuenterrabía (1463). A presença no encontro, geralmente discutida apenas pelo viés da política ibérica, parece ter envolvido os interesses portugueses numa aproximação com o reino de Luís XI, visto que, em 23 de abril de 1464, D. Afonso V mostrava-se preocupado em comunicar ao rei da França que o Condestável D. Pedro assumira o trono de Barcelona e que essa ação não teve o seu consentimento⁵³⁶.

Após um hiato de quase uma década, a França volta a grassar na política externa portuguesa como o aliado necessário no contexto da sucessão de Castela. Ao receber a notícia da morte do rei de Castela, D. Afonso V buscou o apoio do reino que disputava o Rousillon com Aragão. Em 13 de janeiro de 1475 prontamente enviou o arauto Lisboa informando que estava por receber D. Joana como esposa e preparado para entrar no reino vizinho com grande exército, garantindo ainda a amizade entre os reinos⁵³⁷. Sem esperar por repostas desta missão, nova missiva foi enviada no dia 30 do mesmo mês, reafirmando os elementos da carta anterior e acrescentando o interesse em contar com o apoio de Luís XI para o alcance da bula necessária para legitimar o casamento que viria a ocorrer⁵³⁸.

Tendo em vista a resposta do rei da França, escrita em abril de 1475, deduz-se que o empenho afonsino e a missão do arauto Lisboa foram bem sucedidos. Luís XI indica na missiva que enviara emissários ao papado a fim de apoiar a causa de D. Afonso V⁵³⁹. Além disso, o rei francês despachou Olivier Le Roux à corte de Portugal

⁵³⁶ SANTARÉM, Visconde de. *Quadro Elementar de Relações Políticas e Diplomáticas de Portugal...* *idem*, Tomo III, p.99-101.

⁵³⁷ SANTARÉM, Visconde de. *Quadro Elementar de Relações Políticas e Diplomáticas de Portugal...* *idem*, Tomo III, p.112-113.

⁵³⁸ SANTARÉM, Visconde de. *Quadro Elementar de Relações Políticas e Diplomáticas de Portugal...* *idem*, Tomo III, p.113-115.

⁵³⁹ SANTARÉM, Visconde de. *Quadro Elementar de Relações Políticas e Diplomáticas de Portugal...*

com instruções para avançar na ratificação das pazes entre a França e Castela, na figura do novo rei D. Afonso V. A questão da relação de aliança entre a Inglaterra e Portugal atravessava a instrução, mas não impediu que *o Prudente* expressasse o desejo em reafirmar os pactos franco-castelhanos através do monarca que se intitulava rei de Castela e de Portugal⁵⁴⁰.

Poucos meses após receber a embaixada de Olivier Le Roux e ter início a incursão militar no reino vizinho, em 03 de junho de 1475 D. Afonso V enviou D. ÁLVARO DE ATAÍDE e JOÃO DE ELVAS a fim de negociarem a ratificação das pazes entre a França e Castela⁵⁴¹. Em setembro os embaixadores tiveram êxito e assinaram o acordo entre Luís XI e D. Afonso V⁵⁴², aliança que fundamentaria a posterior viagem do rei de Portugal. Sabemos atualmente que o tratado não teve resultados práticos, que Luís XI também assinou tréguas com o rei de Aragão, e que o acordo não promoveu as investidas militares esperadas por D. Afonso V. Sublinha-se que Philippe de Comynes culpa os embaixadores pela vã esperança oferecida ao *Africano*:

Et pour ce, un prince doibt bien regarder quelz ambassadeurs il envoie par pays: car, si ceulx cy qui vindrent faire l'allyance dudict roy de Portingal de par deca, à laquelle me trouvoy present et l'un des depputez pour le Roy, eussent est bien saiges, ilz se fussent mieulx informez des choses de par deca, avaut que conseiller à leur maistre ceste venue, qui tant luy porta de dommaige.⁵⁴³

Nesse sentido, convém tecer algumas considerações sobre os enviados escolhidos para a missão de 1475. Filho do primeiro conde de Atouguia e cavaleiro da casa real desde, pelo menos, 1462, chama atenção que essa tenha sido a única participação de D. ÁLVARO DE ATAÍDE em embaixadas, por mais que as crônicas de Damião de Góis e Duarte Nunes Leão o indiquem como único enviado e, por

idem, Tomo III, p.115-116.

⁵⁴⁰ SANTARÉM, Visconde de. *Quadro Elementar de Relações Políticas e Diplomáticas de Portugal...* *idem*, Tomo III, p.116-123.

⁵⁴¹ GÓIS, Damião de. CPJ, Cap. XLVII; LEÃO, Duarte Nunes de. *Crónica e Vida del rey D. Affonso o V*, Cap. L; SANTARÉM, Visconde de. *Quadro Elementar de Relações Políticas e Diplomáticas de Portugal...* *idem*, Tomo III, p.123.

⁵⁴² DU MONT, J. *Corps Universel Diplomatique du Droit des Gens*. Tome III, parte I, 1726, Cap. CCCLIII, p.509-518; SANTARÉM, Visconde de. *Quadro Elementar de Relações Políticas e Diplomáticas de Portugal...* *idem*, Tomo III, p.125; SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *Relações Históricas entre Portugal e a França*. *Idem*, p.100-101.

⁵⁴³ *Mémoires de Philippe de Comynes*. Revue et publiée avec annotaions et éclaircissements par M. elle Dupont. Paris: Libraires de la Société de l'Histoire de France, 1843, Tome II, Livre V, Chapitre VII.

consequente, o chefe da missão diplomática. Não obstante, a escolha do personagem como representante português deveu-se, segundo Leão, ao fato dele ser “*pessoa de muita autoridade & de que muito [o rei] cõfiava*”⁵⁴⁴.

Bacharel e licenciado em Leis, essa foi a segunda missão de JOÃO DE ELVAS, que à época também exercia o ofício de procurador dos feitos do rei e, interinamente, de corregedor da Corte. O legista tinha sido enviado à Inglaterra, em 1472, com o objetivo de reclamar a restituição dos roubos feitos contra naus portuguesas, e talvez a experiência na área jurídica e nos trato luso-ingleses tenha contribuído para a sua escolha na missão de 1475. No entanto, o elemento que mais chama atenção na trajetória do personagem é que ao longo dos anos seguintes sua projeção foi significativa. Mencionado como doutor em Leis desde 1476, JOÃO DE ELVAS aparece como conselheiro régio nos anos 80, exercendo o cargo de corregedor da Corte entre 1480 e 1486. Além disso, foi novamente escolhido embaixador em 1482 e foi procurador de D. João II no julgamento que sentenciou o duque de Bragança (1483).

Destarte, consideramos que a missão de 1475 foi composta por dois personagens com pouca experiência nas negociações diplomáticas, sendo D. ÁLVARO DE ATAÍDE, o chefe da missão, quem menos possuía as credenciais para tal embaixada. À primeira vista, os embaixadores foram exitosos na missão, contudo, ao considerarmos o desenvolvimento dos acontecimentos, a posição de Philippe de Commynes parece ser a mais correta. Nesse sentido, a falta de experiência pode ter contribuído para que os enviados não tenham conseguido perceber a situação política na corte francesa e tenham sido enredados nos interesses de Luís XI.

D. ÁLVARO DE ATAÍDE e JOÃO DE ELVAS chegaram a Portugal com o tratado assinado em dezembro de 1475, encontrando o rei no Toro em inícios do ano seguinte. Foi nesta localidade que, em 01 de março de 1476, D. Afonso enfrentou as tropas dos Reis Católicos e, frente ao revés militar, novamente investiu nas relações com a França. Ainda em março enviou FERNÃO ÁLVARES BALDAIA a fim de informar da sua viagem. Em abril, encaminhou PERO DE SOUSA a Bretanha com o objetivo de negociar a entrada do ducado nas tréguas entre a Inglaterra e a França, relação que Portugal colocava-se como mediano, e no mesmo mês despachou FERNÃO LUÍS ao reino inglês, possivelmente, para tratar das relações franco-

⁵⁴⁴ LEÃO, Duarte Nunes de. *Crónica e Vida del rey D. Affonso o V, idem*, Cap. L.

inglesas⁵⁴⁵. Destas missões, sabemos que PERO DE SOUSA foi bem sucedido e, em julho, foi enviado à França para também informar sobre a viagem de D. Afonso V⁵⁴⁶.

Assistindo às complicações na guerra travada em Castela, fundamentado no tratado de 1475 e nas esperanças de apoio militar oferecidas por Luís XI, D. Afonso V despachava diferentes personagens ao reino da França, a Bretanha e a Inglaterra preparando a sua viagem, a última tentativa de garantir o esperado apoio francês. Como já demonstramos no capítulo, nenhuma dessas ações surtiu efeito, tendo a negociação com Luís XI fracassado.

4.2.4. A negociação com o papado.

Conforme a Tabela 6, a realeza avisina teve na Santa Sé um dos pilares de sua ação externa. Os contatos mais frequentes foram de natureza eclesiástica e envolveram concessões de mercês, colocações e promoções, além de questões financeiras⁵⁴⁷. Não obstante, existiram contatos de natureza política e diplomática, os quais expressam o papel de árbitro da Cristandade exercido pelo papado e a importância dada pelos monarcas portugueses a esses vínculos. A relevância dessas relações se dava por duas vias, seja pelo significado religioso, seja pelo peso político da Santa Sé e sua possibilidade de exercer – através dos episcopados, dos mosteiros, e das Ordens Militares – as incitações de cruzada ou “a influência de um indiscutível magistério”⁵⁴⁸. Mesmo com o descrédito proporcionado pelo Cisma, o papado permaneceu defendendo a sua supremacia frente aos príncipes, e essa posição mostrou-se contínua durante as disputas luso-castelhanas pelas Canárias e no desenvolvimento das navegações portuguesas⁵⁴⁹.

Mais do que tratadas apenas por uma relação bilateral, a rede que ligava os reinos à Cúria era muito variada, envolvendo casas monásticas, episcopados, ordens militares, enviados estrangeiros, e residentes junto ao papado. Nesse sentido, os

⁵⁴⁵ Cf.: catálogo prosopográfico.

⁵⁴⁶ CDAV, Cap. CXCIII.

⁵⁴⁷ Cf.: *Monumenta Portugaliae Vaticana*. Documentos publicados com introdução e notas de António Domingues de Sousa Costa. Roma-Porto: Editorial Franciscana, 1968-1970.

⁵⁴⁸ OCHOA BRUN, Miguel Ángel. *Historia de la Diplomacia Española*. Madrid: Biblioteca Diplomática Española, 1993, v.3, p.55.

⁵⁴⁹ LADERO QUESADA, Miguel Ángel. Guerra y paz: teoría y práctica en Europa occidental. 1280-1480. *Guerra y Diplomacia en la Europa Occidental. 1280-1480*. XXXI Semana de Estudios Medievales. Navarra: Gobierno de Navarra, 2005, p.60; MARQUES, A. H. de Oliveira. *Portugal na crise dos séculos XIV e XV*. *Idem*, p.323.

portugueses mostraram-se bem inseridos nesta rede no período quatrocentista. Existia uma estrutura junto à chancelaria papal a fim de organizar e padronizar as súplicas vindas do reino⁵⁵⁰, sendo fundamental a atuação dos portugueses residentes na Itália. Para os anos anteriores ao reinado de D. Afonso V, constata-se a célebre presença do abade Gomes em Florença⁵⁵¹ e, entre os embaixadores mapeados na pesquisa, observa-se a atuação de JOÃO FERNANDES DA SILVEIRA, JOÃO DE SOUSA, NUNO FERNANDES TINOCO e PERO LOURENÇO como enviados régios que permaneceram em Roma por longo período a serviço de Portugal. Destaca-se que JOÃO DE SOUSA ficou conhecido como *Romanisco* por sua demorada estadia junto ao papado, atuação que justificou a concessão do padroado e comenda de Soza ao embaixador⁵⁵².

Ultrapassando o perfil dos embaixadores medievais, encontram-se os casos de D. Jaime⁵⁵³ e D. JORGE DA COSTA⁵⁵⁴. Ambos foram Cardeais e suas atuações deixaram marcas consideráveis de que a inserção destes portugueses junto ao papa foi

⁵⁵⁰ Desde o século XII observa-se a presença na Cúria Romana de pessoas competentes para auxiliar na elaboração de súplicas, prática que se enraizou no século seguinte, com o aparecimento de formulários de súplicas. António Domingues da Costa destaca a presença na Cúria de alguns portugueses responsáveis pela redação de súplicas, como João Gonçalves de Resende, citado no ano de 1437. O mesmo autor ressalta que: “Sem negar a existência de algumas variações, as súplicas dos portugueses, inclusive dos reis e nobres, sobre benefícios e graças espirituais, a registrar depois, ou eram redigidas na Cúria totalmente ou sofriam nova redação conforme às fórmulas e praxes neste sentido” (*Monumenta Portugalia Vaticana*. Roma-Porto: Editorial Franciscana, 1968, p.XIV). Para uma visão mais ampla sobre a produção e recebimento de súplicas na Cúria, ver: BARBICHE, Bernard. *Bulla, Legatus, Nuntius. Études de diplomatie et de diplomatie pontificales (XIIIe-XVIIe siècle)*. Paris: École de Chartes, 2007.

⁵⁵¹ Sobre o abade Gomes, ver: NUNES, Eduardo. *Dom Frey Gomez. Abade de Florença. 1420-1440*. Braga: Livraria Editora Pax, 1963, Vol. I.

⁵⁵² “A quantos essa nossa Carta virem fazemos saber que João de Sousa, fidalgo de nossa Casa, do nosso Conselho, Comendador de Povos e de Soza, estando o tempo passado em Corte de Roma por nosso mandado em cousas de muito nosso serviço como nosso Embaixador, que era, elle nos servio ahy grandemente como nosso bom, e verdadeiro criado e servidor em todas aquellas cousas de que o encarregamos, que nós o houvemos, e havemos dele por muy bem servido, e confessamos lhe termos em muita obrigação para lhe sempre fazermos merce, e todo o bem, que pudermos, e porque elle allem de nos encaminhar, e bem desembargar com o Santo Padre Sixto, e Cardeaes aquellas cousas para que o lá enviamos nos houve do Santo Padre o Padroado da Igreja de Soza, e que para sempre fosse Comenda de Santiago, e sempre fosse de nosso Padroado, e dos Reys que depois nos forem destes Reynos trazendo nos dello Bula patente do dito Santo Padre expedida na forma, em que expedida devia de ser querendo lhe nos em parte remunerar seus serviços ahinda que de mor remuneração elles sejam dignos nos de nosso proprio movimento sem petição sua nem de outra pessoa, que de sua parte nos requeresse lhe fizemos pura doação entre vivos valledoura do dito Padroado da dita Igreja de Soza para elle, e para todos os seus herdeiros, e sucessores *jure hereditario* (...)” in: PHGCRP, VI, p.201-202.

⁵⁵³ Manuel Atanázio faz vários apontamentos acerca de D. Jaime, dos quais destacamos alguns: “A razão que terá levado Dom Jaime ao Cardinalato e já antes à administração do Arcebispado de Lisboa, deverá ter sido mais política do que religiosa. Por sua parentela, desde o Reino de Portugal, até a Borgonha, a acabar com a Imperatriz, o nosso Cardeal estava naturalmente bem relacionado, sendo portanto instrumento valioso, na política da Cruzada, por poder vir a concorrer para o alevantamento dos Príncipes cristãos em favor da urgente proclamação da mesma” (ATANÁZIO, Manuel Cardoso Mendes. *A arte em Florença no século XV e a Capela do cardeal de Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1983, p.18-19). Ver ainda: Sobre o tema, ver: CDAV, Cap. CXXVII.

⁵⁵⁴ MENDONÇA, Manuela. *D. Jorge da Costa. Idem*, p.47-74.

significativa para que os assuntos do reino tivessem uma melhor acolhida pelos pontífices. Lembra-se ainda do importante papel desempenhado por figuras como a duquesa de Borgonha, tia de D. Afonso V, para a promoção dos interesses de Portugal na Santa Sé⁵⁵⁵.

A Coroa portuguesa fundamentava-se nas bulas a fim de ter o reconhecimento papal dos territórios recém-conquistados e de receber incentivos na manutenção dos mesmos⁵⁵⁶. Bernard Rosenberg chama a atenção para o papel da cruzada africana como elemento central na evolução de poder real português⁵⁵⁷, e durante o reinado afonsino esse aspecto não foi diferente. Valendo-se da tradição política ibérica que fora reforçada pela ascensão de Avis, e ciente do peso e da projeção portuguesa na Cristandade, D. Afonso V envolveu-se no projeto cruzadístico papal de meados do século XV.

Proclamada ainda em finais de 1454, a tentativa de cruzada se estendeu, principalmente, entre os pontificados de Nicolau V (1447-1455) e Calisto III (1455-58), sendo o legado papal enviado ao reino em 1456⁵⁵⁸. D. Afonso V proferiu publicamente sua participação na Cruzada e nas Cortes de Lisboa fez votar a concessão de três pedidos e um empréstimo para financiar a expedição. Em 1455 enviou MARTIM MENDES BERREDO ao rei de Aragão com o intuito de saber se o *Magnânimo* “*ha deliberado, en persona suya, ir contra el turco*”⁵⁵⁹. O embaixador retornou com promessas de apoio e envolvimento direto do rei de Aragão, as quais não se concluíram. No ano seguinte, novamente Berredo foi enviado à Nápoles para ter com D. Alfonso, encontro que ocorreu em janeiro de 1458, sem ter conseguido respostas satisfatórias do

⁵⁵⁵ SOMMÉ, Monique. *Isabelle de Portugal, duchesse de Bourgogne. Une femme au pouvoir au XVe siècle*. Villeneuve d'Ascq (Nord): Presses Universitaires du Septentrion, 1998, p.444-446.

⁵⁵⁶ FONTES, João Luís Inglês. Cruzada e Expansão: A Bula *Sane Charissimus*. In: *Lusitania Sacra*. Lisboa, 2ª S. 7 (1995), p.414.

⁵⁵⁷ ROSENBERGER, Bernard. La croisade africaine et le pouvoir au Portugal au XVe siècle. In: *Gênese de l'État moderne en Méditerranée. Approches historique et anthropologique des pratiques des représentations*. Rome: École Française de Rome, 1993, p.329-348. A temática da Cruzada em Portugal inspirou uma série de estudos, havendo, inclusive, um significativo debate acerca da existência ou não do ideal cruzadístico no reino. As discussões tomam como ponto de partida o clássico estudo de Carl Erdmann (*A Ideia de Cruzada em Portugal*) e ganham eco atualmente nos argumentos de José Mattoso (*Ricos-Homens, Infanções e Cavaleiros: A nobreza medieval portuguesa nos séculos XI e XII*). Não obstante, há pesquisas que apontam para a existência do ideal de cruzada entre os portugueses, como os estudos de Ricardo da Costa, por exemplo, *A Guerra na Idade Média*; “A mentalidade de Cruzada em Portugal (sécs. XII-XIV)”. In: *Estudos sobre a Idade Média Peninsular. Anos 90 – revista do Programa de Pós-Graduação da UFRGS*. Para o período da Dinastia de Avis o discurso historiográfico parece ser mais coeso em defender a releitura do ideal de cruzada pelos monarcas, assim como a assimilação da guerra de expansão à cruzada. Essa é a perspectiva de Rosenberger, Jacqueline Hermann (*No Reino do desejado*), João Marinho dos Santos (*A guerra e as guerras da Expansão portuguesa. Séculos XV e XVI*) e, recentemente, da dissertação de Kátiuscia Barbosa (*A imagem do cavaleiro ideal em Avis à época de D. Duarte e D. Afonso V (1433-1481)*).

⁵⁵⁸ O legado pontifício foi D. Álvaro Afonso, Bispo de Silves. Cf.: MH, Vol. XII, doc.113, p.212-215.

⁵⁵⁹ MH, Vol. XII, doc.93. Ver ainda: CDAV, Cap. CXXXVIII.

monarca⁵⁶⁰. É provável que na sequência desta missão o embaixador tenha seguido ao reino da França para tratar do mesmo objetivo, contudo, ao desembarcar em Aigues-Mortes, nas proximidades de Montpellier, MARTIM MENDES BERREDO foi aprisionado e acabou falecendo na prisão⁵⁶¹.

Paralelamente, D. Afonso V despachou JOÃO FERNANDES DA SILVEIRA às cidades italianas e ao papado, numa embaixada múltipla. Em 04 de fevereiro de 1456, Veneza deliberou que: “não podemos assaz louvar e exaltar sua Alteza por decidir experimentar forças também contra os turcos, juntamente com as outras potências cristãs”⁵⁶². Em 03 de setembro, Gênova assumiu uma posição esquivada, indicando o apoio à causa, mas apontando impedimentos, como o rompimento das pazes com Aragão, posicionamento próximo do tomado por Florença, em 12 de setembro⁵⁶³. De acordo com a documentação disponível, parece que apenas o papado ofereceu uma boa recepção à embaixada, tendo as letras *Ex litteris* manifestado a satisfação de Calixto III com o empenho de D. Afonso V na cruzada⁵⁶⁴. A ação do rei de Portugal no intuito de negociar o apoio à empresa papal contou ainda com o envio do cavaleiro Gil Moniz ao duque de Milão em meados de 1456, missão que também retornou sem garantir o envolvimento direto de Francisco Sforza⁵⁶⁵.

Em linhas gerais, constata-se que D. Afonso V fez uso de diferentes embaixadas para negociar o envolvimento de parte da Cristandade na cruzada. Nem mesmo o ilustre embaixador JOÃO FERNANDES DA SILVEIRA conseguiu receber garantias da participação das cidades italianas, sendo ainda mais grave a sorte de MARTIM MENDES BERREDO, que acabou falecendo na prisão em Montpellier, supostamente confundido com um estrangeiro ou espião inimigo da França.

Por fim, chama-se atenção para a importância das comitivas diplomáticas enviadas em obediência papal. AFONSO VELHO, JOÃO DE MENESES e NUNO FERNANDES TINOCO foram encaminhados a Calisto III; DIOGO DA SILVEIRA, NUNO FERNANDES TINOCO e o Rei de Armas Portugal a Pio II, e JOÃO TEIXEIRA e LOPO DE ALMEIDA a Xisto IV. Consideramos que essas missões, em paralelo às demais atividades diplomáticas que aproximavam Portugal e a Santa Sé,

⁵⁶⁰ MH, Vol. XIII, doc. 72.

⁵⁶¹ MH, vol. XIII, doc. 102, nota 1; SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *Relações Históricas entre Portugal e França. Idem*, p.80.

⁵⁶² MH, Vol. XII, doc.109. Ver ainda: RAU, Virgínia. *Relações diplomáticas de Portugal durante o reinado de D. Afonso V. Idem*, p.76.

⁵⁶³ RAU, Virgínia. *Relações diplomáticas de Portugal durante o reinado de D. Afonso V. Idem*, p.77-79.

⁵⁶⁴ MH, vol. XIII, doc.55.

⁵⁶⁵ MH, vol. XIII, doc.24.

contribuíam para garantir certa perenidade nas relações com Roma, aliança que foi fundamental na constituição do reino e não menos no desenvolvimento das navegações.

4.2.5. Oficiais de armas nas negociações diplomáticas.

Ofício relacionado à diplomacia desde a antiguidade greco-romana, o ofício de armas recuperou o prestígio na Baixa Idade Média, sendo expressivo desse processo o desenvolvimento da heráldica no Ocidente juntamente aos torneios e à cultura cavaleiresca⁵⁶⁶. Tal movimento também esteve relacionado à maior complexidade dos rituais palatinos – especialmente pela linguagem emblemática das armas que se afirmou no meio cortesão – e às mutações ocorridas na nobreza, com a introdução de novas armas e a definição de genealogias⁵⁶⁷.

Ao ingressarem no ofício, esses homens perdiam o próprio nome e tomavam como identificação o nome de uma cidade, região, reino ou de outro elemento relacionado ao monarca a quem serviam. Esse é o caso dos arautos Lisboa, Coimbra, Alcácer, Constantinopla, e dos Reis de Armas Pelicano e Portugal presentes nas missões quatrocentistas. A hierarquia dos oficiais heráldicos era composta pelos passavantes, termo tomado do francês “*poursuivant*”, que correspondia aos jovens que ingressavam no ofício, ocupando uma posição intermediária, os arautos, e o topo da hierarquia, os Reis de Armas⁵⁶⁸.

Usados na diplomacia como mensageiros, portadores de desafios ou como acompanhantes de embaixadas, o próprio caráter excepcional dos oficiais de armas conferia prestígio às missões e garantia a imunidade das mesmas⁵⁶⁹. Conforme Aires do Nascimento, a transmissão de mensagens constituía uma das principais atribuições

⁵⁶⁶ OCHOA BRUN, Miguel Ángel. *Historia de la Diplomacia Española. Idem*, p.318; SANTOS, Maria Alice Pereira dos. A diplomacia no reinado de D. João I – breve reflexão sobre os oficiais de armas. In: SEIXAS, Miguel Metelo de & ROSA, Maria de Lurdes (coord.). *Estudos de Heráldica Medieval*. Lisboa: IEM, Universidade Nova de Lisboa, 2012, p.199-203.

⁵⁶⁷ GOMES, Rita Costa. *A Corte dos reis de Portugal no final da Idade Média. Idem*, p.33; NASCIMENTO, Aires Augusto. Introdução. In: *Livro de Arautos*. Lisboa: 1977, p.33.

⁵⁶⁸ Em Portugal, a tese recorrente é de que a introdução destes oficiais se deu por influência inglesa no contexto da revolução de Avis. Não obstante, a partir dos estudos de João Paulo de Abreu e Lima, constata-se a existência de arautos no reino desde a dinastia de Borgonha, remontando a presença ao reinado de D. Afonso IV. Essa mudança interpretativa não exclui a importância do período avisino para a regulamentação e o desenvolvimento do ofício em Portugal, em especial no reinado de D. Afonso V, quando em 1476 se estabelece um regulamento para os oficiais de armas. NASCIMENTO, Aires Augusto. Introdução. In: *Livro de Arautos*. Lisboa: 1977, p.30-35. Recentemente a presença dos oficiais de armas e a reforma heráldica quatrocentistas foram objeto de estudo de Franklin Maciel Tavares Filho (*Os arautos no Portugal quatrocentista: D. João I e a reforma do sistema heráldico (1385-1433)*. Niterói: Universidade Federal Fluminense, Dissertação de Mestrado, 2014).

⁵⁶⁹ OCHOA BRUN, Miguel Ángel. *Historia de la Diplomacia Española. Idem*, p.318-320.

desses oficiais, sendo por isso a fidelidade e a honra, elementos centrais na definição do ofício⁵⁷⁰. Como investigou Maria Alice dos Santos, ao longo do reinado de D. João I passavantes, arautos e Reis de Armas foram utilizados em diferentes missões diplomáticas, favorecendo a comunicação política entre a corte portuguesa e as demais da Cristandade⁵⁷¹.

Durante o reinado de D. Afonso V, a presença dos oficiais de armas nas relações diplomáticas foi mantida, somando catorze missões. O Rei de Armas Portugal foi quem mais vezes apareceu em missões no período, sendo encontrado em 1455, na embaixada enviada a Inglaterra que reclamava das infrações cometidas pelos súditos ingleses contra navegadores portugueses⁵⁷²; em 1458, na solene comitiva de obediência ao papa Pio II⁵⁷³; e por volta dos anos 70 na França, sem acompanhantes⁵⁷⁴. Em 1476, encontra-se a presença do Rei de Armas Pelicano na negociação das pazes entre Portugal e a Bretanha, oficial que, de acordo com Duarte Nunes de Leão, teria recebido muitas mercês pelo “contentamento das pazes alcançadas”⁵⁷⁵. Nota-se que, segundo o cronista, o Rei de Armas *negociou* as pazes, competência que tanto ultrapassa a atividade comum dos oficiais de armas, como indica a flexibilidade no estatuto dos diferentes agentes da diplomacia do período.

Os arautos também estiveram presentes nas missões. De acordo com o levantamento de Jorge Faro, o arauto Coimbra foi enviado a Nogueira, recebendo 80 dobras pela missão⁵⁷⁶, porém não dispomos de qualquer outra informação acerca deste destino. O mesmo aparece ainda na Borgonha em 1453, sem que seja mencionado alguma atividade diplomática explicitamente⁵⁷⁷. O arauto Alcácer foi um dos que representou Portugal nas vistas de Fonte Rabia (1463)⁵⁷⁸, constando ainda a presença

⁵⁷⁰ NASCIMENTO, Aires Augusto. Introdução. *Idem*, p.31;

⁵⁷¹ SANTOS, Maria Alice Pereira dos. A diplomacia no reinado de D. João I – breve reflexão sobre os oficiais de armas. *Idem*, p.203-207. Ver ainda: FARIA, Tiago Viúla de. Comunicação visual e relações externas: abordagens a partir do caso anglo-português. In: SEIXAS, Miguel Metelo de & Rosa, Maria de Lurdes (coord.). *Estudos de Heráldica medieval*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 2012, p.209-222. MARQUES, A. H. de Oliveira. *Portugal na Crise dos séculos XIV e XV*. *Idem*, p.330.

⁵⁷² FARO, Jorge. *Receitas e Despesas da Fazenda Real entre 1384 e 1481 (subsídios documentais)*. *Idem*, p.80.

⁵⁷³ FARO, Jorge. *Receitas e Despesas da Fazenda Real entre 1384 e 1481 (subsídios documentais)*. *Idem*, p.80.

⁵⁷⁴ FARO, Jorge. *Receitas e Despesas da Fazenda Real entre 1384 e 1481 (subsídios documentais)*. *Idem*, p.81. Indica-se apenas que recebeu 140 dobras para a missão. Ver ainda: SERRÃO, 1975: 88.

⁵⁷⁵ LEÃO, Duarte Nunes de. Crónica e vida del Rey D. Affonso V. *Idem*, capítulo XXXII. Ver ainda: *Quadro Elementar*. *Idem*, III, p.130.

⁵⁷⁶ FARO, Jorge. *Receitas e Despesas da Fazenda Real entre 1384 e 1481 (subsídios documentais)*. *Idem*, p.80.

⁵⁷⁷ PAVIOT, Jacques. *Portugal et Bourgogne au XVe siècle*. *Idem*, doc.321, p.386.

⁵⁷⁸ FARO, Jorge. *Receitas e Despesas da Fazenda Real entre 1384 e 1481 (subsídios documentais)*. *Idem*,

deste oficial na Borgonha em 1459, levando cartas ao duque e retornando com novas missivas⁵⁷⁹. Encontra-se ainda a participação do arauto Lisboa em diferentes missões. Em março de 1452 e março de 1454, esteve presente na Borgonha, em Bruxelas e Lille, respectivamente⁵⁸⁰; e em janeiro de 1475 é citado levando cartas de D. Afonso V ao rei da França⁵⁸¹. A partir dos documentos publicados por Jacques Paviot, a presença de passavantes na diplomacia afonsina também é constatada. Em fevereiro de 1461, um “*poursuivant d’armes du roy de Portugal*” é citado em Bruxelas, e outro, “*Jean de Sainte-Aldegonde*”, aparece repetidamente em maio de 1466, e em janeiro e novembro de 1467 na Borgonha⁵⁸².

Observa-se através do exposto, que os oficiais de armas tiveram uma participação importante na diplomacia afonsina, estando presentes em diferentes partes da Cristandade, mesmo que tenham concentrado a atuação nas relações entre Portugal e a Borgonha, com sete missões entre o total de catorze. Tendo como base as contribuições dos estudos sobre o reinado de D. João I, é possível afirmar que a inserção desses oficiais nas comitivas e mesmo em missões individuais foi crescente no período, reafirmando a “plena participação da corte portuguesa nesse complexo cultural mais vasto das cortes europeias do final da Idade Média”⁵⁸³. Constata-se ainda que a participação destes oficiais de armas reafirma o prestígio de algumas embaixadas, assim como o papel de mensageiro que os caracterizava, porém o exemplo do Rei de Armas Pelicano contribui diretamente para que se mantenha a perspectiva da fluidez da atuação dos diferentes agentes diplomáticos.

4.2.6. Alfarrobeira: versões de um acontecimento.

Finalizamos as considerações sobre as embaixadas como mecanismos de negociação e principal expressão das relações diplomáticas quatrocentistas remetendo a algumas missões relacionadas ao *ciclo de Alfarrobeira* e que envolveram a imagem externa da monarquia portuguesa.

p.81.

⁵⁷⁹ PAVIOT, Jacques. *Portugal et Bourgogne au XVe siècle. Idem*, doc.355, p.407.

⁵⁸⁰ PAVIOT, Jacques. *Portugal et Bourgogne au XVe siècle. Idem*, doc.315, 328, p.384, 390.

⁵⁸¹ *Quadro Elementar. Idem*, III, p.112-113; SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *Relações históricas entre Portugal e a França. Idem*, p.96. O mesmo arauto consta ainda como peregrino aos lugares santos em Setembro de 1450 (MH, Vol. X, doc. 218).

⁵⁸² PAVIOT, Jacques. *Portugal et Bourgogne au XVe siècle. Idem*, doc.359, 371, 375, 389, p.409, 414, 416, 424.

⁵⁸³ GOMES, Rita Costa. *A Corte dos reis de Portugal no final da Idade Média. Idem*, p.33.

O processo de afastamento do infante D. Pedro da corte portuguesa, as movimentações que levaram à batalha de Alfarrobeira (1449) e, posteriormente, à morte do duque de Coimbra, ultrapassaram as fronteiras do reino, mostrando-se um tema que afetava as alianças externas de Portugal. A descrição da peleja e da situação do corpo do ilustre infante ficou registrada em diferentes fontes. Rui de Pina indica que:

O corpo do Infante jouve todo aquelle dia sem alma descuberto no campo à vista de todos, e sob a noite lançaram homens vis sobre um pavês, e o metteram hi logo em uma pobre casa, onde entre corpos já vazios d'almas e fedorentos, jouve tres dias sem candeia, nem cobertura nem oração, que por sua alma publica se dissesse nem ousasse de dizer, o que foi grande prasma e vitupério da casa real⁵⁸⁴.

Gaspar Dias de Landim, ligado à casa dos Bragança, também deixou escritos sobre o acontecido:

...não quis [o rei] nem consentiu que se desse sepultura ao Infante, nem que fosse tirado d'entre os mortos, do lugar em que cahira e acabara envolto sem seu sangue; e, passados aquelles dias, deu licença que o sepultassem, mas não em sepultura como quem era e como se devia a pessoa de tanta qualidade; e ao tempo que foi levado estava inchado já e corrupto de tal modo que se não podia soffrer o mau cheiro que d'elle procedia, e foi d'ahi levado a sepultar ao lugar de Alverca, em sepultura humilde, como El-Rei já tinha mandado, sem se fazerem em seu enterramento honras algumas⁵⁸⁵.

Ambas as crônicas citadas foram escritas com uma distância significativa do acontecimento, a *Crónica de El-Rei D. Affonso V* tendo sido concluída em c.1504, e a *Crónica Inédita* em 1630. Não obstante, em ambos os textos o cerne da descrição se mantém, isto é, a falta de honras e cuidados com o corpo de D. Pedro. Essa leitura das intrigas palacianas que marcam o fim da regência e do ocorrido no campo de batalha parece ter sido a versão que circulou pelas cortes europeias e gerou manifestações contrárias a D. Afonso V. Olivier de la Marche (c.1425-1502), em suas memórias, oferece uma visão sobre a situação do infante que corrobora tal perspectiva.

⁵⁸⁴ CDAV, CXXIII.

⁵⁸⁵ LANDIM, Gaspar Dias de. *O Infante D. Pedro. Crónica Inédita*. Lisboa: Escriptorio, 1892, Capítulo XXVII.

Cellui duc fut moult saige prince, et gouverna le royaume de Portugal moult notablement (...). Et advint qu'en celluy temps le Roy manda le duc de Coymbre à venir devers luy, pour ce qu'il s'estoit ung peu de temps retire en sa duché, et qu'il estoit adverty que ses ennemis machinoient contre luy et que le Roy y livroit accord: et mesmement avoit on fait une conspiracion secret contre le duc, sur le fait du royaume. Si se doubta de duc, et manda ses subjectz, serviteurs et amys, pour aller au mandement du Roy, fort accompagné: et est à sçavoir que cette assemblée ne se faisoit point contre le Roy, mais contre les malvuillans du duc, qui entrient en gouvernement et auctorité: et quand le Roy fur adverti de l'assemblée qui faisoit le duc, son oncle, il print la chose contre luy estre faicte, et de sa part assembla grans gens; et chevaucha le Roy à grosse armée contre son oncle; et le duc, quant il sentit venir le Roy, il se cloit, et fit un champ cloz de fossez et d'artillerie, et mis ses gens en bonne ordenance; (...) Mais il advint que les d'arbaleste du Roy de Portugal approucherent du champ en gran nombre; et commença une escarmouche par mechans gens d'ung cousté et d'aulture, et tellement que d'un traict d'arbaleste le duc de Coymbres, au millieu de ses gens, fut atteint en la poitrine, dont il mourut en celle mesme heure; et n'ay point sceu qu'un seul homme de nom fust blessé, ou atteint de celle escarmouche fors le duc seulement⁵⁸⁶.

Uma das cortes que mais se envolveu com os acontecimentos lusitanos foi a corte da Borgonha, que tinha como duquesa a irmã do regente e tia do monarca português, D. Isabel. No âmbito das relações luso-borguinhãs é possível que a embaixada de Jaques de Lalaing (1446) tivesse como um de seus objetivos pedir cautela na condução dos conflitos existentes na corte portuguesa entre o regente e o jovem rei⁵⁸⁷. No ano seguinte, acompanhando o desenrolar da política ibérica, o duque de Borgonha se ofereceu para mediar a harmonização das relações luso-aragonesas⁵⁸⁸. Nesse intervalo, fontes borguinhãs atestam a circulação de oficiais de armas, alguns enviados diretamente pelo Infante à corte de Filipe o Bom⁵⁸⁹. Por esses indícios, é plausível considerar que a versão do regente acerca dos acontecimentos internos⁵⁹⁰

⁵⁸⁶ LA MARCHE, Olivier de. *Mémoires d'Olivier de la Marche*. Paris: Librairie Renouard, 1884, Tome II, Chapitre XX.

⁵⁸⁷ FRÖES, Vânia Leite. Le cardinal du Portugal: célébration de l'avie et mémoire de la mort à Florence au *Quattrocento*. In: *A Igreja e o clero português no contexto europeu*. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa, Universidade Católica Portuguesa, 2005, p.259-260.

⁵⁸⁸ MH, Vol. IX, doc. 145.

⁵⁸⁹ Em outubro de 1446 um oficial de armas do regente foi enviado a Borgonha, encontrando-se em Bruxelas com o conselheiro de Filipe o Bom, também português, Fernando de Miranda. No ano seguinte, o rei de armas Pedro Ruiz viajou a Flandres, tendo com o duque na cidade de Bruges tratando de assuntos secretos. Em 1449, novamente o oficial de D. Pedro volta à Bruxelas. Cf.: PAVIOT, Jacques. *Portugal et Bourgogne au XVe siècle (1384-1482). Recueil de documents extraits des archives bourguignonnes*. Lisbonne-Paris: Centre Culturel Calouste Gulbenkian, Commission Nationale pour les Commémorations des Découvertes Portugaises, 1995, p.365-369, 376, doc. 282, 285, 290, 300.

⁵⁹⁰ MH, Vol. IX, doc. 211.

tenha chegado à Borgonha e tido uma acolhida mais favorável do que o memorando enviado por D. Afonso V após Alfarrobeira.

Há também indícios que a notícia da morte de D. Pedro não foi bem recebida na corte castelhana. A *Crónica del Halconero de Juan II*, texto contemporâneo dos acontecimentos, descreve que:

Entrante el dicho año de 49, entró alguna discordia entre el rrey don Alfonso de Portugal e el dicho ynfante don Pedro su tío, por quanto algunos cavalleros del rreyno avían fecho entender al dicho rrey cómo este ynfante (...) se avía avido mal en la dicha gouernación, e le avía mucho dañificado su rreyno. En especial que avía echado del rreyno a la rreyna donã Leonor, su madre, e la feziera yr al rreyno de Castilla, e tovierá manera cómo le diesen con qué muriese la dicha rreyna. (...) E como el Rey [D. Afonso V] lo sopo, salióle al caminho con mucha más gente, e peleó com él, e fué ferido el dicho ynfante don Pedro de tales feridas de que murió en la dicha pelea. (...) E de aquesta muerte deste ynfante don Pedro ovo mucho enojo el Rey don Juan de Castilla, por quanto era mucho cosa suya, e avía dado fauor contra sus contrarios, e creya tener por sua causa gran parte en el rreyno de Portugal⁵⁹¹.

Ciente das informações que circulavam pelas cortes da Cristandade, D. Afonso V decidiu agir e enviar AFONSO PEREIRA com um memorando ao rei de Castela e ao duque da Borgonha. É nessa ação régia que reside o central do problema a ser analisado nesse item. O jovem monarca português após assumir o trono, afastar o poderoso tio da corte e vencer a batalha de Alfarrobeira, teve que enfrentar a pressão externa que condenava a sua atitude. Tais pressões, manifestas em diferentes embaixadas, tinham como base rumores que denunciavam conspirações contra o regente, projetavam um rei moço e pouco experiente e, conseqüentemente, desfavoreciam a imagem externa da realeza. A fim de limitar os impactos negativos de tais notícias, D. Afonso V redigiu o seguinte memorando e o enviou através da embaixada de AFONSO PEREIRA:

Direes ao mujto alto muj excelente, poderoso princepe elrrej de Castella, (...) que, por morte delrrej, meu senhor e padre, que Deos haja, fiquamos de idade de sete annos. E porque no seu solene testamento, que logo no dia seguinte, a requerimento de todolos tres estados, foy aberto e pruuicado, se continha que a rrajnha, minha senhora e madre, de piadosa lembrança, como nossa titor, nos criasse e tiuesse regimento e aministração comprida de todas nossas cousas,

⁵⁹¹ CARRILLO DE HUETE, Pedro. *Crónica del Halconero de Juan II*. Edición y estudio por Juan de Mata Carriazo. Granada: Universidad de Granada, 2006, Capítulo CCCLXXVIII.

os jnfantes dom Pedro e dom Amrique, meus tios, e os condes, prelados, fidalgos e pouos que presentes erão o tiuerão por bem, jurando e prometendo primejro os ditos meus tios, desy todos os outros de o ter e manter, porque concordaua com as leis imperiaes (...).

Com essas palavras introdutórias, o rei caracteriza D. Pedro destacando a cobiça e o desejo agudo e desordenado do Infante pela regência, e a falsidade apresentada nas cerimônias. Nas palavras do rei, o duque de Coimbra chegou ao poder nas Cortes de Lisboa apoderando-se do reino com o apoio de gentes de armas e o receio dos pequenos. O memorando indica que o Infante promoveu a perseguição e os maus-tratos com os bons servidores da rainha, ações que visaram favorecer os seus apoiantes, além de ter deixado a regência com demonstração de descontentamento. D. Afonso V também afirma que, mesmo com tais atitudes, confirmou terras e tenças e fez ao Infante singular mercê. O documento trata ainda da contenda entre D. Pedro e o duque de Bragança, expressando que o tempo da execução da divina justiça havia chegado ao Infante. Na sequência desse trecho, o memorando passa a descrever os acontecimentos de Alfarrobeira.

E tomou o caminho de Lixboa, cuidando em elles. E, recebido por alguns com que tinha trautado, mas, sabendo que o feito era descuberto e a cidade guardada e que o hamos buscar, nos esperou acerqua daquelle campo onde contra nos tinha suas azes ordenadas. E, porque ya detreminado tínhamos de nom peleyar aquelle dia, mandamos asentar nosso arajal. E elle, como uio as tendas aleuantadas e os nossos alonguados, mandou tirar as bombardas, que lançaão mujtas édras e dellas uinham direjtamente a nossa tenda. Polla qual rezam, se leuantarão os nossos e se corregerão pera pelejar, abalando nossas batalhas. E elle fez despregar sua bandeira, que fazia de nossas armas direjtas, sem differença, e dar currida, chamando Real, Real por elrej dom Pedro. E, com ajuda daquelle Senhor das hostes, que daa a quem lhe praz uencimento, foy disbaratado e morto na batalha, recebendo aquella justa pena que os seus mãos feitos mereciam. E, por estas conclusões, que lhe assim dizer enuiamos, poderá hauer asas comprida e uerdadeira enformação dos passados feitos e pode conhecer a justa causa que tiuemos de contra elle procedermos e a muita merçe que de nos recebeo e a creçença que com elle sempre ouuemos, posto que mujtas cousas feitas calaçemos, por nom offendermos as suas orelhas⁵⁹².

⁵⁹² MH, X, doc.49.

Ao longo do texto o rei apresenta D. Pedro com ávido desejo de reger, afeito ao fingimento e à cobiça, com comportamento tirano e desobediente e, ao descrever a batalha, afirma que os partidários do Infante gritavam “*Real, Real por elrrej dom Pedro*”, numa clara tentativa de demonstrar que o duque buscava assumir o trono. Todavia, o principal trecho do memorando é: “*E, por estas conclusões, que lhe assim dizer enuiamos, poderá hauer asas comprida e uerdadeira enformação dos passados feitos e pode conhecer a justa causa que tiuemos de contra elle procedermos*”. Para conter versões indesejadas e combater os rumores desfavoráveis à sua posição, D. Afonso V reivindica a “verdadeira informação” sobre os acontecimentos. Sabe-se que entre julho e agosto de 1449, Rodrigo Leonardes chegou à Bruges e, de acordo com Jacques Paviot, essa missão também deve ter levado informações sobre o ocorrido em Portugal⁵⁹³. Não obstante, a iniciativa régia não conseguiu impedir as críticas dos duques da Borgonha.

Para expressar as suas queixas os duques enviaram, em agosto de 1449, o beneditino Jean de Jouffroy, deão de Saint-Vivent-sous-Vergy. Ao todo o embaixador proferiu quatro orações em latim, nas quais defendeu o antigo regente, cobrou a sepultura do mesmo no mosteiro da Batalha e o amparo aos filhos e à viúva do Infante⁵⁹⁴. O pronunciamento do deão de Vergy deu-se em Évora, entre dezembro e janeiro de 1450, perante a corte que estava na cidade. Em tom enérgico e respaldando-se em Cícero, Jean de Joffroy buscou impressionar os ouvintes, exigindo que o Infante tivesse a sepultura digna e que os filhos pudessem seguir para a Borgonha⁵⁹⁵.

Embora não tenha alcançado êxito pleno na intervenção – principalmente em relação aos despojos do infante –, o deão de Vergy ao menos conseguiu que os filhos de D. Pedro fossem liberados para seguir para a Borgonha. Não obstante, ao regressar à corte borguinhã com as novas, Jean Joffroy deu motivos para que D. Isabel continuasse na peleja a favor dos restos mortais e da memória do irmão. Nesse sentido os duques apresentaram queixas ao papa Nicolau V, que pelas letras *Querelam dilecte*, de 21 de maio de 1450, comunicou aos bispos de Tournai, Salamanca e Leão, ter sido informado da forma desumana como morreu o duque de Coimbra. O Sumo Pontífice prometia a

⁵⁹³ PAVIOT, Jacques. *Portugal et Bourgogne au XVe siècle (1384-1482)*. *Idem*, p.377, doc.302.

⁵⁹⁴ A primeira oração proferida foi *Temperanciam sane difficilem*, no dia 6 de dezembro, no dia 13 fez a oração *Sive ingenii nostri*, em 12 de janeiro proferiu *Tandemne vincet in te*, e por fim, *Que res magnam spem*, aos dezesseis dias do mesmo mês. Cf.: PAVIOT, Jacques. *Portugal et Bourgogne au XVe siècle (1384-1482)*. *Idem*, p.44-45

⁵⁹⁵ Os discursos do deão de Vergy encontram-se publicados em: MARTINS, Oliveira. *Os Filhos de D. João I*. *Idem*, Apêndice (h), p.427-467.

excomunhão de todos aqueles que ocultassem o corpo do infante, estabelecendo o prazo de trinta dias para que os despojos fossem entregues para as pessoas indicadas pela duquesa da Borgonha⁵⁹⁶.

Tendo em vista essa movimentação diplomática, nota-se o impacto externo negativo relacionado às notícias sobre Alfarrobeira e o fracasso das missões de AFONSO PEREIRA e Rodrigo Leonardes, que carregavam a versão afonsina dos acontecimentos. Esses elementos culminam na embaixada do deão de Vergy e na letra papal de 1450, expressões do abalo externo criado pela morte do infante. Não obstante, as relações diplomáticas foram novamente fortalecidas nos anos seguintes e as imposições papais não foram aplicadas. Para esse novo quadro, contribuiu uma série de fatores, dentre os quais as missões enviadas a Roma entre 1449 e 1452, ano da revogação das imposições papais pelas letras *Romani pontificis providentia*⁵⁹⁷.

Por volta outubro de 1450, D. Afonso V enviou o PERO GONÇALVES, VASCO FERNANDES DE LUCENA e o arauto Lisboa ao papa Nicolau V. A embaixada recebeu 950 dobras, o que não indica gastos volumosos. Todavia, a composição sinaliza a importância da missão. PERO GONÇALVES aparece como escrivão da Câmara desde 1448, ascendendo a secretário régio pelo menos desde 1449, inserção que demonstra a proximidade do personagem com o monarca e a sua posição de destaque na corte portuguesa. Ainda mais ilustre é a trajetória de Lucena. Doutor e membro do desembargo régio desde os anos 30, VASCO FERNANDES DE LUCENA tinha sólida formação em latim, sendo tradutor de Vergério, Cícero e Plínio, o Jovem. Além disso, era experiente nas negociações diplomáticas, tendo participado de embaixadas ao Concílio de Basiléia, a Castela, a Arzila. Baquero Moreno argumenta que a participação desse personagem na embaixada de 1450 foi estratégica, visto que: “a posição ideológica do nosso embaixador, aliada à sua cultura humanística e às relações que mantivera com o Infante Dom Pedro, constituíam um poderoso trunfo a favor do monarca, na sua preocupação de justificar a sua ação junto a Santa Sé”⁵⁹⁸. À presença do secretário régio e de Lucena, soma-se ainda o arauto Lisboa, mais uma vez, um índice da importância da missão.

⁵⁹⁶ *Monumenta Henricina*, Vol. X, doc.166, p.227-231; MORENO, Humberto Baquero. *A Batalha de Alfarrobeira*. *Idem*, p.520.

⁵⁹⁷ *Monumenta Henricina*, Vol. XI, doc.104, p.126-128. O corpo de D. Pedro foi inicialmente sepultado na igreja de Alverca, sendo, mais tarde, movido para o castelo de Abrantes (PINA, Ruy de. *Ibidem*, p.118).

⁵⁹⁸ MORENO, Humberto Carlos Baquero. *A Batalha de Alfarrobeira*. *Idem*, Vol. II, p.846.

Conforme o apontamento de Moreno, é provável que a embaixada tivesse como objetivo justificar o ocorrido em Alfarrobeira. No entanto, em virtude do desenrolar dos acontecimentos ela teve uma relevância ainda maior. Entre a embaixada de AFONSO PEREIRA e a comitiva de outubro de 1450, Portugal tinha recebido o deão de Vergy e, principalmente, as ásperas determinações do pontífice estabelecidas nas letras de maio. Nesse sentido, consideramos que a comitiva encabeçada por Lucena visava abrandar os rumores e restabelecer a imagem portuguesa na Cúria papal. Não podemos afirmar plenamente que a embaixada foi exitosa, posto que Nicolau V apenas revogou as suas determinações dois anos depois, mas é provável que a missão tenha tido sucesso em desfazer o desgaste que marcava as relações entre Portugal e a Santa Sé no período. Nesse sentido, é interessante observar que em 1452, D. Afonso V enviou nova missão diplomática a Roma, composta pelo escrivão ANTÃO GONÇALVES, pelos conselheiros régios LUÍS GONÇALVES MALAFAIA e RUI GOMES DE ALVARENGA, e por Manuel Diogo. A comitiva recebeu 2385 dobras, sendo possível que RUI GOMES DE ALVARENGA tenha adquirido o título de conde palatino por essa missão. Não obstante, o mais significativo é que Malafaia aparece em súplica do mês de abril solicitando a nomeação de D. Jaime, filho do antigo regente morto em Alfarrobeira, para a posição de Cardeal⁵⁹⁹. Em vista do novo quadro, a revogação da bula surge apenas como uma formalização, necessária, porém já esvaziada do sentido presente em sua formulação.

Consideramos que o exemplo de Alfarrobeira é singular como expressão da variedade de elementos presentes nas relações diplomáticas. A guerra civil que levou à morte do infante D. Pedro teve repercussões externas e abalou as relações estabelecidas por Portugal com outras partes da Cristandade, em especial com a Borgonha e com o papado. D. Afonso V tentou enviar AFONSO PEREIRA para conter os rumores que condenavam a postura régia na condução do conflito, porém tal missão resultou em fracasso, tendo o monarca recebido duras críticas borguinãs e a censura papal. A fim de contornar o cenário externo que piorava, o rei enviou uma embaixada a Roma, encabeçada pelo humanista VASCO FERNANDES DE LUCENA, próximo do falecido regente e homem de destaque na Santa Sé. Esta iniciativa mostrou-se bem sucedida, podendo o monarca conduzir a pacificação interna do reino e o restabelecimento das alianças diplomáticas nos anos seguintes.

⁵⁹⁹ MH, Vol. XI, doc. 135.

D. Afonso V foi o rei da dinastia de Avis a inaugurar os encontros régios como mecanismo de negociação diplomática. O principal motivo dessa iniciativa parece ser o desenrolar da política castelhana, que inicialmente restabeleceu os vínculos matrimoniais entre as casas reais e, com o desenvolvimento da aliança, buscou ampliar esses laços. Consideramos que nos anos 50, período do primeiro encontro régio, D. Afonso V não tinha em Castela seu principal aliado, antes, mantinha e ampliava as relações com o reino de Aragão. Com a morte do *Magnânimo* e o acirramento das relações internas castelhanas, Portugal aparece como uma das principais bases de apoio externo de Enrique IV e D. Joana, apoio que visava concretizar-se através de casamentos e do envio de tropas portuguesas. É em torno dessa teia de relações ibéricas que a orientação da política lusitana direcionou-se para Castela, em inícios com a defesa do enlace entre D. Afonso e D. Isabel e, num segundo momento, na projeção da união do rei de Portugal com D. Joana. Este último matrimônio foi tratado pelos reis em 1472, reunião que marca o “sonho ibérico” de D. Afonso V e já dava sinais da possível reabertura da hostilidade entre os reinos.

Como exposto, os encontros régios não tiveram êxito nas negociações, porém esse fato não pode ofuscar que tais encontros mostram o empenho de D. Afonso V em tratar do traslado dos ossos de sua mãe, a rainha D. Leonor, para o panteão dinástico da Batalha; em discutir a associação de si e do príncipe herdeiro aos ramos da família real castelhana; em auxiliar a irmã e rainha de Castela, D. Joana, quando da presença da rainha nas Cortes da Guarda; em permanecer na defesa de seu casamento com D. Isabel; em projetar uma aliança com a jovem sobrinha D. Joana; em, no contexto da guerra, negociar com D. Fernando de Aragão o fim do conflito; e, por fim, em deslocar-se até a França para demandar o apoio daquele que poderia garantir a coroa de Castela ao *Africano*.

Não obstante, acreditamos que a análise dos encontros régios reforça que esse mecanismo de negociação constituía uma exceção, cada vez mais incomum numa época marcada pela definição do ofício do embaixador. Em meados do século XV, Portugal avançava na constituição de um perfil de enviado diplomático, como foi discutido no capítulo anterior, e na afirmação das embaixadas como principal mecanismo de negociação externa. Nesse sentido, D. Afonso V fez uso de diferentes missões

diplomáticas, sendo exitoso em algumas e mal sucedido em outras. Acreditamos que os dois principais exemplos de fracasso das embaixadas foram as missões de AFONSO PEREIRA (1449), que em nada abalou os rumores negativos acerca da morte de D. Pedro, e de JOÃO FERNANDES DA SILVEIRA (1456), que percorrendo as cidades italianas não conseguiu garantir o apoio das mesmas ao projeto de cruzada papal ao qual o monarca português se engajava. No entanto, chama atenção que o maior equívoco diplomático do reinado, a viagem à França, tenha raízes no sucesso de uma embaixada, a missão de D. ÁLVARO DE ATAÍDE e JOÃO TEIXEIRA. Por fim, a presença de VASCO FERNANDES DE LUCENA na missão ao papado de 1450 é um sinal da perspicácia de D. Afonso V em escolher seus representantes.

Lembra-se ainda que as negociações diplomáticas envolveram outros atores não classificados como embaixadores, tais como D. Jaime, a rainha de Castela, D. Joana, a infanta D. Beatriz de Portugal. Acreditamos que essa presença, aliada aos casos do Conde de Barcelos e do infante D. Pedro nas décadas iniciais do século XV, reforçam a perspectiva de que a diplomacia quatrocentista não se resumia ao envio de embaixadores e embaixadas, tendo uma importância acentuada a participação de personagens outros, geralmente associados aos vínculos de parentesco que ligavam as casas reais da Cristandade.

Por fim, remete-se ao fato de que “*l’arrivée d’une ambassade est un épisode de la vie de cour*”⁶⁰⁰, sendo a negociação diplomática marcada por recepções, festas e outras celebrações. Tais elementos eram constituintes da prática diplomática quatrocentista e não menos importante para o desenvolvimento das negociações. Desta maneira, passaremos a discussões sobre o cerimonial da diplomacia no capítulo a seguir, visando compreender o papel destes festejos para o reinado de D. Afonso V.

⁶⁰⁰ AUTRAND, Françoise & CONTAMINE, Philippe. *Naissance de la France. Idem*, p.128.

CAPÍTULO 5. CERIMÔNIAS E FESTAS NA DIPLOMACIA AFONSINA

As mudanças ocorridas no campo da História ao longo do século XX trouxeram uma pluralidade de temas para a área, abrindo ao historiador uma série de novas dimensões da vida social. Uma dessas incorporações envolve questões como as cerimônias, as crenças, os gestos, os rituais, os símbolos, temáticas comuns aos estudos antropológicos que se afirmaram como território do historiador. Este movimento apresenta-se de forma marcante entre os medievalistas, envolvendo desde pesquisas ligadas a dimensão cultural até investigações no âmbito da história política. Exemplo ímpar dessa inclinação, os trabalhos de Marc Bloch, Ernst Kantorowicz e Ralph Giesey abriram vias que permanecem a ser exploradas. Nessa interseção de problemáticas, os ritos e cerimônias passaram a ser considerados como "partes integrantes do sistema político e da estrutura do poder, não devendo ser entendidos como elementos secundários de um sistema político"⁶⁰¹.

Passadas algumas décadas dessa reorientação ocorrida na História, é possível identificar os principais temas de investigação que marcaram o campo das cerimônias medievais, em especial entendidas como elemento para a compreensão da realeza. Tal campo deu destaque ao problema das entradas régias, dos funerais, da coroação, da sagração, ou ainda dos casamentos reais⁶⁰². No entanto, se o acúmulo de reflexões é inegável, não se podem descartar as diferentes leituras sobre a questão, as quais se apresentam, principalmente, na relação entre as cerimônias e a gênese do Estado moderno⁶⁰³.

Neste capítulo, o foco de investigação será as “grandes cerimônias” da monarquia, destacadamente aquelas que classificamos de cerimônias da diplomacia, como as recepções de embaixadas e os casamentos da família real. Entendemos que

⁶⁰¹ NIETO SORIA, José Manuel. *Cerimonias de la realeza. Propaganda y legitimación en la Castilla Trastámara*. Madrid: Nerea, 1993, p.17.

⁶⁰² Ver, por exemplo: BOUREAU, Alain. *Ritualité politique et modernité monarchique*. In: BULST, Neithard, DESCIMON, Robert & GUERREAU, Alain (dir.). *L'État ou le Roi. Les fondations de la modernité monarchique en France (XIVe-XVIIe siècles)*. Paris: Éditions de la Maison des sciences de l'homme, 1996, p.9-25; GUENÉE, Bernard & LEHOUX, Françoise. *Les entrées royales françaises, 1348-1515*. Paris: CNRS, 1968. No quadro dos estudos portugueses, citam-se os trabalhos: ALVES, Ana Maria. *As Entradas Régias portuguesas. Uma visão de conjunto*. Lisboa: Livros Horizonte, 2009; ARAÚJO, Renata. *Lisboa. A cidade e o espetáculo na época dos Descobrimentos*. Lisboa: Livros Horizonte, 1990; BOESCU, Ana Isabel. *Na Corte dos Reis de Portugal. Saberes, ritos e memórias*. Lisboa: Colibri, 2011. Lembramos ainda da dissertação *Rituais e Cerimônias régias da dinastia de Avis: pacto e conflito na entronização de D. João II (Portugal – 1438 a 1495)*, de Ieda Avênia de Mello (2007).

⁶⁰³ Exemplos de diferentes leituras sobre a questão são o livro de Nieto Soria (*Cerimonias de la realeza*) e a crítica apresentada por Rita Gomes em: “Cerimônias da realeza nos fins da Idade Média. A propósito de um livro recente” (1994). Ver ainda as discussões apresentadas no capítulo 1 desta tese.

estas cerimônias têm como particularidade o fato de envolverem comitivas externas, as quais poderiam constituir um instrumento de promoção exterior da realeza e do reino. Afastando-se do plano externo, o capítulo também discutirá o papel das cerimônias ligadas à guerra e à paz, assim como o engajamento do espaço do reino em tais celebrações. Para desenvolver esta discussão serão analisados dois aspectos do reinado de D. Afonso V: a sistematização do que se devia fazer nas cerimônias, expressa no *Livro Vermelho*⁶⁰⁴, e o que se fez, se viu e ouviu nas celebrações afonsinas, tendo como base as narrativas cronísticas e as narrativas de viagem, em especial.

5.1. O CERIMONIAL MONÁRQUICO PORTUGUÊS

Entre os aspectos que envolvem o desenvolvimento do poder régio em finais do medievo, o elemento cerimonial aparece com uma crescente complexidade, manifesta numa expansão quantitativa e qualitativa dos cerimoniais reais⁶⁰⁵. José Manuel Nieto Soria, por exemplo, considera que os séculos XIV e XV foram marcados por uma "tendência cerimonializadora" da realeza⁶⁰⁶.

As circunstâncias que envolvem a ascensão da dinastia de Avis, especialmente a mácula da bastardia de D. João I, geraram a necessidade da legitimação e da consolidação do poder régio, movimento múltiplo e longo que também contou com os investimentos simbólicos e cerimoniais por parte dos monarcas. Nesse domínio, podemos citar a construção do Mosteiro da Batalha, a busca pela autorização da unção régia, as mudanças realizadas no levantamento e nos funerais dos monarcas, entre outras ações. Rita Gomes entende que as medidas tomadas pelos primeiros reis de Avis constituem um processo de "reformulação global das cerimônias da realeza", movimento que teria produzido a desaparecida compilação das cerimônias portuguesas⁶⁰⁷.

Gomes indica ainda que durante o século XV a corte avisina conservou dois textos normativos. O primeiro, uma compilação de usos ingleses, manifesta a sua influência na capela portuguesa desde os anos 30, tendo o códice permanecido na

⁶⁰⁴ Livro Vermelho do Senhor Rey D. Affonso V. In: *Collecção de Livros Ineditos de História Portuguesa dos reinados de D. João I, D. Duarte, D. Affonso V e D. João II*. (publicados por José Corrêa da Serra). Lisboa: Academia Real das Sciencias de Lisboa, Tomo III, 1793, p.391-540.

⁶⁰⁵ BOUREAU, Alain. Rituallité politique et modernité monarchique. *Idem*, p.10.

⁶⁰⁶ NIETO SORIA, José Manuel. *Cerimonias de la realeza*. *Idem*, p.159-172.

⁶⁰⁷ GOMES, Rita Costa. *A corte dos reis de Portugal no final da Idade Média*. Lisboa: Difel, 1995, p.302-303.

biblioteca régia até o reinado de D. Manuel. O segundo, uma recolha de ordenações internas e normas gerais, é o *Livro Vermelho*, que foi utilizado na corte até o século XVI. De acordo com a autora, o documento constitui “a mais importante descrição, embora lacunar, de usos portugueses do final da Idade Média”⁶⁰⁸.

Em vista de nossos objetivos, destaca-se que os documentos que tratam da recepção das embaixadas, do assento das comitivas na corte e dos usos protocolares para as relações com outros poderes são datados de meados do reinado de D. Afonso V. Durante o período do *Africano* foram realizadas grandes cerimônias – sendo o maior exemplo o casamento de D. Leonor – e estas foram acompanhadas da sistematização dos usos para as cerimônias da diplomacia.

Em meio aos registros, o documento 4 é o mais citado. Datado de janeiro de 1471, sob o título "*Dytados em lynguoajem d'ElRey Dom Affonso o Quynto nosso Senhor pera Rex e Principes e Senhores e todas as outras pessoas estrangeiras de fora de seus Reinnos...*"⁶⁰⁹, sistematiza as formas que deveriam ser usadas nos contatos diplomáticos com os monarcas e príncipes estrangeiros, além dos representantes destes e dos grandes senhores do próprio reino.

A título de exemplo, eis os “*dytado pera ElRey de Framça*” e “*Pera ElRey de Castella*”, os primeiros que aparecem no rol:

Muyto alto, muyto excelente, muyto poderoso, e Chrisptyanissimo Principe. Nos Dom Affonso &c. vos emvyamos muito saudar, como Irmaão que muito amamos. “*Ffinda*” Muyto alto, muyto excelente, muyto poderoso, e Chrisptyanissimo Principe. Noso Senhor aja sempre vossa pessoa e Real estado em sua sancta guarda. “*Sobre’scrito*” Ao muyto alto, muyto excelente, muyto poderoso, e Chrisptyanissimo Principe Dom Luys, per graça de Deos Rey da Framça.

Muyto alto, excelente e poderoso Principe, primo Irmaão e amigo. Nos Dom Affonso &c. vos emvyamos muyto saudar como aquelle que muyto amamos. E a este porque he Irmaão per cunhadya, ho Irmaão primeiro, e depoyos o primo. “*Ffinda*” Muyto alto, muyto excelente e poderoso Principe, Primo Irmaão e Amigo. Nosso Senhor aja sempre vossa pessoa e Real estado em sua santa guarda. “*Sobre’scrito*” Ao muyto alto, muyto excelente e poderoso Principe Dom Anrique per graça de Deos Rey de Castella e de Liam &c. nosso muyto amado Primo Irmaão e Amigo⁶¹⁰.

⁶⁰⁸ GOMES, Rita Costa. *A corte dos reis de Portugal no final da Idade Média*. *Idem*, p.299.

⁶⁰⁹ Livro Vermelho do Senhor Rey D. Affonso V. In: *Collecção de Livros Ineditos de História Portugueza dos reinados de D. João I, D. Duarte, D. Affonso V e D. João II*. Publicados por José Corrêa da Serra. Lisboa: Academia Real das Sciencias de Lisboa, Tomo III, 1793, p.402-419.

⁶¹⁰ Livro Vermelho do Senhor Rey D. Affonso V. *Idem*, p.402.

Mesmo sem poder tirar grandes conclusões acerca das relações diplomáticas existentes a partir da fonte, consideramos que, desde o reinado de D. João I, o investimento realizado pela corte avisina em sistematizar a heráldica, o ofício de arauto e de Rei de Armas – ação que passa pela elaboração do *Livro dos Arautos*⁶¹¹ e o regimento dos oficiais de armas (1476) –, sinaliza uma preparação da monarquia portuguesa para a ampliação e complexidade de suas relações externas, processo que se encontra amadurecido no reinado de D. Afonso V e pode ser comprovado pelo documento do *Livro Vermelho*.

Nessa perspectiva, o rol elaborado no reinado de D. Duarte oferece significativos aportes para a discussão. Tal como o documento de 1471, o rol presente no *Livro dos Conselhos de El-Rey D. Duarte*, sob o título “*Ditados per latym e lyngoaJem del rey pera outros príncipes e senhores*”⁶¹², apresenta o mesmo objetivo, preparar os embaixadores e a chancelaria para a relação com outros príncipes e senhores. Para além das diferenças entre os reinos presentes nas listagens, chama atenção a língua, pois o rol eduardino varia entre o latim e a *lingoaJem*, chegando a oferecer dois ditados para o rei da Inglaterra e o duque da Borgonha, enquanto que em D. Afonso V o português é utilizado em toda a listagem.

Convém destacar que o *Africano* estava cercado de bons latinistas para o trato diplomático. Em 1450, por exemplo, VASCO FERNANDES DE LUCENA recebeu a tença de 210.000 libras anuais por fazer as cartas em latim para “fora da terra”⁶¹³. É possível ainda discutir o problema dos idiomas utilizados no trato diplomático e nas cerimônias da realeza. A língua internacional permanecia o latim e, no caso português, o

⁶¹¹ Vânia Fróes faz importantes considerações sobre a obra: “... o Livro de Arautos aqui mencionado não se enquadra como literatura de viagem, mas como um guia específico para um profissional, cujo ofício está ligado às viagens. O autor faz referência clara a isso. (...) É preciso preparar para o ofício (e para essas viagens). Por isso o experiente arauto escreve o seu manual de aconselhamento, antes de iniciar as descrições das regiões que um arauto normalmente percorre”. Cf.: FRÓES, Vânia Leite. As viagens como forma de conhecimento e apreensão do espaço – em torno do Livro de Arautos (século XV). In: *Viagens e viajantes, almocreves, bandeirantes, tropeiros e navegantes*. III Colóquio Luso-brasileiro. Niterói: UFF, 1998, p.40. Ver ainda: NASCIMENTO, Aires Augusto. *Livro de Arautos*. Lisboa: 1977; SANTOS, Maria Alice Pereira dos Santos. A diplomacia no reinado de D. João I – breve reflexão sobre os oficiais de armas. In: SEIXAS, Miguel Metelo de & ROSA, Maria de Lurdes (coord.). *Estudos de Heráldica Medieval*. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais, 2012, p.199-207.

⁶¹² *Livro dos Conselhos de El-Rey D. Duarte*. (*Livro da Cartuxa*). Edição diplomática. Transcrição: José Alves Dias. Introdução: A. H. de Oliveira Marques e João José Alves Dias. Lisboa: Estampa, 1982, doc.50, p.188-200. O documento também cita as relações com a Santa Sé (Papa, Conselho Geral, Colégio de Cardeais, cardeais), com um detalhamento menor do que aparece na listagem de 1471. A França não aparece entre os reinos, o que se justifica pelo período de Guerra dos Cem Anos e na menção ao rei inglês como rei da França.

⁶¹³ *Chartularium Universitatis Portugalensis*. Direção de A. Moreira de Sá. Lisboa: Instituto de Alta Cultura, 1972-1981, Vol. V (1446-1455), doc. 1527.

castelhano era frequente no contato com Castela. No entanto, parece que o texto do *Livro Vermelho*, ao ser escrito em português, visava reforçar a identidade do reino na relação com poderes externos, processo também observável na França, na Inglaterra e em outras partes da Cristandade, medida que não impossibilitava as negociações da diplomacia, pois, no geral, as comitivas contavam com a presença de intérpretes⁶¹⁴.

A partir desses dois documentos, produzidos entre os anos 30 e 70, mas que apresentam a mesma origem – o poder régio – e finalidade – preparar os embaixadores e a chancelaria para a relação com outros príncipes e senhores –, podem ser propostas algumas conclusões. Primeiramente, a organização política da realeza avisina, expressa na existência do documento, na amplitude dos ditados e na própria afirmação da língua. Com cada vez mais estrangeiros circulando pelas cidades do reino em virtude do desenvolvimento das navegações e com uma rede diplomática em ampliação, D. Afonso V decidiu investir na sistematização do cerimonial português, ciente de que este se tratava de um importante instrumento político.

Há ainda outro aspecto presente na fonte. Nela, a diplomacia medieval apresenta-se claramente como uma relação entre poderes, aspecto que temos reforçado ao longo dos capítulos. Verifica-se que os textos sistematizam os ditados enfatizando as relações pessoais, com os reis, rainhas, herdeiros, duques, condes, marqueses, etc., e os respectivos filhos. Destarte, estes apontamentos reforçam o peso da consanguinidade para a elaboração do quadro diplomático, o que nos leva a questões específicas que aparecem nos documentos.

David Rincón ao investigar as fórmulas de cortesia nas relações luso-castelhanas as dividiu em três grupos temáticos: a retórica familiar, envolvendo vínculos decorrentes de matrimônios e da familiaridade simbólica; a retórica de exaltação; e a retórica de amor⁶¹⁵. Estas fórmulas favoreciam a negociação e o contato diplomático,

⁶¹⁴ Cf.: AUTRAND, Françoise. L'écrit et l'oral dans les négociations diplomatiques entre France et Angleterre. XVe et XV siècle. In: MALLOL, María Teresa Ferrer, MOEGLIN, Jean-Marie, PÉQUIGNOT, Stéphane, & MARTÍNEZ, Manuel Sánchez (Eds.). *Negociar em la Edad Media/Négociar au Moyen Âge*. Barcelona: CSIC, 2005, p.303-319; CHAPLAIS, Pierre. *English Diplomatic Practice in the Middle Ages*. London: Hambledon and London, 2003, p.127-133; GENET, Jean-Philippe. *La genèse de l'État moderne. Culture et société politique en Angleterre*. Paris: Puf, 2003, p.139-167; GUENÉE, Bernard. *O Ocidente nos séculos XIV e XV – Os Estados*. São Paulo: Pioneira, 1981, p.98-100; LUSIGNAN, Serge. Le choix de la langue d'écriture des actes administratifs en France. Communiquer et affirmer son identité. In: *Information et Société en Occident à la fin du Moyen Âge*. Paris: Publications de la Sorbonne, 2004, p.187-201; MARQUES, A. H. de Oliveira. *Portugal na crise dos séculos XIV e XV*. *Idem*, p.334.

⁶¹⁵ RINCÓN, David Nogales. La cultura del pacto en las relaciones diplomáticas luso-castellanas durante el período Trastámara (1369-1504). In: *En la España Medieval*, vol.35, 2012, p.140.

além de revelar formalidades e precedências que também eram aplicadas, como veremos, na recepção e na distribuição dos assentos dos embaixadores.

Retornando à listagem de 1471 a partir dos eixos propostos por David Rincón (QUADRO 10), destacamos primeiramente uma fórmula de tratamento específica: "*Irmaaõ per cunhadya, ho Irmaaõ primeiro, e depoyos o primo*", utilizada para o rei de Castela⁶¹⁶. Permanecendo no campo da "retórica familiar", apenas os reis mouros não são chamados de "*Irmaaõ*" e o rei de Castela é o único que aparece de forma diferenciada entre os "irmãos". Se este termo constitui uma fórmula de tratamento cortês sem representar laços de consanguinidade efetivos, indicando somente os vínculos de parentesco simbólico que uniam os membros da Cristandade, o mesmo não acontece com "Primo", utilizado para os reis de Castela, Inglaterra e Nápoles, e "Tio", referência ao rei de Aragão.

A "retórica do amor" também oferece elementos para a análise, pois o único monarca cristão que não é citado como "*amiguo*" é o rei da França, ao passo que todos são tratados com "*aquelle(s) que muyto amamos*" ou "*muyto amado*". É interessante lembrar que no período a relação luso-francesa era instável, situação que era favorecida pelos laços que ligavam D. Afonso V a Borgonha, que estava em conflito com a França, e ainda pelos constantes casos de atividades corsárias contra os navios portugueses. Esta circunstância só mudaria efetivamente em 1475, após a assinatura de tratados entre os reinos, aliança que culminou na viagem de D. Afonso à França (1476-1477)⁶¹⁷.

⁶¹⁶ Livro Vermelho do Senhor Rey D. Affonso V. *Idem*, p.402.

⁶¹⁷ Sobre esse contexto, ver as discussões do capítulo anterior e SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *Relações Históricas entre Portugal e a França (1430-1481)*. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian, Centro Cultural Português, 1975, p.87-89, 100-102.

Quadro 10. Fórmulas de cortesia presentes no documento 4 do Livro Vermelho

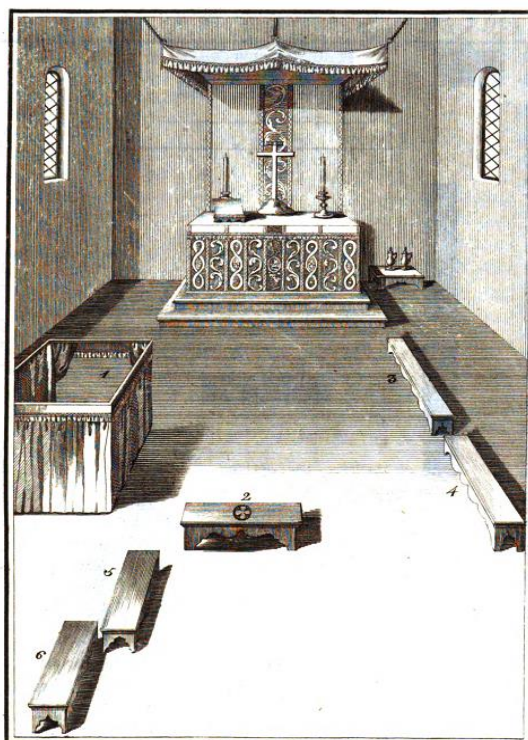
Tipos de fórmulas de cortesia	Fórmulas	França	Castela	Inglaterra	Hungria	Aragão	Sicília	Nápoles	Navarra	Dinamarca	Polónia	Chipre	Escócia	Mouros
Retórica de exaltação	Muyto alto, muyto excelemté, (e) muyto poderoso	X		X										
	Muyto alto, muyto excelemté, e poderoso		X		X									
	Muyto alto, muyto excelemté					X	X	X	X	X	X	X	X	
	Muito nobre, e muito honrado antre os mouros													X
Retórica do amor	Mui(y)to amamos/muyto amado	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	
	Amiguo		X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	
Retórica familiar	Irmaaõ	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	
	Primo		X	X				X						
	Tio					X								

Fonte: Elaboração própria a partir do documento 4 do Livro Vermelho.

Por fim, o conjunto da "retórica da exaltação" apresenta-se como o mais variado, sendo a fórmula "*Muyto alto, muyto excelemt*" a mais utilizada (Aragão, Sicília, Nápoles, Navarra, Dinamarca, Polônia, Chipre e Escócia). Os reinos de Castela e da Hungria aparecem através do tratamento "*Muyto alto, muyto excelemt, e poderoso*", ao passo que a França e a Inglaterra aparecem destacadas com "*Muyto alto, muyto excelemt, (e) muyto poderoso*". Nota-se que os reis mouros recebem um ditado bem particular "*Muito nobre, e muito honrado antre os mouros*" e não participam da retórica familiar e do amor.

Além do importante documento citado, fazemos ainda menção ao documento 6 do *Livro Vermelho*, o qual organiza o assento dos embaixadores na Capela real e em outras cerimônias. Sob o título de "*Detriminação do Coselho d'ElRey acerca da maneira que se aja de ter com os Embaixadores dos Rex e Principes estramjeiros, que a Sua Corte vierem, asy acerca do asentamento em Sua Capela como das outras cerimonias*"⁶¹⁸, o texto indica a solenidade do cotidiano das embaixadas dentro do espaço da corte, além de informar acerca das distinções de estatuto.

Figura 2. A Capela Afonsina



1. Tribuna d'El Rey. 3. dos Prelados. 5. dos Duques.
2. Assento dos Principes e Jof. 4. dos Embaixadores. 6. dos Condes e de Concelho.

Fonte: Livro Vermelho do Senhor Rey D. Affonso V

⁶¹⁸ Livro Vermelho do Senhor Rey D. Affonso V. *Idem*, doc.6, p.420-421.

Diferente da Aula e da Câmara, a Capela constituía o "organismo eclesiástico por excelência da corte", lugar onde decorriam os ritos do culto cristão⁶¹⁹. Nela ocorria a missa cotidiana, à qual os monarcas avisinos assistiam do interior de uma estrutura móvel especialmente montada na Capela, a "cortina". Esta permanecia fechada durante a maior parte do tempo, porém o *Livro Vermelho* indica que o rei poderia mostrar-se no seu interior aos embaixadores e aos membros da corte⁶²⁰. É interessante notar que a disposição dos assentos não estava voltada para o altar, e sim para a cortina real, o que expressa uma organização hierárquica do culto⁶²¹.

A narrativa de viagem do embaixador alemão Nicolau de Valckenstein, tratando dos anos 50, dá sinais de um cerimonial já estruturado na corte régia portuguesa, ritual que se aproxima do documento dos anos 70:

O sereníssimo senhor rei de Portugal estava no seu trono, de coroa e cetro, cercado dos seus ilustres fidalgos, cavaleiros, barões, etc., engalanados ricamente de acordo com a sua hierarquia. Admitiu ele e recebeu os embaixadores efusivamente, e ouviu deles as saudações e votos...⁶²².

Pelas características e funções do espaço, os membros do clero têm destaque no documento do *Livro Vermelho*, sendo detalhado o assento e a precedência hierárquica frente aos demais presentes⁶²³. Após essa exposição, o texto organiza a disposição dos embaixadores em caso de missões simultâneas:

E em caso que a Corte do dito Senhor venham juntamente Embaixadores de dous ou tres Rex, ou Principes, ou de mays, e asy vaaõ a sua Capela pera averem d'estar em seu asentamento, far-se-ha a

⁶¹⁹ Sobre a relação entre os espaços da corte régia (Aula, Câmara e Capela) e as cerimônias, ver: GOMES, Rita Costa. *A corte dos reis de Portugal no final da Idade Média*. *Idem*, p.306-317.

⁶²⁰ Tal situação encontra-se registrada na viagem de Jacques de Lalaing nos anos 40, que será retomada mais a frente. Le livre des faits du bon Chevalier messire Jacques de Lalaing. In: *Œuvres de Georges Chastelain*. Publiés par M. Le Baron Kervin de Lettenhove. Bruxelles, tome 8, Capítulo XXIX.

⁶²¹ Cf.: GOMES, Rita Costa. *A corte dos reis de Portugal no final da Idade Média*. *Idem*, p.315,317. O texto do *Livro Vermelho* assim dispõe os assentos: "Que o bamquo do asentamento seu deles em sua capela se ponha da outra parte comtraira, donde estiver a sua cortina, abaixo do bamquo dos Prelados, em tal maneira que fique em dereyto da cortina; e de guisa que eles nom descubram a boca da dita cortina, pera verem o que o dito Senhor demtro faz: e o bamquo dos Prelados se correrá pera o altar em tal maneira, que fique afastado do bamquo dos ditos Embaixadores, e o mais acerqua do Altar que bem poder" (*Livro Vermelho do Senhor Rey D. Affonso V*. *Idem*, p.420).

⁶²² *Leonor de Portugal, Imperatriz da Alemanha. Diário de viagem do embaixador Nicolau Lanckman de Valckenstein*. Edição do texto latino e tradução de Aires A. Nascimento. Colaboração de Maria João Branco & Maria de Lurdes Rosa. Lisboa: Edições Cosmos, 1992, p.28-29.

⁶²³ *Livro Vermelho do Senhor Rey D. Affonso V*. *Idem*, p.421.

deferença de huuns aos outros no asemtar, que se faz nos ditados que se a cada huum poem, segundo o ditado que o dito Senhor a cada huu Rey, ou Principe poõe, asy precedera o seu Embaixador, ou será precedido d'outro⁶²⁴.

A organização dos embaixadores na Capela segue a estrutura da listagem estabelecida no documento 4, o que demonstra a importância do rol anteriormente analisado para sistematização das formalidades diplomáticas, servindo de orientação para as mesmas. Por estes elementos, constata-se que nos anos 70 a monarquia deu mais um passo no intuito de sistematizar as cerimônias diplomáticas, especialmente o envio e a recepção de embaixadas. Alguns aspectos dessa iniciativa já eram realizados nas décadas e reinados anteriores, o que não retira a importância da ação afonsina.

Até o momento, os apontamentos apresentados levaram em consideração a estruturação interna do cerimonial monárquico português. Em outras palavras, analisou-se o que se fazia ou pretendia fazer. Dito isso, avançamos com a discussão dos momentos em que tais usos cerimoniais foram aplicados, ou seja, nas festas da diplomacia.

5.2. FESTAS E DIPLOMACIA NO REINADO DE D. AFONSO V

Parte integrante do sistema de “comunicação política”⁶²⁵ representado pelas celebrações monárquicas, as recepções de embaixadas, os casamentos régios e as celebrações da paz são exemplos ímpares da relação entre *poder* e *cerimonial* na Baixa Idade Média. Como argumenta Donald Queller, “*Probably at no time in history has ceremony been more importante, in diplomacy ceremonial and elsewhere, than at the end of the Middle Ages*”⁶²⁶.

O universo de celebrações citadas pode ser identificado como “festas políticas”, organizadas em torno de um evento extraordinário, como um casamento régio, uma entrada real, um nascimento de membro da família real, etc.⁶²⁷. Não obstante, ainda que

⁶²⁴ Livro Vermelho do Senhor Rey D. Affonso V. *Idem*, p.421.

⁶²⁵ Fazemos menção ao texto “Festas régias e comunicação política” de Ana Isabel Boescu. A autora portuguesa, ao analisar as celebrações cerimoniais do Antigo Regime remete a noção de “comunicação política” ao trabalho de Elodie Lecuppre-Desjardin “*La ville des cérémonies. Essai sur la communication politique dans les anciens Pays-Bas bourguignons* (2004).

⁶²⁶ QUELLER, Donald E. *The Office of Ambassador in the Middle Ages*. Princeton: Princeton University Press, 1967, p.190.

⁶²⁷ Cf.: GRINBERG, Martine. Fête. In: GAUVARD, Claude, LIBERA, Alain de & ZINK, Michel. *Dictionnaire du Moyen Âge*. Paris: Quadrige/PUF, 3ª ed. 2009, p.525-526; HEERS, Jacques. *Festas de*

tenham particularidades, as cerimônias da diplomacia não devem ser dissociadas de um conjunto mais amplo de celebrações monárquicas que apresentam, por vezes, características muito similares. Este é o caso, por exemplo, das entradas régias e das viagens nobres⁶²⁸.

As referências de que festas eram realizadas por vitórias militares, chegada de missões diplomáticas, conclusão de tratados de paz e encontros régios aparece em diferentes estudos⁶²⁹, todavia, a falta de registros sobre as embaixadas menores deixa a impressão de que tais cerimônias aconteciam principalmente nas missões ilustres, que contavam com membros de elevado estatuto social e tinham como objetivo negociar tratados, casamentos ou oferecer obediência ao Sumo Pontífice. Nessas circunstâncias, será esse grupo de embaixadas ilustres que servirá de base para as reflexões a seguir.

Contudo, antes de avançar, convém ter em vista as considerações de Teófilo Ruiz acerca das festas da realeza e de sua importância na estruturação das monarquias tardo-medievais.

Las imágenes de poder y majestade eran promovidas por medio de celebraciones y de fiestas muy elaboradas, de torneos y tambien de entradas ceremoniales en las ciudades y pueblos del reino. (...) Las justas de la época, con frecuencia un evento salvaje en si mismo pero en el que la violencia estaba regulada, las fiestas ceremoniales que a menudo incluían representaciones dramáticas con sugestivos *tableaux vivans* y maquinaria fantástica y las entradas solemnes en las ciudades, todo eso constituía parte del caldo de cultivo donde se criaba y crecía la nueva “religión de la monarquía”, una religión que se introducía enexorablemente a través de valores laicos y espirituales en todo el occidente medieval. (...) Más aún, los símbolos y los colores que se exhibían en estos acontecimientos eran de por si mensajes tan importantes como las celebraciones mismas: estos mensajes, a veces, no son fáciles de reconocer ni de explicar y, sin embargo, juegan un

loucos e carnavais. Lisboa: Dom Quixote, 1987, p.10-16; JACQUOT, Jean. La fête princière. In: *Histoire des Spectacles*. Encyclopédie de la Pléiade. Paris: Gallimard, 1965; LADERO QUESADA, Miguel Ángel. *Las fiestas en la cultura medieval*. *Idem*, p.79-116.

⁶²⁸ Cf.: ALVES, Ana Maria. *As Entradas Régias portuguesas. Uma visão de conjunto*. Lisboa: Livros Horizonte, 2009; DÍAZ, Rosana de Andrés. Las 'entradas reales' castellanas en los siglos XIV y XV, según las crónicas de la época. In: *En la España medieval*, n.4, 1984, p. 47-62; GOMES, Rita Costa. *A corte dos reis de Portugal no final da Idade Média*. *Idem*, p.317-319; JACQUOT, Jean. La fête princière. *Idem*, p.216; LABARGE, Margareth W. *Viajeros Medievales. Los ricos y los insatisfechos*. Madrid: Nerea, 1992.

⁶²⁹ Cf.: LADERO QUESADA, Miguel Ángel. *Las fiestas en la cultura medieval*. *Idem*, p.113-116; OCHOA BRUN, Miguel Ángel. Los usos diplomáticos en la época del Tratado de Tordesillas. In: GARCÍA, Luís António Ribot et al (coord.). *El Tratado de Tordesillas y su época*. Salamanca: Junta de Castilla y León, Vol.2, 1995, p.811; QUELLER, Donald E. *The Office of Ambassador in the Middle Ages*. *Idem*, p.191; OFFENSTADT, Nicolas. *Faire la Paix au Moyen Âge*. Paris: Odile Jacob, 2007.

papel tan crucial en la elaboración de la imagen del rey como otros factores mucho mejor estudiados⁶³⁰.

Consoante os apontamentos de Ruíz, os tópicos a seguir têm como objetivo responder uma dupla indagação: quais os usos praticados pela corte portuguesa nas cerimônias da diplomacia? Nestas, como se dava a percepção da realeza e do reino português pelos viajantes estrangeiros?

5.2.1. A recepção de embaixadas e viagens ilustres

Para a análise das cerimônias da diplomacia, as crônicas e as narrativas de viagem constituem o principal tipo de documento a ser explorado. Todavia, diferente das crônicas, mais ligadas ao espaço do reino, as narrativas de viajantes estrangeiros oferecem indícios de como as experiências ocorridas em Portugal circularam por outras cortes da Cristandade. Existe um conjunto significativo destes textos sobre o século XV português, sendo as mais célebres as que tratam da viagem de Van Eick para o casamento de D. Isabel e da viagem de Nicolau de Valckenstein para o enlace de D. Leonor. A fim de investigar as maneiras como a monarquia estruturava a recepção das embaixadas e de viajantes ilustres, faremos uso de três narrativas próximas e do próprio reinado de D. Afonso V: *Le Livre des Faits de messire Jacques de Lalaing, Viagem em Portugal* e *Diário de viagem do embaixador Nicolau Lanckman de Valckenstein*.

Le Livre des Faits trata da viagem do embaixador borguinhão Jacques de Lalaing que chegou a Portugal em 1446, ainda durante a regência do infante D. Pedro. De acordo com a narrativa, ao entrar na vila de Sabugal Lalaing foi recebido por um escudeiro acompanhado de “*nobles hommes*” com trinta cavalos e devidamente acomodado num “*hostel qui por luy et ses gens estoit appareillé*”. Nesse momento a recepção começa com:

grand foison de présens à messire Jacques et à ceux de sa compagnie, c'est à sçavoir grand foison de vins et de viandes, sucrées et espiceries de plusieurs et diverses manières, mesmement torches, chandelles et flambeaux de cire, trompetes et ménestreaux et autre plusieurs instruments mélodieux de diverses manières, jouans à la mode du

⁶³⁰ RUIZ, Teófilo F. Fiestas, Torneos y Símbolos de realeza en la Castilla del siglo XV. Las fiestas de Valladolid de 1428. In: RUCQUOI, Adeline (Coord.). *Realidad e Imagenes del poder. España a fines de la Edad Media*. Valladolid: Ambito ediciones, 1988, p.250.

pays, tellement qu'à les oyr, messire Jacques et ceux de sa compagnie se réjouirent moult fort⁶³¹.

O deslocamento continuou por Extremoz e Montemor, onde o embaixador foi igualmente recebido com festas, tanto por nobres como por enviados do rei. Chegando a cidade de Évora, onde estava D. Afonso, a comitiva foi recepcionada por “*très-grand nombre de seigneurs, chevaliers et escuyers*” e acomodada em lugar ricamente ornado⁶³². Retoma-se a narrativa a fim de apresentar os passos seguintes.

Quand ce vint le lendemain matin que messire Jacques de Lalaing fut vestu et paré de ses meilleurs robes, luy et ses gens oyrent la messe. Assez tous après, comme à heure de dix heures ou environ, plusieurs chevaliers et escuyers de l'hotel du roy vinrent par devers luy et saluèrent messire Jacques, luy disant qu'ils estoient commis pour l'amener et conduire devers le roy. (...) Sy montèrent et ses gens dessus, moult richement parés et vestus de riches draps de soie et autres riches habillemens, et ainsy se partirent de l'hostel eu vinrent chevauchant par la grande rue en allant au palais royal, lá où eux tous descendirent; sy montèrent amont les degrés et entrèrent en la grande salle, où ils trouvèrent don Pedro et don James de Portingal, acompagnés de grand foison de chevaliers et escuyers, qui reçurent et bienviengnièrent messire Jacques de Lalaing et céus de sa compagnie. Lors messire Jacques de Lalaing averti qui ils estoient, fit à chascun d'eux la révérence telle qu'à eux appartenoit, comme celuy qui bien le sçavoir faire; car dès son enfance en avoit este introduit. Puis après toutes révérences faites, iceux deux grands seigneurs prirent messire Jacques au milieu d'eux deux; sy le conduirent et amenèrent jusques en la chambre du roy (...). Lors messire Jacques de Lalaing fit la révérence au roy et aux princes de sa compagnie, en présentant les lettres de par son très-redoubté et souverain seigneur le duc Philippe de Bourgogne et de Brabant...⁶³³

A partir da descrição sobre a viagem de Jacques Lalaing observa-se que a recepção de embaixadas podia ocorrer de forma demorada⁶³⁴ e, em alguns casos, envolver paragens e festejos por diferentes pontos do caminho. Presentes, carnes, vinhos, especiarias, músicas, danças, entre outros elementos faziam parte de uma

⁶³¹ Le livre des faits du bon Chevalier messire Jacques de Lalaing. In: *Œuvres de Georges Chastelain*. Publiés par M. Le Baron Kervin de Lettenhove. Bruxelles, tome 8, Capítulo XXVIII, p.119.

⁶³² Le livre des faits du bon Chevalier messire Jacques de Lalaing. *Idem*, p.121.

⁶³³ Le livre des faits du bon Chevalier messire Jacques de Lalaing. *Idem*, Capítulo XXIX, p.122-123.

⁶³⁴ O caso da embaixada borguinhã para o casamento de D. Isabel serve de exemplo desse lento desenrolar que envolvia algumas missões. A comitiva saiu de Flandres no dia 19 de outubro de 1428, chegou em Portugal no dia 28 de dezembro, e apenas em janeiro conseguiu encontrar o rei. Cf.: Voyage de Jehan Van-Eick. In: MARQUES, A. H. de Oliveira. O Portugal do tempo do infante D. Pedro visto por estrangeiros (a embaixada borguinhã de 1428-29). In: *Biblos. Revista da Faculdade de Letras*. Actas do Congresso Comemorativo do 6º centenário do Infante D. Pedro. Vol. LXIX, 1993, p.68-78.

celebração que visava afirmar o prestígio do receptor e fortalecer os laços entre este e aquele que enviou a missão diplomática⁶³⁵.

A viagem do barão Leon de Rosmital, ocorrida entre 1466 e 1467 não se enquadra plenamente como uma embaixada, no entanto, pelos elementos da narrativa é possível observar que o deslocamento também estava relacionado às relações diplomáticas e, através da descrição do reino⁶³⁶ e dos cerimoniais realizados, favoreceu a imagem externa de Portugal.

Após atravessar diferentes localidades do reino, Leon de Rosmital encontrou-se com D. Afonso V em Braga, que “recebeu honrosamente ao senhor e a toda a sua comitiva. Porquanto tinha trazido cartas para o rei d’uma irmã carnal do mesmo rei [D. Leonor], mulher do imperador, escritas por sua própria mão”⁶³⁷. O papel de mensageiro exercido pelo barão amplia a recepção devida a tão ilustre viajante e o decorrer da narrativa oferece indícios das celebrações ocorridas.

N’esta cidade nos conservamos oito dias. E estando para d’alli partirmos, indo-nos despedir do rei, este conversou com o senhor mui atenciosamente: “Sei que tu es da maior nobreza, e por isso te peço que para honra nossa e do nosso reino, nos peças alguma cousa, que seja do teu agrado, e nós havemos de satisfazer os teus desejos”
Ouidas palavras taes, o Senhor dava grandes agradecimentos ao rei, e lhe pedia, que à vista da honra e da benevolência com que era tratado, lhe desse dois pretos (Aethiopes). O irmão do rei, que se achava presente, tendo ouvido tal pedido, e dando gargalhadas disse: “Amigo, pede cousas mais importantes e honestas do que esses pretos. Mas como pedes somente isto, rogo-te que acrescentes a esse um outro presente meu, que é um macaco (Simiam), e assim presenteado excelentemente voltarás para a tua pátria. Talvez que nos teus paizes não tenhas pretos nem macacos”. Dizendo o senhor que eram raros. “Entre nós, porém, respondeu o duque, há grande abundancia d’essas cousas. Este rei, meu irmão, possui três cidades na África, para a qual região costuma mandar anualmente em exército, e nenhuma

⁶³⁵ Tal noção aparece explicitamente no capítulo XXX: “et tout ce fut pour le festoyer et faire honneur, tant pour l’honneur du duc de Bourgogne comme pour l’amour de luy, tellement que le roy, la royne, princesses, dames et damoiselles s’efforçoient tous et toutes à leur pouvoir de luy faire honneur et feste”. Le livre des faits du bon Chevalier messire Jacques de Lalaing. *Idem*, Capítulo XXX, p.129. Sobre o caso específico da troca de presentes nas relações diplomáticas medievais, ver: BECKER, Audrey. L’usage des présents dans la diplomatie romano-barbare au IVe siècle. Autour de l’exemple romano-hunnique. In: *Les relations diplomatiques au Moyen Âge*. *Idem*, p.135-144.

⁶³⁶ Ao analisar o *Livro de Arautos*, Vânia Fróes chama atenção para o carácter laudatório da narrativa que converge com outras ações que repercutem na Cristandade o “brilho e o esplendor da nova dinastia” (FRÓES, Vânia Leite. As viagens como forma de conhecimento e apreensão do espaço – em torno do Livro de Arautos (século XV). *Idem*, p.44). Compreendemos que essa leitura pode ser aplicada a outras narrativas, como a do barão de Rosmital.

⁶³⁷ BARÃO LEON DE ROSMITAL. *Viagem em Portugal*. Tradução do latim e edição por Manuel Bernardes Branco. In: *Suplemento ao Mappa de Portugal Antigo e Moderno*. Tomo IV, Lisboa, 1870, p.39.

expedição, ainda que pequena, volta tão leve, que não traga perto de cem mil pretos, ou mais, de toda a idade e sexo. E todos são vendidos como carneiros. Pois está em costume reunirem-se homens dos outros paizes para os virem comprar⁶³⁸.

No trecho, a troca de presentes e a cortesia demonstrada pelo rei e sua corte mostram-se claramente relacionadas à promoção da honra do rei e do reino. Chama ainda atenção o fato da escolha do viajante repousar sobre os negros, os quais, somados aos macacos, contribuía para o crescente exotismo que envolvia o reino ultramarino do *Africano*.

Recuando um pouco no tempo, encontra-se o acontecimento que motiva a principal narrativa estrangeira do reinado de D. Afonso V, o *Diário de viagem do embaixador Nicolau Lanckman de Valckenstein*, que trata do casamento de D. Leonor com o imperador Frederico III. Esta narrativa traz mais detalhes sobre a recepção de embaixadas e as festividades relacionadas aos casamentos régios e, por esses motivos, será base das próximas discussões.

A comitiva saiu das terras do Império em março de 1451, percorrendo o ducado da Sabóia, o reino da França, e chegou a Barcelona em inícios de junho. Neste local recebeu um salvo-conduto da rainha de Aragão, D. Maria. Os dois principais membros da comitiva foram o mestre Tiago Moetz, bacharel em Teologia, e Nicolau Lanckman de Valckenstein, capelão do imperador Frederico III. Novos salvo-condutos foram recebidos pelos embaixadores em Zaragoza e Burgos, mas a posse desses documentos não impediu que a comitiva fosse atacada⁶³⁹. Após uma longa viagem e os infortúnios enfrentados, os ilustres embaixadores foram recebidos em Lisboa e conduzidos à presença do rei. Eis a narrativa presente no Diário:

No dia de Santiago, porém, os embaixadores chegaram a um mosteiro da Ordem de Santo Agostinho, a Santa Maria da Batalha (...). Depois, vieram por via reta, até um grande mosteiro da Ordem de S. Bento, de nome Alcobaça. (...) Os embaixadores fizeram uma paragem e encomendaram vestes e outras coisas necessárias à sua dignidade. A esse local vieram emissários do rei de Portugal, que conduziram os referidos embaixadores a um castelo distante três milhas de Lisboa; aí os embaixadores se demoraram por ordem do rei de Portugal até que sua Majestade os mandou chamar. (...)

⁶³⁸ BARÃO LEON DE ROSMITAL. *Viagem em Portugal. Idem*, p.39-40.

⁶³⁹ *Leonor de Portugal, Imperatriz da Alemanha. Diário de viagem do embaixador Nicolau Lanckman de Valckenstein*. Edição do texto latino e tradução de Aires do Nascimento. Colaboração de Maria João Branco e Maria de Lurdes Rosa. Lisboa: Edições Cosmos, 1992, p.23.

No outro dia, por ordem do senhor rei de Portugal, vieram a cavalo, reverendíssimos senhores bispos, prelados, condes, barões, cavaleiros e nobres cristãos; depois, sarracenos com grande séquito, organizado segundo as praxes, e a Câmara da dita cidade com muito povo vieram ao seu encontro a receberem os embaixadores com todas as honras, e conduziram-nos a Lisboa, ao castelo situado num monte alto, à presença direta do sereníssimo rei de Portugal, e imediatamente fizeram as apresentações.

O sereníssimo senhor rei de Portugal estava no seu trono, de coroa e cetro, cercado dos seus ilustres fidalgos, cavaleiros, barões, etc., engalanados ricamente de acordo com a sua hierarquia. Admitiu ele e recebeu os embaixadores efusivamente, e ouviu deles as saudações e votos em nome do sereníssimo senhor D. Frederico rei dos Romanos. Erguendo-se do trono e pegando-lhes nas mãos de cada um dos embaixadores, afetuosamente perguntou-lhes pelo estado de saúde do sereníssimo senhor rei dos Romanos etc., e por tanta fadiga em tal tempo quente, pelas vicissitudes dos caminhos, e pela chuva, e, para os confortar, mandou conduzi-los ao palácio destinado para eles na cidade, em cavalos reais com enfeites magníficos de samadino, para que assim repousassem nesse palácio⁶⁴⁰.

Rui de Pina também deixou registros da viagem e da recepção dos embaixadores. Na sua crônica acrescenta: que foi o bispo de Coimbra que vestiu os viajantes e os auxiliou a seguir viagem até Lisboa; que estes foram abrigados em Vila Franca, onde D. Henrique os recebeu com festas; que após a recepção os embaixadores foram levados ao paço das Alcáçovas para encontrar com D. Afonso V; e que para o repouso foram direcionados ao Rocio, onde lhes foram aparelhadas as casas necessárias, assim como mantimentos e provisões⁶⁴¹.

Em ambas narrativas aparece o esplendor ligado à recepção dos embaixadores, tanto no cortejo promovido pelos principais do reino e da cidade de Lisboa, como na cerimônia transcorrida na corte régia. Mais uma vez observa-se que a recepção da comitiva seguia procedimentos ritualizados. Primeiro os viajantes foram abrigados nas proximidades da corte para, num segundo momento, recebidos por enviados do rei e da cidade, poder prosseguir até a presença do monarca.

Nota-se nesta primeira etapa que a embaixada apenas fez as devidas saudações, sem apresentar e desenvolver a negociação. Os procedimentos seguiram com a participação do Conselho Régio e, em outro palácio, descrito como "preparado de forma esplendorosa", os embaixadores se encontraram com D. Leonor, D. Catarina e D. Joana,

⁶⁴⁰ *Leonor de Portugal, Imperatriz da Alemanha. Diário de viagem do embaixador Nicolau Lanckman de Valckenstein.* Edição do texto latino e tradução de Aires do Nascimento. Colaboração de Maria João Branco e Maria de Lurdes Rosa. Lisboa: Edições Cosmos, 1992, p.28-29.

⁶⁴¹ CDAV, Cap. CXXXI.

filhas do rei D. Duarte. Ainda na presença das “ilustríssimas donzelas”, os enviados participaram de danças no palácio real, onde tiveram audiência perante os principais do reino⁶⁴².

No dia seguinte, foi concluído o casamento “segundo o ritual” na presença dos reis de Portugal e dos membros da corte. De acordo com o Diário:

Logo que este ato solene ficou concluído, imediatamente o som de tubas e a alegria das gentes ressoou no palácio, e como que já nesse instante a inclitíssima donzela Dona Leonor foi por todos declarada e proclamada rainha dos Romanos. E foi conduzida com grande solenidade a outro grande palácio, para isto especialmente destinado e engalanado. Aqui, em honra do sereníssimo rei dos Romanos, seu esposo caríssimo, fez a primeira dança, muito galantemente, com a senhora rainha de Portugal. Depois da dança, foi ela colocada num lugar cimeiro e honroso, acima de todos os da sua geração. E ficou livre o acesso a todo o povo⁶⁴³.

A conclusão do casamento estabelece o término da negociação diplomática e dá plenamente lugar a festa. A ilustre embaixada foi devidamente recepcionada, ingressou na cidade de Lisboa acompanhada de um célebre cortejo, foi recebida na corte com toda a reverência devida e, finalmente, tratou dos objetivos da missão. Frente ao sucesso da comitiva, a celebração ultrapassa o espaço da corte e ganha as ruas e o povo.

A sequência dos atos confirma a complementaridade entre as “festas palacianas” e as “festas públicas”, tal como pontua Jean Jacquot⁶⁴⁴, num espetáculo que celebrava o acontecimento e promovia a realeza de D. Afonso V, os grandes homens da nobreza portuguesa e o próprio reino. A narrativa cita que todas as noites ocorriam danças e jogos esplêndidos, recebendo a imperatriz “representantes de cada um dos reinos de toda a Cristandade”⁶⁴⁵. Não temos elementos externos à narrativa que confirmem a chegada de embaixadas a Portugal nesse contexto, mas isso não exclui a possibilidade de viajantes estrangeiros terem saudado a nova imperatriz.

⁶⁴² *Leonor de Portugal, Imperatriz da Alemanha. Idem*, p.29-31.

⁶⁴³ *Leonor de Portugal, Imperatriz da Alemanha. Idem*, p.31

⁶⁴⁴ JACQUOT, Jean. La fête princière. *Idem*, p.224

⁶⁴⁵ *Leonor de Portugal, Imperatriz da Alemanha. Idem*, p.33. Ver ainda CDAV, Cap. CXXXI.

5.2.2. Casamentos reais: a celebração das alianças diplomáticas

Como sublinhado, as cerimônias da diplomacia encontravam-se inseridas num plano mais amplo de celebrações monárquicas, estas que em finais da Idade Média foram transformadas “num grandioso espetáculo político e, literalmente, num instrumento da “teatralização” do poder”⁶⁴⁶. Tais espetáculos envolviam elementos da cultura cortesã, mas também associavam festejos populares e nobiliárquicos. Essa coexistência de aspectos nas festas da realeza será o fio condutor deste tópico.

Os matrimônios reais constituíam momento privilegiado para a comunicação do rei com os povos e para a construção da imagem externa do reino. Ana Isabel Boescu considera que estas cerimônias eram ocasiões que acabavam por ter “uma forte componente pública e festiva”, por vezes articulada com as entradas régias⁶⁴⁷. Não obstante, chama atenção a significativa distância entre as celebrações e as despesas realizadas com os casamentos internos quando comparadas aos enlances externos⁶⁴⁸. Nos casamentos entre membros da família real e membros das demais casas monárquicas da Cristandade há uma clara preocupação do reino com o espetáculo, o que entendemos expressar uma intencionalidade na promoção da realeza através da festa.

Ao analisar os casamentos régios na primeira metade do século XVI, Boescu indica a existência de um “idêntico padrão cerimonial, com festividades no palácio e no contexto da Corte, mas também com uma importante dimensão de festa pública”⁶⁴⁹. Como veremos, aspectos que marcariam o “padrão cerimonial” quinhentista podem ser encontrados em desenvolvimento ao longo dos séculos XIV e XV.

O primeiro enlace da dinastia de Avis foi o de D. João I e D. Filipa de Lancaster, ocorrido em 1387. De suma importância para o novo monarca que enfrentava a mácula de bastardia e a guerra com Castela, os procedimentos do casamento foram resolvidos de forma acelerada após o estabelecimento da aliança com Jean de Gaunt, pai de Filipa. De acordo com Fernão Lopes, as festas e as justas reais duraram quinze dias entre os preparativos e a celebração do matrimônio⁶⁵⁰. As ruas do Porto foram enfeitadas com ervas de cheiro, os fidalgos praticavam atividades militares nas justas e torneios,

⁶⁴⁶ BOESCU, Ana Isabel. *Na Corte dos Reis de Portugal. Idem*, p.151-152. Ao mencionar a ideia de teatralização do poder, Boescu faz referência ao estudo de Cynthia Brown “*Les entrées royales à Paris de Marie d’Angleterre (1514) et Claude de France (1517)*” (2005).

⁶⁴⁷ BOESCU, Ana Isabel. *Na Corte dos Reis de Portugal. Idem*, p.153.

⁶⁴⁸ Cf.: Tabela “Despesas e Pedidos relacionados aos casamentos régios” (Capítulo 2).

⁶⁴⁹ BOESCU, Ana Isabel. *Na Corte dos Reis de Portugal. Idem*, p.154.

⁶⁵⁰ CDJI, capítulo XCVI.

banquetes foram organizados e a festa contou ainda com “*joguos e damças per todallas partes e praças*”⁶⁵¹.

O casamento em questão foi tratado na *Crónica de D. João I*, de Fernão Lopes, mas também ficou registrado na *Chroniques d’Angleterre*, escrita por Jean de Wavrin, onde se encontra a famosa representação do matrimônio joanino (Figura 3).

Figura 3. O casamento de D. João I e D. Filipa de Lancaster.



Fonte: Disponível em
https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Casamento_João_I_e_Filipa_Lencastre.JPG

O casamento de D. Duarte com D. Leonor de Aragão, em 1428, foi igualmente espaço de festividades. Caçadas, justas, corridas de touro, danças e cantos estiveram presentes na cerimônia. Todavia, as bodas ocorreram sob o descontentamento do príncipe, que programara as festas para Évora e, em virtude do surto de peste que afetou a cidade, teve que transferir as celebrações para Coimbra. Acrescenta-se que D. João I não esteve presente ao casamento por motivo de doença, o que não deixou de afetar o cerimonial⁶⁵².

O enlace citado afasta-se do padrão iniciado pelos primeiros reis de Avis, visto que os festejos tiveram a ausência do rei e foram readaptados às pressas para a cidade de

⁶⁵¹ CDJI, capítulo XCV.

⁶⁵² MH, Vol. III, doc.125. Sobre a festa do casamento, ver ainda: DUARTE, Luís Miguel. *D. Duarte*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2007, p. 154-160; COELHO, Maria Helena da Cruz. *D. João I*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2008, p.200.

Coimbra. Contudo, meses depois a corte portuguesa organizou uma nova celebração exemplar, o casamento de D. Isabel (1430). Após décadas de negociações em prol da união, os embaixadores da Borgonha chegaram a Portugal em finais de 1428. De acordo com a narrativa de Jean Van Eick, a chegada ocorreu logo após a conclusão do consórcio de D. Duarte, tendo os embaixadores acompanhado as festas realizadas em Lisboa quando do encontro entre os noivos e o rei D. João. Passados esses festejos, o matrimônio foi concluído e o príncipe herdeiro ofereceu festas e um banquete.

Trata-se do casamento que gerou mais gastos entre os reinados de D. João I e D. Afonso V, chegando à soma de 250.000 dobras⁶⁵³. As celebrações duraram três dias. Em 26 de setembro de 1429, houve o banquete realizado junto ao Tejo, onde foram montadas quatro grandes mesas. Nos dias seguintes ocorreram as justas na Rua Nova de Lisboa. Por fim, em 29 de setembro, teve lugar um grande cortejo que acompanhou D. Isabel à Sé. Catorze navios e cerca de 2000 pessoas rumaram ao lado da futura duquesa da Borgonha⁶⁵⁴

Estes célebres matrimônios contribuíram para a promoção da imagem externa da realeza avisina e para o desenvolvimento do cerimonial monárquico em Portugal. Se o enlace joanino já dava sinais do cuidado que a nova dinastia teria com os festejos, o casamento de D. Isabel demonstra a complexidade adquirida pela celebração nos anos 30. Não obstante, a narrativa de Van Eick também demonstra algumas fragilidades existentes no período, por exemplo, a demora em receber a embaixada, que não foi recepcionada em Cascais e teve que procurar o rei, e a inexistência de um espaço adequado para o banquete, o qual foi rapidamente construído nas margens do Tejo. Tais aspectos contrastam com as narrativas sobre as embaixadas de Jacques de Lalaing e de Nicolau de Valckenstein, indicando que a partir dos anos 40, ainda durante a regência, o cerimonial monárquico ganhava novos contornos, estes que seriam sistematizados ao longo do reinado de D. Afonso V.

Feito esse contraste, conforme Maria Helena da Cruz Coelho, considera-se que:

⁶⁵³ Cf.: Tabela “Despesas e Pedidos relacionados aos casamentos régios” (Capítulo 2).

⁶⁵⁴ Voyage de Jehan Van-Eick. In: MARQUES, A. H. de Oliveira. O Portugal do tempo do infante D. Pedro visto por estrangeiros (a embaixada borguinhã de 1428-29). In: *Biblos. Revista da Faculdade de Letras*. Actas do Congresso Comemorativo do 6º centenário do Infante D. Pedro. Vol. LXIX, 1993, p.68-78. A narrativa desta viagem também se encontra publicada em PAVIOT, Jacques. *Portugal et Bourgogne au XVe siècle*. *Idem*, doc. 92, p.205-218.

Mais nunca os cerimoniais públicos da realeza tinham atingido um tão elevado expoente como nos festejos que decorreram, entre 13 e 25 de outubro de 1451, antes da partida de D. Leonor para se encontrar com o seu esposo, o imperador da Alemanha Frederico III. (...) O rei e a corte exibiram-se e apresentaram-se aos seus súditos em ritos e cerimoniais, em símbolos e signos e em troféus de propaganda política e de celebração do poder real. (...) A festa foi do rei e do reino. A festa foi de todos e para todos⁶⁵⁵.

Desta maneira, retoma-se a narrativa sobre a união entre D. Leonor e Frederico III. Até o momento, tratou-se dos acontecimentos que ocorreram entre a recepção da embaixada e a conclusão do enlace. Segue-se com os desdobramentos da festa.

No dia 14 de outubro, a imperatriz foi conduzida do castelo à cidade para assistir a representações e espetáculos organizados “com muito esmero um pouco por todo o lado”. Consideramos que essa etapa consiste a principal mudança inserida no cerimonial durante o reinado de D. Afonso V e, por este motivo, é uma das passagens mais significativas do texto. O espetáculo teve início “à porta do castelo” com a representação do Sacro Império, com o procedimento de eleição do imperador e com a nomeação de Frederico pelo bispo de Colônia. No lado oposto do castelo foi encenado o Sumo Pontífice, com os cardeais, coroando o rei dos romanos e a esposa. Em frente à igreja de S. Vicente, o cortejo foi recebido pelo arcebispo, com seus cônegos e outros clérigos, os quais aclamaram e abençoaram a imperatriz. Nesse momento:

...uma criança, vestida de anjo, descia da torre alta da igreja, por um engenho de homens, trazendo uma coroa de ouro à senhora imperatriz, e cantando suspensa no ar: “Recebes, senhora desposada, esta coroa aqui na terra para que no céu sejas coroada por Deus, sobre todos os elementos”. Havia sido armado aí um local à maneira de Paraíso, e dele uma criança angelical, descia do ar das alturas, de certa janela da torre, trazendo rosas numa bacia dourada (...) ⁶⁵⁶.

A comitiva seguiu para a Sé, onde o povo estava reunido, “quase vinte mil pessoas de ambos os sexos” segundo a descrição. Neste lugar doutores eloquentes exaltavam a figura do imperador e de sua esposa, além de narrar os grandes feitos portugueses na luta em defesa da fé cristã e contra os infiéis. Eis a marcante passagem da narrativa:

⁶⁵⁵ COELHO, Maria Helena da Cruz. A festa – a convivialidade. In: *História da Vida Privada em Portugal. A Idade Média*. Direção de José Mattoso, coordenação de Bernardo Vasconcelos e Sousa. Lisboa: Círculo de Leitores, 2010, p.167-168.

⁶⁵⁶ *Leonor de Portugal, Imperatriz da Alemanha. Idem*, p.37.

Aqui ouvi narrar a permanência da fé cristã no reino de Portugal; (...) de que modo Dom Fernando, tio da senhora desposada, a imperatriz, se entregou à morte pela pátria e libertação do seu povo em África. À menção da sua morte toda a multidão começou a chorar, e levantou-se um grande e alto clamor do povo de Deus, pela alma do rei Dom Fernando, assim martirizado e morto em África. (...) Sem lágrimas nunca pude contar esta história⁶⁵⁷.

Após a comoção coletiva pela lembrança do Infante Santo, o cortejo foi recepcionado por três crianças vestidas de anjos que traziam presentes para a imperatriz. Descendo em direção à praça da cidade, a comitiva deparou-se com uma fonte artificial, que jorrava “água rósea, para refrigério e deleite dos homens”, e com um horto com diversos animais selvagens. Na sequência, D. Leonor e seus acompanhantes ainda encontraram treze profetas que desejaram felicidade e prosperidade aos imperadores. Conforme a narrativa, o cortejo durou de manhã até à tarde.

A “cenografia do poder” (Ana Boescu) presente na descrição do Diário constitui uma mudança significativa no cerimonial durante o reinado de D. Afonso V. Os novos feitos colocam as celebrações do casamento de D. Leonor mais próximas das cerimônias conduzidas nos reinados de D. Manuel e D. João III sob a direção de Gil Vicente⁶⁵⁸, do que dos festejos do enlace de D. Isabel em 1430. Cenários foram montados ao longo da cidade, criando uma procissão laica que contava, exaltava e, não menos, vivenciava a história do Império e da Cristandade, associando a esta os louváveis feitos portugueses. Como lembra Vânia Fróes, o palco, ou qualquer local de representação, constitui um lugar para se ver, onde alguém inscreve o outro e a si mesmo, sendo o espetáculo atravessado por uma forte carga simbólica que muitas vezes remete a outros tempos e espaços⁶⁵⁹. Eis os elementos presentes na celebração afonsina.

Para além das encenações citadas, outros momentos merecem destaque na narrativa. Estes, diferente dos anteriores, são marcados por características exóticas diretamente relacionadas ao ultramar. Ao longo do Diário mais uma vez estes elementos

⁶⁵⁷ *Leonor de Portugal, Imperatriz da Alemanha. Idem*, p.37, 39.

⁶⁵⁸ Sobre estas celebrações, ver: BOESCU, Ana Isabel. *Na Corte dos Reis de Portugal. Idem*, p.145-152; ALVES, Ana Maria. *Entradas Régias portuguesas. Idem*; FRÓES, Vânia Leite. *Espaço e sociabilidade em Gil Vicente: contribuição para um estudo do imaginário português (1502-1536)*. Tese de doutorado. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1986.

⁶⁵⁹ FRÓES, Vânia Leite. Teatro como missão e espaço de encontro de culturas: estudo comparativo entre o teatro português e brasileiro do século XVI. In: *Separata do Congresso Internacional de História. Missão Portuguesa e Encontro de Culturas*. Vol. III, Igreja, Sociedade e Missão. Braga, 1993, p.185. Destaca-se ainda a referência que a autora faz ao trabalho de Yvon Belaval, presente na *Histoire des Spectacles*.

aparecem, sendo mencionados “africanos e mouros”, habitantes das Canárias descritos como “homens da selva, nascidos em qualquer recanto do mundo, em remotíssimas ilhas do mar”. Em outras passagens o narrador destaca que:

No dia dezessete do mês de outubro, de manhã, antes do nascer do sol, vieram de um lado, cristãos, de outro, sarracenos, e, de outro ainda, homens da selva, por outra parte também judeus de ambos os sexos. Quaisquer deles vinham cantando, na sua língua, e dando vivas e dançando. (...) Depois, veio um elefante, de grande corpulência, e havia um engenho que trazia em cima de uma torre com pequenas guaritas, construída em madeira; nela vinham de pé quatro tocadores de trompeta, e quatro meninos africanos, com lanças pequenas, e grandes varas de cana, que atiravam laranjas ao povo. (...) No dia vinte do mês de outubro, antes do nascer do sol, foram até a praça multidões de homens e mulheres, de diferentes línguas e nações, em festejos e danças diversas. Entretanto, vieram uns caçadores, com grandes cães, trazendo um leão, um urso, um grande porco selvagem, e fizeram uma caçada de espantar⁶⁶⁰.

Jacques de Lalaing, ao visitar o reino de Portugal na década de 40 ficou surpreso com os negros que vira no reino e, como presente, ainda ganhou um macaco. Havia poucos anos que o tráfico negreiro, que marcaria o futuro império português, dera seus primeiros passos. Uma década depois, os embaixadores do Império puderam assistir ao desfile de um elefante que demonstrava o poder do rei chamado de *Africano*. Novamente, como não notar as proximidades entre a encenação afonsina e os espetáculos do período manuelino, destacadamente a comitiva de Tristão da Cunha que levou ao papa Leão X um cavalo persa, uma onça de caça e um elefante, em 1514?⁶⁶¹

Saindo desse plano da celebração, ao longo da narrativa há ainda a menção a outros festejos presentes nas comemorações do casamento da imperatriz. Esse é o caso das atividades militares. Tal como expõe Sébastien Nadot, existia um “*parallèle spatial et temporel des fêtes chevaleresques avec des actions diplomatiques ainsi que le double jeu de certains chevaliers – jouteurs et diplomates – indiqueraient que des enjeux “intentionaux” animent les lices et les tribunes*”⁶⁶². Antes de avançar, convém notar que outros exemplos quatrocentistas reforçam a relação entre justas e diplomacia. Tratando do reinado de D. João I, o cronista Zurara expôs através da boca do Messias de Lisboa a importância da realização das justas no período:

⁶⁶⁰ *Leonor de Portugal, Imperatriz da Alemanha. Idem*, p.43.

⁶⁶¹ GÓIS, Damião de. *Crónica de D. Manuel I*. Cap. LV.

⁶⁶² NADOT, Sébastien. *Le Spectacle des joutes. Sport et courtoisie à la fin du Moyen Âge*. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2012, p.273.

Se me Deus, por Sua mercê traz asseseço a este reino (...), eu quero ordenar umas festas reais que durem todo um ano, para as quais mandarei convidar todos os fidalgos e gentis homens que tiverem idade e disposição para tal feito, que houver em todos os reinos da cristandade. E ordenarei que nas ditas festas, haja notáveis justas e grandes torneios e mui abastados convites servidos de todas as viandas que se, por todo o meu reino e fora dele possam haver. E, desi, danças e outros jogos serão tantos e tais, que assim deles como de todas as outras cousas as gentes, que o virem, tenham que, sobre a grandeza delas, não se possam fazer outras maiores⁶⁶³.

De acordo com o trecho, as justas e os torneios eram uma oportunidade singular para o rei demonstrar seu poder, seja na abundância presente nas festas reais, seja na divulgação de tamanha celebração dentro e fora do reino. Maria Helena da Cruz Coelho considera que “as festas idealizadas por D. João I para elevar os filhos a cavaleiros, em torno de 1411, serão paradigmáticas desse festivo e propagandístico cerimonial da corte avisina em tempo de paz”, sendo ainda um “esteio da propaganda real além-fronteiras”⁶⁶⁴.

Não menos importante, a organização de tais cerimônias constituía uma forma de demonstração de força em público⁶⁶⁵. Exemplo marcante desse aspecto são as justas realizadas para o casamento de D. Leonor, nas famosas festas de Valladolid (1428)⁶⁶⁶. Impregnadas pelas disputas entre os ramos castelhanos e aragoneses da dinastia Trastâmara e entre Álvaro de Luna e os Infantes de Aragão, estas celebrações ainda tinham como pano de fundo o casamento entre D. Leonor e D. Duarte, enlace que afetava a política ibérica.

De acordo com o Diário, o torneio e as justas do casamento da imperatriz tiveram início no dia dezesseis de outubro de 1451, com a presença do rei – destacado na narrativa por seu esplendor –, de cavaleiros e arautos. Os “*actus militares*” seguiram pelos demais dias, sendo o principal o dia 21 do mesmo mês. Neste dia o texto ressalta a presença do rei de Tróia e de seus filhos Heitor, Príamo e Ajax, que informou ter ouvido sobre o matrimônio e “em louvor e honra tanto para a coroa imperial como dos reinos de Portugal e do Algarve, se propusera fazer e levar a cabo coisas magníficas”. O texto acrescenta que:

⁶⁶³ CTC, Capítulo VIII.

⁶⁶⁴ COELHO, Maria Helena da Cruz. *D. João I. Idem*, p.200.

⁶⁶⁵ NADOT, Sébastien. *Le Spectacle des joutes. Idem*, p.277.

⁶⁶⁶ Cf.: RUIZ, Teófilo F. Fiestas, Torneos y Símbolos de realeza en la Castilla del siglo XV. *Idem*, p.249-265.

Aí, perante a senhora desposada, as irmãs, e a rainha de Portugal, foram feitos torneios tão esplêndidos e majestosos, que a ninguém parecia ter havido iguais, pois nestes estavam altos e grandes fidalgos de Inglaterra, Escócia, Irlanda, e Sevilha, e qualquer um deles quis apresentar-se magnificamente⁶⁶⁷.

Como registrado na narrativa, o esplendor que envolvia os torneios e as justas potencializava-se quando inseridos n'outras celebrações, como os casamentos régios. Tais festas ocorridas durante o enlace de D. Leonor foram mais uma oportunidade para o rei e sua corte demonstrarem atos majestosos que repercutiram pela Cristandade e promoveram a imagem externa do Portugal afonsino.

Os festejos para o casamento de D. Leonor não cessaram com a partida da infanta do reino português e o Diário acrescenta que novas celebrações tiveram lugar ao longo da viagem da comitiva. Tendo concentrado a abordagem do decorrer dos acontecimentos em Portugal, limitamo-nos a citar apenas uma etapa externa do matrimônio.

No dia dezanove de fevereiro de 1452, D. Leonor e seu séquito dirigiram-se para a cidade de Siena ao encontro de Frederico III. A infanta foi recebida no dia 24, na porta Camollia, “com grande cortejo, solenidade e honra”, e para celebrar o encontro foi erigida uma estátua de pedra para que “ficasse memória perpétua desse momento”⁶⁶⁸. A crônica de Rui de Pina acrescenta que foi o embaixador lusitano JOÃO FERNANDES DA SILVEIRA quem mandou fazer a “*coluna de mármore mui alta com o escudo Real de Portugal*”⁶⁶⁹. Ambas as narrativas indicam que o encontro prosseguiu com festejos e, posteriormente, o casal seguiu para Roma a fim de concluir o matrimônio e proceder ao coroamento pelo papa Nicolau V. Porém, é sobre a escultura de Siena que recai nossa atenção. Ainda que a sua feitura possa não estar relacionada ao embaixador português, destaca-se a intenção de registrar o ocorrido para a posteridade através da *Collona del Portogallo* e as repercussões da construção.

⁶⁶⁷ Leonor de Portugal, Imperatriz da Alemanha. *Idem*, p.45.

⁶⁶⁸ Leonor de Portugal, Imperatriz da Alemanha. *Idem*, p.71, 73.

⁶⁶⁹ CDAV, Cap. CXXXIII.

Figura 4. Afresco da *Libreria Piccolomini*, catedral de Siena.



Fonte: Disponível em <http://www.wga.hu/support/viewer/z.html>

Figura 5. Collona del Portogallo.



Fonte: Disponível em
[https://commons.wikimedia.org/wiki/Category:Colonna_del_Portogallo_\(Siena\)?uselang=it](https://commons.wikimedia.org/wiki/Category:Colonna_del_Portogallo_(Siena)?uselang=it)

Figura 6. Detalhes da Collona del Portogallo.



Fonte: Disponível em
[https://commons.wikimedia.org/wiki/Category:Colonna_del_Portogallo_\(Siena\)?uselang=it](https://commons.wikimedia.org/wiki/Category:Colonna_del_Portogallo_(Siena)?uselang=it)

Um dos artistas italianos descritos por Giorgio Vasari⁶⁷⁰, Bernardino di Betti, conhecido como Pinturicchio (c.1454-1513), deixou registrado o acontecimento na *Libreria Piccolomini* da catedral de Siena. A pintura começou a ser feita no ano de 1502 e teve fim em 1508. O célebre afresco de Pinturicchio (Figura 4) acerca do encontro ressalta no primeiro plano o Imperador, a princesa D. Leonor e o bispo de Siena, Eneas Sívio Piccolomini, futuro papa Pio II; além de, ao fundo, assinalar a coluna de mármore presente na descrição do Diário e da *Chronica de El-Rey D. Affonso V.* Nota-se que a produção da escultura e, posteriormente, do afresco, foi atravessada pelos diferentes interesses dos principais envolvidos na cerimônia, o Imperador Frederico III, a infanta Leonor e, conseqüentemente, o rei de Portugal, e o próprio bispo de Siena, Eneas Piccolomini. Registrado em texto, em tintas e em mármore, o acontecimento permanece cravado na vida urbana da urbe italiana (Figuras 5 e 6).

5.2.3. O reino: a exaltação externa e os espaços da diplomacia

Se a exaltação do rei e de sua corte se apresenta de forma clara na narrativa, outro aspecto laudatório não deve passar despercebido, posto que, inserido no texto, também contribuía para a imagem do poder régio. Trata-se da exaltação do espaço do reino, item que caracteriza diferentes narrativas do período e pode ser observado no trecho a seguir:

Lisboa é uma cidade notável, e muito maior que Viena, na Áustria; tem um grande e alto monte, com um castelo forte, como o Graz na Estíria. Aí há um arcebispo, uma escola de leis, e muitos mosteiros. Esta cidade foi construída por Ulisses, em honra de sua mulher, que tinha o nome de Bana; e o nome é composto de Bana e Ulisses, o que forma Ulixbana. Esta cidade tem um bom e grande porto de mar⁶⁷¹.

Nesta passagem observa-se a comparação estabelecida pelo autor do Diário entre Lisboa e outras localidades da Cristandade, contraste que permitia a aproximação entre o público que teve acesso à narrativa – em especial, residentes na região do Império – e a cidade lisboeta. Mais à frente, novamente o autor faz uso da comparação para exaltar aspectos da cidade: “Esta praça era grande e ampla; mais comprida e larga que a de

⁶⁷⁰ VASARI, Giorgio. *Vidas dos artistas*. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

⁶⁷¹ *Leonor de Portugal, Imperatriz da Alemanha*. *Idem*, p.29.

Viena, na Áustria, no mercado novo onde se vendem cereais”⁶⁷². Além disso, o trecho destaca a antiguidade e as raízes gregas de Lisboa, temática que, no século seguinte, ficou célebre na pena de Damião de Góis⁶⁷³.

O tom laudatório também aparece em relação ao reino. Ao tratar da despedida de D. Leonor, o autor diz:

Ó Portugal, boa terra! Aí há abundância de pão, de vinho, e de azeite, e muitos diversos frutos de árvores, laranjas, limas, limões, romãs, figos, maçãs, animais do campo, carnes bravias, carnes e pescado, mel. Em muitos lugares, dá-se o açúcar em cana. Ó Sintra, ameníssimo lugar real e horto decorado com tantas árvores, com a sua ribeira, com boas trutas! E devotos frades, aí, no mosteiro de S. Jerónimo, vivendo segundo a sua Regra!⁶⁷⁴

Diogo Ramada Curto sustenta que os matrimônios e outras ocasiões festivas eram ocasiões particularmente intensas para a comunicação da corte com o mundo exterior e para a “identificação dos hábitos nacionais”⁶⁷⁵. Os exemplos do casamento de D. Leonor reforçam a perspectiva de que as cerimônias da diplomacia constituíam momentos singulares para a promoção da imagem da monarquia, do reino e também da cidade que sediava os festejos. No caso em questão, os embaixadores registraram textualmente a grandiosidade das celebrações e as práticas realizadas nas terras lusitanas, permitindo que essa impressão circulasse por demais regiões da Cristandade exaltando o reino de D. Afonso V.

A referência aos elementos laudatórios presentes na narrativa faz sobressair outro aspecto da diplomacia medieval, o espaço do reino. A itinerância que caracteriza a realza durante o medievo ainda estava presente na sociedade quatrocentista, levando as comitivas a percorrer o reino para se encontrar com o rei. Todavia, se os embaixadores atravessavam diferentes estradas e, por vezes, abrigavam-se em mosteiros, castelos e vilas antes de ser recebidos, a documentação indica que era a cidade o espaço por excelência da atividade diplomática.

Em cinco capítulos da *Crónica da Tomada de Ceuta* há menções a recepções de embaixada, sendo que em três casos o rei aparece em Lisboa e, em dois, o cronista não

⁶⁷² Leonor de Portugal, Imperatriz da Alemanha. *Idem*, p.41.

⁶⁷³ GÓIS, Damião de. *Descrição da cidade de Lisboa*. Lisboa: Livros Horizonte, 1988.

⁶⁷⁴ Leonor de Portugal, Imperatriz da Alemanha. *Idem*, p.51, 53, 55.

⁶⁷⁵ CURTO, Diogo Ramada. A cultura política. In: MAGALHÃES, Joaquim Romero. *No Alvorecer da Modernidade*. História de Portugal, vol.3, direção de José Mattoso. Lisboa: Estampa, 1997, p.113.

indica a localidade⁶⁷⁶. A *Chronica d'El-Rei Affonso V* traz nove capítulos relativos ao tema e Lisboa volta a aparecer em duas ocasiões. A cidade de Santarém tem destaque no período da regência de D. Pedro, recebendo três embaixadas. As demais ocorreram no Porto, Évora e na Vila de Alcáçovas. O único capítulo que não menciona diretamente a cidade informa que o embaixador de Castela, após ser "despachado", foi a Sintra encontrar a rainha⁶⁷⁷.

Teria existido a centralidade de Lisboa no século XV como espaço de recepção de embaixadas tal como indicam as crônicas citadas? É provável, visto que a cidade gradativamente afirmava-se como capital do reino. Não obstante, o que gostaríamos de destacar é a importância que o espaço urbano tem para a diplomacia. Local de circulação de informações e rumores, as urbes portuguesas também se caracterizavam por ser o palco das cerimônias diplomáticas. Nesse sentido, o desenvolvimento acentuado da diplomacia ao longo do século XV tinha implicações diretas nas relações tecidas no espaço urbano e na própria vivência e compreensão desses espaços.

Como assinalamos anteriormente, embaixadores eram recepcionados nas portas das cidades, cortejos atravessavam as ruas, procissões com a presença dos ilustres estrangeiros direcionavam-se aos mosteiros e à Sé, justas eram travadas nas praças e paços, encenações aconteciam nas proximidades do castelo... a cidade vivia um tempo particular, o tempo da festa, o tempo do espetáculo, o tempo da diplomacia.

*

Ao iniciar esse longo tópico sobre as festas e a diplomacia afonsina, duas interrogações foram levantadas. Elas visavam conduzir a discussão em torno dos usos praticados pela corte portuguesa nas cerimônias da diplomacia e da compreensão de como o reino e a realeza foram percebidos através da documentação. Pelo o que foi exposto, consideramos que uma complexa prática cerimonial se apresenta nas atividades diplomáticas. Recepções, cortejos, danças, presentes, torneios, justas, touradas, procissões, encenações... Festa! Percebeu-se ainda a preocupação com a preparação de hospedagens ricamente ornadas para receber as comitivas estrangeiras, cuidado que, somado aos demais elementos do cerimonial, favorecia o tom laudatório das narrativas desses ilustres viajantes, textos que repercutiam a honra e o poder do reino e do rei no cenário da Cristandade.

⁶⁷⁶ CTC, Cap. V, VI, XXXII-XXXIV.

⁶⁷⁷ CDAV, Cap. XVIII, LIII, LXII, LXXVIII, LXXX, CXXIX, CXXXI, CCVI.

5.3. A PAZ E A GUERRA: GESTUALIDADE E CELEBRAÇÃO NO PERÍODO AFONSINO.

Como outros documentos produzidos pela realeza, os tratados de paz eram conservados em diferentes instituições, com destaque para a Chancelaria. Funcionavam, desta maneira, como uma memória do poder ou uma memória do Estado⁶⁷⁸. Não obstante, conforme Jean-Philippe Genet, a legitimidade da negociação apoiava-se na construção histórica, linguística e jurídica, e, desta maneira, linguagem, memória e direito constituíam elementos que garantiam a justificação e a legitimação do processo de negociação. Genet destaca ainda que a negociação implicava numa apresentação pública, uma publicização que se manifestava, por exemplo, na recepção de embaixadas e na publicação dos tratados⁶⁷⁹. Tendo em vista esses apontamentos, ressaltamos que os tratados eram publicados, celebrados em festas organizadas pela realeza e atravessados pela gestualidade. Assim, além dos elementos jurídicos presentes no acordo, oralidade, festa e gestual também são elementos diretamente ligados aos tratados medievais. Nesse sentido, a fim de discutir o papel da paz nas cerimônias da diplomacia serão assinaladas algumas considerações sobre os gestos e as celebrações da paz.

Em diferentes trabalhos Jacques Le Goff insistiu que os gestos tiveram uma importância capital na sociedade medieval, fornecendo a ela os seus principais meios de expressão. O autor afirma que a civilização medieval foi uma “civilização do gesto”⁶⁸⁰, sendo esta perspectiva amplamente explorada pelo *GAHOM*, especialmente por Jean-Claude Schmitt. Este, em *La Raison des gestes* (1990), considera que, melhor que o escrito, os gestos engajam a pessoa por inteiro, eles asseguram um contato físico entre as pessoas e com objetos revestidos de valor simbólico. Dessa maneira, “o escrito pode intervir, conservar a lembrança para a posteridade, registrar os testemunhos devidamente selados, mas é o gesto que dá força ao ato, que une as vontades, que associa os corpos”⁶⁸¹.

Schmitt analisa que durante a Idade Média o homem era definido como a associação de um corpo e uma alma, sendo essa concepção dialética entre interior e

⁶⁷⁸ OFFENSTADT, Nicolas. *Faire la Paix au Moyen Âge. Idem*, p.253.

⁶⁷⁹ GENET, Jean-Philippe. *Négociier: vers la constitution de normes*. In: MALLOL, María Teresa Ferrer et al (eds.). *Negociar en la Edad Media*. Barcelona: CSIC, 2005, p.573-574.

⁶⁸⁰ LE GOFF, Jacques. *A Civilização do Ocidente Medieval*. Lisboa: Estampa, 1964, Vol. II, p.123. Ver ainda os apontamentos do autor em *O Maravilhoso e o cotidiano no Ocidente Medieval* (1983) e *Uma história do corpo na Idade Média* (2003).

⁶⁸¹ SCHMITT, Jean-Claude. *La Raison des gestes dans l'Occident medieval*. Paris: Gallimard, 1990, p.16.

exterior presente na ordem social e do mundo. Os gestos eram compreendidos como “expressão” de movimentos interiores da alma, dos sentimentos, da vida moral do indivíduo, tendo ainda uma função de “comunicação política”, a qual pode ser observada em certos rituais nos quais “*les corps se donnent en spectacle*”⁶⁸².

Consideramos que a importância e as características dos gestos medievais apontados por Le Goff e Schmitt mostram-se nas assinaturas da paz. O tratado das Alcáçovas, acordado em 1479, é um bom exemplo da questão:

...para maior firmeza os ditos procuradores disseram que juravam e juraram a Deus e a Santa Maria e ao sinal da cruz, que tocaram com as suas mãos direitas, e aos santos Evangelhos, donde quer que estão em nome e nas almas dos ditos senhores seus constituintes, por virtude dos ditos poderes que para isso especialmente têm, que eles e cada um deles, por si e por seus sucessores e reinos e senhorios, terão e guardarão e farão ter e guardar perpétua e inviolavelmente as ditas pazes, segundo o que nesta escritura se contém à boa-fé e sem mau engano, sem arte e sem cautela alguma (...). A qual escritura de assento e capitulação de pazes vista e entendida por nós e pelos do nosso Conselho e pelos grandes e cidades e vilas dos nossos reinos, a aprovamos, outorgamos e confirmamos e prometemos e juramos, pelo sinal da cruz e pelos santos Evangelhos por nossas mãos corporalmente tocados...⁶⁸³

Os mesmos elementos podem ser percebidos em outros tratados quatrocentistas. No tratado de Ayllón, assinado em 1411 e considerado um dos principais passos para a pacificação das relações luso-castelhanas, lê-se:

...prometemos e juramos, por Dios e por la ssignificançia de la cruz e los ssantos euangellios, con nuestras manos corporalmente tañjidos que, fasta quel dicho sseñor rrey sea en hedat de catorze años conplidos, que nos bien, fiel, lealmente e uerdaderamente, sin sjnguna arte o mal engaño, a todo nuestro leal poder, asy como tutores del dicho sseñor rrey, e otrosy commo rreyna doña Cataljna e infante don Fernando, ternemos, guardaremos e cumpliremos e faremos tener, guardar e cunplir esta dicha paz, (...). et, finalmente, que jurara espresamente, por Dios e sobre la cruz e los santos euangelios, con sus manos corporalmente tañjdos...⁶⁸⁴

O tratado de Medina del Campo (1431), que estabeleceu a paz definitiva entre Portugal e Castela, reforça o papel dos gestos na assinatura do documento:

⁶⁸² SCHMITT, Jean-Claude. *La Raison des gestes dans l'Occident medieval*. *Idem*, p.18, 25-26.

⁶⁸³ *Tratado das Alcáçovas*. *Idem*, p.51, 54.

⁶⁸⁴ MH, Vol. II, doc.5.

Los sobredichos [nobres e doutores membros do Conselho castelhano] e cada vno dellos dixeron que firmauan e firmaron la dicha paz, amjstança e concórdia e todos los capitulos suso contenjdos e cada cosa e parte dellos, segund e por la forma e manera que el dicho señor rey de Castilla las auja firmado, jurado e otorgado e firmo, juro e otorgo estando a ello presentes los sobredichos del su consejo. E que jurauan e juraron, al nombre de Dios e a la señal de cruz + e a las palabras de los santos euangelios, que corporalmente cada vno dellos tanxo con su mano⁶⁸⁵.

Do mesmo modo, o padrão gestual mostra-se no tratado de paz luso-ínglês de 1471,

Nós Duarte, Rei da Inglaterra, aprovamos, louvamos por nossa boa real, renovamos, ratificamos, e confirmamos pelas presentes, os Tratados, Confederações, Alianças, Amizades, Pactos, Condições, Promessas, Tratados e Ligas sobreditas, celebradas e convindas pela forma sobredita, e prometemos por nós, e por nossos herdeiros e sucessores, de observar perpetuamente todas essas coisas, de não infringir nenhuma delas, mas de as cumprir como nelas se contém. Prometemos e juramos sobre os Santos Evangelhos de observar inviolavelmente, e de fazer observar, etc. Este testemunho do que fizemos publicar as presentes pelo nosso Notário público, Mestre Henrique Scharp, em forma de instrumento público, e lhe fizemos pôr o nosso grande selo⁶⁸⁶.

E no Tratado de Tordesilhas (1494):

E por maior seguridade e firmeza do acima dito, juraram a Deus e à Santa Maria e ao sinal da cruz em que puseram suas mãos direitas, e às palavras dos Santos Evangelhos onde quer que mais largo são escritos, nas almas dos ditos constituintes, que eles e cada um deles terão e guardarão e cumprirão todo o acima dito e cada uma coisa parte dele realmente e com efeito⁶⁸⁷.

Em linhas gerais, mesmo ocorrendo pequenas variações nas sequências de atos, consideramos que existe um padrão gestual presente na assinatura dos tratados⁶⁸⁸. Desta maneira, o ato de estabelecimento do acordo, por seguir uma sequência ordenada e

⁶⁸⁵ MH, Vol. IV, doc.9.

⁶⁸⁶ SANTARÉM, Visconde de. *Quadro Elementar de Relações Políticas e Diplomáticas de Portugal...* *Idem*, Tomo XIV, 11 de março de 1471, p.202.

⁶⁸⁷ *Tratado de Tordesilhas e outros documentos*, 1989, p.73.

⁶⁸⁸ Esse aspecto ritualizado presente nos tratados de paz medievais também foi observado no caso franco-ínglês estudado por Nicolas Offenstadt: *Faire la paix au Moyen Âge*. *Idem*.

padronizada de palavras e gestos pode ser caracterizado como um ritual, um ato performativo nos múltiplos sentidos apontados por Stanley Tambiah e Mariza Peirano⁶⁸⁹. A partir desses aportes é possível identificar alguns elementos que marcam os acordos de paz citados.

Quadro 11. Elementos rituais presentes nos Tratados de Paz portugueses (1411-1494)

Categorias	1411	1431	1471	1479	1494
Juramento	Deus	Deus	-	Deus e Santa Maria	Deus e Santa Maria
Gestos	-	Sinal da cruz	-	Sinal da cruz	Sinal da Cruz
Corpo	Mãos	Mão	-	Mão direita	Mão direita
Objetos	Cruz, Santo Evangelho	Santo Evangelho	Santo Evangelho	Santo Evangelho	Santo Evangelho

Fonte: Elaboração própria.

Ao estabelecerem o juramento que concretiza a paz, os contratantes pronunciavam um conjunto de palavras convencionais, executavam gestos precisos e faziam uso de objetos que, consoante Schmitt, eram carregados de valor simbólico. Primeiramente, observa-se que a conclusão da paz envolvia a promessa, a moral e os sentimentos dos pactuantes, associando esse compromisso através de valores como honestidade e lealdade, e criando uma oposição entre a “boa fé” e o “mau engano”. Deus aparece como sustentação do juramento, sendo a presença da Virgem marcante nos acordos de Alcáçovas e Tordesilhas. Nota-se ainda que o corpo e a alma dos personagens encontram-se associados através do ritual da paz.

Os demais “elementos simbólicos” presentes no juramento da paz merecem especial atenção, os gestos e os objetos. O gesto em questão é basicamente o sinal da cruz, um gesto de fé marcante no medievo⁶⁹⁰. Schmitt considera que:

Dans la société médiévale, de très nombreux gestes sont censés transformer la matière ou les êtres non par l’effet d’une technique, mais par une puissance intrinsèque recélant, relayant, provoquant

⁶⁸⁹ Em síntese, os sentidos indicados pelos autores são: o sentido de performatividade proposto por Austin, no qual dizer é fazer algo; o sentido de uma performance encenada que utiliza vários meios de comunicação pelos quais os participantes experimentam o evento; o sentido de valores indexais que são vinculados ou inferidos pelos atores durante a performance. Ver as discussões apresentadas no Capítulo 1.

⁶⁹⁰ LE GOFF, Jacques. *A Civilização do Ocidente Medieval*. *Idem*, p.123.

l'action de forces invisibles. C'est ce que je nomme, au sens le plus fort du terme, leur efficacité symbolique. (...) Le signe de croix, aussi commun soit-il, peut aussi, appartenir à cette classe des gestes⁶⁹¹.

Conforme os apontamentos de Schmitt, o sinal da cruz mostra-se um gesto de suma importância na sociedade medieval, podendo ser um gesto de bênção ou um gesto de proteção corporal. Ele remete à Paixão de Cristo e está associado à liturgia, por esses motivos, está diretamente relacionado ao Cristianismo e às práticas da Igreja. Não obstante, a presença do sinal da cruz e dos Evangelhos ultrapassa o universo eclesiástico, sendo marcante, por exemplo, na constituição do contrato vassílico. Autores como Marc Bloch e François Ganshof exploraram o papel do juramento de fidelidade no estabelecimento das relações feudo-vassálicas, notando que desde o período carolíngio é perceptível a introdução da prática do vassalo jurar à divindade e tocar, com a mão estendida, uma *res sacra*, podendo esta ser os Evangelhos ou uma relíquia⁶⁹². Assim, o caso das relações vassálicas exemplifica a afirmação de Le Goff de que “todos os contratos e juramentos, essenciais na sociedade da Idade Média, se fazem acompanhar de gestos”⁶⁹³, gestualidade carregada de referências cristãs. Em meio a essas práticas, os tratados também expressam a importância do sinal da cruz, da própria cruz e dos Evangelhos para o estabelecimento da paz, criando uma associação entre gesto e objetos que sacralizava o ato e engajava os contratantes, corporal e espiritualmente.

Chama-se ainda atenção para a presença das mãos na assinatura da paz. Jean-Claude Schmitt ressalta que “*la plupart de ces gestes mettent en cause la main*”, caracterizando uma prática que também pode ser encontrada nas antigas civilizações hebraica, greco-romana e germânica⁶⁹⁴. Paralelamente, observa-se que no Ocidente medieval a mão constituía um signo da paz, de amizade, das alianças, sendo a mão direita, em especial, a prova da paz⁶⁹⁵. Presente em diferentes acordos medievais, as mãos eram parte fundamental dos acordos de paz assinado pelos reis portugueses, relacionando o corpo aos objetos.

⁶⁹¹ SCHMITT, Jean-Claude. *La Raison des gestes dans l'Occident medieval. Idem*, p.321.

⁶⁹² BLOCH, Marc. *A Sociedade Feudal*. Lisboa: Edições 70, 1998, p.160-161; GANSHOF, François. *Que é o feudalismo?* Lisboa: Publicações Europa-América, 1976, p.41-47. Ver ainda: FOURQUIN, Guy. *Senhorio e Feudalidade na Idade Média*. Lisboa: Edições 70, 1987, p.111-115. LE GOFF, Jacques. O ritual simbólico da vassalagem. In: *Para um novo conceito de Idade Média. Idem*, p.333-334.

⁶⁹³ LE GOFF, Jacques. *A Civilização do Ocidente Medieval. Idem*, p.123.

⁶⁹⁴ SCHMITT, Jean-Claude. *La Raison des gestes dans l'Occident medieval. Idem*, p.100-110.

⁶⁹⁵ OFFENSTADT, Nicolas. *Faire la paix au Moyen Âge. Idem*, p.206.

Por fim, destaca-se que o juramento da paz não se limitava ao local e aos presentes na assinatura, ampliando-se ainda aos súditos dos reis contratantes. Desta maneira, assinado o tratado, replicava-se o juramento, conforme se observa no exemplo do tratado de 1411:

Yo, fullano, juro a Dios e ssobre esta cruz e a estos santos euangellios, con mjs manos corporalmente tañjdos, que bien, fiel e leal e verdaderamente, sin njnguna arte e mal engaño, terne e guardare e cunplire e fare tener, guardar e cunplir a todo mj leal poder esta paz e todas las cosas e cada vna dellas en esta carta contenjdas, de aqui en adelante e pera todo ssienpre, seyendo la dicha paz por el dicho sseñor rrey aprouada, jurada e guardada ssegunt en esta su carta es contenjdo, las cuales personas e conçeios son estos, lo que se ssigue⁶⁹⁶.

Os apontamentos sobre os tratados de paz permitem levantar uma nova interrogação: após a conclusão e o juramento, o que era feito? A resposta nos leva a discutir as celebrações da paz. A *Crónica da Tomada de Ceuta* oferece exemplo da publicação e das festas relacionadas à assinatura do tratado de paz entre Portugal e Castela. Escreve Zurara que “depois que tudo isto assim foi acabado, mandou que se apregoassem logo aquelas pazes em aquela cidade com aquela festa e solenidade que tamanho auto requeria”⁶⁹⁷. Outro exemplo pode ser encontrado na *Crónica de Don Juan II* ao mencionar que “*el Rey [D. João I] mandó que se pregonase esta paz en la cibdad de Lisboa, donde se hicieron grandes alegrías por ello*”⁶⁹⁸. Ainda no reinado de D. João I, sabe-se que ocorriam festas em Lisboa para comemorar a vitória conseguida em Aljubarrota⁶⁹⁹.

Não dispomos de elementos que detalhem as celebrações da paz ocorridas no reino de Portugal durante o período de D. Afonso V. No que tange a guerra luso-castelhana dos anos 70, Rui de Pina indica que a paz de Alcáçovas foi publicada e enfatiza a dor sentida no reino pelo destino da Excelente Senhora, padecimento que

⁶⁹⁶ MH, Vol. II, doc.5.

⁶⁹⁷ CTC, Cap. VI.

⁶⁹⁸ MH, Vol. IV, doc.7.

⁶⁹⁹ Cf.: BARBOSA, Pedro Gomes. “...e todos os desa çidade façaes solene proçisom...” Festas sagradas e festas profanas na Lisboa medieval: uma breve panorâmica. In: *Lisboa e a Festa. Celebrações religiosas e Cívicas na cidade medieval e moderna*. Actas do Colóquio de História e História da Arte. Lisboa, 2009, p.25-26; ALONSO, Carlos. Agostinhos. In: *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. Lisboa: Círculo de leitores, Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa, 2000, p.28.

levou o rei à doença⁷⁰⁰. A mesma orientação aparece na narrativa de Damião de Góis, novamente sem menção a festas⁷⁰¹.

Não obstante, se as circunstâncias da assinatura da paz de Alcáçovas podem não ter produzido celebrações, estas foram justificadas pelas vitórias militares do reinado. Nieto Soria lembra que estas comemorações tinham como característica exaltar a dimensão soberana dos monarcas e carregavam um forte conteúdo religioso⁷⁰². A *Chronica de el-Rey D. Affonso V* indica que após a vitória portuguesa no cerco imposto à Alcácer-Ceguer, em 2 de janeiro de 1459, o rei mandou “*em todo o reino fazer geraes procissões, em que se deram muitas graças a Deus, e assi ordenou esmolas a todos los mosteiros e casas piedosas*”⁷⁰³. Rui de Pina também descreve que após a vitória portuguesa em Arzila e Tânger, “*os christãos d’Andaluzia não receberam por isso menos prazer que segurança, de que com festas para o mundo, e devotas procissões para Deos deram claros signaes*”, e acrescenta que em Lisboa o rei e o príncipe foram recebidos com muitas festas⁷⁰⁴.

Entretanto, o maior exemplo de celebração da vitória militar vem dos primeiros anos do reinado de D. João II, quando o príncipe institui uma procissão anual em comemoração a vitória na batalha do Toro. Através do *Livro de Posturas Antigas*, sabe-se que o novo rei estabeleceu que:

... daquy em dyante em louuor de Noso Senhor e da bem aventurada virgem marja ssua madre e de sam Jorie e de sam christouam que o dicto dja traziamos por nossos padroeiros e nome em cada huu anno aos dous dias de março em que foy a dicta batalha e vitoria a clerezia e todos os desa çidade façaes solene proçisom ssayndo da see e Jndo per os lugares publicos com toda solenjdade çirimonja hofiçios e Jogos asy e tam compridamente como acostumaaes de fazer em dja de corpo de deus tirando solamente de nam hyr a arca onde vaae o sacramento a quall priçisom hira a JgreJa do bem aventurado caualeiro marteer sam Jorie onde se diga missa e pregaçom em lembrança da dicta vitoria segundo o theor e forma dese caderno...⁷⁰⁵

⁷⁰⁰ CDAV, Cap. CCVII-CCVIII.

⁷⁰¹ CPDJ, Cap. CIII.

⁷⁰² NIETO SORIA, José Manuel. *Cerimonias de la realeza. Idem*, p.157-158.

⁷⁰³ CDAV, Cap. CXL.

⁷⁰⁴ CDAV, Cap. CLXVII. O mesmo relato, com pequenos acréscimos, aparece na crónica de Duarte Nunes de Leão (cap. XLII).

⁷⁰⁵ *Livro das Posturas Antigas*. Leitura paleográfica e transcrição de Maria Teresa Campos Rodrigues. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1974, p.150.

De acordo com o *regimento das procissões da cidade de Évora*, sabe-se que na urbe eborense a procissão que lembrava a vitória de 1476 agregava-se a outras procissões, destacadamente, a do Corpo de Deus, a do milagre da Cera e a que celebrava a vitória de Aljubarrota⁷⁰⁶.

A hipótese central do capítulo é que D. Afonso V se utilizou das cerimônias da diplomacia como um instrumento de promoção exterior, isto é, como um mecanismo de propaganda política. Ao longo do texto tentamos demonstrar que tais cerimônias eram momentos propícios para a propaganda monárquica em sua direção externa. A realeza aproveitava da estadia de embaixadores e viajantes estrangeiros, da assinatura de tratados de paz, de vitórias militares e de casamentos para colocar em ação diferentes atividades cerimoniais. Estas, ainda que inseridas num conjunto mais amplo de cerimônias reais e em códigos nobiliárquicos e cortesãos, afirmavam o poder da realeza – expresso, por exemplo, na amplitude do espetáculo e na benevolência régia – e projetavam a imagem da monarquia e do reino.

Conforme o exposto, o reinado de D. Afonso V foi um período de destaque para a temática. Foi durante o reinado que as práticas de recepção e envio de embaixadas foram sistematizadas através do *Livro Vermelho*. A análise dessa sistematização revelou a significativa projeção externa da monarquia e a importância da noção de “amizade” e das categorias de parentesco para as relações diplomáticas de finais do século XV. Outrossim, foi ao longo do reinado do *Africano* que o padrão cerimonial português ganhou novos contornos, transformando-se num complexo espetáculo que já apontava para as práticas quinhentistas.

O casamento de D. Leonor motivou as mais importantes cerimônias do reinado de D. Afonso V. Ao tratar do Diário de Nicolau de Valckenstein, notou-se a preocupação da realeza em promover uma celebração que impressionasse a comitiva imperial e os demais presentes. Viu-se que ao longo dos festejos, outros elementos relacionados ao projeto propagandístico da dinastia de Avis fizeram-se presentes, como o culto ao Infante Santo. Além disso, percebeu-se como que aspectos exóticos ligados

⁷⁰⁶ O citado regimento encontra-se publicado em: MENDONÇA, Manuela. Os regimentos de procissões do Corpus Christi no Portugal Medieval. In: MACEDO, José Rivair (org.). *A Idade Média Portuguesa e o Brasil: reminiscências, transformações, ressignificações*. Porto Alegre: Vidrágua, 2011, p.31-35.

ao ultramar ampliaram-se nas celebrações afonsinas, favorecendo o poder do *Africano* num período de formação do Império marítimo português.

Por fim, visamos com esse capítulo ter demonstrado que as práticas diplomáticas quatrocentistas tinham nas cerimônias e nas festas uma das suas mais importantes faces. O estudo dessas práticas fez sobressair as cidades como espaços privilegiados para as atividades da diplomacia, os gestos como elementos de importância ímpar nas negociações e o próprio ritual diplomático.

CONCLUSÃO

[O historiador] Deve controlar suas paixões, mas sem estrangulá-las, e tanto melhor desempenhará seu papel se deixar-se aqui e ali levar por elas. Longe de afastá-lo da verdade, elas têm todas as possibilidades de aproximá-lo mais ainda. À história seca, fria, impassível, prefiro a história apaixonada. Inclinar-me-ia mesmo a considerá-la mais verdadeira.

Georges Duby (1919-1996)

O difícil exercício de resumir ideias, apontar lacunas e ampliar as leituras possibilitadas por um texto, características de uma conclusão, mostra-se ainda mais desafiador por se tratar do término de uma trajetória iniciada anos antes da tese e que agora culmina na investigação apresentada. Para não nos alongarmos em considerações já desenvolvidas ao longo dos capítulos, passamos a recuperar, à guisa de conclusão, os principais argumentos do trabalho.

O século XV, entendido comumente como marco da transição do mundo medieval para o moderno, pode ser caracterizado, grosso modo, por diferentes fatores: no plano econômico, pela ampliação das rotas comerciais, cada vez mais relacionadas ao espaço atlântico, ou mesmo, em algumas leituras, pela formação do capitalismo; no plano religioso, por novas ideias sobre o relacionamento entre os poderes espiritual e secular e por novas formas de devoção; no plano social, pelo alargamento das clivagens sociais e pela crescente importância das elites cidadãs; no plano cultural, pela extensão do saber letrado em diferentes grupos da sociedade, associado às Universidades e à imprensa; no plano político, pela cristalização das instituições da administração régia, expressão do aumento dos recursos da monarquia, o que classificamos como o processo de gênese do Estado moderno. Tais fatores podem ser observados em diferentes partes da Cristandade, e Portugal não foi diferente. Época do acelerar da expansão marítima, da construção do Império português, e da projeção externa da monarquia, o reinado de D. Afonso V (1448-1481), para além das fontes, mostrou-se ainda mais instigante para a pesquisa por ser o monarca considerado um rei de alma medieval, cruzadística, um monarca quixotesco.

Nesses termos, como funcionava a diplomacia quatrocentista em Portugal? Primeiramente, ela não ficou inerte às mudanças da época. Pelo contrário, esteve diretamente associada aos movimentos do período e, tendo em vista a noção de *prática*

diplomática de Stéphane Péquignot, construímos a tese a fim de observar algumas faces da intercessão entre o desenvolvimento da diplomacia quatrocentista e os fenômenos coetâneos: a questão institucional, a questão humana, a questão das práticas de negociação, e a questão cerimonial.

No entanto, antes de investigar estas questões, foi importante localizar o próprio objeto no âmbito da História e dos estudos medievais. Como demonstramos no capítulo 1, as décadas iniciais do século XX foram marcadas por dois movimentos paralelos que impactaram na presença da diplomacia como objeto de pesquisa. Por um lado, a História afastou-se da narrativa, dos grandes nomes e do Estado, assumindo-se em grande parte como uma história social, inclinada aos problemas da economia, das mentalidades, das coletividades e da média e longa duração. Nesse processo, exemplificado pelos *Annales*, a diplomacia passou a estar associada ao factual, à história do Estado, às elites, contribuindo para que a temática ficasse às margens do movimento de mudança historiográfico da época. Por outro, o mesmo período foi palco da constituição das Relações Internacionais enquanto campo do saber, surgimento que colocou em xeque as capacidades explicativas da história diplomática frente aos desafios impostos pelas duas guerras mundiais. Assim, a nova área apresenta-se profundamente relacionada aos problemas do século XX, tomando como marcos de sua definição elementos como o Estado Nacional e a Soberania, manifestos desde o tratado de Westfália (1648).

Nesse quadro, observa-se que a diplomacia praticada no mundo antigo e medieval passou a receber poucas atenções por parte dos historiadores e dos bacharéis em relações internacionais, situação que, conforme Lucien Bély, também pode ser ampliada para a Idade Moderna. Ao longo do texto, tentamos demonstrar que não ocorreu uma ausência completa de estudos entre os anos 30 e 60, merecendo destaque as obras de François Ganshof, Donald Queller e Garrett Mattingly, porém são nítidas as mudanças identificadas a partir dos anos 80. Entendemos que as circunstâncias que levaram a esse novo quadro encontram-se, novamente, tanto na História como nas Relações Internacionais. Desde finais dos anos 60, são sensíveis as mudanças de paradigmas no âmbito das ciências humanas e sociais. Tal cenário manifestou-se na História, por exemplo, com o revigoramento da história política, marcada pela incorporação de novos métodos, fontes e objetos, e pela retomada de velhos temas a partir de novos problemas. Paralelamente, as Relações Internacionais vivenciaram a ampliação das críticas ao paradigma realista, a complexidade crescente do sistema

internacional, e o aumento da importância dos atores não estatais nas relações externas, fatores que permitiram o surgimento de perspectivas teóricas que passaram a dar maior espaço, por exemplo, aos elementos culturais, às ideologias, e à propaganda nas relações internacionais.

Em meio a essas reorientações, a diplomacia medieval conheceu uma projeção significativa entre os medievalistas desde os anos 80. Atualmente, o tema ultrapassa os limites do estado, relacionando-se a discussões sobre os gestos, os rituais, as práticas de negociação, a circulação de informações, entre outros temas que ampliaram o universo de fontes relativas à diplomacia. Nesse sentido, identificamos que no conjunto dos estudos sobre o medievo português, persistem lacunas, principalmente relacionadas a essas novas abordagens. Demarcada a posição da diplomacia na historiografia e identificadas as linhas de investigação da pesquisa, a problematização dos eixos da tese ganhou maior amplitude.

No plano institucional, mesmo que ainda não conhecesse a formação de um “serviço de relações exteriores”, o poder régio português quatrocentista foi marcado pela importância crescente do Conselho, das Cortes/Parlamento e da Administração Central, instâncias ligadas à gestão dos assuntos externos, articulando temas como a guerra, a paz e os casamentos régios, e a guarda e a expedição dos documentos relativos à prática diplomática. Do mesmo modo, identificamos o impacto exponencial que os gastos da diplomacia, principal fator das despesas extraordinárias, exerciam sobre o erário régio, marcado pela ampliação das receitas e dos gastos da realeza, e pela cristalização de instituições como a Casa dos Contos. Através da fiscalidade, criava-se um movimento que reforçava a relação entre o rei e o povo, manifestando-se na negociação presente nas Cortes, um dos principais aspectos da gênese do Estado moderno conforme Jean-Philippe Genet. Além disso, notamos que a administração central foi espaço destacado para a escolha dos embaixadores, elemento que se amplia ao notar que uma parcela dos enviados diplomáticos foi do Conselho régio.

No plano humano, nosso objetivo foi identificar o perfil dos embaixadores afonsinos. Para isso, primeiramente, foi necessário classificar o enviado diplomático quatrocentista. *Embaixador* aparece como o termo recorrente nas fontes analisadas e, de acordo com a historiografia, foi o vocábulo que se tornou generalizado a partir do século XIV. Contudo, autores como Donald Queller e Pierre Chaplais apontam para a existência de diferentes categorias de viajantes diplomáticos, desde simples mensageiros aos embaixadores, geralmente relacionados a missões solenes. Não obstante, a

documentação acerca do reinado de D. Afonso V nos conduziu à compreensão do *embaixador* como uma categoria ampla, que agregava uma variedade de enviados diplomáticos. Essa é a percepção presente nas fontes narrativas, porém também pode ser encontrada no regimento escrito em 1473, que versa sobre o envio de missões diplomáticas e expressa o interesse do poder régio em classificar os enviados como *embaixadores*.

A partir dessa definição, foi possível identificar oitenta e três personagens na diplomacia afonsina, variando em estatuto social, número de embaixadas, formação, proximidade com o rei, entre outros elementos díspares. Com esse universo, avançamos em problematizar os vínculos sociais presentes na trajetória dos personagens. Notamos que os embaixadores apresentavam uma concentração na *elite de sangue*, no entanto, ao observar as clivagens internas do grupo, percebeu-se que os agentes convergiam para setores da nobreza associados ao oficialato, como a “nobreza de serviço” e a “nobreza nova”. Essa característica pessoal e familiar dos personagens fez aflorar que outros embaixadores, classificados como *elite do trabalho* e *elite religiosa*, também tiveram o exercício de ofícios na administração central e/ou a ocupação de posições de destaque na Corte (por exemplo, os confessores e capelães), como elemento de suma importância em suas trajetórias. Desta maneira, os embaixadores afonsinos definem-se como *elites do poder*, sendo “*los promotores genuinamente importantes del poder del Estado*”, como sustenta Wolfgang Reinhard.

Tais apontamentos reforçaram a necessidade de tecermos considerações sobre a questão do saber e da formação dos embaixadores. Como expomos ao longo do capítulo 3, é comum encontrar na historiografia referências de que a Baixa Idade Média foi marcada pela crescente participação de egressos da Universidade diplomados em Direito, os juristas, na ocupação de cargos da burocracia régia e cidadina, sendo essa presença igualmente marcante nas embaixadas. Contudo, chamou nossa atenção o fato de apenas dezenove embaixadores aparecerem como licenciados, bacharéis, mestres ou doutores. Sem desconsiderar possíveis lacunas, procuramos outras categorias que permitissem enxergar o problema do saber. Nesse sentido, a partir de Hilde de Rydder-Symoens, avançamos na importância da “educação prática”, que aprendida através do exercício dos ofícios, também ocupou lugar de destaque na composição das embaixadas. Além disso, notamos que os homens presentes nas missões diplomáticas foram, em sua maioria, *letrados*, sendo esse letramento relacionado à formação eclesiástica, à formação universitária, ao funcionalismo e, no limite, à própria presença

desses homens no meio cortesão. A Corte avisina, com destaque para o período de D. Afonso V, foi espaço de saber e formação dos embaixadores. Esse saber, ao passo que envolvia elementos da cultura aristocrática, também era atravessado pela moral religiosa, afinal, um homem sábio era um homem virtuoso e cristão. Desta maneira, foi possível concluir que em finais do século XV, o perfil do enviado diplomático português era de um homem próximo ao monarca, comumente presente no funcionalismo régio, e que tinha um saber marcado pelo conhecimento das letras e pelas virtudes cristãs estabelecidas pela Igreja e, não menos, pelos monarcas de Avis.

No plano das práticas de negociação, nosso interesse foi analisar quais métodos foram utilizados por D. Afonso V. Para tal, levantamos cento e seis missões diplomáticas levadas a cabo ao longo do reinado. Estas, contudo, resultando em grande parte do documento 4 publicado por Jorge Faro, não oferecem dados significativos para a identificação das rotas de viagem, dos meios de transporte, do tempo de duração da missão, ou do próprio desenvolvimento da negociação. Nesses termos, selecionamos alguns casos de embaixadas referenciadas nas crônicas no intuito de compreender a atuação dos embaixadores. D. Afonso V fez uso de diferentes missões diplomáticas, mas nem sempre teve êxito nas comitivas que enviou. As missões de AFONSO PEREIRA e Rodrigo Leonardes, por exemplo, parecem ter ampliado as insatisfações das cortes da Cristandade perante a notícia da morte do infante D. Pedro, prejudicando ainda mais as relações externas de Portugal no período. Todavia, a presença de VASCO FERNANDES DE LUCENA na missão ao papado de 1450, sinaliza para a perspicácia do monarca em escolher seus representantes. Por outro lado, o levantamento também possibilitou enxergar que as negociações diplomáticas envolviam outros atores não classificados como embaixadores, tais como D. Jaime, a rainha de Castela, D. Joana, a infanta D. Beatriz de Portugal, personagens geralmente associados pelo parentesco à casa régia e ao destino da missão. Além disso, o capítulo destacou que o *Africano* atuou frequentemente como negociador, estando presente em diferentes *Vistas Reais* e chegando a viajar ao reino da França para tratar do apoio de Luís XI à causa portuguesa durante a guerra luso-castelhana. Fazendo uso intenso de embaixadas, o principal mecanismo da negociação diplomática de finais da Idade Média, o reinado de D. Afonso V também fez valer o seu papel como negociador e, quando foi necessário, acionou os ramos da família real como seus representantes.

O plano cerimonial constitui uma das faces mais interessantes da diplomacia afonsina. Primeiramente, durante o reinado do *Africano* foram sistematizadas as

cerimônias de recepção de embaixadas na Corte e foram estabelecidos em português os ditados a serem utilizados nas correspondências e no envio de missões diplomáticas. Tais documentos, presentes no *Livro Vermelho*, demonstram que o rei dava especial atenção aos cerimoniais, dentre eles os específicos da prática diplomática. Numa época marcada pela ampliação das alianças externas e por uma maior projeção de Portugal na Cristandade, internamente a realeza preparava o reino para receber ilustres comitivas de embaixadores. Do mesmo modo, ao longo do reinado o padrão cerimonial português ganhou novos contornos, transformando-se num complexo espetáculo que já apontava para as práticas quinhentistas e envolvia de forma crescente os elementos exóticos do ultramar. Nesse quadro, as recepções de embaixadas e os casamentos régios, essencialmente cerimônias relacionadas à diplomacia, constituíram momentos propícios para a propaganda externa da monarquia, fato que pôde ser comprovado pelas narrativas de viajantes estrangeiros. Paralelamente, as festas palacianas e populares relacionadas a tais cerimônias, as procissões, as publicações de bulas e tratados de paz, chamam atenção para o espaço urbano como lugar por excelência da prática diplomática do Portugal quatrocentista, criando um tempo do espetáculo que também era o tempo da diplomacia. Gestos, objetos, juramentos, festejos, recepções, casamentos... através desses elementos a diplomacia ocupou lugar de destaque nas cerimônias da realeza, veiculando uma imagem da monarquia, do rei e do reino associados ao saber, à fé católica e ao ultramar, espaço do *maravilhoso* e, igualmente, do culto dinástico, exemplificado no personagem do Infante Santo.

Ao finalizar a pesquisa temos consciência das lacunas que permanecem em aberto. Por um lado, elas envolvem o corpus documental. Entendemos que existem outros documentos e publicações portuguesas e estrangeiras que podem vir a contribuir para determinados aspectos da tese. Casos emblemáticos são as obras *Cartas de Itália* (1935), escrita pelo embaixador Lopo de Almeida durante a viagem na comitiva de D. Leonor, e *Bibliografia de textos medievais portugueses* (1960), escrita por Maria Adelaide Valle Cintra, que se propõe a apresentar uma lista de fontes epistolares portuguesas. Tais exemplos representam as limitações que tivemos na elaboração da tese, em especial no acesso a documentações esgotadas ou não disponíveis nas bibliotecas nacionais. Por outro lado, a ausência de estudos similares sobre os reinados de D. João I, D. Duarte e D. João II também são fatores limitadores. Consideramos que a extensão das problemáticas da pesquisa para todo o período que abarca a ascensão da dinastia de Avis (1383-1385) e a assinatura do Tratado de Tordesilhas (1494), um

caminho possível para o estabelecimento de uma visão mais global acerca da diplomacia portuguesa de finais da Idade Média.

Apesar disso, acreditamos que esta pesquisa trouxe diferentes contribuições, tanto para os estudos sobre a diplomacia medieval, como para as investigações acerca do poder régio. A identificação dos personagens e das embaixadas; a relação entre a diplomacia e as instâncias da governança quatrocentista; a presença de mecanismo de negociação que ultrapassam as missões diplomáticas; a sistematização do cerimonial diplomático; etc. Qual o papel da diplomacia no reinado de D. Afonso V? Ela foi instrumento de afirmação política da monarquia, de propaganda régia, de refinamento das práticas diplomáticas, em síntese, mecanismo da gênese do Estado moderno em Portugal.

Encerramos este trabalho destacando que nos últimos anos temos defendido, em espaços ainda afastados da produção de pesquisas sobre o medievo, que a “Idade Média é possível”. Com essas palavras temos buscado mostrar ao jovem investigador brasileiro, esteja ele residindo num grande centro ou nos sertões do país, que é viável fazer história medieval no Brasil. Desejo que esta tese expresse os desafios do fazer histórico, mas que também represente “uma história apaixonada”, levando ao leitor um pouco da satisfação e da motivação daquele que a escreveu.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Fontes

AYALA, Pero López de. *Libro Rimado de Palacio*. Edición de Kenneth Adams. Madrid: Ediciones Cátedra, 1993.

BARÃO DE ROSMITAL. Viagem em Portugal. Tradução do latim e edição por Manuel Bernardes Branco. In: CASTRO, João Baptista de. *Supplemento ao Mappa de Portugal Antigo e Moderno*. Lisboa, 1870, tomo IV, p.36-55.

CARRILLO DE HUETE, Pedro. *Crónica del Halconero de Juan II*. Edición y Estudio por Juan de Mata Carriazo. Estudio preliminar por Rafael Beltrán. Presentación por Manuel González Jiménez. Granada: Universidad de Sevilla, 2006.

Chartularium Universitatis Portugalensis (1288-1537). Documentos coligidos e publicados por Artur Moreira de Sá. Lisboa: Instituto de Alta Cultura, Vol. III, V e VI, 1969, 1972, 1974.

CHAVES, Álvaro Lopes de. *Livro de Apontamentos (1438-1489)*. Códice 443 da Coleção Pombalina da BNL. Introdução e transcrição de Anastásia Mestrinho salgado e Abílio José Salgado. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1983.

COSTA, António Carvalho da. *Corografia Portuguesa e descripçam Topografica do famoso reyno de Portugal, com as noticias das fundações das cidades, villas, & lugares, que contem; varões illustres, geologias das familias nobres, fundações de conventos, catalogos dos Bispos, antiguidades, maravilhas da natureza, edificios, & outras curiosas observaçoens*. Lisboa: Officina Real de Valentim da Costa Deslandes, 1712, Tomo III. Disponível em: <http://purl.pt/434>

Crónica anónima de Enrique IV de Castilla. 1454-1474. (Crónica castellana). Edición crítica y comentada de María Pilar Sánchez-Parra. Madrid: Ediciones de la Torre, 1991.

Documentos referentes a las relaciones con Portugal durante el reinado de los Reyes Catolicos. Edición preparada y anotada por António de la Torre y Luís Suárez Fernández. Valladolid: Consejo Superior de Investigaciones Cientificas, 1958, vol.1.

DUARTE, Dom. *Leal Conselheiro*. Edição crítica, introdução e notas de Maria Helena Lopes de Castro. Prefácio de Afonso Botelho. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1998.

_____. *Livro dos Conselhos de El-Rey D. Duarte. (Livro da Cartuxa)*. Edição diplomática. Transcrição: José Alves Dias. Introdução: A. H. de Oliveira Marques e João José Alves Dias. Lisboa: Estampa, 1982.

ESPERANÇA, Manuel da. *Historia Serafica da Ordem dos Frades Menores de S. Francisco na Provincia de Portugal. Primeira parte, que contem seu principio, & augmentos no estado primeiro de Custodia*. Lisboa: Officina Craesbeeckiana, 1656-1721, 5v. Disponível em: <http://purl.pt/20706>

FREIRE, Anselmo Brammcamp. *Brasões da Sala de Sintra*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 3v., 1921.

GAYO, Manuel José da Costa Felgueiras. *Nobiliário de Famílias de Portugal*. Edição

de Agostinho de Azevedo Meirelles e Domingos de Araújo Affonso. Braga: Officina grágica da Pax, 1939.

Gavetas da Torre do Tombo (As). Lisboa: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1960-70, 8v.

GÓIS, Damião de. *Crónica do Príncipe D. João*. Edição crítica e comentada de Graça Almeida Rodrigues. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 1977.

LANDIM, Gaspar Dias de. *O Infante D. Pedro. Chronica Inédita*. Lisboa: Escriptorio, 1892.

LA MARCHE, Olivier de. *Mémoires d'Olivier de la Marche*. Paris: Librairie Renouard, 1884.

LEÃO, Duarte Nunes de. Crónica e vida del Rey D. Affonso V. In: *Crónicas dos Reis de Portugal*. Lisboa: Officina de José de Aquino Bulhões, 1780, tomo II.

_____. Crónica del Rey D. João, o I. In: *Crónicas dos Reis de Portugal*. Lisboa: Officina de José de Aquino Bulhões, 1780, Tomo I.

Leonor de Portugal, Imperatriz da Alemanha. Diário de viagem do embaixador Nicolau Lanckman de Valckenstein. Edição do texto latino e tradução de Aires A. Nascimento. Colaboração de Maria João Branco & Maria de Lurdes Rosa. Lisboa: Edições Cosmos, 1992.

Le livre des faits du bon Chevalier messire Jacques de Lalaing. In: *Œuvres de Georges Chastelain*. Publiés par M. Le Baron Kervin de Lettenhove. Bruxelles, tome 8.

Livro das Posturas Antigas. Leitura paleográfica e transcrição de Maria Teresa Campos Rodrigues. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1974.

Livro de Linhagens do século XVI. Introdução de António Machado de Faria. Lisboa: Academia Portuguesa de História, 1956.

Livro Vermelho do Senhor Rey D. Affonso V. In: *Collecção de Livros Ineditos de História Portugueza dos reinados de D. João I, D. Duarte, D. Affonso V e D. João II*. Publicados por José Corrêa da Serra. Lisboa: Academia Real das Sciencias de Lisboa, Tomo III, 1793, p.391-540.

LOPES, Fernão. *Crónica de D. João I*. Segundo o códice nº 352 do Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Introdução de Humberto Baquero Moreno e Prefácio de Antonio Sérgio. Porto: Livraria Civilização, 2 volumes, 1983.

LÚLIO, Raimundo. *O Livro das Bestas*. Tradução de Ricardo da Costa. São Paulo: Editora Escala, 2006.

Mémoires de Philippe de Comynes. Revue et publiée avec annotations et éclaircissements par M. elle Dupont. Paris: Libraires de la Société de l'Histoire de France, 1843.

Monumenta Henricina. Organizada por António Joaquim Dias Dinis. Coimbra: Comissão Executiva do V Centenário da morte do Infante D. Henrique, 1960-1976, XV volumes.

MORAIS, Cristóvão Alão de. *Pedatura Lusitana. Nobiliário de Famílias de Portugal*. 1968, Tomo V, vol. I.

Ordenações Afonsinas. Fac-simile do Instituto de História e Teoria das Ideias da Faculdade de Letras de Coimbra. Disponível em:

<http://www.ci.uc.pt/ihti/proj/afonsinas/>

PINA, Rui de. *Chronica de El-Rei D. Affonso V*. Escripório, Lisboa: Rutgers University Libraries, 3 Vols., 1901.

_____. *Crónica d'El Rey D. Duarte*. Edição Biblioteca Lusitana. Alfredo Coelho de Magalhães. Porto: Edição da Renascença Portuguesa, 1914. Disponível em: <<http://purl.pt/417>>.

_____. *Chronica de El-Rey D. João II*. In: *Collecção de Livros Ineditos de História Portuguesa dos reinados de D. João I, D. Duarte, D. Affonso V e D. João II*. Publicados por José Corrêa da Serra. Lisboa: Academia Real das Sciencias de Lisboa, Tomo II, 1792.

PULGAR, Fernando del. *Crónica de los Señores Reyes Católicos Don Fernando y Doña Isabel de Castilla y de Aragón*. Cotexada con antiguos manuscritos y aumentada de varias ilustraciones y enmiendas. Publicação original: Valencia, Imp. de Benito Monfort, 1790. Alicante: Biblioteca Virtual Miguel de Cervantes, 2003.

RESENDE, Garcia de. *Crónica de D. João II e Miscelânea*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1973.

SOUSA, António Caetano de. *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*. Lisboa: Officina de Joseph António da Silva, 1735-1749.

_____. *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*. Lisboa: Officina Sylviana da Academia Real, 1742.

Tratado de Tordesillas e a diplomacia luso-castelhana no século XV. Comentários de Luís Adão da Fonseca. Lisboa: Edições Inapa, 1991.

Voyage de Jehan Van-Eick. In: MARQUES, A. H. de Oliveira. O Portugal do tempo do infante D. Pedro visto por estrangeiros (a embaixada borguinhã de 1428-29). In: *Biblos. Revista da Faculdade de Letras*. Actas do Congresso Comemorativo do 6º centenário do Infante D. Pedro. Vol. LXIX, 1993, p.68-78.

ZUÑIGA, Diogo Ortiz de. *Annales eclesiásticos y seculares de la muy noble y muy leal ciudad de Sevilla*. Madrid: Imprensa Real, 1795, Tomo 11.

ZURARA, Gomes Eanes de. *Chronica do Conde D. Duarte de Meneses*. In: *Collecção de Livros Ineditos de História Portuguesa dos reinados de D. João I, D. Duarte, D. Affonso V e D. João II*. Publicados por José Corrêa da Serra. Lisboa: Academia Real das Sciencias de Lisboa, Tomo III, 1793.

_____. *Chronica do conde D. Pedro de Meneses*. In: *Collecção de Livros Ineditos de História Portuguesa dos reinados de D. João I, D. Duarte, D. Affonso V e D. João II*. Publicados por José Corrêa da Serra. Lisboa: Academia Real das Sciencias de Lisboa, Tomo II, 1792.

_____. *Crônica da Tomada de Ceuta*. Introdução e notas de Reis Brasil. Publicações Europa-América, 1992.

ZURITA, Jerónimo. *Anales de Aragón*. Edición de Ángel Canellas López. Edición electrónica de José Javier Iso (coord.), María Isabel Yagüe y Pilar Rivero. IFC, 2003.

Obras de referência

BOBBIO, Norberto, MATTEUCCI, Nicola & PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 13ª edição, 2 v., 2009.

Dicionário da Literatura Medieval Galega e Portuguesa. Organização e coordenação de Giulia Lanciani e Giuseppe Tavani. Lisboa: Editora Caminho, 2ª edição, 1993.

Diccionario da Lingua Portuguesa recopilado de todos os impressos ate o presente por António de Moraes e Silva. Lisboa: Typographia de M. P. de Lacerda, 3ª edição, 1823.

Dicionário de História Religiosa de Portugal. Direção de Carlos Moreira de Azevedo. Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000.

Dicionário de Relações Internacionais. São Paulo/Barueri: Manole, 2010.

Dictionnaire du Moyen Âge. Histoire et Société. Paris: Albin Michel, 1998.

FERNANDES, Ivo Xavier. *Topónimos e Gentílicos*. Porto: editora Educação Nacional, 1941.

GAUVARD, Claude, LIBERA, Alain de & ZINK, Michel. *Dictionnaire du Moyen Âge*. Paris: Quadrige/PUF, 3ª ed. 2009.

Houaiss. Dicionário da Língua portuguesa. São Paulo: Objetiva, 2001.

LE GOFF, Jacques & SCHMITT, Jean-Claude. *Dicionário Temático do Ocidente Medieval*. Bauru, SP: EDUSC, 2v., 2006.

SERRÃO, Joel (dir.) *Dicionário de História de Portugal*. Porto: Figueirinhas, 1963-1971.

Estudos

ABELÉS, Marc. *Anthropologie de l'état*. Paris: Armand Colin, 1980.

ALBUQUERQUE, Ruy de & ALBUQUERQUE, Martim de. *História do Direito Português. 1140-1415*. Lisboa: Pedro Ferreira, 2004.

ALMEIDA, Fortunato de. *História da Igreja em Portugal*. Porto: Portucalense editora, 1967.

ALONSO, Carlos. Agostinhos. In: *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. Lisboa: Círculo de leitores, Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa, 2000, p.27-32.

ARAÚJO, Julieta. *Os Dominicanos na Expansão Portuguesa. Séculos XV e XVI*. Lisboa: Colibri, 2009.

_____. *Portugal e Castela na Idade Média*. Lisboa: Edições Colibri, 2009.

ARAÚJO, Renata. *Lisboa: a cidade e o espetáculo na época dos Descobrimentos*. Lisboa: Livros Horizonte, 1990.

ATANÁZIO, Manuel Cardoso Mendes. *A arte em Florença no século XV e a Capela do cardeal de Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1983.

AUTRAND, Françoise. Ambassade. In: GAUVARD, Claude, LIBERA, Alain de & ZINK, Michel. *Dictionnaire du Moyen Âge*. Paris: Quadrige/PUF, 3^a ed. 2009, p.48-49.

_____. L'écrit et l'oral dans les négociations diplomatiques entre France et Angleterre. XIV^e et XV^e siècle. In: MALLOL, María Teresa Ferrer, MOEGLIN, Jean-Marie, PÉQUIGNOT, Stéphane, & MARTÍNEZ, Manuel Sánchez (Eds.). *Negociar em la Edad Media/Négociar au Moyen Âge*. Barcelona: CSIC, 2005, p.303-319.

_____. The Peacemakers and the State: Pontifical Diplomacy and the Anglo-French Conflict in the Fourteenth Century. In: CONTAMINE, Philippe (Ed.). *War and Competition between States*. New York: Oxford University Press, 2000, p.249-277.

AUTRAND, Françoise & CONTAMINE, Philippe. Naissance de la France: naissance de sa diplomatie. Le Moyen Âge. In: *Histoire de la diplomatie française. I. Du Moyen Âge à l'Empire*. Paris: Perrin, 2005, p.39-177.

AZEVEDO, João Lúcio de. *Épocas de Portugal Económico. Esboço de História*. Lisboa: Clássica editora, 4^a edição, 1988.

BARBOSA, Pedro Gomes. "...e todos os desa cidade façaaes solene proçisom..." Festas sagradas e festas profanas na Lisboa medieval: uma breve panorâmica. In: VALE, Teresa Leonor, FERREIRA, Maria João Pacheco & FERREIRA, Sílvia (coord.). *Lisboa e a Festa. Celebrações religiosas e Civis na cidade medieval e moderna*. Actas do Colóquio de História e História da Arte. Lisboa, 2009.

BARROS, Amândio Jorge Morais de. Barcos e Gentes do mar do Porto (séculos XIV-XVI). In: *Revista da Faculdade de Letras – História*, II, vol. 14, 1997, p.167-230.

BARROS, Henrique da Gama. *História da Administração Pública em Portugal nos séculos XII a XV*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1885.

BECEIRO PITA, Isabel. La importancia de la cultura en las relaciones peninsulares (siglo XV). In: *Anuario de Estudios Medievales*, vol. 29, 1999, p.79-104.

BÉLY, Lucien. *L'art de la paix en Europe. Naissance de la diplomatie moderne. XVIe-XVIIIe siècle*. Paris: PUF, 2007.

_____. Conclusion. In: CLAUZEL, Denis; GIRY-DELOISON, Charles & LEDUC, Christophe. *Arras et la diplomatie européenne XVe-XVIe siècles*. Arras: Artois Presses Université, 1999, p. 299-306.

_____. Les relations internationales. In: SIRINELLI, Jean-François, CAUCHY, Pascal & GAUVARD, Claude. *Les historiens français à l'oeuvre. 1995-2010*. Paris: PUF, 2010, p. 261-275.

BERRIEL, Marcelo Santiago. *Cristão e Súdito. Representação Social Franciscana e Poder Régio em Portugal (1383-1450)*. Niterói: Universidade Federal Fluminense, Tese de Doutorado, 2007.

BILLORÉ, Maïté & SORIA, Myriam (dir.). *La Rumeur au Moyen Âge. Du mépris à la manipulation. Ve-XVe siècle*. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2011.

BLOCH, Marc. *A Sociedade Feudal*. Lisboa: Edições 70, 1998.

BLOCKMANS, Wim & HOPPENBROUWERS, Peter. *Introdução à Europa Medieval. 300-1550*. Rio de Janeiro: Forense, 2012.

BLOCKMANS, Wim, GENET, Jean-Philippe & MUHLBERG, Christoph. The Origin of the Modern State. Additional activity of the European Science Foundation. In: *L'État Moderne: Genèse. Bilans et perspectives*. Paris: CNRS, 1990, p.285-304.

BOBBIO, Norberto. Elites. In: BOBBIO, Norberto, MATTEUCCI, Nicola & PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 13ª edição, 2009, v.1, p.385-391.

BOEUSCU, Ana Isabel. *Na Corte dos Reis de Portugal. Saberes, Ritos e Memórias. Estudos sobre o século XVI*. Lisboa: Colibri, 2010.

BORLIDO, Armando Carvalho. *A Chancelaria e os seus oficiais em 1463*. Dissertação de Mestrado. Porto: Universidade do Porto, 1996.

BOUREAU, Alain. Ritualité politique et modernité monarchique. In: BULST, Neithard, DESCIMON, Robert & GUERREAU, Alain (dir.). *L'État ou le Roi. Les fondations de la modernité monarchique en France (XIVe-XVIIe siècles)*. Paris: Éditions de la Maison des sciences de l'homme, 1996, p.9-25.

BRANCO, Maria João & FARELO, Mario. Diplomatic Relations: Portugal and the Others. In: *The Historiography of medieval Portugal, c.1950-2010*. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais, 2011, p.231-260.

BRITO, Isabel Carla Moreira de. *A burocracia régia tardo-afonsina. A Administração central e os seus oficiais em 1476*. Dissertação de mestrado. Porto: Universidade do Porto, 2001.

BRITO, Pedro de. “Verflechtung” – Um método para a pesquisa, exposição e análise de grupos dominantes. In: *Penélope*. N.º 9/10, 1993, p.231-241.

BROWN, Chris & AINLEY, KIRSTEN. *Compreender as Relações Internacionais*. Lisboa: Gradiva, 2012.

BULST, Neithard. Objet et méthode de la prosopographie. In: *L'État moderne et les élites (XIIIe-XVIIIe siècles): apports et limites de la méthode prosopographique*. Paris: Publications de la Sorbonne, 1996, p.467-482.

BURKE, Peter. *A Fabricação do Rei. A construção da imagem pública de Luís XIV*. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

CAETANO, Pedro Nunes Pereira. *A Burocracia Régia como veículo para a titulação nobiliárquica. O caso do doutor João Fernandes da Silveira*. Porto: Universidade do Porto, Dissertação de Mestrado, 2011.

CANTO, Ernesto do. *Os Côrtes-Reais: memória histórica acompanhada de muitos documentos inéditos*. Ponte Delgada: Tipografia do Archivo dos Açores, 1883.

CAPAS, Hugo Alexandre. *A Chancelaria Régia e os seus oficiais no ano de 1469*. Dissertação de mestrado. Porto: Universidade do Porto, 2001.

CARVALHO, António Eduardo Teixeira de. *A Chancelaria Régia e os seus oficiais em 1468*. Porto, 2002.

CHAPLAIS, Pierre. *English Diplomatic Practice in Middle Ages*. London & New York: Hambledon and London, 2003.

CHAUSSINAND-NOGARET, Guy. Elites. In: BURGUIÈRE, André. *Dicionário das Ciências Históricas*. Rio de Janeiro: Imago, 1993.

CLAUZEL, Denis; GIRY-DELOISON, Charles & LEDUC, Christophe. *Arras et la diplomatie européenne XVe-XVIe siècles*. Arras: Artois Presses Université, 1999.

COELHO, Maria Helena da Cruz. Clivagens e Equilíbrios da Sociedade Portuguesa Quatrocentista. In: *Tempo*, Rio de Janeiro, Vol. 3, nº5, 1998, p.121-145.

_____. *D. João I*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2008.

_____. A festa – a convivialidade. In: MATTOSO, José (dir.) & SOUSA, Bernardo Vasconcelos e (coord.). *História da Vida Privada em Portugal. A Idade Média*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2010, p. 144-169.

_____. O Final da Idade Média. In: TENGARRINHA, José (org.). *História de Portugal*. São Paulo: Edusc, 2000, p.43-73.

_____. A política matrimonial da dinastia de Avis: Leonor e Frederico III da Alemanha. In: *Revista Português de História*. Tomo XXXVI (2002-2003), vol.1, p.41-70.

_____. *Les relations du Savoir et du Pouvoir dans le Portugal medieval (XIVe-XVe siècles)*. Separata de: Europa und die Welt in der Geschichte: Festschrift zum 60, 2004. <http://www.uc.pt/chsc/recursos/mhcc1.pdf>

COELHO, Maria Helena da Cruz e HOMEM, Armando Luis de Carvalho (Coord). *A Gênese do Estado Moderno no Portugal do Tardo-Medieval* (século XIII-XV). Lisboa: UAL, 1999.

_____. Origines et évolution du registre de la chancellerie royale portugaise (XIIIe-XVe siècle). In: *Revista da Faculdade de Letras*, 12, Porto, 1995, p.47-74.

CONTAMINE, Philippe. Le moyen âge a-t-il connu des “serviteurs de l’État”. In: *Les serviteurs de l’État au Moyen Âge*. Paris: Publications de la Sorbonne, 1999, p.9-20.

_____. (Ed.). *War and Competition between States*. New York: Oxford University Press, 2000.

COSTA, António Domingues da. Introdução. In: *Monumenta Portugalia Vaticana*. Roma-Porto: Editorial Franciscana, 1968.

COSTA, Avelino de Jesus da. A Chancelaria Real portuguesa e os seus registros, de 1217 a 1438. In: *Revista da Faculdade de Letras – História*, Porto, II série, V.13, 1996, p.71-101.

Culture et Idéologie dans la Genèse de l’État moderne. Paris: École Française de Rome, 1985.

CUNHA, Mafalda Soares da. *Linhagem, Parentesco e Poder. A Casa de Bragança (1384-1483)*. Lisboa: Fundação da Casa de Bragança, 1990.

CURTO, Diogo Ramada. A cultura política. In: MAGALHÃES, Joaquim Romero. *No Alvorecer da Modernidade*. História de Portugal, vol.3, direção de José Mattoso. Lisboa: Estampa, 1997.

CUTTINO, George Peddy. *English Diplomatic Administration (1259-1339)*. Oxford: Clarendon Press, 1971.

- DELACROIX, Christian, DOSSE, François & GARCIA, Patrick. *Correntes historiográficas na França, séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: FGV, 2012.
- DIAS, João Alves (org). *Portugal do Renascimento à Crise dinástica*. Lisboa: Presença, 1999.
- DIAS DINIS, António Joaquim. *Dois embaixadores de el-Rei D. Afonso V*. Cadernos Históricos 1. Braga: Editora Franciscana, 1955.
- DUARTE, Luís Miguel. *D. Duarte*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2007.
- _____. *Justiça e Criminalidade no Portugal medievo (1459-1481)*. Porto: Universidade do Porto, Dissertação de Doutoramento, 1993, 3v.
- _____. The Portuguese Medieval Parliament: Are We Asking the Right Questions? In: *e-JPH*, vol.1, nº 2, winter 2003, p.1-12.
- DURÃO, Maria Manuela. *1471 – Um ano africano no desembarco de D. Afonso V*. Dissertação de mestrado. Porto: Universidade do Porto, 2002.
- Etat et Église dans la genèse de l'Etat moderne*. Madrid: Casa de Velázquez, 1986.
- État moderne et les élites XIIIe-XVIIIe siècles. Apports et limites de la méthode prosopographique*. Paris: Publication de la Sorbonne, 1996.
- FALCON, Francisco. História e Poder. In: CARDOSO, Ciro Flamarion & VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da História. Ensaios de Teoria e Metodologia*. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997, p.61-89.
- FARIA, Tiago Viúla de. Comunicação visual e relações externas: abordagens a partir do caso anglo-português. In: SEIXAS, Miguel Metelo de & Rosa, Maria de Lurdes (coord.). *Estudos de Heráldica medieval*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 2012, p.209-222.
- FARO, Jorge. *Receitas e despesas da fazenda real de 1384 a 1481 (subsídios documentais)*. Lisboa: Publicações do Centro de Estudos Económicos, 1965.
- FEBVRE, Lucien. Contra a história diplomática em si. História ou Política? Duas reflexões: 1930, 1945. In: *Combates pela História*. Lisboa: Presença, 1989, p.67-74.
- FERNANDES, Fátima Regina. FERNANDES, Fátima Regina. As crônicas e as Chancelarias régias: a natureza e os problemas de aplicação das fontes medievais portuguesas. In: *Revista Ágora*, Vitória, n.º16, 2012, pp.77-94.
- _____. A metodologia prosopográfica aplicada às fontes medievais: reflexões estruturais. In: *História da historiografia*. Ouro Preto, n.º8, 2012, p.11-21.
- FONSECA, Luís Adão da. Alguns aspectos das relações diplomáticas entre Portugal e Castela em meados do século XV (1449-1456). In: *Revista da Faculdade de Letras, História*. I Série, vol. 3, 1972, p.51-112. Disponível em: <http://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/8551>
- _____. *O Condestável D. Pedro de Portugal*. Porto: Instituto de Investigação Científica, Centro de História da Universidade do Porto, 1982.
- _____. *Os Descobrimentos e a formação do oceano atlântico. Século XIV-Século XVI*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1999.

- _____. *D. João II*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2005.
- FONTES, João Luís Inglês. Cruzada e Expansão: A Bula *Sane Charissimus*. In: *Lusitania Sacra*. Lisboa, 2ª S. 7 (1995).
- FREITAS, Judite A. Gonçalves de. Les chemins de l'histoire du pouvoir dans le médiévisme portugais (ca 1970- ca 2000). In: *Bulletin du centre d'études médiévales d'Auxerre*, 8, 2004.
- _____. *O Estado em Portugal. (Séculos XII-XVI). Modernidades medievais*. Lisboa: Atêtheia, 2012.
- FRÓES, Vânia Leite. As viagens como forma de conhecimento e apreensão do espaço – em torno do Livro de Arautos (século XV). In: *Viagens e viajantes, almocreves, bandeirantes, tropeiros e navegantes*. III Colóquio Luso-brasileiro. Niterói: UFF, 1998, p.37-45.
- _____. Le Cardinal du Portugal: Célébration de la vie et mémoire de la mort à Florence au Quattrocento. In: *A Igreja e o clero português no contexto europeu*. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa, Universidade Católica Portuguesa, 2005, p.262-264.
- _____. Teatro como missão e espaço de encontro de culturas: estudo comparativo entre o teatro português e brasileiro do século XVI. In: *Separata do Congresso Internacional de História. Missionaçã Portuguesa e Encontro de Culturas*. Vol. III, Igreja, Sociedade e Missionaçã. Braga, 1993.
- GAMA, Arnaldo. *A última dona de S. Nicolau. Episódio da história do Porto no século XV*. Lisboa: Livraria Editora, 2ª edição, 1899.
- GANSHOF, François. Le Moyen Age. In: RENOUVIN, Pierre (dir.). *Histoire des Relations Internationales*. Tome I. Paris: Librairie Hachette, 1953.
- _____. *Que é o feudalismo?* Lisboa: Publicações Europa-América, 1976.
- GAUVARD, Claude. Féodalité Bâtarde. In: GAUVARD, Claude, LIBERA, Alain de & ZINK, Michel. *Dictionnaire du Moyen Âge*. Paris: Quadrige/PUF, 3ª ed. 2009, p.523.
- Genèse de l'État moderne. Prélèvement et Redistribution*. Paris: CNRS, 1987.
- GENET, Jean-Philippe. Estado. In: LE GOFF, Jacques & SCHMITT, Jean-Claude. *Dicionário Temático do Ocidente Medieval*. Bauru, SP: EDUSC, 2006, v.1, p. 397-409.
- _____. *La gènese de l'État moderne. Culture et société politique en Angleterre*. Paris: Puf, 2003.
- _____. La Genèse de l'État Moderne. Les enjeux d'un programme de recherche. In: *Actes de la recherche en sciences sociales*. Année 1997, Volume 118, Numéro 1, p. 3-18. Disponível em <http://www.persee.fr>.
- _____. L'État moderne: un modèle opératoire? In: *L'État Moderne: Genèse. Bilans et perspectives*. Paris: CNRS, 1990, p.261-281.
- _____. Négociar: vers la constitution de normes. In: MALLOL, María Teresa Ferrer et al (eds.). *Negociar en la Edad Media*. Barcelona: CSIC, 2005, p.571-590.
- GOMES, Rita Costa. Cerimônias da realeza nos fins da Idade Média. A propósito de um livro recente. In: *Portugal e a Partilha do Mundo*, 1994, p.129-136.

_____. Le conseil royal au Portugal (1400-1520). In: MICHON, Cédric (dir.). *Conseils et Conseillers dans l'Europe de la Renaissance v.1450-v.1550*. Rennes: Publications Universitaires de Rennes, 2012, p.147-174.

_____. *A Corte dos Reis de Portugal no final da Idade Média*. Lisboa: Difel, 1995.

_____. A Realeza: símbolos e cerimônias. In: COELHO, Maria Helena da Cruz & HOMEM, Armando Luís de Carvalho (coord.). *A Gênese do Estado moderno no Portugal tardo-medieval (séculos XIII-XV)*. Lisboa: UAL, 1999, p.201-213.

GOMES, Saul António. *D. Afonso V*. Lisboa: Círculo de Leitores, temas e debates, 2009.

_____. Os dominicanos e a cultura em tempos medievais: o caso português. In: *Biblos. Revista da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra*. VII, 2009, p.261-294.

GONÇALVES, Iria. *Pedidos e empréstimos públicos em Portugal durante a Idade Média*. Lisboa: Ministério das finanças, 1964.

GONÇALVES, Williams. *Relações Internacionais*. Rio de Janeiro: JZH, 2008.

GRINBERG, Martine. Fête. In: GAUVARD, Claude, LIBERA, Alain de & ZINK, Michel. *Dictionnaire du Moyen Âge*. Paris: Quadrige/PUF, 3^a ed. 2009, p.525-526.

GUENÉE, Bernard. Corte. In: *Dicionário Temático do Ocidente Medieval*. São Paulo: EDUSC, 2006, vol.1, p.269-281.

_____. *O Ocidente nos séculos XIV e XV – Os Estados*. São Paulo: Pioneira, Editora da Universidade de São Paulo, 1981.

GUIMARÃES, Marcella Lopes. Crônica de um gênero histórico. In: *Revista Diálogos Mediterrânicos*. Número 2, maio 2012, pp.67-78.

GUYOTJEANNIN, Olivier, PYCKE, Jacques & TOCK, Benoît-Michael. *Diplomatique médiévale*. Paris: Brepols, 2006.

HEERS, Jacques. *Festas de loucos e carnavais*. Lisboa: Dom Quixote, 1987.

HEINZ, Flávio (Org.). *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2006.

HESPANHA, António Manuel. *As Vésperas do Leviathan. Instituições e Poder Político. Portugal-séc. XVII*. Coimbra: Almedina, 1994.

_____. *História das Instituições. Épocas medieval e moderna*. Coimbra: Almedina, 1982.

_____. *Poder e Instituições na Europa do Antigo Regime*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984.

HESPANHA, António Manuel & HOMEM, Armando Luís de Carvalho. O Estado moderno na recente historiografia portuguesa: historiadores do Direito e historiadores “tout court”. In: COELHO, Maria Helena da Cruz & HOMEM, Armando Luís de Carvalho (coord.). *A Gênese do Estado moderno no Portugal tardo-medieval (séculos XIII-XV)*. *Idem*, p.53-76.

HOMEM, Armando Luís de Carvalho. Conselho Real ou Conselheiros do Rei? A propósito dos “privados” de D. João I. In: *Portugal nos finais da Idade Média: Estado, Instituições, Sociedade Política*. Lisboa: Livros Horizonte, 1990.

_____. Diplomacia e Diplomatas nos Finais da Idade Média. A propósito de Lourenço Anes Fogaça, Chanceler-mor (1374-99) e negociador do Tratado de Windsor. In: *Actas do Colóquio comemorativo do VI Centenário do Tratado de Windsor*. Porto: Universidade do Porto, 1988, p.221-240.

_____. Gama Barros, historiador das instituições administrativas. In: *Portugal nos finais da Idade Média: Estado, Instituições, Sociedade Política*. Lisboa: Livros Horizonte, 1990 [1985], p.35-47.

_____. Prosopographie et Histoire de L'État. Le bureaucratie des rois portugais aux XIVe et XVe siècles: recherches faites, recherches a faire. In: *L'État moderne et les élites (XIIIe-XVIIIe siècles): apports et limites de la méthode prosopographique*. Paris: Publications de la Sorbonne, 1996.

_____. A sociedade política joanina (1383-1433): para uma visão de conjunto. In: *En la España Medieval*, Nº 12, 1989.

_____. *O Desembargo régio (1320-1433)*. Porto: INIC, 1990.

HOMEM, Armando Luís de Carvalho & FREITAS, Judite A. Gonçalves de. A prosopografia dos burocratas régios (séculos XIII-XV): Da elaboração à exposição dos dados. In: BARATA, Filipe Themudo (ed.). *Elites e Redes clientelares na Idade Média. Problemas metodológicos*. Lisboa: Colibri, 2001, p.171-210.

Information et société en Occident à la fin du Moyen Âge. Actes du colloque international tenu à l'Université du Québec à Montreal et à l'Université d'Ottawa 2002. Paris: Publications de la Sorbonee, 2004.

JACOB, Robert. Rituel. In: GAUVARD, Claude, LIBERA, Alain de & ZINK, Michel (dir.). *Dictionnaire du Moyen Âge*. Paris: PUF, 2009, p.1220.

JACQUOT, Jean. La fête princière. In: *Histoire des Spectacles*. Encyclopédie de la Pléiade. Paris: Gallimard, 1965, p.211-237.

JOSÉ, Maria & FARO, Jorge. Embaixadas enviadas pelos reis de Portugal de 1415 a 1473. Subsídios documentais. In: *Actas do Congresso Internacional de História dos Descobrimientos*. Lisboa, 1961, Vol. III, p.249-270.

La circulation de nouvelles au Moyen Âge. XXIVe congrès de la SHMESP Avignon 1993. Paris: Publications de la Sorbonne, 1994.

LADERO QUESADA, Miguel Ángel. *La España de los Reys Católicos*. Madrid: Alianza, 2014.

_____. Guerra y paz: teoría y práctica en Europa occidental. 1280-1480. *Guerra y Diplomacia en la Europa Occidental. 1280-1480*. XXXI Semana de Estudios Medievales. Navarra: Gobierno de Navarra, 2005, p.21-68.

_____. Historia institucional y política de la Península Ibérica en la Edad Media (La investigación en la década de los 90. In: *En la España Medieval*, 2000, 23, pp.441-481.

_____. *Las fiestas en la cultura medieval*. Barcelona: Areté, 2004.

Las élites del poder y la construcción del Estado. México: Fondo de Cultura Económica, 1997.

L'État Moderne: Genèse. Bilans et perspectives. Paris: CNRS, 1990.

LE GOFF, Jacques. *A Civilização do Ocidente Medieval*. Lisboa: Estampa, 1984, vol.2.

_____. A Universidade e os poderes públicos durante a Idade Média e o Renascimento. In: *Para um novo conceito de Idade Média. Tempo, Trabalho e cultura no Ocidente*. Lisboa: Estampa, 1990.

Les serviteurs de l'État au Moyen Âge. Paris: Publications de la Sorbonne, 1999.

LIMA, Douglas Mota Xavier de. *O infante D. Pedro e as Alianças Externas de Portugal (1425-1449)*. Niterói: Universidade Federal Fluminense, Dissertação de Mestrado, 2012.

LIMA, D. Luiz Caetano de. *Geografia Histórica de todos os Estados Soberanos de Europa*. Lisboa: Oficina de Joseph António da Silva, 1734, Tomo I.

LOPES, Pedro Esmeraldo Catarino. A visão do *Outro* nas *Cartas de Itália* de Lopo de Almeida. In: *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, 11, 2011, p.117-140.

LUSIGNAN, Serge. Le choix de la langue d'écriture des actes administratifs en France. Communiquer et affirmer son identité. In: *Information et Société en Occident à la fin du Moyen Âge*. Paris: Publications de la Sorbonne, 2004, p.187-201.

MAGALHÃES, Joaquim Romero. A Fazenda. In: *História de Portugal. No Alvorecer da modernidade (1480-1620)*. Lisboa: Estampa, 1997, p. 89-102.

MALLOL, María Teresa Ferrer, MOEGLIN, Jean-Marie, PÉQUIGNOT, Stéphane & MARTÍNEZ, Manuel Sánchez (Eds.). *Negociar en la Edad Media/Négociier au Moyen Âge*. Actas del Coloquio celebrado en Barcelona en 2004. Consejo Superior de Investigaciones Científicas, Institución Milá y Fontanals, Departamento de Estudios Medievales de Barcelona, 2005.

MALTEZ, José Adelino. O Estado e as Instituições. In: DIAS, João José Alves (Coord.). *Portugal do Renascimento à Crise Dinástica*. Lisboa: Estampa, 1998, p.337-412.

MANNONI, Stefano. Relaciones Internacionales. In: *El Estado Moderno en Europa. Instituciones y derecho*. Roma: Editorial Trota, 2002, p.197-217.

MARQUES, A. H. de Oliveira. Estado, fronteiras e relações exteriores. In: COELHO, Maria Helena da Cruz e HOMEM, Armando Luis de Carvalho (Coord). *A Gênese do Estado Moderno no Portugal do Tardo-Medieval* (século XIII-XV). Lisboa: UAL, 1999, p.189-197.

_____. As finanças. In: DIAS, João José Alves (coord.). *Portugal, do Renascimento à crise dinástica*. Lisboa: Presença, 1998, p.249-276.

_____. *Guia do Estudante de História Medieval Portuguesa*. Lisboa: Estampa, 1988.

_____. O Portugal do tempo do Infante D. Pedro visto por estrangeiros (A embaixada borguinhã de 1428-29). In: *Biblos. Revista da Faculdade de Letras*. Actas do Congresso Comemorativo do VI Centenário do Infante D. Pedro. Vol. LXIX, 1993, p.59-78.

_____. *Portugal na crise dos séculos XIV e XV*. Lisboa: Presença, 1986.

MARQUES, João Francisco. Franciscanos e Dominicanos Confessores dos Reis Portugueses das duas primeiras dinásticas. Espiritualidade e Política. *Revista da Faculdade de Letras – Línguas e Literatura*, Anexo V, Espiritualidade e Corte em Portugal, séc. XVI-XVIII, Porto, 1993, p.53-60.

MARTINS, Armando. Diplomacia e gestos diplomáticos no reinado de D. Fernando (1367-1383). In: *Raízes medievais do Brasil moderno*. Lisboa: Academia Portuguesa de História, 2008, p.137-154.

MARTINS, Estevão de Rezende. História das relações internacionais. In: CARDOSO, Ciro Flamarion & VAINFAS, Ronaldo (Org.). *Novos Domínios da História*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012, p.73-94.

MARTINS, Oliveira. *Os Filhos de D. João I*. Porto: Livraria Chardron, 1901.

MATTÉONI, Olivier. Alliance. In: GAUVARD, Claude, LIBERA, Alain de & ZINK, Michel. *Dictionnaire du Moyen Âge*. Paris: Quadrige/PUF, 3^a ed. 2009, p.42-43.

MATTOSO, José. *A Identificação de um país. Ensaio sobre as origens de Portugal. 1096-1325. Volume II – composição*. Lisboa: Estampa, 1986.

MENDONÇA, Manuela. *D. Jorge da Costa. “Cardeal de Alpedrinha”*. Lisboa: Colibri, 1991.

_____. *Guerra luso-castelhana. Século XV*. Lisboa: Quidnovi, 2006.

_____. *As relações externas de Portugal em finais da Idade Média*. Lisboa: Colibri, 1994.

_____. *D. João II. Um percurso humano e político nas origens da modernidade em Portugal*. Estampa: Lisboa, 1991.

_____. Os regimentos de procissões do Corpus Christi no Portugal Medieval. In: MACEDO, José Rivair (org.). *A Idade Média Portuguesa e o Brasil: reminiscências, transformações, ressignificações*. Porto Alegre: Vidrúguas, 2011, p.23-36.

MENDONÇA, Sônia Regina de & FONTES, Virgínia. História e teoria política. In: CARDOSO, Ciro Flamarion & VAINFAS, Ronaldo (Org.). *Novos domínios da História*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012, p.55-71.

MOEGLIN, Jean-Marie. Existe-t-il un ordre diplomatique médiéval? In: *Relations diplomatiques au Moyen Âge. Formes e enjeux*. Paris: Publications de la Sorbonne, 2011, p.304-317.

_____. Heurs et malheurs de la négociation du Moyen Âge à l'époque moderne. In: MALLOL, María Teresa Ferrer et al. (eds.). *Negociar en la Edad Media*. *Idem*, p.5-26.

MONTEIRO, Helena Maria. *A Chancelaria régia e os seus oficiais. (1464-1465)*. Dissertação de mestrado. Porto: Universidade do Porto, 1997.

MOREIRA, Adriano. *Teoria das Relações Internacionais*. Coimbra: Almedina, 4^a edição, 2008.

MOREIRA, Felipe Kern. Não fale da Paz de Vestifália! In: *Meridiano 47*, vol. 13, n.129, jan-fev. 2012, p.3-9.

MORENO, Humberto Carlos Baquero. *A Batalha de Alfarrobeira. Antecedentes e significado histórico*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1979, 2v.

_____. Estado, Nobreza e Senhorios. In: COELHO, Maria Helena da Cruz & HOMEM, Armando Luís de Carvalho. *A Gênese do Estado Moderno no Portugal Tardo-medieval*. Lisboa: Universidade Autónoma de Lisboa, 1999, p.257-267.

_____. O papel da diplomacia no Tratado de Tordesilhas. In: *Revista da Faculdade de Letras*. Porto: Universidade do Porto, 1995, p.135-150. Disponível em: <http://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/7845>

_____. Portugal: do Mediterrâneo ao Atlântico no século XV. In: *Revista da Faculdade de Letras*. História, Porto, s/d, p.211-231.

_____. Um grande diplomata português do século XV: o Doutor João Fernandes da Silveira. Separata de *A Diplomacia na História de Portugal*. Lisboa: Academia Portuguesa de História, 1990, pp. 93-103.

MORENO, Humberto Carlos Baquero, DUARTE, Luís Miguel & AMARAL, Luís Carlos. História da Administração portuguesa na Idade Média. Um balanço. In: *Ler História*, 21, 1991, p.87-98.

MUNIZ, Márcio Ricardo Coelho. Espelho de Conselheiros: um possível gênero da literatura política ibérica. In: *Floema. Caderno de Teoria e História Literária*, n.2, 2005, p.101-134.

NADOT, Sébastien. *Le Spectacle des joutes. Sport et courtoisie à la fin du Moyen Âge*. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2012.

NASCIMENTO, Aires Augusto. Introdução. In: *Livro de Arautos*. Lisboa: 1977.

_____. Vasco Fernandes de Lucena. In: *Dicionário da Literatura Medieval Galega e Portuguesa*. Organização e coordenação de Giulia Lanciani e Giuseppe Tavani. Lisboa: Editora Caminho, 2ª edição, 1993, p.647-648.

NIETO SORIA, José Manuel. *Cerimonias de la realeza. Propaganda y legitimación en la Castilla Trastámara*. Madrid: Nerea, 1993.

_____. *Iglesia y génesis del Estado Moderno en Castilla (1369-1480)*. Madrid: Editorial Complutense, 1993.

NOGUEIRA, João Pontes & MESSARI, Nizar. *Teoria das Relações Internacionais: correntes e debates*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

NORTE, Armando. Lentos, escolares e letrados: das origens do Estudo Geral ao final do século XV. In: FERNANDES, Hermenegildo (coord). *A Universidade medieval em Lisboa. Séculos XIII-XVI*. Lisboa: Tinta da China, 2013, p.89-148.

OCHOA BRUN, Miguel Ángel. *Historia de la Diplomacia Española*. Madrid: Biblioteca Diplomática Española, 1993, v.3.

_____. Los usos diplomáticos en la época del Tratado de Tordesillas. In: GARCÍA, Luís António Ribot et al (coord.). *El Tratado de Tordesillas y su época*. Salamanca: Junta de Castilla y León, Vol.2, 1995, p.801-824.

OFFENSTADT, Nicolas. Cérémonie. In: GAUVARD, Claude, LIBERA, Alain de & ZINK, Michel (dir.). *Dictionnaire du Moyen Âge*. Paris: PUF, 2009, p.240.

_____. *Faire la paix au Moyen Âge. Discours et gestes de paix pendant la guerre de Cent Ans*. Paris: Odile Jacob, 2007.

_____. Le rite et l'histoire. Remarques introductives. *Hypothèses*, 1, 1997, p.7-14.

OSTELLINO, Piero. Diplomacia. In: BOBBIO, Norberto, MATTEUCCI, Nicola & PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. Brasília: Editora UnB, 13ª edição, 2009, Vol. 1, p.348-349.

PALENZUELA, Vicente Ángel Álvarez. *La situación europea en época del Concilio de Basilea. Informa de la delegación del reino de Castilla*. León: Centro de Estudios e Investigación San Isidoro, Archivo Histórico Diocesano, 1992.

PAVIOT, Jacques. *Portugal et Bourgogne au XVe siècle (1384-1482). Recueil de documents extraits des archives bourguignonnes*. Lisbonne-Paris: Centre Culturel Calouste Gulbenkian, Commission Nationale pour les Commémorations des Découvertes Portugaises, 1995.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. *Introdução às Relações Internacionais. Temas, atores e visões*. Rio de Janeiro/Petrópolis: Vozes, 2004.

PEIRANO, Mariza. *A análise antropológica de rituais*. Brasília: UNB, 2000.

PÉQUIGNOT, Stéphane. *Au nom du Roi. Pratique diplomatique et pouvoir durant le règne de Jacques II d'Aragon (1291-1327)*. Madrid: Casa de Velázquez, 2009.

_____. Enantar a tractar: l'entrée en négociation comme objet d'histoire. L'exemple de la diplomatie de Jacques II d'Aragon (1291-1327). In: MALLOL, María Teresa Ferrer et al. (eds.). *Negociar en la Edad Media. Idem*, p.265-301.

_____. Enregistrer, Ordenner et Contrôler: les documents diplomatiques dans les *Registra Secreta* de Jacques II d'Aragon. In: *Anuario de Estudios Medievales*. 32/1, 2002, p.431-479.

_____. Les diplomaties occidentales, XIIIe-XVe siècle. In: *Relations diplomatiques au Moyen Âge. Formes e enjeux*. Paris: Publications de la Sorbonne, 2011, p.47-66.

PESET, Mariano. Clérigos y universidades en la Baja Edad Media castellanoleonesa. In: *État et Église dans la Genèse de l'État moderne*. Madrid: Casa de Velazquez, 1986, p.63-72.

PISTONE, Sergio. Relações Internacionais. BOBBIO, Norberto, MATTEUCCI, Nicola & PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. Brasília: Editora da UnB, 2009, Vol. 2, p.1089-1099.

PIZARRO, José Augusto de Sotto Mayor. *Linhagens Medievais Portuguesas. Genealogias e Estratégias (1279-1325)*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, dissertação de doutoramento, 1997, Vol. II.

Prosographie et Genèse de l'État Moderne. Paris: CNRS, 1986.

QUELLER, Donald E. *The Office of Ambassador in the Middle Ages*. Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 1967.

RAMOS, Manuel. O impacto de Alfarrobeira nas relações com o ducado da Borgonha. In: *História, Revista da FLUP*, IV série, Volume 5, 2015, p.23-36.

RAU, Virgínia. *A Casa dos Contos*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1951.

_____. Relações diplomáticas de Portugal durante o reinado de D. Afonso V. *Estudos de história medieval*. Lisboa: Presença, 1986, p.66-80.

REINHARD, Wolfgang. Introducción: Las élites del poder, los funcionarios del Estado, las clases gobernantes y el crecimiento del poder del Estado. In: *Las élites del poder y la construcción del Estado*. México: Fondo de Cultura Económica, 1997, p.15-35.

_____(org.). *Las élites del poder y la construcción del Estado*. México: Fondo de Cultura Económica, 1997.

Relations diplomatiques au Moyen Âge. Formes e enjeux. Paris: Publications de la Sorbonne, 2011.

RICHARD, Jean. Croisades. In: *Dictionnaire du Moyen Âge. Histoire et Société*. Paris: Albin Michel, 1998, p.279.

RYDDER-SYMOENS, Hilde de. Capacitación y Profesionalización. In: REINHARD, Wolfgang (org.). *Las Élités del Poder y la construcción del Estado*. México: Fondo de Cultura Económica, 1997, p.191-218.

RINCÓN, David Nogales. La cultura del pacto en las relaciones diplomáticas lusocastellanas durante el período Trastámara (1369-1504). In: *En la España medieval*. Vol.35, 2012, p.121-144.

RODRÍGUEZ, Manuel Rivero. *Diplomacia y relaciones exteriores en la Edad moderna – 1453-1794*. Madrid: Alianza Editorial, 2011.

ROSENBERGER, Bernard. La croisade africaine et le pouvoir au Portugal au XVe siècle. In: *Gènese de l'État moderne en Méditerranée. Approches historique et anthropologique des pratiques des représentations*. Rome: École Française de Rome, 1993, p.329-348.

RUANO, Eloy Benito. *Los Infantes de Aragón*. Madrid: Real Academia de Historia, 2ª edición refundida, 2002.

RUCQUOI, Adeline. *História Medieval da Península Ibérica*. Lisboa: Estampa, 1995.

RUIZ, Teófilo F. Fiestas, Torneos y Símbolos de realeza en la Castilla del siglo XV. Las fiestas de Valladolid de 1428. In: RUCQUOI, Adeline (Coord.). *Realidad e Imágenes del poder. España a fines de la Edad Media*. Valladolid: Ambito ediciones, 1988, p.249-265.

SANI, Giacomo. Propaganda. In: BOBBIO, Norberto et al. *Dicionário de Política*. *Idem*, Vol.2, p.1018-1021.

SANTARÉM, Visconde de. *Memorias Chronologicas authenticas dos Alcaides-mores da Villa de Santarém, desde o princípio da Monarquia até o presente*. Lisboa: Typographia de R. J. de Carvalho, 1825.

_____. *Quadro Elementar das Relações Políticas e Diplomáticas de Portugal com as diversas potências do mundo desde o principio da Monarchia portugueza até os nossos dias*. Paris: J. P. Aillaud, 1842-1853, vol. I-VIII, Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias, 1864-1876, vol. IX-XVIII (continuados por Luís Augusto Rebelo da Silva).

SANTOS, Marco Sousa. Duas Capelas laterais medievais do convento de S. Francisco de Távira. In: *Medievalista* [Em linha]. Nº10, (Julho 2011). Direc. José Mattoso. Lisboa: IEM. Disponível em: <http://www2.fcsh.unl.pt/iem/medievalista/> acesso em: 11/12/2014.

SANTOS, Maria Alice Pereira dos. A diplomacia no reinado de D. João I – breve reflexão sobre os oficiais de armas. In: SEIXAS, Miguel Metelo de & ROSA, Maria de Lurdes (coord.). *Estudos de Heráldica Medieval*. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais, 2012, p.199-207.

SARAIVA, António José. *O Crepúsculo da Idade Média Portuguesa*. Lisboa: Gradiva, 1995.

SCHMITT, Jean-Claude. *La raison des gestes dans l'occident médiéval*. Paris: Gallimard, 1990.

_____. *Le corps, les rites, les rêves, le temps. Essais d'anthropologie médiévale*. Paris: Gallimard, 2001.

_____. Problèmes religieux de la gènese de l'État moderne. In: *État et Gènese de l'État moderne*. Madrid: Bibliothéque de la Casa de Velazquez, 1986, p....

_____. Ritos. In: LE GOFF, Jacques & SCHMITT, Jean-Claude (coord.). *Dicionário Temático do Ocidente Medieval*. São Paulo/Bauru: EDUSC, 2006, Vol.2, p.415-428.

SEIXAS, Miguel Metelo de & Rosa, Maria de Lurdes (coord.). *Estudos de Heráldica medieval*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 2012.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *História de Portugal. Volume II. Formação do Estado Moderno (1415-1495)*. Lisboa: Verbo, 1979.

_____. *Relações históricas entre Portugal e a França. (1431-1481)*. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian. Centro Cultural Português, 1975.

SIMÕES, Manuel. Lopo d'Almeida. In: *Dicionário da Literatura Medieval Galega e Portuguesa*. Organização e coordenação de Giulia Lanciani e Giuseppe Tavani. Lisboa: Editora Caminho, 2ª edição, 1993.

SOMMÉ, Monique. *Isabelle de Portugal, duchesse de Bourgogne. Une femme au pouvoir au XVe siècle*. Villeneuve d'Ascq (Nord): Presses Universitaires du Septentrion, 1998.

SOUSA, Armindo de. *As Cortes Medievais portuguesas (1385-1490)*. Porto: INIC/Centro de História da Universidade do Porto, 1990.

_____. Realizações. In: MATTOSO, José (dir.). *História de Portugal. A Monarquia Feudal*. Lisboa: Estampa, 1993, p.483-547.

_____. Sociabilidade (Estruturas, grupos e motivações). In: MATTOSO, José & SOUSA, Armindo de. *História de Portugal. A Monarquia Feudal (1096-1480)*. Lisboa: Estampa, 1993, p.391-481.

SOUSA, Ivo Carneiro de. A fortuna de Fernão Álvares Baldaia: mercador, embaixador e cavaleiro do Porto. In: *Humanidades: revista trimestral da Associação de Estudantes da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, nº 3, Abril de 1983, p.42-72. Disponível em: <http://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/21901>

SOUSA, João Silva de. D. Leonor, “a triste rainha”. In: *Estudos em Homenagem ao professor Doutor José Marques*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2006, vol. II, p. 359-374.

SUÁREZ FERNÁNDEZ, Luís. *Nobleza y Monarquía. Entendimiento y Rivalidad. El proceso de la construcción de la corona española*. Madrid: La esfera de los libros, 2005.

_____. *Los Trastamaras de Castilla y Aragón en el siglo XV*. Tomo XV de la Historia de España dirigida por Menéndez Pidal. Madrid: Espasa-Caspe, 1964.

TALLON, Alain. *L'Europe au XVIe siècle. États et Relations Internationales*. Paris: PUF, 2010.

TAVARES FILHO, Franklin Maciel. *Os arautos no Portugal quatrocentista: D. João I e a reforma do sistema heráldico (1385-1433)*. Niterói: Universidade Federal Fluminense, Dissertação de Mestrado, 2014.

TESTOS, Jorge André Nunes Barbosa da Veiga. *Sentenças Régias em tempo de Ordenações Afonsinas (1446-1512). Um estudo de diplomática judicial*. Lisboa: Universidade de Lisboa, Mestrado em Paleografia e Diplomática, 2011.

The Historiography of medieval Portugal, c.1950-2010. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais, 2011.

THOBIE, Jean. Diplomática (História). In: BURGUIÈRE, André (org.). *Dicionário das Ciências Históricas*. Rio de Janeiro: Imago, 1993.

THOMAZ, Luís Filipe. *De Ceuta a Timor*. Lisboa: Difel, 1994.

TORGAL, Luís Reis, MENDES, José Amado & CATROGA, Fernando. *História da História em Portugal, séculos XIX – XX*. Lisboa: Temas e Debates, vol.2, 1998.

TORRES, Ruy d' Abreu. Almotacé. In: SERRÃO, Joel (dir.). *Dicionário de História de Portugal*. Porto: Figueirinhas.

WATKINS, John. Toward a New Diplomatic History of Medieval and Early Modern Europe. In: *Journal of Medieval and Early Modern Studies*, 38, Winter 2008.

VAQUERO, Eloísa Ramírez. Estrategias diplomáticas del rey de Navarra en el tránsito al siglo XV. In: *XXI Semana de Estudios Medievales. Guerra y Diplomacia en la Europa Occidental 1280-1480*. Navarra: Gobierno de Navarra, 2005, p.373-421.

VASCONCELOS, António Maria Falcão Pestana de. *Nobreza e Ordens Militares. Relações Sociais e de Poder (Séculos XIV a XVI)*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Dissertação de Doutoramento, 2008.

VENTURA, Margarida Garcez. *Igreja e Poder no século XV. Dinastia de Avis e Liberdades eclesiásticas (1383-1450)*. Lisboa: Colibri, 1997.

VERGER, Jacques. *Cultura, Ensino e Sociedade no Ocidente nos séculos XII e XIII*. São Paulo: EdUSC, 2001.

_____. Universidade. In: LE GOFF, Jacques & SCHMITT, Jean-Claude (coord). *Dicionário Temático do Ocidente Medieval*. Bauru: EdUSC, 2006, v.2, p.573-588.

VIEIRA, Maria do Pilar S. A. Franciscanos. In: *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. Direção de Carlos Moreira de Azevedo. Centro de Estudos de História

Religiosa da Universidade Católica Portuguesa. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000, p.273-281.

VILLAROEL GONZÁLEZ, Oscar. Eclesiásticos en la diplomacia castellana en el siglo XV. In: *Anuario de Estudios Medievales (AEM)*, 40/2, julio-diciembre de 2010, p.791-819.

Visions sur le développement des États européens. Théories et historiographies de l'État moderne. Actes du colloque de Rome (18-31 mars 1990). Rome: École Française de Rome, 1993.

VIZCAÍNO, Rafael Narbona. El método prosopográfico y el estudio de las élites de poder bajomedievales. In: *El Estado en la Baja Edad Media: nuevas perspectivas metodológicas.* Zaragoza: Universidad de Zaragoza, 1999, p.31-49.

WATKINS, John. Toward a New Diplomatic History of Medieval and Early Modern Europe. In: *Journal of Medieval and Early Modern Studies*, 38, Winter 2008, p.1-14.

ANEXOS

ANEXO 1. MATRIZ BASE PARA A ELABORAÇÃO DO CATÁLOGO PROSOPOGRÁFICO⁷⁰⁷.

1. Elementos cronológicos
 - 1.1. Anos de serviço como subscritor.
 - 1.2. Limites de carreira.
 - 1.3. Nascimento e óbito.
2. Inserção geográfica
 - 2.1. Origem.
 - 2.2. Domicílio.
 - 2.3. Local de sepultura.
 - 2.4. Viagens.
3. Inserção social
 - 3.1. Família
 - 3.1.1. Geração precedente.
 - 3.1.2. Colaterais.
 - 3.1.3. Casamento.
 - 3.1.4. Descendência.
 - 3.2. Laços Pessoais
 - 3.2.1. De dependência.
 - 3.2.2. Clientelas formadas.
 - 3.3. Estatuto social
 - 3.3.1. Da geração precedente.
 - 3.3.2. Do indivíduo.
 - 3.3.3. Da geração seguinte.
 - 3.3.4. Da(s) família(s) aliada(s).
4. Nível econômico.
 - 4.1. Bens patrimoniais
 - 4.2. Dote
 - 4.3. Aquisições
 - 4.4. Bens móveis
 - 4.5. Rendimentos
 - 4.6. Doações
 - 4.7. Privilégios
 - 4.8. Remunerações
5. Nível cultural
 - 5.1. Papel na produção documental e/ou cultural
 - 5.2. Assinatura e menções autógrafas

⁷⁰⁷ Matriz do “Catálogo Prosopográfico dos Redatores”, extraída de FREITAS, Judite A. Gonçalves de. *“Teemos por bem e mandamor”. A Burocracia régia e os seus oficiais em meados de Quatrocentos (1439-1460)*. Porto: Universidade do Porto, 1999, Vol. II, p.13-14 apud: HOMEM, Armando Luís de Carvalho & FREITAS, Judite A. Gonçalves de. A prosopografia dos burocratas régios (séculos XIII-XV): da elaboração à exposição dos dados. In: BARATA, Filipe Themudo (Ed.). *Elites e Redes Clientelares na Idade Média. Problemas metodológicos*. Lisboa: Colibri, 2001, p.190-191. O modelo de Freitas orientou ainda os estudos de BRITO, 2001; CAPAS, 2001; CARVALHO, 2002; DURÃO, 2002.

6. Carreira universitária
7. Carreira militar
8. Carreira diplomática
9. Carreira burocrática/profissional
 - 9.1. Local
 - 9.2. Central
 - 9.3. Subscrição documental
10. Carreira eclesiástica
11. Conselho régio
12. Vida pública
13. Vida privada
14. Observações
15. Fontes
16. Fontes impressas
17. Bibliografia.

APÊNDICES

APÊNDICE 1. MISSÕES DIPLOMÁTICAS DO REINADO DE D. AFONSO V (1448-1481) ⁷⁰⁸.

EMBAIXADA	ANO	DESTINO
1. Afonso Pereira	1449	Castela
2. Gil de Távira	1449	França
3. Rodrigo Leonardes	1449	Borgonha
4. João de Lisboa	1449	Aragão
5. João Fernandes da Silveira	1450	Aragão
6. Pero Gonçalves, Vasco Fernandes de Lucena, arauto Lisboa	1450	Roma
7. Vasco de Gouvea	1450	Aragão
8. Martim de Sallinas	1451	Conde de Benavente
9. Vasco Gomes	1451	Conde de Benavente
10. Vasco Nunes de Abreu	1451	Conde de Benavente
11. Antão Gonçalves, Luís Gonçalves Malafaia, Rui Gomes de Alvarenga, Manuel Diogo.	1452	Roma
12. João Fernandes da Silveira e Lopo de Almeida	1452	Império
13. Arauto Lisboa	1452	Borgonha
14. Lopo Gonçalves	1453	Castela
15. Nuno Fernandes Tinoco	1453	Roma
16. Rui Galvão	1453	Castela
17. Afonso Velho	1454	Aragão
18. Arauto Lisboa	1454	Borgonha
19. Afonso Velho, João de Meneses, Nuno Fernandes Tinoco	1455	Roma
20. Fernando de Castro, Pero Faleiro, Pero Gonçalves, Rei de Armas Portugal	1455	Inglaterra
21. João Fernandes da Silveira	1455	Castela
22. Martim Berredo	1455	Aragão
23. Gil Moniz	1456	Milão
24. João Fernandes da Silveira	1456	Itália (Veneza, Gênova, Florença)

⁷⁰⁸ Ao longo da investigação as missões identificadas mostraram-se muito heterogêneas, até mesmo pelas características das crônicas e outras narrativas. Havia comitivas que se aproximavam do modelo expresso pela historiografia para as embaixadas dos séculos XIV e XV, compostas por um nobre, um clérigo e um jurista, e/ou portando instruções, salvo-condutos, procurações, entre outros documentos que sustentavam os enviados como legítimos representantes de um poder, contudo também se encontravam missões individuais, missões sem destino definido e, principalmente, a ausência de datações e de informações sobre os enviados. Nessa diversidade de situações, decidimos proceder ao detalhamento de todas as embaixadas encontradas e, minimamente, sustentadas com referências documentais ou bibliográficas.

EMBAIXADA	ANO	DESTINO
		e Roma)
25.Martim Berredo	1457	Aragão
26.Martim Berredo	1458	França
27.Diogo da Silveira, Nuno Fernandes Tinoco, Rei de Armas Portugal	1458	Roma
28.Lopo de Almeida, Martim de Távora	1458	Fez
29.Gabriel Lourenço	1459	Aragão
30.Gabriel Lourenço	1459	Aragão
31.Arauto Alcácer	1459	Borgonha
32.Gabriel Lourenço	1460	Aragão
33.João Fernandes da Silveira	1460	Concílio de Mântua
34.João de São Mamede	1461	Roma
35.João Gomes	1461	Aragão
36.Passavante	1461	Borgonha
37.Jorge da Costa	1462	Castela
38.Afonso Garcez, João Fernandes da Silveira, Lopo de Almeida, Pero Fernandez e arauto alcácer	1463	Castela
39.Jorge da Costa	1464	Castela/Gibraltar
40.Fernando Álvares	1464	Borgonha
41.Passavante Santa Aldegonda	1466	Borgonha
42.Passavante Santa Aldegonda	1467	Borgonha
43.Jorge da Costa	1469	Castela
44.Diogo de Barros	1471	Fez
45.João Teixeira, Lopo de Almeida	1471	Roma
46.Álvaro Lopes Chaves	1472	Castela
47.João de Elvas	1472	Inglaterra
48.Pero Fernandez	1473	Império
49.João Fernandes da Silveira	1474	Castela
50.Lopo de Albuquerque	1474	Castela
51.Álvaro de Ataíde, João de Elvas	1475	França
52.Rui de Sousa	1475	Castela
53.Arauto Lisboa	1475	França
54.Desconhecido	1475	França
55.Álvaro de Bragança, Rui de Sousa e António Núñez	1476	Castela/Zamora
56.Álvaro Lopes Chaves, Pero de Sousa	1476	Bretanha
57.Álvaro Lopes Chaves, Pero de Sousa	1476	França
58.Diogo de Saldanha, Lopo de Albuquerque, João Teixeira	1476	Roma
59. Fernão Álvares Baldaia	1476	França
60. Pero de Sousa	1476	França
61. Rei de Armas Pelicano	1476	Bretanha
62. Fernão Luís	1476	Inglaterra
63. Francisco de Almeida	1476	França
64. Lopo de Albuquerque	1477	França
65. João Fernandes da Silveira, João Teixeira, Pero Botelho, Fernão da Silveira, Rodrigo Afonso e João Garcez	1479	Alcáçovas

	EMBAIXADA	ANO	DESTINO
66.	Pero Lourenço	1479	Roma
67.	Rodrigo Affonso	1480	Castela
68.	Fernando de Figueiredo	1480	Castela
69.	Afonso Garcez, Martinho de Ataíde, Diogo da Fonseca	?	Castela
70.	Afonso Pereira	?	Castela
71.	Álvaro da Mota e Diogo da Silva	?	Império
72.	Álvaro de Moura	?	Castela
73.	Álvaro Lopes Chaves	?	Castela
74.	Álvaro Lopes Chaves	?	Roma
75.	Álvaro Pires Vieira	?	Aragão
76.	Cide de Sousa	?	Castela
77.	Diogo da Silveira	?	Castela
78.	Diogo de Abrantes	?	Roma
79.	Fernão Lourenço de Guimarães	?	Duque de Bragança
80.	Henrique de Figueiredo	?	Castela
81.	Henrique de Figueiredo	?	Castela
82.	João de São Mamede	?	Roma
83.	João de Sousa	?	Roma
84.	João Fogaçã	?	Inglaterra
85.	Jorge da Costa	?	Aragão
86.	Jorge da Costa	?	Roma
87.	Jorge da Costa	?	Roma
88.	Lourenço Abril, Afonso Lopes	?	Império
89.	Lourenço Abril	?	Império
90.	Lourenço Abril	?	Castela
91.	Lourenço Vasques	?	Castela
92.	Lourenço Vasques	?	Roma
93.	Martim Leitão	?	Granada
94.	Pero Faleiro	?	Castela
95.	Rui Galvão	?	Castela
96.	Álvaro Gonçalves	?	Castela
97.	Diogo Gil Nunes	?	Castela
98.	Gil Eanes	?	Inglaterra
99.	Gil Eanes	?	Inglaterra
100.	Nuno de Almeida	?	Borgonha
101.	Nuno de Almeida	?	Aragão
102.	João Gomes	?	Roma
103.	Rei de Armas Portugal	?	França
104.	Vasco Nunes de Abreu	?	Conde de Benavente
105.	Diogo da Silva, Manuel Fernando Álvaro	?	?
106.	Arauto Coimbra	?	?

Fonte: Elaboração própria.

**APÊNDICE 2. GASTOS COM EMBAIXADAS NO REINADO DE D. AFONSO V
(1448-1481)**

EMBAIXADA	CUSTO (em dobras)	DESTINO
1. Nuno de Almeida	38	Borgonha
2. Lourenço Abril	40	Castela
3. Henrique de Figueiredo	40	Castela
4. Henrique de Figueiredo	40	Castela
5. Frei Diogo de Abrantes	60	Roma
6. Cide de Sousa	70	Castela
7. Arauto Coimbra	80	Nogueira (?)
8. Frei João de São Mamede	80	Roma
9. Frei João de São Mamede	85	Roma
10. Vasco Nunes de Abreu	90	Conde de Benavente
11. Vasco Nunez de Abreu	90	Conde de Benavente
12. Fernão Lourenço de Guimarães	90	Bragança
13. Álvaro de Moura	90	Castela
14. Ruã (Ruy) de Sousa	90	Castela
15. Afonso Pereira	100	Castela
16. Gabriel Lourenço	110	Aragão
17. Álvaro Pires Vieira	110	Aragão
18. Jorge Martins (D. Jorge da Costa)	112	Castela
19. Lourenço Abril	112	Império
20. Martim Leitão	115	Granada
21. Rui Galvão	118	Castela
22. Jorge Martins (D. Jorge da Costa)	118	Aragão
23. Rui de Sousa	120	Castela
24. João de Sousa	121	Roma
25. Nuno de Almeida	138	Aragão
26. Nuno Fernandez Tinoco	140	Roma
27. Nuno Fernandes Tinoco	140	Roma
28. Rei de Armas Portugal	140	França
29. D. João de Meneses, Afonso Velho, Nuno Fernandes Tinoco	146	Roma
30. Diogo Gil Nunes	150	Castela
31. Lopo de Albuquerque	150	Castela
32. Diogo da Silveira	160	Castela
33. João Fernandes da Silveira	160	Castela
34. Álvaro Gonçalves	160	Castela
35. Afonso Pereira	170	Castela
36. Rui Galvão	180	Castela
37. Gil Eanes	220	Inglaterra
38. Lourenço Vasques de Elvas	250	Castela
39. Pero Faleiro	260	Castela
40. Gil Eanes	277	Inglaterra

EMBAIXADA	CUSTO (em dobras)	DESTINO
41.Pero Fernandez	280	Império
42.João de Elvas	286	Inglaterra
43.Lourenço Abril e Afonso Lopez	386	Império
44.João Fogaça, comendador de Canha	420	Inglaterra
45.Martim Mendes de Berredo	482	Aragão
46.João Fernandes da Silveira	610	Castela
47.João Fernandes da Silveira	636	Império
48.João Fernandes da Silveira	790	Aragão
49.Diogo da Silva e Frei Álvaro da Mota	900	Império
50.Diogo da Silva e Manuel Fernando Álvaro	900	?
51.Vasco Fernandes de Lucena, Pero Gonçalves, arauto Lisboa.	950	Roma
52.D. Martinho de Ataíde (Conde de Atouguia), Diogo da Fonseca, Afonso Garcez	1355	Castela
53.Lopo de Almeida, João Teixeira	1585	Roma
54.Diogo da Silveira, Nuno Fernandes Tinoco, Rei de Armas Portugal	1987	Roma
55.Lopo de Almeida, João Fernandes da Silveira* e Pero Fernandez, Afonso Garcez, arauto Alcácer	2223	Castela
56.D. Fernando de Castro, Pero Falleiro, Pero Gonçalves e o Rei de Armas Portugal	2300	Inglaterra
57.Luis Gonçalves Malafaia, Rui Gomes de Alvarenga, Manuel Diogo, Antão Gonçalves	2385	Roma

Fonte: Adaptado de FARO, Jorge. *Receitas e despesas da fazenda real de 1384 a 1481 (subsídios documentais)*. Lisboa: Publicações do Centro de Estudos Económicos, 1965, p.79-82; JOSÉ, Maria & FARO, Jorge. Embaixadas enviadas pelos reis de Portugal de 1415 a 1473. Subsídios documentais. In: *Actas do Congresso Internacional de História dos Descobrimentos*. Lisboa, 1961, Vol. III, p.249-270.

APÊNDICE 3. GRADE DE ANÁLISE: ENCONTROS RÉGIOS⁷⁰⁹

1. DATA:
2. DURAÇÃO:
3. LUGAR:
4. REIS PRESENTES:
5. OBJETIVO DO ENCONTRO:
6. CERIMÔNIAS:
7. OUTROS PRESENTES:
8. FONTES:
9. BIBLIOGRAFIA:

APÊNDICE 4. ENCONTROS RÉGIOS NO REINADO DE D. AFONSO V.

I

1. **DATA:** Abril de 1456.
2. **DURAÇÃO:** cerca de seis dias.
3. **LUGAR:** entre Elvas e Badajoz.
4. **REIS PRESENTES:** Enrique IV e D. Afonso V.
5. **OBJETIVO DO ENCONTRO:** Traslado da ossada da rainha D. Leonor, que estava em Toledo e foi trazida pelos reis de Castela ao reino de Portugal.
6. **CERIMÔNIAS:** recepção à meia légua da cidade de Badajoz; grandes festas.
7. **OUTROS PRESENTES:** a rainha de Castela e os infantes D. Henrique e D. Fernando.
8. **FONTES:**
 ZUÑIGA, Diogo Ortiz de. *Annales eclesiásticos y seculares de la muy noble y muy leal ciudad de Sevilla*. Madrid: Imprensa Real, 1795, Tomo 11, p.344.
 LEÃO, Duarte Nunes de. Crónica e vida del Rey D. Affonso V. In: *Crónicas dos Reis de Portugal*. Lisboa: Officina de José de Aquino Bulhões, 1780, tomo II, Cap. XXVII.
 PINA, Rui de. *Chronica de El- Rei D. Affonso V*. Escriptorio, Lisboa: Rutgers University Libraries, Cap.CXXXVII.

⁷⁰⁹ A matriz utilizada para a análise dos encontros régios teve como base o modelo elaborado por Stéphane Péquignot (*Au nom du Roi. Idem. Annexes*, p.189-205).

Crónica anónima de Enrique IV de Castilla. 1454-1474 (Crónica castellana). Edición crítica y comentada de Maria Pilar Sánchez-Parra. Madrid: Ediciones de La Torre, 1991, Cap. XXVII.

9. BIBLIOGRAFIA:

ARAÚJO, Julieta. *Portugal e Castela na Idade Média*. Lisboa: Colibri, 2009.

GOMES, Saul António. *D. Afonso V*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2009.

II

1. DATA: 28 de abril de 1463.

3. LUGAR: Fuenterrabía, às margens do Rio Bidasoa.

4. REIS PRESENTES: Enrique IV e Luís XI.

5. OBJETIVO DO ENCONTRO: Pacificação das relações ibéricas; a situação da Catalunha.

7. OUTROS PRESENTES: Os embaixadores portugueses JOÃO FERNANDES DA SILVEIRA, LOPO DE ALMEIDA, AFONSO GARCEZ, PERO GONÇALVES e o arauto Alcácer.

8. FONTES:

PINA, Rui de. *Chronica de El- Rei D. Affonso V*. Escritorio, Lisboa: Rutgers University Libraries, Cap. CLI.

FARO, Jorge. *Receitas e despesas da fazenda real de 1384 a 1481 (subsídios documentais)*. Lisboa: Publicações do Centro de Estudos Económicos, 1965, p.81.

9. BIBLIOGRAFIA:

FONSECA, Luís Adão da. *O Condestável D. Pedro de Portugal*. Porto: Instituto de Investigação Científica, Centro de História da Universidade do Porto, 1982.

SUARÉZ FERNÁNDEZ, Luís. *Fernando el Católico y Navarra. El proceso de incorporación del reino a la Corona de España*. Madrid: Ediciones Rialp, 1985.

III

1. DATA: janeiro de 1464.

2. DURAÇÃO: oito dias.

3. LUGAR: Gibraltar.

4. REIS PRESENTES: Enrique IV e D. Afonso V.

5. OBJETIVO DO ENCONTRO: estabelecimento de confederação e amizade; negociação do casamento entre D. Afonso V e D. Isabel e entre o príncipe D. João e D. Joana, filha dos reis de Castela.

6. CERIMÔNIAS: grande alegrais e jogos.

7. OUTROS PRESENTES: D. Jorge da Costa, bispo de Évora; D. Joana, rainha de Castela; Beltrán de la Cueva, conde de Ledesma.

8. FONTES:

LEÃO, Duarte Nunes de. Crónica e vida del Rey D. Affonso V. In: *Crónicas dos Reis de Portugal*. Lisboa: Officina de José de Aquino Bulhões, 1780, tomo II, Cap. XXXIV.

PINA, Rui de. *Chronica de El- Rei D. Affonso V*. Escriptorio, Lisboa: Rutgers University Libraries, Cap. CLIV.

Crónica anónima de Enrique IV de Castilla. 1454-1474 (Crónica castellana). Edición crítica y comentada de Maria Pilar Sánchez-Parra. Madrid: Ediciones de La Torre, 1991, Cap. LVII.

ZURITA, Jerónimo. *Anales de Aragón*. Edición de Ángel Canellas López. Edición electrónica de José Javier Isso (coord.), María Isabel Yague y Pilar Rivero. Tomo VII, livro XVII, cap. LI, p.251

9. BIBLIOGRAFIA:

ARAÚJO, Julieta. *Portugal e Castela na Idade Média*. Lisboa: Colibri, 2009.

GOMES, Saul António. *D. Afonso V*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2009.

SUÁREZ FERNÁNDEZ, Luís. *Nobleza y Monarquía. Entedimiento y rivalidade. El proceso de la construcción de la corona española*. Madrid: La esfera de los libros, 2005, p.303-304.

IV

1. DATA: março de 1464.

3. LUGAR: Villafranca de Puente del Arcebispo.

4. REIS PRESENTES: Henrique IV e D. Afonso V.

5. OBJETIVO DO ENCONTRO: negociação do casamento entre D. Afonso V e D. Isabel e entre o príncipe D. João e D. Joana, filha dos reis de Castela.

7. OUTROS PRESENTES: D. Joana, rainha de Castela; D. Isabel, irmã do rei de Castela.

8. FONTES:

LEÃO, Duarte Nunes de. Crónica e vida del Rey D. Affonso V. In: *Crónicas dos Reis de Portugal*. Lisboa: Officina de José de Aquino Bulhões, 1780, tomo II, Cap.XXXVI.

PINA, Rui de. *Chronica de El- Rei D. Affonso V*. Escritorio, Lisboa: Rutgers University Libraries, Cap. CLVII.

Crónica anónima de Enrique IV de Castilla. 1454-1474 (Crónica castellana). Edición crítica y comentada de Maria Pilar Sánchez-Parra. Madrid: Ediciones de La Torre, 1991, Cap. LVIII.

ZURITA, Jerónimo. *Anales de Aragón*. Edición de Ángel Canellas López. Edición electrónica de José Javier Isso (coord.), María Isabel Yague y Pilar Rivero. Tomo VII, livro XVII, cap. LI, p.251

9. BIBLIOGRAFIA:

GOMES, Saul António. *D. Afonso V*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2009.

SUÁREZ FERNÁNDEZ, Luís. *Nobleza y Monarquía. Entedimiento y rivalidade. El proceso de la construcción de la corona española*. Madrid: La esfera de los libros, 2005, p.303-304.

V

1. DATA: 1465

3. LUGAR: Guarda.

4. REIS PRESENTES: D. Afonso V e D. Joana, rainha de Castela.

5. OBJETIVO DO ENCONTRO: A rainha solicita auxílio ao rei de Castela, que enfrentava uma guerra contra parte da nobreza.

8. FONTES:

Documentos referentes a las relaciones con Portugal durante el reinado de los Reyes Catolicos. Valladolid: CSIC, 1958, vol.I, doc.10.

PINA, Rui de. *Chronica de El- Rei D. Affonso V*. Escritorio, Lisboa: Rutgers University Libraries, Cap.CLVIII.

9. BIBLIOGRAFIA:

ARAÚJO, Julieta. *Portugal e Castela na Idade Média*. Lisboa: Colibri, 2009.

GOMES, Saul António. *D. Afonso V*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2009.

LADERO QUESADA, Miguel Ángel. *La España de los Reyes Católicos*. Madrid: Alianza, 2014.

SUÁREZ FERNÁNDEZ, Luís. *Nobleza y Monarquía. Entedimiento y rivalidade. El proceso de la construcción de la corona española*. Madrid: La esfera de los libros, 2005.

VI

1. DATA: 1472.

3. LUGAR: entre Elvas e Badajoz.

4. REIS PRESENTES:

5. OBJETIVO DO ENCONTRO: negociação do matrimônio entre D. Afonso V e D. Joana.

6. CERIMÔNIAS:

7. OUTROS PRESENTES:

8. FONTES:

PINA, Rui de. *Chronica de El- Rei D. Affonso V*. Escritorio, Lisboa: Rutgers University Libraries, Cap. CLXXI

GÓIS, Damião de. *Crónica do Príncipe D. João*. Edição crítica e comentada por Graça Almeida Rodrigues. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 1977, Cap. XL.

Crónica anónima de Enrique IV de Castilla. 1454-1474 (Crónica castellana). Edición crítica y comentada de Maria Pilar Sánchez-Parra. Madrid: Ediciones de La Torre, 1991, Cap. XLIX

PULGAR, Fernando del. *Crónica de los Señores Reyes Católicos Don Fernando y Doña Isabel de Castilla y de Aragón*. Alicante: Biblioteca Virtual Miguel de Cervantes, 2003, Cap.IV.

9. BIBLIOGRAFIA:

ARAÚJO, Julieta. *Portugal e Castela na Idade Média*. Lisboa: Colibri, 2009.

GOMES, Saul António. *D. Afonso V*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2009.

LADERO QUESADA, Miguel Ángel. *La España de los Reys Católicos*. Madrid: Alianza, 2014.

SUÁREZ FERNÁNDEZ, Luís. *Nobleza y Monarquía. Entedimiento y rivalidade. El proceso de la construcción de la corona española*. Madrid: La esfera de los libros, 2005.

VII

1. DATA: 1476.

2. DURAÇÃO: uma noite.

3. LUGAR: rio Douro.

4. REIS PRESENTES: D. Afonso V e D. Fernando.

5. OBJETIVO DO ENCONTRO: negociar a paz.

8. FONTES:

PINA, Rui de. *Chronica de El- Rei D. Affonso V*. Escriptorio, Lisboa: Rutgers University Libraries, Cap. CLXXXIX;

RESENDE, Garcia de. *Crónica de D. João II e Miscelânea*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1973, Cap. XIII.

GÓIS, Damião de. *Crónica do Príncipe D. João. Idem*, Cap. LXXV.

PULGAR, Fernando del. *Crónica de los Señores Reyes Católicos Don Fernando y Doña Isabel de Castilla y de Aragón / escrita por su cronista Hernando del Pulgar; cotexada con antiguos manuscritos y aumentada de varias ilustraciones y enmiendas*. Publicação original: Valencia, Imp. de Benito Monfort, 1790. Alicante: Biblioteca Virtual Miguel de Cervantes, 2003, Cap. XLII.

9. BIBLIOGRAFIA:

ARAÚJO, Julieta. *Portugal e Castela na Idade Média*. Lisboa: Colibri, 2009.

LADERO QUESADA, Miguel Ángel. *La España de los Reys Católicos*. Madrid: Alianza, 2014.

SUÁREZ FERNÁNDEZ, Luís. *Nobleza y Monarquía. Entedimiento y rivalidade. El proceso de la construcción de la corona española*. Madrid: La esfera de los libros, 2005.

VIII

1. DATA: 15 de novembro de 1476.

3. LUGAR: Palácio real de Tours.

4. REIS PRESENTES: D. Afonso V e Luís XI.

5. OBJETIVO DO ENCONTRO: negociar o apoio francês à causa portuguesa na guerra luso-castelhana e no alcance da dispensa papal para o casamento entre D. Afonso V e D. Joana.

8. FONTES:

Relação do recebimento que elRey de França fez a elRey Dom Afonso V de Portugal

quando lhe foi pedir socorro contra Castella. Biblioteca Pública de Évora, códice CV/1-2, fols. 142-144. Novembro de 1476. In: SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *Relações históricas entre Portugal e a França. Idem*, Apêndice documental, doc. XII, p.164-165.

9. BIBLIOGRAFIA:

GOMES, Saul António. *D. Afonso V*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2009.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *Relações históricas entre Portugal e a França. (1431-1481)*. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian. Centro Cultural Português, 1975, p.108-117.

PAVIOT, Jacques. *Portugal et Bourgogne au XVe siècle (1384-1482). Recueil de documents extraits des archives bourguignonnes*. Lisbonne-Paris: Centre Culturel Calouste Gulbenkian, Commission Nationale pour les Commémorations des Découvertes Portugaises, 1995.

IX

1. DATA: entre dezembro e 03 de janeiro de 1477.

3. LUGAR: proximidades de Nancy.

4. REIS PRESENTES: D. Afonso V e *duque* Carlos, o Temerário.

5. OBJETIVO DO ENCONTRO: negociar a pacificação das relações entre a França e a Borgonha e o possível apoio do ducado na guerra luso-castelhana.

8. FONTES:

PINA, Rui de. *Chronica de El- Rei D. Affonso V*. Escriptorio, Lisboa: Rutgers University Libraries, Cap. CXCVIII.

9. BIBLIOGRAFIA:

GOMES, Saul António. *D. Afonso V*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2009.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *Relações históricas entre Portugal e a França. (1431-1481)*. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian. Centro Cultural Português, 1975, p.108-117.

PAVIOT, Jacques. *Portugal et Bourgogne au XVe siècle (1384-1482). Recueil de documents extraits des archives bourguignonnes*. Lisbonne-Paris: Centre Culturel Calouste Gulbenkian, Commission Nationale pour les Commémorations des Découvertes Portugaises, 1995.

X

1. DATA: 01 de julho de 1477.

3. LUGAR: Arras.

4. REIS PRESENTES: D. Afonso V e Luís XI.

5. OBJETIVO DO ENCONTRO: negociar o apoio francês na guerra luso-castelhana e no alcance da dispensa papal para o casamento entre D. Afonso V e D. Joana.

9. BIBLIOGRAFIA:

GOMES, Saul António. *D. Afonso V*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2009.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *Relações históricas entre Portugal e a França. (1431-1481)*. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian. Centro Cultural Português, 1975, p.108-117.

PAVIOT, Jacques. *Portugal et Bourgogne au XVe siècle (1384-1482). Recueil de documents extraits des archives bourguignonnes*. Lisbonne-Paris: Centre Culturel Calouste Gulbenkian, Commission Nationale pour les Commémorations des Découvertes Portugaises, 1995.

APÊNDICE 5. GRADE DE ANÁLISE: EMBAIXADORES

1. DADOS CRONOLÓGICOS
 - 1.1. VIDA
2. INSERÇÃO GEOGRÁFICA
 - 2.1. ORIGEM
 - 2.2. DOMICÍLIO
 - 2.3. LOCAL DE SEPULTURA
3. INSERÇÃO SOCIAL
 - 3.1. FAMÍLIA
 - 3.1.1. GERAÇÃO PRECEDENTE
 - 3.1.2. COLATERAIS
 - 3.1.3. CASAMENTO
 - 3.1.4. DESCENDÊNCIA
 - 3.2. LAÇOS PESSOAIS
 - 3.2.1. DEPENDÊNCIA
 - 3.2.2. CLIENTELAS FORMADAS
 - 3.3. ESTATUTO SOCIAL
 - 3.3.1. DA GERAÇÃO PRECEDENTE
 - 3.3.2. DO INDIVÍDUO
 - 3.3.3. DOS COLATERAIS
 - 3.3.4. DA GERAÇÃO SEGUINTE
4. NÍVEL ECONÔMICO
 - 4.1. PATRIMÔNIOS, RENDIMENTOS E DOAÇÕES
 - 4.2. PRIVILÉGIOS
5. NÍVEL CULTURAL
 - 5.1. PAPEL NA PRODUÇÃO CULTURAL
6. CARREIRA UNIVERSITÁRIA
 - 6.1. UNIVERSIDADE FREQUENTADA
 - 6.2. GRAU UNIVERSITÁRIO
7. CARREIRA MILITAR
8. CARREIRA DIPLOMÁTICA
 - 8.1. MISSÕES
 - 8.2. MEMBROS DA COMITIVA
 - 8.3. PARTICIPAÇÃO NA EMBAIXADA
 - 8.4. RENDIMENTOS, DOAÇÕES E PRESENTES
9. CARREIRA BUROCRÁTICA
10. CARREIRA ECLESIASTICA

11. CONSELHO RÉGIO

12. VIDA PÚBLICA

13. OBSERVAÇÕES

14. FONTES

15. BIBLIOGRAFIA

APÊNDICE 6. EMBAIXADORES DE D. AFONSO V

1. Afonso Garcez
2. Afonso Lopez
3. Afonso Nogueira
4. Afonso Pereira
5. Afonso Velho
6. Álvaro da Mota
7. Álvaro de Ataíde
8. Álvaro de Bragança
9. Álvaro de Moura
10. Álvaro Gonçalves
11. Álvaro Lopes Chaves
12. Álvaro Pires Vieira
13. Antão Gonçalves
14. António Núñez
15. Cide de Sousa
16. Diogo da Fonseca
17. Diogo da Silva
18. Diogo da Silveira
19. Diogo de Abrantes
20. Diogo de Barros
21. Diogo de Saldanha
22. Diogo Gil Nunez
23. Fernando Álvares
24. Fernando de Castro
25. Fernando de Figueiredo
26. Fernão Álvares Baldaia
27. Fernão da Silveira
28. Fernão Lourenço de Guimarães
29. Fernão Luís
30. Francisco de Almeida
31. Gabriel Lourenço
32. Gil de Távira
33. Gil Eanes
34. Gil Moniz
35. Henrique de Figueiredo
36. João de Elvas
37. João de Lisboa
38. João de Meneses
39. João de São Mamede

40. João de Sousa
41. João Fernandes da Silveira
42. João Fogaça
43. João Garcez
44. João Gomes
45. João Teixeira
46. Jorge da Costa
47. Lopo de Albuquerque
48. Lopo de Almeida
49. Lopo Gonçalves
50. Lourenço Abril
51. Lourenço Vasques de Elvas
52. Luís Gonçalves Malafaia
53. Manuel Diogo
54. Manuel Fernando Álvaro
55. Martim (Mendes) Berredo
56. Martim de Sallinas (Sellinas)
57. Martim de Távora
58. Martim Leitão
59. Martinho de Ataíde
60. Nuno de Almeida
61. Nuno Fernandez Tinoco
62. Pero Botelho
63. Pero de Lourenço
64. Pero de Souza
65. Pero Falleiro
66. Pero Fernandez
67. Pero Gonçalves
68. Rodrigo Affonso
69. Rodrigo Leonardes
70. Rui de Sousa
71. Rui Galvão
72. Rui Gomes de Alvarenga
73. Vasco de Gouvea
74. Vasco Fernandez de Lucena
75. Vasco Gomes
76. Vasco Nunez de Abreu
77. Rei de Armas Pelicano
78. Rei de Armas Portugal
79. Arauto Alcácer
80. Arauto Coimbra

81. Arauto Lisboa
82. Passavante (?)
83. Passavante Santa Aldegonda

APÊNDICE 7. CATÁLOGO PROSOPOGRÁFICO DE EMBAIXADORES

1. Afonso Garcez
2. Afonso Pereira
3. Afonso Velho
4. Álvaro da Mota
5. Álvaro de Ataíde
6. Álvaro de Bragança
7. Álvaro de Moura
8. Álvaro Lopes Chaves
9. Álvaro Pires Vieira
10. Antão Gonçalves
11. António Núñez
12. Cide de Sousa
13. Diogo da Fonseca
14. Diogo da Silva
15. Diogo da Silveira
16. Diogo de Abrantes
17. Diogo de Barros
18. Diogo de Saldanha
19. Fernando de Castro
20. Fernão Álvares Baldaia
21. Fernão da Silveira
22. Fernão Lourenço de Guimarães
23. Fernão Luís
24. Francisco de Almeida
25. Gabriel Lourenço
26. Gil de Távira
27. Henrique de Figueiredo
28. João de Elvas
29. João de Meneses
30. João de São Mamede
31. João de Sousa
32. João Fernandes da Silveira
33. João Fogaça
34. João Garcez
35. João Teixeira
36. Jorge da Costa
37. Lopo de Albuquerque
38. Lopo de Almeida
39. Lopo Gonçalves

40. Lourenço Abril
41. Lourenço Vasques de Elvas
42. Luís Gonçalves Malafaia
43. Martim (Mendes) Berredo
44. Martim de Távora
45. Martim Leitão
46. Martinho de Ataíde
47. Nuno Fernandez Tinoco
48. Pero Botelho
49. Pero de Lourenço
50. Pero de Souza
51. Pero Falleiro
52. Pero Gonçalves
53. Rui de Sousa
54. Rui Galvão
55. Rui Gomes de Alvarenga
56. Vasco de Gouvea
57. Vasco Fernandez de Lucena

AFONSO GARCEZ

1. DADOS CRONOLÓGICOS

1.1. VIDA

? – c.1490.

2. INSERÇÃO GEOGRÁFICA

2.1. ORIGEM

Porto

2.2. DOMICÍLIO:

Évora (1490)

3. INSERÇÃO SOCIAL

3.1. FAMÍLIA

3.1.1. GERAÇÃO PRECEDENTE

Filho de Lopo de Azevedo e Catarina Garcez, aragonesa⁷¹⁰.

3.1.2. COLATERAIS

Primo irmão de JOÃO GARCEZ.

3.1.3. CASAMENTO

Casou-se com Isabel Fernandes⁷¹¹.

3.1.4. DESCENDÊNCIA:

Jorge Garcez, João Garcez, Margarida Garcez e Garcia Garcez.

3.2. LAÇOS PESSOAIS

3.2.1. DEPENDÊNCIA:

Cavaleiro régio desde 1480

3.3. ESTATUTO SOCIAL

3.3.2. DO INDIVÍDUO:

Escudeiro da casa real; cavaleiro.

3.3.4. DA GERAÇÃO SEGUINTE

Jorge Garcez foi secretário de D. Manuel e casou com D. Isabel (Joana) de Albuquerque, filha de Duarte Galvão e de D. Catarina de Sousa.

João Garcez, fidalgo da casa de D. João II⁷¹², foi fundador do mosteiro dos Loios de Arraiolos. Casou-se com D. Leonor de Abreu, filha de Vasco Queimado, o velho.

Margarida Garcez casou-se com Luís da Costa.

Garcia Garcez casou-se com Gaspar Gouveia de Riba Tejo.

4. NÍVEL ECONÓMICO

4.1. PATRIMÓNIOS, RENDIMENTOS E DOAÇÕES

Em 13 de julho de 1480, é-lhe coutada para sempre uma herdade no termo de Estremoz.

Em 18 de julho de 1480, recebe bens de um abentestado, possivelmente em Lisboa.

Em 22 de Setembro de 1483, recebe bens móveis e de raiz de Gonçalo Mourão, escudeiro criado do Marques de Montemor.

⁷¹⁰ RIVARA, Joaquim Heliodoro da Cunha. *Memorias da Villa de Arrayolos*. Arraiolos: Câmara Municipal de Arraiolos, 1983, parte 1, p.105.

⁷¹¹ RIVARA, Joaquim Heliodoro da Cunha. *Memorias da Villa de Arrayolos*. Arraiolos: Câmara Municipal de Arraiolos, 1983, parte 1, p.105.

⁷¹² SANTOS, Maria Leonor Ferraz de Oliveira Silva. As Ordens religiosas na diocese de Évora. 1165-1540. In: *Medievalista online*, ano 5, n.7, 2009, p.9, nota 38.

8. CARREIRA DIPLOMÁTICA:

8.1. MISSÕES

Enviado a Castela.

Enviado a Castela em 1463.

8.2. MEMBROS DA COMITIVA

Na primeira missão a Castela acompanha o conde de Atouguia, D. MARTINHO DE ATAÍDE e o doutor DIOGO DA FONSECA.

Em 1463 acompanha JOÃO FERNANDES DA SILVEIRA, LOPO DE ALMEIDA, o doutor Pero Fernandez, e o arauto Alcácer⁷¹³.

8.3. PARTICIPAÇÃO NA EMBAIXADA

Em 1463 representa o rei português a favor de Enrique IV nas vistas de Fonte Rabia (Fuenterrabia).

8.4. RENDIMENTOS, DOAÇÕES E PRESENTES

Recebe 1355 dobras na comitiva a Castela.

Recebe 2223 dobras para a comitiva das vistas entre Castela e França.

9. CARREIRA BUROCRÁTICA:

Escrivão entre 1453 e 1490.

Nomeado escrivão da câmara em 1471.

Aparece como notário público em 1481, nas cortes de Évora⁷¹⁴.

Escrivão da fazenda de Lisboa, em 1481.

Secretário dos reis D. Afonso V e D. João II⁷¹⁵.

12. VIDA PÚBLICA

Presente nas Cortes de Évora (1481).

13. OBSERVAÇÕES:

Joaquim Rivara indica que AFONSO GARCEZ esteve na França ao lado de Lopo de Almeida.

Em 1476, aparece como escrivão em cartas outorgadas em Toro.

D. João II casou a filha de Afonso Garcez, em Évora.

14. FONTES

CHAVES, Álvaro Lopes de. *Livro de Apontamentos (1438-1489)*. Códice 443 da Coleção Pombalina da BNL. Introdução e transcrição de Anastásia Mestrinho salgado e Abílio José Salgado. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1983, p.119.

GAYO, Manuel José da Costa Felgueiras. *Nobiliário de Famílias de Portugal*. Edição de Agostinho de Azevedo Meirelles e Domingos de Araújo Affonso. Braga: Oficina gráfica da Pax, 1939, tomo XVI, p.64.

PINA, Ruy de. *Chronica de El- Rei D. Affonso V*. Escriptorio, Lisboa: Rutgers University Libraries, 1901, capítulo CLI.

⁷¹³ Cruzamos a descrição cronística de Rui de Pina (CDAV, Cap. CLI) e o lançamento do rol de despesas do reinado de D. Afonso V (FARO, 1965:81).

⁷¹⁴ O documento presente no *Livro de Apontamentos* data a reunião em novembro de 1480, porém as cortes de Évora, ocorreram em 1481, após a subida de D. João II ao trono (Sobre as Cortes, Cf.: SERRÃO, 1979: 102-104).

⁷¹⁵ RIVARA, Joaquim Heliodoro da Cunha. *Memorias da Villa de Arrayolos*. Arraiolos: Câmara Municipal de Arraiolos, 1983, parte 1, p.105.

RESENDE, Garcia de. *Crónica de D. João II e Miscelânea*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1973, Capítulo CXV.

15. BIBLIOGRAFIA:

CARVALHO, António Eduardo Teixeira de. *A Chancelaria Régia e os seus oficiais em 1468*. Porto, 2002, p.151-154.

FARO, Jorge. *Receitas e despesas da fazenda real de 1384 a 1481 (subsídios documentais)*. Lisboa: Publicações do Centro de Estudos Económicos, 1965, p.81.

BRITO, Isabel Carla Moreira de. *A burocracia régia tardo-afonsina. A Administração central e os seus oficiais em 1476*. Dissertação de mestrado. Porto: Universidade do Porto, 2001, Vol. II, p.116-118.

CAPAS, Hugo Alexandre. *A Chancelaria Régia e os seus oficiais no ano de 1469*. Dissertação de mestrado. Porto: Universidade do Porto, 2001, p.148-150.

DURAO, Maria Manuela. *1471 – Um ano africano no desembargo de D. Afonso V*. Dissertação de mestrado. Porto: Universidade do Porto, 2002, Vol. I, p.112, 136, Vol. II, p.103-105.

AFONSO PEREIRA⁷¹⁶

1. DADOS CRONOLÓGICOS

1.1. VIDA

?-c.1476

3. INSERÇÃO SOCIAL

3.1. FAMÍLIA

3.1.1. GERAÇÃO PRECEDENTE

Filho de João Mendes da Guarda (Aguado) e D. Isabel Pereira.

3.1.3. CASAMENTO

D. Maria Lobato, filha de Pedro Lobato.

3.1.4. DESCENDÊNCIA

João Pereira, Violante Pereira.

3.2. LAÇOS PESSOAIS

3.2.1. DEPENDÊNCIA

Cavaleiro da casa de D. Afonso V.

3.3. ESTATUTO SOCIAL

3.3.1. DA GERAÇÃO PRECEDENTE

O pai foi corregedor de D. Duarte.

Lisuarte Pereira, tio, foi reposteiro-mor de D. Afonso V.

3.3.2. DO INDIVÍDUO

Cavaleiro.

3.3.4. DA GERAÇÃO SEGUINTE

João Pereira é mencionado como moço fidalgo da casa de D. Afonso V, entre 1474 e 1477, e escudeiro fidalgo, em 1479.

Violante Pereira casou-se com António de Brito, caçador-mor.

4. NÍVEL ECONÔMICO

4.1. PATRIMÔNIOS, RENDIMENTOS E DOAÇÕES

Entre 1462 e 1469, na condição de cavaleiro fidalgo e reposteiro da casa de D. Afonso V, aparece recebendo a renda de 1800 reis.

Em 1474, na condição de cavaleiro do conselho e reposteiro-mor, aparece no rol da casa de D. Afonso V recebendo a renda de 4286 reis.

8. CARREIRA DIPLOMÁTICA:

8.1. MISSÕES

Enviado a Castela após a batalha de Alfarrobeira (24 de maio de 1449).

Aparece em outra missão a Castela.

8.3. PARTICIPAÇÃO NA EMBAIXADA

Na primeira missão a Castela tem como objetivo expor as circunstâncias e os fatos que levaram à morte do infante D. Pedro.

8.4. RENDIMENTOS, DOAÇÕES E PRESENTES

170 dobras na missão a Castela em 1449.

100 dobras na nova missão a Castela.

⁷¹⁶ As referências que dispomos sobre Afonso Pereira como embaixador indicam apenas o nome. No mesmo período encontramos um homônimo. A definição pelo reposteiro-mor encontra-se explicitada no Apêndice – Quem foi Afonso Pereira?

9. CARREIRA BUROCRÁTICA

Entre 1462 e 1469 aparece como reposteiro da casa de D. Afonso V.

Em 1474 é mencionado como Reposteiro-mor de D. Afonso V.

11. CONSELHO RÉGIO

Em 1474 é mencionado como cavaleiro do conselho.

14. FONTES

GAYO, Manuel José da Costa Felgueiras. *Nobiliário de Famílias de Portugal*. Edição de Agostinho de Azevedo Meirelles e Domingos de Araújo Affonso. Braga: Oficina gráfica da Pax, 1939, Tomo XXII, p. 82, 181, 187.

Livro de Linhagens do século XVI. Introdução de António Machado de Faria. Lisboa: Academia Portuguesa de História, 1956, p.361-363.

MH, vol.10, doc.49.

MORAIS, Cristóvão Alão de. *Pedatura Lusitana. Nobiliário de Famílias de Portugal*. 1968, Tomo V, vol. IV, p.248.

15. BIBLIOGRAFIA

FARO, Jorge. *Receitas e despesas da fazenda real de 1384 a 1481 (subsídios documentais)*. Lisboa: Publicações do Centro de Estudos Económicos, 1965, p.79, 82, 200-207, 213, 217-219.

GOMES, Saul António. *D. Afonso V*. Lisboa: Círculo de Leitores, temas e debates, 2009, p.162

GOMES, Rita Costa. *A Corte dos Reis de Portugal no final da Idade Média*. Lisboa: Difel, 1995, p.80-81.

MORENO, Humberto Carlos Baquero. *A Batalha de Alfarrobeira. Idem*, vol. II, p.927-928.

SANTARÉM, Visconde de. *Quadro Elementar das Relações Políticas e Diplomáticas de Portugal com as diversas potências do mundo desde o principio da Monarchia portugueza até os nossos dias*. Paris: J. P. Aillaud, Tomo I, p.348.

AFONSO VELHO (frei)

1. DADOS CRONOLÓGICOS

1.1. VIDA

?-1488.

3. INSERÇÃO SOCIAL

3.2. LAÇOS PESSOAIS

3.2.1. DEPENDÊNCIA

Servidor do infante D. Henrique.

3.3. ESTATUTO SOCIAL

3.3.2. DO INDIVÍDUO

Frei.

6. CARREIRA UNIVERSITÁRIA

6.1. UNIVERSIDADE FREQUENTADA

6.2. GRAU UNIVERSITÁRIO

Em 25 de março de 1448 aparece como bacharel em Teologia.

Em 29 de agosto de 1450 aparece como mestre em Teologia.

Referenciado como professor de Teologia desde 29 de agosto de 1450.

Em 22 de dezembro de 1469 aparece como lente ou regente da cátedra de Teologia do Estudo Geral de Lisboa, função que ainda desempenhava em 10 de maio de 1478.

8. CARREIRA DIPLOMÁTICA

8.1. MISSÕES

Em 29 de agosto de 1450 é citado em Roma como embaixador de D. Henrique⁷¹⁷.

Em 04 de março de 1454 é citado em Aragão.

Em 1455 é enviado ao papa Calisto III⁷¹⁸.

8.2. MEMBROS DA COMITIVA

Em 1455 acompanha D. JOÃO DE MENESES e NUNO FERNANDES TINOCO.

8.3. PARTICIPAÇÃO NA EMBAIXADA

Em 1454 aparece levando uma carta de D. Afonso V a rainha aragonesa.

Em 1455 tem como objetivo prestar obediência ao papa Calisto III.

8.4. RENDIMENTOS, DOAÇÕES E PRESENTES

Recebe 146 dobras pela missão de 1455.

10. CARREIRA ECLESIAÍSTICA

Frade dominicano desde, pelo menos, 25 de março de 1448.

Confessor, esmoler, pregador e conselheiro do infante D. Henrique, duque de Viseu, desde, pelo menos, março de 1448.

Em 17 de março de 1456, foi designado por Calisto III como pregador da cruzada no reino de Portugal.

⁷¹⁷ Na “prosopografia dos lentes, estudantes e oficiais do Estudo de Lisboa”, da obra *A Universidade medieval em Lisboa, séculos XIII-XVI* (2013), Afonso Velho é citado como embaixador do rei de Portugal junto do papa em 29 de agosto de 1450. Não obstante, de acordo com a documentação presente na CUP, vol. V, doc. 1552 e na MH, Vol. X, doc. 213, o personagem atuou como enviado do infante D. Henrique. Nesse sentido, desconsideramos a embaixada para contagem.

⁷¹⁸ De acordo com documentos publicados no volume VI do *Chartularium Universitatis Portugalensis* a embaixada permaneceu na Santa Sé até inícios de 1456, tendo alcançado diferentes bulas do papa Calisto III. Acrescenta-se ainda que Afonso Velho passa a ser designado em março de 1456 como pregador da Cruzada.

Servidor do papa Calisto III, Capelão e penitenciário da basílica de São Pedro, em Roma, em 08 de junho de 1456.

13. OBSERVAÇÕES

Ao longo de 1456 recebe do papa Calisto III dois benefícios papais incompatíveis, entre os quais um mosteiro; o indulto de poder escolher confessor, secular ou regular, que o possa absolver de todas as penas e conceder-lhe a remissão plenária, mesmo nos casos reservados à Santa Sé.

Em 03 de abril de 1456, o papa Calisto III determina conceder indulgências àqueles que assistissem à sua pregação de cruzada.

14. FONTES

MH, Vol.10, doc.213,232; Vol.11, doc.229, 230; Vol.12, doc.135

CUP, VI, doc. 1786, 1791, 1794, 1797, 1802 e 1808.

15. BIBLIOGRAFIA

FARO, Jorge. *Receitas e despesas da fazenda real de 1384 a 1481 (subsídios documentais)*. Lisboa: Publicações do Centro de Estudos Económicos, 1965, p.80.

JOSÉ, Maria & FARO, Jorge. Embaixadas enviadas pelos reis de Portugal de 1415 a 1473. Subsídios documentais. In: *Actas do Congresso Internacional de História dos Descobrimentos*. Lisboa, 1961, Vol. III, p.266.

ARAÚJO, Julieta. *Os Dominicanos na Expansão Portuguesa. Séculos XV e XVI*. Lisboa: Colibri, 2009:18.

FERNANDES, Hermenegildo (coord.). *A Universidade medieval em Lisboa, séculos XIII-XVI*. Lisboa: Tinta-da-China, 2013, p.472-473.

ÁLVARO DA MOTA

3. INSERÇÃO SOCIAL

3.3. ESTATUTO SOCIAL

3.3.2. DO INDIVÍDUO

Frei

5. NÍVEL CULTURAL

5.1. PAPEL NA PRODUÇÃO CULTURAL

Tradutor da Vida de D. Telo.

6. CARREIRA UNIVERSITÁRIA

6.2. GRAU UNIVERSITÁRIO

Mestre em Teologia.

Designado pelo Capítulo Geral de Colmar, em 1434, leitor de Sentenças em Valladolid.
Reitor da Universidade de Coimbra (1450 – c.1455).

8. CARREIRA DIPLOMÁTICA

8.1. MISSÕES

Aparece mencionado como enviado ao Imperador, em meados dos anos 50⁷¹⁹.

8.2. MEMBROS DA COMITIVA

Acompanha DIOGO DA SILVA.

8.4. RENDIMENTOS, DOAÇÕES E PRESENTES

Recebe 900 dobras pela missão.

10. CARREIRA ECLESIAÍSTICA

Frei dominicano.

15. BIBLIOGRAFIA

FARO, Jorge. *Receitas e despesas da fazenda real de 1384 a 1481 (subsídios documentais)*. Lisboa: Publicações do Centro de Estudos Económicos, 1965, p.79

GOMES, Saul António. Os dominicanos e a cultura em tempos medievais: o caso português. In: *Biblos. Revista da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra*. VII, 2009, p.261-294.

⁷¹⁹ Acredita-se que o rol apresentado por Faro está, minimamente, disposto cronologicamente. Nesse quadro, Diogo da Silva é mencionado após a embaixada de 1454, de Nuno Tinoco, e antes da embaixada de 1455, de João Fernandes da Silveira.

ÁLVARO DE ATAÍDE (D.)

3. INSERÇÃO SOCIAL

3.1. FAMÍLIA

3.1.1. GERAÇÃO PRECEDENTE

Neto por via paterna de Martim Gonçalves de Ataíde, fidalgo de D. Fernando e de D. João I, alcaide do castelo de Chaves, e Mécia Vasques Coutinho, aia dos filhos de D. João I; e por via materna, de D. Pedro de Castro, senhor de Cadaval, e de D. Leonor Teles de Meneses.

Filho de D. Álvaro Gonçalves de Ataíde e de D. Guiomar de Castro.

3.1.2. COLATERAIS

Tem como tios paternos Vasco Fernandez de Ataíde, D. Isabel de Ataíde e D. Helena (Jlena).

Irmão de D. MARTINHO DE ATAÍDE, D. João de Ataíde, D. Vasco de Ataíde, D. Joana de Castro, D. Filipa, D. Leonor de Meneses, D. Mécia de Castro, D. Pedro.

3.1.3. CASAMENTO

Casado com D. Leonor, filha de Pedro Vaz de Melo, conde de Atalaia.

Após a morte da primeira esposa casou com D. Violante de Távora, filha de PERO DE SOUSA, o Seabra.

3.1.4. DESCENDÊNCIA

D. Pedro de Ataíde (com D. Leonor).

D. António de Ataíde (com D. Violante).

D. Álvaro (bastardo).

3.2. LAÇOS PESSOAIS

3.3. ESTATUTO SOCIAL

3.3.1. DA GERAÇÃO PRECEDENTE

Álvaro Gonçalves de Ataíde foi o primeiro conde de Atouguia, do conselho de D. João I, cavaleiro e governador da casa do infante D. Pedro, alcaide do castelo de Montemor de Rio Livre, aio de D. Afonso V.

3.3.2. DO INDIVÍDUO

Cavaleiro da casa real, pelo menos desde 1462.

3.3.3. DOS COLATERAIS

Entre os tios, D. Isabel de Ataíde casou-se com D. Fernando de Castro, governador da casa do infante D. Henrique; D. Helena casou-se com Pero Vaaz da Cunha, senhor de Angeia.

Entre os irmãos, D. MARTINHO DE ATAÍDE foi o segundo conde de Atouguia e mordomo-mor do infante D. Fernando, irmão de D. Afonso V.

D. Vasco de Ataíde e D. João de Ataíde foram Priors do Crato

D. Joana de Castro, mulher do marechal D. Fernando Coutinho, alcaide-mor de Pinel.

D. Filipa casou-se com D. João de Noronha, alcaide-mor de Óbidos.

D. Leonor de Meneses casou-se com Gonçalo de Albuquerque, senhor de Vila Verde.

D. Mécia de Castro casou-se com Fernão de Sousa, alcaide-mor de Montalegre e senhor de Gouvea.

D. Pedro, bastardo, foi abade de Penalva

3.3.4. DA GERAÇÃO SEGUINTE

D. Pedro de Ataíde, aparece integrando a casa real como cavaleiro fidalgo desde 1469, foi herdeiro da Castanheira e Povos e da casa do conde de Atalaia, seu avô. Morre esquartejado pela traição por ser culpado na traição do duque D. Diogo.

D. António de Ataíde herdou a casa do sobrinho, D. Fernando de Ataíde (filho de D. Pedro), sendo conde de Castanheira e Vedor da Fazenda de D. João III.

4. NÍVEL ECONÔMICO

4.1. PATRIMÔNIOS, RENDIMENTOS E DOAÇÕES

Em 1462, na condição de cavaleiro fidalgo da casa real, recebe 1700 reis.

4.2. PRIVILÉGIOS

Em 22 de Outubro de 1475 seu filho recebe uma carta de privilégio.

8. CARREIRA DIPLOMÁTICA

8.1. MISSÕES

Em 03 de Junho de 1475 é enviado em missão ao rei da França⁷²⁰.

8.2. MEMBROS DA COMITIVA

É acompanhado do licenciado JOÃO DE ELVAS em 1475. A comitiva contava ainda com a presença de João de Montemor, Diogo Prato, João Luís, João Álvares, Diogo Rodrigues e Estevão Fernandes, cavaleiros que atestam a confirmação dos tratados em 23 de Setembro.

8.3. PARTICIPAÇÃO NA EMBAIXADA

Recebe plenos poderes para tratar, fazer e assentar paz, amizade e aliança com o rei da França. O tratado de liga ofensiva com Luís XI é assinado em 08 de Setembro. No dia 23 do mesmo mês foi assinado ainda a confirmação dos tratados anteriores (1408, 1435 e 1455).

14. FONTES

FREIRE, Anselmo Brammcamp. *Brasões da Sala de Sintra*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1921, vol.1, p.81.

GÓIS, Damião de. *Crónica do Príncipe D. João*. Cap. XLVII.

Livro de Linhagens do século XVI. Introdução de António Machado de Faria. Lisboa: Academia Portuguesa de História, 1956, p.213-217.

PINA, Ruy de. *Chronica de El-Rei D. Affonso V*. Escripório, Lisboa: Rutgers University Libraries, 1901, capítulo CXCIII.

15. BIBLIOGRAFIA

FARO, Jorge. *Receitas e despesas da fazenda real de 1384 a 1481 (subsídios documentais)*. Lisboa: Publicações do Centro de Estudos Económicos, 1965, p.202-205.

SANTARÉM, Visconde de. *Quadro Elementar das Relações Políticas e Diplomáticas de Portugal com as diversas potências do mundo desde o principio da Monarchia portugueza até os nossos dias*. Paris: J. P. Aillaud, 1842-1853, vol. I-VIII, Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias, 1864-1876, Vol.3, p.123-124.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *Relações históricas entre Portugal e a França. (1431-1481)*. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian. Centro Cultural Português, 1975, p.100-102, 106.

⁷²⁰ A embaixada ocorre após D. Afonso V desposar D. Joana, em maio de 1475.

ÁLVARO DE BRAGANÇA

1. DADOS CRONOLÓGICOS

1.1. VIDA

1433-1504

3. INSERÇÃO SOCIAL

3.1. FAMÍLIA

3.1.1. GERAÇÃO PRECEDENTE

Neto de D. Afonso, filho bastardo de D. João I, conde de Barcelos e primeiro duque de Bragança, e de D. Beatriz Pereira, filha de Nuno Álvares Pereira.

Filho de D. Fernando e D. Joana de Castro.

3.1.2. COLATERAIS

Irmão de D. Fernando, D. João, D. Afonso, D. António, D. Isabel, D. Beatriz, D. Guiomar e D. Catarina.

3.1.3. CASAMENTO

Em 18 de Setembro de 1479 desposa D. Filipa de Melo, herdeira única da casa de Olivença. Filha de Rui Afonso de Melo, 1º conde de Olivença e de D. Isabel de Meneses.

3.1.4. DESCENDÊNCIA

D. Rodrigo de Melo, D. Jorge de Portugal, D. Isabel de Castro, D. Britez de Mello, D. Joana de Vilhena, D. Maria Manoel.

3.2. LAÇOS PESSOAIS

3.3. ESTATUTO SOCIAL

3.3.1. DA GERAÇÃO PRECEDENTE

D. Fernando foi conde de Arraiolos, marquês de Vila Viçosa e o 2º duque de Bragança.

3.3.2. DO INDIVÍDUO

Senhor do condado de Tentúgal.

3.3.3. DOS COLATERAIS

D. Fernando (irmão) foi o 3º duque de Bragança.

D. João foi marquês de Montemor-o-Novo.

D. Afonso foi conde de Faro.

D. Beatriz, mulher de D. Pedro de Meneses e 3ª condessa de Vila Real.

D. Guiomar, mulher de D. Henrique de Meneses, 1ª condessa de Valença.

3.3.4. DA GERAÇÃO SEGUINTE

D. Isabel de Castro casou-se com D. Alonso de Souto Mayor, conde de Benalcacer.

D. Britez de Mello casou-se com D. Jorge, mestre de Santiago e de Avis, duque de Coimbra e filho de D. João II.

D. Joana de Vilhena casou-se com D. Francisco de Portugal, conde do Vimoso e vedor da fazenda de D. João III.

D. Maria Manoel casou-se com D. João da Silva, segundo conde de Portalegre e mordomo-mor.

4. NÍVEL ECONÓMICO

4.1. PATRIMÓNIOS, RENDIMENTOS E DOAÇÕES

Em 30 de Agosto de 1464 recebe a dízima das sentenças condenatórias da vila de Beja.

Em 21 de Janeiro de 1465 é-lhe doada a vila de Beja e termo com jurisdição civil e crime, como tinha Nuno Álvares Pereira, por D. Fernando, seu pai. Na mesma data é-

lhe doada as rendas da vila e termo de Beja. A doação foi confirmada pelo monarca no mesmo dia, recebendo nova confirmação em 04 de Janeiro de 1470.

Em 30 de Março de 1470 recebe o acréscimo de tença no valor de 72.858 reais brancos, para além de 170.000 reais que já recebia.

Em 18 de Outubro de 1473 recebe a tença anual de 30.000 reais.

Em 1473 aparece no rol das despesas régias recebendo um total de 282.000 reais.

Em 03 de Junho de 1476 recebe as vilas e castelo com termos e senhorios de Torres Novas e Alvaiázere.

Em 28 de Julho de 1476, através de um escambo com o príncipe D. João recebe as vilas, termos, senhorios e igrejas de Buarcos, Rabaçal, Vila nova de Anços, Pereira e Anobra, com jurisdição civil e crime, mero e misto império, padroados, direitos, foros, tributos e rendas; as igrejas de São Miguel e de Santa Madalena com seu padroado em Montemor-o-Velho; a vila de Tentúgal e povoações sob sua jurisdição com todas as jurisdições e rendas com exceção daquelas que andam junto com a renda de Montemor. Em contrapartida dá a vila, castelo e igrejas de Torres Novas, com todas as jurisdições, mero e misto império, padroados, direitos e renda. Na mesma data recebe a confirmação régia do escambo.

Em 03 de junho de 1476 recebe as vilas e castelo com termos e senhorios de Torres Novas e Alvaiázere, com jurisdição civil e crime, mero e misto império. Na mesma data recebe os direitos sobre as igrejas de Torres Novas e Alvaiázere com seus padroados, assim como recebe os tributos e rendas da vilas e castelo de Torres Novas e Alvaiázere, com termos e senhorios.

Em 18 de Agosto de 1478 recebe uma tença de 30.000 reais brancos.

Em 17 de Novembro de 1478 recebe a tença de 127.143 reais brancos pelo cargo de regedor da Casa da Suplicação.

Em 20 de Novembro de 1478 é-lhe doado as terras de Cadaval e Feral com jurisdição civil e crime, mero e misto império, senhorio alto e baixo, foros e rendas, pelo duque de Bragança.

Em 05 de Dezembro de 1478 recebe a renda da dízima nova do pescado de Buarcos e Montemor-o-Velho, e a renda do serviço novo e velho das judiarias de Sines, Colos e Santiago de Calém.

Em 22 de Dezembro de 1478 é-lhe doado, pelo duque de Bragança, uma terra que traz Lopo Vasques de Santa Marta, além do rio Abegorias, na ponte de Portarrego, em Avisquer; uma terra que traz a viúva das Figueiras, além do rio, a caminho de Almerim; uma terra que tem João das Águias; uma terra de requeixada, junto com a ponte de Alviela; um casal do sourico, nos bairros, no termo de Santarém; uma terra que traz Diogo Gago da Codeceira, terra junto da ponte de Aceca. As doações são confirmadas pelo rei em 03 de Agosto de 1479, 05 e 08 de Novembro de 1479.

Em 25 de Fevereiro de 1479 é-lhe doado, pelo duque de Bragança, a quinta de Valverde, termo de Santarém; as rendas dos quartos de pão e foro em dinheiro de Atalaia, termo de Sintra, que foram de Álvaro Gonçalves; as terras da herdade nova, junto a Santa Maria do Freixo, termo de Évoramonte; as courelas de pão junto a Santa Maria do Freixo, termo de Évoramonte; as herdades do termo de Vila Boim, Borba e Elvas, que foram de D. Catarina e o duque de Bragança comprara ao conde de Penela; o foro da herdade de Madeira e as herdades compradas na vila Boim; um casal de Ranholas, termo de Sintra; casas junto ao eirado de Santo Eloi, contra São Jorge de Lisboa; a quinta de Micer Golim, termo de Lisboa; quinhão e quartos de Barcarena; uma terra além do rio, a caminho de Almerim; herdades que foram de Rodrigo Afonso e a herdade do Texugo de Martim Abreu, junto de Borba, Elvas e vila Boim. Recebe a confirmação régia da doação em 03 de Agosto de 1479, 05 de Novembro de 1479.

Em 01 de Março de 1479, através de um escambo com o duque de Bragança, recebe casas com quintas e enchidos em Lisboa, junto da igreja de Santiago. Em contrapartida dá a quinta de Valverde, no termo de Santarém, com suas casas e mata. Em 28 de Abril de 1480 o escambo é confirmado pelo rei.

Em 1479 recebe o acréscimo de 100.000 reis.

Em 27 de Abril de 1482 recebe as rendas judiaria de Alcácer do Sal.

4.2. PRIVILÉGIOS

Em 21 de Janeiro de 1465 recebe o privilégio de nomear almoxarife e escrivão em Beja. Em 11 de Janeiro de 1467 é privilegiado com a isenção de pagamento da dízima do que vier de qualquer parte que seja, por mar ou por terra, de portagem, passagem ou costumagem dentro do reino e de chancelaria das mercês e privilégios que receber.

Em 13 de Dezembro de 1471 é acordado que os fidalgos fiquem proibidos de chamar os mouros da vida de Beja para dançar e tocar contra suas vontades, bem como lhes tomarem os bens porque assim não trabalham como devem e baixam as rendas que lhes são devidas.

Em 04 de Abril de 1476 recebe o privilégio que nenhum ouvidor ou corregedor ou adiantado entre nas suas terras para fazer correição ou qualquer outro auto de justiça.

7. CARREIRA MILITAR

Participa da guerra luso-castelhana nas hostes do rei de Portugal.

8. CARREIRA DIPLOMÁTICA

8.1. MISSÕES

Em 1476, durante a guerra luso-castelhana, está presente nas negociações de Zamora.

8.2. MEMBROS DA COMITIVA

Em 1476 acompanha RUI DE SOUSA e o doutor António Nunes na negociação de Zamora⁷²¹.

9. CARREIRA BUROCRÁTICA

Regedor da Casa da Suplicação, desde 18 de Julho de 1473, com os mesmos direitos e privilégios que teve o Arcebispo de Braga.

Chanceler-mor, desde 11 de Agosto de 1474, cargo que ocupa até 1483.

Contador-mor e alcaide-mor de Sevilla e Andújar.

11. CONSELHO RÉGIO

Presidente do Conselho real.

Conselheiro de D. Afonso V e D. João II.

13. OBSERVAÇÕES

Ao lado do irmão, conde de Faro, aparece acompanhando o monarca na viagem à França.

Após os incidentes entre o irmão, D. Fernando, 3º duque de Bragança e o rei D. João II, D. Álvaro vai para o exílio em Castela.

14. FONTES

⁷²¹ Rui de Pina não menciona o doutor António Nunes e indica que um licenciado de Ciudad Rodrigo teria atuado como embaixador de D. Afonso V. Damião de Góis critica a exposição de Pina expondo que a presença de Nunes na comitiva portuguesa e associando o licenciado de Castela aos negociadores de D. Fernando e D. Isabel.

GÓIS, Damião de. *Crónica do Príncipe D. João*. Edição crítica e comentada de Graça Almeida Rodrigues. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 1977, capítulo LXXV.

LEÃO, Duarte Nunes de. *Crónica e vida del Rey D. Affonso V*. In: *Crónicas dos Reis de Portugal*. Lisboa: Officina de José de Aquino Bulhões, 1780, tomo II, capítulo LXII.

Livro de Linhagens do século XVI. Introdução de António Machado de Faria. Lisboa: Academia Portuguesa de História, 1956, p.3-4, 10.

PINA, Ruy de. *Chronica de El- Rei D. Affonso V*. Escriptorio, Lisboa: Rutgers University Libraries, 1901, Capítulo CLXXXIX.

15. BIBLIOGRAFIA

CUNHA, Mafalda Soares da. *Linhagem, Parentesco e Poder. A Casa de Bragança (1384-1483)*. Lisboa: Fundação da Casa de Bragança, 1990, p.30-41, 199ss.

GOMES, Saul. *D. Afonso V*. Lisboa: Círculo de Leitores, temas e debates, 2009, p.396.

SANTAREM, Visconde de. *Quadro Elementar das Relações Políticas e Diplomáticas de Portugal com as diversas potências do mundo desde o principio da Monarchia portugueza até os nossos dias*. Paris: J. P. Aillaud, 1842-1853, Vol.1, p.378.

ÁLVARO DE MOURA

1. DADOS CRONOLÓGICOS

1.1. VIDA

c.1400-1477

2. INSERÇÃO GEOGRÁFICA

2.3. LOCAL DE SEPULTURA

Assim como o pai, jaz na Sé da cidade de Évora.

3. INSERÇÃO SOCIAL

3.1. FAMÍLIA

3.1.1. GERAÇÃO PRECEDENTE

Filho de Lopo Álvares (Gonçalves) de Moura e Mécia Vasques, filha de Vasco Lourenço Marinho.

3.1.2. COLATERAIS

Irmão de Pedro de Moura e D. Leonor de Moura.

3.1.3. CASAMENTO

D. Leonor de Sousa, filha de João Falcão, alcaide-mor do castelo de Mourão, e de D. Branca de Sousa, filha bastarda de D. Lopo Dias de Sousa, mestre da Ordem de Cristo.

3.1.4. DESCENDÊNCIA

Lopo Álvares de Moura, Francisco de Moura, Manoel de Moura, Nuno Barreto (?) e Branca de Sousa (?)⁷²².

3.2. LAÇOS PESSOAIS

3.2.1. DEPENDÊNCIA

Membro da casa de D. João I.

Membro da casa do infante D. Fernando e, posteriormente, do infante D. Pedro.

3.3. ESTATUTO SOCIAL

3.3.1. DA GERAÇÃO PRECEDENTE

O pai aparece como conselheiro de D. João I entre 1405 e 1406.

3.3.2. DO INDIVÍDUO

Escudeiro da casa de D. João I, pelo menos, desde 1414.

Fidalgo da casa do infante D. Fernando e, posteriormente, do infante D. Pedro.

Senhor do Morgado da Corte Serrão.

Senhor da judiaria de Évora.

3.3.3. DOS COLATERAIS

Pedro de Moura foi senhor das Meadas e das Póvoas e alcaide-mor de Marvão. Casou-se com D. Filipa de Mello, filha de João de Mello, alcaide-mor de Cerpa, e D. Isabel da Silveira.

D. Leonor de Moura casou-se com António de Brito de Montemor-o-Novo.

3.3.4. DA GERAÇÃO SEGUINTE

Lopo Álvares de Moura foi alcaide-mor dos Secos do reino e senhor do Morgado da Corte Serrão.

⁷²² A indicação da descendência varia no LL e na HGCRP. No primeiro, Nuno Barreto aparece como filho de Álvaro de Moura, mas no segundo, além de não existir menção a esse filho, o mesmo Nuno, ou um homônimo, é mencionado como pai da esposa de Lopo Álvares de Moura. Acrescenta-se ainda que na HGCRP Branca de Sousa é citada como filha de Álvaro de Moura.

Manoel de Moura foi um dos capitães da armada que Diogo Lopes de Siqueira, governador da Índia, mandou ao mar da Arábia.

Branca de Sousa foi esposa do alcaide-mor de Mertola.

4. NÍVEL ECONÓMICO

4.1. PATRIMÓNIOS, RENDIMENTOS E DOAÇÕES

Como escudeiro da casa de D. João I é mencionado recebendo a quantia de 200 libras.

Em 01 de Abril de 1452 recebe a renda do genesim de Évora e de outros lugares que pertenciam a João Falcão, seu sogro.

Em 11 de Maio de 1454 recebe como doação os bens pertencentes ao vaqueiro Álvaro Eanes, no termo de Monsaraz.

Em 22 de Maio de 1454 recebe a tença anual de 24.000 reais brancos pelo seu casamento.

Em 08 de Dezembro de 1458 recebe a renda do serviço novo dos judeus de Montemor-o-Novo, em condições análogas às que tinha em Évora⁷²³.

Em 26 de Julho de 1467 recebe a tença anual 20.000 reais brancos, obtida com base no rendimento das sacas e coisas proibidas que eram apreendidas nos portos da comarca de Entre-o-Tejo-e-Odiana.

7. CARREIRA MILITAR

Participou na expedição a Castela em 1445, dirigida pelo Condestável D. Pedro.

Combate ao lado de D. Afonso V em Alfarrobeira.

8. CARREIRA DIPLOMÁTICA

8.1. MISSÕES

Aparece como enviado a Castela, missão provavelmente ocorrida na década de 60⁷²⁴.

8.4. RENDIMENTOS, DOAÇÕES E PRESENTES

Na embaixada que aparece como enviado a Castela recebe 90 dobras.

9. CARREIRA BUROCRÁTICA

Guarda-mor dos portos da comarca de Entre-o-Tejo-e-Odiana.

Alcaide-mor dos Secos entre Tejo, Guadiana e Algarve.

Senhor dos judeus de Évora.

11. CONSELHO RÉGIO

Membro do conselho régio, pelo menos, desde 1467.

14. FONTES

CHAVES, Álvaro Lopes de. *Livro de Apontamentos (1438-1489)*. Códice 443 da Coleção Pombalina da BNL. Introdução e transcrição de Anastásia Mestrinho salgado e Abílio José Salgado. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1983, p.320.

FREIRE, Anselmo Brammcamp. *Brasões da Sala de Sintra*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1921, I, p.284.

GAYO, Manuel José da Costa Felgueiras. *Nobiliário de Famílias de Portugal*. Edição de Agostinho de Azevedo Meirelles e Domingos de Araújo Affonso. Braga: Oficina gráfica da Pax, 1939, tomo XXI, p.85, 88-89.

Livro de Linhagens do século XVI. Introdução de António Machado de Faria. Lisboa: Academia Portuguesa de História, 1956, p.323-324.

⁷²³ Quanto às rendas de Évora, seguimos a indicação de Baquero Moreno.

⁷²⁴ Será essa embaixada e será o mesmo embaixador o citado no *Livro de Apontamentos?* (LAP, 320).

SOUSA, António Caetano de. *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*. Lisboa: Officina de Joseph António da Silva, Tomo XII, parte I, Livro XIV, p.461-462.

15. BIBLIOGRAFIA

FARO, Jorge. *Receitas e despesas da fazenda real de 1384 a 1481 (subsídios documentais)*. Lisboa: Publicações do Centro de Estudos Económicos, 1965, p.31,53,81.

MORENO, Humberto Carlos Baquero. *A Batalha de Alfarrobeira. Antecedentes e significado histórico*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1979, vol.2, p.895-896.

ÁLVARO LOPES DE CHAVES

1. DADOS CRONOLÓGICOS

1.1. VIDA

?-c.1508.

3. INSERÇÃO SOCIAL

3.3. ESTATUTO SOCIAL

3.3.2. DO INDIVÍDUO

Cavaleiro da Ordem de Santiago.

Comendador da Chouparia.

4. NÍVEL ECONÔMICO

4.1. PATRIMÔNIOS, RENDIMENTOS E DOAÇÕES

Em 28 de Junho de 1484, recebe a doação da sesmaria da praia e terra junto ao Samouco.

Em 28 de Novembro de 1508, D. Manuel manda pagar à mulher e herdeiros 60.000 reais brancos, retirados do rendimento da sisa dos panos do Algarve.

4.2. DOAÇÕES E PRIVILÉGIOS

Em 29 de Junho de 1484, obtém autorização para arrendar os bens da comenda da Chouparia.

5. NÍVEL CULTURAL

5.1. PAPEL NA PRODUÇÃO CULTURAL

Elaborou o *Livro de Apontamentos (1438-1489)*.

7. CARREIRA MILITAR

Cavaleiro da Ordem de Santiago.

Comendador da Chouparia.

Presente em guerras no Marrocos.

Presente na batalha do Toro (1476).

8. CARREIRA DIPLOMÁTICA

8.1. MISSÕES

Foi enviado a Castela entre 1464 e 1471.

Em 1472 foi novamente enviado a Castela.

Foi enviado a Roma.

Em Abril de 1476, é enviado a Bretanha e ao rei da França.

8.2. MEMBROS DA COMITIVA

Em 1476, acompanha PERO DE SOUSA.

8.3. PARTICIPAÇÃO NA EMBAIXADA

Em 1476, tem como objetivo negociar a entrada da Bretanha nas tréguas entre a Borgonha e a França, relação que Portugal ocupava a posição de mediano. Em 04 de Junho a embaixada já alcançava a resposta positiva do duque da Bretanha.

9. CARREIRA BUROCRÁTICA

Escrivão da Câmara entre 1462 e 1508.

Secretário régio de D. Afonso V entre 1475 e 1481.

Em 12 de Novembro de 1481 é provido Notário Geral.

11. CONSELHO RÉGIO

Conselheiro

12. VIDA PÚBLICA

Presente nas Cortes de Évora (1481).

13. OBSERVAÇÕES

Em 04 de Abril de 1476, foi-lhe acrescentado o Escudo das suas Armas.

Em 1482, é acusado de envolvimento nas negociações secretas para a concretização do casamento do rei Febo de Navarra com a senhora D. Joana.

Um homônimo entre 1439 e 1463.

14. FONTES

Carta de D. Afonso V, rei de Portugal, ao duque Francisco da Bretanha, sobre as tréguas feitas pelos reis de França e de Inglaterra e anunciando o envio da embaixada de D. Pero de Sousa e Álvaro Lopes. In: SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *Relações históricas entre Portugal e a França. (1431-1481)*. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian. Centro Cultural Português, 1975, doc. IX, p.158.

CHAVES, Álvaro Lopes de. *Livro de Apontamentos (1438-1489)*. Códice 443 da Coleção Pombalina da BNL. Introdução e transcrição de Anastásia Mestrinho salgado e Abílio José Salgado. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1983, p.119, 312-313, 319-321.

15. BIBLIOGRAFIA

DURÃO, Maria Manuela. *1471 – Um ano africano no desembargo de D. Afonso V*. Dissertação de mestrado. Porto: Universidade do Porto, 2002, vol. II, p.114-115.

MONTEIRO, Helena Maria. *A Chancelaria régia e os seus oficiais. (1464-1465)*. Dissertação de mestrado. Porto: Universidade do Porto, 1997, vol. II, p.157-159.

SALGADO, Anastásia Mestrinho & SALGADO, Abílio José. Introdução. In: *Livro de Apontamentos (1438-1489)*. *Idem*, p.26-33.

ÁLVARO PIRES VIEIRA

1. DADOS CRONOLÓGICOS

1.1. VIDA:

Em 18 de outubro de 1480 já era falecido.

3. INSERÇÃO SOCIAL

3.1. FAMÍLIA

3.1.2. COLATERAIS

Em 30 de Abril de 1496, João Vaz de Pousada, morador da vila de Monforte, sobrinho de Álvaro Pires Vieira, recebe mercê de escrivão das sisas de Monforte e seu termo⁷²⁵.

3.1.4. DESCENDÊNCIA:

Diogo Álvares Vieira que, em 1490, recebe de D. João II a confirmação da herança dos casais de Monte Agraço.

Beatriz (Brites) Álvares.

3.2. LAÇOS PESSOAIS

3.2.1. DEPENDÊNCIA:

Em 11 de Setembro de 1476, um criado seu, Nuno Martins, foi nomeado tabelião do Cível em Lisboa e seu termo.

3.2.2. CLIENTELAS FORMADAS:

Amigo do doutor Pedro da Silva.

Em 29 de Setembro de 1451, Gil Martins, morador de Évora, por pedido de Álvaro Pires Vieira, fica “daqui en diante escussado de pagar em nenhhuas peitas que per nos sejam ou forem lançadas per quallquer guissa que seia”, porque o “servira quando estava no Estudo”.

3.3. ESTATUTO SOCIAL

3.3.2. DO INDIVÍDUO:

Cavaleiro

Vassalo régio, desde 1450.

3.3.4. DA GERAÇÃO SEGUINTE

Beatriz (Brites) Álvares casou-se com Diogo da Costa, filho de Gil Vaz da Costa, cavaleiro de D. Afonso V e D. João II, morador no arrabalde da ribeira, em Távira.

4. NÍVEL ECONÓMICO

4.1. PATRIMÓNIOS, RENDIMENTOS E DOAÇÕES

Em 25 de janeiro de 1450 recebe os bens confiscados a Diogo Taveira e Pedro Taveira, partidários de D. Pedro em Alfarrobeira.

Em 05 de julho de 1463, foi-lhe atribuída, por carta régia, uma tença anual de 10.000 reais brancos, a receber a partir do ano seguinte.

Em 17 de Setembro de 1467, obteve por parte do cónego da Sé de Lisboa, Nuno de Seixas, a doação de uns casais situados em Monte Agraço, confiscados a Tristão Borges, participante das hostes de D. Pedro. A carta foi confirmada 17 de maio de 1469.

Em 09 de Maio de 1471, recebe mercê do padroado da igreja de S. Paio, ao qual deveria ser anexado o mosteiro de S. João de Vieira.

6. CARREIRA UNIVERSITÁRIA

6.1. UNIVERSIDADE FREQUENTADA

⁷²⁵ Cf.: <http://digitarq.dgarq.gov.pt/details?id=3878035>

Esteve no Estudo de Lisboa.

6.2. GRAU UNIVERSITÁRIO

Doutor em Leis desde, pelo menos, 1463.

Doutor em direito Civil.

7. CARREIRA MILITAR:

Participa em Alfarrobeira ao lado de D. Afonso V.

8. CARREIRA DIPLOMÁTICA

8.1. MISSÕES

É enviado ao reino da Inglaterra durante a regência.

É enviado numa nova embaixada em meados dos anos 40 sem destino claro.

É enviado ao reino de Aragão.

8.2. MEMBROS DA COMITIVA

Na missão ao reino da Inglaterra acompanha Álvaro da Cunha.

Na missão de meados dos anos 40 acompanha MARTIM de TÁVORA.

8.3. PARTICIPAÇÃO NA EMBAIXADA

8.4. RENDIMENTOS, DOAÇÕES E PRESENTES

Recebe 910 dobras pela missão a Inglaterra.

Recebe 300 dobras pela missão dos anos 40.

Recebe 100 dobras pela missão ao rei de Aragão, na cidade de Barcelona.

9. CARREIRA BUROCRÁTICA:

Desde 23 de Janeiro de 1450 é corregedor da corte, sendo substituído em 03 de março de 1463.

Em 1460 aparece como corregedor de Lisboa.

Em 1462 exerce, interinamente, o ofício de chanceler-mor.

Em 18 de Abril de 1463 já aparece como Desembargador de petições. Em 12 de Dezembro de 1466, renuncia ao cargo de desembargador do paço e das petições e agravos, sendo sucedido por João Teixeira.

Em 26 de Setembro de 1466, exerce o ofício de corregedor da corte interinamente.

Em 23 de Junho de 1471, aparece como chanceler da Casa do Cível. Em 08 de Julho de 1471, aparece novamente como chanceler da Casa do cível. Exerceu o ofício até 18 de Outubro de 1480, quando foi substituído pelo doutor Álvaro Pires.

Em 1475 é vice-chanceler.

11. CONSELHO RÉGIO

Membro do conselho desde 1466 até 1480.

12. VIDA PÚBLICA:

Em 06 de março de 1476, nas cortes de Lisboa, esteve presente no juramento do príncipe herdeiro.

14. FONTES

CUP, vol. 7, doc. 1493, 1617.

ZURARA, Gomes Eanes de. *Chronica do Conde D. Pedro de Meneses*. In: *Collecção de Livros Ineditos de História Portuguesa dos reinados de D. João I, D. Duarte, D. Affonso V e D. João II*. Publicados por José Corrêa da Serra. Lisboa: Academia Real das Sciencias de Lisboa, Tomo II, Livro II, capítulo XL.

CANTO, Ernesto do. *Os Côrtes-Reais: memória histórica acompanhada de muitos documentos inéditos*. Ponte Delgada: Tipografia do Archivo dos Açores, 1883, p.202-203.

Chancelaria de D. Manuel I, liv.40, fl.90.

15. BIBLIOGRAFIA:

COELHO, Maria Helena da Cruz. *Les relations du Savoir et du Pouvoir dans le Portugal medieval (XIVe-XVe siècles)*. Separata de: Europa und die Welt in der Geschichte: Festschrift zum 60, 2004.

DURAO, Maria Manuela. *1471 – Um ano africano no desembargo de D. Afonso V*. Dissertação de mestrado. Porto: Universidade do Porto, 2002, Catálogo, p.15-17.

FARO, Jorge. *Receitas e despesas da fazenda real de 1384 a 1481 (subsídios documentais)*. Lisboa: Publicações do Centro de Estudos Económicos, 1965, p.77, 78, 82.

GOMES, Saul António. *D. Afonso V*. Lisboa: Círculo de Leitores, temas e debates, 2009, p.396.

MONTEIRO, Helena Maria. *A Chancelaria régia e os seus oficiais. (1464-1465)*. Dissertação de mestrado. Porto: Universidade do Porto, 1997, vol. II, p.12-15.

MORENO, Humberto Carlos Baquero. *A Batalha de Alfarrobeira. Antecedentes e significado histórico*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1979, vol. 2, p.993-994.

SANTOS, Marco Sousa. *Duas Capelas laterais medievais do convento de S. Francisco de Távira*. In: *Medievalista* [Em linha]. N°10, (Julho 2011). Direc. José Mattoso. Lisboa: IEM.

ANTÃO GONÇALVES⁷²⁶

1. DADOS CRONOLÓGICOS

1.1. VIDA

c.1476.

3. INSERÇÃO SOCIAL

3.2. LAÇOS PESSOAIS

3.2.1. DEPENDÊNCIA:

Em 1462 já é cavaleiro da casa real.

Em 15 de Março de 1473 é referido como escudeiro de "nossa casa".

4. NÍVEL ECONÔMICO

4.1. PATRIMÔNIOS, RENDIMENTOS E DOAÇÕES

Em 08 de Setembro de 1462 recebe metade dos bens móveis e de raiz de Mendo Afonso, Rui Lopes e Bartolomeu do Porto.

Em 17 de Maio de 1464 recebe doação perpétua, assim como aos seus herdeiros, dos bens móveis e de raiz confiscados a Afonso Lopes, o Negro, morador de Alfaiates, que fora acusado de ser moedeiro falso.

Em 10 de Agosto de 1464 recebe coima no valor de 85 coroas e qualquer outro direito ou pena em que incorresse João Esteves, pescador, morador de Lisboa, que vendera uma caravela sem autorização régia.

Em 15 de Novembro de 1464 são lhe doados os bens móveis e de raiz de Pedro dos Olivais, morador em Lisboa, que morreu na Madeira sem testamento.

7. CARREIRA MILITAR:

Em 1458 está junto do monarca em Ceuta, onde redige um alvará de provimento de ofício.

8. CARREIRA DIPLOMÁTICA:

8.1. MISSÕES

Em 1452 é enviado ao papa, em Roma.

8.2. MEMBROS DA COMITIVA

Acompanha LUÍS GONÇALVES MALAFAIA, o doutor RUI GOMES DE ALVARENGA e Manuel/Mestre Diogo.

8.4. RENDIMENTOS, DOAÇÕES E PRESENTES

Recebe 2385 dobras por integrar embaixada ao papa, em 1452.

9. CARREIRA BUROCRÁTICA:

Desde 1445 é designado escrivão.

Entre 1462 e 21 de Outubro de 1475 é escrivão da câmara régia.

Em 15 de Março de 1473 é provido a feitor das "almudivas" do Cabo Espichel.

⁷²⁶ A única menção de Antão Gonçalves (Entam Gonçalves) como embaixador de que temos referência encontra-se no rol de receitas e despesas publicado por Jorge Faro. Neste o embaixador aparece como "secretário". Esse elemento nos leva a considerar, tal como Brito, Durão e Monteiro, que se trata do escrivão da câmara régia que desde os anos 40 aparece no cargo. Desta maneira, desconsideramos para a montagem do perfil biográfico frei Antão Gonçalves, guarda-roupa, escudeiro, cavaleiro e escrivão da puridade do infante D. Henrique, além de alcaide-mor de Tomar. Acreditamos que esse elemento tenderia a identificar o biografado primeiramente como 'frei' e não como 'secretário'.

13. OBSERVAÇÕES:

Em 1441, um homônimo, é moço dos Contos e criado de Gonçalo Gonçalves.

Em 29 de Novembro de 1473, um homônimo, tabelião das notas, morador de Santarém, perde o ofício por cometer muitos erros.

Em 01 de Abril de 1473, um homônimo, escudeiro, recebe carta de quitação pelo cargo de receber os bens e coisas que foram do bispo de Ceuta.

15. BIBLIOGRAFIA:

BRITO, Isabel Carla Moreira de. *A burocracia régia tardo-afonsina. A Administração central e os seus oficiais em 1476*. Dissertação de mestrado. Porto: Universidade do Porto, 2001, vol. II, p.126-127.

DURAO, Maria Manuela. *1471 – Um ano africano no desembargo de D. Afonso V*. Dissertação de mestrado. Porto: Universidade do Porto, 2002, Catálogo, p.117-119.

FARO, Jorge. *Receitas e despesas da fazenda real de 1384 a 1481 (subsídios documentais)*. Lisboa: Publicações do Centro de Estudos Económicos, 1965, p.79.

MONTEIRO, Helena Maria. *A Chancelaria régia e os seus oficiais. (1464-1465)*. Dissertação de mestrado. Porto: Universidade do Porto, 1997, vol. 2, p.163-164.

ANTÓNIO NÚÑEZ
(António Martinez Núñez/Nunes)

2. INSERÇÃO GEOGRÁFICA

2.1. ORIGEM

Salamanca.

2.2. DOMICÍLIO

Salamanca.

3. INSERÇÃO SOCIAL

3.1. FAMÍLIA

3.1.3. CASAMENTO

A esposa era da linhagem dos Araguz.

4. NÍVEL ECONÔMICO

4.1. BENS PATRIMONIAIS, REMUNERAÇÕES E DOAÇÕES

Casas em Salamanca e Ciudad Rodrigo.

6. CARREIRA UNIVERSITÁRIA

6.1. UNIVERSIDADE FREQUENTADA

Salamanca

6.2.. GRAU UNIVERSITÁRIO

Licenciado, pelo menos, desde 1461.

Doutor.

8. CARREIRA DIPLOMÁTICA

8.1. MISSÕES

Esteve nas negociações de Zamora em 1476.

8.2. MEMBROS DA COMITIVA

Álvaro de Bragança e Rui de Sousa (?).

9. CARREIRA BUROCRÁTICA

Contador de Enrique IV.

11. CONSELHO RÉGIO

Conselheiro do rei de Castela

12. VIDA PÚBLICA

Em 22 de março de 1461, aparece como testemunha de acordo entre os reis de Castela e Aragão.

Aparece como representante do Marques de Villena em 1474.

14. FONTES

DIOGO DE VARELA, *Crónica de los Reys Católicos*, edición de J. de M. Carriazo, Madrid, 1927, p.18. apud. BELTRÁN DE HEREDIA, Vicente. *Cartulario de la Universidad de Salamanca (1218-1600)*. Salamanca: Universidad de Salamanda, 1970, Doc. 226, p.158.

ZURITA, Cap. XXXVII, Cap. XVIII, libro XIX.

TORRE, 1958, doc. 109.

GÓIS, Damião de. *Crónica do Príncipe D. João. Idem*, Capítulo LXXV.

PINA, Rui de. *Chrónica de El-Rei D. Affonso V. Idem*, capítulo CLXXXIX.

CIDE DE SOUSA

3. INSERÇÃO SOCIAL

3.1. FAMÍLIA

3.1.1. GERAÇÃO PRECEDENTE

Filho bastardo de Gonçalo Annes de Sousa.

3.1.2. COLATERAIS

Irmão de Gonçalo de Sousa e João de Sousa.

3.1.3. CASAMENTO

Casa com Leonor Fogaça, filha de Rui Gonçalves de Castanheda, cavaleiro da Ordem de Santiago, comendador de Canha e Cabrela e vedor da infante D. Isabel, mulher do infante D. João, e de Violante Fogaça⁷²⁷.

3.1.4. DESCENDÊNCIA

Ruy de Sousa, Diogo de Sousa Cide, D. Francisca Fogaça e outra filha que foi mulher de D. Francisco de Melo de Viana.

3.3. ESTATUTO SOCIAL

3.3.2. DO INDIVÍDUO

Escudeiro⁷²⁸.

Fidalgo da casa de D. Afonso V.

3.3.3. DOS COLATERAIS

Gonçalo de Sousa foi comendador da Ordem de Cristo.

3.3.4. DA GERAÇÃO SEGUINTE

D. Francisca foi mulher D. Pedro de Moura, senhor de Azambuja.

7. CARREIRA MILITAR

Em 27 de Fevereiro de 1453 aparece como capitão dos navios mandados por D. Afonso V à Guiné.

8. CARREIRA DIPLOMÁTICA

8.1. MISSÕES

Aparece numa embaixada a Castela.

8.2. MEMBROS DA COMITIVA

8.3. PARTICIPAÇÃO NA EMBAIXADA

8.4. RENDIMENTOS, DOAÇÕES E PRESENTES

Recebe 70 dobras pela embaixada a Castela.

9. CARREIRA BUROCRÁTICA

Vedor e contador da casa de D. Joana, a Beltraneja, pelo menos, desde 26 de Janeiro de 1457.

13. OBSERVAÇÕES

Esteve em Castela a serviço de D. Leonor, e após a morte da rainha entra para o serviço de D. Alfonso V.

No *Livro de Apontamentos* consta um Cide de Sousa como enviado a Castela com recados do Mestre de Santiago.

⁷²⁷ Por carta de 26 de Janeiro de 1457 o monarca confirma o casamento.

⁷²⁸ Nas cartas assinadas pela rainha D. Maria de Aragão, em finais de 1445, Cide de Sousa é citado como escudeiro português.

14. FONTES

CHAVES, Álvaro Lopes de. *Livro de Apontamentos (1438-1489)*. Códice 443 da Coleção Pombalina da BNL. Introdução e transcrição de Anastásia Mestrinho Salgado e Abílio José Salgado. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1983, p.319.

Livro de Linhagens do século XVI. Introdução de António Machado de Faria. Lisboa: Academia Portuguesa de História, 1956, p.22, 26-27.

MH, vol. IX, doc.67-69.

15. BIBLIOGRAFIA

FARO, Jorge. *Receitas e despesas da fazenda real de 1384 a 1481 (subsídios documentais)*. Lisboa: Publicações do Centro de Estudos Económicos, 1965, p.82.

MORENO, Humberto Carlos Baquero. *A Batalha de Alfarrobeira. Antecedentes e significado histórico*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1979, Vol.I, p.177-178.

DIOGO DA FONSECA

1. DADOS CRONOLÓGICOS

1.1. VIDA

?- antes de Agosto de 1480

2. INSERÇÃO GEOGRÁFICA

2.2. DOMICÍLIO

Em 1451 reside em Lisboa.

3. INSERÇÃO SOCIAL

3.1. FAMÍLIA

3.1.2. COLATERAIS

Irmão de Lopo da Fonseca.

3.1.4. DESCENDÊNCIA

Fernão da Fonseca.

3.2. LAÇOS PESSOAIS

3.2.1. DEPENDÊNCIA

Membro da casa do infante D. Fernando.

3.3. ESTATUTO SOCIAL

3.3.3. DOS COLATERAIS

O irmão é escudeiro do infante D. Pedro.

3.3.4. DA GERAÇÃO SEGUINTE

O filho aparece, entre 1476 e 1477, como fidalgo da casa de D. Afonso V recebendo 1000 reais de moradia.

4. NÍVEL ECONÓMICO

4.1. PATRIMÓNIOS, RENDIMENTOS E DOAÇÕES

A partir de 1476, passa a receber a moradia mensal de 4286 reais brancos.

Em 17 de Junho de 1450 recebe os bens confiscados a seu irmão, Lopo da Fonseca.

4.2. PRIVILÉGIOS

Em 12 de Maio de 1451 recebe autorização para andar de besta muar de sela e freio.

6. CARREIRA UNIVERSITÁRIA

6.2. GRAU UNIVERSITÁRIO

Bacharel em Leis antes de 17 de Junho de 1450⁷²⁹.

Licenciado em Leis antes de 26 de Setembro de 1453.

Doutor em Leis em 25 de Agosto de 1475.

7. CARREIRA MILITAR

Presente em Alfarrobeira nas tropas de D. Afonso V.

Presente em Castela em 1476.

8. CARREIRA DIPLOMÁTICA

8.1. MISSÕES

É enviado a Castela.

8.2. MEMBROS DA COMITIVA

Acompanha D. MARTINHO DE ATAÍDE, conde de Atouguia, e AFONSO GARCEZ.

⁷²⁹ Luís Miguel Duarte indica a data citada, já Isabel Brito, tendo como base Judite Freitas, considera 12 de Maio de 1451.

8.4. RENDIMENTOS, DOAÇÕES E PRESENTES

Recebe 1355 dobras para a missão.

9. CARREIRA BUROCRÁTICA

Juiz da Casa do Cível da cidade de Lisboa, em substituição de Gomes Lourenço da Rosa, desde 26 de Setembro de 1453.

Ouvidor da Casa do Cível até 18 de Setembro de 1455, data em que foi substituído por Filipe Eanes.

Ouvidor da casa de D. Fernando por volta de 1469.

Nomeado Desembargador da Casa da Suplicação em 13 de Setembro de 1453, ocupando o cargo até 1475.

Em 25 de Agosto de 1475 obtém o ofício de Desembargador do paço e das petições e agravos, sucedendo o doutor João Teixeira, ocupando o cargo até 29 de Agosto de 1480.

11. CONSELHO RÉGIO

Membro do conselho desde, pelo menos, 25 de Agosto de 1475.

13. OBSERVAÇÕES

O irmão, Lopo da Fonseca, lutou ao lado de D. Pedro em Alfarrobeira.

Em 19 de Agosto de 1480, tendo Diogo da Fonseca falecido, existia contra ele um processo da justiça acusando-o de corrupção e abuso de poder. A família e os herdeiros recorrem ao rei pela isenção de multas e indenizações, pedido aceito pelo monarca.

14. FONTES

CUP, V, doc.1774.

15. BIBLIOGRAFIA

BRITO, Isabel Carla Moreira de. *A burocracia régia tardo-afonsina. A Administração central e os seus oficiais em 1476*. Dissertação de mestrado. Porto: Universidade do Porto, 2001, vol. 2, p.19-22.

DUARTE, Luís Miguel. *Justiça e Criminalidade no Portugal medievo (1459-1481)*. Porto: Universidade do Porto, Dissertação de Doutoramento, 1993, vol. II, p.53.

FARO, Jorge. *Receitas e despesas da fazenda real de 1384 a 1481 (subsídios documentais)*. Lisboa: Publicações do Centro de Estudos Económicos, 1965, p.81.

MORENO, Humberto Carlos Baquero. *A Batalha de Alfarrobeira. Antecedentes e significado histórico*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1979, vol. 2, p.813-814.

DIOGO DA SILVA

1. DADOS CRONOLÓGICOS

1.1. VIDA

?-1466.

3. INSERÇÃO SOCIAL

3.1. FAMÍLIA

3.1.1. GERAÇÃO PRECEDENTE

Filho bastardo de João Gomes da Silva.

3.1.2. COLATERAIS

Irmão de Pedro da Silva, Lopo da Silva (também bastardos), Aires Gomes da Silva, Tareja da Silva, Isabel Gomes (legítimos).

3.1.3. CASAMENTO

Casado com D. Guiomar Borges, irmã de Duarte Borges, camareiro de D. Duarte.

3.1.4. DESCENDÊNCIA

Pedro da Silva, Isabel da Silva e Catarina da Silva.

3.2. LAÇOS PESSOAIS

3.2.1. DEPENDÊNCIA

Membro da casa de D. Afonso V.

3.2.2. CLIENTELAS FORMADAS

3.3. ESTATUTO SOCIAL

3.3.1. DA GERAÇÃO PRECEDENTE

O pai foi senhor de Vagos, copeiro-mor e alferes-mor de D. João I, e do conselho régio.

3.3.2. DO INDIVÍDUO⁷³⁰

Em 22 de Setembro de 1450 já era cavaleiro da casa de D. Afonso V.

Entre Setembro de 1450 e Julho de 1453 foi senhor de Vagos.

3.3.3. DOS COLATERAIS

Pedro da Silva foi doutor em direitos, casou com Isabel Pais (Paez), filha de Gonçalo Pais (Paez), cantor de D. Afonso V.

Lopo da Silva foi clérigo.

Aires Gomes da Silva foi regedor da Casa do Cível, alcaide-mor de Montemor-o-Velho, senhor de Vagos.

Tareja da Silva casou com Fernão de Eanes de Lima, senhor das terras de Valdevez e Coura e outras terras.

Isabel Gomes da Silva casou com Pedro Gonçalves Malafaia, vedor da Fazenda de D. João I.

3.3.4. DA GERAÇÃO SEGUINTE

Pedro da Silva, o Relé, foi alcaide-mor de Ourém (1486-1487) e Porto de Mos, a partir de (1488). Casou com D. Isabel, filha de Gonçalo Albuquerque, senhor de Vila Verde.

Isabel da Silva casou com Gil Vaz da Cunha, senhor da quinta de Calhariz.

Catarina da Silva casou com Fernão de Albuquerque, 4º senhor de Vila Verde.

4. NÍVEL ECONÔMICO

4.1. PATRIMÔNIO, RENDIMENTOS E DOAÇÕES

⁷³⁰ Saul António Gomes indica que Diogo da Silva foi Tesoureiro-mor e “conde de Portalegre” (p.242, 404). No entanto, trata-se de pessoas diferentes, sendo o biografado filho bastardo de João Gomes da Silva, e o futuro conde de Portalegre, homônimo, filho de Ruy Gomes da Silva (LL, p.120).

Em 22 de Setembro de 1450 recebe a doação da terra de Vagos no almoxarifado de Aveiro, terra de Rolhe, que eram reguendeira, no almoxarifado de Guimarães, terra de Vila Cais, honra de Regilde, entre outros bens de Aires Gomes da Silva (meio irmão), partidário do infante D. Pedro. Em Julho de 1453 renuncia a terra de Vagos.

Em 25 de Julho de 1453 recebe a tença de 12000 reais brancos, a começar em 1 de Janeiro de 1454, referente à renúncia da terra de Vagos, se não lhe fossem pagas 1200 coras de ouro.

8. CARREIRA DIPLOMÁTICA

8.1. MISSÕES

Aparece mencionado como enviado ao Imperador, em meados dos anos 50⁷³¹.

Por volta dos anos 60, é citado como embaixador mas sem a informação do destino da missão⁷³².

8.2. MEMBROS DA COMITIVA

Na embaixada dos anos 50 acompanha Frei ÁLVARO DA MOTA.

Na embaixada dos anos 60 acompanha Manuel Fernando Álvaro.

8.4. RENDIMENTOS, DOAÇÕES E PRESENTES

Recebe 900 dobras na embaixada dos anos 50.

Recebe 900 dobras na embaixada dos anos 60.

9. CARREIRA BUROCRÁTICA

Por carta de 28 de Julho de 1456, assume o cargo de Tesoureiro-mor no lugar de Martim Çapata, falecido. Permanece na função até 1466, quando João Pestana assume a posição em Agosto.

14. FONTES

FREIRE, Anselmo Brammcamp. *Brasões da Sala de Sintra*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1921, vol. II, p.54-55.

Livro de Linhagens do século XVI. Introdução de António Machado de Faria. Lisboa: Academia Portuguesa de História, 1956, p.124-134.

15. BIBLIOGRAFIA

FARO, Jorge. *Receitas e despesas da fazenda real de 1384 a 1481 (subsídios documentais)*. Lisboa: Publicações do Centro de Estudos Económicos, 1965, p.79, 81.

MORENO, Humberto Carlos Baquero. *A Batalha de Alfarrobeira. Antecedentes e significado histórico*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1979, vol. 2, p.949-951.

⁷³¹ Acredita-se que o rol apresentado por Faro está, minimamente, disposto cronologicamente. Nesse quadro, Diogo da Silva é mencionado após a embaixada de 1454, de Nuno Tinoco, e antes da embaixada de 1455, de João Fernandes da Silveira.

⁷³² Idem.

DIOGO DA SILVEIRA

1. DADOS CRONOLÓGICOS

1.1. VIDA

1464.

3. INSERÇÃO SOCIAL

3.1. FAMÍLIA

3.1.1. GERAÇÃO PRECEDENTE

Filho de Nuno Martins da Silveira e de D. Leonor de Abreu, filha de Gonçalo Eanes de Abreu, senhor de Castelo da Vide.

3.1.2. COLATERAIS

Irmão de FERNÃO DA SILVEIRA, Gonçalo da Silveira, Vasco da Silveira, D. Isabel da Silveira, D. Isabel de Abreu, D. Violante de Abreu, D. Mécia da Silveira, Leonor da Silveira, Guiomar de Abreu.

3.1.3. CASAMENTO

D. Britez da Cunha de Gois, filha de Fernão Gomez de Lemos de Gois e senhor de Gois e de Oliveira do Conde.

3.1.4. DESCENDÊNCIA

Nuno Martins da Silveira, Henrique da Silveira e Martim da Silveira.

3.3. ESTATUTO SOCIAL

3.3.1. DA GERAÇÃO PRECEDENTE

O pai foi escrivão da puridade de D. Duarte e de D. Afonso V, coudel-mor e vedor das obras do reino, senhor de Ferreira.

3.3.2. DO INDIVÍDUO

Senhor de Recardães e Segadães, desde 1458.

3.3.3. DOS COLATERAIS

FERNÃO DA SILVEIRA foi regedor da Casa da Suplicação, coudel-mor e senhor de Cerzedas e da Sovereira Formosa. Casou-se com a filha de D. Fernando Henriques, senhor das Alcáçovas.

Gonçalo da Silveira foi alcaide do castelo do Crato.

D. Isabel da Silveira, mulher de João de Melo, copeiro-mor de D. Afonso V e alcaide-mor de Serpa.

D. Isabel de Abreu, segunda mulher de Vasco Martins de Melo, alcaide-mor de Évora e de Castelo da Vide.

D. Violante de Abreu, casou-se com Gomez de Miranda.

D. Mécia da Silveira, casou-se com Vasco Martins da Cunha e foi segunda mulher de D. Fradique de Castro, o Tagarote.

3.3.4. DA GERAÇÃO SEGUINTE

Nuno Martins da Silveira herdou a casa do pai, foi vedor das obras do reino e mordomo-mor da rainha D. Catarina, mulher de D. João III. Casou com D. Filipa de Vilhena, filha de Fernão Teles.

Henrique da Silveira casou-se com D. Isabel Pereira, filha de Garcia de Melo, alcaide-mor de Serpa.

Martim da Silveira foi senhor de Terena. Casou-se com uma filha de Diogo de Azambuja.

4. NÍVEL ECONÔMICO

4.1. PATRIMÔNIOS, RENDIMENTOS E DOAÇÕES

Em 06 de Agosto de 1453 recebe a herdade de Altamora, situada no termo de Moura, com suas rendas, direitos novos, pertencas, transmissível a seu filho varão legítimo.

Em 18 de Agosto de 1453 recebe as casas pertencentes a João Martins, prior da igreja de S. Mamede de Lisboa, que falecera sem as ter deixado em testamento.

Pelo casamento recebeu, em 28 de Abril de 1454, dos pais da noiva a coutada de Pedra Alçada, que pertencia ao morgado de Góis.

Em 24 de Agosto de 1454 recebe a quinta da Rosa, localizada no termo de Alenquer, com seus foros, rendas e direitos, que pertencia a Pero Carreiro, falecido sem descendência.

Em 28 de Dezembro de 1455, por morte do sogro, recebe de juro e herdade o lugar de Góis, com suas rendas, direitos e padroados das igrejas, transmissível a seus herdeiros.

Em 28 de Junho de 1456 recebe a lezíria de Terra Nova, localizada em Azambuja, com suas rendas e direitos.

Antes de Outubro de 1458 recebia do monarca a tença anual de 50.000 reais brancos.

Em 1462 recebia a moradia mensal de 4286 reais brancos como cavaleiro do conselho de D. Afonso V.

Em 29 de Outubro de 1458 recebe o senhorio das terras de Segadães e Recardães, com jurisdição civil e criminal, ressaltando a correição e alçadas, rendas, direitos, padroados das igrejas.

Em 16 de Dezembro de 1458 recebe a jurisdição civil e criminal do lugar e da terra de Serpins, no mosteiro de Lorvão, com rendas, foros e direitos, a correição e alçadas.

7. CARREIRA MILITAR

Esteve em Alfarrobeira com D. Afonso V (1449).

Esteve na tomada de Alcácer (1458).

Esteve lutando em Tânger, no ano de 1464, sendo morto pelos mouros.

Coudel-mor (?)⁷³³.

8. CARREIRA DIPLOMÁTICA

8.1. MISSÕES

Por volta de 1450 vai a Castela.

Em 1458 vai a Roma na embaixada de obediência ao papa Pio II.

8.2. MEMBROS DA COMITIVA

A embaixada de obediência contou ainda com a presença de NUNO FERNANDES TINOCO e do Rei de Armas Portugal.

8.4. RENDIMENTOS, DOAÇÕES E PRESENTES

Recebe 160 dobras pela missão a Castela.

Recebe 1987 dobras pela missão a Roma.

9. CARREIRA BUROCRÁTICA

Em 04 de Abril de 1453 foi nomeado escrivão da Puridade, substituindo o pai no ofício. Permanece no cargo até 1464.

Em 15 de Junho de 1454, por morte do pai, foi nomeado vedor-mor das obras e dos resíduos do reino.

11. CONSELHO RÉGIO

⁷³³ De acordo com D. Luiz Caetano de Lima, Diogo da Silveira teria exercido o ofício de coudel-mor (*Geografia Histórica de todos os Estados soberanos de Europa. Idem*, Tomo I, p..409). No entanto, não encontramos nenhuma outra referência de tal exercício, sendo FERNÃO DA SILVEIRA, irmão do biografado, comumente citado como coudel-mor entre 1454 e 1490.

Em 1462 é mencionado como membro do cavaleiro do conselho do rei.

12. VIDA PÚBLICA

Esteve presente em 1455 no auto de juramento de D. João II, celebrado em Lisboa.

14. FONTES

Livro de Linhagens do século XVI. Introdução de António Machado de Faria. Lisboa: Academia Portuguesa de História, 1956, p.189-190, 300-304.

ZURARA, Gomes Eanes de. *Chronica do Conde D. Duarte de Meneses*. In: *Collecção de Livros Ineditos de História Portugueza dos reinados de D. João I, D. Duarte, D. Affonso V e D. João II*. Publicados por José Corrêa da Serra. Lisboa: Academia Real das Sciencias de Lisboa, Tomo III, 1793, cap. CLV.

15. BIBLIOGRAFIA

FARO, Jorge. *Receitas e despesas da fazenda real de 1384 a 1481 (subsídios documentais)*. Lisboa: Publicações do Centro de Estudos Económicos, 1965, p.79,80.

GOMES, Saul António. *D. Afonso V*. Lisboa: Círculo de Leitores, temas e debates, 2009, p.396.

MORENO, Humberto Carlos Baquero. *A Batalha de Alfarrobeira. Antecedentes e significado histórico*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1979, p.959-961.

DIOGO DE ABRANTES

3. INSERÇÃO SOCIAL

3.3. ESTATUTO SOCIAL

3.3.2. DO INDIVÍDUO

Frei da Ordem de São Francisco.

8. CARREIRA DIPLOMÁTICA

8.1. MISSÕES

É enviado a Roma.

8.4. RENDIMENTOS, DOAÇÕES E PRESENTES

Recebe 70 dobras para a missão.

12. VIDA PÚBLICA

O frei foi o responsável por entregar o véu da ordem de Santa Clara a D. Joana (1480).

14. FONTES

PINA, Rui de. *Chronica de El-Rei D. Affonso V.* Escriptorio, Lisboa: Rutgers University Libraries, 1901, Cap. CCVIII.

15. BIBLIOGRAFIA

FARO, Jorge. *Receitas e despesas da fazenda real de 1384 a 1481 (subsídios documentais)*. Lisboa: Publicações do Centro de Estudos Económicos, 1965, p.82.

GOMES, Saul António. *D. Afonso V.* Lisboa: Círculo de Leitores, temas e debates, 2009, p.313.

DIOGO DE BARROS (D.)

1. DADOS CRONOLÓGICOS

1.1. VIDA

?-antes de 1497.

3. INSERÇÃO SOCIAL

3.1. FAMÍLIA

3.1.1. GERAÇÃO PRECEDENTE

Gonçalo Nunes de Barros

3.1.2. COLATERAIS

Gonçalo de Barros, D. Isabel de Barros, D. Filipa de Barros, D. Leonor Nunes de Barros e Joana de Barros.

3.1.3. CASAMENTO

Teve como primeira esposa D. Isabel Vougado.

Teve como segunda esposa D. Inês de Souza, filha de PERO DE SOUSA, o Seabra, e D. Maria Pinheiro Cogominho.

3.1.4. DESCENDÊNCIA

João de Barros, Gonçalo Nunes de Barros, Gergorio de Barros, Isabel de Sousa, D. Filipa de Sousa, D. Guiomar de Sousa.

3.2. LAÇOS PESSOAIS

3.2.1. DEPENDÊNCIA

Em 1462 é mencionado como fidalgo da casa do rei.

3.3. ESTATUTO SOCIAL

3.3.1. DA GERAÇÃO PRECEDENTE

O pai foi senhor de Castrodauro.

3.3.2. DO INDIVÍDUO

Cavaleiro

Adail-mor

3.3.3. DOS COLATERAIS

Gonçalo de Barros foi comendatário do mosteiro de Rendufe e Barvins e senhor de Linhares.

D. Isabel de Barros casou-se com Paio Ruiz de Araújo, alcaide-mor de Monterrey, filho do comendador de Rio Frio. Herdou a casa dos Barros e dos Alvins na freguesia de São Paio de Villa Verde.

D. Filipa de Barros casou-se com D. António Mendes de Vasconcelos. Casou-se novamente com João Rodrigues de Araújo ou Rodrigo Álvarez de Araújo. Chegou a casar-se uma terceira vez, com Ruy de Briteiros.

D. Leonor Nunes de Barros casou-se com Lopo Pereira de Ponte de Lima.

Joana de Barros casou-se com Henrique de Carvalho.

3.3.4. DA GERAÇÃO SEGUINTE

João de Barros casou-se com D. Constança Ruiz de Castello Branco, filha de Ruy Gonçalves Coronel, contador do Algarve, e de Guiomar Vaz de Castello Branco.

Gergorio de Barros casou-se com Isabel da Costa.

Isabel de Sousa casou-se Ruy de Mello da Cunha.

D. Filipa de Sousa casou-se com Duarte de Ataíde.

D. Guiomar de Sousa casou-se com João de Ataíde, pajem do rei D. Pedro de Aragão.

4. NÍVEL ECONÔMICO

4.1. PATRIMÔNIOS, RENDIMENTOS E DOAÇÕES

Em 10 de fevereiro de 1486 recebe a mercê da pensão dos tabeliães de Santarém⁷³⁴. Em 20 de março de 1497 a pensão é concedida para a esposa, D. Inês de Sousa, já na situação de viúva⁷³⁵.

Em 05 de julho de 1487 recebe mercê de lembrança de tenças⁷³⁶.

Em 27 de julho de 1487 recebe a doação dos ferregiais do trigo de Silves⁷³⁷.

7. CARREIRA MILITAR

Nos anos 60, tentou alistar-se nas tropas do rei de Fez, projeto que contava com o castelhano gerido pelo duque de Medina Sidónia e conde de Niebla. No mesmo período, participa de algumas razias em Alcácer-Ceguer comandadas por D. Duarte de Meneses. Esteve presente na expedição portuguesa contra Tânger, em 1463.

Participa da guerra luso-castelhana, estando à frente das hostes reais.

Adail-mor no reinado de D. Afonso V.

8. CARREIRA DIPLOMÁTICA

8.1. MISSÕES

Em 1471 é mencionado como embaixador a Mulei xeque, rei de Fez⁷³⁸.

8.3. PARTICIPAÇÃO NA EMBAIXADA

A missão teve como objetivo negociar a restituição dos ossos do infante D. Fernando.

9. CARREIRA BUROCRÁTICA

Vedor da Fazenda do rei no Alentejo.

Contador do reino do Algarve.

Em 01 de abril de 1476 é nomeado procurador do rei no reino do Algarve, à morte do detentor do cargo, Rui Valente. A carta régia é confirmada em 27 de março de 1497, recebendo João de Barros, o primogênito, a mercê do ofício de Adail-mor e contador no reino do Algarve⁷³⁹.

11. CONSELHO RÉGIO

Membro do conselho régio.

13. OBSERVAÇÕES

Na crônica de Zurara, diz-se que havia “singullar amizade” entre Diogo de Barros e João Falcão. Ainda de acordo com o cronista, foi enviado a Castela por D. Duarte de Meneses a fim de conseguir gente para uma nova campanha contra Çafa.

14. FONTES

CDAV, Cap. CXLVII, CLII-CLIII, CLXXII, CLXXVII.

⁷³⁴ Chancelaria de D. João II, liv. 16, fol.14. Disponível em <http://digitarq.arquivos.pt/details?id=3851753>

⁷³⁵ Chancelaria de D. Manuel I, liv.17, fol.61v. Disponível em: <http://digitarq.arquivos.pt/details?id=3866741>

⁷³⁶ Chancelaria de D. João II, liv. 26, fol.111. Disponível em: <http://digitarq.arquivos.pt/details?id=3858892>

⁷³⁷ Chancelaria de D. João II, Liv. 20, fol.166. Disponível em: <http://digitarq.arquivos.pt/details?id=3854272>

⁷³⁸ Rui de Pina menciona que Diogo de Barros foi embaixador ao Molei xeque em diferentes ocasiões. No entanto, apenas temos o registro da embaixada de 1471 (CLXXII).

⁷³⁹ Chancelaria de D. Manuel I, liv.30, fl. 23v. Disponível em: <http://digitarq.arquivos.pt/details?id=3871851>

GÓIS, Damião de. *Crónica do Príncipe D. João*. Cap. XXXIV.

NFP, Tomo VI, p.134-135, 141-144.

ZURARA, Gomes Eanes de. *Crónica de D. Duarte de Meneses*. Cap. CXXIII, CXXV, CXXVIII, CXXXV, CLIII, CLVI.

Chancelaria de D. João II, liv. 16, fol.14; Liv. 20, fol.166;

Chancelaria de D. Manuel I, liv.17, fol.61v

15. BIBLIOGRAFIA

GOMES, Saul António. *D. Afonso V*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2009, p.237-238, 265.

LIMA, D. Luiz Caetano de. *Geografia Histórica de todos os Estados soberanos de Europa*. Tomo I, p.309.

DIOGO DE SALDANHA

3. INSERÇÃO SOCIAL

3.1. FAMÍLIA

3.1.1. GERAÇÃO PRECEDENTE

Fernão Lopes de Saldanha.

3.1.2. COLATERAIS

Joana.

3.1.3. CASAMENTO

D. Maria Bobadilla, filha de Tibério Ruiz Bobadilla, fidalgo de Guadelaxara.

3.1.4. DESCENDÊNCIA

João de Saldanha, António de Saldanha, Afonso Bobadilla, Cristóvão Bobadilla.

3.2. LAÇOS PESSOAIS

3.2.1. DEPENDÊNCIA

Vassalo do rei de Castela.

3.3. ESTATUTO SOCIAL

3.3.1. DA GERAÇÃO PRECEDENTE

O pai foi senhor de Miranda e Castanhar e contador de D. João II.

3.3.2. DO INDIVÍDUO

Foi, em Castela, senhor de Miranda e Castanhar.

3.3.3. DOS COLATERAIS

D. Joana casou-se com D. Fernando de Eça, filho de D. Fernando de Eça.

3.3.4. DA GERAÇÃO SEGUINTE

João de Saldanha foi vedor da rainha D. Maria, mulher de D. Manuel, comendador de São João de Pesqueira da Ordem de Cristo. Casou-se com D. Joana de Lima, filha de D. Álvaro de Lima e D. Maria de Ataíde.

António de Saldanha foi general da armada do infante D. Luís à Tunes e capitão na Índia. Casou-se com D. Joana de Mendonça, filha de Aires de Sousa de Castro, comendador de Santa Maria de Alcáçova de Santarém.

Cristóvão Bobadilla foi prior do Milagre de Santarém, capelão-mor de D. Manuel.

4. NÍVEL ECONÔMICO

4.1. PATRIMÔNIOS, RENDIMENTOS E DOAÇÕES

Em 1476-1477 aparece como membro do conselho régio, recebendo 4.286 reais brancos de moradia.

8. CARREIRA DIPLOMÁTICA

8.1. MISSÕES

Durante o reinado de Enrique IV de Castela, aparece em Nápoles para negociar casamento para D. Joana (1471) e foi enviado a Roma e a Portugal pelo rei castelhano.

Em 1476 é enviado ao papa Xisto IV.

8.2. MEMBROS DA COMITIVA

Acompanha LOPO DE ALBUQUERQUE, conde de Penamacor, e o doutor JOÃO TEIXEIRA.

8.3. PARTICIPAÇÃO NA EMBAIXADA

A missão tinha como objetivo conseguir a dispensa papal para o casamento entre D. Afonso V e D. Joana. O papa não concedeu a dispensa.

9. CARREIRA BUROCRÁTICA

Mordomo-mor de D. Afonso V.
Secretário da rainha D. Leonor.

11. CONSELHO RÉGIO

Conselheiro do rei de Castela desde, pelo menos, 1471.
Pelo menos, entre 1476-1477.

13. OBSERVAÇÕES

Passou a Portugal acompanhando D. Joana, mulher de D. Afonso V.

14. FONTES

CHAVES, Álvaro Lopes de. *Livro de Apontamentos (1438-1489)*. Códice 443 da Coleção Pombalina da BNL. Introdução e transcrição de Anastásia Mestrinho salgado e Abílio José Salgado. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1983, p.320.

COSTA, António Carvalho da. *Corografia Portugueza e descripçam Topografica do famoso reyno de Portugal, com as noticias das fundações das cidades, villas, & lugares, que contem; varões illustres, gealogias das familias nobres, fundações de conventos, catalogos dos Bispos, antiguidades, maravilhas da natureza, edificios, & outras curiosas observaçoens*. Lisboa: Officina Real de Valentim da Costa Deslandes, 1712, tomo III, p.121, 558.

LEÃO, Duarte Nunes de. Crónica e vida del Rey D. Affonso V. In: *Crónicas dos Reis de Portugal*. Lisboa: Officina de José de Aquino Bulhões, 1780, tomo II, capítulo LXI, LXII.

PINA, Rui de. *Chronica de El- Rei D. Affonso V*. Escriptorio, Lisboa: Rutgers University Libraries, 1901, Capítulo CXCVII, CXCIX.

SOUSA, António Caetano de. *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*. Lisboa: Officina de Joseph António da Silva, tomo III, p.505.

TORRE, 1958, doc. 17.

15. BIBLIOGRAFIA

FARO, Jorge. *Receitas e despesas da fazenda real de 1384 a 1481 (subsídios documentais)*. Lisboa: Publicações do Centro de Estudos Económicos, 1965, p.200.

SANTARÉM, Visconde de. *Quadro Elementar das Relações Políticas e Diplomáticas de Portugal com as diversas potências do mundo desde o principio da Monarchia portugueza até os nossos dias*. Paris: J. P. Aillaud, III, p.135-136.

FERNANDO DE CASTRO (CEGONHA)

1. DADOS CRONOLÓGICOS

1.1. VIDA

?-1464.

2. INSERÇÃO GEOGRÁFICA

2.1. ORIGEM

O seu avô, D. Fernando de Castro, “foy em Castela comde de Castro Xerez e senhor de gramde casa de Castro”,⁷⁴⁰.

3. INSERÇÃO SOCIAL

3.1. FAMÍLIA

3.1.1. GERAÇÃO PRECEDENTE

Filho de D. Álvaro Pirez de Castro e de D. Maria Lobo, filha de Diogo Lopez Lobo.

3.1.2. COLATERAIS

Irmão de D. Pedro de Castro, D. Álvaro de Castro, D. Diogo de Castro, D. Fradique de Castro, tendo ainda duas irmãs.

3.1.3. CASAMENTO

Não teve.

3.1.4. DESCENDÊNCIA

Não teve.

3.2. LAÇOS PESSOAIS

3.2.1. DEPENDÊNCIA

Membro da casa do infante D. Henrique⁷⁴¹.

3.2.2. CLIENTELAS FORMADAS

Lopo Álvares, seu escudeiro, é nomeado coudel do julgado de Barraval, Souto e Telheiro e seu termo em 1463.

Gonçalo Marinho, seu criado, é nomeado recebedor da alfândega de Freixo de Espada à Cinta.

3.3. ESTATUTO SOCIAL

3.3.1. DA GERAÇÃO PRECEDENTE

O pai pode ter sido alcaide-mor das Alcáçovas.

3.3.2. DO INDIVÍDUO

Cavaleiro do conselho, pelo menos, desde 1462.

3.3.3. DOS COLATERAIS

D. Pedro de Castro foi senhor das terras de Reriz e Benviver, casado com D. Teresa de Vasconcelos.

D. Afonso de Castro foi casado com D. Isabel, filha de Diogo Pereira, comendador de Santiago.

⁷⁴⁰ LL, p.84. Anselmo Braamcamp Freire indica que D. Fernando foi “conde de Trastâmara, Lemos e Sárria, pertencia a uma das mais ilustres e antigas casas de Espanha, tam ilustre, que mereceu ser considerada um dos cinco grandes solares de Castela” (*Brasões*, Vol. 1, p.145).

⁷⁴¹ Anselmo Braamcamp Freire cita D. Fernando como “governador da casa de D. Fernando”, porém, seguindo a crônica de Rui de Pina, D. Fernando (Fernão) de Castro, o Cegonho, era membro da casa de D. Henrique e, ao lado do infante, atuou na campanha de Tânger (cap. XV, XXIII). Nesse quadro, D. Fernando não será indicado na posição de governador, nem de D. Henrique (cargo ocupado por um homônimo) e nem de D. Fernando. Acrescenta-se o fato de nenhum D. Fernando (Fernão) de Castro aparecer no testamento do Infante Santo (MH, vol. VI, doc.52).

D. Diogo de Castro, capitão da cidade de Évora, casado com D. Beatriz.
D. Fradique de Castro casou-se com Mécia da Silveira, irmã de Diogo da Silveira e Fernão da Silveira.

4. NÍVEL ECONÔMICO

4.1. PATRIMÔNIOS, RENDIMENTOS E DOAÇÕES

Adquiriu um escravo.

Em 1462 aparece recebendo 4286 reais brancos como cavaleiro do conselho do rei.

7. CARREIRA MILITAR

No ano de 1437, esteve presente no desastre de Tânger⁷⁴².

8. CARREIRA DIPLOMÁTICA

8.1. MISSÕES

Antes de Agosto de 1455 é enviado a Inglaterra.

8.2. MEMBROS DA COMITIVA

Na missão a Inglaterra acompanha o doutor PEDRO FALEIRO, o secretário PERO GONÇALVEZ, e o Rei de Armas Portugal.

8.3. PARTICIPAÇÃO NA EMBAIXADA

Na embaixada a Inglaterra tem como objetivo expor as infrações aos tratados de liga e aliança luso-ingleses.

8.4. RENDIMENTOS, DOAÇÕES E PRESENTES

Recebe 2300 dobras para a missão a Inglaterra.

9. CARREIRA BUROCRÁTICA

Vedor da Fazenda entre 1448 e 1464.

11. CONSELHO RÉGIO

Já era membro do conselho em 1450.

13. OBSERVAÇÕES

Em Novembro de 1448 é enviado por D. Afonso V, ao lado de RUY GALVÃO, com uma proposta de concórdia para o infante D. Pedro.

Entre 1460 e 1464 esteve presente na feitura do testamento do infante D. Henrique, ao lado de JOÃO FERNANDES DA SILVEIRA, assim como atuou na execução do testamento.

14. FONTES

FREIRE, Anselmo Brammcamp. *Brasões da Sala de Sintra*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1921, Vol. 1, p.145-147.

Livro de Linhagens do século XVI. Introdução de António Machado de Faria. Lisboa: Academia Portuguesa de História, 1956, p.84-85, 87, 91.

MH, IX, doc.208

⁷⁴² Na crônica de Rui de Pina, o biografado aparece como “Fernão de Castro”, irmão de Pedro de Castro, D. Álvaro de Castro e D. Fradique de Castro, filhos de D. Álvaro Pires de Castro, que também estiveram na campanha militar (Cap. XV). Faz-se essa observação, pois no texto aparece um “Fernando de Castro”, governador da casa de D. Henrique e filho de D. Pedro de Castro. Esse D. Fernando foi embaixador no tempo de D. João I e faleceu em 1440.

PINA, Rui de. *Crónica d'El Rey D. Duarte*. Edição Biblioteca Lusitana. Alfredo Coelho de Magalhães. Porto: Edição da Renascença Portuguesa, 1914, capítulo XV, XXIII. Disponível em: <<http://purl.pt/417>>.

15. BIBLIOGRAFIA

FARO, Jorge. *Receitas e despesas da fazenda real de 1384 a 1481 (subsídios documentais)*. Lisboa: Publicações do Centro de Estudos Económicos, 1965, p.80, 200.

GOMES, Saul António. *D. Afonso V*. Lisboa: Círculo de Leitores, temas e debates, 2009, p.87, 396.

MONTEIRO, Helena Maria. *A Chancelaria régia e os seus oficiais. (1464-1465)*. Dissertação de mestrado. Porto: Universidade do Porto, 1997, Vol. 1, p.32, Vol. 2, p.28-31.

MORENO, Humberto Carlos Baquero. *A Batalha de Alfarrobeira. Antecedentes e significado histórico*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1979, vol. 1, p.17-18.

SANTARÉM, Visconde de. *Quadro Elementar das Relações Políticas e Diplomáticas de Portugal com as diversas potências do mundo desde o principio da Monarchia portugueza até os nossos dias*. Paris: J. P. Aillaud, vol.14, p.197-198.

FERNÃO ÁLVARES BALDAIA

1. DADOS CRONOLÓGICOS

1.1. VIDA

1430 – 1490

2. INSERÇÃO GEOGRÁFICA

2.1. ORIGEM

Porto

2.2. DOMICÍLIO

Porto.

2.3. LOCAL DE SEPULTURA

Capela da Trindade, no mosteiro de S. Domingos.

3. INSERÇÃO SOCIAL

3.1. FAMÍLIA

3.1.1. GERAÇÃO PRECEDENTE

Filho de Álvaro Fernandes e Inês Gonçalves Baldaia.

3.1.2. COLATERAIS

Tio-avô Afonso Eanes, foi contador do almoxarifado do Porto.

Afonso Gonçalves Baldaia, tio, foi copeiro de D. Henrique, almoxarife das sisas e direitos reais da cidade do Porto.

João Baldaia, irmão, filho de Afonso Nicolas e Inês Gonçalves.

3.1.3. CASAMENTO

Branca Luís, antes de 26 de abril de 1456.

3.1.4. DESCENDÊNCIA

Luiz Fernandes Baldaia⁷⁴³.

3.2. LAÇOS PESSOAIS

3.3. ESTATUTO SOCIAL

3.3.1. DA GERAÇÃO PRECEDENTE

Pai foi mercador do Porto e escrivão da Casa da Moeda do Porto.

3.3.2. DO INDIVÍDUO

Mercador do Porto (1456-1463).

Escudeiro do rei (1463).

Vassalo do rei, pelo menos desde 1464.

Cavaleiro da casa de D. Afonso V, pelo menos desde 02 de janeiro de 1470.

3.3.3. DOS COLATERAIS

O tio-avô, Afonso Eanes, foi contador do almoxarifado do Porto.

O tio, Afonso Gonçalves, Baldaia, foi copeiro de D. Henrique, almoxarife das sisas e direitos reais da cidade do Porto.

O irmão, João Baldaia, foi escudeiro e criado do infante D. Henrique.

3.3.4. DA GERAÇÃO SEGUINTE

O filho foi pajem do príncipe D. João.

4. NÍVEL ECONÔMICO

4.1. BENS PATRIMONIAIS E BENS MÓVEIS

Em 26 de abril de 1456 passa-se a escritura de venda de aforamento das casas régias da Rua Formosa do Porto por 3000 reais brancos. Confirmação régia em 1460 e 1461.

⁷⁴³ Dias Dinis discorda de que o Baldaia tenha deixado descendentes.

Em 07 de maio de 1463, Maria Vasques, ama do infante D. Pedro (condestável), empraza, em três vidas, um portal e um pedaço de uma loja das casas em que o outorgante mora da Rua Nova do Porto. Em julho de 1463 recebe confirmação régia do emprazamento e autorização para montar loja de panos.

Em 18 de maio de 1463, compra de Maria Vasques, ama do infante D. Pedro (condestável), casas régias da Rua Nova do Porto. Confirmação régia em julho de 1470. Em 23 de maio de 1464, compra a quinta de Guimarães de Álvaro Vieira, por 8.000 reais brancos.

Em 02 de janeiro de 1470 recebe a tença anual de 8000 reais brancos.

Em 1476 recebe a tença anual de 3.000 reais brancos pelos serviços prestados em Castela, Portugal e em África. Em 1477 a tença foi dobrada, passando a 6.000 reais brancos anuais.

7. CARREIRA MILITAR

Presença na guerra luso-castelhana.

8. CARREIRA DIPLOMÁTICA

8.1. MISSÕES

Por volta de março de 1476 é enviado a França.

8.2. MEMBROS DA COMITIVA

8.3. PARTICIPAÇÃO NA EMBAIXADA

É possível que tivesse como objetivo informar ao rei francês da viagem de D. Afonso V e do andamento da guerra luso-castelhana.

9. CARREIRA BUROCRÁTICA

Em 04 de julho de 1469 é nomeado Vedor dos vassallos da cidade do Porto e seu termo, por falecimento de Pero Lourenço de Elvas.

Em 20 de janeiro de 1476 recebe o ofício de Tesoureiro da Moeda do Porto, no lugar de João Brandão.

Em 30 de março de 1476 é nomeado recebedor da dízima do peixe pescado no Douro, desde Pedorido até Entre-os-Rios.

13. OBSERVAÇÕES

Em 08 de agosto de 1469, recebe do mosteiro de S. Domingos a capela da Trindade para a sua sepultura, de sua mulher e de seu pai.

14. FONTES

Documentos IV-XIII, XV, XIX-XXII, XXIX-XXXIII. In: DIAS DINIS, António Joaquim. Dois embaixadores de el-rei D. Afonso V. Separata da *Revista Itinerarium*. Braga: Editorial franciscana, Cadernos Históricos, 1955, p.48-63.

15. BIBLIOGRAFIA

DIAS DINIS, António Joaquim. Dois embaixadores de el-rei D. Afonso V. Separata da *Revista Itinerarium*. Braga: Editorial franciscana, Cadernos Históricos, 1955, p.21-32.

GAMA, Arnaldo. *A última dona de S. Nicolau. Episódio da história do Porto no século XV*. Lisboa: Livraria Editora, 2ª edição, 1899, p.72-73.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *Relações históricas entre Portugal e a França. (1431-1481)*. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian. Centro Cultural Português, 1975, p.104.

SOUSA, Ivo Carneiro de. A fortuna de Fernão Álvares Baldaia: mercador, embaixador e cavaleiro do Porto. In: *Humanidades: revista trimestral da Associação de Estudantes da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, nº 3, Abril de 1983.

FERNÃO LOURENÇO DE GUIMARÃES

3. INSERÇÃO SOCIAL

3.1. FAMÍLIA

3.1.1. GERAÇÃO PRECEDENTE

Lourenço de Guimarães e Catarina Lopes (ou da Costa).

3.1.2. COLATERAIS

Tem como irmãos: Pedro Lourenço de Guimarães, Thomaz Lourenço, Francisco Lopes Tinoco dos Guimarães, Lourenço Pires.

3.1.3. CASAMENTO

D. Catarina de Barros, filha de João de Barros, monteiro do rei D. Afonso V.

D. Felipa Caldeira, filha de Lourenço ou João Ruiz de Magalhães e Violante Caldeira.

3.1.4. DESCENDÊNCIA

Do primeiro casamento: Isabel de Barros, Leonor Chamica.

Do segundo casamento: Maria de Goes, Violante Magalhães.

3.3. ESTATUTO SOCIAL

3.3.2. DO INDIVÍDUO

Senhor de Gatasso e Penajoya no reinado de D. Manuel.

3.3.3. DOS COLATERAIS

Pedro Lourenço foi escrivão da Fazenda.

Thomaz Lourenço foi Vedor da rainha D. Leonor, a Excelente Senhora, e fundou o mosteiro de S. Onofre da Golegão.

Francisco Lopes Tinoco dos Guimarães casou-se com D. Maria de Lima, filha de Fernão de Lima, copeiro-mor de D. João I, e D. Constança de Azevedo.

3.3.4. DA GERAÇÃO SEGUINTE

Isabel de Barros casou-se com Diogo Botelho.

Leonor Chamica foi senhora dos Chaons. Casou-se com Martinho da Costa dos Guimarães.

D. Maria de Goes casou-se com D. Afonso de Ataíde, 3º conde de Atouguia.

D. Violante de Magalhães casou-se com Francisco Palha, tesoureiro da Casa de Ceuta.

8. CARREIRA DIPLOMÁTICA

8.1. MISSÕES

É enviado ao duque de Bragança.

8.4. RENDIMENTOS, DOAÇÕES E PRESENTES

Recebe 90 dobras pela missão.

9. CARREIRA BUROCRÁTICA

Escrivão da Fazenda.

Feitor da Casa da Índia e Mina.

Tesoureiro-mor.

14. FONTES

GAYO, Manuel José da Costa Felgueiras. *Nobiliário de Famílias de Portugal*. Edição de Agostinho de Azevedo Meirelles e Domingos de Araújo Affonso. Braga: Officina gráfica da Pax, 1939, tomo XVI, p.39-40

15. BIBLIOGRAFIA

FARO, Jorge. *Receitas e despesas da fazenda real de 1384 a 1481 (subsídios documentais)*. Lisboa: Publicações do Centro de Estudos Económicos, 1965, p.81.

FERNÃO DA SILVEIRA

1. DADOS CRONOLÓGICOS

1.1. VIDA

Morto por volta de 1493.

2. INSERÇÃO GEOGRÁFICA

2.1. ORIGEM

O avô paterno foi natural de Évora.

3. INSERÇÃO SOCIAL

3.1. FAMÍLIA

3.1.1. GERAÇÃO PRECEDENTE

Filho de Nuno Martins da Silveira e de D. Leonor de Abreu, filha de Gonçalo Eanes de Abreu, senhor de Castelo da Vide.

3.1.2. COLATERAIS

Irmão de DIOGO DA SILVEIRA, Gonçalo da Silveira, Vasco da Silveira, D. Isabel da Silveira, D. Isabel de Abreu, D. Violante de Abreu, D. Mécia da Silveira, Leonor da Silveira, Guiomar de Abreu.

3.1.3. CASAMENTO

Casou-se com Isabel Henriques, filha de D. Fernando Henriques, senhor das Alcáçovas, e de D. Branca.

3.1.4. DESCENDÊNCIA

Francisco da Silveira, Jorge da Silveira, Diogo da Silveira, D. Violante, D. Mécia Henriques, D. Maria.

3.2. LAÇOS PESSOAIS

3.2.1. DEPENDÊNCIA

Membro da casa do infante D. Fernando, irmão do rei.

3.3. ESTATUTO SOCIAL

3.3.1. DA GERAÇÃO PRECEDENTE

O pai foi escrivão da puridade de D. João I, D. Duarte e D. Afonso V, coudel-mor e vedor das obras do reino, senhor de Ferreira.

3.3.2. DO INDIVÍDUO

Senhor de Sovereira, Formosa e Cerzadas.

3.3.3. DOS COLATERAIS

DIOGO DA SILVEIRA, escrivão da Puridade, vedor-mor das obras e resíduos de D. Afonso V.

Gonçalo da Silveira foi alcaide do castelo do Crato.

D. Isabel da Silveira, mulher de João de Melo, copeiro-mor de D. Afonso V e alcaide-mor de Serpa.

D. Isabel de Abreu, segunda mulher de Vasco Martins de Melo, alcaide-mor de Évora e de Castelo da Vide.

D. Violante de Abreu, casou-se com Gomez de Miranda.

D. Mécia da Silveira, casou-se com Vasco Martins da Cunha e foi segunda mulher de D. Fradique de Castro, o Tagarote.

3.3.4. DA GERAÇÃO SEGUINTE

Francisco da Silveira herdou o senhorio paterno e foi coudel-mor.

Jorge da Silveira casou-se com D. Margarida Furtado e, posteriormente, com D. Filipa de Lima.

Diogo da Silveira casou-se com D. Maria de Távora.

D. Violante casou-se com Fernão Martins Mascarenhas.

D. Mécia Henriques casou-se com D. Pedro de Sousa, filho de RUI DE SOUSA.

D. Maria casou-se com Francisco de Mendanha.

4. NÍVEL ECONÔMICO

4.1. PATRIMÔNIOS, RENDIMENTOS E DOAÇÕES

Em 01 de março de 1457, por alvará régio fica determinado que terá direito a 500 reais brancos de todos os vassallos que viessem a ser feitos, 1 dobra de ouro por acontiado aposentado como menos de 70 anos, e 1 dobra por cada um dos que fossem escusados de alardo.

Em 06 de maio de 1478, recebeu a doação da torre e muro ao longo de umas casas na freguesia de Santiago em Évora.

Em 03 de março de 1479, recebeu as rendas régias de Montemor-o-Velho, em troca do rendimento da saboaria de Évora que recebera da rainha.

Em 11 de maio de 1483, recebe uma tença de 100.000 reais brancos mensais, correspondentes às rendas e direitos de Lagos.

Mensalmente recebia 2.350 reais brancos, totalizando 28.200 reais brancos por ano.

4.2. PRIVILÉGIOS

Em 26 de fevereiro de 1459, recebeu o privilégio de isenção de pagamento de serviços e encargos concelhios para si e seus caseiros e lavradores.

Em 06 de outubro de 1488, recebe mercê do título de dom para seus filhos.

Em 04 de fevereiro de 1489, recebe a autorização para transferir para a sua filha D. Mécia Henriques, os bens que recebera mercê em 03 de março de 1479.

5. NÍVEL CULTURAL

5.1. PAPEL NA PRODUÇÃO CULTURAL

Dedicou-se à poesia, esteve envolvido na polémica surgida na corte de D. João II, entre 1483 e 1484, em torno do “Cuidar e sospirar”. Sua produção encontra-se no Cancioneiro Geral de Garcia de Resende.

7. CARREIRA MILITAR

De acordo com Baquero Moreno, é provável que o personagem tenha participado de Alfarrobeira (1449)⁷⁴⁴.

Sucedeu ao pai no cargo de Coudel-mor do reino, sendo nomeado em 15 de junho de 1454.

Em 1463, aparece como Coudel-mor e Anadel-mor dos besteiros a cavalo.

8. CARREIRA DIPLOMÁTICA

8.1. MISSÕES

Em 1479 esteve presente na comitiva que estabeleceu o Tratado das Alcáçovas.

Em Julho de 1483, foi indigitado para compor uma missão ao papado que não veio a ocorrer.

Em 1490 participa das negociações dos esponsais do príncipe herdeiro D. Afonso com a primogênita dos reis católicos.

⁷⁴⁴ “Apesar de nos faltarem quaisquer elementos relativos à sua presença em Alfarrobeira, temos todas as razões para admitir a sua fidelidade ao soberano e a sua provável participação no conflito”. (MORENO, 1979, vol.2, p.957-958).

8.2. MEMBROS DA COMITIVA

Em 1479 acompanha JOÃO FERNANDES DA SILVEIRA, JOÃO TEIXEIRA, PERO BOTELLO, JOÃO GARCEZ e Rodrigo Afonso.

Em Julho de 1483, era previsto de acompanhar JOÃO DE ELVAS.

Em 1490 acompanha FERNÃO DA SILVEIRA e o secretário Rui de Sande.

8.3. PARTICIPAÇÃO NA EMBAIXADA

Em 1490, foi o representante do príncipe nas bodas.

9. CARREIRA BUROCRÁTICA

Regedor da Casa da Suplicação desde, pelo menos, 06 de janeiro de 1486.

Em 1459, exerceu interinamente o ofício de escrivão da Puridade.

11. CONSELHO RÉGIO

Participa do conselho desde, pelo menos, 1464.

Após o falecimento de D. Fernando, passa a fazer parte do conselho do rei em 1470.

12. VIDA PÚBLICA

Fez parte da comitiva que acompanhou D. Leonor a Itália para o casamento com o imperador Frederico III (1451).

Esteve presente na cerimônia de juramento do príncipe D. João (1455).

13. OBSERVAÇÕES

De acordo com Cristina Almeida Ribeiro, “Fernão da Silveira é talvez o mais importante dos intervenientes nas discussões travadas ao longo desse célebre processo poético [a polémica do “Cuidar e sospirar”], no qual sustenta, na qualidade de ajudador de seu filho Jorge, o segundo dos dois partidos mencionados. As suas intervenções na contenda revelam uma capacidade argumentativa sempre aguda, que lhe permite apropriar-se do discurso alheio, rebatendo-o ou fazendo-o reverter em seu próprio favor por forma a banalizar o cuidado, negando-lhe importância no quadro específico da vivência amorosa, e fez dele o maior responsável pelo triunfo, provisório embora, dos suspiros no termo da primeira fase da disputa”⁷⁴⁵.

14. FONTES

Brasões da Sala de Sintra, vol. II, p.153.

CDAV, Cap. LXXIV, CXXXII.

Livro de Linhagens, p.304-306.

Tratado de Tordesilhas. In: *Tratado de Tordesillas e a diplomacia luso-castelhana no século XV*. Comentários de Luís Adão da FONSESA. Lisboa: Edições Inapa, 1991.

Cancioneiro Geral de Garcia de Resende. Edição do Dr. A. J. Gonçalves Guimarães. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1915, Tomo I, p.5-129, Tomo II, p.161-179, Tomo IV, p.44-51.

15. BIBLIOGRAFIA

BRITO, Isabel Carla Moreira de. *A burocracia régia tardo-afonsina. A Administração central e os seus oficiais em 1476*. Dissertação de mestrado. Porto: Universidade do Porto, 2001, Catálogo, p.33-38.

⁷⁴⁵ RIBEIRO, Cristina Almeida. Fernão da Silveira, Coudel-mor. In: *Dicionário da Literatura medieval galega e portuguesa*. Lisboa: Caminho, p.270.

Dicionário da Literatura Medieval Galega e Portuguesa. Organização e coordenação de Giulia Lanciani e Giuseppe Tavani. Lisboa: Editora Caminho, 2ª edição, 1993, p.196, 270.

MONTEIRO, Helena Maria. *A Chancelaria régia e os seus oficiais. (1464-1465)*. Dissertação de mestrado. Porto: Universidade do Porto, 1997, p.40-44.

MORENO, Humberto Carlos Baquero. *A Batalha de Alfarrobeira*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1979, p.957-958.

FERNÃO LUÍS

1. DADOS CRONOLÓGICOS

1.1. VIDA

?-depois de 1480.

2. INSERÇÃO GEOGRÁFICA

2.1. ORIGEM

Porto.

2.2. DOMICÍLIO

Prédio localizado no cabo da Rua Nova do Porto.

3. INSERÇÃO SOCIAL

3.1. FAMÍLIA

3.1.1. GERAÇÃO PRECEDENTE

Luis Dominguez (pai).

3.1.2. COLATERAIS

Vasco Gil.

3.2. LAÇOS PESSOAIS

3.2.2. CLIENTELAS FORMADAS

3.3. ESTATUTO SOCIAL

3.3.1. DA GERAÇÃO PRECEDENTE

O pai foi ourives.

3.3.2. DO INDIVÍDUO

Mercador da cidade do Porto.

Cavaleiro da casa do rei, pelo menos desde 3 de setembro de 1475

3.3.3. DOS COLATERAIS

Mercador da cidade do Porto.

4. NÍVEL ECONÓMICO

4.1. BENS PATRIMONIAIS E DOAÇÕES

Em 25 de agosto de 1464, recebe em aforamento o prédio da Rua Nova. Este seria usado para a Bolsa da cidade, o que não chegou a ocorrer, tendo os mercadores portuenses dado assentimento à concessão em 15 de junho de 1465. Em 01 de julho de 1465, foi assinado o aforamento régio. Em 6 de fevereiro de 1466, o aforamento foi confirmado e acrescentado do direito de passar a três vidas.

Em 03 de outubro de 1475, recebe carta do rei a conceder, desde 1 de janeiro de 1476, a tença anual de 5.000 reais brancos, pagos no almoxarifado de Aveiro.

Em 30 de janeiro de 1476, recebe carta do rei a conceder a tença anual de 5.000 reais brancos.

Em 13 de novembro de 1475, recebe a concessão de brasão de armas pelos serviços prestados em Arzila, Tânger e Castela.

4.2. PRIVILÉGIOS

Em 20 de outubro de 1475, é nomeado privilegiado fidalgo para as comarcas da Estremadura e Entre Douro e Minho.

7. CARREIRA MILITAR

Fez parte da tomada de Arzila e Tânger, em 1471.

Esteve presente em Castela junto ao monarca, em 1475.

Nomeado Coudel da cidade do Porto em 3 de setembro de 1475, por três anos. A nomeação tornou-se vitalícia em 25 de outubro de 1476.

8. CARREIRA DIPLOMÁTICA

8.1. MISSÕES

Enviado a Inglaterra por volta de maio de 1476.

8.3. PARTICIPAÇÃO NA EMBAIXADA

Levou uma mensagem de D. Afonso V, sendo possível que esta envolvesse as tréguas entre os reinos da França e da Inglaterra e uma possível ajuda militar inglesa na guerra luso-castelhana.

12. VIDA PÚBLICA

Em 1477, foi enviado a França levando uma missiva da cidade do Porto.

Em 29 de outubro de 1478, atuou como intermediário entre a Câmara do Porto e o rei.

Em 11 de março de 1480, o município solicita-lhe que construísse à sua própria custa banheiro público, pelo que ele receberia o foro anual de 50 reais.

13. OBSERVAÇÕES

Em 30 de março de 1480, consta que um Fernão Luís foi preso e levado à cadeia do Porto. Seria ele um homônimo ou o embaixador afonsino?⁷⁴⁶.

14. FONTES

Documentos XIV, XVI-XVIII, XXIII-XXVIII, XXXII. In: DIAS DINIS, António Joaquim. Dois embaixadores de el-rei D. Afonso V. Separata da *Revista Itinerarium*. Braga: Editorial franciscana, Cadernos Históricos, 1955, p.48-63.

15. BIBLIOGRAFIA

DIAS DINIS, António Joaquim. Dois embaixadores de el-rei D. Afonso V. Separata da *Revista Itinerarium*. Braga: Editorial franciscana, Cadernos Históricos, 1955, p.33-47.

GAMA, Arnaldo. *A última dama de S. Nicolau*. (Nota XXXIX).

BARROS, Amândio Jorge Morais de. Barcos e Gentes do mar do Porto (séculos XIV-XVI). In: *Revista da Faculdade de Letras – História*, II, vol. 14, 1997, p.182.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *Relações históricas entre Portugal e a França. (1431-1481)*. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian. Centro Cultural Português, 1975, p.105

⁷⁴⁶ Dias Dinis considera não ser possível afirmar se o preso de 1480 era o embaixador de 1476 (1955: 44-46).

FRANCISCO DE ALMEIDA

3. INSERÇÃO SOCIAL

3.1. FAMÍLIA

3.1.1. GERAÇÃO PRECEDENTE

LOPO DE ALMEIDA e Beatriz da Silva.

3.1.2. COLATERAIS

João Lopes de Almeida, D. Diogo Fernandes da Silveira, D. Pedro da Silva, D. Jorge de Almeida, D. Fernando de Almeida, D. Afonso de Almeida, D. Isabel da Silva, D. Catarina da Silva.

3.3. ESTATUTO SOCIAL

3.3.1. DA GERAÇÃO PRECEDENTE

O pai foi cavaleiro da casa real, alcaide-mor, e eleito primeiro conde de Abrantes.

3.3.2. DO INDIVÍDUO

Fidalgo de D. Afonso V.

Primeiro Vice-rei da Índia.

3.3.3. DOS COLATERAIS

D. João Lopes de Almeida foi o segundo conde de Abrantes, casou com Ines de Noronha, filha do arcebispo de Lisboa, D. Pedro de Noronha.

D. Diogo Fernandes de Almeida foi Prior do Crato e Monteiro-mor de D. João II.

D. Pedro da Silva, comendador-mor da Ordem de Avis e embaixador de Portugal a em Roma.

D. Jorge de Almeida, bispo de Coimbra e segundo conde de Arganil.

D. Fernando de Almeida, bispo eleito de Ceuta e núncio papal em França.

D. Isabel da Silva, primeira condessa de Penela.

D. Catarina da Silva, professora no mosteiro de Jesus de Aveiro.

7. CARREIRA MILITAR

Esteve presente na guerra luso-castelhana.

8. CARREIRA DIPLOMÁTICA

8.1. MISSÕES

Foi enviado ao rei da França em 1476.

8.3. PARTICIPAÇÃO NA EMBAIXADA

Teve como objetivo informar ao rei francês da viagem de D. Afonso V.

11. CONSELHO RÉGIO

Conselheiro de D. Manuel.

14. FONTES

GAYO, Manuel José da Costa Felgueiras. *Nobiliário de Famílias de Portugal*. Edição de Agostinho de Azevedo Meirelles e Domingos de Araújo Affonso. Braga: Officina gráfica da Pax, 1939.

Livro de Linhagens do século XVI. Introdução de António Machado de Faria. Lisboa: Academia Portuguesa de História, 1956.

PINA, Rui de. *Chronica de El-Rei D. Affonso V*. Escriptorio, Lisboa: Rutgers University Libraries, capítulo CXCIV.

GABRIEL (DE) LOURENÇO

2. INSERÇÃO GEOGRÁFICA

2.1. ORIGEM

Castela ou Aragão.

6. CARREIRA UNIVERSITÁRIA

6.2. GRAU UNIVERSITÁRIO

Em carta do rei de Aragão, de 03 de Dezembro de 1460, é mencionado como licenciado.

8. CARREIRA DIPLOMÁTICA

8.1. MISSÕES

Em 15 de Dezembro de 1433 aparece em Aragão como embaixador dos reis de Portugal, D. Leonor e D. Duarte. Por memorando da mesma data é enviado ao reino de Navarra e de Portugal por D. Alfonso V de Aragão.

Em 1440 (entre Março e Novembro) vai como enviado secreto da rainha D. Leonor a Castela, levando “todalas joias d’ouro, prata e pedraria que tinha, que eram assaz muitas e boas”⁷⁴⁷.

Em 10 de Abril de 1459 aparece como embaixador português em Aragão.

Em 18 de Outubro de 1459 é citado a caminho de Mallorca, no reino de Aragão, para encontrar o príncipe D. Carlos e negociar o enlace com D. Catarina. Na mesma missão, em 10 de Janeiro de 1460, é mencionado como embaixador português junto ao rei de Aragão.

Em 03 de Dezembro de 1460 aparece na corte do rei de Aragão como embaixador português.

8.3. PARTICIPAÇÃO NA EMBAIXADA

Em 1433 traz de Aragão a ratificação da liga e concórdia entre Portugal e os Infantes de Aragão, assinada em Torres Novas em 11 de Agosto de 1432.

Em 1440 tem como objetivo levar, secretamente, os bens de D. Leonor para Castela.

Nas embaixadas de 1459 e 1460 tem como objetivo negociar o casamento da infanta D. Catarina, irmã de D. Afonso V, com o príncipe D. Carlos de Aragão.

8.4. RENDIMENTOS, DOAÇÕES E PRESENTES

110 dobras por uma embaixada ao reino de Aragão (1459?).

10. CARREIRA ECLESIAÍSTICA

Em 25 de Agosto de 1439 é mencionado como Capelão-mor da rainha D. Leonor.

Em 25 de Agosto de 1439, por morte do abade do mosteiro beneditino de São Salvador de Paço de Sousa, João Anes, assume, provisoriamente, a administração do mosteiro.

Em 26 de Janeiro de 1440 o papa Eugénio IV responde informando que a concessão não poderia ser dada, pois já havia sido concedida ao cardeal D. Antão Martins de Chaves.

Na mesma data é mencionado como sendo reitor da igreja paroquial de Sintra, cargo ocupado até 21 de Junho de 1441, quando foi retirado pelo regente D. Pedro.

Em 09 de Abril de 1459 é mencionado como cônego de Lisboa e protonotário pontifício.

Em 03 de Dezembro de 1460 é mencionado como confessor do rei D. Afonso V.

12. VIDA PÚBLICA

⁷⁴⁷ A datação dessa missão secreta é imprecisa, mas seguindo a análise de Baquero Moreno (*A Batalha de Alfarrobeira. Idem*, Vol.1, p.69-86), acreditamos que ela se deu entre o mês de março (período que a rainha já se encontrava em Almerim) e o mês de novembro (chegada de D. Leonor ao Crato).

Em carta de 09 de Abril de 1459 é nomeado como conselheiro de D. João II, rei de Aragão.

14. FONTES

LEÃO, Duarte Nunes de. Crónica e vida del Rey D. Affonso V. In: *Crónicas dos Reis de Portugal*. Lisboa: Oficina de José de Aquino Bulhões, 1780, tomo II, capítulo XXXII.

MH, Vol. IV, doc.105-108, Vol. VII, doc.40-41, XIII, doc.124-127, 154-155, 167, Vol. XIV, doc. 32-33, 40.

ZURITA, Jerónimo. *Anales de Aragón*. Edición de Ángel Canellas López. Edición electrónica de José Javier Isso (coord.), María Isabel Yague y Pilar Rivero. T.4, liv.16, capítulo 54, 60.

15. BIBLIOGRAFIA

FARO, Jorge. *Receitas e despesas da fazenda real de 1384 a 1481 (subsídios documentais)*. Lisboa: Publicações do Centro de Estudos Económicos, 1965, p.82.

MORENO, Humberto Carlos Baquero. *A Batalha de Alfarrobeira. Antecedentes e significado histórico*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1979, vol.1, p.69-86.

SANTARÉM, Visconde de. *Quadro Elementar das Relações Políticas e Diplomáticas de Portugal com as diversas potências do mundo desde o principio da Monarchia portugueza até os nossos dias*. Paris: J. P. Aillaud, vol. I, p.358.

GIL DE TÁVIRA (Frei)
Gil Lobo

1. DADOS CRONOLÓGICOS

1.1. VIDA

?-1457(?)

2. INSERÇÃO GEOGRÁFICA

2.1. ORIGEM

Távira.

2.2. DOMICÍLIO

Em 1426 residia no convento de S. Francisco de Lisboa.

3. INSERÇÃO SOCIAL

3.1. FAMÍLIA

3.1.2. COLATERAIS

Tem uma irmã casada com João Gonçalves, marinheiro e morador de Távira.

3.2. LAÇOS PESSOAIS

3.2.1. DEPENDÊNCIA

Por carta régia de 13 de Agosto de 1449, frei Gil de Távira, o mosteiro de S. João Alpendorada, servidores e coisas são tomados para a guarda, encomenda e defesa por D. Afonso V.

4. NÍVEL ECONÓMICO

4.2. PRIVILÉGIOS

Em 12 de Novembro de 1449, por requerimento de Frei Gil, João Gonçalves, seu cunhado, recebe o privilégio de “todallas honrras, priuilegeos, liberdades e franquezas que ham e deuem dauere os nossos beesteiros de cauallo”.

5. NÍVEL CULTURAL

5.1. PAPEL NA PRODUÇÃO CULTURAL

Escreveu, a pedido de D. Duarte, a parábola das *duas barcas*, texto que consta no *Leal Conselheiro*.

São de sua autoria dois textos presentes no *Livro da Cartuxa*, “Auyvsamento de frei gil lobo” e “Detriminaçom de frey gil lobo”, ambos escritos, provavelmente, antes da missão ao Concílio de Basiléia.

É possível que seja seu o *Diário da Jornada que fez o Conde de Ourém ao Concílio de Basiléia*.

6. CARREIRA UNIVERSITÁRIA

6.1. UNIVERSIDADE FREQUENTADA

Toulouse

6.2. GRAU UNIVERSITÁRIO

Em 18 de Novembro de 1435 aparece mencionado como licenciado em Teologia.

8. CARREIRA DIPLOMÁTICA

8.1. MISSÕES⁷⁴⁸

Em novembro de 1435 é mencionado na comitiva portuguesa ao Concílio de Basiléia. A mesma partiu de Portugal em 11 de janeiro de 1436 e chegou a Bolonha no dia 24 de Julho.

Nos anos 40 é enviado a Roma.

Entre Agosto e Dezembro de 1449 vai a França negociar o casamento da infanta D. Leonor com Luís, delfim de França.

8.2. MEMBROS DA COMITIVA

Na missão ao Concílio de Basiléia é acompanhado de D. Afonso, conde de Ourém, D. Antão Martins de Chaves, bispo de Porto, D. Luís do Amaral, bispo de Viseu, Mestre Frei Gonçalo, provincial dos dominicanos portugueses, e os doutores em leis Diogo Afonso Mangancha e VASCO FERNANDES DE LUCENA.

8.3. PARTICIPAÇÃO NA EMBAIXADA

Na embaixada de 1449 tem como finalidade negociar o casamento da infanta D. Leonor com Luís, delfim de França.

8.4. RENDIMENTOS, DOAÇÕES E PRESENTES

Recebe 11.900 coroas pela missão ao Concílio de Basiléia.

Recebe 208 dobras por uma missão a Roma.

Recebe 320 dobras pela missão de 1449 ao delfim de França.

10. CARREIRA ECLESIAÍSTICA

Clérigo regular. Franciscano.

Originário do convento de S. Francisco de Távira.

É o Primeiro Ministro Provincial de Portugal após a separação da província de Santiago (1418/1421), ficando no cargo até 1442.

Pregador dos reis D. João I, D. Duarte e D. Afonso V.

Confessor de D. Duarte e D. Afonso V.

Mestre de D. Afonso V.

Pelas letras papais *Virtutibus clarins*, de Eugênio IV, datada de 07 de Julho de 1438, é nomeado capelão, permitindo-lhe receber benefícios eclesiásticos da Ordem de S. Bento e ser eleito abade de qualquer mosteiro beneditino.

Em 1443 é citado como abade comendatário do mosteiro beneditino de S. João de Alpendorada, sucedendo, possivelmente, D. Frei Lourenço.

13. OBSERVAÇÕES

No dia 25 de Agosto de 1433 faz a oração fúnebre das exéquias de D. João I na Sé de Lisboa.

Coube ao frei expressar a vontade do rei D. Duarte de que D. Afonso V se casasse com a filha do infante D. Pedro.

14. FONTES

DUARTE, Dom. *Leal Conselheiro*. Edição crítica, introdução e notas de Maria Helena Lopes de Castro. Prefácio de Afonso Botelho. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1998, Capítulo 95.

_____. *Livro dos Conselhos de El-Rey D. Duarte. (Livro da Cartuxa)*. Edição diplomática. Transcrição: José Alves Dias. Introdução: A. H. de Oliveira Marques e João José Alves Dias. Lisboa: Estampa, 1982, doc.25-26.

⁷⁴⁸ Rita Gomes indica que o Frei Gil de Távira foi enviado a Aragão em 1429, porém não encontramos referências desta embaixada (*A Corte dos reis de Portugal no final da Idade Média*. *Idem*, p.171, nota 219)

ESPERANÇA, Manuel da. *Historia Serafica da Ordem dos Frades Menores de S. Francisco na Provincia de Portugal. Primeira parte, que contem seu principio, & augmentos no estado primeiro de Custodia*. Lisboa: Officina Craesbeeckiana, 2ª Parte, livro X, cap.4, XI, cap.35, livro XII, cap. 9, 17, 21.

MH, Vol. IV, doc. 66, 74, Vol. V, doc. 88, 130, Vol. VI, doc.87, vol. X, doc.76, 90.

PINA, Rui de. *Chronica de El-Rei D. Affonso V*. Escritorio, Lisboa: Rutgers University Libraries, 1901, capítulo VI.

_____. *Chrónica d'El Rey D. Duarte*. Edição Biblioteca Lusitana. Alfredo Coelho de Magalhães. Porto: Edição da Renascença Portuguesa, 1914, capítulo I.

15. BIBLIOGRAFIA

FARO, Jorge. *Receitas e despesas da fazenda real de 1384 a 1481 (subsídios documentais)*. Lisboa: Publicações do Centro de Estudos Económicos, 1965, p.77-78.

GOMES, Rita Costa. *A Corte dos Reis de Portugal no final da Idade Média*. Lisboa: Difel, 1995, p.119, 171.

MORENO, Humberto Carlos Baquero. *A Batalha de Alfarrobeira. Antecedentes e significado histórico*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1979, vol. I, p.8.

VIEIRA, Maria do Pilar S. A. Franciscanos. In: *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. Direção de Carlos Moreira de Azevedo. Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000, p.274.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *Relações históricas entre Portugal e a França. (1431-1481)*. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian. Centro Cultural Português, 1975, p.78.

HENRIQUE DE FIGUEIREDO

1. DADOS CRONOLÓGICOS

1.1. VIDA

?-1484

2. INSERÇÃO GEOGRÁFICA

2.1. ORIGEM:

Galiza

3. INSERÇÃO SOCIAL

3.1. FAMÍLIA

3.1.1. GERAÇÃO PRECEDENTE:

Filho primogênito de João Lourenço de S. Paio e Senhorinha Gomes (ou Gonçalves) de Figueiredo/Teresa Gonçalves de Figueiredo, filha de D. Gonçalo de Figueiredo, bispo de Viseu e irmão de Aires Gonçalves de Figueiredo⁷⁴⁹.

3.1.2. COLATERAIS:

Irmão de Fernão de Figueiredo, Gomes de Figueiredo, João de Figueiredo e de Pedro de Figueiredo.

3.1.3. CASAMENTO

Catarina Álvarez, filha de João Álvarez “homem nobre, e distinto, a que chamavão, o rico de Santarém”.

3.1.4. DESCENDÊNCIA:

Aires Gonçalves de Figueiredo, João de Figueiredo, Ruy de Figueiredo, Gonçalo de Figueiredo, D. Diogo de Figueiredo, D. Margarida de Figueiredo, D. Filipa, D. Isabel e D. Leonor.

3.2. LAÇOS PESSOAIS

3.2.1. DEPENDÊNCIA

Em Abril de 1470 o mouro de Henrique de Figueiredo é perdoado dos açoites.

3.3. ESTATUTO SOCIAL

3.3.1. DA GERAÇÃO PRECEDENTE:

Alcaide do castelo de Covilhã.

3.3.2. DO INDIVÍDUO:

Em 1464 aparece como escudeiro da casa real.

3.3.3. DOS COLATERAIS

Fernão de Figueiredo foi fronteiro-mor de Entre Douro e Minho.

Gomes de Figueiredo foi moço da câmara régia e cavaleiro da casa real. Contador de Évora, Estremoz e Portalegre. Provedor e Recebedor de todas as rendas e direitos da rainha princesa. Contraiu matrimônio com D. Leonor de Melo, filha do doutor João Afonso de Aguiar e de D. Isabel de Melo, filha de João de Melo, primeiro alcaide de Serpa.

João de Figueiredo casou-se com D. Brites Feyo, filha de Pedro Feyo, senhor de Monte Redondo e alcaide-mor de Betão.

⁷⁴⁹ A referência aos pais de Henrique de Figueiredo varia. Anselmo Braancamp Freire mantém a identificação de João Lourenço de S. Paio e indica que a mãe é referenciada como Teresa Gonçalves de Figueiredo ou Senhorinha Gomes/Gonçalves de Figueiredo (Brasões, Vol.1, p.471-472). Filgueiras Gayo cita João Lourenço como Figueiredo, indicando as variações de S. Paio e Almada como outras usadas para se referenciar ao personagem. Acrescenta que a esposa era uma prima, filha de D. Gonçalo de Figueiredo, bispo de Viseu (NFP. XIV, p.12).

3.3.4. DA GERAÇÃO SEGUINTE:

Aires Gonçalves de Figueiredo foi estribeiro do duque de Bragança. Casou-se com D. Brites Mendes, filha de Gonçalo Borges Maldonado.

Rui de Figueiredo foi comendador da Ordem de Cristo e membro do conselho e escrivão da Fazenda de D. Manuel. Casou-se com D. Maria Jacome, filha de Pedro Jacome, amo do príncipe D. Afonso, e uma segunda vez com D. Maria Correia.

D. Margarida de Figueiredo casou-se com Simão da Cunha.

D. Filipa de Figueiredo casou-se com Francisco de Távora, e uma segunda vez com Simão de Faria.

D. Isabel de Figueiredo casou-se com Rui Gonçalves Magro de Almeida ou Fernão Gil Magro.

D. Leonor de Figueiredo casou-se com Afonso Bobadella, comendador de Orta Lagoa da ordem de Santiago.

Os seus filhos, netos e bisnetos mantiveram o ofício de Escrivão da Fazenda.

Um sobrinho, Antão de Figueiredo, moço do Guarda-Roupa de D. João II, recebia 1500 reais de moradia.

4. NÍVEL ECONÔMICO

4.1. PATRIMÔNIOS, RENDIMENTOS E DOAÇÕES

Em 1473 aparece na lista de pagamento de “tenças graciosas” recebendo 10.000 reais brancos.

7. CARREIRA MILITAR⁷⁵⁰

8. CARREIRA DIPLOMÁTICA

8.1. MISSÕES

Participa de duas missões a Castela⁷⁵¹.

8.4. RENDIMENTOS, DOAÇÕES E PRESENTES

Recebe 80 dobras pelas missões diplomáticas a Castela, 40 dobras em cada.

9. CARREIRA BUROCRÁTICA:

Em 16 de Janeiro de 1464, por morte de João Vogado, é provido a Escrivão da Fazenda.

Em 11 de Agosto de 1470 é incorporada a escrivania da Fazenda da Guiné e "outros alguns direitos".

Vedor da Fazenda e vedor da casa do príncipe D. Afonso⁷⁵².

11. CONSELHO RÉGIO

Conselheiro.

14. FONTES

FREIRE, Anselmo Brammcamp. *Brasões da Sala de Sintra*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1921, vol. 1, p.471-472.

⁷⁵⁰ Gayo afirma que Henrique de Figueiredo foi Armador-mor de D. Afonso V (NFP, XIV, p.105), no entanto, Anselmo Braamcamp Freire indica que o armador-mor de D. Afonso V foi Gomes de Figueiredo, irmão de Henrique.

⁷⁵¹ No texto de 1961, Jorge Faro indica apenas uma embaixada de “Anrique de Figueiredo outra vez a Castella” (1961:268).

⁷⁵² A exposição biográfica apresentada por BRITO (2001) e MONTEIRO (1997) não menciona a presença de Henrique de Figueiredo na vedoria, resultando essa inserção das informações oferecidas por Gayo (NFP, XIV, p.103).

GAYO, Manuel José da Costa Felgueiras. *Nobiliário de Famílias de Portugal*. Edição de Agostinho de Azevedo Meirelles e Domingos de Araújo Affonso. Braga: Oficina gráfica da Pax, 1939, XIV, p.100-103, 105, 107, 114-116.

15. BIBLIOGRAFIA:

BRITO, Isabel Carla Moreira de. *A burocracia régia tardo-afonsina. A Administração central e os seus oficiais em 1476*. Dissertação de mestrado. Porto: Universidade do Porto, 2001, Catálogo, p.50-52.

FARO, Jorge. *Receitas e despesas da fazenda real de 1384 a 1481 (subsídios documentais)*. Lisboa: Publicações do Centro de Estudos Económicos, 1965, p.82, 105.

MONTEIRO, Helena Maria. *A Chancelaria régia e os seus oficiais. (1464-1465)*. Dissertação de mestrado. Porto: Universidade do Porto, 1997, vol. 2, p.53.

JOÃO DE ELVAS

1. DADOS CRONOLÓGICOS

1.1. VIDA:

? – Em 06 julho de 1487 já tinha falecido.

3.2. LAÇOS PESSOAIS

3.2.1. DEPENDÊNCIA:

Em 06 de julho de 1487, Pedro Gonçalves, seu criado, é nomeado Escrivão da Alfândega de Freixo de Espada-à-Cinta.

Em 05 de maio de 1496, um criado é provido como requeridor da portagem de Lisboa.

4. NÍVEL ECONÓMICO

4.1. PATRIMÓNIOS, RENDIMENTOS E DOAÇÕES

O rei concede a administração de uma capela instituída na Igreja de S. Lourenço, em Lisboa, em 28 de junho de 1468.

Em 29 de agosto de 1472 recebe autorização para possuir bens nos reguendos em qualquer parte do reino, apesar de ser cavaleiro.

Em 23 de agosto de 1480 é provido no Desembargo da Casa do Cível, sendo consignado o mesmo mantimento que tinha na Casa da Suplicação.

Em 03 março de 1484 é lhe atribuída uma tença de 30.000 reais brancos anuais, a partir de 01 de janeiro do mesmo ano.

Em 31 de março de 1484 é lhe concedido mais 20.000 reais anuais de tença a partir do início do mesmo ano.

6. CARREIRA UNIVERSITÁRIA:

6.2. GRAU UNIVERSITÁRIO:

Em 01 de Julho de 1464 aparece como Bacharel em Leis.

Em 03 de Agosto de 1471 aparece como Licenciado em Leis.

Em 20 de Junho de 1476 aparece como Doutor em Leis.

8. CARREIRA DIPLOMÁTICA:

8.1. MISSÕES

Em 31 de Agosto 1472 é enviado a Inglaterra.

Em 03 de Junho de 1475 é enviado em missão ao rei da França⁷⁵³.

Em 1482 é enviado a Inglaterra.

Em Julho de 1483, junto de Fernão da Silveira, foi indigitado para compor uma missão ao papado que não veio a ocorrer.

8.2. MEMBROS DA COMITIVA

Em 1475 é acompanhado por D. ÁLVARO DE ATAÍDE. A comitiva contava ainda com a presença de João de Montemor, Diogo Prato, João Luís, João Álvares, Diogo Rodrigues e Estevão Fernandes, cavaleiros que atestam a confirmação dos tratados em 23 de Setembro.

Em 1482 é acompanhado por RUI DE SOUSA.

8.3. PARTICIPAÇÃO NA EMBAIXADA

Em 1472 tem a missão de reclamar a restituição dos roubos feitos pelos ingleses contra naus portuguesas em março de 1471.

⁷⁵³ A embaixada ocorre após D. Afonso V desposar D. Joana, em Maio de 1475.

Recebe plenos poderes para tratar, fazer e assentar paz, amizade e aliança com o rei da França. O tratado de liga ofensiva com Luís XI é assinado em 08 de Setembro. No dia 23 do mesmo mês foi assinado ainda a confirmação dos tratados anteriores (1408, 1435 e 1455).

Em 1482 tem como missão confirmar os pactos de aliança entre Portugal e Inglaterra e fazer reconhecer a soberania portuguesa na Guiné.

9. CARREIRA BUROCRÁTICA:

É mencionado como procurador dos feitos do rei entre 18 de Junho de 1463 e 12 de Dezembro de 1480.

Aparece como procurador de D. João II no julgamento que sentenciou o duque de Bragança em 30 de Maio de 1483.

Em Setembro de 1468 e 24 de maio de 1469, é mencionado como Procurador dos Feitos e juiz de alçada no reino do Algarve.

Em 1472 e 1476 exerceu interinamente o cargo de Corregedor da Corte.

Em 23 de Agosto de 1480, transita para a Casa do Cível como Desembargador, por falecimento do Dr. LOPO GONÇALVES.

Em 23 de Outubro de 1480, ocupa o cargo de Corregedor da Corte, sucedendo o doutor Álvaro Pires, permanecendo nas funções ainda em 01 de Março de 1486.

11. CONSELHO RÉGIO

Desde, pelo menos, 23 de agosto de 1480.

12. VIDA PÚBLICA:

Esteve presente em 01 de setembro de 1481 no auto de aclamação de D. João II.

13. OBSERVAÇÕES

A obra *A Universidade medieval em Lisboa, séculos XIII-XVI* (2013) apresenta em sua “prosopografia dos lentes, estudantes e oficiais do Estudo de Lisboa” os dados de um João de Elvas que chegou a reitor do Estudo Geral em 1450. As informações sobre esse personagem vão até os anos 60, não sendo possível identifica-lo com o embaixador afonsino dos anos 70 e que ascendeu na burocracia régia no reinado de D. João II.

15. BIBLIOGRAFIA:

BRITO, Isabel Carla Moreira de. *A burocracia régia tardo-afonsina. A Administração central e os seus oficiais em 1476*. Dissertação de mestrado. Porto: Universidade do Porto, 2001, Catálogo, p.53-56.

FARO, Jorge. *Receitas e despesas da fazenda real de 1384 a 1481 (subsídios documentais)*. Lisboa: Publicações do Centro de Estudos Económicos, 1965, p.81.

SANTARÉM, Visconde de. *Quadro Elementar das Relações Políticas e Diplomáticas de Portugal com as diversas potências do mundo desde o principio da Monarchia portuguesa até os nossos dias*. Paris: J. P. Aillaud, Vol. 3, p.124, Vol. 14, 206-208.

JOÃO DE MENESES

3. INSERÇÃO SOCIAL

3.1. FAMÍLIA

3.1.1. GERAÇÃO PRECEDENTE

Filho de D. Fernando de Meneses e D. Brites de Andrade, filha de Ruy Freire de Andrade.

3.1.2. COLATERAIS

Irmão de D. Telo, D. Martinho, D. Fernando, o Roxo, D. Cecília de Meneses e João de Meneses, bastardo.

3.1.3. CASAMENTO

D. Leonor, filha de Aires Gomes da Silva.

3.1.4. DESCENDÊNCIA

D. Pedro de Meneses, D. Rodrigo de Meneses, D. João de Meneses, D. Catarina de Meneses, D. Brites de Meneses.

3.3. ESTATUTO SOCIAL

3.3.3. DOS COLATERAIS

D. Telo de Meneses casou-se com D. Maria de Sousa, filha de Diogo Lopes de Sousa.

D. Fernando de Meneses, o Roxo, casou-se com a filha de D. Álvaro de Castro, o de Torrão.

D. Martinho de Meneses casou-se com D. Maria Freire.

D. Cecília de Meneses casou-se com Lopo Vaz de Siqueira, alcaide-mor de Landroal.

João de Meneses foi alcaide-mor de Braga. Casou-se com D. Maria da Silva, filha de Gonçalo Gomes de Azevedo.

3.3.4. DA GERAÇÃO SEGUINTE

D. Pedro de Meneses foi o 1º conde de Cantanhede (1479). Casou-se com D. Leonor, filha de D. Álvaro de Castro, conde de Monsanto, e teve como segunda esposa D. Brites de Melo, filha de RUY GOMES DE ALVARENGA.

8. CARREIRA DIPLOMÁTICA

8.1. MISSÕES

Em 1455, foi enviado a Roma.

8.2. MEMBROS DA COMITIVA

Acompanhou AFONSO VELHO e NUNO FERNADES TINOCO.

8.3. PARTICIPAÇÃO NA EMBAIXADA

A embaixada prestou obediência ao papa Calisto III.

8.4. RENDIMENTOS, DOAÇÕES E PRESENTES

Recebeu 146 dobras pela missão.

11. CONSELHO RÉGIO

Conselheiro régio.

14. FONTES

Livro de Linhagens do século XVI. Introdução de António Machado de Faria. Lisboa: Academia Portuguesa de História, 1956, p.105-107, 109-110

15. BIBLIOGRAFIA

FARO, Jorge. *Receitas e despesas da fazenda real de 1384 a 1481 (subsídios documentais)*. Lisboa: Publicações do Centro de Estudos Económicos, 1965, p.80.

MORENO, Humberto Carlos Baquero. *A Batalha de Alfarrobeira. Antecedentes e significado histórico*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1979, vol. 2, p.883.

JOÃO DE SÃO MAMEDE

1. DADOS CRONOLÓGICOS

1.1. VIDA

?-1478

2. INSERÇÃO GEOGRÁFICA

2.3. LOCAL DE SEPULTURA

Convento de Alenquer.

8. CARREIRA DIPLOMÁTICA

8.1. MISSÕES

Em 1461, é citado como embaixador em Roma.

Foi enviado novamente a Roma uma ou duas vezes⁷⁵⁴.

8.3. PARTICIPAÇÃO NA EMBAIXADA

Em 1461, dirigiu súplicas de D. Afonso V acerca da cruzada papal.

8.4. RENDIMENTOS, DOAÇÕES E PRESENTES

Recebeu 80 e 85 dobras por duas missões ao Papa.

10. CARREIRA ECLESIAÍSTICA

Frei franciscano.

Confessor de D. Afonso V.

12. VIDA PÚBLICA

Foi o responsável pela redação do testamento de D. Afonso V (1475).

13. OBSERVAÇÕES

Consta como um dos veneráveis freires da história do convento onde se encontra sepultado de acordo com a *História Seráfica*.

É citado na *História Seráfica* como “homem doutíssimo & muy reformado”.

14. FONTES

MH, vol. XIV, doc. 59.

SOUSA, António Caetano de. *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*. Lisboa: Oficina de Joseph António da Silva, III, p.20.

ESPERANÇA, Manuel da. *Historia Seráfica da Ordem dos Frades Menores de S. Francisco na Provincia de Portugal. Primeira parte, que contem seu principio, & augmentos no estado primeiro de Custodia*. Lisboa: Oficina Craesbeeckiana, III, p.6-7, 361-362.

15. BIBLIOGRAFIA

FARO, Jorge. *Receitas e despesas da fazenda real de 1384 a 1481 (subsídios documentais)*. Lisboa: Publicações do Centro de Estudos Económicos, 1965, p.82.

⁷⁵⁴ No rol de despesas publicado por Jorge Faro, João de São Mamede aparece em duas missões a Roma, nas quais recebeu 80 e 85 dobras, respectivamente. No entanto, essas embaixadas não têm datação, sendo possível que, uma destas, seja a representação de 1461.

JOÃO DE SOUSA

1. DADOS CRONOLÓGICOS

1.1. VIDA

?- antes de 21 de Novembro de 1497.

3. INSERÇÃO SOCIAL

3.1. FAMÍLIA

3.1.1. GERAÇÃO PRECEDENTE

João de Sousa e Mor Eanes, mulher solteira.

3.1.2. COLATERAIS

Jorge de Sousa e Pero de Sousa.

3.1.3. CASAMENTO

D. Leonor da Silva, filha de Afonso de Miranda, porteiro-mor de D. Afonso V e alcaide-mor de Torres Vedras, e D. Violante de Sousa.

3.1.4. DESCENDÊNCIA

António de Sousa, Cecília de Sousa e Francisca de Sousa.

3.2. LAÇOS PESSOAIS

3.2.1. DEPENDÊNCIA

Em 1453 já é mencionado como moço da câmara real.

3.3. ESTATUTO SOCIAL

3.3.1. DA GERAÇÃO PRECEDENTE

O pai foi criado de D. Duarte, cónego da Sé de Lisboa e prior da igreja de São Miguel de Soza.

3.3.2. DO INDIVÍDUO

Fidalgo da casa de D. Afonso V.

Comendador de Povos.

1º Comendador de Soza.

3.3.3. DOS COLATERAIS

Jorge de Sousa foi fidalgo da casa de D. Afonso V, comendador de Merles e nomeado escrivão das sisas dos vinhos de Lisboa (08 de Janeiro de 1488). Casou-se com Inês Cerveira, moça da câmara da infante D. Joana e criada da condessa de Monsanto.

3.3.4. DA GERAÇÃO SEGUINTE

António de Sousa foi o 2º comendador de Soza.

Cecília de Sousa casou-se com Gomes Freire de Andrade, comendador de Lousã.

4. NÍVEL ECONÓMICO

4.1. PATRIMÓNIOS, RENDIMENTOS E DOAÇÕES

Em 06 de Agosto de 1478 recebe a mercê do príncipe D. João de 12.000 reais brancos de tença.

Em 08 de Agosto de 1478 recebe a doação do padroado e comenda de Soza para si e seus herdeiros e sucessores, por *jure hereditario*. Confirmados em 28 de Novembro de 1486. Confirmada pelo papa Alexandre VI, em 26 de Agosto de 1496.

Recebeu 2.500 coroas pelo casamento.

4.2. PRIVILÉGIOS

Em 15 de Fevereiro de 1453 recebe a legitimação como filho de João de Sousa, por ser filho de Mor Eanes, mulher solteira.

Entre 20 e 23 de Novembro de 1486 recebe a confirmação de antigos privilégios concedidos aos priores de Soza.

8. CARREIRA DIPLOMÁTICA

8.1. MISSÕES

Entre 1458 e 1477⁷⁵⁵ é enviado a Roma.

8.3. PARTICIPAÇÃO NA EMBAIXADA

É mencionado como embaixador ao papa Xisto IV (1471-1474), tendo conseguido junto a esse a bula *Rationi congruit*, de 14 de Março de 1477, na qual se dá o padroado da igreja de São Miguel de Soza a D. Afonso V e determina que ficasse constituindo uma comenda da Ordem de Santiago.

8.4. RENDIMENTOS, DOAÇÕES E PRESENTES

Recebe 121 dobras pela missão.

11. CONSELHO RÉGIO

Membro do conselho do rei, pelo menos, desde Agosto de 1478.

13. OBSERVAÇÕES

Por sua presença em Roma, fica conhecido como “o Romanisco”.

D. Leonor da Silva aparece no *Cancioneiro* de Garcia de Resende.

14. FONTES

Corpo Cronológico, Parte II, mç.110, n.º 113 disponível em <http://digitarq.dgarq.gov.pt/details?id=3803458>

FREIRE, Anselmo Brammcamp. *Brasões da Sala de Sintra*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1921, I, p. 231, 294-298.

Livro de Linhagens do século XVI. Introdução de António Machado de Faria. Lisboa: Academia Portuguesa de História, 1956, p.267, 327.

SOUSA, António Caetano de. *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*. Lisboa: Officina Sylviana da Academia Real, 1742, VI, p.201-212.

15. BIBLIOGRAFIA

FARO, Jorge. *Receitas e despesas da fazenda real de 1384 a 1481 (subsídios documentais)*. Lisboa: Publicações do Centro de Estudos Económicos, 1965, p.81.

⁷⁵⁵ A bula papal data de Agosto de 1477, porém na confirmação do papa Alexandre VI, de Agosto de 1496, este menciona que Pio II (1458-1464) decidira pela do priorado de Soza em comenda da Ordem de Santiago (Cf.: PHGCRP, Tomo IV, p.202; BRASÕES, I, p.295). Acrescenta-se o fato da embaixada estar inserida no rol de despesas do reinado de D. Afonso V, antes da missão de Lopo de Almeida às vistas entre os reis de Castela e da França (1470) e da missão de obediência ao papa Xisto IV, eleito em 1471. Desta maneira, é possível que tenha permanecido em Roma durante um longo período.

JOÃO FERNANDES DA SILVEIRA

1. DADOS CRONOLÓGICOS

1.1. VIDA

c.1410-1484/1487

3. INSERÇÃO SOCIAL

3.1. FAMÍLIA

3.1.1. GERAÇÃO PRECEDENTE

O pai foi Fernão Afonso da Silveira e Catarina Teixeira.

3.1.3. CASAMENTO

Casa-se com D. Violante Pereira (c.1449), filha de João Mendes Aguado, corregedor da corte.

Casa-se com D. Maria de Sousa (c.1468/1469), filha de Diogo Lopes Lobo, senhor de Alvito, Vila Nova de Alvito e ribeira de Nisa.

3.1.4. DESCENDÊNCIA

Do primeiro casamento: uma filha e Fernão da Silveira.

Do segundo casamento: Diogo da Silveira (Lobo), Felipe de Sousa, Martinho da Silveira, Isabel de Sousa.

3.2. LAÇOS PESSOAIS

3.2.1. DEPENDÊNCIA

Vassalo régio desde, pelo menos, 1424.

Criado do rei desde, pelo menos, 1445.

Cavaleiro desde 29 de Março de 1452, quando Frederico III o coroa.

Servidor da casa do príncipe D. João desde, pelo menos, outubro de 1473.

3.2.2. CLIENTELAS FORMADAS

Em 13 de outubro de 1450, Fernando Peres de Santa Marta, presbítero da diocese de Mondonhedo, alcançou vários benefícios pela intercessão de João Fernandes.

Em 24 de Abril de 1454, Álvaro Eanes, seu colaço, é nomeado escrivão da moeda de Lisboa.

Em 22 de Junho de 1454, Álvaro Eanes, seu criado, é provido ao ofício de caminheiro da Casa do Cível.

Em 16 de Dezembro de 1455, Diogo Peixoto, escudeiro e seu criado, é provido ao ofício de inquiridor dos feitos e autos da casa da alfândega de Lisboa.

Em 13 de Agosto de 1463, a seu pedido, Gomes Pais, seu criado, é nomeado tabelião do termo de Lisboa e da alcaidaria da mouraria de Lisboa em lugar de Fernão Vasques.

Em 15 de Junho de 1465, Pero de Borba, seu escudeiro, tem encargo de receber os dinheiros da arca da piedade em lugar de frei Gil, esmoler.

Em 14 de Janeiro de 1466, a seu pedido, João Vasques, ourives, recebe carta de privilégio.

Em 05 de Março de 1466, Fernão Gonçalves, seu escudeiro e criado, é provido a contador e escrivão perante o juiz da alfândega de Lisboa.

Em 08 de Junho de 1468, João Álvares, seu criado, é nomeado a caminheiro da Casa da Suplicação, por renúncia de João Pais, também criado do biografado.

Em 02 de Março de 1469, um escudeiro seu, morador de Castelo de Vide, é autorizado a prender pessoas procuradas pela justiça na região do Alto Alentejo e a vigiar o contrabando para Castela.

Em 15 de Outubro de 1469, um criado seu recebe um tabeliado.

Em 19 de Junho de 1471, um escudeiro seu recebe doação de bens confiscados por denúncia.

Em 14 de Dezembro de 1472, a seu pedido, um tabelião é dispensado de pagar pensão.

Em 19 de Janeiro de 1473, um criado seu é provido a tabelião.

Em 05 de Janeiro de 1476, Gomes Martins, seu escudeiro e criado, é provido a escrivão das sisas de Torres Vedras.

Em 16 de Agosto de 1480, Duarte Fróis, seu escudeiro, morador de Lisboa, é nomeado tabelião das notas de Lisboa e isento de trazer farpas.

Em 21 de Janeiro de 1482, João Lopes, seu escudeiro, é nomeado escrivão perante os ouvidores da Casa da Suplicação.

Em 16 de Outubro de 1482, João Gil, morador de Évora, obtém privilégio de besteiro do conto, a seu pedido.

3.3. ESTATUTO SOCIAL

3.3.1. DA GERAÇÃO PRECEDENTE

O pai foi cavaleiro (1430), desembargador dos feitos de D. João I (1419-1420), desembargador do Paço (1423-1432), chanceler-mor (1432).

3.3.2. DO INDIVÍDUO

Senhor de Alvito, Vila Nova, Aguiar e Oriola (1471).

Barão de Alvito (27 de Abril de 1475).

3.3.4. DA GERAÇÃO SEGUINTE

A filha do primeiro casamento casou-se com Gonçalo Vaz de Castelo Branco.

Fernão da Silveira casou-se com D. Beatriz de Sousa, filha de João de Melo, copeiro-mor e alcaide-mor de Serpa e Redondo (1482).

Diogo da Silveira (Lobo) foi barão de Alvito, vedor da Fazenda de D. Manuel e D. João III. Casou-se com D. Joana de Noronha, filha do 2º conde de Abrantes (1483).

D. Isabel de Sousa casou-se com D. Pedro de Castro, o Negligente, e, posteriormente, com D. Rodrigo de Meneses, comendador de Grandola e guarda-mor da rainha D. Leonor.

4. NÍVEL ECONÓMICO

4.1. PATRIMÓNIOS, RENDIMENTOS E DOAÇÕES

Em 16 de abril de 1460 recebe uma bula de Pio II autorizando, em caso de seu falecimento, o arrendamento de algumas casas e propriedades que trazia dos cônegos regrantes de Santa Cruz a seu filho, João Eanes da Silveira.

Em 18 de outubro de 1469 declara que recebeu de seu pai todos os bens que lhe eram devidos por herança materna.

Em 22 de julho de 1470, D. Maria de Sousa recebe confirmação da sua sucessão nos senhorios detidos pelo pai (Alvito, Vila Nova do Alvito e Ribeira de Nisa).

Em 11 de setembro de 1470, confirmação da doação a D. Maria de Sousa das terras do pai, a se acrescentar Aguiar e Oriola.

Em 28 de janeiro de 1473, D. Maria de Sousa, recebe a concessão da cerca velha das muralhas de Évora, transmissíveis a seu filho mais velho.

Em 27 de abril de 1475 obtém o título de barão de Alvito, com autorização de uso de bandeira quadrada. O título poderia ser usado por sua mulher, no caso de sua morte ocorrer primeiro, e seria transmissível aos seus herdeiros por linha masculina legítima. Recebe confirmação em 01 de Abril de 1482.

Em 26 de agosto de 1476 recebe, em recompensa de seu envolvimento na campanha militar, as herdades das Assentes, no termo de Alvito, a herdade de Odivaraga, no termo de vila Nova, e a herdade de Celis, no termo da Beja, confiscadas a D. Luís Vaca e sua

mulher, D. Branca de Sousa (irmã de D. Maria de Sousa), partidários dos Reis Católicos.

Em 25 de fevereiro de 1482, recebe uma tença anual de 12.000 reais brancos.

Em 17 de março de 1482 mantém uma tença de 30.000 reais brancos que auferia como regedor da Casa da Suplicação.

Em 18 de março de 1482 é-lhe atribuída a tença de 11.000 reais brancos.

Em 24 de setembro de 1483 recebe a doação das julgadas de Coimbra e seu termo, a partir do ano seguinte, no valor de 60.000 reais brancos, como parte dos 300.000 reais brancos anuais que lhe tinham sido ordenados.

Em 27 de setembro de 1483 recebe o padrão de 71.864 reais brancos, efetivo a partir do ano seguinte, até perfazer 300.000 reais brancos. Neste valor se inclui a moradia anual de 60.000 reais brancos, mais os direitos, foros e tributos de Lagos e seu termo, à exceção das sisas, da dízima nova do pescado e das rendas, equivalente a 108.136 reais brancos.

4.2. PRIVILÉGIOS

Em 15 de junho de 1472 recebe o privilégio para si, sua mulher e o filho mais velho, possam se chamar senhores das suas vilas e terras, sendo ainda autorizado a nomeação e a destituição de tabeliães. Estes e os juízes das mesmas passam a dever invocar o nome deste fidalgo em todos os atos de sua competência.

Em 04 de setembro de 1472 recebe carta de privilégio para dois rendeiros das suas terras.

Em 30 de abril de 1481 recebe autorização para nas suas terras poder conhecer quaisquer litígios civis e criminais e julgar todas as demandas e contendas. Na mesma data recebe autorização para construir um castelo na vida de Alvito.

6. CARREIRA UNIVERSITÁRIA

6.1. UNIVERSIDADE FREQUENTADA

Em 1424 e 1430 aparece como escolar em Leis no Estudo Geral de Lisboa.

6.2. GRAU UNIVERSITÁRIO

Doutor em Leis desde, pelo menos, 20 de agosto de 1443.

7. CARREIRA MILITAR

Em 1471 participa da conquista de Arzila e Tânger.

Em 1476 participa da batalha do Toro.

8. CARREIRA DIPLOMÁTICA

8.1. MISSÕES

Em 1447-1448 é enviado ao papa Nicolau V⁷⁵⁶.

Em 1450 é enviado a Nápoles (Aragão).

Em 1452 é enviado a Itália.

Entre 22 de Janeiro e 25 de Fevereiro de 1455 é enviado a Castela.

Em 1456 é enviado a Itália.

Em 1460 encontra-se no Concílio de Mântua.

Em 1463 é enviado a Castela.

Em 1474 é enviado a Castela.

Em Agosto de 1479 é enviado a vila das Alcáçovas.

⁷⁵⁶ A única referência da embaixada informa que ela rumou a Roma para oferecer obediência ao novo papa, eleito em março de 1447. Como o biografado aparece em Outubro de 1448, acredita-se que a embaixada tenha sido enviada nesse intervalo.

Em Março de 1482 é enviado a Castela.

8.2. MEMBROS DA COMITIVA

Em 1447-1448 acompanha o prior do Hospital, D. João de Ataíde, o cavaleiro de Coimbra e conselheiro Diogo Soares de Albergaria, o professor de Teologia, mestre Lourenço Vasques e o capelão-mor Luís Pires.

Em 1452 esteve ao lado de LOPO DE ALMEIDA.

Em 1463 acompanha LOPO DE ALMEIDA, o doutor Pero Fernandez, AFONSO GARCEZ e o arauto Alcácer.

Em 1479 acompanha JOÃO TEIXEIRA, PÊRO BOTELHO, FERNÃO DA SILVEIRA, JOÃO GARCEZ e Rodrigo Afonso para a assinatura do Tratado das Alcáçovas

8.3. PARTICIPAÇÃO NA EMBAIXADA

Em 03 de Outubro de 1448 aparece apresentando uma súplica ao papa para poder utilizar como clérigo um altar móvel e escolher seu confessor. Súplica atendida na mesma data.

Em 1450 tem como objetivo tratar com os embaixadores de Frederico III do casamento entre D. Leonor, irmã de D. Afonso V, com o Imperador. O contrato de casamento é celebrado em 10 de Dezembro de 1450.

Em inícios de 1452 manda construir, em Siena, uma coluna de mármore com o escudo real de Portugal, em memória do primeiro encontro de D. Leonor com o Imperador. Em 15 de Março encontra-se em Roma para a coroação dos imperadores pelo papa. No mesmo ano, em agosto, trata da restituição do dote e arras da imperatriz junto a Frederico III.

Em 1455 tem como objetivo requerer a ratificação do contrato de casamento entre a infanta D. Joana e Henrique IV de Castela.

Em 1456 viaja a diferentes cidades italianas a fim de conseguir apoio ao projeto de cruzada papal. Em 04 de Fevereiro encontra-se em Veneza. Em 03 de Setembro em Gênova. No dia 08 de Setembro pronuncia oração em Roma, perante Calixto III, expressando o apoio de Portugal ao projeto de cruzada. Em 12 de Setembro encontra-se em Florença. As cidades italianas rejeitam as propostas de integração a cruzada papal. O embaixador permanece na Itália até inícios de 1460.

Em 1460 atua como representante português no Concílio de Mântua.

Em 1463 tem como objetivo negociar o casamento entre D. Afonso V e D. Isabel de Castela. Em Abril está presente na entrevista entre Henrique IV e Luís IX, rei da França, ocorrida em Fonte Rabia (Futerrabia) próximo ao rio Bidasoa⁷⁵⁷.

Em 1474 tem como objetivo tratar do casamento entre D. Afonso V e D. Joana.

Em 04 de Setembro de 1479 conclui o tratado das Alcáçovas com o embaixador castelhano Rodrigo Maldonado.

Em 1482 tem como objetivo firmar alterações ao Tratado das Alcáçovas, tratar do casamento do príncipe D. Afonso e da indenização pela desistência portuguesa das Canárias.

8.4. RENDIMENTOS, DOAÇÕES E PRESENTES

Recebe 4.832 dobras pela missão de 1447-1448 (?)⁷⁵⁸.

Recebe 790 dobras pela missão de 1450.

Recebe 636 dobras pela missão de 1452.

⁷⁵⁷ Cruzamos a descrição cronística de Rui de Pina (CDAV, Cap. CLI) e o lançamento do rol de despesas do reinado de D. Afonso V (FARO, 1965:81).

⁷⁵⁸ Jorge Faro indica o montante de 483 dobras (1965:78), porém, o mesmo autor, anteriormente, indicou a quantia de 4832 dobras (JOSÉ, Maria & FARO, Jorge. Embaixadas enviadas pelos reis de Portugal de 1415 a 1473. In: *Actas do Congresso Internacional de História dos Descobrimentos*. Lisboa, Vol. III, 1961, p.264).

Recebe 160 dobras pela missão de 1455 (?)⁷⁵⁹.

Pelos anos que permaneceu em Itália (1456-1460), recebe carta de quitação de 13.240 reais brancos em 03 de Fevereiro de 1462.

Recebe 610 dobras pela missão a Castela de 1463.

9. CARREIRA BUROCRÁTICA

Desembargador régio e Vice-chanceler, substituindo D. Fernando da Guerra (1443).

Chanceler da Casa do Cível, substituindo Gonçalo Gomes Camelo (1445-1463).

Substituído por PERO FALEIRO.

Em 18 de Setembro de 1451 é provido a juiz do convento de Santa Clara de Lisboa.

Em 12 de Setembro de 1463 é provido a regedor da Casa da Suplicação, em lugar de D. Fernando da Guerra. Permanece até 1473, quando é substituído por D. Álvaro de Castro.

Em 1468 aparece como regedor da Casa da Suplicação, chanceler-mor e corregedor da Corte.

Em 22 de Dezembro de 1470 é vedor dos vassallos régios de Alvito, Vila Nova e Viana, em lugar de Diogo Lopes Lobo, seu sogro.

Em 21 de Outubro de 1473 toma posse como escrivão da puridade, chanceler-mor e vedor da fazenda do príncipe D. João, mantendo os privilégios dos ofícios anteriores.

Escrivão da Puridade (1481-1484).

11. CONSELHO RÉGIO

Membro do conselho desde, pelo menos, fevereiro de 1455.

12. VIDA PÚBLICA

Em janeiro de 1481 participa na entrega dos infantes D. Afonso e D. Isabel nas terçarias de Moura.

Em 03 de Novembro de 1481 está presente nas Cortes de Évora.

Durante a missão de 1482, participa do batizado de D. Maria em Córdova, sendo padrinho da mesma.

13. OBSERVAÇÕES

O pai, como embaixador, esteve presente na ratificação da paz luso-castelhana (1411), e na confirmação das pazes (1432).

Em 17 de Abril de 1460 recebe salvo-conduto do papa Pio II para si e 12 criados.

Em 18 de Setembro de 1460 é testemunha do testamento do infante D. Henrique.

Em 18 de Março de 1473, o filho, João da Silveira, matriculado no Estudo de Lisboa, preside à eleição do novo titular da cadeira de terça de Leis.

14. FONTES

CUP, V, doc.1437-1438, 1440-1441.

FREIRE, Anselmo Brammcamp. *Brasões da Sala de Sintra*. Coimbra: Imprensa da Universidade, III, p.230-231, 300-307.

LEÃO, Duarte Nunes de. Crónica e vida del Rey D. Affonso V. In: *Crónicas dos Reis de Portugal*. Lisboa: Officina de José de Aquino Bulhões, 1780, tomo II, capítulo XLVII, LXVI.

⁷⁵⁹ Novamente encontramos variação na obra de Jorge Faro. No texto de 1965 o biografado aparece recebendo 610 dobras pela missão de 1455, porém, no artigo de 1961 o valor é modificado para 160 dobras, referência que não existe no texto de 1965.

Livro de Linhagens do século XVI. Introdução de António Machado de Faria. Lisboa: Academia Portuguesa de História, 1956, p.307-308.

MH, IX, doc.186, X, doc. 247, XI, doc.1, 7, 8, 154, XII, doc. 109.

PINA, Rui de. *Chronica de El-Rei D. Affonso V*. Escriptorio, Lisboa: Rutgers University Libraries, 1901, capítulo CXXXI, CXXXIII, CLI, CCVI, CCIX.

_____. *Chronica de El-Rey D. João II*. In: *Collecção de Livros Ineditos de História Portuguesa dos reinados de D. João I, D. Duarte, D. Affonso V e D. João II*. Publicados por José Corrêa da Serra. Lisboa: Academia Real das Sciencias de Lisboa, Tomo II, 1792, capítulo VIII.

Princesas de Portugal. Contratos matrimoniais dos séculos XV e XVI. Edição do texto latino e tradução de Aires A. Nascimento, com colaboração de Maria Filomena Andrade e Maria Teresa Rebelo da Silva, Lisboa: Cosmos, 1992, doc.6-9.

15. BIBLIOGRAFIA

CAETANO, Pedro Nuno Pereira. *A Burocracia Régia como veículo para a titulação nobiliárquica. O caso do Dr. João Fernandes da Silveira*. Porto: Dissertação de Mestrado, 2011, 134-142.

DUARTE, Luís Miguel. *Justiça e Criminalidade no Portugal medievo (1459-1481)*. Porto: Universidade do Porto, Dissertação de Doutoramento, 1993, II, p.12-14

FARO, Jorge. *Receitas e despesas da fazenda real de 1384 a 1481 (subsídios documentais)*. Lisboa: Publicações do Centro de Estudos Económicos, 1965, p.78-79.

FERNANDES, Hermenegildo (coord.). *A Universidade medieval em Lisboa, séculos XIII-XVI*. Lisboa: Tinta-da-China, 2013, p.514-517.

JOSÉ, Maria & FARO, Jorge. Embaixadas enviadas pelos reis de Portugal de 1415 a 1473. Subsídios documentais. In: *Actas do Congresso Internacional de História dos Descobrimentos*. Lisboa, 1961, Vol. III, p.264-265.

MORENO, Humberto Casrlos Baquero. Um grande diplomata português do século XV: o Doutor João Fernandes da Silveira. Separata de *A Diplomacia na História de Portugal*. Lisboa: Academia Portuguesa de História, pp. 93-103.

RAU, Virgínia. Relações diplomáticas de Portugal durante o reinado de D. Afonso V. *Estudos de história medieval*. Lisboa: Presença, 1986, p.66-80.

SANTARÉM, Visconde de. *Quadro Elementar das Relações Políticas e Diplomáticas de Portugal com as diversas potências do mundo desde o principio da Monarchia portugueza até os nossos dias*. Paris: J. P. Aillaud, I, p. 348-349, 356, 362, 368, 380-381, 386, 388, X, p.65-66.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *Relações históricas entre Portugal e a França. (1431-1481)*. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian. Centro Cultural Português, 1975, p.78.

JOÃO FOGAÇA

3. INSERÇÃO SOCIAL

3.1. FAMÍLIA

3.1.1. GERAÇÃO PRECEDENTE

Neto de Lourenço Anes de Fogaça.

Filho de Fernão Fogaça e Leonor Dias Pais, filha de Diogo Álvares Pais.

3.1.2. COLATERAIS

Luís Fogaça e Diogo Fogaça.

3.1.3. CASAMENTO

Casou-se com D. Constança de Vasconcelos, filha de Diogo Mendes de Vasconcelos.

Casou-se, uma segunda vez, com D. Maria Vaz de Paiva, filha de Martim Vaz de Castelo Branco⁷⁶⁰.

3.1.4. DESCENDÊNCIA

Isabel Fogaça e Margarida Fogaça (filhos de D. Constança de Vasconcelos).

3.3. ESTATUTO SOCIAL

3.3.1. DA GERAÇÃO PRECEDENTE

O pai foi senhor de Odemira, escudeiro de D. João I, chanceler e conselheiro de D. Duarte.

3.3.2. DO INDIVÍDUO

Comendador da Canha, Cabrela e Sesimbra.

3.3.3. DOS COLATERAIS

Luís Fogaça foi vedor de Lisboa.

Diogo Fogaça foi almoxarife de Lisboa e despenseiro entre 1449 e 1451. Casou-se com D. Isabel de Brito, filha de João Afonso de Brito, senhor de Morgado de S. Lourenço.

3.3.4. DA GERAÇÃO SEGUINTE

D. Isabel Fogaça casou-se com D. Tristão Coutinho e, depois, com Aires Ferreira.

D. Margarida Fogaça foi donzela da Excelente Senhora, D. Leonor. Casou-se (c.1476) com João de Sousa, guarda-mor.

7. CARREIRA MILITAR

Comendador da Ordem de Santiago.

8. CARREIRA DIPLOMÁTICA

8.1. MISSÕES

Por volta dos anos 60 é enviado a Inglaterra.

8.4. RENDIMENTOS, DOAÇÕES E PRESENTES

Recebe 420 dobras pela missão.

13. OBSERVAÇÕES

Em 10 de abril de 1476 é dada carta de doação de 2800 coroas pelo casamento de João de Sousa e Margarida Fogaça.

14. FONTES

FREIRE, Anselmo Brammcamp. *Brasões da Sala de Sintra*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1921, I, p.215.

⁷⁶⁰ Gayo cita Lopo Vaz de Castelo Branco como pai de D. Maria Vaz de Paiva, porém, segundo o LL, Lopo seria neto de Martim. Seguimos as indicações do LL.

GAYO, Manuel José da Costa Felgueiras. *Nobiliário de Famílias de Portugal*. Edição de Agostinho de Azevedo Meirelles e Domingos de Araújo Affonso. Braga: Officina gráfica da Pax, 1939, tomo XIV, p.161.

Livro de Linhagens do século XVI. Introdução de António Machado de Faria. Lisboa: Academia Portuguesa de História, 1956, p.278.

15. BIBLIOGRAFIA

FARO, Jorge. *Receitas e despesas da fazenda real de 1384 a 1481 (subsídios documentais)*. Lisboa: Publicações do Centro de Estudos Económicos, 1965, p.81.

GOMES, Rita Costa. *A Corte dos Reis de Portugal no final da Idade Média*. Lisboa: Difel, 1995, p.140.

JOÃO GARCEZ

3. INSERÇÃO SOCIAL

3.1. FAMÍLIA

3.1.1. GERAÇÃO PRECEDENTE

Filho de Rodrigo Afonso Garcez⁷⁶¹.

3.1.2. COLATERAIS

Primo irmão de AFONSO GARCEZ.

3.1.3. CASAMENTO

Casou-se com D. Isabel Gil Aranha, filha de Gil Vaz Aranha e D. Guiomar Pires de Almeida.

3.1.4. DESCENDÊNCIA

Lourenço Garcez, D. Leonor Garcez, Affonso Annes Garcez, e mais duas filhas.

3.2. LAÇOS PESSOAIS

3.2.1. DEPENDÊNCIA

Membro da casa do príncipe D. João.

3.3. ESTATUTO SOCIAL

3.3.1. DA GERAÇÃO PRECEDENTE

O pai foi vassalo do rei D. Dinis.

3.3.2. DO INDIVÍDUO

Cavaleiro desde 1468⁷⁶².

3.3.4. DA GERAÇÃO SEGUINTE

Lourenço Garcez foi corregedor da Casa do Cível e da Corte. Casou-se com D. Maria Meirelles.

D. Leonor Garcez casou-se com Luís de Antas.

Affonso Annes Garcez casou-se com Isabel de Vasconcelos⁷⁶³.

As filhas com nomes desconhecidos casaram-se com Tomás Tavares de Portalegre e Jorge da Horta.

4. NÍVEL ECONÓMICO

4.2. PRIVILÉGIOS

Em 6 de novembro de 1481, D. João II deu-lhe carta de armas.

7. CARREIRA MILITAR

Esteve presente na tomada de Alcácer.

Esteve presente na expedição de Anafé junto ao infante D. Fernando (1468).

Esteve presente na tomada de Arzila e Tânger⁷⁶⁴.

Esteve presente na batalha do Toro.

8. CARREIRA DIPLOMÁTICA

8.1. MISSÕES

⁷⁶¹ GAYO, Vol. XVI, p.57, nota 1.

⁷⁶² Foi investido cavaleiro pelo infante D. Fernando durante a expedição de Anafé. Cf: RIVARA, Joaquim Heliodoro da Cunha. *Memorias da Villa de Arrayolos*. Arraiolos: Câmara Municipal de Arraiolos, 1983, parte 1, p.107.

⁷⁶³ Gayo considera a referência da esposa como incerta. (Nobiliário....., XVI, p.57).

⁷⁶⁴ RIVARA, Joaquim Heliodoro da Cunha. *Memorias da Villa de Arrayolos*. Arraiolos: Câmara Municipal de Arraiolos, 1983, parte 1, p.107, nota 3.

Esteve presente na comitiva que assinou o Tratado das Alcáçovas em 1479.

8.2. MEMBROS DA COMITIVA

JOÃO FERNANDES DA SILVEIRA, FERNÃO DA SILVEIRA, JOÃO TEIXEIRA, PERO BOTELLO e Rodrigo Afonso.

8.3. PARTICIPAÇÃO NA EMBAIXADA

Exercendo a função de notário, foi responsável pela escritura do tratado.

9. CARREIRA BUROCRÁTICA

Escrivão da Fazenda de D. João II e provedor das capelas de D. Afonso V⁷⁶⁵.

Escrivão da Fazenda do reino do Alvarge e dalém mar em África⁷⁶⁶.

Em 1479 já exercia a função de notário público perpétuo, geral e especial, nos reinos de Portugal e dos Algarves, daquém e dalém mar em África, e em todos os outros senhorios da Coroa⁷⁶⁷.

10. CARREIRA ECLESIAÍSTICA⁷⁶⁸

14. FONTES

GAYO, Manuel José da Costa Felgueiras. *Nobiliário de Famílias de Portugal*. Edição de Agostinho de Azevedo Meirelles e Domingos de Araújo Affonso. Braga: Oficina gráfica da Pax, 1939, tomo XVI, p.57-58.

Tratado de Tordesilhas.....

⁷⁶⁵ RIVARA, Joaquim Heliodoro da Cunha. *Memorias da Villa de Arrayolos*. Arraiolos: Câmara Municipal de Arraiolos, 1983, parte 1, p.107, nota 3.

⁷⁶⁶ Tratado das Alcáçovas, p.52.

⁷⁶⁷ Tratado das Alcáçovas, p.52. De acordo com Isaías Pereira (O tabelionado em Portugal. In: *Notariado Público y Documento Privado: de los orígenes al siglo XIV*. Actas del VII Congreso Internacional de Diplomática. Valência, 1986, p.669-677. Apud: FERNANDES, Ana Maria. *O Arquivo Notarial no Estado Novo*. Lisboa: Universidade de Lisboa, Dissertação de Mestrado, p.17, nota 28), a nomeação teria ocorrido apenas em 1482. Não obstante, tendo em vista a referência direta presente no texto do tratado de 1479, consideramos que, possivelmente, D. João II tenha confirmado a nomeação em 1482.

⁷⁶⁸ A única informação que dispomos em que o personagem aparece como clérigo é: PEREIRA, Isaías da Rosa. O tabelionado em Portugal. *Idem*, p.669-677. apud FERNANDES, Ana Maria. *O Arquivo Notarial no Estado Novo*. Lisboa: Universidade de Lisboa, Dissertação de Mestrado, p.17, nota 28.

JOÃO TEIXEIRA

1. DADOS CRONOLÓGICOS

1.1. VIDA:

? – c.19 de Março de 1493.

2. INSERÇÃO GEOGRÁFICA

2.1. ORIGEM:

Santarém

3. INSERÇÃO SOCIAL

3.1. FAMÍLIA

3.1.2. COLATERAIS:

Pedro Teixeira.

3.1.4. DESCENDÊNCIA:

Luís Teixeira, Álvaro Teixeira e Tristão, todos estudaram na Itália.

3.2. LAÇOS PESSOAIS

3.2.1. DEPENDÊNCIA:

Criado do rei.

Em 08 de Março de 1442 surge com o estatuto de Escudeiro da Casa do Infante D. Henrique.

Em 1462 é cavaleiro fidalgo.

Em 22 de Outubro de 1475 é cavaleiro da casa real.

3.3. ESTATUTO SOCIAL

3.3.2. DO INDIVÍDUO:

Em 1462 é cavaleiro fidalgo.

Em 1471 como cavaleiro da casa real.

3.3.4. DA GERAÇÃO SEGUINTE:

O filho, Dr. Luís Teixeira, é mencionado como "fydalgo de nossa casa e do nosso desembargo". Foi jurisconsulto em ambos os direitos e herdou o património paterno. Em 03 de Novembro de 1492 se declara que Luís Teixeira teve o cargo de chanceler-mor por causa do pai estar doente.

4. NÍVEL ECONÓMICO

4.1. PATRIMÓNIOS, RENDIMENTOS E DOAÇÕES

Em 08 de junho 1450 o filho primogênito recebe uma bolsa no valor de 4500 reais brancos anuais de mantimento para estudo; o seu irmão recebe uma bolsa de mantimento no valor de 5.000 reais.

Em 1462 recebe, enquanto cavaleiro fidalgo, a soma de 850 reais, o montante baixa para 800 em 1469, mantendo-se em 1474 e 1477.

Em 23 de Outubro de 1475, é-lhe concedida remuneração pelo cargo de vice-chanceler, assim como a moradia que é atribuída aos membros do Conselho "em cheo", cujo valor está estabelecido em 4286 reais mensais, perfazendo 51432 reais anuais; recebia ao tempo 40.000 reais anuais enquanto membro do Desembargo, tal como "Álvaro Pires Vieira".

Em 16 de Julho de 1480 são-lhe concedidos todos os bens móveis e de raiz que haviam ficado por morte do Mestre João, cirurgião do rei, morador de Amora.

Em 1482 recebe todos os bens de Fernão Salgado e sua mulher, por estes não teres herdeiros

28 abril de 1483, recebe completa doação dos casais e herdades reguendas no lugar do Chouto, termo de Santarém.

6. CARREIRA UNIVERSITÁRIA⁷⁶⁹:

6.2. GRAU UNIVERSITÁRIO:

É doutor desde, pelo menos, 19 de Abril de 1466.

É citado por Diogo Barbosa Machado como professor de jurisprudência⁷⁷⁰.

7. CARREIRA MILITAR:

Em 1471 está junto do monarca nas campanhas africanas.

Aparece em Zamora, 1476, durante a guerra luso-castelhana.

8. CARREIRA DIPLOMÁTICA:

8.1. MISSÕES

Em 1471 fez parte de uma embaixada enviada ao papa Xisto IV.

Em 1476 integra embaixada a Roma para requerer dispensa papal para o casamento de D. Afonso com D. Joana.

Em 1479 acompanha JOÃO FERNANDES DA SILVEIRA, barão de Alvito, para a assinatura do Tratado das Alcáçovas.

Em 1483 participa do "desfazimento" da Terçarias de Moura.

Em 1488 constava para ser embaixador português para mediação de conflito entre o Imperador e o rei da França, mas a embaixada não ocorreu.

Em 1490 acompanha FERNÃO DA SILVEIRA e o secretário Rui de Sande a Castela para negociar os esponsais do príncipe herdeiro D. Afonso com a primogênita dos reis católicos.

8.2. MEMBROS DA COMITIVA

Em 1471 acompanha LOPO DE ALMEIDA.

Em 1476 acompanha o conde de Penamacor, LOPO DE ALBUQUERQUE, e DIOGO SALDANHA, fidalgo castelhano.

Em 1479 acompanha JOÃO FERNANDES DA SILVEIRA, FERNÃO DA SILVEIRA, PERO BOTELLO, JOÃO GARCEZ e Rodrigo Afonso.

Em 1490 acompanha FERNÃO DA SILVEIRA e o secretário Rui de Sande.

9. CARREIRA BUROCRÁTICA:

Em 12 de dezembro de 1466 substitui ÁLVARO PIRES VIEIRA no Desembargo e Petições. Em 25 de Agosto de 1475, é substituído no desembargo pelo doutor DIOGO DA FONSECA.

A partir de 06 de outubro de 1475 passa a ocupar vitaliciamente o ofício de vice-chanceler.

Em 01 de Julho de 1484 substitui D. ÁLVARO DE BRAGANÇA (de Portugal) no ofício de chanceler-mor, na sequência dos acontecimentos que conduziram à morte do Duque de Bragança.

⁷⁶⁹ É indicado como insigne professor de jurisprudência sem, no entanto, ser indicada a universidade na qual lecionou.

⁷⁷⁰ MACHADO, Diogo Barbosa. *Bibliotheca Lusitana*, tomo III, Coimbra, 1966, p.772. apud MORENO, Humberto Carlos Baquero. A conspiração contra D. João II: o julgamento do duque de Bragança. In: *Exilados, Marginais e Contestatários na sociedade portuguesa medieval*. Lisboa: Presença, 1990, p.194.

Em 1482, nas cortes de Évora-Viana compõe uma junta cuja função era acompanhar os trabalhos do "parlamento" em nome do rei, para "debelar dúvidas e indicar soluções"

11. CONSELHO RÉGIO

Desde, pelo menos, 19 de abril de 1466.

12. VIDA PÚBLICA:

Em 1481 recebeu procuração de D. João II para, em Moura, receber o príncipe D. Afonso e trazê-lo para a cidade de Évora.

Em junho de 1483 participou do julgamento do duque de Bragança.

Em 01 de Março de 1489 proferiu a oração na cerimônia de elevação de D. Pedro de Meneses ao estatuto de marques de Vila Real.

Em 14 de Novembro de 1489 é mencionado como doutor em ambos os direitos e conselheiro de D. João II.

14. FONTES

LEÃO, Duarte Nunes de. Crónica e vida del Rey D. Affonso V. In: *Crónicas dos Reis de Portugal*. Lisboa: Officina de José de Aquino Bulhões, 1780, tomo II, capítulo LXI.

PINA, Rui de. *Chronica de El-Rei D. Affonso V*. Escriptorio, Lisboa: Rutgers University Libraries, 1901, Capítulo CXCVII.

_____. *Chronica de El-Rey D. João II*. In: *Collecção de Livros Ineditos de História Portugueza dos reinados de D. João I, D. Duarte, D. Affonso V e D. João II*. Publicados por José Corrêa da Serra. Lisboa: Academia Real das Sciencias de Lisboa, Tomo II, 1792, capítulo XI-XII.

CUP, V, doc. 1523.

15. BIBLIOGRAFIA:

DURAO, Maria Manuela. *1471 – Um ano africano no desembargo de D. Afonso V*. Dissertação de mestrado. Porto: Universidade do Porto, 2002, Catálogo, p.56-64.

FARO, Jorge. *Receitas e despesas da fazenda real de 1384 a 1481 (subsídios documentais)*. Lisboa: Publicações do Centro de Estudos Económicos, 1965, p.81.

SANTARÉM, Visconde de. Visconde de. *Quadro Elementar das Relações Políticas e Diplomáticas de Portugal com as diversas potências do mundo desde o principio da Monarchia portugueza até os nossos dias*. Paris: J. P. Aillaud, 1842-1853, vol. I-VIII, Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias, III, p.135-136, 145.

MORENO, Humberto Carlos Baquero. A conspiração contra D. João II: o julgamento do duque de Bragança. In: *Exilados, Marginais e Contestatários na sociedade portuguesa medieval*. Lisboa: Presença, 1990, p.194-196.

Brasões da Sala de Sintra, vol. II, p.153.

JORGE DA COSTA (D)
Jorge Martins

1. DADOS CRONOLÓGICOS

1.1. VIDA

Nasceu em 1416 e morreu em 18 de Setembro de 1508.

2. INSERÇÃO GEOGRÁFICA

2.1. ORIGEM

Alpedrinha.

2.2. DOMICÍLIO

Roma, a partir de 1480.

2.3. LOCAL DE SEPULTURA

Capela de Santa Catarina da Igreja de Nossa Senhora de Populo, em Roma.

3. INSERÇÃO SOCIAL

3.1. FAMÍLIA

3.1.1. GERAÇÃO PRECEDENTE

Martim Vaz e Maria Anes da Costa/Catarina Gonçalves da Costa.

3.1.2. COLATERAIS

D. Martinho da Costa, D. Catarina da Costa, D. Isabel da Costa, D. Elvira da Costa, D. Margarida Vaz da Costa.

D. Jorge da Costa⁷⁷¹.

Teve como sobrinhos Álvaro Vaz, D. Diogo da Costa e D. Pedro da Costa.

3.2. LAÇOS PESSOAIS

3.2.2. CLIENTELAS FORMADAS

Em 18 de dezembro de 1471, Diogo de Lucena ingressa no Colégio de S. Clemente de Bolonha apresentado por D. JORGE DA COSTA.

Em 1477, Álvaro Cardoso, clérigo eborense, “familiar de D. Jorge”, frequenta a Sapientia de Sena.

João Gil e Henrique Coutinho, membros da casa do Cardeal, estudaram em Pisa.

Álvaro de Freitas, estudante em Perusa, sobrinho de VASCO FERNANDES DE LUCENA, apresenta-se, em 1488, como familiar do Cardeal.

3.3. ESTATUTO SOCIAL

3.3.2. DO INDIVÍDUO

Presbítero, Bispo, Arcebispo e Cardeal.

3.3.3. DOS COLATERAIS

D. Martinho da Costa arcebispo de Lisboa a partir de 1500, por renúncia do Cardeal.

D. Catarina da Costa casou-se com D. Pedro de Albuquerque, irmão do conde de Penamacor, LOPO DE ALBUQUERQUE.

D. Isabel da Costa casou-se com D. João de Soto Maior, filho do conde de Caminha.

D. Elvira da Costa casou-se com D. Cristóvão de Cárdenas.

D. Margarida Vaz da Costa casou-se com Lopo Álvares Feio.

D. Jorge da Costa foi arcebispo de Braga.

3.3.4. DA GERAÇÃO SEGUINTE

⁷⁷¹ Fortunato de Almeida indica que o Cardeal e o arcebispo são irmãos, porém Manuela Mendonça expõe ao longo de seu texto que é possível que o segundo seja sobrinho ou mesmo filho do biografado.

O sobrinho, Álvaro Vaz, abade de Alcobaça (c.1475), após a renúncia de Fr. Nicolau Vieira.

Os sobrinhos D. Diogo da Costa e D. Pedro da Costa foram bispos do Porto.

6. CARREIRA UNIVERSITÁRIA

6.1. UNIVERSIDADE FREQUENTADA

Hospital de Santo Elói de Lisboa.

6.2. GRAU UNIVERSITÁRIO

Licenciado em Teologia desde, pelo menos, 1462.

Protetor e governador da Universidade de Lisboa (1479).

8. CARREIRA DIPLOMÁTICA

8.1. MISSÕES

Enviado ao rei de Aragão.

Em 1462 foi enviado a Castela.

Antes de 1464 foi enviado a Roma.

Em 1464 acompanhou o rei nas Vistas de Gibraltar.

Em 1469 é enviado a Castela.

Entre 1477 e 1480 é enviado a Roma⁷⁷².

Legado pontifício a Veneza (1484) e Ferrara.

Atua em Roma no ano de 1485, junto da embaixada enviada por D. João II.

8.2. MEMBROS DA COMITIVA

Em 1469 é acompanhado por Afonso Nogueira.

Em 1485, a comitiva contou com VASCO FERNANDES DE LUCENA, que proferiu a oração de obediência.

8.3. PARTICIPAÇÃO NA EMBAIXADA

Em 1462 vai a Castela acompanhar o parto de D. Joana.

Em 1464 fica responsável por garantir os acordos matrimoniais decididos no encontro régio de Gibraltar.

Em 1469 tem como objetivo negociar o casamento entre D. Afonso V e D. Isabel.

Em 1485 atua em Roma na embaixada de obediência ao papa Inocêncio VIII.

8.4. RENDIMENTOS, DOAÇÕES E PRESENTES

112 libras pela missão a Castela (1462).

118 dobras pela missão a Aragão.

10. CARREIRA ECLESIAÍSTICA

Confessor das infantas D. Catarina e D. Joana, filhas de D. Duarte.

Capelão-mor de D. Catarina.

Confessor de D. Afonso V.

Bispo de Évora (cerca de fevereiro de 1463).

Arcebispo de Lisboa, entre cerca de novembro de 1464 e 1500.

Em 1476 o papa Xisto IV fez-lhe Cardeal, com o título dos Santos Mártires Marcelino e Pedro.

Em 22 de outubro de 1484 recebe o título de Cardeal de Santa Maria de TransTibre, na sequência da morte do Cardeal de Milão.

⁷⁷² Manuela Mendonça considera que a partida do Cardeal para Roma se deu após o regresso de D. Afonso V da viagem à França, mas indica que o biografado foi recebido em Roma no dia 14 de junho de 1480. Essa partida, diz a autora, seu deu como “representante de Portugal na Cúria Papal” no intuito de “conseguir, junto do Papa, a tão desejada dispensa que validaria o casamento com sua sobrinha D. Joana e lhe reabriria a hipótese de cingir a coroa de Castela” (MENDONÇA, 1991:44, 46-47).

Presbítero de Santa Cecília.

Em 11 de janeiro de 1486 foi eleito camerlengo do colégio cardinalício e recebeu o selo do Colégio.

Inocêncio III fez-lhe bispo de Albanense.

Alexandre VI fez-lhe bispo Tulculano.

Julio II fez-lhe bispo Portuense.

Bispo de Santa Rufina.

Arcebispo de Braga entre 1501 e 1505.

Bispo de Porto, Faro e Ceuta.

Abade de Tibães, Pombeiro, Rendufe, Torre, S. Romão, Adaúfe e Gondar da Ordem de São Bento.

Abade de Alcobaça, Tarouca, Bouro, Seiça, Fiães e S. Pedro das Águias, da Ordem de São Bernardo.

Prior de Grijó, Banho, S. Jorge, Roriz, Caramos, Junqueira, Landim, Oliveira, Macelos e Longovares.

Deão de Braga, Lisboa, Porto, Lamego, Guarda, Viseu, Faro e Burgos, com o seu chantrado.

Abade em Veneza e Navarra.

Foi D. Prior de Guimarães.

11. CONSELHO RÉGIO

Participa do Conselho no período afonsino.

12. VIDA PÚBLICA

Professor das infantas D. Catarina (1445) e D. Joana, filhas de D. Duarte.

Em 1463 acompanha o monarca ao norte da África.

Em 1475 acompanha o monarca na guerra luso-castelhana.

Em 1480, envia de Roma uma carta a D. João II sobre a guerra dos turcos em Itália.

13. OBSERVAÇÕES

De acordo com Manuela Mendonça, a entrada de D. JORGE DA COSTA na Corte como professor de D. Catarina (1445) se deu através do P. João Rodrigues, homem da confiança do regente D. Pedro.

Foi o biografado que providenciou o túmulo da infanta D. Catarina na Capela de Nossa Senhora da Glória.

Manuela Mendonça faz a seguinte proposição acerca da ascensão de D. JORGE DA COSTA: “Pensamos que poderá ter sido no bom desempenho de cargos diplomáticos que o futuro Cardeal grangeou a confiança plena do rei africano” (MENDONÇA, 1991: 39).

14. FONTES

MH, vol. XIV, doc.34.

PINA, Rui de. *Chronica de El- Rei D. Affonso V.* Escritorio, Lisboa: Rutgers University Libraries, Capítulo CLIV.

Crónica Anónima de Enrique IV de Castilla. Livro II, Cap. VII.

GÓIS, Damião de. *Crónica do Príncipe D. João.* Cap. XXXVIII.

15. BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Fortunato de. *História da Igreja em Portugal.* Porto: Portucalense editora, 1967, I, p.328, 485-487.

FARO, Jorge. *Receitas e despesas da fazenda real de 1384 a 1481 (subsídios documentais)*. Lisboa: Publicações do Centro de Estudos Económicos, 1965, p.80, 81.

MENDONÇA, Manuela. *D. Jorge da Costa. "Cardeal de Alpedrinha"*. Lisboa: Colibri, 1991.

SANTARÉM, Visconde de. *Quadro Elementar das Relações Políticas e Diplomáticas de Portugal com as diversas potências do mundo desde o principio da Monarchia portugueza até os nossos dias*. Paris: J. P. Aillaud, I, p.366.

LOPO DE ALBUQUERQUE

1. DADOS CRONOLÓGICOS

1.1. VIDA

?-1484

3. INSERÇÃO SOCIAL

3.1. FAMÍLIA

3.1.1. GERAÇÃO PRECEDENTE

Neto de Pero Vaz da Cunha e D. Helena (Teresa) de Ataíde, por via paterna.

Filho de João de Albuquerque e D. Catarina Pereira, filha de João Pereira, senhor da Terra de Santa Maria.

3.1.2. COLATERAIS

Irmão de Pedro de Albuquerque e Henrique de Albuquerque.

3.1.3. CASAMENTO

Em 07 de Março de 1468 casou-se com D. Leonor de Noronha, filha de D. Pedro de Noronha, Arcebispo de Lisboa.

3.1.4. DESCENDÊNCIA

Garcia de Albuquerque, Afonso de Albuquerque, Pedro de Albuquerque, Guiomar de Albuquerque e Isabel de Albuquerque.

3.3. ESTATUTO SOCIAL

3.3.2. DO INDIVÍDUO

Conde de Penamacor, 1475.

3.3.3. DOS COLATERAIS

Pedro de Albuquerque foi alcaide-mor de Sabugal e de Alfaiates. Casou-se com D. Catarina, irmã do cardeal D. Jorge, Arcebispo de Lisboa.

Henrique de Albuquerque foi senhor da casa de João de Albuquerque, seu pai. Casou-se com D. Catarina Henriques, filha de D. Fernando Henriques, o Velho, senhor das Alcáçovas.

3.3.4. DA GERAÇÃO SEGUINTE

Garcia de Albuquerque foi copeiro-mor de D. João III e casou-se com a filha de D. Leitão, cidadão de Lisboa. Seu filho, Luis de Albuquerque também foi copeiro-mor de D. João III.

D. Afonso de Albuquerque foi capitão da Mina.

D. Guiomar de Albuquerque casou-se com Rui de Melo, alcaide-mor de Elvas.

D. Isabel de Albuquerque casou-se com Nuno Vaz de Castelo Branco.

4. NÍVEL ECONÓMICO

4.1. PATRIMÓNIOS, RENDIMENTOS E DOAÇÕES

Em 1464 recebe a vila de Abiul.

Em 1462, na condição de cavaleiro fidalgo da casa de D. Afonso V, aparece recebendo a renda de 2700 reis.

Em 1469, na condição de cavaleiro do conselho, aparece no rol da casa de D. Afonso V recebendo a renda de 4286 reis. No mesmo rol é citado para os anos de 1474-77, recebendo 6500 reis.

Recebia 674.800 reais brancos de assentamentos e tenças, sendo 200.000 reais pela regedoria da casa do Cível de Lisboa.

Em 24 de Agosto de 1476 recebe a doação da alcaidaria-mor da vila de Penamacor.

7. CARREIRA MILITAR

Está presente de D. Afonso V na guerra luso-castelhana.

8. CARREIRA DIPLOMÁTICA

8.1. MISSÕES⁷⁷³

Em fins de Dezembro de 1474 é enviado a Castela.

Em 1476 integra embaixada a Roma para requerer dispensa papal para o casamento de D. Afonso com D. Joana, junto do doutor JOÃO TEIXEIRA, e DIOGO SALDANHA, fidalgo castelhano.

Em 1477 é enviado ao rei da França.

8.3. PARTICIPAÇÃO NA EMBAIXADA

Em 1474 tem como objetivo obter informações acerca da fidalguia castelhana que apoiava D. Joana.

8.4. RENDIMENTOS, DOAÇÕES E PRESENTES

150 dobras por uma missão a Castela.

9. CARREIRA BUROCRÁTICA

Recebe o ofício de Camareiro e guarda roupa de D. Afonso V em 18 de Outubro de 1463.

Recebe o ofício de Camareiro-mor em 02 de Setembro de 1471, permanecendo na posição até 1482.

12. VIDA PÚBLICA

Em Maio de 1475, em Placência, durante os desposais de D. Afonso V e D. Joana, o biografado é feito conde de Penamacor.

13. OBSERVAÇÕES

Durante o desaparecimento de D. Afonso V na França, Lopo de Albuquerque aparece procurando incessantemente o monarca: “O conde de Penamacor era em busca del Rey, com determinação de nunca sem elle tornar a Portugal”⁷⁷⁴.

Envolve-se na conspiração do duque de Viseu contra D. João II, motivo que o leva a retirar-se para Castela e, posteriormente, para a Inglaterra, onde adotou o nome de Pedro Nunes, Barcelona e Sevilla, onde morreu.

14. FONTES

FREIRE, Anselmo Brammcamp. *Brasões da Sala de Sintra*. Coimbra: Imprensa da Universidade, III, p.307-309.

GOIS, Damião de. *Crónica do Príncipe D. João*. Edição crítica e comentada de Graça Almeida Rodrigues. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 1977, capítulo XVII.

LEÃO, Duarte Nunes de. Crónica e vida del Rey D. Affonso V. In: *Crónicas dos Reis de Portugal*. Lisboa: Officina de José de Aquino Bulhões, 1780, tomo II, capítulo XLIX, LXI-LXII.

Livro de Linhagens do século XVI. Introdução de António Machado de Faria. Lisboa: Academia Portuguesa de História, 1956, p.146-148.

⁷⁷³ Dias Dinis levanta a possibilidade de Lopo de Almeida ter sido enviado ao papado em 1475 a fim de requerer a dispensa papal, no entanto, em vista da ausência de documentações que comprovem a proposta, a mesma não foi inserida nas embaixadas do personagem (Cf.: DIAS DINIS, António Joaquim. Dois embaixadores de el-rei D. Afonso V. Separata da *Revista Itinerarium*. Braga: Editorial franciscana, Cadernos Históricos, 1955, p.11).

⁷⁷⁴ LEÃO, tomo II, cap. LXII, p.438.

- PINA, Rui de. *Chronica de El- Rei D. Affonso V.* Escritorio, Lisboa: Rutgers University Libraries, capítulo CLXXIII-CLXXIV, CXCVII, CC.
- SOUSA, António Caetano de. *História Genealógica da Casa Real Portuguesa.* Lisboa: Oficina de Joseph António da Silva, tomo III, livro IV, p.32-34.
- ZURITA, Jerónimo. *Anales de Aragón.* Edición de Ángel Canellas López. Edición electrónica de José Javier Iso (coord.), María Isabel Yagüe y Pilar Rivero. IFC, 2003, Libro XIX, Cap. XVIII.

15. BIBLIOGRAFIA

- FARO, Jorge. *Receitas e despesas da fazenda real de 1384 a 1481 (subsídios documentais).* Lisboa: Publicações do Centro de Estudos Económicos, 1965, p.82
- GOMES, Saul António. *D. Afonso V.* Lisboa: Círculo de Leitores, temas e debates, 2009, p.113, 396.
- SANTARÉM, Visconde de. *Quadro Elementar das Relações Políticas e Diplomáticas de Portugal com as diversas potências do mundo desde o principio da Monarchia portugueza até os nossos dias.* Paris: J. P. Aillaud, vol.1, 370.

LOPO DE ALMEIDA

1. DADOS CRONOLÓGICOS

1.1. VIDA:

Nascimento c.1416. Óbito c.1486.

2. INSERÇÃO GEOGRÁFICA

2.1. ORIGEM:

Abrantes

2.2. DOMICÍLIO:

Em 1464 tinha casas em Évora.

2.3. LOCAL DE SEPULTURA:

Na capela-mor da igreja de Santa Maria do Castelo de Abrantes.

3. INSERÇÃO SOCIAL

3.1. FAMÍLIA

3.1.1. GERAÇÃO PRECEDENTE:

Neto de Fernão Álvares de Almeida

Filho de Diogo Fernandes de Almeida (†1442).

Terá casado com sete mulheres, uma das quais, Beatriz Eanes, foi irmã do Arcebispo de Braga, D. Fernando da Guerra, e mãe de Lopo de Almeida.

3.1.2. COLATERAIS:

Irmão de Álvaro de Almeida, D. Branca de Almeida e Isabel de Almeida.

3.1.3. CASAMENTO:

Casou em 1442 com Beatriz da Silva, donzela da casa do rei, filha de Pedro Gonçalves de Malafaia, rico-homem, Vedor da Fazenda de D. João I e D. Duarte, embaixador a Castela, e Isabel Gomes da Silva, filha de João Gomes da Silva, legitimada, copeiro-mor e primeiro senhor de Vagos.

3.1.4. DESCENDÊNCIA:

João Lopes de Almeida, D. Diogo Fernandes da Silveira, D. Pedro da Silva, D. Jorge de Almeida, D. Fernando de Almeida, D. FRANCISCO DE ALMEIDA, D. Afonso de Almeida, D. Isabel da Silva, D. Catarina da Silva.

3.2. LAÇOS PESSOAIS

3.2.1. DEPENDÊNCIA:

Em 05 de Março de 1451 um escudeiro seu, Gonçalo Rodrigues, é provido no ofício de mordomo de Almerim.

Em 11 de Novembro de 1454, a seu pedido, um morado de Viseu chamado João Pires é isento de encargos concelhios.

Em 11 de Dezembro de 1455, Pedro de Torres, seu escudeiro, recebe olivais na vila de Abrantes.

Em 09 de Junho de 1456 um criado seu, Estevão Afonso, recebe carta de perdão.

Em 29 de Julho de 1463, Estevão Afonso, escudeiro, é nomeado Escrivão das Albergarias e Hospitais de Santarém.

Em 16 de Agosto de 1463, João Rodrigues, seu criado, é nomeado homem do almoxerifado de Abrantes.

Em 23 de Setembro de 1463, um ourives de Lisboa, Diogo Álvares, é beneficiado a seu pedido de diversas isenções de carácter militar, no mesmo ano em outubro, o rei isenta o ourives do pagamento de peitas, fintas, talhas, pedidos e empréstimos.

Em 24 de Outubro de 1463, Pedro Afonso, criado, é nomeado requeredor da sisa das carnes de Lisboa.

Em 06 de Dezembro de 1464, o escudeiro Estevão Eanes recebe um olival mediante carta.

Em 03 de Novembro de 1471, seu escudeiro, Diogo Belo, que ocupava o ofício da escrivania das sisas gerais da vila de Portalegre, é aumentado em 50 reais no seu vencimento, chegando a 200 mês.

Em 06 de Agosto de 1476, o escudeiro Pedro Eanes, chanceler da Correição de Entre o Douro e Minho, recebe carta de privilégio de fidalgo para essa região.

Em 22 de Março de 1481, o escudeiro Fradique Lopes é nomeado procurador do número na vila de Abrantes e seu termo.

Entre 1482 e 1496 o seu escudeiro Diogo Belo exerce o cargo de escrivão dos feitos dos judeus de Portalegre.

3.2.2. CLIENTELAS FORMADAS:

Em 06 de Julho de 1464, João Gonçalves Estaço, morador de Estremoz, obtém diversas isenções fiscais a pedido de Beatriz da Silva, mulher de Lopo de Almeida.

3.3. ESTATUTO SOCIAL

3.3.1. DA GERAÇÃO PRECEDENTE:

O avô, Fernão Álvares de Almeida, foi cavaleiro da Ordem de Cristo.

O pai, Diogo Fernandes de Almeida, foi Vedor da Fazenda de D. João I, D. Duarte e D. Afonso V, Alcaide-mor de Abrantes, rico-homem do Conselho Régio, cavaleiro da Casa de D. Duarte e seu reposteiro-mor, senhor de Sardoal.

3.3.2. DO INDIVÍDUO:

Cavaleiro da casa real desde, pelo menos, 1442.

Alcaide-mor de Abrantes, Punhete e Torres Novas.

Senhor de Sardoal, Mação e Amêndoa.

Tornou-se senhor de Abrantes em 08 de Novembro 1471.

Em 13 de Junho de 1476 foi eleito primeiro conde de Abrantes.

3.3.3. DOS COLATERAIS

Álvaro de Almeida foi membro do Conselho e Comendador das Entradas e Padrões, foi Vedor da Fazenda do infante D. Fernando, filho de D. Duarte.

D. Branca de Almeida casou-se com Rui Gomes da Silva, cavaleiro da casa de D. Henrique e primeiro senhor da Chamusca e Ulme.

Isabel de Almeida casou-se com Álvaro de Brito.

3.3.4. DA GERAÇÃO SEGUINTE:

D. João Lopes de Almeida foi o segundo conde de Abrantes, casou com Ines de Noronha, filha do arcebispo de Lisboa, D. Pedro de Noronha.

D. Diogo Fernandes de Almeida foi Prior do Crato e Monteiro-mor de D. João II.

D. Pedro da Silva, comendador-mor da Ordem de Avis e embaixador de Portugal a em Roma.

D. Jorge de Almeida, bispo de Coimbra e segundo conde de Arganil.

D. Fernando de Almeida, bispo eleito de Ceuta e núncio papal em França.

D. FRANCISCO DE ALMEIDA foi o primeiro vice-rei da Índia.

D. Isabel da Silva, primeira condessa de Penela.

D. Catarina da Silva, professora no mosteiro de Jesus de Aveiro.

4. NÍVEL ECONÓMICO

4.1. PATRIMÓNIOS, RENDIMENTOS E DOAÇÕES

Em 12 de abril de 1442 recebe com Beatriz da Silva uma tença de casamento no valor de 30.000 reais brancos.

Em 18 de Outubro de 1442 recebe as rendas do mordomado e os direitos da alcaidaria da vila de Torres Novas, confirmado em 25 de Fevereiro de 1482.

Em 27 de Novembro de 1442 é nomeado alcaide do Castelo de Torres Novas com suas rendas e direitos, confirmado em 24 de Fevereiro de 1482.

Em 25 junho de 1451, aquando de seu casamento com Beatriz da Silva, recebe a promessa de que herdaria todas as coisas que o pai possuía em Abrantes e seu termo (terras, castelo e direitos), recebe confirmação do prometido em 11 fev 1481.

Em 11 de Julho de 1451, em consideração pelos serviços prestados à coroa, recebe a doação da renda dos moinhos do Almojarifado de Santarém, do direito das chantas e do serviço novo dos judeus de Torres Novas, confirmado em 25 de Fevereiro de 1482.

Em 15 de Novembro de 1458 recebe a doação dos direitos reais do almojarifado de Santarém e o serviço dos judeus no almojarifado de Torres Novas.

Em 1462, na condição de cavaleiro do conselho, aparece no rol da casa de D. Afonso V recebendo 4226 reis. No mesmo rol, em 1469, aparece recebendo 4286 reis e, em 1476, aparece recebendo 6000 reis.

Desde 08 novembro de 1471 é senhor de Sardoal, Mação, Amêndoa e Abrantes.

Em 08 de novembro de 1471 recebe vitaliciamente o senhorio da vila de Abrantes com suas rendas, direitos, jurisdição civil e crime.

5. NÍVEL CULTURAL

5.1. PAPEL NA PRODUÇÃO CULTURAL:

Escreve as *Cartas de Itália*, correspondência enviada a D. Afonso durante a viagem dos esponsais de D. Leonor.

7. CARREIRA MILITAR:

Em 1440 participa de campanhas contra o Prior do Crato.

Em Agosto de 1441 encontra-se em Castela integrando os homens sob o comando de D. Duarte de Meneses.

Em Maio de 1445 participa da expedição enviada pelo condestável D. Pedro contra os infantas de Aragão.

Em 1449 está em Alfarrobeira ao lado das tropas régias.

Em 1458 está nas hostes reais da conquista de Alcácer Ceguer.

Em Fevereiro de 1464 acompanha o rei na expedição à serra de Benacofú.

Em 1471 participa na conquista de Arzila e Tanger.

8. CARREIRA DIPLOMÁTICA:

8.1. MISSÕES

Em 1452 é enviado a Itália.

Em novembro de 1458 seguiu, com MARTIM DE TÁVORA, ao rei de Fez, porém não foi recebido.

Em 1463 foi enviado a Castela para acompanhar as vistas de Fonte Rabia (Fonterrabia).

Em 1471 foi enviado a Roma, com JOÃO TEIXEIRA, na embaixada de obediência ao papa Xisto IV.

8.2. MEMBROS DA COMITIVA

Em 1452 acompanha JOÃO FERNANDES DA SILVEIRA.

Em 1463 acompanha JOÃO FERNANDES DA SILVEIRA, AFONSO GARCEZ, o doutor Pero Fernandez e o arauto Alcácer⁷⁷⁵.

8.3. PARTICIPAÇÃO NA EMBAIXADA

Em 1452 trata da restituição do dote e arras da imperatriz junto a Frederico III.

8.4. RENDIMENTOS, DOAÇÕES E PRESENTES

Recebe 2.223 pela missão de 1470.

9. CARREIRA BUROCRÁTICA:

Em 27 de Novembro de 1442 aparece como Alcaide do castelo de Torres Novas.

Substitui o pai como Vedor da Fazenda em 1439, permanecendo no cargo até 1475, quando renuncia em favor do filho, João Lopes de Almeida.

Foi Mordomo-mor, Contador-mor, chanceler-mor e escrivão-mor da puridade da senhora D. Joana, segunda mulher de D. Afonso V.

11. CONSELHO RÉGIO

Faz parte do conselho desde, pelo menos, 01 de Maio de 1450.

Em 1481 e 1484 participa das reuniões do Conselho Régio.

12. VIDA PÚBLICA:

Em 1448 foi escolhido para proceder inquirições no sentido de apurar quais os criados de D. Leonor de Aragão se viram privados de seus bens durante a regência.

Em 1451-52 acompanhou D. Leonor à Itália para o casamento da infanta com o Imperador. Durante a estadia na Itália envia carta ao monarca português indicando uma negociação no Império.

Em 1455 foi responsável pela transladação dos ossos do infante D. Pedro

Em 25 de junho de 1455 esteve presente no auto de homenagem e juramento do Príncipe herdeiro D. João em representação do seu tio, D. Fernando da Guerra, arcebispo de Braga.

É mencionado como ocupando o décimo lugar na lista de assentamentos em Cortes, entre o conde de Penamacor e o conde de Olivença.

Em 1475 o rei confia-lhe a guarda de D. Joana.

Em 13 de Junho de 1476 por altura da Festa do Corpo de Deus, com os reis de Portugal, foi feito conde de Abrantes.

14. FONTES

FREIRE, Anselmo Brammcamp. *Brasões da Sala de Sintra*. Coimbra: Imprensa da Universidade, vol. III, p.317-322.

GAYO, Manuel José da Costa Felgueiras. *Nobiliário de Famílias de Portugal*. Edição de Agostinho de Azevedo Meirelles e Domingos de Araújo Affonso. Braga: Oficina gráfica da Pax, 1939, Tomo II, p.72.

LEÃO, Duarte Nunes de. Crónica e vida del Rey D. Affonso V. In: *Crónicas dos Reis de Portugal*. Lisboa: Oficina de José de Aquino Bulhões, 1780, tomo II, capítulo X.

Livro de Linhagens do século XVI. Introdução de António Machado de Faria. Lisboa: Academia Portuguesa de História, 1956, p.285-286, 288-290.

PINA, Rui de. *Chronica de El-Rei D. Affonso V*. Escriptorio, Lisboa: Rutgers University Libraries, capítulo LXX, CLI, CLXVIII.

MH, XI, doc. 154.

⁷⁷⁵ Cruzamos a descrição cronística de Rui de Pina (CDAV, Cap. CLI) e o lançamento do rol de despesas do reinado de D. Afonso V (FARO, 1965:81).

15. BIBLIOGRAFIA:

- DURAO, Maria Manuela. *1471 – Um ano africano no desembargo de D. Afonso V.* Dissertação de mestrado. Porto: Universidade do Porto, 2002, Catálogo, p.65-77.
- FARO, Jorge. *Receitas e despesas da fazenda real de 1384 a 1481 (subsídios documentais)*. Lisboa: Publicações do Centro de Estudos Económicos, 1965, p. 81, 201.

LOPO GONÇALVES (DR.)

1. DADOS CRONOLÓGICOS

1.1. VIDA:

Em 23 de Agosto de 1480 já tinha falecido.

3. INSERÇÃO SOCIAL

3.1. FAMÍLIA

3.1.1. GERAÇÃO PRECEDENTE:

Neto de Gonçalo Lourenço de Gomide e de Inês Leitoa, e Gonçalo Vasques de Melo e de Isabel de Albuquerque

Filho de João Gonçalves Gomide, Escrivão da Puridade de D. João I, e Leonor de Albuquerque.

3.1.2. COLATERAIS:

Gonçalo Albuquerque, João Albuquerque, Isabel Albuquerque.

3.1.4. DESCENDÊNCIA:

Jerônimo João Lopes, Leonor, casada com João de Albuquerque, senhor de Esgueira e de Vila Verde de Francos.

3.2. LAÇOS PESSOAIS

3.2.1. DEPENDÊNCIA:

Em 07 de Abril de 1453, Afonso Rodrigues, seu criado, é provido ao ofício de inquiridor do número de Coimbra.

Em 10 de Junho de 1456, Álvaro Afonso, seu escudeiro, é provido ao cargo de tabelião do cível e crime de Lisboa.

Em 12 de Março de 1463, João Fernandes, seu criado, é nomeado caminheiro da Casa de Suplicação.

3.3. ESTATUTO SOCIAL

3.3.1. DA GERAÇÃO PRECEDENTE

O avô foi escrivão da Câmara de D. Fernando, escrivão da Puridade e conselheiro de D. João I, senhor de Vila Verde e alcaide-mor de Óbidos.

O pai foi escrivão de D. João I e D. Duarte e senhor do Morgado de Vila Verde.

3.3.2. DO INDIVÍDUO:

Vassalo régio e cavaleiro da casa real.

4. NÍVEL ECONÓMICO

4.1. PATRIMÓNIOS, RENDIMENTOS E DOAÇÕES

Em 06 de dezembro de 1448 recebe uma tença anual de 4000 reais brancos, paga pela renda do serviço novo dos judeus de Salvaterra.

Em 23 de setembro de 1450 recebe os bens móveis e de raiz confiscados a Gomes Afonso e Lopo Borges, vassallos, moradores de Coimbra.

Em 29 de maio de 1451 recebe a alcaidaria de Montemor-o-velho, com suas rendas e direitos. Em 1458 é-lhe retirada a alcaidaria passando a receber em recompensa a renda e os foros de uma das casas em Lisboa, com um rendimento de 12.000 reais brancos. Abdica dessa tença em 11 abril 1466 a favor do genro João de Albuquerque.

Em 11 de maio de 1468 recebe bens confiscados.

A partir de 01 de janeiro de 1476 recebe uma tença anual de 5.000 reais brancos, como membro do Conselho do rei e Desembargo da Casa do Cível, acrescida de 10.000 reais brancos, perfazendo um total de 15.000 reais brancos por ano.

6. CARREIRA UNIVERSITÁRIA

6.2. GRAU UNIVERSITÁRIO:

Doutor em leis desde, pelo menos, 06 de Dezembro de 1448.

7. CARREIRA MILITAR:

Partidário de D. Afonso V em Alfarrobeira.

8. CARREIRA DIPLOMÁTICA:

8.1. MISSÕES

Em 1453 é enviado a Castela.

8.2. MEMBROS DA COMITIVA

8.3. PARTICIPAÇÃO NA EMBAIXADA

Em 13 de dezembro de 1453 aparece como procurador da infanta D. Joana, Em 21 de dezembro recebe 1000.000 florins de ouro de Aragão, em Medina del Campo, que o príncipe D. Henrique de Castela lhe entregou com destino à infanta portuguesa. No dia 20 do mesmo mês participa como procurador da infanta da assinatura dos capítulos matrimoniais.

9. CARREIRA BUROCRÁTICA:

Em 29 de Maio de 1439 nomeado Corregedor da cidade de Lisboa.

Em 06 de Dezembro de 1448 Juiz dos feitos do rei, cargo em que permanece até 1460, sendo substituído por Nuno Gonçalves.

Em 15 de set 1449 já pertencia ao Desembargo.

Entre 1450 e 1460 despacha como desembargador e juiz dos feitos do rei.

Em 13 de agosto de 1450 é mencionado como Alcaide de Montemor-o-Velho.

Em 23 de março de 1462 despacha como desembargador das petições.

Em 01 de março de 1463 é provido ao ofício de desembargador da Casa do Cível, em substituição a Diogo Afonso de Carvalho.

11. CONSELHO RÉGIO

Pelo menos desde 1460 até 23 de Abril de 1474.

12. VIDA PÚBLICA:

Em 25 de Junho de 1455 esteve na cerimônia de juramento do Príncipe D. João, representando do arcebispo de Lamego.

Em 08 de Agosto de 1472, testemunhou o contrato de casamento entre o duque D. Fernando II com D. Isabel, filha do infante D. Fernando.

Em 06 de Março de 1476, foi procurador do prior da Ordem de S. João do Hospital, no auto de juramento do Príncipe D. Afonso.

13. OBSERVAÇÕES:

Existe um homônimo que em 29 de Maio de 1439 é confirmado no ofício de corregedor da cidade de Lisboa, dizendo-se que era criado, cavaleiro régio e colação da duquesa da Borgonha.

14. FONTES

GAYO, Manuel José da Costa Felgueiras. *Nobiliário de Famílias de Portugal*. Edição de Agostinho de Azevedo Meirelles e Domingos de Araújo Affonso. Braga: Officina

gráfica da Pax, 1939, tomo XV, p.107.
MH, vol. XI, doc. 222-224.
TORRE, 1958, doc. 2-4.

15. BIBLIOGRAFIA:

CARVALHO, António Eduardo Teixeira de. *A Chancelaria Régia e os seus oficiais em 1468*. Porto, 2002, p.105-109.
MORENO, Humberto Carlos Baquero. *A Batalha de Alfarrobeira. Antecedentes e significado histórico*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1979, vol. 2, p.823-825.

LOURENÇO ABRIL
Lourenço Abul

1. DADOS CRONOLÓGICOS

1.1. VIDA

?-c.1477.

2. INSERÇÃO GEOGRÁFICA

2.3. LOCAL DE SEPULTURA

Lisboa.

3. INSERÇÃO SOCIAL

3.1. FAMÍLIA

3.1.3. CASAMENTO

Não foi casado mas teve relações com Isabel Martins, mulher solteira.

3.1.4. DESCENDÊNCIA

Vasco Abul.

3.2. LAÇOS PESSOAIS

3.2.1. DEPENDÊNCIA

Em 01 de Setembro de 1450, Mem Lourenço, seu cunhado, é provido ao ofício de tabelião geral dos reinos.

3.3. ESTATUTO SOCIAL

3.3.2. DO INDIVÍDUO

Clérigo.

4. NÍVEL ECONÔMICO

4.1. PATRIMÔNIOS, RENDIMENTOS E DOAÇÕES

Por carta de 20 de Março de 1453 sabe-se que recebia a tença anual de 7.580 reais brancos enquanto estivesse na Itália ao serviço da coroa. O valor equivalia à hospedagem referente ao cargo de escrivão da câmara régia.

4.2. PRIVILÉGIOS

Em 20 de Março de 1453 recebe autorização para andar no reino em besta muar de sela e freio.

7. CARREIRA MILITAR

Esteve presente em Alfarrobeira ao lado de D. Afonso V.

8. CARREIRA DIPLOMÁTICA

8.1. MISSÕES

Enviado ao Imperador.

Enviado a Castela.

Novamente enviado ao Imperador.

8.2. MEMBROS DA COMITIVA

Na segunda missão ao imperador acompanha Affonso Lopes.

8.4. RENDIMENTOS, DOAÇÕES E PRESENTES

Recebe 112 dobras pela missão ao imperador.

Recebe 40 dobras pela missão a Castela.

Recebe 380 dobras pela segunda missão ao imperador.

9. CARREIRA BUROCRÁTICA

Escrivão da câmara do rei durante a regência, a partir de 1443, conservando o cargo no reinado de D. Afonso V.

Secretário da câmara da puridade entre c.1443 e c.1452.

10. CARREIRA ECLESIAÍSTICA

Clérigo da diocese da Guarda (1453).

Cónego da Sé de Lisboa (antes de 1448).

Em 29 de Outubro de 1448, pelas letras *Vite ac morum*, do papa Nicolau V, são-lhe concedidas algumas conezias e prebendas nas dioceses de Évora e Lisboa, com seus respectivos rendimentos.

Deão da Guarda (1463).

Deão de Lisboa (1463).

Chantre e cónego da Sé de Évora.

13. OBSERVAÇÕES

Em Abril de 1449 é enviado pelo rei ao infante D. Pedro, portando cartas que ordenavam que os partidários do infante o abandonassem.

Em 15 de Junho de 1452, através das letras *Decens reputamos*, do papa Nicolau V, são-lhe confirmados os direitos sobre a conezia e prebenda de Évora, contestados por alguns.

14. FONTES

CUP, V, doc.1389, 1569, 1594, 1611, 1612, 1713.

MH, vol. IX, doc. 207, vol. XI, doc.142.

PINA, Rui de. *Chronica de El-Rei D. Affonso V*. Escriptorio, Lisboa: Rutgers University Libraries, capítulo CVII.

SOUSA, António Caetano de. *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*. Lisboa: Officina Sylviana da Academia Real, Tomo VI, p.672.

Documentos das Chancelarias Reais anteriores a 1531 relativos ao Marrocos. Tomo 1, doc. CCI, CCXXVIII, CCXXXIII, CCXLIII, CCLVI, CCLXVI, CCLXXVIII, CCCVII, CXL.

15. BIBLIOGRAFIA

CARVALHO, António Eduardo Teixeira de. *A Chancelaria Régia e os seus oficiais em 1468*. Porto, 2002, p.114-116.

FARO, Jorge. *Receitas e despesas da fazenda real de 1384 a 1481 (subsídios documentais)*. Lisboa: Publicações do Centro de Estudos Económicos, 1965, p.80-81.

MORENO, Humberto Carlos Baquero. *A Batalha de Alfarrobeira. Antecedentes e significado histórico*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1979, Vol. 2, p.680-681.

MONTEIRO, Helena Maria. *A Chancelaria régia e os seus oficiais. (1464-1465)*. Dissertação de mestrado. Porto: Universidade do Porto, 1997, catálogo, p.234-235

LOURENÇO VASQUES DE ELVAS (fr.)

3. INSERÇÃO SOCIAL

3.3. ESTATUTO SOCIAL

3.3.2. DO INDIVÍDUO

Frei dominicano.

Abade do mosteiro de Pombeiro de Riba-Vizela.

6. CARREIRA UNIVERSITÁRIA

6.2.. GRAU UNIVERSITÁRIO

Mestre em Teologia.

Professor de Teologia.

8. CARREIRA DIPLOMÁTICA

8.1 MISSÕES

Em 1448 é enviado a Roma.

Entre 1448 e 1452 em Roma como legado de D. Afonso V junto da Santa Sé.

É enviado a Castela.

8.2. MEMBROS DA COMITIVA

Em 1448, acompanha D. João de Ataíde, Diogo Soares, JOÃO FERNANDES DA SILVEIRA e Luís Pires.

8.3. PARTICIPAÇÃO NA EMBAIXADA

Em 1448, a missão tem como objetivo prestar obediência ao papa.

8.4. RENDIMENTOS, DOAÇÕES E PRESENTES

Recebe 8026 reais brancos.

Recebe 483 dobras pela missão de 1448.

Recebe 250 dobras pela missão a Castela.

10. CARREIRA ECLESIAÍSTICA

Abade do mosteiro de Pombeiro de Riba-Vizela.

13. OBSERVAÇÕES

A obra *A Universidade medieval em Lisboa, séculos XIII-XVI* (2013) apresenta em sua “prosopografia dos lentes, estudantes e oficiais do Estudo de Lisboa” os dados de um Lourenço Vasques (Vaz), clérigo da diocese de Évora e procurador na Corte em 1473. Não obstante, em nenhum momento as informações sobre o embaixador e tal personagem convergem, elemento que nos levou a considera-los como pessoas distintas.

14. FONTES

CUP, V, doc. 1450, 1453, 1637, 1643, 1665.

15. BIBLIOGRAFIA

FARO, Jorge. *Receitas e despesas da fazenda real de 1384 a 1481 (subsídios documentais)*. Lisboa: Publicações do Centro de Estudos Económicos, 1965, p.78-79.

DINIS, António Joaquim Dias. MH, Vol. IX, doc. 186, nota 4, p.300, vol. XI, doc. 133, nota 1.

GOMES, Saul António. Os dominicanos e a cultura em tempos medievais: o caso português. In: *Biblos. Revista da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra*. VII, 2009, p.261-294.

LUÍS GONÇALVES MALAFAIA

3. INSERÇÃO SOCIAL

3.1. FAMÍLIA

3.1.1. GERAÇÃO PRECEDENTE

Filho de Gonçalo Pires Malafaia e Maria Anes.

3.1.2. COLATERAIS

Pero Gonçalves Malafaia, Catarina Gonçalves Malafaia, Brites Dinis Malafaia, Isabel Gonçalves Malafaia e Ana Dinis Malafaia.

3.1.3. CASAMENTO

Filipa de Azevedo, filha de Lopo Dias de Azevedo e D. Joana Gomes da Silva.

3.1.4. DESCENDÊNCIA

António de Azevedo, Pedro Gonçalves Malafaia, Gonçalo Pires Malafaia, João de Azevedo, Joana de Azevedo, Filipa de Azevedo e Rodrigo Malafaia.

3.2. LAÇOS PESSOAIS

3.2.1. DEPENDÊNCIA

Membro da casa do infante D. João, filho de D. João I.

3.2.2. CLIENTELAS FORMADAS

Estevão Gonçalves, seu criado, aparece como testemunha do tratado de Medina del Campo, assinado em Outubro de 1431.

João Lopes, seu escudeiro, aparece como testemunha da confirmação das pazes de Medina del Campo, assinada pelo príncipe de Castela D. Henrique, em 22 de Novembro de 1431.

3.3. ESTATUTO SOCIAL

3.3.1. DA GERAÇÃO PRECEDENTE

O pai foi senhor de Belas, regedor da Casa do Cível a partir de 1398, e escrivão da chancelaria de D. Fernando e de D. João I (1375-1397). Membro do conselho régio de a partir de 1398. Faleceu por volta de 1412.

3.3.2. DO INDIVÍDUO

Membro do conselho do infante D. João, filho de D. João I. Cavaleiro.

3.3.3. DOS COLATERAIS

Pero Gonçalves Malafaia foi vedor da Fazenda de D. João I (1416-1433), do conselho deste rei (1426-1433) e de D. Duarte, a partir de 1426.

Catarina Gonçalves Malafaia casou-se com Álvaro Nogueira, alcaide-mor de Lisboa.

Brites Dinis Malafaia casou-se com Ruy Gomes, alcaide-mor de Lisboa.

Isabel Gonçalves Malafaia casou-se com Nuno Martins Carvalhal.

Ana Dinis Malafaia casou-se com Gonçalo Lopes Pacheco.

3.3.4. DA GERAÇÃO SEGUINTE

Gonçalo Pires Malafaia morreu jovem no Marrocos.

D. João de Azevedo foi bispo do Porto e quarto comendatário de S. João Batista de Pendurada.

D. Joana de Azevedo casou-se com D. Afonso Teles de Meneses, alcaide-mor de Campo Maior e Ouguela, filho de Rui Gomes da Silva.

D. Filipa de Azevedo casou-se com o D. MARTINHO DE ATAÍDE, 2º conde de Atouguia.

Rodrigo Malafaia foi comendador de Tarouca.

7. CARREIRA MILITAR

Participa na conquista de Ceuta (1415).

Em 1419 acompanha o infante D. Henrique na defesa da praça de Ceuta.

Participa do ataque a Almina⁷⁷⁶.

Cavaleiro da Ordem de Santiago.

8. CARREIRA DIPLOMÁTICA

8.1. MISSÕES

Em 1431 é enviado a Castela.

Em 1452 é enviado ao papa.

8.2. MEMBROS DA COMITIVA

Participam da missão a Castela Pero Gonçalves Malafaia, seu irmão, o doutor Ruy Fernandez, e o secretário régio RUI GALVÃO⁷⁷⁷.

Participam da missão ao papa o doutor RUI GOMES DE ALVARENGA, Manuel Diogo e o secretário ANTÃO GONÇALVES.

8.3. PARTICIPAÇÃO NA EMBAIXADA

A embaixada de 1431 teve como objetivo negociar a assinatura de pazes perpétuas entre Portugal e Castela, finalidade alcançada em 30 de Outubro de 1431.

Em 1452 Luís Gonçalves Malafaia aparece em súplicas do mês de Abril e Junho, solicitando a nomeação de D. Jaime a cardeal da Santa Igreja.

8.4. RENDIMENTOS, DOAÇÕES E PRESENTES

Recebe 7.000⁷⁷⁸/9.062⁷⁷⁹ dobras pela missão a Castela de 1431.

Recebe 2.385 dobras pela missão a Roma.

9. CARREIRA BUROCRÁTICA

Em 08 de Outubro de 1418 já era conselheiro do infante D. João, filho de D. João I.

Em 12 de Dezembro de 1440 é nomeado vedor da Fazenda de Lisboa.

Vedor-mor entre 1442 e 1452.

11. CONSELHO RÉGIO

Membro do conselho régio em 1431.

É mencionado como conselheiro nas súplicas ao papa, em 1452.

12. VIDA PÚBLICA

⁷⁷⁶ Zurara, inicialmente, cita Luís Gonçalves Malafaia e, posteriormente, fala de Luís Gonçalves de Albergaria (*Crónica de D. Pedro de Meneses*. Livro I, Capítulo LXXIV). O trecho da crônica também se encontra na MH, Vol. II, doc. 162.

⁷⁷⁷ De acordo com Zurara, primeiro foram enviados Luís Gonçalves Malafaia e Ruy Fernandez, e, em seguida, Pero Malafaia (*Crónica de D. Pedro de Meneses*. Livro II, Capítulo XXVI). A *Crónica de Don Juan II*, transcrita na *Monumenta Henricina* (Vol. III, doc. 163), indica apenas Pero Malafaia e o doutor Ruy Fernandez.

⁷⁷⁸ De acordo com o documento acerca das despesas extraordinárias do reinado de D. João I, entre 1415 e 1433, Luís Gonçalves Malafaia aparece recebendo 7.000 dobras juntamente com o doutor Ruy Fernandez, o que acreditamos se tratar da embaixada de 1431 (MH, Vol. IV, doc. 65).

⁷⁷⁹ O documento acerca das despesas e receitas entre 1415 e 1473, publicado por Jorge Faro, não menciona os gastos anteriores, mas, para o fim do reinado de D. João I, cita “Ruy Gonçalvez e o doutor Ruy Fernandez” recebendo 9.062 dobras, relacionando esse lançamento a missão de 1431. Não obstante, nem a *Crónica de D. Pedro de Meneses*, nem a *Crónica del Rey D. João I* (capítulo CII), de Duarte Nunes de Leão, nem os documentos publicados na *Monumenta Henricina*, citam “Ruy Gonçalvez”. Pensamos, desta maneira, ser Luiz Gonçalves(z) o embaixador tratado no documento de Jorge Faro, o que estaria de acordo com a descrição de Zurara de que “Luiz Gonçalves, elle foi primeiro enviado com o Doutor [Ruy Fernandez]”.

Em 1432 participa como testemunha da confirmação das pazes de Medina del Campo, assinada em Almeirim.

14. FONTES

FREIRE, Anselmo Brammcamp. *Brasões da Sala de Sintra*. Coimbra: Imprensa da Universidade, Vol. 2. 19.

GAYO, Manuel José da Costa Felgueiras. *Nobiliário de Famílias de Portugal*. Edição de Agostinho de Azevedo Meirelles e Domingos de Araújo Affonso. Braga: Oficina gráfica da Pax, 1939, tomo III, p.117-118, tomo XVIII, p.33-34.

LEÃO, Duarte Nunes de. Crónica del Rey D. João, o I. In: *Crónicas dos Reis de Portugal*. Lisboa: Oficina de José de Aquino Bulhões, 1780, Tomo I, capítulo CII.

Livro de Linhagens do século XVI. Introdução de António Machado de Faria. Lisboa: Academia Portuguesa de História, 1956, p.121, 204.

MH, Vol. II, doc. 61, III, doc. 163, Vol. IV, doc. 7, 9, 13, 15, XI, doc. 135, 144, 145.

ZURARA, Gomes Eanes de. Chronica do Conde D. Duarte de Meneses. In: *Collecção de Livros Ineditos de História Portugueza dos reinados de D. João I, D. Duarte, D. Affonso V e D. João II*. Publicados por José Corrêa da Serra. Lisboa: Academia Real das Sciencias de Lisboa, Tomo III, 1793, capítulo LXXVIII.

_____. Chronica do conde D. Pedro de Meneses. In: *Collecção de Livros Ineditos de História Portugueza dos reinados de D. João I, D. Duarte, D. Affonso V e D. João II*. Publicados por José Corrêa da Serra. Lisboa: Academia Real das Sciencias de Lisboa, 1792, Tomo II, Livro I, Capítulo LXXIII, LXXIV.

_____. *Crônica da Tomada de Ceuta*. Introdução e notas de Reis Brasil. Publicações Europa-América, 1992, capítulo L.

15. BIBLIOGRAFIA

FARO, Jorge. *Receitas e despesas da fazenda real de 1384 a 1481 (subsídios documentais)*. Lisboa: Publicações do Centro de Estudos Económicos, 1965, p.79.

GOMES, Saul António. *D. Afonso V*. Lisboa: Círculo de Leitores, temas e debates, 2009.

HOMEM, Armando Luís de Carvalho. Conselho Real ou Conselheiros do Rei? A propósito dos “privados” de D. João I. In: *Portugal nos finais da Idade Média: Estado, Instituições, Sociedade Política*. Lisboa: Livros Horizonte, 1990, p.260, 264, 267-268.

MORENO, Humberto Carlos Baquero. *A Batalha de Alfarrobeira. Antecedentes e significado histórico*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1979, vol. II, p.1018, nota 1.

MARTIM MENDES BERREDO

1. DADOS CRONOLÓGICOS

1.1. VIDA

Faleceu antes de 05 de Janeiro de 1459.

2. INSERÇÃO GEOGRÁFICA

2.3. LOCAL DE SEPULTURA

Igreja dos franciscanos de Montpellier⁷⁸⁰.

3. INSERÇÃO SOCIAL

3.1. FAMÍLIA

3.1.1. GERAÇÃO PRECEDENTE

Filho de Gonçalo Pereira de Riba de Vizela das Armas, não havendo certeza se sua mãe foi D. Mécia, filha de D. Martinho, Arcebispo de Braga⁷⁸¹.

3.1.2. COLATERAIS

Tem como irmãos João Rodrigues Pereira, Ruy Vaz Pereira, D. Maria de Berredo – segunda mulher de Fernão Pereira, senhor da terra de Santa Maria –, D. Leonor Berredo – mulher de Ruy Pereira, conde da Feira, filho de Fernão Pereira –, Gonçalo Pereira e Vasco Pereira.

3.1.3. CASAMENTO

Casou com D. Mécia (Pereira ou de Albuquerque), filha de Fernão Pereira, membro do conselho do rei, em Julho de 1456⁷⁸².

3.3. ESTATUTO SOCIAL

3.3.1. DA GERAÇÃO PRECEDENTE

O pai foi o segundo senhor de Cabeceiras de Basto e das honras de Frazão e de Sanfins de Ferreira.

3.3.2. DO INDIVÍDUO

Fidalgo da casa de D. Afonso V.

4. NÍVEL ECONÓMICO

4.1. PATRIMÓNIOS, RENDIMENTOS E DOAÇÕES

Em 25 de Setembro de 1450 recebe a terra de Santo Tirso de Meneido, com rendas e direitos, jurisdição civil e criminal, ressaltando a correição e alçadas, terra confiscada a Aires Gomes da Silva, partidário de D. Pedro em Alfarrobeira.

Em 14 de Novembro de 1450 recebe os lugares de Unhão e Çapais, com jurisdição civil e criminal, que também pertenciam a Aires Gomes da Silva.

Em 15 de Janeiro de 1452 recebe os bens que pertenceram a Martim Coelho e Pero Coelho, partidários de D. Pedro, os quais anteriormente tinham sido dados a Gonçalo Pereira, o moço, fidalgo da casa do rei que morreu prematuramente.

⁷⁸⁰ Na descrição do testamento exposta por Dias Dinis, a cidade de “Mompilher” fica a duas léguas de Aigues-Mortes, local de desembarque de Berredo e sua comitiva. Por esse motivo, acreditamos ser a cidade de sepultura “Montpellier”, e o uso do testamento uma variação portuguesa (Cf.: FERNANDES, Ivo Xavier. *Topónimos e Gentílicos*. Porto: Editora Educação Nacional, 1941).

⁷⁸¹ O *Livro de Linhagens do século XVI* indica a dúvida e sugere a maternidade de D. Mécia, leitura seguida por Baquero Moreno (*A Batalha de Alfarrobeira. Idem*, p.735). Porém, Dias Dinis aponta D. Beatriz de Vasconcelos, que teria sido a segunda esposa de Gonçalo Pereira, como a mãe do biografado (MH, Vol. XIII, doc.102, nota 1).

⁷⁸² Dias Dinis indica que D. Mécia foi filha de Gonçalo Pereira e de D. Isabel de Albuquerque (MH, Vol. XIII, doc.102, nota 1).

Em 12 Abril de 1456 é-lhe outorgado uma tença anual, começando em 01 de Janeiro do mesmo ano, de 20.000 reais brancos.

Em 20, 24 e 25 de Julho de 1456 é-lhe outorgada, pelo casamento, a tença anual de 20.000 reais brancos, a ser recebida três anos depois de constituírem a sua casa.

Em 01 de Novembro de 1456 recebe doação da terra de Nóbrega, na comarca de Entre-Douro e Minho, com todas as suas rendas e direitos, e do serviço real e novo da judiaria da cidade de Lamego, em compensação das terras de Unhão, Çapais e Meneido que lhe tinham sido doadas e agora devolvidas a Fernão Teles de Meneses, filho de Aires Gomes da Silva.

4.2. PRIVILÉGIOS

Em 01 de Setembro de 1442 obtém alguns privilégios sobre a quinta e honra da aldeia de Sobrado.

Em 03 de Setembro de 1454 e 26 de Julho de 1466 obtém a confirmação dos privilégios recebidos durante a regência para a sua quinta e honra da aldeia de Sobrado.

7. CARREIRA MILITAR

Por volta de outubro de 1448 é designado para o cargo de fronteiro do castelo de Leiria.

8. CARREIRA DIPLOMÁTICA

8.1. MISSÕES

No início da regência aparece desempenhando funções de protonotário em Roma, onde presta serviços ao infante D. Pedro junto à Santa Sé.

Em 1455 é enviado ao rei de Aragão, na cidade de Nápoles, retornando da missão com dois memorandos.

Em 1457 é enviado ao rei de Aragão, na cidade de Nápoles. De acordo com a crônica régia parece ter estado em outras cidades italianas (“mas o dito Berredo não achou em Nápoles nem Itália, aquelle percebimento nem desejo que para tal empresa cumpria, nem como El-Rei cuidava, de que logo avisou El-Rei). Seguindo o conteúdo de uma carta do rei de Aragão ao monarca português, Berredo teria chegado à Nápoles em 07 de Janeiro de 1458⁷⁸³.

Na sequência dessa missão seguiu ao reino da França, ao encontro de Carlos VII. Ao desembarcar em Aigues-Mortes, a duas léguas de Montpellier, foi aprisionado e acabou falecendo na prisão. D. Afonso V intercede junto ao rei de Aragão para este conseguir de Carlos VII a libertação do embaixador, mas a comitiva aragonesa já encontra Berredo morto⁷⁸⁴.

8.2. MEMBROS DA COMITIVA

Figura como único embaixador em 1455, 1457 e 1458.

8.4. RENDIMENTOS, DOAÇÕES E PRESENTES

Recebe 482 dobras pela missão de 1455/1457(?)⁷⁸⁵.

10. CARREIRA ECLESIAÍSTICA

Protonotário (apostólico)⁷⁸⁶.

⁷⁸³ MH, Vol. XIII, doc.72.

⁷⁸⁴ Dias Dinis indica que Berredo foi enviado ao reino francês em 1458, o que justificaria que após a missão ao rei de Aragão e a partida de Nápoles, o embaixador tenha se encaminhado ao reino de Carlos VII (MH, Vol. 13, doc.102, nota 1). A partir da proposição de Dias Dinis, Joaquim Veríssimo Serrão defende que tal missão teria como objetivo conseguir o apoio do francês ao projeto de cruzada papal (SERRÃO, 1975:80).

⁷⁸⁵ Jorge Faro, seguindo Rui de Pina, indica que a missão de Berredo foi em 1457, porém em virtude das diferentes missões a Aragão, preferimos manter a imprecisão.

13. OBSERVAÇÕES

Nos últimos anos da regência aparece na corte frequentando, simultaneamente, a casa de D. Pedro e do conde de Ourém. É citado como construtor das intrigas sobre o duque de Coimbra junto ao rei.

Durante a sua viagem a Jerusalém, em 1453, Berredo estava a bordo de um navio comandado por Luca Mantello. Este foi assassinado em Rodes e o biografado foi acusado de sua morte.

Aparece como membro da comitiva que acompanhou D. Leonor ao encontro do Imperador (1451-1452).

Em carta de 10 de Outubro de 1458, D. Alfonso V de Aragão solicita a Carlos VII, rei da França, que pusesse em liberdade Martim Berredo que havia sido retido no Languedoc.

Depois da morte de Martim Berredo (1459), a viúva passou a receber a tença anual de 23.000 reais brancos anuais.

Em 1460, D. Mécia (Pereira) entra para a comunidade do mosteiro de Jesus de Aveiro, dando novo impulso à fundação do mosteiro com a aquisição de terras e o alargamento das construções iniciais⁷⁸⁷.

14. FONTES

LEAO, Duarte Nunes de. Crónica e vida del Rey D. Affonso V. In: *Crónicas dos Reis de Portugal*. Lisboa: Officina de José de Aquino Bulhões, 1780, tomo II, capítulo XVI.

Livro de Linhagens do século XVI. Introdução de António Machado de Faria. Lisboa: Academia Portuguesa de História, 1956, p.67.

MH, Vol. XII, doc.93-95; Vol. XIII, doc.72, doc.102.

PINA, Rui de. *Chronica de El-Rei D. Affonso V*. Escriptorio, Lisboa: Rutgers University Libraries, Capítulo LXXXIX, CXVI, CXXXII; CXXXVIII.

15. BIBLIOGRAFIA

MORENO, Humberto Carlos Baquero. *A Batalha de Alfarrobeira. Antecedentes e significado histórico*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1979, p.735-738.

SANTARÉM, Visconde de. *Quadro Elementar das Relações Políticas e Diplomáticas de Portugal com as diversas potências do mundo desde o principio da Monarchia portugueza até os nossos dias*. Paris: J. P. Aillaud, Tomo I, p.358, Tomo III, p.95-96.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *Relações históricas entre Portugal e a França. (1431-1481)*. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian. Centro Cultural Português, 1975, p.79-80.

⁷⁸⁶ Não temos detalhes da atuação de Berredo como protonotário. Moreno indica que a sua atividade se deu em Roma e Dias Dinis diz que a mesma se deu em Lisboa, sendo “protonotário apostólico”.

⁷⁸⁷ Cf.: <http://digitarq.arquivos.pt/details?id=4380642>

MARTIM DE TÁVORA

1. DADOS CRONOLÓGICOS

1.1. VIDA

Faleceu antes de 04 de Outubro de 1475.

2. INSERÇÃO GEOGRÁFICA

2.1. ORIGEM

Trás-os-Montes

3. INSERÇÃO SOCIAL

3.1. FAMÍLIA

3.1.1. GERAÇÃO PRECEDENTE

Neto de Lourenço Pires de Távora e D. Alda Gonçalves de Moraes, e de João Esteves de Azambula, privado do rei D. Pedro I e alcaide-mor de Lisboa, e Violante Lopes de Albergaria.

Filho de Pedro Lourenço de Távora e de D. Beatriz Anes de Albergaria⁷⁸⁸.

3.1.2. COLATERAIS

Álvaro Pires de Távora, Lourenço Pires, Violante de Távora, Tereza de Távora e Catarina de Moraes de Távora.

3.1.3. CASAMENTO

D. Beatriz de Ataíde, criada da rainha D. Leonor, filha de Nuno Gonçalves de Ataíde, governador da casa do infante D. Fernando, filho de D. João I.

3.1.4. DESCEDÊNCIA

D. Catarina de Távora.

3.3. ESTATUTO SOCIAL

3.3.1. DA GERAÇÃO PRECEDENTE

O avô paterno foi fidalgo no tempo de D. Fernando e recebeu terras na região de Trás-os-Montes.

O pai, além de herdar a casa de Lourenço de Távora, foi senhor de Mogadouro e reposteiro-mor de D. João I.

A mãe foi aia de D. Afonso V.

3.3.2. DO INDIVÍDUO

Escudeiro da casa do infante D. Fernando, filho de D. João I.

Em 1439 já aparece como reposteiro-mor de D. Afonso V.

3.3.3. DOS COLATERAIS

Álvaro Pires de Távora herdou a casa do pai, foi senhor de S. João de Pesqueira, membro do conselho e reposteiro-mor de D. Afonso V. Casou-se com D. Inês da Guerra, filha bastarda de D. Pedro da Guerra, e com D. Leonor da Cunha, filha de Álvaro da Cunha, senhor de Pombeiro.

Violante de Távora casou-se com Martim Afonso de Sousa de Montalegre, dos quais descendem Fernão de Sousa, RUI DE SOUSA, PERO DE SOUSA, o Seabra, Vasco Martins de Sousa Chichorro, João de Sousa e Beatriz de Sousa.

⁷⁸⁸ Baquero Moreno, tendo como base o *Livro de Linhagens do século XVI* (p.247), afirma que o biografado foi filho de Beatriz Esteves (MORENO, 1979: 983). No entanto, Rita Costa Gomes indica que se trata de Beatriz Anes, aia de D. Afonso V (GOMES, 1995: 61). Essa proposição também se verifica no tomo XXVII do *NFP* (p.144) e na *MH* (vol. X, doc.72, vol. XII, doc.152), motivo que nos leva a adota-la como mãe do personagem.

Tereza de Távora casou-se com Ruy Vaz Pereira, irmão de Gonçalo Pereira de Riba de Vizela.

Catarina de Moraes de Távora casou-se com Luiz Alvarez de Madureira.

3.3.4. DA GERAÇÃO SEGUINTE

D. Catarina de Távora casou-se com D. Pedro de Noronha, mordomo-mor de D. João II, comendador-mor da Ordem de Santiago e senhor de Cadaval.

4. NÍVEL ECONÔMICO

4.1. PATRIMÔNIOS, RENDIMENTOS E DOAÇÕES

O infante D. Fernando em seu testamento, de 18 de Agosto de 1437, determina que lhe sejam pagos 20.000 reais brancos.

Em 10 de Abril de 1450 é-lhe concedida, com início em 01 de Janeiro do mesmo ano, tenças anuais de 14.286 reais brancos e 22.500 reais brancos, pagas pela fazenda real.

7. CARREIRA MILITAR

Em 1440 fez parte da missão de socorro a Castela, chefiada por D. Fernando de Castro. Participa na defesa de Fez, em 1458.

8. CARREIRA DIPLOMÁTICA

8.1. MISSÕES

Em Agosto/Setembro de 1439, ao lado de Gomes Eanes, desembargador da Casa do Cível é enviado a Arzila.

Em 1440 os mesmos embaixadores voltam a Arzila.

Em 1458 segue ao reino de Fez, ao lado de LOPO DE ALMEIDA, levando um desafio real.

8.2. MEMBROS DA COMITIVA

Gomes Eanes, desembargador da Casa do Cível (1439, 1440).

LOPO DE ALMEIDA, Reis de Armas e Trombetas (1458).

8.3. PARTICIPAÇÃO NA EMBAIXADA

Em 1458 leva um desafio ao rei de Fez.

8.4. RENDIMENTOS, DOAÇÕES E PRESENTES

400 dobras pela missão de 1439.

283 dobras pela missão de 1440.

9. CARREIRA BUROCRÁTICA

Em Agosto/Setembro de 1439 já desempenha o ofício de reposteiro-mor do rei. Sucede ao irmão no ofício.

Em 21 de Abril de 1445 é nomeado meirinho-mor na corte e no reino, em substituição a D. Gonçalo Coutinho, perdendo o cargo após a saída de D. Pedro da regência.

12. VIDA PÚBLICA

Esteve presente, em 25 de Junho de 1455, ao auto de juramento do príncipe D. João.

13. OBSERVAÇÕES

Em Outubro de 1439 aparece ao lado da rainha D. Leonor em Alenquer, tendo sido portador de uma carta enviada ao infante D. Henrique. Segundo Rui de Pina, D. Pedro soube antecipadamente do conteúdo da carta, o que sugere que Martim de Távora atuava como servidor e espião do duque de Coimbra.

Em Outubro de 1449 consta como um dos que saíram da corte e se dirigiram ao auxílio do infante D. Pedro em Coimbra.

Em 04 de Outubro de 1475 é concedido a sua viúva a tença anual, com início em 1476, de 15.000 reais brancos.

14. FONTES

FREIRE, Anselmo Brammcamp. *Brasões da Sala de Sintra*. Coimbra: Imprensa da Universidade, Vol. II, p.78-79.

GAYO, Manuel José da Costa Felgueiras. *Nobiliário de Famílias de Portugal*. Edição de Agostinho de Azevedo Meirelles e Domingos de Araújo Affonso. Braga: Oficina gráfica da Pax, 1939, Tomo XXVII, p.143-145.

Livro de Linhagens do século XVI. Introdução de António Machado de Faria. Lisboa: Academia Portuguesa de História, 1956, p.26-27, 222-223, 247-248, 252.

MH, vol. VI, doc. 52, vol. VII, doc.111.

PINA, Rui de. *Chronica de El-Rei D. Affonso V*. Escriptorio, Lisboa: Rutgers University Libraries, Capítulo XLIII, LIV, XCVI, CXXXIX.

SOUSA, António Caetano de. *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*. Lisboa: Oficina de Joseph António da Silva, Livro IV, p.39.

15. BIBLIOGRAFIA

FARO, Jorge. *Receitas e despesas da fazenda real de 1384 a 1481 (subsídios documentais)*. Lisboa: Publicações do Centro de Estudos Económicos, 1965, p.77-78.

MORENO, Humberto Carlos Baquero. *A Batalha de Alfarrobeira. Antecedentes e significado histórico*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1979, vol. 2, p.983-987.

MARTIM LEITÃO

3. INSERÇÃO SOCIAL

3.1. FAMÍLIA

3.1.1. GERAÇÃO PRECEDENTE

Álvaro Vaz Leitão

3.1.2. COLATERAIS

Pedro Afonso Leitão, Gonçalo Afonso Leitão e Catarina Pires Leitão.

3.1.4. DESCENDÊNCIA

Estevão Leitão, Manuel ou Mendo Leitão, Diogo Leitão, Ignez Leitão e Mécia Leitão filhos tidos com Catarina Annes e, posteriormente, legitimados.

3.3. ESTATUTO SOCIAL

3.3.1. DA GERAÇÃO PRECEDENTE

O pai foi alcaide-mor de Idanha e cavaleiro de D. João I.

3.3.3. DOS COLATERAIS

Pedro Afonso Leitão foi cavaleiro da Ordem de Cristo, senhor do Morgado de Coruche. Casou-se com Beatriz de Gouvea, filha de Pedro de Gouvea, camareiro e tesoureiro-mor de D. Jorge.

Gonçalo Afonso Leitão foi cavaleiro da casa de D. João I e D. Duarte, alcaide-mor da Idanha-a-nova. Casou-se com Brites Folgado de Siqueira, filha de João Vaz Folgado.

7. CARREIRA MILITAR

Serviu na África durante os reinados de D. João I, D. Duarte e D. Afonso V.

8. CARREIRA DIPLOMÁTICA

8.1. MISSÕES

É enviado a Granada em finais dos anos 60.

8.4. RENDIMENTOS, DOAÇÕES E PRESENTES

Recebe 115 dobras pela missão a Granada.

14. FONTES

GAYO, Manuel José da Costa Felgueiras. *Nobiliário de Famílias de Portugal*. Edição de Agostinho de Azevedo Meirelles e Domingos de Araújo Affonso. Braga: Oficina gráfica da Pax, 1939, tomo XVII, 41-42.

15. BIBLIOGRAFIA

FARO, Jorge. *Receitas e despesas da fazenda real de 1384 a 1481 (subsídios documentais)*. Lisboa: Publicações do Centro de Estudos Económicos, 1965, p.81.

VASCONCELOS, António Maria Falcão Pestana de. *Nobreza e Ordens Militares. Relações Sociais e de Poder (Séculos XIV a XVI)*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Dissertação de Doutoramento, 2008, vol. I, p. 412-414.

MARTINHO DE ATAÍDE (D.)

1. DADOS CRONOLÓGICOS

1.1. VIDA

?-c.1504.

3. INSERÇÃO SOCIAL

3.1. FAMÍLIA

3.1.1. GERAÇÃO PRECEDENTE:

Neto de Martim Gonçalves de Ataíde, fidalgo de D. Fernando e de D. João I, alcaide do castelo de Chaves, casado com Mécia Vasques Coutinho, aia dos filhos de D. João I.

Filho primogênito de D. Álvaro Gonçalves de Ataíde e de D. Guiomar de Castro, filha de D. Pedro de Castro, senhor de Cadaval, e de D. Leonor Teles de Meneses.

3.1.2. COLATERAIS:

Tem como tios paternos Vasco Fernandez de Ataíde, que morreu em Ceuta durante a Tomada; D. Isabel de Ataíde, mulher de D. Fernando de Castro, governador da casa do infante D. Henrique, D. Helena (Jlena)/Teresa, mulher de Pero Vaaz da Cunha, senhor de Angeia.

Irmão de D. João de Ataíde, D. Vasco de Ataíde, D. ÁLVARO DE ATAÍDE, D. Joana de Castro, D. Filipa, D. Leonor de Meneses, D. Mécia de Castro e de D. Pedro, bastardo.

3.1.3. CASAMENTO

Casou-se com D. Catarina de Castro, filha de D. Fernando de Castro, governador da casa do infante D. Henrique (c.1452).

Casou-se, em 1457, com D. Filipa de Azevedo, filha de LUÍS GONÇALVES MALAFAIA.

3.1.4. DESCENDÊNCIA

Do segundo casamento teve D. João de Ataíde, que se casou com D. Beatriz da Silva, filha de D. Afonso de Vasconcelos, primeiro conde de Penela.

3.2. LAÇOS PESSOAIS

3.2.1. DEPENDÊNCIA

Membro da casa do infante D. Fernando, irmão de D. Afonso V.

3.3. ESTATUTO SOCIAL

3.3.2. DO INDIVÍDUO

Alcaide-mor de Coimbra, desde 10 de Fevereiro de 1452.

Em 14 de Fevereiro de 1452 é elevado a Conde de Atouguia, sucedendo ao pai. É confirmado em 31 de Maio de 1482 e 11 de Maio de 1487.

3.3.3. DOS COLATERAIS

D. João de Ataíde e D. Vasco de Ataíde foram priores do Crato.

D. Joana de Castro casou-se com o marechal D. Fernando Coutinho, alcaide-mor de Pinel.

D. Filipa casou-se com D. João de Noronha, alcaide-mor de Óbidos.

D. Leonor de Meneses casou-se com Gonçalo de Albuquerque, senhor de Vila Verde.

D. Mécia de Castro casou-se com Fernão de Sousa, alcaide-mor de Montalegre e senhor de Gouvea, irmão de RUI DE SOUSA e PERO DE SOUSA.

D. Pedro, bastardo, foi abade de Penalva.

3.3.4. DA GERAÇÃO SEGUINTE

Após a morte da esposa, D. João de Ataíde fez-se “frade dos descalços”, franciscano.

4. NÍVEL ECONÓMICO

4.1. PATRIMÓNIOS, RENDIMENTOS E DOAÇÕES

Em 02 de Setembro de 1451 recebe o padrão de 4.000 coroas de ouro do cunho do rei da França, pagas à razão de 40.000 reais brancos anuais.

Em 14 de Fevereiro de 1452 recebe a doação da vila, castelo e termo de Atouguia, com rendas e direitos, jurisdição civil e criminal, ressalvando-se a correição e alçadas. Na mesma data recebe o campo do Bolão, situado no termo de Coimbra, com suas rendas e direitos.

Em 15 de Fevereiro de 1452 recebe a doação do castelo de Monforte de Rio Livre, do castelo e terra de Vinhais e das terras de Lomba e de Vale do Paço. Confirmado em 09 de Maio de 1487.

Em 24 de Março de 1455 recebe casas situadas em Lisboa.

Em 08 de Junho de 1464 recebe a doação do serviço velho e novo dos judeus de Castelo Branco.

4.2. PRIVILÉGIOS

Em 12 de Fevereiro de 1462 recebe o direito do castelo de Monforte de Rio Livre, do castelo e terra de Vinhais e das terras de Lomba e de Vale do Paço serem transmissíveis a seu primogênito. Confirmado em 09 de Maio de 1487.

Em 28 de Dezembro de 1464 recebe o direito de transmitir a vila de Atouguia a seu filho primogênito, disposição confirmada em 25 de Julho de 1487.

Em 18 de Maio de 1468 recebe o direito de construir um castelo na vila de Trás-os-Montes, ficando apenas obrigado a prestar preito e menagem pelo referido castelo.

Em 22 de Dezembro de 1473 recebe poderes para confirmar os juizes da vila de Atouguia.

7. CARREIRA MILITAR

Participa da Batalha de Alfarrobeira ao lado de D. Afonso V (1449).

Capitão-mor entre 1452 e 1504.

8. CARREIRA DIPLOMÁTICA

8.1. MISSÕES

É enviado ao rei de Castela⁷⁸⁹.

8.2. MEMBROS DA COMITIVA

A embaixada a Castela conta com a presença do doutor DIOGO DA FONSECA e AFFONSO GARCEZ.

8.4. RENDIMENTOS, DOAÇÕES E PRESENTES

Recebe 1355 dobras pela missão a Castela.

9. CARREIRA BUROCRÁTICA

Mordomo-mor de D. Fernando, irmão de D. Afonso V.

Alcaide-mor de Coimbra, desde 10 de Fevereiro de 1452.

11. CONSELHO RÉGIO

Em 1452 aparece como membro do conselho.

⁷⁸⁹ Jorge Faro não oferece maiores indícios sobre a missão. No rol das despesas, aparece apenas a indicação de conde de Atouguia numa embaixada a Castela mencionada após missões que ocorreram em 1454, 1455, 1458. Desta maneira, acreditamos se tratar de D. Martinho, conde desde 1452.

12. VIDA PÚBLICA

Em 25 de Junho de 1455 esteve presente à cerimônia de juramento do príncipe D. João. Em 1455, ao lado da mãe, é encarregado de acompanhar D. Joana até Castela para a realização do casamento com Henrique IV⁷⁹⁰.

Acompanha D. Afonso V no encontro régio de Gibraltar, em 1464.

Em 1476 esteve presente nas cortes de Lisboa, assistindo ao juramento de D. Afonso, filho do príncipe D. João e neto de D. Afonso V.

13. OBSERVAÇÕES:

A sua mãe, D. Guiomar de Castro, foi aia da infanta D. Leonor, e o seu pai aio de D. Afonso V.

Rui de Pina descreve que D. Álvaro de Ataíde e seus filhos faziam parte da corte régia no contexto anterior a Alfarrobeira, tendo permanecido junto ao monarca durante o afastamento de D. Pedro.

Vasco de Ataíde, irmão e Prior do Crato, foi padrinho do príncipe D. João.

Em 1452/1457 (?)⁷⁹¹ participa, ao lado do conde de Arraiolos e do marechal, da tentativa de encontrar o infante D. Fernando, irmão do monarca, que havia saído do reino.

14. FONTES

FREIRE, Anselmo Brammcamp. *Brasões da Sala de Sintra*. Coimbra: Imprensa da Universidade, Vol. I, p.81-83, Vol. 3, p.276-277.

LEÃO, Duarte Nunes de. Crónica e vida del Rey D. Affonso V. In: *Crónicas dos Reis de Portugal*. Lisboa: Officina de José de Aquino Bulhões, 1780, tomo II, capítulo XXV, XXVI, XXXIV.

Livro de Linhagens do século XVI. Introdução de António Machado de Faria. Lisboa: Academia Portuguesa de História, 1956, p.213-215.

PINA, Rui de. *Chronica de El-Rei D. Affonso V*. Escriptorio, Lisboa: Rutgers University Libraries, capítulo XCVI, CXXXIV, CXXXVI, CLIV.

15. BIBLIOGRAFIA

FARO, Jorge. *Receitas e despesas da fazenda real de 1384 a 1481 (subsídios documentais)*. Lisboa: Publicações do Centro de Estudos Económicos, 1965, p.81.

GOMES, Saul. *D. Afonso V*. Lisboa: Círculo de Leitores, temas e debates, p. 397.

MORENO, Humberto Carlos Baquero. *A Batalha de Alfarrobeira. Antecedentes e significado histórico*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1979, p.vol.2, 726-729.

⁷⁹⁰ Duarte Nunes de Leão indica que D. Joana foi levada por D. Álvaro Gonçalves de Ataíde, porém, sendo o primeiro conde de Atouguia, morto desde de Fevereiro de 1452, seguiremos a menção de Rui de Pina.

⁷⁹¹ Duarte Nunes de Leão indica o ano de 1452, já Rui de Pina insere o acontecido em 1457.

NUNO FERNANDEZ TINOCO

3. INSERÇÃO SOCIAL⁷⁹²

3.1. FAMÍLIA

3.1.2. COLATERAIS

Parente de Fernando Gonçalves.

Possível aparentado de Aires Tinoco, Fernando Aires Tinoco e Gomes Aires Tinoco.

3.1.4. DESCENDÊNCIA

Diogo Tinoco.

3.3. ESTATUTO SOCIAL

3.3.1. DA GERAÇÃO PRECEDENTE

Sacerdote da diocese do Porto.

3.3.2. DO INDIVÍDUO

Cavaleiro fidalgo de D. Afonso V em 1462.

3.3.3. DOS COLATERAIS

Fernando Gonçalves, em 12 de Dezembro de 1459, é mencionado como clérigo da diocese de Évora e estudante de direito Canônico. Na mesma data, por súplica do biografado, recebe a quartanária de Lisboa, vacante por morte de Álvaro Anes.

Entre os possíveis parentes, Aires Tinoco foi moço da câmara do infante D. Henrique e navegador da Guiné.

3.3.4. DA GERAÇÃO SEGUINTE

Em 13 de Fevereiro de 1468, Diogo Tinoco, é mencionado numa súplica do pai solicitando para o filho a porção da igreja paroquial de Santo Estevão de Lisboa, a fim de Diogo, escolar de Lisboa, desenvolver seus estudos.

4. NÍVEL ECONÔMICO

4.1. PATRIMÔNIOS, RENDIMENTOS E DOAÇÕES

Em 1462 recebe a tença de 600 reais brancos como cavaleiro fidalgo da casa de D. Afonso V.

6. CARREIRA UNIVERSITÁRIA

6.2. GRAU UNIVERSITÁRIO

Bacharel em Direito desde antes de 16 de Janeiro de 1454.

7. CARREIRA MILITAR

Cavaleiro da Ordem de Santiago desde antes de 12 de Dezembro de 1459.

Em 13 de Fevereiro de 1468 aparece como preceptor da Ordem.

8. CARREIRA DIPLOMÁTICA

8.1. MISSÕES

Em 1453 é enviado a Roma.

Em 1455 é novamente enviado a Roma⁷⁹³.

Em 1458-1459 é enviado a Roma⁷⁹⁴.

⁷⁹² Seguimos as indicações de António Joaquim Dias Dinis acerca da filiação do biografado, assim como dos possíveis parentes (cf.: MH, vol. XII, doc. 87, nota 1, página 169).

⁷⁹³ Jorge Faro cita duas entradas idênticas para “Nuno Fernandez Tinoco em cate de Roma” recebendo 140 dobras (1965: 79, 81). Nesse quadro, tendo em vista a existência de outros documentos acerca de 1453 e o fato do mesmo autor citar apenas uma entrada para o mesmo caso no texto de 1961 (p.265, 267), adotamos a perspectiva de que o embaixador não teve duas missões idênticas.

8.2. MEMBROS DA COMITIVA

Em 1455 acompanha D. JOÃO DE MENESES e AFONSO VELHO.

Em 1458-1459 acompanha DIOGO DA SILVEIRA e o Rei de Armas Portugal.

8.3. PARTICIPAÇÃO NA EMBAIXADA

Pela missão de 1453, consegue a concessão da bula *Romanus Pontifex*, de 08 de Janeiro de 1454, pela qual foi concedida, ao rei português e a seus sucessores e ao infante D. Henrique, a conquista e a ocupação de todas as terras, ilhas e mares da África, conquistadas ou por conquistar, descobertas ou a descobrir, desde os cabos Bojador e Não até à Guiné e toda a costa meridional até ao seu extremo.

Em 1455 a embaixada tem como objetivo prestar obediência ao papa Calixto.

Em 1458-1459 a embaixada tem como objetivo prestar obediência ao papa Pio II.

8.4. RENDIMENTOS, DOAÇÕES E PRESENTES

Recebe 140 dobras pela missão a Roma em 1453.

Recebe 1987 dobras pela missão a Roma em 1458-1459.

Recebe 140 dobras pela terceira embaixada a Roma.

9. CARREIRA BUROCRÁTICA

Em Agosto de 1455 aparece como secretário da câmara da puridade.

12. VIDA PÚBLICA

Assistiu em Roma o coroamento do papa Calixto III (Abril de 1455).

13. OBSERVAÇÕES

António Joaquim Dias Dinis indica que Nuno Tinoco atuou como núncio pontifício a várias partes, porém não temos referências dessa atuação. Dias Dinis cita a obra *Regeto Ibérico de Calixto III*, de Rius Serra, como base para tal argumentação.

14. FONTES

CUP, vol. V, doc. 1719, VI, doc. 1917-1918, 2206.

MH, Vol. XII, doc. 61, 84, 87.

15. BIBLIOGRAFIA

FARO, Jorge. *Receitas e despesas da fazenda real de 1384 a 1481 (subsídios documentais)*. Lisboa: Publicações do Centro de Estudos Económicos, 1965, p.79-81, 204.

⁷⁹⁴ A datação desta missão a Roma é difícil. Jorge Faro apenas indica o ano de eleição papal (1458) para a datação da embaixada. Seguindo os documentos publicados no *CUP*, vol. VI, temos a informação de súplicas de Nuno Fernandez Tinoco, datadas de 12 de Dezembro de 1459, na qual ele aparece como embaixador destinado ao papa Pio II. O biografado aparece como um dos embaixadores (“una cum aliis suis oratoribus”), e por esse motivo, acreditamos se tratar da missão também composta por Diogo da Silveira e o rei de Armas Portugal.

PÊRO BOTELHO

3. INSERÇÃO SOCIAL

3.1. FAMÍLIA

3.1.1. GERAÇÃO PRECEDENTE

Filho de Diogo Botelho⁷⁹⁵.

3.1.3. CASAMENTO

Casou-se com Isabel Eannes.

3.1.4. DESCENDÊNCIA

Álvaro Botelho, Lopo Botelho, D. Brites Pereira, D. Isabel, D. Branca Botelho.

3.2. LAÇOS PESSOAIS

3.2.1. DEPENDÊNCIA

Membro da casa de D. Pedro, filho do duque de Coimbra.

Membro da casa de D. João II.

3.3. ESTATUTO SOCIAL

3.3.2. DO INDIVÍDUO

Cavaleiro da casa de D. Pedro, filho do duque de Coimbra.

Cavaleiro da casa de D. João II.

3.3.4. DA GERAÇÃO SEGUINTE

Álvaro Botelho foi clérigo em Lisboa.

Lopo Botelho casou-se com D. Brites de Sousa.

D. Brites Pereira casou-se com Pedro Moniz de Sá, almoxarife de Lisboa.

D. Isabel casou-se com Lopo de Albuquerque.

D. Branca Botelho casou-se com Gonçalo da Silveira.

4. NÍVEL ECONÔMICO

4.1. PATRIMÔNIOS, RENDIMENTOS E DOAÇÕES

Recebia 24.000 reais brancos pelos desempenhos de suas funções. Em 16 de junho de 1484, essa quantia foi acrescida do valor de 16.000 reais brancos⁷⁹⁶.

8. CARREIRA DIPLOMÁTICA

8.1. MISSÕES

Esteve na comitiva responsável pela negociação do Tratado das Alcáçovas (1479).

8.2. MEMBROS DA COMITIVA

Em 1479 acompanha JOÃO FERNANDES DA SILVEIRA, JOÃO TEIXEIRA, FERNÃO DA SILVEIRA, JOÃO GARCEZ e Rodrigo Afonso.

9. CARREIRA BUROCRÁTICA

Em 2 de novembro de 1463 foi nomeado por D. Afonso V recebedor das “tábulas do aver do peso” da cidade de Lisboa, em substituição de Gil Martins.

Aparece como desembargador em 1483.

⁷⁹⁵ Gayo varia nas informações genealógicas acerca do personagem, indicando a existência de dois Pero Botelho no período de D. João II. Nesse sentido, em vista das limitações para a identificação do personagem, preferimos seguir com aquele que o genealogista afirma ser o juiz da alfândega de D. João II.

⁷⁹⁶ Sublinha Baquero Moreno que o acréscimo justificou-se pelos serviços como juiz da alfândega e “em especial aos que nos tem feictos nas hijdas que per nosso mandado foy a Castella sobre o trauto das pazes damte estes nossos Regnos e os de Castella”. (MORENO, 1990: 1999).

Em 24 de janeiro de 1483 foi nomeado dizimeiro de todas as mercadorias que dessem entrada na alfândega de Lisboa. Pelo mesmo documento passa a juiz da alfândega de Lisboa com jurisdição sobre todos os mercadores portugueses e estrangeiros que permanecessem na cidade.

11. CONSELHO RÉGIO

Membro do conselho de D. João II, pelo menos, desde janeiro de 1483.

12. VIDA PÚBLICA

Em junho de 1483, foi convocado por D. João II para participar do julgamento do duque de Bragança.

14. FONTES

GAYO, vol. VII, p.116.

Tratado de Tordesilhas. In: *Tratado de Tordesillas e a diplomacia luso-castelhana no século XV*. Comentários de Luís Adão da Fonsesa. Lisboa: Edições Inapa, 1991.

15. BIBLIOGRAFIA

MORENO, Humberto Carlos Baquero. A conspiração contra D. João II: o julgamento do duque de Bragança. In: *Exilados, Marginais e Contestatários na sociedade portuguesa medieval*. Lisboa: Presença, 1990, p.199.

PERO DE SOUSA (o Seabra)

1. DADOS CRONOLÓGICOS

1.1. VIDA

c.1430-c.1512.

2. INSERÇÃO GEOGRÁFICA

2.3. LOCAL DE SEPULTURA

Igreja de São Francisco de Lisboa, na capela do Bom Jesus.

3. INSERÇÃO SOCIAL

3.1. FAMÍLIA

3.1.1. GERAÇÃO PRECEDENTE

Filho de Martim Afonso de Sousa, bastardo de Martim Afonso de Sousa, e Violante Lopes de Távora, filha de Pedro Lourenço de Távora, senhor do Morgadouro.

3.1.2. COLATERAIS

Fernão de Sousa, Rui de Sousa, Vasco Martins de Sousa Chichorro, João de Sousa, e Brites de Sousa.

3.1.3. CASAMENTO

Maria Pinheiro(a) Cogominho, filha do doutor Pero Estevez Cogominho, ouvidor do duque de Bragança, e Isabel Pinheiro (Lobo).

Ou Isabel Pinheiro, filha de Martim Gomes Lobo, doutor em Leis, ouvidor-geral da casa dos Bragança.

3.1.4. DESCENDÊNCIA

Lopo de Sousa, Gonçalo de Sousa, Pero de Sousa, Sebastião de Sousa, João de Sousa, Violante de Távora, Isabel de Sousa, Inês de Sousa, Agostinho de Sousa.

3.2. LAÇOS PESSOAIS

3.2.1. DEPENDÊNCIA

Fidalgo da casa dos Bragança.

Quando esteve em Castela viveu com o conde de Benavente.

3.3. ESTATUTO SOCIAL

3.3.1. DA GERAÇÃO PRECEDENTE

O pai foi senhor de Mortágua e membro da casa do conde de Barcelos.

3.3.2. DO INDIVÍDUO

Cavaleiro.

Senhor da vila do Prado, de Paiva e Baltar.

Alcaide-mor do castelo de Seabra.

Alcaide-mor de Outeiro de Miranda, na Galícia.

3.3.3. DOS COLATERAIS

Fernão de Sousa foi senhor de Gouvea e alcaide-mor da terra de Barroso. Casou-se com D. Mécia de Castro, filha de D. Álvaro de Ataíde, primeiro conde de Atougua.

RUI DE SOUSA foi senhor de Berengel e de Sagres, vedor da rainha D. Isabel, mulher de D. Afonso V, e almotace-mor de D. João II. Casou-se com Isabel de Siqueira, filha de Francisco Annes e colaça da rainha D. Isabel.

Vasco Martins Chichorro foi capitão dos ginetes de D. Afonso V, fronteiro-mor de Trás-os-Montes e alcaide-mor de Bragança e de Outeiro. Casou-se com Violante Nunes. D. Brites de Sousa foi mãe do bispo de Évora, D. Afonso.

3.3.4. DA GERAÇÃO SEGUINTE

Lopo de Sousa foi o segundo senhor do Prado e senhor das terras de Paiva e Baltar. Fidalgo da casa real e aio do duque de Bragança D. Jaime. Foi nomeado alcaide-mor de Bragança e de Outeiro. Casou-se com D. Beatriz de Albuquerque de Sá, filha de João Rodrigues de Sá e de Joanna de Albuquerque, a Visigoda.

Gonçalo de Sousa, o Lavrador, casou-se em Évora com Leonor Ribeiro de Vasconcellos. Foi capitão-mor da armada da Guiné.

Pero de Sousa foi clérigo e tesoureiro-mor da Sé de Lisboa.

Sebastião de Sousa foi faleceu jovem, sem filhos.

João de Sousa foi prior do mosteiro de Rates, próximo do Porto.

D. Violante de Távora casou-se com Rui de Sousa Cid, filho de Cid de Sousa e de D. Leonor Fogaça. Foi a segunda esposa de D. Álvaro de Ataíde, senhor de Castanheira, Povos e Cheleiros.

D. Isabel de Sousa casou-se com D. João de Castro, senhor de Reriz, Penela e Bemviver, filho de D. Henrique de Castro e D. Isabel da Cunha.

D. Inês de Sousa casou-se com DIOGO DE BARROS, filho de Gonçalo Nunes de Barros e D. Isabel de Castro de Vasconcellos.

4. NÍVEL ECONÓMICO

4.1. PATRIMÓNIOS, RENDIMENTOS E DOAÇÕES

Como membro do conselho de D. Afonso V recebe, em 1475 e 1477, 4.286 reais brancos de moradia.

7. CARREIRA MILITAR

Meirinho-mor das terras do duque de Bragança, D. Fernando.

8. CARREIRA DIPLOMÁTICA

8.1. MISSÕES

Por volta do dia 30 de Abril de 1476 é enviado ao duque da Bretanha e ao rei da França. Por volta de 17 de Julho de 1476 é enviado a França para comunicar da viagem de D. Afonso V.

8.2. MEMBROS DA COMITIVA

Em Abril de 1476 acompanha ÁLVARO LOPES CHAVES.

8.3. PARTICIPAÇÃO NA EMBAIXADA

Em Abril de 1476 tem como objetivo negociar a entrada da Bretanha nas tréguas entre a Inglaterra e a França, relação que Portugal ocupava a posição de mediano. Em 04 de Junho a embaixada já alcançava a resposta positiva do duque da Bretanha.

Em Julho de 1476 tem como objetivo comunicar ao rei francês da viagem de D. Afonso V.

9. CARREIRA BUROCRÁTICA

Vedor da casa de D. Afonso V.

Mordomo-mor de D. Afonso V.

11. CONSELHO RÉGIO

Membro do conselho, pelo menos, desde 1475.

13. OBSERVAÇÕES

Fugiu para Castela após a morte do duque de Bragança.

14. FONTES

FREIRE, Anselmo Brammcamp. *Brasões da Sala de Sintra*. Coimbra: Imprensa da Universidade, I, 226, 375, 418-419.

Livro de Linhagens do século XVI. Introdução de António Machado de Faria. Lisboa: Academia Portuguesa de História, 1956, p.26-27, 29, 33-36

PINA, Rui de. *Chronica de El-Rei D. Affonso V*. Escriptorio, Lisboa: Rutgers University Libraries, capítulo CLXIII.

SOUSA, António Caetano de. *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*. Lisboa: Officina de Joseph António da Silva, III, p.31.

15. BIBLIOGRAFIA

FARO, Jorge. *Receitas e despesas da fazenda real de 1384 a 1481 (subsídios documentais)*. Lisboa: Publicações do Centro de Estudos Económicos, 1965, p.200-201.

MORENO, Humberto Carlos Baquero. *A Batalha de Alfarrobeira. Antecedentes e significado histórico*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1979, vol. II, p.975.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *Relações históricas entre Portugal e a França. (1431-1481)*. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian. Centro Cultural Português, 1975, p.72, 106.

<http://genearc.net/index.php?op=ZGV0YWxoZVBlc3NvYS5waHA=&id=MTAxNzQ=>
<http://genearc.net/index.php?op=ZGV0YWxoZVBlc3NvYS5waHA=&id=MTAwMjI=>

PERO FALEIRO

1. DADOS CRONOLÓGICOS

1.1. VIDA

? – depois de 13 de Junho de 1468 e antes de 26 de Janeiro de 1471.

3. INSERÇÃO SOCIAL

3.1. FAMÍLIA

3.1.3. CASAMENTO

D. Filipa Rodrigues.

3.1.4. DESCENDÊNCIA

Pero Faleiro.

3.2. LAÇOS PESSOAIS

3.2.1. DEPENDÊNCIA

Vassalo do rei (1460).

3.3. ESTATUTO SOCIAL

3.3.2. DO INDIVÍDUO

Cavaleiro da casa do Rei (1460).

3.3.4. DA GERAÇÃO SEGUINTE

Pero Faleiro recebe, em 30 de Abril de 1463, 4.800 reais brancos anuais para o seu mantimento no “Estudo”.

4. NÍVEL ECONÓMICO

4.1. PATRIMÓNIOS, RENDIMENTOS E DOAÇÕES

Em 05 de Dezembro de 1466 recebe tença anual de 10.000 reais brancos.

6. CARREIRA UNIVERSITÁRIA

6.2. GRAU UNIVERSITÁRIO

Doutor desde, pelo menos, 1451.

8. CARREIRA DIPLOMÁTICA

8.1. MISSÕES

Em inícios dos anos 50 é enviado a Castela.

Em 1455 é enviado a Inglaterra.

8.2. MEMBROS DA COMITIVA

Em 1455 acompanha D. FERNANDO DE CASTRO, o Cegonha, o secretário PERO GONÇALVES e o Rei de Armas Portugal a Inglaterra.

8.3. PARTICIPAÇÃO NA EMBAIXADA

Na embaixada a Inglaterra tem como objetivo expor as infrações aos tratados de liga e aliança luso-ingleses.

8.4. RENDIMENTOS, DOAÇÕES E PRESENTES

Pela missão dos anos 50 recebe 260 dobras.

Pela missão de 1455 recebe 2.300 dobras.

9. CARREIRA BUROCRÁTICA

Corregedor da cidade de Lisboa entre 1448 e 10 de Abril de 1451, quando é substituído por Diogo Gonçalves Lobo.

Desembargador da Casa do Cível entre 16 de Maio de 1451, por aposentadoria de Fernão Rodrigues, e 1460.

Desembargador do Paço e Petições, já em 28 de Janeiro de 1460.

Chanceler da Casa do Cível, nomeado a 20 de Setembro de 1463.

Desembargador do rei em 1468.

14. FONTES

CUP, VI, doc. 1932, 2033, 2224.

MH, vol. X, doc.3.

Mosteiro de Santos-o-Novo, n.º 670. Disponível em: <http://digitarq.dgarq.gov.pt/details?id=4249519> acesso 13/12/2014.

15. BIBLIOGRAFIA

DUARTE, Luís Miguel. *Justiça e Criminalidade no Portugal medievo (1459-1481)*. Porto: Universidade do Porto, Dissertação de Doutoramento, 1993, vol. II, p.41.

FARO, Jorge. *Receitas e despesas da fazenda real de 1384 a 1481 (subsídios documentais)*. Lisboa: Publicações do Centro de Estudos Económicos, 1965, p.79, 80.

SANTARÉM, Visconde de. *Quadro Elementar das Relações Políticas e Diplomáticas de Portugal com as diversas potências do mundo desde o principio da Monarchia portugueza até os nossos dias*. Paris: J. P. Aillaud, vol. 14, p.197-198.

TESTOS, Jorge André Nunes Barbosa da Veiga. *Sentenças Régias em tempo de Ordenações Afonsinas (1446-1512). Um estudo de diplomática judicial*. Lisboa: Universidade de Lisboa, Mestrado em Paleografia e Diplomática, 2011, p.168.

PERO GONÇALVES

1. DADOS CRONOLÓGICOS

1.1. VIDA

?-1464

Roma, Inglaterra.

3. INSERÇÃO SOCIAL

3.1. FAMÍLIA

3.1.3. CASAMENTO

Leonor Pais, irmã de João Rodrigues Pais, contador-mor de Lisboa.

3.1.4. DESCENDÊNCIA

Antónia Pais.

3.3. ESTATUTO SOCIAL

3.3.4. DA GERAÇÃO SEGUINTE

D. Antónia Pais casou-se com Tristão da Cunha, camareiro-mor de D. Diogo, duque de Viseu, membro do conselho e vedor da Fazenda de D. Manuel, 1º senhor de Gestaçô e Panoias.

4. NÍVEL ECONÓMICO

4.1. PATRIMÓNIOS, RENDIMENTOS E DOAÇÕES

Em 20 de Junho de 1464 Gil de Castro recebe vitaliciamente a renda régia de todo o coral do reino do Algarve que pertencia a Pero Gonçalves.

Em 1462, Leonor Pais recebe a tença anual de 20.000 reais brancos.

Em 1473, Leonor Pais recebe a tença anual de 20.000 reais brancos.

Em 1475, Antónia Pais recebe a tença anual de 5.285 reais brancos.

7. CARREIRA MILITAR

Em 1457 participa do cerco a Alcácer.

Em 1463-1464 está presente no Marrocos. Morre durante o ataque à serra de Benacofú.

8. CARREIRA DIPLOMÁTICA

8.1. MISSÕES

Em 1450 é enviado a Roma.

Em 1455 é enviado a Inglaterra.

8.2. MEMBROS DA COMITIVA

Participam da missão de 1450 o doutor VASCO FERNANDES DE LUCENA e o arauto Lisboa.

Participam da missão de 1455 FERNANDO DE CASTRO, o doutor PERO FALEIRO e o Rei de Armas Portugal.

8.3. PARTICIPAÇÃO NA EMBAIXADA

Na embaixada a Inglaterra tem como objetivo expor as infrações aos tratados de liga e aliança luso-ingleses.

8.4. RENDIMENTOS, DOAÇÕES E PRESENTES

Recebe 950 dobras pela missão a Roma.

Recebe 2300 dobras para a missão a Inglaterra.

9. CARREIRA BUROCRÁTICA

Escrivão da Câmara, desde, pelo menos, 1448.

Foi secretário de D. Afonso V, ente 1449 e 1464.

13. OBSERVAÇÕES

De acordo com Rui de Pina, foi Pero Gonçalves quem avisou D. Afonso V do assalto à judiaria de Lisboa, em 1449.

14. FONTES

CUP, VI, doc. 1782, 2031.

FREIRE, Anselmo Brammcamp. *Brasões da Sala de Sintra*. Coimbra: Imprensa da Universidade, Vol. I, p.174.

Livro de Linhagens do século XVI. Introdução de António Machado de Faria. Lisboa: Academia Portuguesa de História, 1956, p.144.

PINA, Rui de. *Chronica de El-Rei D. Affonso V*. Escritorio, Lisboa: Rutgers University Libraries, capítulo CXXX, CLVI.

SOUSA, António Caetano de. *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*. Lisboa: Officina de Joseph António da Silva, Tomo III, Livro IV, p.58.

ZURARA, Gomes Eanes de. *Chronica do Conde D. Duarte de Meneses*. In: *Collecção de Livros Ineditos de História Portugueza dos reinados de D. João I, D. Duarte, D. Affonso V e D. João II*. Publicados por José Corrêa da Serra. Lisboa: Academia Real das Sciencias de Lisboa, Tomo III, 1793, Capítulo LXXXVI, CLV.

15. BIBLIOGRAFIA

FARO, Jorge. *Receitas e despesas da fazenda real de 1384 a 1481 (subsídios documentais)*. Lisboa: Publicações do Centro de Estudos Económicos, 1965, p.79-80, 109.

MONTEIRO Helena Maria. *A Chancelaria régia e os seus oficiais. (1464-1465)*. Dissertação de mestrado. Porto: Universidade do Porto, 1997, p.118-120.

PÊRO LOURENÇO
(Pêro de Lourenço/Pêro Lourenço Homem)

2. INSERÇÃO GEOGRÁFICA

2.2. DOMICÍLIO

Residente na cúria romana em 1452, 1474-1475 e 1479.

3. INSERÇÃO SOCIAL

3.1. FAMÍLIA

3.1.1. GERAÇÃO PRECEDENTE

Filho ilegítimo de um presbítero e de uma mulher solteira.

3.1.2. COLATERAIS

Diogo Lourenço.

3.1.3. CASAMENTO

Em 1479 aparece como clérigo casado.

3.1.4. DESCENDÊNCIA

Gaspar Lourenço, filho de uma mulher solteira.

3.2. LAÇOS PESSOAIS

3.2.1. DEPENDÊNCIA

Servidor papal.

Membro da casa do rei.

Membro da casa do infante D. Fernando, duque de Beja.

3.3. ESTATUTO SOCIAL

3.3.3. DOS COLATERAIS

Diogo Lourenço foi presbítero em Lamego.

3.3.4. DA GERAÇÃO SEGUINTE

Gaspar Lourenço foi clérigo da arquidiocese de Lisboa e acólito pontifício.

6. CARREIRA UNIVERSITÁRIA

6.1. UNIVERSIDADE FREQUENTADA

Em 1452 indica que estudou durante oito anos num Estudo Geral, sem indicar qual, e durante um ano na cúria romana. Em 1474 informa que se licenciou na Universidade de Lisboa.

6.2. GRAU UNIVERSITÁRIO

Referido como bacharel em Decretos em 13 de novembro de 1451.

Referido como licenciado em Decretos em 30 de setembro de 1455.

Referido como doutor em Decretos em 21 de janeiro de 1477.

Em 10 de junho de 1452, aparece como regente da cátedra de Cânones e como Reitor do Estudo Geral de Lisboa durante dois anos.

Em 02 de outubro de 1453, é confirmado como lente e conselheiro do Estudo Geral de Lisboa, assim como o rei nomeia-o novamente reitor.

Em 07 de dezembro de 1471, foi eleito lente da cadeira de Cânones da hora de véspera no Estudo Geral de Lisboa.

Em súplicas de 1474 e 1476, aparece como lente de Direito Canônico, sem especificar a hora.

Em 05 de junho de 1476, é nomeado para ler a cadeira prima.

Em 04 de junho de 1479, aparece como regente da cátedra de prima de Direito Canônico, cadeira que ainda lia em 1494.

8. CARREIRA DIPLOMÁTICA

8.1. MISSÕES

Em súplica de 04 de maio de 1452, é mencionado como tendo atuado junto ao papa Nicolau V por mandado do rei em 1447.

Enviado ao papa Xisto IV em 1479.

9. CARREIRA BUROCRÁTICA

Feitor da casa régia.

Ouvidor da casa do infante D. Fernando.

10. CARREIRA ECLESIAÍSTICA

Em 1451 e 1452, aparece como Reitor da Igreja paroquial de Santa Maria de Moncorvo, na arquidiocese de Braga.

Clérigo de Lamego.

Reitor da Igreja paroquial de São Paio de Ovadas, na diocese de Lamego, antes de 15 de julho de 1452.

Em abril de 1452 aparece como Cônego de Lamego.

Perpétuo vigário da Igreja de Santa Maria de Caria, na diocese de Lamego.

Reitor da Igreja paroquial de Santa Maria da Torre, na arquidiocese de Braga.

Em setembro de 1452, aparece como Chantre de Coimbra, depois, em 1453 e 1468, como cônego da mesma sé.

Eleito cubiculario pelo papa em 21 de setembro de 1452.

O papa Pio II recebe-o como seu acólito e capelão de honra, permanecendo como acólito no pontificado de Xisto IV.

Nomeado capelão e orador do rei em 02 de outubro de 1453.

Reitor da Igreja paroquial de Santa Maria de Tremiras, na arquidiocese de Braga.

Reitor da Igreja paroquial de Vila Torpim, na diocese de Lamego.

Abade comendatário do Mosteiro de São João de Tarouca, da Ordem de Cister, na diocese de Lamego.

Capelão perpétuo do altar de São Sebastião da Sé de Lisboa e suas anexas, as igrejas de Mafra e das Abitureiras, ambas da arquidiocese de Lisboa.

Aparece como clérigo de Lisboa em 1474, onde exercia funções de juiz deputado no tribunal da relação da cúria arquiépiscopal.

11. CONSELHO RÉGIO

Conselheiro régio.

13. OBSERVAÇÕES

Em 21 de janeiro de 1477, atuou como procurador da infanta D. Beatriz, viúva do infante D. Fernando, na cúria.

14. FONTES

CUP, Vol. V, doc. 1646, VII, doc. 2801-2803, 2810.

15. BIBLIOGRAFIA

FERNANDES, Hermenegildo (coord.). *A Universidade medieval em Lisboa, séculos XIII-XVI*. Lisboa: Tinta-da-China, 2013, p.534-541.

RUI DE SOUSA

1. DADOS CRONOLÓGICOS

1.1. VIDA

1423-24 de Maio de 1498.

2. INSERÇÃO GEOGRÁFICA

2.3. LOCAL DE SEPULTURA

Évora, numa capela junto a porta de entrada da igreja de Loios.

3. INSERÇÃO SOCIAL

3.1. FAMÍLIA

3.1.1. GERAÇÃO PRECEDENTE

Filho de Martim Afonso de Sousa, filho bastardo de Martim Afonso de Sousa, e Violante de Távora, filha de Pedro Lourenço de Távora, senhor do Mogadouro.

3.1.2. COLATERAIS

Fernão de Sousa, PERO DE SOUSA (o Seabra), Vasco Martins de Sousa Chichorro, João de Sousa, e Brites de Sousa.

3.1.3. CASAMENTO

Isabel de Siqueira (†1460), colação da rainha D. Isabel, mulher de D. Afonso V. Filha de Francisco Anes de Torres, vedor da casa da rainha D. Isabel e de Violante Lopes de Siqueira, ama da mesma rainha.

Teve como segunda esposa D. Branca de Vilhena (†1494), donzela da casa da infanta D. Joana. Filha de Martim Afonso de Melo, conselheiro do rei, guarda-mor, alcaide-mor de Olivença e senhor de Ferreira.

3.1.4. DESCENDÊNCIA

Do casamento com D. Isabel nasceram: João de Sousa, Martinho de Távora, Diogo de Sousa, Henrique e Filipa.

Do casamento com D. Branca nasceram: Pedro de Sousa, Manuel, António, Maria, Beatriz de Vilhena, Margarida.

3.3. ESTATUTO SOCIAL

3.3.1. DA GERAÇÃO PRECEDENTE

O pai foi senhor de Mortágua e membro da casa do conde de Barcelos.

3.3.2. DO INDIVÍDUO

Cavaleiro.

Alcaide-mor do castelo de Pinhel.

Senhor de Sagres (1471) e de Beríngel (1477).

3.3.3. DOS COLATERAIS

Fernão de Sousa foi senhor de Gouvea e alcaide-mor da terra de Barroso. Casou-se com D. Mécia de Castro, filha de D. Álvaro de Ataíde, primeiro conde de Atouguia.

PERO DE SOUSA foi senhor das terras do Prado, alcaide-mor do castelo de Seabra. Casou-se com Maria Pinheira, filha do doutor Pero Estevez Cogominho, ouvidor do duque de Bragança.

Vasco Martins Chichorro foi capitão dos ginetes de D. Afonso V, fronteiro-mor de Trás-os-Montes e alcaide-mor de Bragança e de Outeiro. Casou-se com Violante Nunes. D. Brites de Sousa foi mãe do bispo de Évora, D. Afonso.

3.3.4. DA GERAÇÃO SEGUINTE

D. João de Sousa passou a usar o título de Dom em 1498 e participou da embaixada a Tordesilhas. Alcaide-mor e comendador de Niza (1497), guarda-mor (1510). Casou-se

com D. Margarida Fogaça (c.1476), donzela da rainha D. Joana, filha de JOÃO FOGAÇA, comendador de Sezimbra e D. Constança Vasconcelos.

D. Martinho de Távora foi capitão de Alcácer.

D. Diogo de Sousa foi alcaide-mor de Tomar e comendador de Santa Ovaia. Casou-se com D. Isabel, filha de Mem Brito.

D. Henrique de Sousa casou-se com D. Leonor, filha de Fernão Gomes da Mina.

D. Filipa casou-se com o doutor António Dossem.

D. Pedro de Sousa herdou a casa do pai e foi alcaide-mor de Beja, conde do Prado e capitão de Azamor. Casou-se com D. Margarida, filha de Estevão de Brito.

D. Manuel de Sousa foi arcebispo de Braga.

D. Maria casou-se com D. Fernando de Castro, capitão da cidade de Évora.

D. Beatriz de Vilhena casou-se com D. Pedro da Cunha Coutinho, senhor de Celorico de Basto.

D. Margarida foi freira.

4. NÍVEL ECONÓMICO

4.1. PATRIMÓNIOS, RENDIMENTOS E DOAÇÕES

Em 13 de Dezembro de 1454 é designado como alcaide-mor de Pinhel, passando a usufruir todas as rendas e direitos que possuía o anterior titular, Pero Lourenço Ferreira, falecido.

Em 16 de Dezembro de 1454 é designado como Fronteiro-mor de Pinhel, substituindo Fernão Coutinho.

Em 04 de Maio de 1456 recebe a tença anual de 42.174 reais brancos, valor que correspondia ao dote pelo primeiro casamento.

Em 1464 recebe a tença anual de 34.800 reais brancos.

Em 14 de Março de 1465 recebe a doação do reguengo, casas, foros, tributos, herdades e hortas da vila de Montemor-o-Novo, em condições idênticas às que havia o doutor Martim Dossem, Álvaro de Brito, e Galiote Pereira.

Em 18 de Agosto de 1467 recebe a tença anual de 50.000 reais brancos.

Em 29 de Outubro de 1471 recebe a doação da vila de Sagres, doação confirmada por D. João II em 29 de Março de 1482. Em 03 de Janeiro de 1491 perde a referida vila, recebendo de indenização 310.000 reais brancos.

Em 1477 recebe a doação da vila de Beríngel.

Recebe 4.000 coroas de ouro como dote do primeiro casamento.

Recebe 7.000 coroas de ouro como dote do segundo casamento.

5. NÍVEL CULTURAL

5.1. PAPEL NA PRODUÇÃO CULTURAL

Poeta no *cancioneiro de Garcia de Resende*.

7. CARREIRA MILITAR

Em 16 de Dezembro de 1454 é designado como Fronteiro-mor de Pinhel.

Em Janeiro de 1464 está presente no Marrocos no ataque a Benacofú.

Em Março de 1476 esteve presente na batalha do Toro.

8. CARREIRA DIPLOMÁTICA

8.1. MISSÕES

Em Janeiro de 1475 é enviado a Castela.

Em 1476, durante a guerra luso-castelhana, está presente nas negociações de Zamora.

Em Fevereiro de 1482 é enviado a Inglaterra

Em 04 de Junho de 1494 participa da assinatura do Tratado de Tordesilhas.

Em 1498 é enviado a Castela.

8.2. MEMBROS DA COMITIVA

Em 1476 acompanha ÁLVARO DE BRAGANÇA e o doutor António Nunes na negociação de Zamora⁷⁹⁷.

Em 1494 acompanha D. João de Sousa, seu filho.

8.3. PARTICIPAÇÃO NA EMBAIXADA

Em 1475 vai ao encontro de D. Fernando e D. Isabel, na cidade de Valladolid, notificar que, pelo casamento com D. Joana, o trono de Castela pertencia a D. Afonso V.

Em 1482 tem como objetivo reforçar os tratados de amizade entre os reinos e garantindo os direitos de Portugal à Guiné.

Em 1494 participa na conclusão do Tratado de Tordesilhas.

Em 1498 tem como objetivo representar D. Manuel na cerimônia de juramento dos príncipes herdeiros de Castela, D. Manuel e D. Isabel.

9. CARREIRA BUROCRÁTICA

Vedor da casa da rainha D. Isabel, mulher de D. Afonso V.

Meirinho-mor do príncipe D. João, desde 19 de Abril de 1464.

Almotacé-mor de D. João II, entre 22 de Novembro de 1481 e 05 de Fevereiro de 1490, quando renuncia em prol do filho, João de Sousa.

11. CONSELHO RÉGIO

Conselheiro régio.

13. OBSERVAÇÕES

Juntamente com o alferes Duarte de Almeida, distinguiu-se durante o ataque a Benacofú salvando a vida do monarca.

Em 1490 parte na expedição ao reino do Congo, liderada por Gonçalo de Sousa. Por morte deste, Rui de Sousa assume a direção, aportando em Março no reino de Manicongo.

14. FONTES

FREIRE, Anselmo Brammcamp. *Brasões da Sala de Sintra*. Coimbra: Imprensa da Universidade, I, p.213-215.

GÓIS, Damião de. *Crónica do Príncipe D. João*. Edição crítica e comentada de Graça Almeida Rodrigues. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 1977, capítulo LXXV.

LEÃO, Duarte Nunes de. Crónica e vida del Rey D. Affonso V. In: *Crónicas dos Reis de Portugal*. Lisboa: Officina de José de Aquino Bulhões, 1780, tomo II, capítulo XLIX (explica os motivos da escolha em 1475).

Livro de Linhagens do século XVI. Introdução de António Machado de Faria. Lisboa: Academia Portuguesa de História, 1956, p.26-27, 29-33

PINA, Rui de. *Chronica de El- Rei D. Affonso V*. Escritorio, Lisboa: Rutgers University Libraries, capítulo CLVI, CLXXIV, CXXXIX, CXC.

_____. *Chronica de El-Rey D. João II*. In: *Collecção de Livros Ineditos de História Portuguesa dos reinados de D. João I, D. Duarte, D. Affonso V e D. João II*.

⁷⁹⁷ Rui de Pina não menciona o doutor António Nunes e indica que um licenciado de Ciudad Rodrigo teria atuado como embaixador de D. Afonso V. Damião de Góis critica a exposição de Pina expondo que a presença de Nunes na comitiva portuguesa e associando o licenciado de Castela aos negociadores de D. Fernando e D. Isabel.

Publicados por José Corrêa da Serra. Lisboa: Academia Real das Sciencias de Lisboa, Tomo II, 1792, capítulo LVIII, LXVI.

15. BIBLIOGRAFIA

MORENO, Humberto Carlos Baquero. O papel da diplomacia no Tratado de Tordesilhas. In: *Revista da Faculdade de Letras*. Porto: Universidade do Porto, 1995, p.135-150.

RUI GALVÃO

2. INSERÇÃO GEOGRÁFICA

2.1. ORIGEM:

Évora

3. INSERÇÃO SOCIAL

3.1. FAMÍLIA

3.1.1. GERAÇÃO PRECEDENTE:

Filho de João Fernandes Galvão, clérigo de missa.

3.1.3. CASAMENTO:

Casado com D. Branca Gonçalves, filha do Prior de Sintra.

3.1.4. DESCENDÊNCIA:

João Galvão, Duarte Galvão, João Galvão, Pero Rodrigues Galvão, Isabel Galvão, Maria Rodrigues Galvão e Filipa Rodrigues Galvão. Soma-se ainda um filho ilegítimo, João Rodrigues da Costa.

3.2. LAÇOS PESSOAIS

3.2.1. DEPENDÊNCIA:

Em 23 de Junho de 1439 é confirmado o ofício de escrivão da correição de Além-Minho a João Eanes, seu amo.

Em 11 de Setembro de 1451 Afonso Eanes recebe carta de privilégio de isenção de besteiro do conto, a seu pedido.

Em 15 de Novembro de 1451, Pero Basto, seu criado, sapateiro, morador em Lisboa, é provido ao ofício de besteiro do conto.

Em 09 de Janeiro de 1452 Estevão Eanes, seu amo, escudeiro, é provido ao ofício de coudel de Loulé.

Gonçalo Afonso, seu escudeiro, recebeu bens confiscados a apoiantes do infante D. Pedro.

3.3. ESTATUTO SOCIAL

3.3.2. DO INDIVÍDUO:

"Homem de boa linhagem" que se criara na câmara de D. Duarte.

Cavaleiro régio.

3.3.4. DA GERAÇÃO SEGUINTE

D. João Galvão foi Arcebispo de Braga, Prior de Santa Cruz de Coimbra e escrivão da Puridade de D. Afonso V.

Duarte Galvão foi alcaide-mor de Leiria, secretário de D. João II e cronista-mor do reino. Casou-se com D. Catarina de Sousa, filha de Fernão de Sousa, alcaide-mor de Leiria.

Jorge Galvão foi fidalgo da casa de D. Afonso V e casou-se com uma filha de Francisco Rodriguez de Vasconcelos.

Pero Rodriguez Galvão, o Bandarra, foi comendador de Nudel, da Ordem de Avis.

Isabel Galvão casou-se com Rui Mendez de Vasconcelos Ribeiro, senhor de Pedrogão.

Maria Galvão casou-se com Álvaro de Castro, alcaide-mor de Penamacor.

Filipa Galvão casou-se com o doutor Pedro Aleixo.

4. NÍVEL ECONÓMICO

4.1. PATRIMÓNIOS, RENDIMENTOS E DOAÇÕES

Em 28 de Janeiro de 1430 é-lhe doada a administração da capela ordenada por Amado Eanes, em Setúbal.

Em 25 de Maio de 1445 Branca Gonçalves, sua mulher, recebe uma tença de 7 mil reais brancos.

Em 11 de Julho de 1449 são-lhe doados os bens móveis e de raiz de Diogo Afonso, escrivão da Câmara de Lisboa, de João Lourenço Farinha e Mestre João, por terem apoiado o infante D. Pedro.

Em 24 de Julho de 1449 recebe os moinhos localizados no rio de Leiria, que trazia Pedro de Lemos, fidalgo da casa do infante D. Pedro.

Em 25 de Março de 1453 recebe umas casas de João de Ormelas, em Lisboa.

7. CARREIRA MILITAR:

Esteve presente na batalha de Alfarrobeira ao lado de D. Afonso V.

8. CARREIRA DIPLOMÁTICA:

8.1. MISSÕES

Em 1431 é enviado a Castela.

Entre o reinado de D. Duarte e a regência vai duas vezes a Castela como embaixador.

Em Agosto de 1453 aparece em Castela como embaixador.

Participa de outra embaixada a Castela.

8.2. MEMBROS DA COMITIVA

Em 1431 a missão é composta com Pedro Gonçalves Malafaia e LUÍS GONÇALVES MALAFAIA, o doutor Ruy Fernandez e o biografado na categoria de secretário.

8.3. PARTICIPAÇÃO NA EMBAIXADA

A embaixada de 1431 teve como objetivo negociar a assinatura de pazes perpétuas entre Portugal e Castela, finalidade alcançada em 30 de Outubro de 1431.

8.4. RENDIMENTOS, DOAÇÕES E PRESENTES

Pela missão durante o reinado de D. Duarte recebe 75.500 coroas.

Pela missão durante a regência recebe 110 dobras.

Em 1453 recebe 180 dobras.

Pela missão a Castela recebe 118 dobras.

9. CARREIRA BUROCRÁTICA:

Escrivão da Câmara do rei D. João I entre 1426 e 1429.

Escrivão da Câmara de D. Duarte, enquanto infante e rei, entre 1430 e 1438.

Permanece como escrivão da Câmara com D. Afonso V até 1459/1460.

Secretário régio nos reinados de D. João I, D. Duarte e D. Afonso V (até c.1459).

Em 1439 esteve nas Cortes de Lisboa e como notário escreve o documento que elevou o duque de Coimbra à condição de único regente. Em 12 de Novembro de 1448 superintendeu a elaboração da concórdia entre D. Pedro e o Duque de Bragança.

12. VIDA PÚBLICA:

Em 1439 esteve nas Cortes de Lisboa e como notário escreve o documento que elevou o duque de Coimbra à condição de único regente.

Em 12 de Novembro de 1448 superintendeu a elaboração da concórdia entre D. Pedro e o Duque de Bragança.

Esteve presente no auto de juramento do príncipe herdeiro D. João, ocorrida em 25 de Junho de 1455, em Lisboa.

13. OBSERVAÇÕES:

Não obstante ter se ligado à rainha D. Leonor, serviu o infante D. Pedro durante a regência na escrita de algumas cartas.

14. FONTES

MH, Vol. III, doc.163, Vol. IV, doc. 7, 9, Vol. VI, doc. 61.

GAYO, Manuel José da Costa Felgueiras. *Nobiliário de Famílias de Portugal*. Edição de Agostinho de Azevedo Meirelles e Domingos de Araújo Affonso. Braga: Oficina gráfica da Pax, 1939, tomo XV, p.70, 72.

ZURARA, Gomes Eanes de. Chronica do conde D. Pedro de Meneses. In: *Collecção de Livros Ineditos de História Portugueza dos reinados de D. João I, D. Duarte, D. Affonso V e D. João II*. Publicados por José Corrêa da Serra. Lisboa: Academia Real das Sciencias de Lisboa, Tomo II, 1792, livro II, capítulo XXVI.

15. BIBLIOGRAFIA:

CARVALHO António Eduardo Teixeira de. *A Chancelaria Régia e os seus oficiais em 1468*. Porto, 2002, p.136-139.

FARO, Jorge. *Receitas e despesas da fazenda real de 1384 a 1481 (subsídios documentais)*. Lisboa: Publicações do Centro de Estudos Económicos, 1965, p.77, 79-80.

GOMES, Saul António. *D. Afonso V*. Lisboa: Círculo de Leitores, temas e debates, 2009, p. 396.

MORENO, Humberto Carlos Baquero. *A Batalha de Alfarrobeira. Antecedentes e significado histórico*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1979, vol. 2, p.814-817.

RUI GOMES DE ALVARENGA

1. DADOS CRONOLÓGICOS

1.1. VIDA:

Nascimento em 1441. Óbito em 1475.

2. INSERÇÃO GEOGRÁFICA

2.1. ORIGEM:

Torres Vedras

2.3. LOCAL DE SEPULTURA:

Igreja da Graça em Lisboa.

3. INSERÇÃO SOCIAL

3.1. FAMÍLIA

3.1.1. GERAÇÃO PRECEDENTE:

Filho do Dr. Gomes Martins de Alvarenga, Desembargador e Juiz dos feitos de D. João I e de Catarina Teixeira, camareira-mor da infanta D. Isabel, duquesa da Borgonha.

3.1.2. COLATERAIS:

Meio irmão de João Fernandes da Silveira, filho do primeiro casamento de Catarina Teixeira com o dr. Fernando Afonso da Silveira, desembargador de D. João I.

3.1.3. CASAMENTO:

Casado com D. Mecia de Melo, filha de Estevão Soares de Melo, sexto senhor de Melo, e de Teresa de Novais.

3.1.4. DESCENDÊNCIA:

Gomes Soares, Fernão de Melo, Afonso Rodrigues, Pedro Soares, Lopo Soares de Melo e D. Beatriz.

3.2. LAÇOS PESSOAIS

3.2.1. DEPENDÊNCIA:

Em 25 de março de 1444, Pero Godinho, seu criado, recebe casas em Lisboa confiscadas a Gonçalo Afonso

Em 21 de dezembro de 1444, Lourenço de Moura, seu criado, é provido ao ofício de Tabelião de Moura.

Em 19 de julho de 1445, Pero Godinho, seu escudeiro, recebe chão em Lisboa

Em 14 de junho de 1449, Nicolau Martins, seu criado, é provido Escrivão dos órfãos da almotaçaria de Pinhel

Em 07 de abril de 1451, Gomes Dias, seu escudeiro e criado, é provido Tabelião e Escrivão das sisas do Julgado de Penafiel e Almojarife de Torres Vedras

Em 27 de abril de 1456, Pedro de Almeida, seu escudeiro, é provido Tabelião de Torres Vedras.

Em 26 de junho de 1464, Rui Carvalho, seu escudeiro, é provido Escrivão dos feitos das sisas e coisas apropriadas pela rendição dos cativos Entre-Tejo e Guadiana perante Rui de Lisboa, juiz dos ditos feitos, por renúncia de João de Lisboa;

Em 14 de julho de 1464, Fernão Rodrigues Valadares, seu criado, é provido Escrivão dos feitos que se tratam na comuna dos mouros

Em 09 de setembro de 1464, Fernão Valadares, seu escudeiro, é provido contador dos feitos e custos da vila de Santarém e seu termo

Em 14 de agosto de 1469, Álvaro Correia, seu servidor, recebe privilégio geral de isenção de pagamento de peitas, fintas e talhas;

Em 21 de outubro de 1471, Mem Gonçalves, seu escudeiro, recebe carta de perdão;

Em 22 de outubro de 1471, Rui Dias, seu escudeiro, recebe perdão;

Em 25 de novembro de 1472, Gomes Henrique, seu escudeiro, recebe doação de bens em Óbidos, sendo provido Coudel de Óbidos em 15 de novembro de 1472, e juiz das sisas de Óbidos em 20 de junho de 1482.

Em 26 de janeiro de 1476, Vicente Lourenço, seu escudeiro, recebe perdão.

3.3. ESTATUTO SOCIAL

3.3.1. DA GERAÇÃO PRECEDENTE:

O pai foi doutor em leis e juiz dos feitos de D. João I, a mãe foi camareira-mor da infanta D. Isabel.

3.3.2. DO INDIVÍDUO:

Vassalo régio desde 1441;

Cavaleiro da casa real;

Conde palatino desde 1452;

3.3.4. DA GERAÇÃO SEGUINTE:

Gomes Soares foi alcaide-mor de Torres Vedras, casou-se com D. Catarina de Castro, filha de D. Garcia de Castro, irmão do Conde de Monsanto;

Fernão de Melo casou com D. Isabel, filha de D. Pedro de Castro, senhor de Reriz, e D. Teresa de Vasconcelos;

Lopo Soares de Alvarenga foi Governador da Índia e casou-se com D. Ana de Albuquerque, filha de Nuno da Cunha, camareiro-mor do infante D. Fernando, irmão de D. Afonso V.

4. NÍVEL ECONÓMICO

4.1. PATRIMÓNIOS, RENDIMENTOS E DOAÇÕES

Em 01 de julho de 1443 recebe os bens de Diogo Álvares Gato, exilado em Castela, situados em Alenquer pelos bons serviços prestados ao infante D. Pedro.

Em 10 de março de 1456 recebe por serviços prestados a quinta de Santa Maria, no termo da Vila de Santarém

Em 02 de dezembro de 1457 é-lhe doado um pinhal em Fonte Grada, em Torres Vedras, que fora sonogado a Coroa por alguns vizinhos da localidade.

Em 24 de janeiro de 1463 recebe tença de 5400 reais brancos anuais para o estudo do seu filho Fernão de Melo.

Em 25 de janeiro de 1463 recebe tença de 4400 reais brancos anuais para o estudo do seu filho Afonso Rodrigues.

Em 11 de agosto de 1463 é-lhe coutada uma quinta no termo de Santarém.

Em 22 de janeiro de 1468 Pero Soares, seu filho, recebe bolsa de estudos anual de 5400 reais brancos.

Em 18 de janeiro de 1469 Lopo Soares de Melo e Afonso Rodrigues de Melo, seus filhos, recebem bolsa de estudos anual de 7000 reais brancos.

Em 18 de julho de 1464 recebe os bens móveis e de raiz pertencentes a Garcia Cide, judeu, morador de Évora.

Em 24 de agosto de 1472 recebe uma casa que pertencera a Fernando Afonso, clérigo em Torres Vedras.

6. CARREIRA UNIVERSITÁRIA

6.1. UNIVERSIDADE FREQUENTADA:

Estudante em Bolonha em 1436;

6.2. GRAU UNIVERSITÁRIO:

Doutor em Leis desde inícios de 1441.

7. CARREIRA MILITAR:

Em 1449 em Alfarrobeira ao lado de D. Afonso V;

Em 1471 participa da conquista de Arzila e Tânger;

Em 1475 está em Castela participando da guerra afonsina onde terá morrido.

8. CARREIRA DIPLOMÁTICA:

8.1. MISSÕES

É mencionado numa missão no início da regência mas sem destino preciso.

Em 1442 é enviado a Castela.

Em 1452 é enviado ao papa.

8.2. MEMBROS DA COMITIVA

Em 1442 acompanha Leonel de Lima na missão enviada pelo regente D. Pedro.

Em 1452 participa de embaixada ao lado de LUÍS GONÇALVES MALAFAIA, Manuel Diogo e ANTÃO GONÇALVES, secretário.

8.4. RENDIMENTOS, DOAÇÕES E PRESENTES

Recebe 215 dobras por missão diplomática durante a regência.

Recebe 1150 dobras pela missão a Castela (1442).

Recebe 2385 dobras pela missão diplomática ao papa.

9. CARREIRA BUROCRÁTICA:

Em 1441 desembargador das petições e "logo teente" do chanceler-mor.

Entre 1442 e 1450 vice-chanceler.

Em 29 de julho de 1452 é provido Presidente da Casa da suplicação, desempenhando o cargo até 1463.

Em 1452 aparece como Corregedor da Corte interino.

Em 1458, chanceler-mor interino

Em 10 de agosto de 1463 substitui D. Fernando da Guerra no ofício de chanceler-mor.

11. CONSELHO RÉGIO

Provido membro do Conselho em 05 de janeiro de 1451.

12. VIDA PÚBLICA:

Em 25 de junho de 1455 está presente no auto de juramento do príncipe D. João.

14. FONTES

FREIRE, Anselmo Brammcamp. *Brasões da Sala de Sintra*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1921, III, p.233.

CUP, IV, doc. 1315, 1340.

MH, vol. X, doc. 233.

15. BIBLIOGRAFIA:

CAPAS, Hugo Alexandre. *A Chancelaria Régia e os seus oficiais no ano de 1469*. Dissertação de mestrado. Porto: Universidade do Porto, 2001, p.137-141.

FARO, Jorge. *Receitas e despesas da fazenda real de 1384 a 1481 (subsídios documentais)*. Lisboa: Publicações do Centro de Estudos Económicos, 1965, p.77-79, 82.

GOMES, Saul António. *D. Afonso V*. Lisboa: Círculo de Leitores, temas e debates, 2009, p.394

VASCO DE GOUVÊA

3. INSERÇÃO SOCIAL

3.1. FAMÍLIA

3.1.3. CASAMENTO

D. Filipa de Vasconcelos.

3.2. LAÇOS PESSOAIS

3.2.1. DEPENDÊNCIA

Membro da casa de D. Duarte.

3.3. ESTATUTO SOCIAL

3.3.2. DO INDIVÍDUO

Cavaleiro.

8. CARREIRA DIPLOMÁTICA

8.1. MISSÕES

Em 1450 esteve em Nápoles.

8.3. PARTICIPAÇÃO NA EMBAIXADA

Negociou o contrato de casamento de D. Leonor.

9. CARREIRA BUROCRÁTICA

Em 1451, foi nomeado por D. Afonso V governador da vila aragonesa de Alcolea de Cinca.

Monteiro-mor do rei de Aragão.

11. CONSELHO RÉGIO

Conselheiro do rei de Aragão.

14. FONTE:

MH, vol. XI, doc.5-8, 14.

ZURITA, Jerónimo. *Anales de Aragón*. Edición de Ángel Canellas López. Edición electrónica de José Javier Iso (coord.), María Isabel Yagüe y Pilar Rivero. IFC, 2003, capítulo LX.

15. BIBLIOGRAFIA

GOMES, Saul António. *D. Afonso V. Idem*, 75.

SANTARÉM, Visconde de. *Quadro Elementar. Idem*, Vol. I, p.352.

VASCO FERNDANDES DE LUCENA

1. DADOS CRONOLÓGICOS

1.1. VIDA

?-c.1499.

2. INSERÇÃO GEOGRÁFICA

2.1. ORIGEM

Lucena, Castela.

3. INSERÇÃO SOCIAL

3.1. FAMÍLIA

3.1.2. COLATERAIS

Irmão de Mestre Rodrigo e Mestre Afonso.

3.1.3. CASAMENTO

D. Violante de Alvim, donzela da casa real e filha do senhor de S. João de Rei.

3.1.4. DESCEDÊNCIA

Gonçalo Vaz de Azevedo.

3.2. LAÇOS PESSOAIS

3.2.1. DEPENDÊNCIA

Servidor da casa da rainha D. Isabel.

3.3. ESTATUTO SOCIAL

3.3.3. DOS COLATERAIS

Mestre Rodrigo foi doutor em Medicina, físico do infante D. Pedro, D. Afonso V e do príncipe D. João, sendo provido físico-mor no reinado de D. João II.

Mestre Afonso foi físico da duquesa D. Isabel.

3.3.4.. DA GERAÇÃO SEGUINTE

Gonçalo Vaz de Azevedo foi desembargador de D. Manuel.

4. NÍVEL ECONÓMICO

4.1. PATRIMÓNIOS, RENDIMENTOS E DOAÇÕES

Em 13 de Janeiro de 1439 é-lhe outorgada, a partir do primeiro dia do mesmo ano, a tença anual de 210.000 libras, paga pelo tesouro de Lisboa.

Por carta de 20 de Janeiro de 1439 foi-lhe confirmada a tença anual de 15.000 reais brancos, que lhe fora outorgada pelo falecimento do rei D. Duarte em 21 de Agosto de 1438, por ocasião de seu matrimônio. Recebe nova confirmação em 05 de Abril de 1450.

Por carta de 18 de Agosto de 1449 recebe de D. Afonso V a doação dos bens móveis e de raiz pertencentes ao irmão, mestre Rodrigo, que lutou ao lado de D. Pedro em Alfarrobeira.

Em 10 de Junho de 1450 recebe o acréscimo de 210.000 libras anuais à tença que recebia em virtude do casamento, ordenado concedido pelos serviços prestados na redação de cartas em latim para fora de Portugal desde o reinado de D. Duarte.

Em 31 de Agosto de 1482 é nomeado desembargador do ofício dos agravos da Casa do Cível de Lisboa, recebendo o ordenado anual de 40.000 reais brancos, quantia equivalente ao que recebia na Casa da Sulplicação. Em 07 de Março de 1497 recebe a confirmação da tença e do cargo de chanceler da Casa do Cível.

Por alvará de 4 de Julho de 1497 recebe a tença anual de 12.000 reais brancos, como cronista-mor, acrescida de 7.000 reais brancos anuais, pelos emolumentos de guarda-mor da Torre do Tombo.

5. NÍVEL CULTURAL

5.1. PAPEL NA PRODUÇÃO CULTURAL

Traduziu, em 1442, do latim para o português a obra de Paulo Vergério, A Instrução para Príncipes, destinada à educação de D. Afonso V.

Dedicou ao infante D. Pedro a tradução de duas obras latinas solicitadas pelo infante: De senectute, de Cícero; e o Panegyricus Trajano Augusto, de Plínio o Jovem.

Escreveu para D. Afonso V a obra Tratado das Virtudes que ao rey pertencem.

Em 20 de Abril de 1487 intitula-se cronista-mor.

Teve o encargo de traduzir, a pedido de D. João II, as Três Orações Latinas proferidas pelo Deão de Vergy, embaixador dos duques da Borgonha, condenando a morte de D. Pedro em Alfarrobeira.

6. CARREIRA UNIVERSITÁRIA

6.1. UNIVERSIDADE FREQUENTADA

Florença, Paris e Bolonha.

6.2. GRAU UNIVERSITÁRIO

Doutor desde, pelo menos, Novembro de 1435.

7. CARREIRA MILITAR

Esteve ao lado do monarca na Batalha de Alfarrobeira.

8. CARREIRA DIPLOMÁTICA

8.1. MISSÕES

Em 1436-1437 participa na embaixada portuguesa ao Concílio de Basiléia.

Em 1438 participa de uma missão a Castela.

Por volta de 1440 aparece mencionado por uma missão a Arzila.

Em 1450 participa de uma embaixada ao papa Nicolau V, na cidade de Roma.

Em 1485 participa de uma embaixada ao papa Inocêncio VIII, na cidade de Roma.

Em 1490 participa da embaixada de recepção da princesa D. Isabel de Castela, que vinha casar com D. Afonso, encontro ocorrido na ribeira da Caia.

8.2. MEMBROS DA COMITIVA

Em 1436 a embaixada foi chefiada pelo conde de Ourém, sendo ainda composta por D. Antão Martin de Chaves, bispo do Porto, D. Luís do Amaral, bispo de Viseu, frei GIL DE TÁVIRA (Gil Lobo), teólogo franciscano, frei João, da Ordem de Santo Agostinho, Mestre frei Gonçalo, provincial dos dominicanos portugueses, e o Doutor Diogo Afonso Mangancha, formado em direito canônico e civil. A mesma partiu de Portugal em 11 de Janeiro de 1436 e chegou a Bolonha no dia 24 de Julho. Durante a embaixada o rei lhe solicita que fosse ao papa inquirir sobre a guerra as infiéis.

Em 1438 vai a Castela, junto de Nuno Martins da Silveira, solicitar de D. João II apoio militar e diplomático com o objetivo de libertar o infante D. Fernando.

Em 1450 vai a Roma acompanhado de Pero Gonçalves, secretário, e do arauto Lisboa.

Em 1485 vai a Roma junto de D. Pedro de Noronha, comendador-mor da Ordem de Santiago e mordomo-mor de D. João II.

Em 1490 acompanha a embaixada chefiada por D. Manuel, duque da Beja.

8.3. PARTICIPAÇÃO NA EMBAIXADA

Em 1436 atua como doutor em leis e profere a oração de obediência ao papa. Durante a embaixada o rei solicita que Vasco de Lucena vá ao papa Eugênio IV a fim de inquirir se era lícito lançar guerra contra os infiéis e, em consequência disso, lançar pedidos ao povo.

Em 1450, possivelmente, atuou no sentido de justificar junto ao pontífice os ocorridos em Alfarrobeira.

Em 11 de Dezembro de 1485 profere a oração de obediência ao papa.

Em 1490 profere a oração oficial de homenagem à princesa D. Isabel de Castela.

8.4. RENDIMENTOS, DOAÇÕES E PRESENTES

Recebe 11.900 coroas pela missão ao concílio de Basiléia.

Recebe 300 dobras pela missão a Arzila.

Recebe 950 dobras pela missão a Roma em 1450.

9. CARREIRA BUROCRÁTICA

Em 1433 é mencionado como membro do desembargo do rei.

Em 21 de Setembro de 1453 aparece como corregedor da corte.

Em 1481 aparece como Chanceler da Casa do Cível.

Em 31 de Agosto de 1482 é nomeado desembargador do ofício dos agravos da Casa do Cível de Lisboa, lugar que se encontrava vago por falecimento de Pero da Costa.

Entre 1486 e 1496 foi guarda-mor da Torre do Tombo.

11. CONSELHO RÉGIO

Em 20 de Abril de 1487 intitula-se do conselho do rei.

12. VIDA PÚBLICA

Proferiu, em Julho de 1436, a oração de obediência perante o papa na cidade de Bolonha.

Encontra-se presente nas Cortes de Torres Novas, em Novembro de 1438, proferindo a arenga em que exortou os presentes à obediência.

Proferiu a oração de abertura das cortes de Évora de 1481.

13. OBSERVAÇÕES

O papa Eugênio IV nomeou-o advogado consistorial.

Durante a regência de D. Pedro, aparece como mensageiro do infante à rainha D. Leonor.

Acompanha o infante D. Fernando, irmão do rei, quando este se ausentou, secretamente, do reino.

Na posição de desembargador fez parte do júri do tribunal que sentenciou o duque de Bragança à morte, em Junho de 1483.

Em 20 de Abril de 1487 intitula-se conde palatino, título que, de acordo com Leitão Ferreira, foi-lhe concedido pelo papa Inocêncio VIII, em 1485, durante a embaixada de obediência.

14. FONTES

CUP, vol IV doc.1030, vol. V, doc.1527.

FREIRE, Anselmo Brammcamp. Brasões da Sala de Sintra. Coimbra: Imprensa da Universidade, livro III, p.233-234.

MH, Vol. V, doc.88, Vol.VI, doc.19, 72, 90, 96; X, doc.232, 233.

PINA, Rui de. Chronica de El- Rei D. Affonso V. Escriptorio, Lisboa: Rutgers University Libraries, 1901, Capítulo XI, CXXIX, CXXXIV.

_____. Crónica d'El Rey D. Duarte. Edição Biblioteca Lusitana. Alfredo Coelho de Magalhães. Porto: Edição da Renascença Portuguesa, 1914, Capítulo XCVIII, XX

RESENDE, Garcia de. Crónica de D. João II e Miscelânea. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1973, Capítulo XXVI, LVIII, CXXII.

15. BIBLIOGRAFIA

CAETANO, Pedro Nunes Pereira. A Burocracia Régia como veículo para a titulação nobiliárquica. O caso do doutor João Fernandes da Silveira. Porto: Universidade do Porto, Dissertação de Mestrado, 2011, p.46-47.

FARO, Jorge. Receitas e despesas da fazenda real de 1384 a 1481 (subsídios documentais). Lisboa: Publicações do Centro de Estudos Económicos, 1965, p.77, 79.

GOMES, Rita Costa. A Corte dos Reis de Portugal no final da Idade Média. Lisboa: Difel, 1995, p.48.

MORENO, Humberto Carlos Baquero. A Batalha de Alfarrobeira. Antecedentes e significado histórico. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1979, vol. 2, p.842-849.

NASCIMENTO, Aires Augusto. Vasco Fernandes de Lucena. In: Dicionário da Literatura Medieval Galega e Portuguesa. Organização e coordenação de Giulia Lanciani e Giuseppe Tavani. Lisboa: Editora Caminho, 2^a edição, 1993, p.647-648.

APÊNDICE 8. QUEM FOI AFONSO PEREIRA?

A participação de Afonso Pereira na diplomacia portuguesa deu-se em duas missões a Castela. Ambas estão presentes no rol de receitas e despesas da fazenda régia⁷⁹⁸, sendo a primeira embaixada identificada, através de outros documentos, como a missão ocorrida após a morte de D. Pedro em Alfarrobeira, em 24 de maio de 1449⁷⁹⁹. Sobre a segunda embaixada não se conhece outro documento, restando apenas a referência do rol. Seguindo uma perspectiva cronológica, é possível que essa missão tenha ocorrido em inícios dos anos 70, mas como nos casos de GABRIEL LOURENÇO, Brás Afonso e João Teles⁸⁰⁰, é igualmente possível que a embaixada seja datada em outro momento do reinado afonsino. Se a presença de Afonso Pereira na diplomacia é confirmada, a identificação do mesmo na sociedade portuguesa do período mostra-se muito dificultosa.

O primeiro passo seguido para a definição do embaixador foi procurar alguma referência do personagem na corte de D. Afonso V. Nesse caminho, o livro da moradia da casa real, entre 1462 e 1481, oferece as principais pistas e barreiras para a identificação do personagem⁸⁰¹. Para o ano de 1462, encontra-se um Afonso Pereira como reposteiro do rei, existindo ainda um homônimo, com a alcunha de “o moço”, na mesma categoria de cavaleiro fidalgo. O ano de 1469 amplia a incerteza, trazendo dois Afonso Pereira, cavaleiros fidalgos, na casa régia: o primeiro como reposteiro-mor e o segundo como caçador-mor. O ano de 1474 é marcado por uma mudança de posição, pois Afonso Pereira reposteiro-mor, passa a ser membro do conselho régio, enquanto que o homônimo permanece como caçador-mor e cavaleiro fidalgo. O ano de 1477 oferece novos elementos, pois o caçador-mor continua mencionado na mesma categoria, ao passo que o reposteiro-mor deixa de ser citado. O período que compreende o fim do reinado de D. Afonso V não volta a oferecer referências sobre os personagens, merecendo destaque, que no mesmo rol, para o ano de 1479, Gomes Soares de Melo aparece como reposteiro-mor e membro do conselho régio⁸⁰².

⁷⁹⁸ FARO, Jorge. *Receitas e despesas da fazenda real de 1384 a 1481 (subsídios documentais)*. Lisboa: Publicações do Centro de Estudos Económicos, 1965, p.79, 82.

⁷⁹⁹ MH, vol. X, doc.49.

⁸⁰⁰ Ver: Apêndice – Catálogo prosopográfico.

⁸⁰¹ FARO, Jorge. *Receitas e despesas da fazenda real de 1384 a 1481 (subsídios documentais)*. *Idem*, p.200-207.

⁸⁰² A historiografia tem pontuado que o documento não pode ser tomado de forma exaustiva, sendo encontrados inúmeros casos de membros da moradia régia que não estão presentes no rol. Assim, a priori, não se pode tomar a ausência de menções aos personagens após 1474/1477 como uma expressão de

O mesmo documento oferece um novo elemento acerca dos personagens. Trata-se da menção a Jorge Pereira, “filho de Affonso Pereira, reposteiro-mor”, moço fidalgo da casa real entre 1474 e 1477, e cavaleiro fidalgo no ano de 1479⁸⁰³. Desta maneira, a distinção entre o reposteiro-mor, pai de Jorge Pereira, e o caçador-mor, parece estar definida, sendo mais provável que o embaixador de 1449 e de inícios dos anos 70 seja o primeiro, o qual já exercia o ofício de reposteiro em 1462, período que o homônimo é mencionado como “o moço”.

Não obstante, a leitura de obras genealógicas lança problemas para os caminhos traçados. *Brasões da Sala de Sintra* não trata dos personagens, possivelmente membros de ramos marginais dos Pereiras. O *Livro de Linhagens dos séculos XVI* (LL) também não oferece caminhos, mantendo o silêncio sobre tal ramo familiar. A *História Genealógica da Casa Real Portuguesa* (HGCRP) traz a indicação de que D. Catarina Coutinho, filha de D. Gonçalo Coutinho, 2º conde de Marialva, teve como segundo marido um Afonso Pereira, alcaide-mor de Santarém, de quem gerou André Pereira e Francisco Pereira Coutinho. O elemento central que se apresenta na *HGCRP* é a introdução da alcaidaria de Santarém, aspecto inexistente no documento acerca dos moradores da casa real.

A fim de seguir as pistas desse novo vestígio, chegou-se a obra *Memórias Chronologicas Authenticas dos Alcaldes-mores da villa de Santarém* (MCA). O texto indica que Afonso Pereira foi alcaide-mor de Santarém a partir de 1461, substituindo Rui Borges de Sousa na posição. O mesmo livro acrescenta que o alcaide Afonso Pereira foi caçador-mor, já em 1461, filho de Fernando Affonso Pereira, e tornou-se reposteiro-mor por mercê de 1475, sendo a alcaidaria passada a seu filho André Pereira. As proposições do Visconde de Santarém trazem um problema importante frente ao exposto até o momento: associa Afonso Pereira caçador-mor a Afonso Pereira reposteiro-mor, dizendo tratar-se da mesma pessoa que acumulou ofícios diferentes. A proposta é plausível, mas a existência de dois Afonso Pereira na corte de D. Afonso V, identificados com ofícios e posições diferentes no mesmo ano, pode ser um elemento relevante para a defesa de estarmos perante dois personagens distintos.

O autor fundamenta-se nos documentos da chancelaria régia e, no universo que conseguimos levantar, encontra-se no dia 28 de abril de 1488 a confirmação de D.

falecimento.

⁸⁰³ FARO, Jorge. *Receitas e despesas da fazenda real de 1384 a 1481 (subsídios documentais)*. *Idem*, p.214, 218, 219.

Manuel a Afonso Pereira, fidalgo da casa régia, como alcaide-mor de Santarém. Nessa confirmação referencia-se a carta de 26 de dezembro de 1461, na qual Afonso Pereira assume a alcaidaria sucedendo Rui Borges de Sousa, indicado como seu sogro⁸⁰⁴. Na mesma chancelaria encontra-se a confirmação de um documento de 24 de março de 1470, no qual se afirma ser Afonso Pereira alcaide-mor de Santarém e caçador-mor de D. Afonso V⁸⁰⁵.

A partir da chancelaria a trajetória do caçador-mor da casa real mostra-se mais delimitada. Alcaide-mor de Santarém desde 1461, período já citado como fidalgo da casa régia, Afonso Pereira deve ter recebido a mercê do ofício de caçador-mor entre 1462 e 1469, o que justificaria tanto a existência de um “Afonso Pereira, o moço” para o ano de 1462, como a sua referência como caçador-mor em 1469 e no documento de 1470. Não conseguimos acessar a carta de 1475 citada por Visconde de Santarém, assim mantivemos a distinção entre o caçador-mor e o reposteiro-mor como homônimos, lembrando que o rol apresentado por Jorge Faro cita um Afonso Pereira como reposteiro-mor já no ano de 1469.

Não obstante, o elemento familiar permanece em aberto. Seguindo a *HGCRP*, texto próximo do exposto por Visconde de Santarém, Afonso Pereira, caçador-mor e alcaide-mor, foi casado com D. Catarina Coutinho e, conseqüentemente, teve como sogro D. Gonçalo Coutinho. O matrimônio é lembrado pelo *LL*⁸⁰⁶, e a indicação da descendência é confirmada nas *MCA*, em especial, com a sucessão da alcaidaria de Santarém por André Pereira. Porém, ao se confrontar a construção da genealogia com o documento da chancelaria régia anteriormente citado, Rui Borges de Sousa aparece como sogro de Afonso Pereira. De acordo com a *Pedatura Lusitana*⁸⁰⁷ e a biografia elaborada por Baquero Moreno⁸⁰⁸, Rui Borges de Sousa teve uma filha, D. Brites de Sousa, que foi casada com D. Pedro de Sá. Desta maneira, acredita-se que a chancelaria pode ter errado ao indicar Rui de Sousa como sogro de Afonso Pereira. Por fim, o material citado nos leva a considerar Fernando Affonso Pereira como pai do alcaide-mor de Santarém, definição ainda corroborada com o fato de Fernando Pereira ter sido

⁸⁰⁴ Chancelaria de D. Manuel I, liv. 33, fl. 65v. Cf.: <http://digitarq.arquivos.pt/details?id=3873921>

⁸⁰⁵ Chancelaria de D. Manuel I, liv. 33, fl. 66. Cf.: <http://digitarq.arquivos.pt/details?id=3873922>

⁸⁰⁶ *LL*, p.187.

⁸⁰⁷ MORAIS, Cristóvão Alão de. *Pedatura Lusitana. Nobiliário de Famílias de Portugal*. 1968, Tomo V, vol. I, p.29.

⁸⁰⁸ MORENO, Humberto Carlos Baquero. *A Batalha de Alfarrobeira. Antecedentes e significado histórico*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1979, v.2, p.976-977.

caçador-mor no reinado de D. Afonso V⁸⁰⁹, o que reforça a prática de que certos ofícios tendiam a se concentrar nas mesmas famílias.

Tendo D. Catarina Coutinho como fio condutor da investigação, novos caminhos se abrem. O *Nobiliário de Famílias de Portugal* (NFL), de Felgueiras Gayo, indica que D. Catarina foi casada com Afonso Pereira, alcaide-mor de Santarém, filho de Gonçalo Pereira, que também tivera a alcaidaria da referida vila. Gayo expõe que esse Afonso Pereira teve como irmão Francisco Pereira de Berredo e como filho Francisco Pereira⁸¹⁰. Observa-se que o NFL modifica a ascendência de Afonso Pereira, não menciona esse personagem como caçador-mor e nem cita André Pereira como seu filho. Não obstante, se a filiação de Afonso Pereira fica incerta, a definição do mesmo como esposo de D. Catarina Coutinho, alcaide-mor de Santarém e pai de Francisco Pereira, nos leva a ter esse personagem como o caçador-mor de D. Afonso V.

Resta retomar a identificação do reposteiro-mor, reafirmado como uma pessoa distinta do caçador-mor e alcaide-mor. Novamente o NFL oferece importantes aportes. Gayo cita um Afonso Pereira reposteiro-mor de D. Afonso V, falecido na batalha do Toro (1476). Acrescenta que este foi alcaide-mor e guarda-mor, sem indicar de que localidade. O reposteiro foi filho de D. Isabel Pereira e João Mendes da Guarda (Aguado), corregedor de D. Duarte. Casado com D. Maria Lobato, filha de D. Pedro Lobato, teve como descendente Violante Pereira⁸¹¹.

A filha aparece como mulher de António de Brito, o Velho, alcaide-mor de Beja, filho de Sebastião de Brito. Nota-se que ao tratar dos Brito, Felgueiras Gayo cita duas Violante Pereira, uma que foi esposa do alcaide-mor da Beja e filha de Afonso e Maria, e outra que foi esposa de um homônimo, filho de Artur de Brito e caçador-mor de D. Afonso V. Essa segunda Violante Pereira também seria filha de um reposteiro-mor de nome Afonso Pereira, sendo esse ofício exercido no reinado de D. Manuel⁸¹².

Alguns problemas se apresentam. A listagem dos oficiais da casa real presente na *Geografia Histórica de todos os Estados Soberanos de Europa*, indica um António de Brito como caçador-mor de D. Manuel, seguindo o ofício desempenhado por outro Brito nos reinados anteriores – Afonso Vaz de Brito, com D. João II e D. Manuel –,

⁸⁰⁹ HGCRP, Tomo III, Livro IV, p. 42; LIMA, D. Luiz Caetano de. *Geografia Histórica de todos os Estados Soberanos de Europa*. Lisboa: Officina de Joseph António da Silva, 1734, Tomo I, p. 345.

⁸¹⁰ GAYO, Manuel José da Costa Felgueiras. *Nobiliário de Famílias de Portugal*. Edição de Agostinho de Azevedo Meirelles e Domingos de Araújo Affonso. Braga: Officina gráfica da Pax, 1939, Tomo XXII, p. 197.

⁸¹¹ GAYO, Manuel José da Costa Felgueiras. *Nobiliário de Famílias de Portugal*. *Idem*, Tomo XXII, p. 187.

⁸¹² GAYO, Manuel José da Costa Felgueiras. *Nobiliário de Famílias de Portugal*. *Idem*, Tomo VII, p. 82.

que seria o pai de António⁸¹³. Por não termos outra referência nesse sentido, não seguiremos por tal via interpretativa. Pelo contrário, retomamos a proposta de Gayo, que defende ser António de Brito filho de Artur de Brito e neto de Estevão de Brito, casado com uma Violante Pereira, filiação e casamento também referendados no *LL*⁸¹⁴.

É interessante notar que esse António de Brito, caçador-mor, teria morrido por volta de 1500, o que justificaria ser ele o esposo de Violante Pereira, filha do reposteiro-mor, e não o homônimo alcaide da Beja, filho de Sebastião de Brito e D. Franca da Costa como se encontra no *NFP*. Sem indicação do ano dos casamentos dos Afonso Pereira citados por Gayo, acreditamos que o nascimento de Violante Pereira, filha do reposteiro-mor morto em 1476, tenha ocorrido antes desse ano. Desta maneira, ela teria, no mínimo, 24 anos no momento da possível morte de António de Brito, caçador-mor citado por D. Luiz Caetano de Lima. Seguindo essa interpretação, parece estranho concordar com o *NFP* que apresenta Violante casando com um filho de Sebastião de Brito, cujo enlace se deu com D. Franca da Costa, filha de um oficial de D. João III (1521-1557). Sebastião da Costa, escrivão da guarda-roupa, aparece em 1524 recebendo provisões do monarca. Não temos outros dados sobre esse oficial, mas, provavelmente, tenha nascido por volta de 1490 ou 1500 e, conseqüentemente, seu filho António de Brito não teria nascido no século XV. Nesse caso, para concordarmos com D. Luiz de Lima, Violante Pereira teria se casado, no mínimo, por volta dos 40 anos, tendo António cerca de 20.

Outro elemento nos auxilia a discordar do *NFP* e pensar que Violante casou com António, caçador-mor. D. Luiz de Lima diz que a filha do reposteiro-mor casou com o alcaide da Beja, contudo, a alcaidaria que pertencia a Artur de Brito, nos anos 20 do século XV, passou a seu primogênito, D. Estevão de Brito. Esse não teve filhos varões, e a alcaidaria da Beja aparece assumida, já em 1505, por D. Pedro de Sousa, esposo de D. Maria de Brito⁸¹⁵.

Conclui-se, desta maneira, próximo do exposto na *Pedatura Lusitana*⁸¹⁶, que António de Brito, filho de Artur de Brito, foi caçador-mor (de D. Afonso V? de D. Manuel?), e casado com D. Violante Pereira, filha do reposteiro-mor de D. Afonso V.

⁸¹³ LIMA, D. Luiz Caetano de. *Geografia Histórica de todos os Estados Soberanos de Europa*. Lisboa: Officina de Joseph António da Silva, 1734, Tomo I, p. 346.

⁸¹⁴ *LL*, p.361-363.

⁸¹⁵ GAYO, Manuel José da Costa Felgueiras. *Nobiliário de Famílias de Portugal*. *Idem*, Tomo VII, p. 73-74.

⁸¹⁶ MORAIS, Cristóvão Alão de. *Pedatura Lusitana. Nobiliário de Famílias de Portugal*. 1968, Tomo V, vol. IV, p.248.

Resolvido um aspecto da descendência, cabe retomar a ascendência de Afonso Pereira através de um caminho facilitado pela exclusão dos dados relativos ao caçador-mor e alcaide-mor de Santarém.

Até o momento considera-se que foi filho de D. Beatriz Pereira e D. João Mendes da Guarda. Casado com D. Maria Lobato, teve desse casamento D. Violante, casada com António de Brito, caçador-mor, e Jorge Pereira, tal como se mostra no rol de membros da casa de D. Afonso V. Essa organização da genealogia de Afonso Pereira é questionada por uma referência feita por Saul Gomes: “Os cargos [da Corte] tenderão a ser apropriados pelas linhagens heráldicas dos cavaleiros-fidalgos cortesãos. (...) Duarte Pereira servia o cargo de reposteiro-mor em 1455 e também um seu descendente, Afonso Pereira, em 1469”⁸¹⁷. Saul Gomes remete essa discussão acerca da presença das linhagens na Corte ao trabalho de Rita Costa Gomes *A Corte dos Reis de Portugal no final da Idade Média* (1995). A autora, por sua vez, se restringe a dizer que se trata de um ramo desconhecido e de difícil identificação dos Pereira. Diz ainda que Duarte Pereira foi um morador da corte de D. João I, sem indicá-lo como reposteiro-mor. Segue expondo que Lisuarte Pereira e Afonso Pereira foram sucessivos reposteiros-mor da corte afonsina, sem concluir que seria um caso de filiação⁸¹⁸.

Em vista dessas lacunas, não seguiremos pela sugestão de Saul Gomes, antes preferimos manter Afonso Pereira como filho de D. Isabel Pereira, pois esse caminho nos leva a inseri-lo como neto de D. Álvaro Pereira e, conseqüentemente, sobrinho de Lisuarte Pereira⁸¹⁹. Em outras palavras, seguir a ascendência materna, nos permite, de forma coerente, observar Afonso Pereira como membro de um ramo familiar que atuou e ascendeu em torno da corte régia. Lisuarte Pereira exerceu o ofício de reposteiro-mor na corte afonsina e a biografia apresentada por Baquero Moreno se estende temporalmente até o ano de 1462⁸²⁰, no qual Afonso Pereira é mencionado na corte apenas como reposteiro. É possível que Lisuarte tenha falecido nos anos seguintes, o que levou o ofício de reposteiro-mor a passar ao sobrinho, Afonso Pereira, já indicado na posição em 1469.

Com essas palavras pretendemos ter contribuído para a distinção entre Afonso Pereira, reposteiro-mor, e seu homônimo, alcaide-mor de Santarém e caçador-mor,

⁸¹⁷ GOMES, Saul António. *D. Afonso V.* Lisboa: Círculo de Leitores, temas e debates, 2009, p.162.

⁸¹⁸ GOMES, Rita Costa. *A Corte dos Reis de Portugal no final da Idade Média.* Lisboa: Difel, 1995, p.80-81.

⁸¹⁹ GAYO, Manuel José da Costa Felgueiras. *Nobiliário de Famílias de Portugal. Idem*, Tomo XXII, p. 181, 187.

⁸²⁰ MORENO, Humberto Carlos Baquero. *A Batalha de Alfarrobeira. Idem*, vol. II, p.927-928.

ambos membros da corte de D. Afonso V. Buscamos apresentar os detalhes de nossa construção a fim de esclarecer as posições tomadas e, quiçá, facilitar a identificação de alguma leitura equivocada. Cabe, por fim, oferecer uma resposta ao motivo dessa discussão: quem foi o embaixador duas vezes enviado a Castela?

Acreditamos não poder resolver essa indagação de forma plena. Ao iniciar o texto, escolhemos identificar Afonso Pereira, “o moço”, cavaleiro fidalgo de 1462, como o caçador-mor de 1469. Seguindo a *HGCRP* e a *MCA*, observa-se que esse personagem, alcaide-mor de Santarém, recebeu diferentes cartas de privilégio entre os anos 70 e 80, sendo de se destacar a nomeação como couteiro das perdizes da Vila de Santarém (26 de outubro de 1480) e a mercê da alcaidaria-mor de Muges (28 de dezembro de 1481). Nota-se, desta maneira, que a presença desse Afonso Pereira na documentação da época se amplia a partir de 1461 (quando assume como alcaide-mor de Santarém), avançando aos anos 80.

Por outro lado, o reposteiro-mor de 1469 já era membro da corte em 1462, exercendo a função de reposteiro ao lado de seu tio, Lisuarte Pereira. Seu avô, D. Álvaro Pereira, senhor de Souzel, se insere na geração nascida em torno de 1400, o que nos leva a considerar que seus filhos – Gallote Pereira, Henrique Pereira, Lisuarte Pereira, Isabel Pereira e Gonçalo Pereira – tenham nascido por volta dos anos 30, no reinado de D. Duarte. Essas suposições contribuem para encarar Afonso Pereira, embaixador em 1449, como um jovem membro da corte, ligado ao tio, reposteiro-mor, que lutou ao lado do monarca em Alfarrobeira.

Acrescenta-se o fato da atuação desse embaixador não ser esclarecida, parecendo que, em 1449, atuou apenas como mensageiro de D. Afonso V, incumbido de levar a carta do monarca ao rei de Castela. Não há menções de negociações levadas a cabo pelo embaixador, nem de acompanhantes na missão. Esse aspecto nos leva a considerar que o interesse régio na embaixada era apenas comunicar a sua versão a Juan II, não demandando para isso uma comitiva, um enviado de alta dignidade na nobreza portuguesa, ou doutores em leis. O contraste é ainda mais claro ao notar a preocupação régia com a repercussão de Alfarrobeira na Santa Sé, que motiva o monarca a enviar duas embaixadas ao papa em inícios dos anos 50, uma com o doutor VASCO FERNANDES DE LUCENA, o secretário Pero Gonçalves e o arauto Lisboa, e outra com LUIZ GONÇALVES MALAFAIA, o doutor Rui Gomes, Manuel Diogo e o secretário Antão Gonçalves.

Pensamos ser o mesmo Afonso Pereira, embaixador do contexto pós-Alfarrobeira, o enviado a Castela em data incerta pelo simples fato do rol indicar “Affonso Pereira outra ves a Castella”. Nesse quadro, é possível que ele já fosse reposteiro-mor de D. Afonso V e, por esse motivo, ainda mais próximo do monarca, reafirmando a prática da escolha de embaixadores entre os membros da casa real.

APÊNDICE 9. BRÁS AFONSO E JOÃO TELES: EMBAIXADORES DO INFANTE D. PEDRO

De acordo com a lista de despesas e receitas com embaixadas entre 1415 e 1473, João Teles foi enviado como embaixador ao imperador, juntamente com Brás Afonso⁸²¹. Não há referências a datas e, como a missão aparece ao final do rol, é possível que tenha acontecido nos anos 70. Porém, tal como a missão de GABRIEL LOURENÇO⁸²², datada entre 1459-1460 mas que também é mencionada ao final da lista, acredita-se se tratar de uma embaixada enviada nas décadas anteriores. A base para esta afirmação é a confirmação da doação da Marca de Treviso ao infante D. Pedro, datada de 1443⁸²³. Neste documento, publicado por Oliveira Martins, João Teles e Brás Afonso são apresentados como embaixadores do duque de Coimbra, sendo o primeiro cavaleiro do infante e o segundo bacharel em direito Canônico.

Segundo a confirmação, João Teles ficou em Treviso como governador da Marca, porém em 1445 e 1446 aparece recebendo doações em Portugal⁸²⁴. As mercês do período da regência são confirmadas por D. Afonso V em 14 de julho de 1449 e, em 30 de maio de 1450, recebe a tença anual de 10.000 reais brancos, o que leva Baquero Moreno a considerar que, apesar de João Teles ter sido cavaleiro do infante, o embaixador foi leal ao rei em Alfarrobeira⁸²⁵. Não se dispõe de outras indicações da atuação do personagem na diplomacia portuguesa, nem de sua trajetória durante o reinado afonsino.

A identificação de Brás Afonso oferece maiores problemas do que a do cavaleiro de D. Pedro. Seguindo a documentação publicada por Jorge Faro, encontra-se a presença de um cavaleiro fidalgo de nome “Braz Affonso” na lista de moradores da casa real para os anos de 1474, 1477⁸²⁶, o que não resolve as limitações para o esclarecimento acerca do enviado em 1443. Os trabalhos prosopográficos levados a cabo por Luís Miguel Duarte, Maria Manuela Durão e Isabel de Brito, reafirmam a incerteza na identificação do personagem, mas oferecem importantes suportes,

⁸²¹ FARO, Jorge. *Receitas e despesas da fazenda real de 1384 a 1481 (subsídios documentais)*. Lisboa: Publicações do Centro de Estudos Económicos, 1965, p.81.

⁸²² Ver: Apêndice – Catálogo Prosopográfico.

⁸²³ MARTINS, Oliveira. *Os Filhos de D. João I*. Porto: Livraria Chardron, 1901, p.379.

⁸²⁴ MORENO, Humberto Carlos Baquero. *A Batalha de Alfarrobeira. Antecedentes e significado histórico*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1979, vol. II, p. 987.

⁸²⁵ *Ibidem*, p.988.

⁸²⁶ FARO, Jorge. *Receitas e despesas da fazenda real de 1384 a 1481 (subsídios documentais)*. *Idem*, p.207, 209.

principalmente, pelo cruzamento com os dados da confirmação publicada por Oliveira Martins.

Entre os Brás Afonso biografados no estudo de Durão, encontra-se o subscritor que foi ouvidor da corte (1447-1466), corregedor da corte interino (1464, 1466, 1480 e 1481), membro do desembargo, assumiu o ofício de Terceiro dos Agravos (1466), o desembargo da Casa da Suplicação (1482) e, em 1483, é mencionado como juiz dos feitos da Guiné e desembargador das petições. Esse mesmo Brás Afonso foi ainda vigário na Arquidiocese de Lisboa (1439-1440), escolar em direito Canônico (1439-1440), escrivão e bedel da Universidade de Lisboa (1442-1447) e vassalo régio (desde 1452), tendo falecido por volta de 1483⁸²⁷.

Os dados apresentados pela autora compõem uma biografia coerente que pode expressar o possível embaixador de D. Pedro. Porém, Durão indica que algumas dessas referências podem estar relacionadas a homônimos, além de outras como: um escudeiro, vassalo régio e escrivão da puridade de D. Fernando da Guerra que aparece citado em diferentes documentos entre 1444 e 1455, sendo de se destacar a mercê recebida por seus filhos, João Brás, Diogo Brás e Brás Afonso, o moço, estudantes em Salamanca.

A mesma autora biografou outro Brás Afonso, escolar em Leis (1456), escrivão perante o corregedor da Corte (1456), solicitador de todos os feitos e coisas da justiça na Corte e na Casa da Suplicação (1468-1476), juiz de fora em Silves (1470), juiz em Faro (1471), corregedor no Algarve (1474-1475), juiz em Távira (1475), solicitador da justiça e ouvidor no Algarve (1476), recebendo a correição da corte sempre que o rei e o príncipe estivessem ausentes da Casa da Suplicação (1476)⁸²⁸.

Luís Miguel Duarte argumenta, como base na carta régia de 25 de agosto de 1476, que o solicitador da justiça que recebe a correição da corte naquela data é o ouvidor do Algarve e o corregedor interino de 1480-1481. No entanto, o autor questiona se será ele também o corregedor interino de 1466⁸²⁹.

⁸²⁷ DURÃO, Maria Manuela. *1471 – Um ano africano no desembargo de D. Afonso V.* Dissertação de mestrado. Porto: Universidade do Porto, 2002, vol. II, p.18-21. Essa trajetória também aparece em CARVALHO, António Eduardo Teixeira de. *A Chancelaria Régia e os seus oficiais em 1468.* Porto, 2002, p.45-48. Ver também DUARTE, Luís Miguel. *Justiça e Criminalidade no Portugal medievo (1459-1481).* Porto: Universidade do Porto, Dissertação de Doutoramento, 1993, vol. II, 81.

⁸²⁸ DURÃO, Maria Manuela. *1471 – Um ano africano no desembargo de D. Afonso V. Idem*, vol. II, 122-123. Essa trajetória aparece em BRITO, Isabel Carla Moreira de. *A burocracia régia tardo-afonsina. A Administração central e os seus oficiais em 1476.* Dissertação de mestrado. Porto: Universidade do Porto, 2001, vol. II, 128-129, e DUARTE, Luís Miguel. *Justiça e Criminalidade no Portugal medievo (1459-1481).* Idem, Vol. II, 76.

⁸²⁹ DUARTE, Luís Miguel. *Justiça e Criminalidade no Portugal medievo (1459-1481).* Idem, Vol. II, 69.

Nenhum dos autores citados conseguiu resolver os impasses acerca de Brás Afonso subscriptor e seu homônimo (?) escrivão. Como expôs Durão, fica ainda a referência ao escrivão da puridade de D. Fernando da Guerra, cavaleiro e vassalo régio. Nesse quadro de incertezas, acredita-se poder considerar que Brás Afonso vigário na Arquidiocese de Lisboa (1439-1440), escolar em direito Canônico (1439-1440), escrivão e bedel da Universidade de Lisboa (1442-1447) foi o embaixador do infante D. Pedro em 1443, quando já aparece como bacharel em direito canônico, por mais que sua trajetória na burocracia régia seja de difícil definição.

No entanto, mesmo que os diferentes Brás Afonso e João Teles tenham atuado no reinado de D. Afonso V, permanece a ausência de qualquer indicação de que foram embaixadores afonsinos.